

GEORGES VIGARELLO

História das práticas de Saúde



a saúde e a doença

desde a Idade Média

Com uma imagem próxima do poliedro, Herculano definiu a perspectiva que esta colecção se propõe cumprir: "A história pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces". Mas os textos que lhe irão dar corpo também pretenderão ser cinzel e escultura desse mármore ao darem voz aos apelos que, vindos do passado, solicitam futuros que só o presente poderá esculpir.

POLIEDRO DA HISTÓRIA

ISBN 972-46-1171-X
(Edição original ISBN 2-02-037123-5)

© Éditions du Seuil, 1993, 1999

Direitos reservados para Portugal
EDITORIAL NOTÍCIAS
Rua Padre Luís Aparício, 10, 1.º, 1150-248 Lisboa
E-mail: editnoticias@mail.telepac.pt
Internet: www.editorialnoticias.pt



Tradução: Luis Filipe Sarmento
Revisão técnica: João Rui Pita
Revisão: M. Manuela Vieira Constantino
Capa: 3 designers gráficos

Edição: 01 407 006
1.ª edição: Abril de 2001
Depósito legal n.º 162 451/01

Pré-impressão:
Espaço 2 Gráfico
Impressão e acabamento:
Tipografia Guerra

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE SAÚDE
A SAÚDE E A DOENÇA DESDE A IDADE MÉDIA

Nesta colecção:

MORTE EM LISBOA – ATITUDES E REPRESENTAÇÕES – 1700-1830
Ana Cristina Araújo

BRUXARIA E SUPERSTIÇÃO – NUM PAÍS SEM CAÇA ÀS BRUXAS – 1600-1774
José Pedro Paiva

A GUERRA EM PORTUGAL – NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA
João Gouveia Monteiro

A TERNURA AMOROSA – SÉCULOS XVI-XVIII
Maurice Daumas

O REPUBLICANISMO EM PORTUGAL – DA FORMAÇÃO AO 5 DE OUTUBRO DE 1910 – 2.^a edição
Fernando Catroga

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE SAÚDE – A SAÚDE E A DOENÇA DESDE A IDADE MÉDIA
Georges Vigarello

GEORGES VIGARELLO

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE SAÚDE A SAÚDE E A DOENÇA DESDE A IDADE MÉDIA

Tradução
Luís Filipe Sarmiento

Revisão Técnica
João Rui Pita

PREFÁCIO

Livro dos Segredos, Livro para Manter a Saúde ou *Livro para Prolongar a Vida*, são obras sobre os conselhos plausíveis no que diz respeito ao «conservar e manter a saúde corporal», sobre os quais se debruçam os grandes textos medievais, visando a boa forma física e a sua manutenção. O projecto da presente obra é o de seguir o desenvolvimento e as mutações nos séculos seguintes. E é o de também seguir as suas correspondências práticas: os modos individuais e colectivos de afastar o mal, os actos para prevenir antes mesmo de curar. Trata-se de seguir as certezas e os saberes, as técnicas, as crenças e os imaginários aos quais os processos se referem no tempo.

Uma história da manutenção do corpo não é uma história das doenças nem uma história das terapias. Também não é a dos inumeráveis agentes determinantes da saúde, a das influências mais heterogêneas abrangendo as geografias físicas e sociais, os modos de vida e os meios envolventes. De outro modo, também não é a história dos efeitos directamente sofridos pelo corpo. Será mais a história da defesa e da prevenção. Ela privilegia as atitudes de salvaguarda, as estratégias de conservação, os desígnios vaticinados, os comportamentos tanto mais específicos quanto pressuponham um sentido geralmente negativo dado à saúde: a ausência de doença. O que mostra, de passagem, quanto a manutenção do corpo, sobretudo a higiene clássica, designa o conjunto de dispositivos admitidos para manter durante o maior tempo possível o bom funcionamento orgânico, os lentamente construídos para evitar a doença, os acessos físicos, os acidentes de saúde, os que asseguram uma «vida sã» tanto quanto uma «longa vida»; todos estes comportamentos devem preceder a doença para melhor a circunscrever e, sobretudo, evitar. Não, evidentemente, que esta história seja totalmente independente da história das doenças: a preservação do corpo responde em primeiro lugar aos males existentes numa dada época e num determinado lugar até assumi-los parcialmente. Mas esta defesa ou mais precisamente a sua manutenção não se limitam a isso, podendo prevenir males que ainda não existam ou ignorar aqueles que existam, podendo também mobilizar uma perspectiva simplesmente específica da manutenção da saúde: investir reforços largamente independentes dos males e das enfermidades, desenvolvendo uma história conservando a sua originalidade.

Não há qualquer dúvida de que esta história das atitudes preventivas se tenha imposto: a vacina é um processo mais contemporâneo do que o recurso aos elixires, assim como as medidas de desinfecção químicas e epidémicas são mais contemporâneas que os fogos medievais ateados contra «a peçonha do ar». O conjunto de uma cultura está presente nesta forma de determinar e prevenir o mal. As diferenças temporais são, quanto a este aspecto, tão reveladoras como contextualizadas: o anti-séptico é mais «moderno» do que o amuleto protector, medir a tensão arterial é mais moderno do que a sangria, a vigilância do colesterol é mais moderna do que a atenção à cor da pele. Cada um destes processos, do mais modesto ao mais marcante, confirma a antiga existência de uma preservação do corpo e de uma prevenção da doença, cada um deles sugere também recomposições e renovações. Muitas destas mudanças são, por outro lado, à primeira vista sensíveis e previsíveis, dando lugar a investimentos sempre mais colectivos, a objectos de risco sempre mais variados, a estratégias temporais sempre mais elaboradas. Não nos devemos, portanto, restringir a uma complexidade progressiva, uma vez que as práticas sanitárias reorientam a sua lógica e a sua legitimidade, concretizando rupturas e descontinuidades: a sangria preventiva, a sangria dita de «precaução» na Corte do Grande Rei e o recurso preventivo ao uso do frio, ar livre, banho frio ou uso de roupa ligeira na França das Luzes pertence a dois universos diferentes. Estas mudanças estão ainda, inevitavelmente, ligadas às das representações do corpo como às das representações sociais, da infelicidade ou do perigo: prevenir mobiliza, no seu contexto, os mais diversificados utensílios mentais.

Esta história, deve dizer-se, ainda não está concluída. Sendo mais a da doença do que a da sua precaução, preocupada sobretudo com a terapia em lugar da prevenção, refugiou-se na prática da cura, nos gestos mais espectaculares, visando a redução da doença. O presente livro tenta, pelo contrário, fazer a história das práticas de prevenção e de manutenção do corpo, da manutenção da saúde nas eventualidades da vida. É para melhor sublinhar este projecto de investigação das práticas de saúde que nos pareceu mais pertinente mudar o título da obra em relação à edição anterior. *História das Práticas de Saúde* sublinha principalmente o programa ao qual este livro obedece: seguir as diferentes maneiras como a nossa cultura acreditou, ao longo dos tempos, dever e poder preservar o corpo.

INTRODUÇÃO

A água mineral é um vector de saúde. Ela elimina toxinas e resíduos. É a publicidade que o afirma. Os médicos não a contradizem. A imagem desta água filtrando os órgãos repete-se hoje até à banalidade. É preciso «eliminar». O tema é moderno, difundido pelas referências da bioquímica. Mas o tema também é tradicional. Nada mais antigo do que as práticas de purificação: as dos banhos medievais, das sangrias, dos velhos elixires cuja acção deveria exterminar os humores viciados.

Uma primeira constatação se impõe: a manutenção do corpo ou mesmo a atitude preventiva face à doença não foram transportadas para o mundo contemporâneo. Inumeráveis são os procedimentos antigos, visando a activação dos órgãos, à sua preservação de toda a atenção exterior. Uma segunda constatação também: a de uma sobrevivência de grandes marcas; a vontade de purificação atravessa o tempo, habitada pelo receio dos resíduos, aqueles que ameaçam o corpo de qualquer inexorável decomposição. As imagens de força também percorrem o tempo: a força imediata trazida pela alimentação e pelas bebidas; a força mais elaborada trazida pelo exercício, pelo regime de vida ou pela farmacopeia. Força e purificação: dois princípios que, desde há muito tempo, norteiam a manutenção do corpo.

Persistem, obviamente, obscuras continuidades: alguns supersticiosos de hoje não desdenhariam a história do rei medieval convencido de afastar as epidemias graças à luminosidade da sua safira, um especial anel, «atraindo» com tanta força a pureza que ameaçava partir-se quando o senhor «estava no jogo amoroso com a sua mulher»¹. As diferenças, portanto, são determinantes no grau a proximidade de certas imagens: a insistência na sangria preventiva, por exemplo, decisiva ainda na Castille de Gil Blas de Santillane², nos começos do século XVIII, é largamente invalidada nos decénios seguintes. A sangria já não é

¹ J.-J. Wecker, *Le Grand Thrésor ou Dispensaire et Antidotaire des remèdes servant à la santé du corps humain*, Genebra, 1610, p. 57.

² A. R. Le Sage, *Histoire de Gil Blas de Santillane. Romanciers du XVIII^e siècle*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1966. A sangria é aqui sistematicamente utilizada tanto para a manutenção como para a cura: «Não se pode sangrar demasiadamente um doente», t. I, p. 571.

um procedimento de manutenção no final do século XVIII. A perda de sangue tornou-se inútil e perigosa. Os «elementos» a eliminar mudam de estatuto, enquanto que a sua própria presença se torna mais pressionante e mais constante. Opera-se um trabalho sobre o sensível, visando os aspectos cada vez mais ínfimos: secreções discretas e rejeições escondidas. Opera-se também um trabalho sobre o perigo, visando novos riscos com as toxinas, micróbios ou impurezas infecciosas. É no próprio seio do projecto de «purificar» que, a longo prazo, mudam totalmente as expectativas e os objectos de estudo. São estas as linhas imaginárias que é preciso reconstituir.

História dispersa, enfim, heterogênea, como esta história da manutenção do corpo, tais são as diferentes práticas que ela leva em conta, tão variadas e esmiuçadas são, as inquietações que contém. Os preceitos tradicionais sobre os modos de prolongar a vida são largamente sensíveis ao detalhe, sublinhando, por vezes, até à minúcia, mil gestos aparentemente sem relação entre eles: escolha dos alimentos, vigilância dos odores, do ar, dos climas, a atenção sobre as atitudes durante o sono, curiosidade sobre os efeitos do calor, do frio, dos espirros ou mesmo dos bocejos. O risco sanitário em função da dispersão, o da desconexão, ou até o da incoerência. A representação do corpo, portanto, oferece um tema de convergência, a ocasião de unificar o sentido destes actos nitidamente separados. Determinante, por exemplo, é a diferença entre o conjunto das preservações medievais, totalmente dependente de forças cósmicas, habitado pelos signos do Zodíaco, imerso no ciclo dos planetas ou no ciclo das estações, e o conjunto das protecções «clássicas», submetidas às mecânicas, moldadas pelas analogias físicas e maquinais, até ao artifício. Diferente ainda, o conjunto de defesas energéticas, o do século XIX, unidade orgânica tanto mais eficaz e protegida quanto dispusesse de fontes calóricas para se mover e de potência nervosa para se controlar. Foi necessário este novo princípio de rentabilidade «combustiva» em meados do século XIX, para que fossem também reorientados os valores dados à alimentação, às bebidas, ao ar respirado, ao trabalho, ao repouso, ao asseio do corpo, que se espera deixe penetrar o oxigénio pela pele. Trata-se aqui de uma rotura no tempo. A história reúne, então, estes modelos do corpo, a cujos princípios de resistência e de eficácia orgânicas se referem sucessivamente.

É impossível, certamente, seguir esta história sem a confrontar com a história das organizações e mais ainda a história das políticas sanitárias. A intervenção das comunidades pesa sobre as condutas de cada um. O Estado monárquico, por exemplo, na sua afirmação moderna, acumula as intervenções sobre os gestos de preservação. Os regulamentos impostos às cidades contribuíram para a erradicação das pestes, no século XVII, renovando as inquietações e os investimentos colectivos. Exactamente como a organização do trabalho, a partir do fim do século XVIII, a tentativa de o tornar mais regular, mais seguro, transforma as vigilâncias individuais. Parcialmente, no mínimo, a manutenção do corpo parece promovida pela gestão das cidades. Eis uma das condições. Ela acompanha, expressamente, o desenvolvimento dos grandes mitos comunitários, o das referências obscuras à unidade de grupo com as suas crenças e as suas tensões.

Nunca esta solidariedade comunitária pareceu tão elaborada como hoje: investimentos governamentais na investigação, sofisticação das estratégias pre-

ventivas, extensão de uma segurança social lenta e laboriosamente adquirida. Mas nunca este último fervilhar solidário pareceu tão ameaçado: fim do Estado-Providência, sentimento crescente (por vezes subjectivo) de riscos sanitários mal controlados, crescimento quase selvagem do mercado da saúde, definição mais personalizada dos critérios de saúde. O corpo social e o corpo individual parecem, então, mais fortemente confrontados.

A história da prevenção do corpo é, em primeiro lugar, a história de uma conquista individual, uma lenta precisão desta saúde que George Canguilhem mostrou tornar-se «relativista e individualista»³, um aprofundamento da autonomia, senão da intimidade. É também a de um empenhamento colectivo. Uma história que se torna a de um ajustamento sempre difícil entre a política sanitária e as exigências privadas. Ajustamento tanto mais exigente, hoje, que as velhas solidariedades autoritárias não saberiam levar a bom termo.

Esta história deve, assim, seguir as transformações conjuntas do imaginário do corpo e do imaginário do grupo.

³ G. Canguilhem, *Le Normal et le Pathologique*, Paris, PUF, 1966 (1.^a ed. 1943), p. 107.

PRIMEIRA PARTE
OBEDECER AO COSMOS
SÉCULOS XIII A XVI

CAPÍTULO I

A FORÇA DOS CONTACTOS

Lenda, certamente, a história da herdeira agonizante, isolada no último castelo de *A Demanda do Graal*, no século XIII, mas subitamente curada da lepra por um sangue muito «puro»¹: extraído de uma virgem que passa perto do castelo, feita prisioneira antes de ser longamente sangrada; o líquido virginal apaga as podridões e as chagas apenas pelo contacto. A cura pertence mais ao mito do que à medicina. Assemelha-se mesmo ao milagre. Mas coloca em relevo dois princípios medievais que estabelecem a eficácia curativa de certos objectos. A sua pureza, em primeiro lugar, qualidade impregnada de imaginário e, neste caso preciso, de moral; resultado do exercício das analogias, de uma investigação onde dominam as semelhanças e as comparações. O segundo princípio é o do contacto: o sangue da donzela espalhado sobre a pele age por contiguidade, como o fazem ainda mais fortemente os amuletos, pendentes ou jóias usados para comunicar as suas virtudes «purificadoras».

Mantém-se os mesmos princípios quando se trata não apenas de curar, mas de proteger: a ambição preventiva, ainda aqui, é a de afastar todo o contacto impuro; a inquietação maior, reiterada a ponto de parecer a única, é a das podridões internas.

1. UMA DOENÇA EXEMPLAR

A lepra confirma até à evidência visual, as equivalências entre a doença e o cadáver no mundo medieval; carnes degradadas, deformação das feições, ressonância. A decomposição, aqui, não é só o mecanismo secreto da doença, a sua lenta progressão na obscuridade dos órgãos; ela é ainda, a queda ostensiva, a sua monstruosa encenação. Como o mostram os leprosos acossados em volta da fogueira de Isolda, no romance do século XII, desfigurados e putreficados: «Cem leprosos, deformados, com a carne roída e esbranquiçada, precedidos nas muletas pelo bater das matracas..., as suas pálpebras inchadas, os olhos raiados de

¹ *La Quête du Graal* (século XII), Paris, Éd. du Seuil, col. «Points Sagesses», 1982, p. 270.

sangue..., os seus andrajos colados às chagas que ressumam.»² Homens disformes e já sem rosto. A lepra é tanto mais temida quanto torna mais visível o apodrecimento.

Do mal assinalável ao mal obscuro

A transmissão da doença parece estar identificada: atribuída ao contacto, à proximidade, é sempre uma difusão trágica. É a decomposição que se comunica de um corpo a outro através de um mecanismo obscuro mas implacável: uma doença vinda dos «humores apodrecidos»³ para Arnaud de Villeneuve, ou vinda da «exalação maligna»⁴ para Constantino, *o Africano*; uma doença que torna a proximidade do doente alarmante, como o seu contacto e tudo o que o cerca. Daí o receio do toque, o receio do hálito também e a rejeição social resultante: «Por causa disso, torna-se necessário separar os leprosos dos outros homens, para que não corrompam o ar e tornem leprosas as pessoas sãs.»⁵ Resguardar-se neste caso, corresponde a rejeitar o doente: o distanciamento físico responde à impureza. O ritual da proscricção chega a ser um ritual de enterro. O costume rege a cena como um desaparecimento físico e religioso: missa de defuntos, gesto do padre apanhando terra do cemitério antes de a lançar por três vezes sobre a cabeça do Lázaro, com uma «pá na mão», palavras rituais, enfim, codificando a «separação»: «Meu amigo, significa que estás morto para o mundo, por isso resigna-te...»⁶ Mais do que qualquer outra doença da Idade Média, a lepra demonstra que doença é apodrecimento cadavérico.

A preservação conduz a uma total repulsão do doente, ao seu isolamento distante. Não que a exclusão seja conseguida ou absoluta. O regulamento da leprosaria de Lille, em 1239, proíbe aos leprosos o acesso à cidade, autorizando o acesso aos campos com a condição de não entrarem em nenhuma casa⁷. O regulamento de leprosaria de Périgueux, em 1217, autoriza mesmo a travessia da cidade, com a condição de não se deterem⁸. Daí os litígios, os incidentes: repetem-se as queixas nos séculos XII e XIII contra os «leprosos errantes, embriagados e luxuriosos, que vão a todo o lado, de povoação em povoação, de locais públicos em locais públicos»⁹. A matraca anuncia a passagem, e o medo focaliza bem outros males para além do descalabro físico. A lepra afasta e relega sem conseguir isolar totalmente. É esta a doença que põe em movimento a única medida de higiene pública no século XIII.

² *Le Roman de Tristan et Iseult* (século XII), Paris, «10/18», 1981, p. 85.

³ A. de Villeneuve, *Compendium medicine* (XIII^e siècle), Anvers, 1586 livro II, cap. XLVI, p. 109.

⁴ Constantino I^o Africain (século XI), citado por F. Bériac, *Histoire des lépreux au Moyen Age, une société d'exclus*, Paris, Imago, 1988, p. 25.

⁵ A. de Villeneuve, *op. cit.*, p. 109.

⁶ Direito consuetudinário citado por J. Somonnet, *Des institutions et de la vie privée en Bourgogne*, Dijon, 1867, p. 374.

⁷ L. Le Grand, *Statuts d'hôtels-Dieu et de léproseries*, Paris, 1901, p. 199.

⁸ F. Bériac, *op. cit.*, p. 185.

⁹ *Summa pastoralis*, diocese de Paris, século XIII, E. F. Ravaisson, *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques des départements*, Paris, 1841, t. I, p. 641.

Mais obscuras são as outras doenças medievais, «febres pútridas» ou «malignas», «catarrhos», «ranho», «fluxo ventral». A sua possível origem contagiosa, as suas formas, as diferenças entre elas estão mal descritas e, sobretudo, mal categorizadas. O universo patológico de Montailou, no final do século XIII é o melhor exemplo: quando o pastor Bernard Marty visita os nobres irmãos de Castels, no início do decénio de 1300, encontra-os aos quatro de cama. Ele descreve a morte rápida de três deles, associando-a à morte de muitos outros, sem evocar nunca qualquer eventual epidemia. Marty não relaciona estas doenças entre si. Não toma qualquer precaução directa. Não mais, aliás, do que Arnoud Teisseire, o médico mais próximo de Montailou, instalado em Lordat, onde concilia a actividade de notário com a de prático¹⁰. Poucas diligências preventivas aqui, e ainda menos nas aldeias mais carenciadas: a luta contra a morte tornada «inútil» por excesso de miséria.

Analogia do cadáver

Existem todavia algumas medidas de resguardo caóticas e dispersas, provenientes de uma imagem dominante: a proximidade do cadáver, a transformação da carcaça. Trata-se da referência mais tangível, e a mais simples também de atribuir uma forma sensorial à realidade frequentemente invisível e secreta do mal. Qualquer tipo de putrefacção, neste caso, alimenta a analogia: a doença desenvolve-se como o bolor; avança como a estagnação das águas paradas; cresce como as gangrenas ou como as mudanças sob os pântanos. O mal acciona a maleita através do contacto, pela proximidade, que permite pouco a pouco uma corrupção incontrolável.

A imagem é arcaica na cultura ocidental. Entre as mais reveladoras figuras encontram-se as de *La Légende dorée*, do século XIII, representando a doença por meio de vermes fervilhantes, multiplicando as cenas de larvas e vermes. Um meio pelo qual Jacques de Voragine, bispo de Gênes, autor da *Légende*, torna visível a intervenção divina: Deus orchestra as suas sanções assinalando-as aos olhos de todos pelo bulício destes animálculos. Mas também uma forma de apontar a doença, ao sugerir um incentivo à explicação, ao indicar uma causalidade orgânica: a analogia do cadáver pleno de vermes torna mais compreensível a acção da própria doença. Como na cura de Vespasiano, evocada ainda por Voragine: «Logo que os vermes lhe saíram pelo nariz, reencontrou a saúde.»¹¹ «Ou a lenta morte de Herodes, o corpo tanto mais martirizado quanto os bichinhos o invadiam, inumeráveis, abundantes, percorrendo e ocupando as carnes, transformando os órgãos em chagas imundas.»¹² Inclusivamente as figurações simbólicas, enfim, evocadas na apologia de um pregador alemão, no século XIII: o retrato de um menino com as costas cobertas de vermes e sapos aparece em sonhos a uma mulher que negligenciara a confissão; o pregador explica que a mulher é comparável ao menino por ter descurado a confis-

¹⁰ E. Le Roy Ladurie, *Montailou village occitan, de 1294 à 1324*, Paris, Gallimard, 1975, p. 329, n.º 2.

¹¹ J. de Voragine, *La Légende dorée*, (século XIII), Paris, 1909, p. 255.

¹² *Ibidem*, p. 60.

são das suas faltas: «Viva por um lado, ela é já cadáver e podridão por outro.»¹³ Culpabilização banal, desprovida de surpresa, mas que sugere a representação tradicional da doença: a presença da decomposição na própria vida, este misto entre a «pureza» do vivo e a «gangrena» do morto; a putrefacção tornada registo único onde se enuncia o mal.

Esta mesma marca aparece na cultura e na medicina árabe medievais. Não expõe Rhazes pedaços de carne pelos diferentes locais da cidade quando foi encarregue pelo emir 'Adud ad-Dawla da reconstrução do hospital de Bagdad no século x? «Onde a decomposição fosse mais lenta, o local seria mais sagrado, e a fundação assim era designada.»¹⁴ A podridão só por si traduz o mal.

Será isto a ausência de química, a ausência de ferramenta mental para penetrar a estrutura do orgânico? Em todo o caso a representação é aqui entregue às analogias mais familiares, às correspondências entre as sensações mais quotidianas: os odores, as imagens. As comparações são fundadas sobre a experiência sensível, a das carnes desfeitas: uma forma de dar um motivo à inquietação e tornar compreensível uma doença, frequentemente escondida na obscuridade do corpo. Outras tantas aproximações que a partir do pútrido e das suas imagens de órgãos definitivamente vencidos pela doença orquestrem evitar o mal.

O impacto destas imagens prosaicas ajuda a compreender melhor os regimes medievais. A primeira preocupação é a de afastar os riscos de decomposição, evitar a entrada da podridão no corpo, bem como evitar o seu aparecimento nas entranhas.

Os humores formam o corpo

As próprias representações corporais prestam-se a tais receios. O corpo é feito de substâncias eminentemente corruptíveis, aquelas que qualquer incidente torna imediatamente visíveis, emergindo das aberturas ou das incisões mais discretas: são os humores, esses licores fugazes à mínima ferida, presentes na saliva, o pus, as excreções várias. Líquidos misturados, vindos da assimilação dos alimentos, estes humores impregnam o conjuntos dos órgãos, infiltram-se nos seus espaços, ocupam as suas cavidades. Dão ao corpo consistência e cor. São o «princípio»¹⁵, restaurando as purezas, accionando as decomposições. As suas inconstâncias, as suas deteriorações causam as doenças. Os seus acidentes produzem os sintomas. Assim são os catarrhos, o que observa Volesce de Tarente, em 1387, em Montpellier: «Tão generalizado que nem um décimo da população ficou isenta; todos os velhos morreram.»¹⁶ Assim é o «fluxo ventral» que

¹³ Citado por J. Delumeau, *Le Pêché et la Peur, la culpabilisation en Occident, XIII^e-XVIII^e siècles*, Paris, Fayard, 1983, p. 55.

¹⁴ Citado por D. Jacquart e F. Micheau, *La Médecine arabe et l'Occident médiéval*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1990, p. 58.

¹⁵ Barthélemy l'Anglais, *Le Grand Propriétaire de toutes choses* (século XIII), Paris, 1556, p. 29.

¹⁶ Citado por J.-N. Biraben, «L'hygiène, la maladie, la mort», em *Histoire de la population française*, t. 1, *Des origines à la Renaissance*, sob a direcção de J. Dupâquier, Paris, PUF, 1988, p. 441.

levou São Luís, diante de Cartago, em 1270, descrito por Joinville, bruscamente consciente que o rei devia «finar-se rapidamente»¹⁷. Assim, é ainda o «sangue de mau odor» de que fala Barthélemy, *o Inglês*, que vê aí o sinal e a fonte de «espantosa doença»¹⁸.

Nada de estranho, contudo, nestes avatares húmidos: os humores não têm outros modelos para além dos líquidos familiares. Percorrem as mesmas «figuras»; modificam-se como o fazem as águas domésticas ou os fluidos naturais; pesados ou leves, turvos ou claros, conforme a parte do corpo, o temperamento ou a altura do ano, eles podem ainda tornar-se instáveis ou móveis, até se evaporarem em nuvens invisíveis. Daí as regras intuitivas para melhor os «dirigir».

Daí ainda a urgência de vigiar ou de aumentar o escoamento para favorecer a purificação. Não é o corpo protegido um corpo purificado? Os médicos de Carlos V mantêm durante longos anos uma fístula no seu braço para que por aí se possam escapar os humores e «venenos» malignos¹⁹. A morte do rei em 1380, teria sido, aliás, pela paragem deste fluxo e pela acumulação de corrupções que teria causado. São numerosas as correspondências entre os escoamentos possíveis, podendo substituir-se uns aos outros: as hemorroidas de Luís XI, por exemplo, tornam-se garantia de «longa vida», apresentadas a Christophe de Bollate, o embaixador milanês em 1473, mais como uma força do que como um perigo²⁰. Da mesma forma, o acto venéreo pode jogar com os humores: «Ele converte uma má condição do corpo e acalma a fúria, é útil aos melancólicos, leva os dementes à razão e suprime a concupiscência amorosa, mesmo se é praticado com outra mulher que não a desejada.»²¹ Insistência constante, enfim, acerca dos gestos de evacuação natural, um dos utensílios «imediatos» do regime medieval: «O homem não deve reter longamente a sua urina»²² da mesma forma que não saberia «reter os gases»²³.

Os sangrados também têm um lugar próprio nos séculos centrais da Idade Média: a prática deve descarregar sob controlo, o excesso de humores acumulados. O gesto está suficientemente instalado para ser objecto de convenção nas instituições: os regulamentos dos mosteiros medievais, o dos hospitais, o dos colégios também, além dos tratados de saúde, tomam-no explicitamente em conta. Os estatutos elaborados por Robert d'Harcourt para o colégio com o seu nome, em 1311, mencionam, por exemplo, o estado de fadiga dos alunos sangrados, autorizando-os a tomar alimentos «no seu quarto com um ou dois con-

¹⁷ Joinville, *Histoire de Saint Louis* (século XIII). *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1952, p. 361.

¹⁸ Barthélemy l'Anglais, *op. cit.*, p. 30.

¹⁹ Froissart, *Chroniques* (século XIV). *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Âge*, *op. cit.*, p. 477.

²⁰ P. M. Kendall, *Louis XI, l'intelligence au pouvoir*, Paris, Marabout, 1984 (1.^a ed. inglesa 1971), p. 300.

²¹ *De coitu* (século XI), citado por D. Jacquart e F. Micheau, *La Médecine arabe et l'Occident médiéval*, *op. cit.*, p. 117.

²² A. de Villeneuve, *Régime de santé pour conserver le corps humain et vivre longtemps* (século XIII), edição do final do século XV, s. p.

²³ *Le Régime de santé de l'école de Salerne* (século XI), Paris, 1630, p. 38.

discípulos»²⁴. Indicação banal, sem dúvida, se não revelasse que se trata aqui de uma situação deliberada, encarada independentemente de toda a doença, decidida apenas para manutenção do corpo. Os alunos sangram-se por precaução. Ao que se acrescenta, em vários regulamentos, a precisão de uma frequência anual: seis sangrias por ano para as freiras e para os monges do hospital Condesse em Lille, em 1250²⁵; seis igualmente no hospital de Vernon e no de Pontoise, pelo final do século XIII²⁶; cinco na congregação de São Victor evocada por Martène²⁷; mas apenas três para as lavadeiras do hospital parisiense, no século XIV²⁸. Diferença de estatuto social, sem dúvida nenhuma, privilégio traduzido de imediato pelo número de sangrias acordadas: as lavadeiras não têm o mesmo estatuto dos monges e das freiras.

Mais obscuras ficam as condições concretas deste gesto sobre o sangue: a compilação da abadia de São Victor, recenseia no século XIII vinte e três pontos possíveis de incisão²⁹: as veias do pescoço, das têmporas e da testa, para além de outros locais nas pernas e nos braços. Pouco importa se a intervenção é visível. A curiosidade pouco se detém no sangue a correr pelo rosto.

Uma outra prática de defesa tem um lugar determinante, insubstituível, mas reveladora ainda das sensibilidades e dos saberes do século XIII: o uso de objectos protectores, colocar sobre si materiais que afastem as decomposições: anéis, pedras, jóias pendentes em simultâneo, tidos por agirem pela mera presença do seu brilho ou da sua luminosidade. A purificação dirige então a escolha dos materiais.

2. AS JÓIAS DA SAÚDE

O exemplo frequentemente repetido no século XIII, de Galeno usando uma pedra de jaspé «sobre a boca do estômago», encarregue de «confortar» a digestão confirma a importância da prática³⁰. É a matéria, a sua substância mineral, que transmite como por mimetismo as suas qualidades próprias. Pedras e metais raros com a sua trama, a sua consistência inalterável e dura, o seu brilho, protegem tanto melhor quanto sejam mais puros. Alguns deles comunicam mesmo a essência do Sol do Oriente onde nasceram: «É no Oriente, nos países onde o ardor do Sol é muito vivo, que nascem as gemas e as pedras preciosas.»³¹ Ou-

²⁴ Statuts du collège d'Harcourt (1311), H.-L. Bouquet, *L'Ancien Collège d'Harcourt*, Paris, 1891, p. 74.

²⁵ L. Le Grand, *op. cit.*, p. 73.

²⁶ *Ibidem*, p. 171 e 129.

²⁷ Ver L. Gougand, «La pratique de la phlébotomie dans les cloîtres», *Revue Mabillon*, 1924, p. 5.

²⁸ M. Brière, *Collection de documents pour servir à l'histoire des hopitaux de Paris*, Paris, 1888, t. III, ano 1370, p. 7.

²⁹ *Recueil de l'abbaye Saint-Victor* (século XIII), M.-J. Imbault-Huart, *La Médecine au Moyen Âge à travers les manuscrits de la Bibliothèque nationale*, Paris, Éd. de la Porte Verte, 1983, p. 114.

³⁰ Comentário de P. A. Mathiolus ao livro de Dioscoride, *Les Six Livres de matière médicale*, Lyon, 1622, p. 540.

³¹ Hildegarde de Bingen, *Le Livre des subtilités des créatures divines* (século XII), Grenoble, Millon, 1988, t. I, p. 231.

tras ainda são tão puras que contêm em si o odor das fragrâncias vegetais, como essa variedade de ágata com perfume de mirra evocada no lapidário de Marbode³².

A jóia protege duplamente: afastando as «podridões externas», impedindo o desenvolvimento de «podridões internas». Ela ilustra a pureza explorada na sua versão mais sensível: um contacto encarregue de difundir as virtudes do objecto escolhido, contacto tanto mais precioso quanto assegure uma defesa definitiva. A pedra garantia contra qualquer surpresa. Segurança a todo o momento, ela evita mesmo a interrogação sobre a natureza da doença. Daí a importância destes pendentes preciosos, a menção regular de alguns de entre eles, explicitamente evocados nos inventários como o do duque de Berry, em 1410: duas pedras usadas «contra o veneno», unidas a uma pérola «pendendo de um cordão de ouro»³³, que consignam escrupulosamente os longos registos do irmão de Carlos V. O mesmo costume na corte da Provença, alguns decénios mais tarde: as «pedras contra a epidemia» recenseadas nos inventários do rei René, no século XV³⁴. O mesmo costume ainda com os «molhos» de pedras preciosas mergulhadas nas taças para proteger do veneno³⁵. Daí os *tratados de lapidária* julgados indispensáveis aos saberes da época, diferenciando³⁶ as pedras, as suas origens, alongando-se sobre os seus significados e sobre o seu valor protector³⁷. Objectos usados em cordão ao pescoço ou escondidos sob as vestes, permitindo uma defesa heteroclita constante, transmitem uma «quinta-essência», uma pureza que se opõe a toda a corrupção possível. A aprovação é geral, suficientemente profunda para ser adoptada até no segredo dos mosteiros: no Hospital de Troyes, por exemplo, em 1263, onde «nenhuma religiosa deve usar anéis ou pedras preciosas a não ser por causa de doença»³⁸. A própria Igreja legitima a existência destas forças invisíveis e «naturais».

A jóia defensiva está em proporção com a confusão dos males, protegendo tanto melhor quanto mais inumeráveis pareçam as desordens possíveis.

O contacto protector

O que não previnem estes objectos de atavio! O fim é multiforme e abundante. As pedras dos lapidários do século XIII protegem tanto das ameaças de males físicos como das «aproximações do inimigo»³⁹; elas tanto fortalecem o coração como «trazem amor entre homens e mulheres»⁴⁰; têm efeitos corporais

³² J.-P. Albert, *Odeurs de sainteté, la mythologie chrétienne des aromates*, Paris, EHESS, 1990, p. 65.

³³ J. Guiffrey, *Inventaire de Jean duc de Berry*, Paris, 1894, t. II, n.º 1143.

³⁴ A. d'Agnel, *Les Comptes du roi René*, Paris, 1910, t. I, p. 337.

³⁵ G. Morgane Tanguy, *Anne de Bretagne, jardins secrets*, Paris, 1991, F. Sorlot e F. Lanoire, p. 117.

³⁶ As mais puras destas pedras, esmeraldas ou safiras, são sempre as mais eficazes.

³⁷ L. Pannier, *Les Lapidaires français des XII^e, XIII^e, XIV^e siècles*, Paris, 1882.

³⁸ P. Gaignard, *Anciens Statuts de l'hôtel-Dieu Le Comte de Troyes*, Troyes, 1853, p. 43.

³⁹ *Lapidaire* (século XIII), L. Pannier, *op. cit.*, p. 79.

⁴⁰ *Idem*.

como morais. Permitem «vencer todos os perigos»⁴¹, como a ágata de que o Grande Alberto sublinha a regularidade e a delicadeza dos veios; ou os crisólitos e os ónix, troféus de longos combates, num conto silesiano do século XIII, protegendo da água e do fogo, preservando «quem quer que os use em torneio»⁴², repelindo enfermidades e doenças. Mélusine, no romance de Jean d'Arras no século XIV, ilustra a variedade destas referências. Ela dá aos filhos, ao embarcarem em La Rochelle, na expedição de Famagouste para enfrentar os «infiéis sarracenos», dois anéis, duas jóias encarregues de prevenir males físicos, mas também de assegurar a vitória nos combates, e mesmo de proteger contra os «encantamentos»⁴³.

Mais profundamente estas expectativas dissonantes revelam o estatuto ainda pouco específico da doença no século XIII: enfermidades ou desesperos estão misturados no mesmo processo genérico de defesa: os desejos naturais raramente são distinguidos das expectativas não naturais, assim como as desordens de causa física raramente são distinguidas das de causas ocultas. As doenças detêm várias origens entrecruzadas; do acidente orgânico ao «decreto» divino, da fraqueza das carnes ao feitiço humano. O mundo fica habitado por forças ainda amalgamadas e plurais. É a essas forças que se espera que a jóia responda.

Não que a doença não tenha sempre os seus próprios sinais; vários males físicos, já se disse, são distintos. Mas este recurso às pedras revela o quanto esta distinção comporta zonas de sombra. A jóia tolera uma margem de imprecisão na definição da doença, afastando totalmente a inquietação a seu respeito.

Estes objectos raros, frequentemente dispendiosos, têm equivalentes mais modestos: dentes ou cornos inumeráveis, ossos usados ao pescoço, dissimulados ou visíveis sobre as vestes mais humildes. Monteux, ainda no século XVI, aconselha a proteger os «pequenos» suspendendo ao seu pescoço dentes de lebre e dentes de cão, dentes de lobo e dentes de golfinho⁴⁴. Ele evoca os marfins, os resquícios esmaltados, as concreções polidas, todas as substâncias que dotam a pureza de uma particularidade suplementar. É que estes vestígios ósseos não são simples objectos inertes. Eles detêm uma relação particular com o vivo. Estão em simultâneo «dentro» da vida e «além» dela. Vindos da vida, são imputrescíveis, e mantêm o inalterável no próprio corpo, transpondo as carnes para fora do tempo.

As pedras e também os metais são na Idade Média, supostamente, procedentes do orgânico. Não são eles engendrados pela terra, corpo presumidamente vivo? Os textos de Plínio, regularmente retomados, propagam a imagem das veias e de fibras preciosas, atravessando a terra como os canais de um imenso animal⁴⁵. É a percepção realista dos primeiros mineiros, seguindo os filões mi-

nerais nas entranhas terrestres. Com representações frequentemente precisas: como, por exemplo, a da árvore de ouro, nascida no centro do planeta, alimentada pelos seus licores, aquecida pelo seu fogo, estendendo os seus ramos até à superfície, misturada com outras plantas e outros metais; uma árvore sempre em crescimento, multiplicando e estendendo as suas ramificações para fornecer, nos próprios veios do solo, um metal sem equivalente; uma matéria quase viva⁴⁶; desde Téophraste que é, aliás, escutado que as pedras e os metais têm um sexo exactamente como os corpos vivos⁴⁷.

As relíquias medievais, apesar da sua história ser bem diferente, pertencem à mesma categoria de objectos. Vestígios orgânicos, reputadamente imputrescíveis, protegem as desagregações físicas e as suas consequências. A relíquia de São Thomas Becket, no século XII, impede as doenças, os acidentes, os sortilégios. Ela repele as chamas diante das quais um homem de Rochester pretende tê-la brandido. Ela transmite o poder do santo ao seu túmulo, aos objectos próximos e à água que corre da sepultura, o que torna esta «água de São Thomas Becket»⁴⁸ tão preciosa como os fragmentos de solo que a rodeiam. O contacto torna-se objecto primeiro de atenção. Daí as associações entre a acção física dos materiais puros e a acção mais sobrenatural dos objectos sagrados.

O corpo dos santos, os seus despojos sobretudo, são transfigurados em objectos puros. Alguns destes objectos trazem uma matéria cristalina, como a «lágrima do Senhor»⁴⁹ caída sobre Lázaro, conservada na abadia de Saint-Pierre-les-Selincourt na diocese d'Amiens, no fim do século XIII. Outras trazem uma pureza mais trabalhada, mais edificante, totalmente recomposta pelo sagrado. *La Légende dorée* multiplica os exemplos de graças saídas dos cadáveres dos mártires, despojos sempre protectores: Santo André, entre outros, cujo túmulo segrega um «óleo odorífero»⁵⁰, piedosamente recolhido; ou São Marcos, cujo corpo transportado de Alexandria para Veneza em 468 exala um intenso perfume por toda a cidade⁵¹.

O santo converte em pureza o que é geralmente entendido como podridão. Ele transpõe todos os elementos de decomposição no seu oposto. Daí a tradição de virtudes protectoras atribuídas à saliva de São Francisco, ou à «sujidade» das suas mãos e dos seus pés⁵². A imortalidade celeste do personagem sagrado transfigurou o seu lado humano. O dejecto é metamorfoseado; tanto mais precioso quanto encarna o exemplo de uma morte afastada e anulada.

⁴⁶ F. D. Adams, *The Birth and Development of the Geological Sciences*, «The golden tree» Londres, 1938, p. 286.

⁴⁷ R. Lenoble, *Esquisse d'une histoire de l'idée de nature*, Paris, Albin Michel, 1968, p. 298.

⁴⁸ R. C. Finucane, *Miracles and Pilgrims. Popular Beliefs in Medieval England*, Londres, Dent, 1977, pp. 89-90.

⁴⁹ P. Saintyves, *Les Reliques et les Images légendaires*, Paris, Laffont, col. «Bouquins», 1987 (1.ª ed. 1912), p. 955.

⁵⁰ J. de Voragine, *op. cit.*, p. 15.

⁵¹ *Ibidem*, p. 235; ver também P. Camporesi, *La Chair impassible*, Paris, Flammarion, 1986 (1.ª ed. italiana, 1983), p. 7.

⁵² P. de Marnix, *Premier Tome du tableau des différences de la religion*, La Rochelle, 1601, p. 402.

⁴¹ Albert le Grand, *Vertus des herbes, plantes, animaux et pierres* (século XIII); E. Santi-ni de Riols, *Les pierres magiques*, Paris, 1905, p. 36.

⁴² *La Ceinture* (século XIII), *Le Chevalier nu, contes de l'Allemagne médiévale*, Paris, Stock, 1988, p. 103.

⁴³ Jean d'Arras, *Mélusine* (século XIII), Paris, Stock, 1979, p. 113.

⁴⁴ H. de Monteux, *Conservation de santé et prolongation de vie, livre fort utile et nécessaire non seulement aux médecins, mais aussi à toute personne qui veult avoir sa santé corporelle sans laquelle cette vie est sans fruit*, Paris, 1572, p. 220.

⁴⁵ Pline l'Ancien, *Histoire naturelle de l'or et de l'argent*, Paris, Ed. Francesa, 1729, p. 1.

Os valores do sagrado são, então, com toda a legitimidade, associados à pureza das matérias: relíquias rodeadas de ouro ou de pedras preciosas, sacralização dos minerais. O rito real dos anéis protectores, na Inglaterra do século XIV, multiplica os exemplos de convergência. Eduardo II oferece, na Sexta-Feira Santa, no altar da catedral, uma determinada quantidade de ouro e de prata. A dádiva inclui as moedas julgadas mais nobres e mais perfeitas. O rei «resgata-as» logo de seguida com espécimes mais comuns depositados em troca. São estas substâncias reencontradas, realçadas por uma dupla sacralização, real e divina, que servem para fabricar os anéis protectores, objectos «a dar por medicamento a diversas gentes»⁵³. À sua matéria atribui-se a combinação de todas as purezas e protecções.

Pó de pérola e licor de ouro

A acção dos metais e minerais preciosos não se limita, na Idade Média, ao simples contacto físico. Eles são submetidos a tratamento e são trabalhados. Depois de moídos, pulverizados, estes objectos entram na composição de licores ou de poções de saúde. Multiplicam então os efeitos purificadores: como a hematite que um lapidário do século XII mistura com sumo de romã para prevenir «a boca sangrenta e espumosa»⁵⁴, ou o topázio que Hildegard de Bingen⁵⁵ deixa a macerar no vinho para actuar sobre as «gangrenas no interior do corpo» ou a safira que, ainda Hildegard mistura à saliva e aos vapores de vinho para «sanar o estômago»⁵⁶. Os elixires de vida podem ser feitos de jóias. Isabel da Baviera recorre às pedras em 1420, para prevenir um envelhecimento e um enfraquecimento já notórios: pérolas do Oriente minuciosamente moídas, reunidas com esmeraldas, rubis de Alexandria e jacintos; um lote comprado explicitamente «para a saúde da rainha»⁵⁷. Ingredientes por vezes encontrados em utilizadores mais modestos: Laplane assinala-os nas oficinas de Sisteron, nos séculos XIII e XIV, aos quais se acrescentam heteróclitas pulverizações de cornos⁵⁸.

Mas o ingrediente por excelência é o ouro, signo extremo de pureza. Na poção de Isabel, ferveu previamente um «ducado de ouro»⁵⁹. Num tratado de cozinha do século XIV recomenda-se «pó de ouro» para «fortalecer» os convivas⁶⁰. Uma mistura de ouro, enfim, está na base do bálsamo onde Olivier vai buscar a sua força para enfrentar os sarracenos no romance de *Fierabras* no século XIII. Um bálsamo protector que o torna «são e salvo»; tão precioso que vale, com os seus barris, o ouro de «quarenta cidades»⁶¹; tão eficaz que torna Olivier invencível em combate, originando por si só a vitória.

⁵³ Coroação de Eduardo II citada por M. Bloch, *Les Rois thaumaturges*, Paris, Gallimard, 1983 (1.ª ed. 1924), p. 160.

⁵⁴ L. Pannier, *op. cit.*, p. 81.

⁵⁵ Hildegard de Bingen, *op. cit.*, t. I, p. 249.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 243.

⁵⁷ A. Cabanès, *Remèdes d'autrefois*, Paris, 1905, p. 181.

⁵⁸ E. de Laplane, *Histoire de Sisteron tirée des archives*, Digne, 1848, t. II, p. 500.

⁵⁹ A. Cabanès, *op. cit.*, p. 182.

⁶⁰ Bibliothèque de l'École des Chartes, Paris, 1860, 5.ª série, t. I, p. 209.

⁶¹ *Fierabras* (século XIII), Paris, 1857, p. 46.

Todavia, este tratamento do ouro não está isento de perigo. Traz consigo algumas práticas confusas, a aproximação à alquimia e o manusear de misturas ocultas. Provoca vários acidentes: Thomas de Bologne, astrólogo privado de Carlos VI, é perturbado em 1384 na sequência de um elixir de vida de efeitos desastrosos sobre a saúde de diversos príncipes. A arbitragem de Bernard de Trévisé, sábio incontestado e diligentemente consultado, não conseguiu evitar o afastamento de Thomas⁶².

O licor de ouro na Idade Média não se torna menos o penhor mais sólido de pureza. Em 1480 são ainda fundidos «noventa e seis escudos de ouro velho»⁶³ pelos boticários de Luís XI, para «certa beberegem chamada *aurum potabile*, que lhe foi prescrita como medicamento»⁶⁴. Beberegem rectificada após várias destilações cuja fórmula se mantém secreta. O processo mobiliza tempo suficiente para que o seu inventor, o italiano Férault de Bonnel possa requerer e obter junto de si a presença da sua mulher especialmente enviada de Piémont para o assistir. O metal solar detém um prestígio por muito tempo dominante, reunindo raridade e pureza.

3. ESPECIARIAS E AROMATIZANTES

Às substâncias cuja pureza é sugerida pelo toque e pela visão acrescentam-se, ao longo da Idade Média, aquelas cuja pureza é sugerida pelo sabor e pelo aroma. A qualidade dos objectos ou dos produtos protectores depende então das sensações «brutas» que provocam. O seu valor está imerso no sensível. As impressões imediatas sugerem e orientam.

Trata-se de uma primeira «imagem» nas práticas de protecção e uma primeira lógica: uma confiança espontânea na mensagem dos sentidos. A pureza protectora vê-se, toca-se e respira-se. Especiarias e perfumes impõem-se de uma vez pelo agrado do seu sabor e do seu aroma. Será um bom paladar capaz de enganar? Poderia um eflúvio agradável trair?

As especiarias e a purificação

O valor das especiarias concerne na Idade Média a uma pluralidade de operações: não é verdade que juntamente com o aroma exercem uma acção particular sobre as carnes? Não é verdade que os seus efeitos se opõem às decomposições? É o que sugerem todas as *Passions de Notre Seigneur* do teatro medieval: Madalena dirige-se aos «mercadores de especiarias» para «ungir o corpo de Cristo»⁶⁵, afim de o proteger melhor; ela compra mirra, aloés ou gengibre; mistura-os antes de os usar como um bálsamo. Esta protecção da carne

⁶² W. Gauzenmüller, *L'Alchimie au Moyen Âge*, Paris, 1940, pp. 92-93.

⁶³ «Les Comptes du roi», citadas por P. Champion, *Louis XI et ses physiciens*, Lyon, 1935, p. 56.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Passion de Notre Seigneur* (versão do século XV), P. Dorveaux, *L'Épicier du mystère de la Passion publié par Achille Juvénal*, Paris, 1911, p. 5.

influencia até a imagem da alimentação: absorver especiarias é desviar a podridão e afastar a presença da morte na vida. Barthélemy l'Anglais di-lo muito concretamente apesar dos seus termos exóticos: «a pimenta faz espirrar e purga o cérebro das superfluidades fleumáticas e come a carne má e limpa os membros espirituais das superfluidades rijas e viscosas»⁶⁶. Comer alho tem o mesmo efeito: «o alho separa os humores gordos e expulsa-os»⁶⁷. A acção das especiarias é dupla: areja os humores e evacua-os.

Outros condimentos, como o sal, pelo seu gosto, desempenham um papel semelhante: «júbilo e deleite da nossa vida»⁶⁸, género precioso que tem «a virtude de destruir e limpar os humores apodrecidos»⁶⁹, o sal combina o efeito gustativo com a acção sobre as carnes de que as salgas de caça ou de peixe são os exemplos mais vivos. A mercadoria é considerada tão preciosa que um decreto do início do século XIII impõe a todos os navios que regressassem por Veneza a necessidade de transportar uma certa quantidade de sal⁷⁰. Este valor largamente assumido levou Carlos de Anjou em instituir, pela primeira vez, o monopólio estatal do sal na Provença da segunda metade do século XIII⁷¹.

O sal tem mesmo um efeito mais perturbador: o padre medieval utiliza-o para que uma vez «o diabo posto em fuga, venha o espírito da sabedoria»⁷². Recorre ao sal para proteger os umbrais das casas, para afastar o mal nas unções mais diversas. Comer salgado deveria, aliás, ajudar a «caçar os demónios»⁷³, bem como a neutralizar os espíritos maléficos: uma expulsão, sem dúvida, mais moralizada. Também o sal combate forças combinadas.

O gosto violento das especiarias tornava-as mais especificamente purgativas. Desde o século XIII que existe a prática do consumo de especiarias depois das refeições para facilitar a digestão: «depois das carnes, serve-se em casa dos ricos, para fazer a digestão, anis, funcho e coentros, conservados em açúcar»⁷⁴. Prática suficientemente reconhecida para que se criem novos instrumentos: as «caixinhas de drageias», taças ou caixas portadoras de especiarias, que circulam entre os convivas. Trata-se de um consumo de especiarias distinto do consumo da refeição — um momento particular de estimulação. O acolhimento feito aos ingleses na corte de França, descrito por Froissart em 1390, constitui uma versão solene: «Quando tinham jantado, voltaram ao quarto do rei onde lhes foi servido vinho e especiarias em grandes taças de ouro e de prata»⁷⁵. O mesmo papel

⁶⁶ Barthélemy l'Anglais, *op. cit.*, p. 170. Sobre o recurso médico às especiarias na Idade Média, ver, entre outros, B. Lauriaux, «De l'usage des épices dans l'alimentation médiévale», *Médiévales*, 1983, n.º 2.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 153.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 149.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ P. Meyer, *L'Homme et le Sel, réflexion sur l'histoire humaine et l'évolution de la médecine*, Paris, Fayard, 1982, p. 70.

⁷¹ J.-F. Bergier, *Une histoire du sel*, Paris, PUF, 1982, p. 52.

⁷² P. Meyer, *op. cit.*, p. 70.

⁷³ *Idem*.

⁷⁴ *Triomphe de la noble dame* (século XIV) citado por C. Husson, *Étude sur les épices, aromates, sauces, condiments et assaisonnements. Leur histoire, leur utilité, leur danger*, Paris, 1883, p. 12.

⁷⁵ Froissart, *op. cit.*, p. 804.

digestivo e a mesma pompa para as diversas recepções descritas no *Roman de Jehan de Paris*. Jehan, que disfarça a sua condição real sob modos burgueses, denuncia-a pelos convites faustosos, festas tão evocadas que sugerem o estatuto real deste herói mascarado. As especiarias e o ouro desempenham aí um papel central: «Cedo traziam especiarias e confeitos diversos em grandes taças de ouro e pedraria; depois os vinhos, de vários modos, por isso o rei se maravilha»⁷⁶. Gengibre, canela ou coentros, o próprio vinho, são aqui consumidos «à parte», bem depois da refeição. As especiarias consumidas para a digestão, suscitaram assim um ritual, pelo menos entre os privilegiados: manifestação de troca e ocasião de liberalidade; ligação entre a precaução higiénica e a sociabilidade.

Um efeito suplementar deve, aliás, ser tido em conta: as especiarias e os vinhos agem sobre os «espíritos», o elemento mais subtil dos humores. Matéria próxima do fogo, os espíritos comandam os gestos e os sentimentos, e desempenham o papel mais tarde atribuído ao influxo que passa através dos nervos. Eles percorrem os órgãos instantaneamente. Agem como um éter. As especiarias, neste caso, trazem a sua substância volátil, os seus compostos quase inflamáveis, partículas invisíveis e incandescentes: o açafrão «ilumina os espíritos e fá-los expandirem-se por todos os membros»⁷⁷, o cravo-da-índia «fortalece a virtude espiritual e ajuda a digestão»⁷⁸. O vinho é, igualmente, princípio «espirituoso», com os seus vapores e as suas fermentações. É ocasião de batalhas e de «disputas» nas trovas, cada um tido por assegurar ser o mais «fortificante», prometendo proteger dos males sempre mais e melhor do que os outros. Os vinhos de Paris são soberanos, visto que comparecem perante o rei, na trova do século XIII:

*Jamais doença teria
até ao dia em que morria*⁷⁹.

Mais concretamente, as especiarias e o vinho podem agir como chamas. Eles não só perseguem os humores malignos como os queimam. Eles mobilizam uma imagem arcaica, já presente nos textos antigos: a do fogo conservador da vida. A lamparina, o forno, com o seu invisível braseiro interno, acrescem à acção de purificação. *Le Secret des secrets*, evocando no século XIII as especiarias e o vinho como géneros de «longa vida», insiste sobre esta necessidade de conservar o fogo vital assimilado à «mecha embebida em óleo»⁸⁰.

Uma ressonância mítica

O valor purgativo dos produtos do Levante é tão importante no século XIII que invade as referências literárias e religiosas. Existe um mito sobre a origem

⁷⁶ *Le Roman de Jehan de Paris* (final do século XV). *Poètes et Romanciers du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1952, p. 748.

⁷⁷ Benoît de Nurcie, *La Nef de santé* (século XV), Paris, 1507.

⁷⁸ Barthélemy l'Anglais, *op. cit.*, p. 162.

⁷⁹ Vincent d'Andéli, «Bataille des vins» (século XIII), *Oeuvres*, Paris, 1881, p. 28.

⁸⁰ *Le Secret des secrets* (século XIII), in C. V. Langlois, *La Vie en France au Moyen Âge*, Paris, 1925, t. II, p. 92.

destas essências estrangeiras; uma história que mistura crença e sensações físicas, prazer do paladar e ilusão ao sagrado. Joinville evoca-a no seu relato das cruzadas: estes géneros aromáticos vinham de um local paradisíaco. É uma origem sobrenatural o que explica os seus efeitos. É o Nilo, saído do «Paraíso terrestre», que arrasta «gingibre, ruibarbo e canela»⁸¹. Um rio prolífico, fornecedor de abundância: «Diz-se que estas coisas vêm do Paraíso terrestre; que é o vento que abate as árvores que estão no Paraíso, e também o vento que abate nas florestas a madeira seca; a madeira seca saída do rio é o que nos vendem os mercadores neste país»⁸². Mito retomado regularmente no século XIII, com as suas variantes, as suas reformulações e as suas falsas precisões. É o Eufrates que se torna rio fornecedor para Barthélemy l'Anglais, canal misterioso de madeiras preciosas: o aloé, por exemplo, «lançado ao rio na Índia e na Babilónia; os que habitam perto do rio lançam os seus restos e recolhem-nos para uso medicinal»⁸³.

Pouco importa, de resto, o pormenor geográfico, o nome das águas ou o da cidade. Pouco importa o vale longínquo. Fica esta associação obscura entre especiarias e o «sagrado», esta repetida alusão ao sobrenatural. Uma alusão à qual a lenda do Graal dá ainda mais força: logo que o santo vaso, introduzido na sala real, levado pelos assistentes é deposto sobre a mesa de Artur, a atracção que determina a demanda é traduzida em termos físicos. Um enfeitiçamento sensual, uma comoção súbita do corpo, que só o efeito das especiarias parece ser capaz de evocar. Uma «perfeição» de odor, de gosto e de sabor também, que só elas parecem poder sugerir: «Ele entrou pela grande porta e desde que aí penetrou, a sala encheu-se de bons odores, como se todas as especiarias da terra aí fossem espalhadas»⁸⁴. Imagem retomada ainda para evocar a dependência de Galaad face ao escudo «encantado», na mesma récita, um dos mil sortilégios que a lenda arturiana multiplica: «Ele cheirava tão bem como se todas as especiarias do mundo tivessem sido espalhadas sobre si»⁸⁵. A mesma imagem, enfim, nas últimas cenas da demanda: a hóstia consumida pelos companheiros reencontrando e concentrando em si todas as «suavidades do mundo»⁸⁶. Mesmo o livro de Marco Polo, no final do século XIII, acumulando testemunhos precisos sobre a cultura das especiarias, o seu comércio, os seus trajectos orientais, nem sempre desmente a tradição «fabulosa». *Livre des Merveilles*, ele mantém o mistério sobre os seres e as coisas encontradas: o jardim de Mulect, por exemplo, na Pérsia, paradisíaco com os seus rios de mel e de água⁸⁷.

Também reveladores são os mitos que também associam as especiarias às imagens de rejuvenescimento e renascimento, jogando com metáforas de reco-meço. Se a Fénix do *Bestiaire Divin* de Guillaume de Clerc de Normandie re-

⁸¹ Joinville, *op. cit.*, p. 241.

⁸² *Idem*.

⁸³ Barthélemy l'Anglais, *op. cit.*, p. 152.

⁸⁴ *La Quête du Graal*, *op. cit.*, p. 63.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 76.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 300.

⁸⁷ Marco Polo, *Le Livre des merveilles* (século XIII), in É. Carton, *Voyageurs anciens et modernes, ou Choix des relations de voyages les plus intéressants*, Paris, 1861, t. 1, p. 285.

nasce em cada quinhentos anos, transfigurada pelo fogo, é porque o animal consumiu inicialmente canela, gengibre, noz-moscada ou funcho. Primeiro «carregou-se de excelentes especiarias preciosas e de diversas espécies»⁸⁸. O próprio fogo é ateadado com sarmentos odoríferos. A Fénix regressa à vida pelos sabores e odores.

É ao rejuvenescimento das serpentes que são, enfim, por vezes, associados os aromas medievais. Perfumes e pedras preciosas podem habitar o corpo destes animais de muda, segundo o *Livre du Monde* de Vincent de Beauvais no século XIII: «Diz-se que há na Etiópia serpentes aladas. Há também serpentes que comem pimenta branca, que têm sobre a cabeça pedras preciosas.»⁸⁹ As víboras também apreciam os aromatizantes. Pausanias, desde a Antiguidade, descreve-as alimentando-se de bálsamo⁹⁰. Tal como o *Liber monstrorum* do século XIII descreve as serpentes do vale de Iorda na Índia, alimentando-se de pimenta branca e lançando o brilho da esmeralda⁹¹. Neste caso torna-se decisiva a ligação entre a muda animal, o rejuvenescimento, os aromatizantes e mesmo os minerais; melhor se explica também o fascínio pelo veneno regenerador da serpente: veneno, sem dúvida, mas de um ser cuja pele se renova com o tempo e cujo corpo se protege com os aromas.

As especiarias, substâncias regeneradoras, governam os recursos orgânicos e a longevidade. Elas percorrem o imaginário medieval, para além dos critérios da cozinha ou do agrado.

A força do gosto

As especiarias produzem uma acção mais imediata ainda, mais velada, raramente explicitada pelos textos. Assim que os *Cris de Paris*, no século XIII, propõe «o pão de especiarias para o coração»⁹²; ou assim que Ogier, esgotado, é restabelecido pela pimenta acrescentada à sua carne, os seus *Coelho com pimenta moída que fazem regressar o vigor ao coração*⁹³, está claro que é suposto as especiarias fortalecerem o corpo pelo choque que provocam. Elas operam pela sua força impressiva. Elas abalam, agem menos pela sua pureza que pela sua intensidade sensível, menos pelo seu agrado do que pela sua brutalidade. Uma comoção dos sentidos, um efeito de perturbação insistente e durável. Uma forma de jogar com a sensação, mas convertendo a sua veemência em resistência e robustez. Seguramente uma das referências mais antigas: a confiança obscura dada às comoções imediatas do sensível.

As especiarias são aqui directamente «fortalecedoras», agindo com a violência do sabor e do gosto. São consumidas em situação de esforço e de fadiga. Recursos de Quaresma como mostram as contas de João, o Bom, prisioneiro em

⁸⁸ Pierre de Beauvais, *Bestiaire* (século XIII) *Bestiaires du Moyen Âge*, Paris, Stock, 1980, p. 31.

⁸⁹ Citado por J.-P. Albert, *Odeurs de sainteté*, *op. cit.*, p. 118, n.º 24.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 118.

⁹¹ *Idem*.

⁹² Citado por C. Husson, *op. cit.*, p. 5.

⁹³ L. Gautier, *La Chevalerie*, Paris, 1884, p. 634.

Londres em meados do século XIV: a contabilidade das especiarias do rei revela o dobro ou o triplo da despesa mensal na compra de gengibre, canela, cravo-da-índia, açúcar e coentros, durante a Quaresma de Fevereiro ⁹⁴. Recurso também para as grávidas, como mostram as contas dos irmãos Bonnis, intermediários montalbaneses do comércio do Oriente na primeira metade do século XIV. Trata-se aqui de uma verdadeira mistura de essências diferentes, picantes, apimentadas ou mesmo açucaradas: um cônego de Montauban envia em 1345, a uma «senhora» da cidade, gengibre, pimenta, açafraão, cravo-da-índia, depois da sua gravidez ⁹⁵; ou Pierre Verdu, burguês da mesma cidade, encomendando, em 1345, aos irmãos Bonnis, canela, pimenta, gengibre, cravo-da-índia para a sua mulher grávida (*que a senhora estaria aguada*) ⁹⁶. Mistura extrema para avivar os sentidos. Um dos primeiros modelos da excitação criada por qualquer droga.

O recurso a estes géneros do Oriente subentende por vezes uma intenção sexual: as especiarias, pelo seu perfume, pelo sabor sempre mesclado de calor ardente, seriam quase todas «luxuosas»: a pimenta, em particular, que «fortalece», o anis que «provoca urina e irrita a luxúria» ⁹⁷, ou a noz-moscada «grandemente adaptada à nossa voluptuosidade» ⁹⁸. Uma associação retomada muito para além dos textos médicos: as trovas repetem a cena de padres ou de monges apaixonados, aprovisionando-se de «carne guisada e de *pâté* de pimenta» ⁹⁹, antes de se encontrarem com as amadas, intensificando assim os prazeres. Ou Yolaine, esperando impacientemente a partida de um marido incómodo para enviar o seu companheiro «do coração» procurar «pimenta e cominhos» que os dois amantes consomem apaixonadamente, antes «de se deitarem, de se beijarem e de se abraçarem» ¹⁰⁰. Ou o jovem de Boccace, tentando seduzir Monna Belcolare, oferecendo-lhe regularmente ramos de alho fresco ¹⁰¹. O alho que Platine julga, na mesma época, susceptível de empurrar os homens para os «excessos e entusiasmos delirantes» ¹⁰².

A bebida «extrema»

O vinho misturado com especiarias, o «clarete», é mais estimulante ainda com o seu sabor picante e o seu mel intensificando as excitações gustativas;

⁹⁴ «Journal de la dépense du roi Jean le Bon en Angleterre» (1 de Julho de 1359- 8 de Julho de 1360), in L. Douët d'Arcq, *Comptes de l'argenterie des rois de France au XIV^e siècle*, Paris, 1851, p. 195 sq.

⁹⁵ «Livre des comptes des frères Bonis, marchands montalbanais du XIV^e siècle», *Archives historiques de la Gascogne*, 1890, p. 140.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 203.

⁹⁷ Benoît de Nurcie, *op. cit.*

⁹⁸ B. Platine, *L'Honnête Volupté* (século XV), Paris, 1871, p. 176.

⁹⁹ Citado por E. Barbazan, *Fabliaux et Contes des poètes français des XII^e, XIII^e, XIV^e et XV^e siècles*, Paris, 1808 (1.^a ed., 1756), t. IV, p. 182.

¹⁰⁰ Citado por A. de Montaiglon, *Recueil général et complet des fabliaux des XIII^e et XIV^e siècles*, Paris, 1872-1890, t. V, p. 222.

¹⁰¹ Boccace, *Le Décaméron* (século XIV), Paris, 1878, t. II, p. 217.

¹⁰² B. Platine, *op. cit.*, p. 181.

é o *clareya*, recenseado por Stouff nas contas do *studium papal* de Trets, no início do século XIV ¹⁰³: um líquido de festa, servindo também de poção médica. É a beerragem servida na recepção solene de Flamenca, no romance do século XIII: «A mesa foi abundantemente guarnecida de favos de mel e de vinhos condimentados, de assados, de frutos e de caldas.» ¹⁰⁴ É a beerragem das festividades amorosas, como a do cavaleiro que «fazia falar as mulheres», ocupado com uma condessa que o convida:

*Carnes frescas, de caça
E de vários pratos de peixe
E de vinhos novos e velhos
E de picantes e claretos* ¹⁰⁵.

O *hypocras* é o outro nome deste vinho muito especial; com o seu patronímico médico (o «vinho de Hipócrates»), designando melhor ainda o misto de remédio e de bebida de agrado. A sua composição, de gosto elaborado, está descrita por *Le Mesnager de Paris*: canela, gengibre, *garingal* e açúcar, «esmagados e destemperados» num «lote do melhor vinho de Beaune» ¹⁰⁶. Especiarias e vinho de Borgonha, referência suprema dos provadores parisienses. Villon sonha ainda com o *hypocras*, no século XV, modelo que acumula todos os sabores; bebida miragem, fora do alcance dos bebedores sem dinheiro:

*Beber hypocras de dia e de noite
Rir, folgar, mimar e beijar
E nu a nu para melhor aos corpos agradar* ¹⁰⁷.

Não que a «água-de-vida» seja ignorada, com a sua concentração pelo fogo, a sua destilação, que fazem dela um líquido aparte: o alambique está presente entre os utensílios do alquimista, a «água-ardente» está presente na farmacopeia. Jean de Roquetaille, monge obscuro de Aurillac, faz mesmo o panegírico maravilhado do licor, no início do século XIV, justificando esta expressão «água-de-vida», jurando que o uso regular desta quinta essência vivifica e rejuvenesce os velhos. Ela até ressuscita os mortos, assegura o monge: «Quando [o moribundo] a tiver no estômago, levantar-se-á imediatamente e falará.» ¹⁰⁸ O bom monge sabe como «proteger da corrupção os pássaros ou pedaços de carne postos em tal água» ¹⁰⁹, descreve pormenorizadamente o alambique, e pro-

¹⁰³ L. Stouff, *Ravitaillement et Alimentation en Provence aux XIV^e et XV^e siècles*, Paris, Mouton, 1970, p. 84.

¹⁰⁴ *Le Roman de Flamenca* (1250), in R. Nelli e R. Lavaud, *Les Troubadours*, Bruxelas, Desclée de Brouwer, 1960, p. 693.

¹⁰⁵ «Le chevalier qui faisait parler les femmes...» (século XIII), in E. Barbazan, *Fabliaux...*, *op. cit.*, t. III, p. 425.

¹⁰⁶ *Le Mesnager de Paris* (século XIV), Paris, 1846, t. II, p. 273.

¹⁰⁷ Citado por J. Favier, *François Villon*, Paris, Fayard, 1982, p. 87.

¹⁰⁸ J. de Roquetaille, *La Vertu et Propriété de l'eau ardente* (século XIV), Paris, 1581, p. 127.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 17.

põe a destilação de sangue humano para obter a «quinta-essência mais miraculosa». Insiste sobre o poder único de uma água susceptível de «proteger o nosso corpo da putrefacção»¹¹⁰. Mas esta água não é divulgada nos séculos centrais da Idade Média. Matéria secreta, objecto de uma transmutação de elementos, o seu conhecimento provém da alquimia. Ela é «emanação da divindade»¹¹¹, diz Raymond Lulle num texto esotérico. Matéria também inquietante, objecto da oposição de contrários, a sua composição combina categorias geralmente separadas, o frio e o calor, o seco e o húmido: «É água e, no entanto, queima, arrefece e reaquece, resseca e lava.»¹¹²

A água-de-vida mantém-se um género confidencial, perturbador e pouco usado. Enquanto que o *hypocras*, o vinho de especiarias, torna-se num género sedutor e líquido salvador. É a partir do seu modelo que são compostos os electuários e remédios «revigorantes» vendidos na casa Bonnis, em Montauban, em meados do século XIV. No caso das misturas, por vezes preparadas para os mais modestos, amalgamavam-se alho, arruda e cebola; produtos mais acessíveis aos humildes.

A teriaga é outro exemplo destas bebidas combinadas. A sua origem remonta aos textos antigos: acumulação de especiarias (várias dezenas de espécies segundo as fórmulas) misturadas no vinho, às quais se acrescenta veneno de víbora para lhes aumentar a força. A bebida é tida como recreadora do calor natural, *consolari et recreare nativum calorem*¹¹³. É a bebereagem que os cruzados usam, segundo Guillaume de Tyr no final do século XIII. Eles esperam dela uma protecção contra as mordeduras perigosas, e uma resistência maior à fadiga e às doenças: «Tomavam teriaga e todas as coisas com as quais cuidassem restringir o veneno.»¹¹⁴ Produto susceptível de ser consumido a qualquer momento graças a pequenos recipientes frequentemente transportados como relicários de que os inventários dos séculos XIII e XIV deixam vestígios: «Um teriacal ou relicário de casedónia branca»¹¹⁵, evocado no mobiliário de Carlos V; ou o objecto recenseado na abadia de Fécamp, em 1362: «Uma caixa de prata onde está o teriacal do duque.»¹¹⁶ Aparece sempre assegurada a relação entre a intensidade gustativa e a eficácia tónica do produto.

A teriaga é uma panaceia. Por causa do seu gosto, sem dúvida, da sua complexidade e também das suas combinações. Mas como ignorar o seu preço tão alto que a torna ainda mais preciosa?

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 12.

¹¹¹ Citado por J. Dujardin, *Recherches rétrospectives sur l'art de la distillation*, Paris, 1900, p. 39.

¹¹² S. Colnort-Bodet, «Eau-de-vie logique et "banqueroutiers du Saint-Esprit"», *Mélanges en l'honneur de Charles Morazé*, Toulouse, Privat, 1979, p. 311.

¹¹³ «Chronique du XII^e siècle» citado por J. Hacard, *La Thériaque au Moyen Âge*, Paris, 1947, p. 54.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ J. Labarte, *Inventaire du mobilier de Charles V*, 1879, n.º 2249, p. 145.

¹¹⁶ *Inventaire de l'abbaye de Fécamp*, 1362, in J. Hacard, *op. cit.*, p. 56.

Uma valorização social

No século XIII as especiarias percorrem longos trajectos. Elas são em primeiro lugar objecto de transacção com a potência sarracena. Mobilizam de seguida intermediários múltiplos, atentas manipulações e gestões a longo prazo: barcos que conduzem estas «ervas», grãos, flores ou cascas, desde as Índias ou da China até ao mar Vermelho, de seguida caravanas até Alexandria, barco ainda até Génova ou Veneza, e de dispersão, enfim, pelos balcões europeus. É o trajecto mais clássico, com os seus riscos e as suas inevitáveis obrigações de custo, mas também com os seus lucros: «A Sereníssima pratica nos entrepostos do Grande Canal um preço de venda quarenta vezes superior ao preço de compra na Ásia.»¹¹⁷ À chegada, as especiarias são tão preciosas que são encerradas em cofres; transportadas com cuidado, como as do rei René, levadas em mulas especialmente protegidas assim que o rei se desloca na Provença¹¹⁸. Muito simplesmente, elas são inacessíveis para muitos.

Existe uma gradação social no seu consumo. Não é de espantar que os 51 «camponeses», «domésticos», ou «jornaleiros» recenseados entre 1342 e 1350 nos livros de contas da casa Bonnis, intermediária em Montauban deste comércio do Oriente, sejam aí dispensados de qualquer aquisição de especiarias. Os compradores «modestos» ficam-se pelos produtos mais comuns: favas, trigo, fermento e, por vezes, calçado, vestuário e tecidos. Os compradores qualificados como «mercadores» ou como «burgueses», em contrapartida, acedem aos produtos do Levante: um em cada três ou menos, procuram-nos regularmente na casa Bonnis. Enquanto que os nobres, «donzéis», «bispos» e «senhores» locais entregam-se à compra constante e repetida de especiarias: gengibre, noz-moscada e canela, figuram em grande número em cada uma das suas encomendas¹¹⁹.

Claro que esta selecção é feita mais pelo preço do que pela cultura. A libra de açafrão (489 g) vale 64 cêntimos no final do século XIV¹²⁰, a libra da noz-moscada 50 cêntimos¹²¹, qualquer deles mais do que o preço de uma vaca, vendida por 42 cêntimos no condado de Beaubec em 1396¹²². Quanto à libra de pimenta, não excedendo uma dúzia de cêntimos¹²³, corresponde ao preço de um carneiro gordo, vendido por dez cêntimos e cinco dinheiros, em Saint-Martin-la-Corneille, cerca do ano 1400¹²⁴. Um electuário «revigorante» vale igualmente dez cêntimos em Montauban, cerca de 1380¹²⁵. As especiarias são um

¹¹⁷ P. Delaveau, *Les Épices, histoire, description et usages...*, Paris, Albin-Michel, 1987, p. 57.

¹¹⁸ A. d'Agnel, *op. cit.*, t. III, p. 30.

¹¹⁹ «Livre des comptes des frères Bonis», *op. cit.*

¹²⁰ G. d'Avenel, *Histoire économique de la propriété, des salaires et des denrées depuis l'an 1200 jusqu'à l'an 1800*, Paris, 1898, t. IV, p. 500.

¹²¹ *Ibidem*, t. IV, p. 503.

¹²² C. de Beaurepaire, *Notes et Documents concernant l'état des campagnes de la haute Normandie dans les derniers temps du Moyen Âge*, Paris, 1865, p. 353.

¹²³ *Ibidem*, p. 385.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 356.

¹²⁵ E. Forestié, *Apothicaire, Médecins et Chirurgiens montalbanais du XIV^e siècle*, Montauban, 1887, p. 5.

luxo cuja valorização é tão grande quanto a raridade do produto. É o que mostra a distribuição nos hospitais sempre limitada aos períodos da Quaresma: compensação de uma alimentação julgada demasiado «débil»¹²⁶. O que também se pode constatar em algumas narrativas que descrevem as refeições dos mais humildes; aquela que um modesto padre oferece a dois notáveis, evocado por Boccace é disso um exemplo. O anfitrião deseja uma festa bem sucedida e decide ornamentar a carne com um molho de especiarias. Mas como moê-las se lhe falta um almofariz de pedra? Só uma vizinha rica resolve esta dificuldade emprestando-lhe o almofariz. Episódio inofensivo se a raridade do utensílio não revelasse a disparidade social do recurso às especiarias¹²⁷.

Torna-se necessário estabelecer *nuances*. Existem sucedâneos. No século XIII há pelo menos um produto ditado de qualidades comparáveis. É muito mais barato porque é local e caseiro: o alho, «a especiaria forte do povo», diz Platine. Um estimulante «bom para os homens de trabalho»¹²⁸, o consumo dos camponeses. É difícil apreciar a sua presença real. As contas pouco ou nada o assinalam. Em todo o caso, é certo o uso nas embarcações e nas galeras ibéricas no final do século XIII: distribuição aos marinheiros «de alhos e cebolas para os proteger da corrupção do ar do mar e das águas infectas»¹²⁹. O produto é considerado um conservante. Confirmam-no alguns testemunhos dispersos de médicos medievais: «Para caminhar come cebolas e alhos»¹³⁰. Mas é necessário reafirmá-lo, o alho é em primeiro lugar a «teriaga dos camponeses»¹³¹.

O espectro das especiarias segue o espectro social. O que confirma a sua importância. Ricos ou pobres combinam, através delas, o acto preventivo e a alimentação. Eles sonham com o acesso directo à saúde através do consumo destes produtos.

¹²⁶ P. Dorveaux, *Inventaire de la pharmacie de l'hôpital Saint-Nicolas de Metz*, Paris, 1894, p. 3.

¹²⁷ Boccace, *op. cit.*, p. 280.

¹²⁸ B. Platine, *op. cit.*, p. 181.

¹²⁹ J.-J. Hémardinquer, «Sur les galères de Toscane au XVI^e siècle», *Pour une histoire de l'alimentation*, sob a direcção de J.-J. Hémardinquer, Paris, *Cahier des Annales*, Colin, 1970, p. 88.

¹³⁰ Aldebrandin de Sienne, *Le Régime du corps* (século XIII), Paris, 1911, p. 69.

¹³¹ A. de Villeneuve, *Régime...*, *op. cit.*

CAPÍTULO II

A ORDEM DO MUNDO

Muito mais complexo é o regime alimentar. Processo raro, elaborado pelo pensamento dos sábios, esta vigilância dos alimentos continua a ser, no século XIII, um alvo pouco partilhado: quando muito por uma elite, ela própria muito limitada. Mas a dieta confirma uma forma de pensamento: o papel atribuído à pureza dos alimentos, em primeiro lugar, imposto pelos equilíbrios dos humores. Sublinha ainda mais uma ligação muito especial entre o corpo e o mundo, uma solidariedade entre os estados dos órgãos e o andamento do céu: o triunfo do pensamento analógico, a certeza na virtude das semelhanças, já posta em prática pelo uso de jóias protectoras. Não revela a virtude das pedras a existência de correspondências entre os objectos e o universo? Trata-se de um exemplo apenas de entre outros: o próprio regime aplica, até à sofisticação o princípio dos contactos analógicos e preservadores. O corpo não pode ser protegido sem se pôr sob tutela. Está submetido às forças invisíveis e subterrâneas do mundo.

1. O REGIME E OS ASTROS

O primeiro conselho alimentar é aparentemente simples: limita-se a uma afirmação da temperança. A sobriedade mantém o corpo e assegura a pureza interna. Tal é a resposta do colégio de Salerno escrita especialmente para Eduardo, o *Confessor*, no século XI, sobre a conduta saudável. Texto personalizado e destinado a um nobre, o que mostra também a sua raridade:

*Come pouco quando jantas
Não esteja muito tempo à mesa...*¹

A «reserva» é o fundamento do regime, antes mesmo da concordância com as forças do mundo.

¹ *Le Régime de Salerne*, *op. cit.*, p. 3.

«Moderação» e escolha alimentar

Idêntica reserva com Arnaud de Villeneuve que comenta no século XIII o *Régime de Salerne*: «O homem deve ser sóbrio ao beber e ao comer, porque beber e comer excessivamente torna o homem pesado e adormecido.»² Consequências forçosamente comentadas nos conselhos do trovador provençal por Bondurand: «Sei por boa razão que comer demasiado faz embranquecer os cabelos e torna-os grisalhos antes do tempo e faz aumentar o peso.»³ A indicação reúne as primeiras regras de conduta cortês, da qual as cortes senhoriais são as iniciadoras, por volta do século XIII: a importância da prudência e a necessidade de temperança; com esta condenação da «maneira como alguns agarram na terrina e engorgitam o conteúdo como se tivessem perdido a razão»⁴. Princípios de etiqueta e de saúde, estas regras preparam o comportamento «nobre», o da elite a quem se dirigem, valorizando o autodomínio. Nada mais do que o gradual polimento da cultura do cavaleiro, a intervenção sobre os seus gestos, os seus modos, a introdução de um comportamento de corte.

Práticas ainda pouco partilhadas no século XIII a não ser por alguns príncipes e clérigos. No entanto, estas prevenções propagam-se imperceptivelmente, no final da Idade Média; lentamente reconhecidas por outros, além dos sábios e dos nobres. As cartas do médico Ser Lapo ao seu amigo Francesco di Marco, banqueiro e armador toscano, por volta de 1380, mostram a sua progressiva ressonância na elite. A linguagem de Ser Lapo é familiar e viva. Os seus conselhos são numerosos, pragmáticos, atentos a várias práticas: do exercício à alimentação, do sono às purgas. São concretos e variam os exemplos: «Procura um bloco de madeira e uma serra e usa-a um bocado, ou, ainda, sobe várias vezes as tuas escadas a correr. Se não os teus alimentos não recebem a ajuda da natureza e tal como as brasas se apagam se não as avivarmos, o alimento congela no estômago por falta de exercício... O que quer dizer [também] que precisas de comer alimentos de fácil digestão e que ajudem as funções dos teus intestinos. E seria excelente para ti tomares um quarto de hora antes das tuas refeições, meio copo de um bom vinho tinto, nem demasiado seco, nem demasiado doce.»⁵ Evo-cando o «fogo» necessário, a leveza dos géneros e a importância da sua excreção, Ser Lapo transmite e confirma a tradição. Ele próprio pretende aplicar a moderação que aconselha a Francesco: «Muitas vezes, à noite, janto sobriamente e nada faz melhor à saúde do que um punhado de azeitonas: os médicos dir-te-ão.»⁶

Moderação relativa, claro, da qual é necessário medir a distância com critérios mais próximos dos nossos. A atitude proposta não passa ainda de um breve momento no calmo polir dos comportamentos e dos costumes. À sobrieda-

² A. de Villeneuve, *Régime...*, op. cit.

³ Citado por E. Bondurand, «Une diététique provençale» (século XIII), *Revue du Midi*, Setembro de 1895, p. 198.

⁴ «Contenance de table» (século XIII) in N. Elias, *La Civilisation des mœurs*, Paris, Calmann-Lévy, 1973 (1.ª ed. alemã, 1939), p. 122.

⁵ Citado por I. Origo, *Le Marchand de Prato, la vie d'un banquier toscan au XIV^e siècle*, Paris, Albin Michel, 1989 (1.ª ed. inglesa, 1957), p. 301.

⁶ *Ibidem*, p. 278.

de registada por Arnaud de Villeneuve, no século XIII, adapta-se bem uma bebedeira mensal, supostamente indutora das evacuações. Os vômitos que ela provoca, sobre os quais insiste Arnaud, preservariam «de cair em doença crónica»⁷. Outros vômitos se acrescentam, às vezes provocados pelo vinho da manhã. Moderação ainda embrutecida para a sensibilidade dos nossos dias, mas que difunde o que quer que seja de normas e preceitos.

Acrescenta-se, enfim, como sugere Ser Lapo, uma atenção à escolha e à qualidade dos alimentos e uma discriminação totalmente fundada na analogia. Os alimentos «fortalecedores» devem combinar pureza e ligeireza, acumular os espíritos, ajudando à cocção orgânica. O «bom suco» deve triunfar, o das fervuras de que os tratados de saúde multiplicam os exemplos. Os «sucos» extraídos de ervas aromatizantes, ou de carnes frescas, são os mais frequentes, o «bom suco de capão com açúcar»⁸, por exemplo, dado para «fortalecer» a jovem grávida em *Les Quinze Joies du Mariage*, no século XV.

A carne de aves sobrepõe-se a qualquer outro alimento sólido: ligeira e vigorosa, uma vez que enfrenta o ar e o voo, ela é tenra também, rosada, fácil de partir e de moer, pouco carregada de humidades e de viscosidades. Recomendada com insistência nos tratados alimentares, especificamente reservada às grávidas do Hospital parisiense do século XIV, a carne de capoeira opõe-se directamente às humidades ou às espessuras de outras carnes, à do javali, por exemplo, desaconselhada pelos «excrementos e impurezas que gera»⁹. Trata-se, mais uma vez, do receio dos dejectos, das humidades excessivas, sobrecarregando as carnes até precipitar as corrupções. São os animais oriundos das brumas e dos nevoeiros, vindos de zonas molhadas, saturadas de água, que trazem o risco de mais rápida decomposição. Demasiado pesados, demasiado húmidos, não poderiam, evidentemente, proteger a vida. A relação com a podridão estabelece a divisão entre alimento saudável e alimento insano.

É impossível, todavia, reconhecer nesta escolha de géneros as únicas sugestões sobre o regime de vida no século XIII. É que a aposta na alimentação é mais vasta. Está ligada à imagem do mundo: a conservação da saúde pressupõe uma afinidade muito especial entre o estado do corpo e dos astros, entre o curso dos órgãos e o curso das estações, dos ventos, do clima e das águas.

As referências cósmicas

A representação medieval dos «elementos» cósmicos é particular: ela promove uma semelhança indefinidamente repetida; o próprio corpo não é mais que o reflexo de uma ordem mais ampla. Simples espelho, repercute em cada uma das suas partes as que, mais extensas mas idênticas, compõem o conjunto do universo: «O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos vendo-se nas estrelas e a erva envolvendo nos seus caules os segredos

⁷ A. de Villeneuve, *Régime...*, op. cit.

⁸ *Les Quinze Joies du mariage* (século XIV). *Poètes et Romanciers du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1952, p. 607.

⁹ Barthélemy l'Anglais, op. cit., p. 177.

que servem ao homem.»¹⁰ O corpo é atravessado por «correspondências» e re-produz identicamente a natureza.

O regime deve obedecer a esta visão abstracta: ele supõe uma busca de semelhanças entre as qualidades dos géneros e as do corpo, entre a humidade dos climas e a dos órgãos, entre a sucessão das estações e a dos gestos, a dos sabores ou das habitações escolhidas: visão tão complexa que é, sem dúvida, pouco aplicada, mesmo que revele um princípio decisivo do saber e do pensamento.

A física medieval multiplica a este respeito as relações especulativas, acumulando analogias, sejam elas explícitas ou secretas. Ela constitui um sistema, um entrecruzar de concordâncias, cujo centro é constituído pelas qualidades evocadas na física antiga: o frio, o calor, o seco e o húmido. O mundo, como o corpo reuniria quatro polaridades, combinando-as duas a duas: frio-seco, frio-húmido, quente-seco, quente-húmido. Cada parte do universo, cada um dos objectos do espaço e do tempo privilegiariam uma destas quatro polaridades. Tudo pertenceria a um destes quatro estados possíveis. Daí uma imensa possibilidade de correspondências: uma ressonância universalizada, canalizada por «quatro»: as quatro estações, os quatro temperamentos, os quatro humores do corpo, as quatro idades da vida, os quatro grupos de planetas e os quatro grupos do Zodíaco. Daí, enfim, os cruzamentos que conjugam cada um dos quatro pólos¹¹: certas estações, certos temperamentos, certos alimentos ou climas, são compostos de qualidades idênticas, harmonizando juntos, as mesmas «vantagens» para o corpo ou as mesmas «desvantagens». O sistema é feito de convergências ou de divergências qualitativas: a Primavera, por exemplo, estação de substância húmida e quente exige os mesmos alimentos ou comportamentos da primeira idade da vida, os mesmos do temperamento sanguíneo, todos de substância similar, húmidos e quentes. A conduta, neste caso, é fundada em compensações: evitar, durante esta estação, o crescimento dos humores que abundam, «comer carnes ligeiras, purgar e tratar para os humores tirar»¹². As consequências são diferentes assim que a Primavera é comparada à velhice ou ao temperamento fleumático, de qualidade fria e húmida: neste caso, ao contrário, os atributos da Primavera devem ser privilegiados, compensando o engor-dar da velhice ou o frio da fleuma, os dois «frios e húmidos» semelhantes ao Inverno¹³. Compreende-se que o objectivo seja manter um equilíbrio, uma repartição equitativa dos humores: evitar uma perturbação que correria o risco de causar uma combinação perigosa com o seu cortejo de podridão e de corrupção. O processo que equilibra contribui para purificar.

Os planetas concorrem ainda para esta ressonância de qualidades, prescrevendo a sua influência conveniente, segundo os signos impostos à nascença ou segundo os momentos do ano¹⁴: Saturno, por exemplo, frio e húmido, torna os sujeitos sombrios e melancólicos, preocupados e lentos; Júpiter, pelo contrário,

quente e húmido, planeta radioso como a Primavera torna os sujeitos alegres e sanguíneos, enquanto que Marte, seco «quente e batalhador»¹⁵, é um planeta «mau» que conduz à cólera e às batalhas. Outra consequência: é preciso «receber a carne conforme a natureza do tempo»¹⁶, e ainda, claro, segundo o perfil dos planetas cuja influência é determinante sobre os temperamentos: «por isto é tido que há ervas mais quentes ou mais frias do que outras»¹⁷; esta «erva» muda os seus efeitos segundo as gentes, os climas e o céu. Lógica aparentemente perfeita, pois cada elemento do cosmos, incluindo os alimentos, pertence a uma ou a outra das quatro polaridades qualitativas. Lógica difícil, também, pois para um dado momento, para uma mesma pessoa, as qualidades do temperamento, as da idade, da estação ou dos astros, podem ser todas diferentes ou contraditórias. Podem opor-se todas até à confusão. O mesmo é dizer que muitas destas proposições ficam mais pela teoria do que realmente pela prática; mais formais do que realmente concretas. São um modo de pensar.

Vários indicadores revelam, todavia, aplicações bem reais: a preferência dos dias para sangrar, por exemplo, favorece o das conjunções quentes e húmidas que desenvolvem os humores; enquanto que as qualidades quentes e secas, pelo contrário, as canículas do Verão esgotando os humores, determinam os dias maus (*dies mali*), aqueles em que toda a perda de sangue deve ser evitada. A preocupação é suficientemente banal para figurar nas primeiras regulamentações dos barbeiros: os práticos são obrigados a comprar o «almanaque feito para o ano»¹⁸ ao primeiro criado de quarto do rei; documento que recenseia regularmente os dias favoráveis e os dias desfavoráveis.

As normas das comunidades religiosas privilegiam também as estações, os elementos mais directamente sensíveis do cosmos. Os preceitos de saúde, evocados pelo *Codex Guta-Cintram* no século XII para regulamentar o quotidiano das abadias alemãs, são exclusivamente sazonais. Indicados mês após mês, limitam-se a algumas frases breves e concisas, todas elas fundadas na analogia climática: em Janeiro «bebe em jejum, diariamente, meia libra de vinho. Bebe gengibre, ruibarbo, toma o electuário e a poção contra a sufocação; não te submetas à sangria por causa do frio excessivo porque o corpo alimenta-se do calor do sangue»¹⁹. Proposta evidentemente diferente é a de Agosto quando o calor e a seca se encontram no centro das preocupações: «Não te submetas à sangria; não tomes laxantes; não comas couves nem malvas, porque alimentam a bílis negra; não bebas hidromel, nem cidra, nem cerveja se não forem recentes; bebe absinto e poejo.»²⁰ É a alteração ou a fermentação provocada pelo calor que aqui suscita o perigo. Mas mesmo nestes últimos casos, a conservação da vida

¹⁰ M. Foucault, *Les Mots et les Choses, une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard, 1966, p. 32.

¹¹ Isidore de Séville, *Traité de la Nature* (século VII), in M.-J. Imbault-Huart, *op. cit.*, p. 56.

¹² Aldebrandin de Sienne, *Régime...*, *op. cit.*, p. 63.

¹³ *Idem*.

¹⁴ M. Santucci, «L'homme et les planètes dans les planches de l'homme anatomique et de l'homme astrologique», *Sénéfiance*, 1984, n.º 13.

¹⁵ B. Latini, *Le Livre du Trésor* (século XIII). *Jeux et Sapience du Moyen Âge*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1951, p. 748.

¹⁶ Barthélemy l'Anglais, *op. cit.*, p. 60.

¹⁷ B. Latini, *op. cit.*, p. 734.

¹⁸ Regulamento dos barbeiros de 1497 citado por T. Charmasson, «L'établissement d'un almanach médical pour l'année 1437», *Congrès national des sociétés savantes*, Besançon, 1974, p. 218.

¹⁹ *Codex Guta-Sintram* (século XII), in M. Parisse, *Les Nonnes au Moyen Âge*, Paris, Christine Bonneton, 1983, p. 162.

²⁰ *Ibidem*, p. 164.

supõe a fusão com a dinâmica do mundo. A intervenção sobre o corpo harmoniza-se com o movimento cósmico.

Aquilo a que se dá importância tem mais a ver com as mudanças do tempo do que com a laboriosa observação dos signos do Zodíaco. Não que a astrologia seja claramente condenada. A Igreja, apesar dos seus textos, não chega a proibir a leitura dos astros mesmo nas comunidades. Tomás de Aquino assiduamente confessa a sua influência; enquanto que Dante, no século XIII, sonha ter, ao percorrer o purgatório, «os olhos voltados para o vermelho do Zodíaco»²¹, decifrando numa disposição do Escorpião, o signo de um «castigo celeste»²². Nada mais que um exemplo da cristianização da astrologia.

A virtude das patuscadas

Existe um paradoxo nos séculos centrais da Idade Média: é que no momento em que se difunde esta cultura da temperança desenvolve-se uma outra cultura que busca a solidez do corpo no acumular de alimentos. O contrário da sobriedade: comer sempre vantajadamente para estar mais protegido. É o modelo de Ysengrin no romance do século XII, curado pela ingestão ilimitada de vitualhas, uma quantidade prodigiosa de caça aconselhada pelo seu médico²³. Modelo marcante porque funda uma tensão duradoura muito para além da Idade Média: a força bruta vinda do peso do corpo contra a força mais subtil vinda da frugalidade. As duas referências são opostas. Por vezes combinam-se. Várias razões, para já, explicam esta atracção medieval pela alimentação generosa.

O alimento prolífico é um sinal de poder, com os seus índices físicos e as suas valorizações sociais. O «letrado» nas trovas do século XIII, sem surpresa, «bem grande e gordo, comendo bastante»²⁴, jovem pujante, vigoroso, certo do seu ascendente, «muito apreciado», em todo o caso, pela «burguesia de Orléans» que soube seduzir. Ser gordo é um sinal de energia corporal. O que fundamenta a admiração por Moniage Renoart, despachando numa refeição cinco patês e cinco capões com duas medidas de vinho²⁵; ou por Guy de Bourgogne, homem «bem amplo», assustando os sarracenos com a sua robustez física, comendo e bebendo mais do que quatro cavaleiros²⁶.

A fome também está no horizonte destas imagens fabulosas. Ela sublinha até ao extremo o valor do alimento; é causada pela devastação que, entre o século XI e o século XIII agita uma Europa em que a falta de comunicações priva de práticas efectivas de armazenamento e onde a cultura extensiva retira qualquer possibilidade efectiva de excedentes. Desastres regulares acentuados por abates abusivos, pela fraqueza de rendimentos e pela falta de terras: Robert Fossier calcula nos registos de terras do final do século XIII que só um terço dos lares

²¹ Dante Alighieri, *La Divine Comédie* (século XIV), *Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard, 1965, p. 1141, v. 64.

²² *Ibidem*, p. 1699.

²³ *Le Roman de Renart* (século XIII), Paris, Stock, 1979, p. 113.

²⁴ «La Bourgeoise d'Orléans» (século XIII), *Contes et Fabliaux*, Paris, Stock, 1981, p. 105.

²⁵ *Moniage Renart*, BN, ms. françs, 368, fo. 246.

²⁶ *Guy de Bourgogne*, citado por L. Gautier, *op. cit.*, ed. de 1895, p. 632.

camponeses dispunham do mínimo de três a cinco hectares considerados necessários para alimentar uma família²⁷. Desastres suficientemente graves para atingirem, por vezes, os nobres e os poderosos, cujo desafogo os deveria poupar e que a crónica mostra, todavia, serem directamente afectados: «A fome estendeu os seus destroços e pôde reechar-se o desaparecimento de quase todo o género humano... A própria voz humana tornava-se estreita, semelhante a pequenos gritos de pássaros moribundos.»²⁸ É a imagem das nove pragas do Egito, retomada com insistência nos saltérios do século XIII²⁹; a imagem da doença perturbava regularmente o conjunto de uma comunidade até a despojar dos seus aprovisionamentos.

Comezainas e patuscadas tornam-se, de vez, miragens, sonhos que mobilizam a espera e que sustentam a esperança. Como a presença repetida dos países de Coccagne nos contos medievais, com os seus cenários cheios de carnes cozinhadas e animais no espeto, tão grande quantidade de provisões acumuladas que cobrem as colinas e os caminhos, tão ordenadas que se encostam aos muros e solos. Uma paisagem que se torna ela própria alimento: «As casas são compostas de barbos, sáveis e salmões, os tectos têm caibros de esturjões, vigas de salsichas e os telhados são de toucinho, de entrecosto salgado e fumado e de apetitosas carnes grelhadas.»³⁰ O alimento açambarca o espaço, preenchendo-o até ao horizonte.

A própria Igreja medieval nem sempre se pôde dissociar de tais imagens. Hugues de Saint-Victor, na sua *Institutions pour les novices*, no século XII, não censura a avidez, mas apenas o alimento «demasiado precioso e delicioso»³¹ e a delicadeza excessiva. Hugues parece ignorar o glutão. Também no século XIV quando Gerson recenseia os pecados no seu *Sermon pour la conception de la Vierge*, alonga-se sobre o orgulho, a descrença, a preguiça e a inveja, acusando-os de tornarem a juventude e a beleza «malcheirosas e enrugadas»³², mas não cita a excessão de nutrição nem mesmo a gulodice. Tanto silêncio torna-se indicador de comportamento: uma maneira de revelar o julgamento equívoco da Igreja medieval sobre a avidez alimentar. Este vício, para São Tomás de Aquino, continua a ser pecado venial, mesmo se o autor da *Somme Théologique* veja na «vida sóbria» e no «permanecer ao ar puro» os primeiros preceitos que «favorecem a longevidade»³³.

Esta cultura da alimentação massiva tem os seus desenvolvimentos próprios. Ela pode marcar a fronteira entre os afortunados e os outros, entre os nobres e

²⁷ R. Fossier, «Le temps de la faim», *Les Malheurs du temps. Histoire des fléaux et des calamités en France*, sob a direcção de J. Delumeau e Y. Lequin, Paris, Larousse, 1987, p. 135.

²⁸ Raoul Glaber, monge de Cluny no século XI, citado por J. Le Goff, *La Civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, Arthaud, 1967, pp. 298-299.

²⁹ *Le Psautier de Saint Louis* (século XIII), BN, ms. latim, 10525, fo. 31.

³⁰ *Le Pays de Coccagne* (século XIV), BN ms français, 7218, fo. 167.

³¹ Hugues de Saint-Victor, *Institution pour les novices* (século XII), citado por J.-L. Flandrin, «La distinction et le goût», in *Histoire de la vie privée*, sob a direcção de P. Ariès e G. Duby, Paris, Éd. du Seuil, 1986, t. III, *De la Renaissance aux Lumières*, p. 290.

³² J. Gerson, «Sermon pour la conception de la Vierge» (século XIV), *Six Sermons inédits de Gerson*, Paris, 1946, p. 418.

³³ Saint Thomas d'Aquin, *Opusculs* (século XIII), Paris, 1856-1857, t. VII, p. 527.

os que o não são. Aprofunda-se ao longo da Idade Média. Os soldados do duque de Brabant, cavaleiros da pequena nobreza, transitando entre Meuse e Rhin, no final do século XIV, tem uma ração de três quilos de pão e quilo e meio de carne por homem e por dia ³⁴. Quantidade que nada tem em comum com a das refeições dos servos frequentemente limitadas ao pão, ao azeite e ao sal. As refeições evocadas por Olivier de La Marche e as evocadas por Le Fèvre, na corte de Borgonha, cerca de 1450, promovem, segundo eles, os pratos a arquiteturas fabulosas. A quantidade passa a ser ostentação; a massa alimentar torna-se objecto de espectáculo: sofisticada encenação da opulência. São as descrições de «barcos à vela» empurrados diante dos convidados do duque de Borgonha, enormes carros sobrecarregados de homens e de peixes; são os patés suficientemente volumosos para encerrar figurantes e decorações, soltando máscaras e animais; ou as carnes guardadas em alguns «gigantes ferozes», dirigidos também para os centros dos salões para serem aí esvaziados ³⁵. Estes festins do século XV já não são só simples ocasiões de bulício alimentar, como na *La Manekine*, o romance de Philippe de Beaumanoir, do século XIII, em que «se mataram bois, porcos e ursos, então em grande número, que nem o saberia dizer» ³⁶; são ocasiões de contemplação estética: jogos teatrais e explorações cénicas da acumulação.

Os dois pólos de defesa: densidade e apuramento

Confrontam-se, assim, duas sensibilidades sobre o alimento medieval: a sábia, rara ainda, da ponderação quotidiana e a mais habitual e mais espontânea do consumo sem reserva. Por vezes antagonizam médicos e monges hospitalários nos hospitais: «Muitas vezes os monges passam das medidas; vão de cama em cama perguntando a cada um o que deseja comer e beber... Não tens mais direito de lhes dar alimentos contrários à sua saúde que deixar uma espada nua entre as mãos de um louco.» ³⁷ Estas duas sensibilidades opõem também o banqueiro toscano Francesco di Marco ao seu médico logo que o homem do dinheiro recomenda, no fim do século XIV, a ingestão repetida de numerosos capões e galinhas a um serviçal doente. Carnes consideradas ligeiras, sem dúvida, nobres mesmo, mas cuja quantidade tem uma importância primordial: «Enviei-te ontem três casais de galinhas e tem o cuidado de as comer porque não poderás absorver nada melhor e mais são e continuarei a enviar-tas.» ³⁸

Entre dieta e fartote desenvolvem-se dois registos imaginários diferentes: a retenção que fortalece e purifica, por um lado, e a abundância que fortifica e

consolida, por outro. Duas sensibilidades culturais também: um regime de sábios, letrados e clérigos opõe-se a um regime de cavaleiros ou mesmo de homens do povo, mais directamente seduzidos pela necessidade e pelo peso do corpo. É a oposição sugerida na tapeçaria de Bayeux entre a mesa do bispo, cujo único prato se limita a um peixe, e a mesa dos nobres, cujos pratos são tão variados como coloridos ³⁹.

Densidade e purificação são as duas maiores referências das práticas medievais de conservação do corpo. Mas, por querermos pormenorizá-las de mais, estas referências tornam-se elas próprias imprecisas, por se basearem em analogias imediatas, em sensações e em gestos. As suas possíveis diferenças esbatem-se, por exemplo, no recurso a certos géneros que combinam força e purificação: o sangue é disso um exemplo, consumido, às vezes, como equivalente do sangue dos «guerreiros muito audaciosos» ⁴⁰, líquido denso «sólido» e puro em simultâneo. As morcelas, «as bolachas de sangue» ⁴¹, avidamente ingeridas nas novelas florentinas de Sachetti, no século XIV, evocam esta síntese de matérias compactas e refinadas. As especiarias, a pimenta, com a sua força de choque laxativo, têm também um duplo valor, como as medalhas do Zodíaco: aos signos astrológicos que conservam o equilíbrio e a pureza dos humores conjugam-se os signos astrológicos que conservam, pelo contrário, o peso e a densidade das carnes. É o sucesso, no século XIII, das «medalhas do Leão», animal que é suposto «ultrapassar todos os outros em força e coragem» ⁴², figura cósmica dominante, no inventário das medalhas astrológicas de Jean Blaise, médico do rei de Nápoles, em 1337 ⁴³.

Densidade e purificação têm as suas zonas opacas, pouco explícitas, misturando largamente ainda o registo moral e o registo sensível, os dados visíveis e os dados obscuros. O uso intensivo dos objectos protectores sublinha quanto os dois pólos defensivos não iniciam ainda um trabalho do corpo sobre si próprio. Estes supõem um organismo passivo, conservado por contactos ou aditivos habilmente dispostos. No entanto, é sobre estes dois pólos, densidade e purificação, que se vão multiplicar as novas referências de saúde na França antiga, muito antes que seja perceptível qualquer efeito «real» sobre a duração da vida, ou mesmo simplesmente sobre o evitar de certas doenças.

A gravidade das crises epidémicas da Idade Média, a recomposição das protecções que elas exigem, vão desenhar com mais precisão as exigências de purificação, sem que a doença seja mais conhecida ou melhor dominada.

³⁹ «L'évêque Odon présidant le festin», *Tapisserie dite de la reine Mathilde* (século XI), cidade de Bayeux.

⁴⁰ C. de Pisan, *Livre des faits et gestes et bonnes moeurs du roi Charles V* (século XIV), Paris, 1941, p. 193.

⁴¹ *Au banquet du porc pendu* (século XIV), *Tables florentines, écrire et manger avec Franco Sachetti*, Paris, Stock, 1984, p. 70.

⁴² B. Delmas, «Médailles astrologiques et talismaniques dans le Midi de la France (XIII^e-XIV^e siècles)», in *Actes du 96^e congrès des Sociétés savantes*, Toulouse, 1971, t. 1, p. 448, n.º 46.

⁴³ *Ibidem*, p. 450.

³⁴ C. Gaier, «L'approvisionnement et le régime alimentaire des troupes dans le duché de Limbourg et les terres d'outre-Meuse», *Le Moyen Âge*, 1968, n.º 3-4, pp. 557-559.

³⁵ J. Le Fèvre, *Chronique* (século XV), Paris, 1881, pp. 293-294.

³⁶ P. de Beaumanoir, *La Manekine* (século XIII), Paris, Stock, 1980, p. 86.

³⁷ J. de Vitry, *Sermons* (século XIII), citado por M. Mollat, «La vie quotidienne dans les hôpitaux médiévaux», in *Histoire des hôpitaux en France*, sob a direcção de J. Imbert, Toulouse, Privat, 1982, p. 121.

³⁸ Citado por I. Origo, *op. cit.*, p. 281.

2. FLAGELOS E CORPOS ABERTOS

A peste que acerca a Europa em 1347 suscita precauções particulares, um conjunto de gestos tanto mais numerosos quanto a doença seja ao mesmo tempo identificada e inexplicada: um mal claramente assinalado, reconhecível e, todavia, misterioso. A experiência não tem relação com a da lepra: a peste é brutal, a sua difusão é incontrolável, intensificada no próprio coração das cidades. A síndrome pestilenta, na sua versão pneumónica, provoca a morte em menos de dois dias. A sua propagação é inexorável, alarmante, sobrevivendo às vezes após uma simples troca de palavras com o doente.

A primeira vaga, provocada em Marselha, em Novembro de 1347, pela presença de três galeras genovesas «infectadas», impõe à comunidade uma situação até então desconhecida: uma recessão demográfica sem precedentes, uma mortalidade abismal. Uma rua inteira de Marselha, cedo apelidada de Rifle-Rafle, perde em duas semanas a totalidade dos seus habitantes⁴⁴. Seguem-se cenas com vezes descritas: gestos de fuga, de terror e de resignação, todos eles aceleram frequentemente a proliferação do mal. Avignon é atingida em Janeiro de 1348; onze mil corpos são sepultados num mês e meio em novos cemitérios, abertos precipitadamente desde Fevereiro⁴⁵. A própria Cúria abandona a cidade, enquanto que Chauliac, médico dos papas de Avignon, confessa aflito a sua confusão: «A peste foi inútil e vergonhosa para os médicos, a ponto de não osarem visitarem os doentes com medo de serem infectados e quando os visitavam não os curavam nem ganhavam nada.»⁴⁶

Todavia, é desta impotência que nascem os novos processos de preservação de si, uma maneira mais complexa de proteger o corpo, acentuando a referência das purificações: invólucros orgânicos que se crê mais frágeis, mais porosos, provocam uma nova vigilância, meios de vida mais inquietantes também, considerados mais perigosos ou nauseabundos, que originam novos distanciamentos.

O veneno do ar

A piedade colectiva parece ser, inicialmente, a «melhor» resposta: as *Très Belles Heures du duc de Berry* descrevem minuciosamente as procissões dos mascarados flagelados. Estas inspiram as orações feitas aos quatro lados do horizonte. Evocam dois rituais: o do transporte de um dragão, representando o diabo propagador da peste, queimado à saída da procissão; e o do transporte da cruz reposta à cabeça do cortejo, alguns meses mais tarde, para melhor marcar o cessar do mal⁴⁷. O rito traduz quanto o horror é «suportado», e feito de um desastre «enviado» por qualquer potência obscura. Implorar é a defesa inicial.

⁴⁴ J.-N. Biraben, «L'hygiène, la maladie...», *op. cit.*, p. 437.

⁴⁵ J.-N. Biraben «Les temps de l'Apocalypse», in *Les Malheurs du temps*, *op. cit.*, p. 183.

⁴⁶ G. de Chauliac, *La Grande Chirurgie* (século XIV), Paris, 1890, p. 171.

⁴⁷ *Très Belles Heures du duc de Berry* (cerca de 1410), Paris, Draeger, 1975, fo. 74 e 74 v.

A fuga é outra defesa: imediata e massiva; é o que aconselha a Sorbonne, oficialmente consultada por Filipe VI, fora do alcance parisiense, em Agosto de 1348; retoma-se uma afirmação de Rhazis:

*Estas três pequenas palavras afastam a peste
Depressa, longe e longamente, onde quer que se esteja,
Partir rapidamente, ir para longe e sempre a direito*⁴⁸.

Ainda, a fuga é o apelo urgente que Petrarca lança a Boccace, durante a peste de Pádua, no mesmo ano⁴⁹. A impotência é tão grande que o aviso da Sorbonne, em 1348, não encara qualquer acção colectiva, qualquer organização particular da comunidade. O colégio dos sábios sublinha sobretudo a aposta de alguns gestos individuais, retomando os conselhos dos tratados de saúde da Idade Média: proscrição dos alimentos «espessos», carregados de humores malignos, recomendação das especiarias e dos perfumes, evocação das purgas e das sangrias⁵⁰.

A atenção ao ar, todavia, ganha importância desde a peste de 1348, para se tornar lentamente dominante. Não flui o ar «com o seu veneno e malícia, penetrante e cheio de vício?»⁵¹. Não traz a peste «pós e cinzas»?⁵². Não é ela feita de poeiras peçonhentas, de «nuvens» sublevadas por planetas em dissonância? Um ar provocado por infelizes conjunções astrais, agindo como um veneno: «É preciso evitar cuidadosamente o seu ar que nos poderia inocular um tal veneno e levá-lo de homem a homem, de casa em casa, de aldeia em aldeia e de cidade em cidade.»⁵³

A imagem recorda a do leproso, matando através do seu hálito, aterrorizando à sua passagem. Mas ao mesmo tempo, ela desloca-se, englobando as coisas, os locais e as povoações. É o «estado» do ar que dá início tanto às práticas colectivas como às individuais.

O medo fixa-se em alguns lugares reputadamente infectos, os currais, interditos pelas ordenações do preboste de Paris, em 1348 e 1350, os talhos, as carcaças mal enterradas e todas as zonas onde as carnes se decompõem ao ar livre, sob o olhar dos transeuntes. São os «matadouros» em particular que se tornam objecto de novas atenções. Uma desconfiança surda conduz à transferência dos matadouros para fora de Paris; uma rejeição exigida pelas *lettres patentes* de Carlos VI, em 1416, e a evocação explícita das suas «emanações» perigosas: «No que toca à matança dos animais, nós ordenámos e ordenamos,

⁴⁸ Citado por J. Nohl, *La Mort noire, chronique de la peste*, Paris, Payot, 1986 (1.ª ed. inglesa, 1926), p. 96.

⁴⁹ A. Philippe, *Histoire de la peste noire, 1346-1350*, Paris, 1859, p. 49.

⁵⁰ *Consultation de la faculté de médecine de Paris*, L. A. J. Michon, *Documents inédits de la grande peste de 1348*, Paris, 1860.

⁵¹ O. de La Haye, *Poème sur la grande peste de 1348*, Lyon, 1888, p. 43. O texto de O. de La Haye, escrito pouco depois da Grande Peste, é uma interpretação em verso da informação da Sorbonne.

⁵² *Ibidem*, p. 19.

⁵³ G. Fulginatis, *Contra pestilentium concilium* (1348), citado por A. Philippe, *op. cit.*, p. 224.

afim de que o ar da nossa dita cidade não seja doravante infectado nem corrompido por tais matanças e esfolas e também para que a água do rio Sena não seja corrompida e infectada pelo sangue e outras imundícies dos ditos animais que se atiravam à dita ribeira do Sena, que todas as matanças e esfolas far-se-ão da nossa dita cidade de Paris.»⁵⁴ O novo local é o das Tulherias, apetrechado com algumas «fossas» para recolher o sangue, junto ao Louvre, para além do circuito de Carlos V. É a primeira vez que se opera em Paris, com um fim sanitário, a deslocação de profissões; o Grande Matadouro de Châtelet foi, aliás, no mesmo ano, ele próprio desmantelado e disseminado, instalado em quatro locais diferentes, afim «de suprimir e evitar tudo o que possa ser causa e ocasião de corrupção ou infecção do ar e de prejuízo para o corpo humano»⁵⁵.

Falta ainda medir estas perturbações, sublinhar como estão consolidadas no seu tempo. É claro que é impossível ver aí os primórdios do saneamento moderno. Só o cheiro e a podridão visível inquietam e não o rio, receptáculo universal do refugo. Em Orléans, por volta de 1360, é mesmo no Loire que «devem» ser mergulhadas as carnes supostamente infectadas: «Ninguém pode vender carne de vaca que tenha fio ou tenha muco. Poderão os jurados apreender tal carne e lançá-la ao rio.»⁵⁶ É ainda no Loire que são despejadas, por medida de segurança, as imundícies e as miudezas, os despojos e os dejectos de animais, vindos dos matadouros: os cortadores «limparão as ruas que habitam... e levarão os restos para o rio em cada sábado»⁵⁷. A manutenção dos locais de venda da carne e a sua organização espacial traduzem o balbuciente começo de um trabalho de sensibilização. O talho de praça de Horloge, em Avignon, por exemplo, não tem no século xv, um recinto fechado; de noite serve de abrigo aos mendigos e a quem passa. Várias queixas reclamam o seu encerramento. Em 1489 foi colocada uma cancela de madeira até se partir e desaparecer, o que deixa o acesso livre, à noite, durante vários anos. É preciso descobrir dois homens mortos pela peste sobre os balcões em 1527, para que o recinto seja definitivamente encerrado⁵⁸.

Os corpos porosos

A atenção ao ar, no entanto, acentua-se durante o século xiv. Instala-se uma inquietação surda, directamente ligada à peste. A atitude de cada um a respeito do seu próprio corpo impõe uma referência suplementar. Jacopo Soldi exprime o novo medo com o máximo de clareza num *Antidotaire contre le temps de peste*, no início do século xv: «Os corpos cujos poros se mantêm abertos são os

mais aptos a apanhar a infecção.»⁵⁹ O médico florentino cita entre as pessoas «mais facilmente atingidas», aquelas cuja pele e cujos órgãos são invadidos pela humidade, aquelas cujo excesso de humores favoreceu as aberturas e aquelas cuja fadiga, transpiração ou calor, alargaram os poros. Vários comportamentos se revelam então bruscamente ameaçadores: o exercício, «aquecendo e abrindo os poros do corpo»⁶⁰; o calor «abrindo de mais os canais do corpo»⁶¹; os banhos ou o abandono «demasiado frequente ao prazer sensual, debilitando a virtude natural»⁶². Em cada caso, o ar pestilento poderia infiltrar os órgãos e «infectar todos os humores»⁶³. O corpo seria oferecido ao mal como um objecto poroso, contagiado e penetrado por inumeráveis passagens e aberturas.

Hábitos largamente instalados são transformados: as estufas ou banhos, por exemplo, progressivamente interditas no tempo da peste, desaparecem da paisagem urbana, entre os séculos xv e xvi. O seu encerramento repetido a cada epidemia, o receio de uma presença sempre latente do mal, aumentam a sua desactivação: «Estufas e banhos, peço-vos, fugi deles ou aí morrereis.»⁶⁴ Das quatro estufas de Dijon do século xiv, a última é destruída em meados do século xvi⁶⁵. As de Beauvais, de Angers e de Sens, desaparecem também no século xvi⁶⁶. Da trintena de banhos parisienses, enfim, recenseados no século xiv, um ínfimo número está ainda presente no *Livre commode des adresses de Paris* de 1692⁶⁷: um desaparecimento sobre o qual diversos testemunhos convergem. O de Erasmo, por exemplo, no início do século xvi: «Há vinte e cinco anos não havia nada mais em voga do que os banhos públicos; hoje em dia já não os há, a nova peste ensinou-nos a passar sem eles.»⁶⁸ Não que as práticas higiénicas tenham sido desordenadas. A maior parte destes banhos não eram banhos de limpeza: na Idade Média a estufa é um local de prazer (mesmo sendo também um local de purificação ao provocar a transpiração), toca mais ao erotismo do que à conservação do corpo. A estufa é um espaço de encontro com vista ao deboche.

O risco alarga-se ainda com esta imagem de um corpo mais vulnerável. O ar que penetra a pele torna-se uma ameaça maior. Suscita outras atenções: o perigo do ar frio, por exemplo, aumenta e é susceptível de penetrar o corpo até gelar o coração. Daí as descrições de mortos por «arrefecimento» na caça, na péla, no jogo, segundo as crónicas do século xv: Jacques de Bourbon, morto a 22 de Maio de 1468, em Bruges, «por refrigeração devido ao jogo da péla»⁶⁹; Charny

⁵⁴ *Lettres patentes de Charles VI, août 1416*, in R. de Lespinasse, *Les Métiers et Corporations*, Paris, 1886, p. 276.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 275.

⁵⁶ *Ordonnance pour les bouchers* (cerca de 1360), art. vii, in C. Cuissard, *Étude sur le commerce et l'industrie à Orléans avant 1789*, Orléans, 1897, pp. 269-270.

⁵⁷ *Ibidem*, art. xxv, p. 271.

⁵⁸ A. Pleindoux, *Les Maîtres de victuailles et le Commerce de la boucherie en Avignon sous la domination des Papes*, Avignon, 1924, p. 58.

⁵⁹ J. Soldi, *Antidotario per il tempo di peste* (século xv), Florença, 1630, p. 19.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 20.

⁶¹ *Ibidem*, p. 18.

⁶² T. Le Forestier, *Le Régime contre épidémie et pestilence* (século xv), Paris, s/d, p. 102.

⁶³ M. Ficin, *Antidote des maladies pestilentes* (século xv), Paris, 1595, p. 16.

⁶⁴ G. Bunel, *Oeuvre excellente et à chacun désirant soi de peste préserver...*, Paris, 1836 (1.^a ed., 1513), p. 17.

⁶⁵ J. Garnier, *Les Étuves dijonnaises*, Dijon, 1867, p. 30.

⁶⁶ P. Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*, Paris, SEVPEN, 1960, t. 1, p. 232; e F. Lebrun, *La Mort en Anjou au XVIII^e siècle*, Paris, Mouton, 1971, p. 266.

⁶⁷ N. de Blégny, *Livre commode des adresses de Paris*, 1878 (1.^a ed., 1692), p. 184.

⁶⁸ D. Érasme, *Les Hôtelleries*, trad., Paris, 1872 (1.^a ed., 1526), p. 18.

⁶⁹ J. de Wavrin, *Anciennes Chroniques d'Angleterre* (século xv), Paris, 1859, t. II, p. 375.

que, «por ter apanhado frio [depois da caça], cai num excesso de febre»⁷⁰; daí ainda o preceito insistente cerca de 1480: «Não repousar em tempo ventoso. Porque a destilação do ar furaria e penetraria os poros e entraria até às partes interiores do corpo.»⁷¹ Inquietações marginais, em relação às que são mobilizadas pelas epidemias, sem grande peso, mas que mostram como se desviaram as representações e se perfilam novas defesas: um empenho face às protecções «individuais» e mecânicas entre outras.

*E depois tal ar faz transmutar
Os humores do corpo e apodrecer
Os que devem os membros alimentar*⁷².

⁷⁰ G. Chastelain, *Oeuvres*, Bruxelas, 1863-1866, t. III, *Chroniques, 1454-1458*, p. 442.

⁷¹ Benoît de Nurcie, *op. cit.*

⁷² O. de La Haye, *op. cit.*, p. 43.

CAPÍTULO III

O REGIME CONTRA O COSMOS

A peste acentuou a imagem de uma porosidade das fronteiras orgânicas, de um corpo mais permeável. Ela permitiu de vez imaginar melhor a lenta elaboração de uma barreira entre o corpo e o seu meio. A «pureza» que deve circular nos órgãos não é mais do que apenas a dos alimentos transformados em humores, mas ainda a dos eflúvios, das águas e dos ventos.

A brutal aparição da sífilis, no final do século XV, acrescenta novos medos. Os sintomas deste mal venéreo desviam ainda mais o olhar. Uma dúvida surge: poder-se-á culpar o ar, uma vez que a transmissão parece ser directa, lembrando o papel do mero contacto íntimo? A contaminação sífilítica permite um íntimo deslizar para a compreensão do fenómeno do contágio: a atenção dirige-se para a troca sujeito a sujeito.

1. O AR OU O CONTÁGIO?

As testemunhas dos primeiros sintomas da sífilis, nas armadas francesas e espanholas, na batalha de Fornoue, em 1495, têm o sentimento de assistir a uma doença nova, a uma doença terrível: «Esta doença ultrapassa em horror a lepra, geralmente incurável, ou a elefantíase, e a vida corre perigo»¹. Podridões inúmeras, «uma sarna ignóbil e negra... nada mais repugnante»², uma morte lenta e inexorável. No final do século XV multiplicam-se as interrogações sobre as circunstâncias exactas desta afectação bruscamente violenta que os soldados de Carlos VIII levam para França após as suas aventuras italianas. As explicações, em boa verdade, são as habituais: planetas errantes, contactos «impuros». São sempre acusadas as decomposições e os apodrecimentos de darem início ao processo. O que muda é a ideia de transmissão. Esta difusão rapidamente é reconhecida como sendo de natureza sexual: «Pelo contacto venéreo, uma nova doença, ou pelo menos desconhecida dos médicos que nos precederam, a doen-

¹ A. Benedicti, *Veronensis physici historiae corporis humani...*, 1497. Citado por C. Quétel, *Le Mal de Naples*, Paris, Seghers, 1986, p. 11.

² J. Grunbeck, *De la mentalugre ou mal français*, Paris, 1884 (1.^a ed., 1496), p. 35.

ça francesa, introduziu-se do Ocidente até nós»³, afirma Benedetti, em 1497, sugerindo a origem «americana» da doença, transportada pelos soldados espanhóis regressados das «ilhas». Esta identificação do contacto íntimo sugere, imperceptivelmente, novas protecções.

O primeiro princípio contagioso

A doença é mesmo de «essência venérea»⁴, diz Bethencourt em 1527, que é o primeiro a propor esta palavra «venérea» para a definir: infecção causada por «união sexual com uma mulher manchada»⁵. Não que a «companhia carnal» seja a única a ter em conta. Paré, como outros, acrescenta-lhe a transmissão pelo «fôlego infectado»⁶ de um indivíduo infectado com varíola ou pelo toque das suas úlceras. Paré descreve o contágio de uma família inteira após os amores impuros de uma ama de leite, cujo hálito gangrena primeiro o lactente, depois, através dele, a mãe, o pai e ainda duas crianças que o pai «muitas vezes deitava com ele»⁷. Mas é a explicação sexual que domina no meio sábio: «doença do deboche»⁸, assegura Paracelso, «doença secreta», também, dizem já alguns grupos de charlatões.

A afirmação permite um primeiro desvio das explicações epidémicas: a infecção já não estaria ligada a qualquer estado da natureza, a qualquer sujidade espalhada em torno das vítimas, mas antes a uma «semente» alojada no transmissor, a um veneno directamente comunicado pelos sexos: um princípio invisível mas que faz da doença uma comunicação sujeito a sujeito. Dito de outra maneira: já não a epidemia, mas sim o contágio, já não a disseminação descentrada, mas sim a transmissão localizada. Fracastor, médico de Pádua, é o primeiro a evocar, 1530, estes «germes» (*seminaria*), passando de corpo a corpo para alastrar a doença. É o primeiro a sugerir uma visão parasitária: «pequenas coisas vivas e invisíveis»⁹ transmitidas de indivíduo a indivíduo. Há ainda uma tentativa esotérica: Fracastor evoca uma vingança divina. Ele descreve a aventura fictícia de um pastor profanador, Syphile, banido pelos deuses, pelos seus actos de desrespeito para com eles, pagando com a sua doença vergonhosa os seus sacrilégios e as suas impiedades. Fracastor recorre ao mito, mas também dá início à imagem de agentes orgânicos propagadores da doença: elementos materiais, fermentos, viajando entre as vítimas. Fernel, alguns anos mais tarde,

³ Citado por C. Quézel, *op. cit.*, p. 11.

⁴ J. de Bethencourt, *Nouveau Carême de pénitence, purgatoire d'expiation*, Paris, 1871 (1.ª ed., 1527), p. 34.

⁵ J. Fernel, *Traité de la parfaite cure de maladie vénérienne*, Paris, 1633 (1.ª ed., 1579), p. 37.

⁶ T. de Héry, *La Méthode curative de la maladie vénérienne*, Paris, 1552, p. 14.

⁷ A. Paré, *Traité de la grosse vérole* (1575), *Oeuvres complètes*, Paris, Malgaigne Éd., 1840-1841, t. II, p. 528.

⁸ *Idem*.

⁹ T. Paracelse, *La Grande Chirurgie*, Paris, 1593 (1.ª ed. latina 1573), p. 167.

¹⁰ G. Fracastor, *Les 3 Livres sur la contagion, les maladies contagieuses et leur traitement*, Paris, 1893 (1.ª ed. latina, 1550), pp. 5 e 6.

completa o quadro explicativo. Ele avança com uma precisão decisiva: a transmissão da doença efectuar-se-ia pelo contacto com uma parte do corpo «privada de epiderme»¹¹.

É acrescentada a imagem de uma propagação em cadeia: contaminação progressiva de grupos humanos a partir de um primeiro corpo tocado. Como na recita proposta por Brassavole de Ferrare, de uma «bela e honesta senhora», apresentando ulcerações nas partes genitais: «Ela contamina primeiro um homem, depois dois, depois três, depois cem, porque era uma prostituta e também uma mulher muito bela.»¹² Ou o episódio, também ele revelador, evocado por Maynard: uma «famosa cortesã de Valence», infectada por um «cavaleiro atacado de elefantíase», difundindo por sua vez a nova doença¹³.

A estratégia de exclusão do doente impõe-se então mais do que nunca: acantonamento e retirada dos doentes venéreos, evitando misturas. Menos para tratar, aliás, do que para «manter a cidade, com a ajuda de Deus, em boa saúde»¹⁴. O que acentua a procura de novos lugares para enfermos regularmente retomada pelo Parlamento de Paris: Saint-Eustache, Lourcynes, Saint-Germain, em 1497, as Petites-Maisons, em 1557, construídos no espaço da leprosaria Saint-Germain, e a Trinité, em 1586. Os doentes venéreos seguem o caminho dos antigos excluídos, ocupando o lugar deixado pelos leprosos, cujo mal está em recessão. Mas também, mais do que nunca, a doença ilustra a dificuldade dos desterrados: as ameaças de penas ou mesmo de enforcamento não podem afastar a circulação dos doentes venéreos. A doença está tanto mais presente quanto os seus sintomas sejam por algum tempo invisíveis. Os doentes «conversando pela cidade com pessoas sãs»¹⁵ pululam apesar das interdições na Paris do final do século XV. Alguns conseguem alcançar o hospital, onde o recenseamento provocado pelo preboste dos mercadores desconta uma centena em 1508. Outros reintroduzem o mal a partir dos arrabaldes onde se refugiaram. Até ao inevitável desuso da ordenação de exclusão confessado pelo Parlamento de Paris em meados do século XVI: «Desde esta paragem, a doença tinha-se tornado tão comum que já não era cumprida.»¹⁶

Em compensação são sugeridas algumas medidas prometidas para breve, para o controlo dos doentes: a de situar o seu estabelecimento, por exemplo, ou de circunscrever o seu itinerário. Ruy Diaz de Islas recomenda em 1539 que todas as raparigas públicas sejam dotadas de um certificado atestando a sua saúde. Diaz propõe mesmo a extensão do seu uso às raparigas dos albergues, promovendo o certificado a condição de contratação¹⁷. É claro que a sugestão não

¹¹ J. Fernel, *op. cit.*, p. 38.

¹² A. M. Brassavole de Ferrare, *Examen omnium loch... de morbo gallico*, Veneza, 1553, citado por C. Quézel, *op. cit.*, p. 87.

¹³ P. Maynard de Vérone, *Tractato de morbe gallico*, 1516, citado por L. Thuasne, *Le Mal français à l'époque de l'expédition de Charles VIII en Italie*, Paris, 1886, p. 114.

¹⁴ A. Péricaud, «Notice sur André d'Espinay, cardinal, archevêque de Lyon et Bordeaux», *Revue du Lyonnais*, 1854, VIII.

¹⁵ *Ordonnance du Parlement de Paris sur la grosse vérole*, 6 de Março 1497, in A. Chéreau, *Les Ordonnances de peste*, Paris, 1873, p. 92.

¹⁶ *Arrêt du Parlement de Paris*, 1510, BN, ms. francês, FF 21 629.

¹⁷ Citado por C. Quézel, *op. cit.*, p. 86.

tem efeito imediato. Pelo menos confirma a tentativa de aumentar a segregação das prostitutas, no século XVI, até à interdição dos bordéis pelos estados de Orléans em 1560: «Proibimos todos os bordéis... que queremos castigar extraordinariamente sem dissimulação ou conveniência dos juízes.»¹⁸ O medo da sífilis converge com as primeiras medidas contra reformistas de moralização pública e de relegação das populações «duvidosas». Mas a proposta de Diaz designa sobretudo novas condutas possíveis face aos contagiados, como a de procurar dominar os seus movimentos. A sífilis teria favorecido uma concepção mais «individualizante» dos ataques: concentrar o olhar sobre o doente portador, tentar localizar a doença, designar e ficar os sujeitos duvidosos.

O processo de empurrar a doença para os confins geográficos ou o de designar o seu portador são as únicas defesas claramente empreendidas. Muito mais difícil se revela a elaboração de uma defesa especificamente individual: a preservação de si próprio no acto sexual, a protecção no contacto são modicamente evocadas. A doença toca uma esfera de comportamento que parece ainda depender do instinto, pertencente às atitudes ainda pouca analisadas ou pouco interrogadas: discursos e comentários quase não têm lugar, observações e recomendações pouco efeito têm. Alménar é um dos poucos a sugerir, no início do século XVI, precauções a tomar na relação sexual, recomendando «ao homem e à mulher que façam uma *toilette* minuciosa depois do coito, servindo-se da sua camisa ou de qualquer outra roupa limpa, e de não empregar as toalhas das prostitutas porque estão contaminadas»¹⁹. Falloppio acrescenta em 1564 uma precaução limitada aos gestos masculinos: a de envolver a glande depois do coito com um pedaço de tecido impregnado de vinho de malvasia, pó de madeira de guaiaco e de madeira de aloé²⁰. Em compensação são muito poucas as evocações sobre precauções específicas que poderiam suscitar o defrontar da doença, senão algumas sugestões vagas sobre o reconhecimento dos corpos infectados, sobretudo o das prostitutas:

*Mas guardai-vos de subir aos locais
sem candeia, não tenhais vergonha
remexei, investide, olhai para cima e para baixo
e depois tomaí todo o vosso gozo*²¹.

A preservação pessoal na sífilis ainda não é claramente pensada, daí a importância da exclusão espacial apesar das suas falhas.

¹⁸ *Ordonnance du roi Charles IX sur les plaintes des députés des trois Etats tenus en la ville d'Orléan*, art. CI, *Les Édits et Ordonnances des tres chrestiens roys*, Lyon, 1677, t. I, p. 79.

¹⁹ J. Alménar, *Libelli due de morbo gallico*, Lyon, 1528, citado por J. Jeanselme, *Histoire de la syphilis, son origine, son expansion*, Paris, 1931, p. 183.

²⁰ G. Falloppio, *Tractatus de morbo Gallico*, Patavii, 1564, citado por J. Jeanselme, *op. cit.*, p. 183.

²¹ *Le Triumphe de haulte et puissante dame verolle, Royne du Puy d'Amours...* (1539), citado por C. Quétel, *op. cit.*, p. 90.

A escolha do ar

Pressentido, suspeitado, mas não situado verdadeiramente, o contágio, no século XVI, mantém-se pouco explicado. A corrupção do ar transmite-o sempre na explicação das pestes. O espaço envolvente é o primeiro a ser designado.

É um «vapor malcheiroso»²² o que explica, para Ambroise Paré, a peste de Agenois em 1552: a que surgiu dos corpos mergulhados num poço do castelo de Pène, no começo das guerras da Religião. Neste caso preciso, o tema da preservação de si mesmo mantém genérico um conjunto de práticas idênticas de uma doença a outra: manter a pureza dos humores, comer «boas carnes», juncar o chão de ervas frescas²³, usar «sobre a região do coração uma saqueta feita de rosas, violetas e folhas de mirra»²⁴ para melhor se proteger do mau ar. Da mesma forma, o «vestuário da peste», preconizado pelos médicos do século XVI, é pensado para preservar do ar: um vasto invólucro para cobrir, encarregue de obturar toda a saída do corpo, como o «marroquino do Levante», casaco de couro macio e apertado, reputado obstáculo ao veneno pestilento trazido pelo vento, ou os estofos «apertados», lisos e perfumados, «cetins, tafetás e camelões»²⁵.

Quaisquer mudanças, no entanto, recordam as novas atitudes suscitadas pela sífilis. É directamente sobre o portador do mal e sobre o espaço físico, que o século XVI permite concentrar a observação: os sintomas, sem dúvida, mas sobretudo as instalações e as deslocções do doente. Impôs-se uma medida original para a peste: a reclamação às portas das cidades de cartões de saúde atestando a não contaminação dos que entram; dito de outro modo, uma vigilância por escrito dos viajantes e dos errantes. Biraben indica-lhe os vestígios em Brignoles, desde 1494²⁶. O procedimento generaliza-se no século XVI, com uma exigência cujo reforço é por vezes perceptível de peste a peste.

A verdadeira inovação defensiva prende-se com as iniciativas colectivas. O preboste de Paris institui em 1553, uma sucessão de responsabilidades em cadeia: «O comissário de bairro convoca dois fabriqueiros, nomeará dois homens em cada paróquia que terão cada um dez libras parisienses para o seu dever.»²⁷ Trata-se de seguir o itinerário da pestilência. Cada um deve informar sobre o aparecimento da doença, do seu avanço possível de lugar em lugar. Ao que se acrescenta a obrigação feita à população de participar directamente na organização: o decreto de 1553 ordena «a todos os que saibam de alguém atacado de pestes, ou de que se suspeite apenas, que previnam sem parar os grupos dos dez, dos cinquenta ou os vigilantes de bairro»²⁸. O objecto é localizar a doença e segui-la para a compartimentar e acantonar.

²² A. Paré, *De la peste* (1568), *Oeuvres complètes op. cit.*, t. III, p. 358.

²³ Froissart, *op. cit.*, p. 833.

²⁴ O. Ferrier, *Remèdes préservatifs et confortatifs contre la peste*, Lyon, 1548, p. 33.

²⁵ E. Labadie, *Traité de la peste divisé en diagnostic, pronostic, curation*, Toulouse, 1620, p. 40.

²⁶ J.-N. Biraben, *Les Hommes et la Peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, Paris, Mouton, 1976, t. II, p. 88.

²⁷ *Ordonnance du prévôt des marchands*, 13 de Setembro de 1533, in N. de Lamarre, *Traité de la police*, Paris, 1722 (1.^a ed., 1698), t. I, p. 651.

²⁸ *Ibidem*, t. I, p. 649.

Os oficiais encarregam-se por fim do que desde há muito cabia à iniciativa dos particulares. Os prebostes da saúde efectuam visitas às casas infectadas, assegurando o seu encerramento e o seu arejamento: «remover e deslocar os móveis, transportá-los para os locais que serão ordenados, limpar os lugares, manter as janelas abertas e fechar as portas»²⁹. Intervêm, neste caso, sobre o ar e sobre as pessoas; fixam cruzes que designam as casas suspeitas; regem o isolamento dos doentes, o seu «transporte durante a noite, para o hospital, por homens destacados para este serviço»³⁰; e asseguram a inumação dos corpos.

Estes regulamentos do fim do século XVI continuam a ser válidos durante várias décadas: responsáveis hierarquizados por sectores e doentes obrigados a declarar a doença para serem bem isolados. Ao que se acrescenta o retorno repetido às ordenações antigas, à denúncia de locais malcheirosos, à evacuação de mendigos e à interdição de mercadorias provenientes das zonas «infectadas».

A peste não é ainda conhecida nem dominada, somente a resposta se torna mais activa, mais determinada e mais concertada também. Ainda que o foco da inquietação se mantenha inalterável: os espaços ameaçadores são os espaços feorentos; o corpo que corre perigo é o corpo «penetrado».

2. A FOME ABRANDA?

Cornaro, nobre de Pádua, ao confessar o seu regime de vida em meados do século XVI, sublinha o sucesso dos seus concidadãos contra a peste: secagem de pântanos e resguardo das quarentenas. A mortalidade da cidade teria baixado. Cornaro insiste então noutras ameaças: os alimentos doentios das gentes de Pádua podem matar mais do que a peste... Detém-se no pormenor, na quantidade de alimentos e nos seus efeitos, o que sugere a maneira como esta atenção traduz, sem dúvida, a «verdadeira» mudança nas práticas de saúde no século XVI³¹. A novidade acentua toda uma vontade específica de um lento cuidado com o corpo: um trabalho determinado e consciente ao longo do tempo. Mudança aparentemente discreta, mas que pressupõe um recuo da fome, além de uma esperança inédita na duração de vida. Esta sensibilidade, que se manifesta desde o fim do século XVI, promove uma mutação possível das práticas quotidianas.

O peso considerado excessivo

A crítica do peso corporal e o perigo da voracidade são evocados, no fim do século XV, de uma forma diferente do que sucedia anteriormente. Commynes lamenta-se, ao descrever o regime alimentar de Eduardo de Inglaterra, nos últimos anos do século XV: príncipe satisfeito com o revés do seu rival Warwick, Eduardo multiplicou «festas e banquetes», entregando-se às suas paixões,

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Idem.*

³¹ L. Cornaro, *De la sobriété, conseils pour vivre longtemps*, Grenoble, Millon, 1991 (1.ª ed. italiana, 1558).

comendo e bebendo até cair de apoplexia. O rei morreu em 1483 sob a abundância dos humores, sufocado pelo seu sangue e pela fadiga física: «Ele levou os seus prazeres muito além, não temendo ninguém, fez-se gordo e cheio e na flor da idade vieram-no a destruir a pouco e pouco os seus excessos, e morreu subitamente de apoplexia.»³² Commynes encontra a mesma tónica para criticar o «regime» de Mehmet Ottoman, o imperador dos turcos, cujas armadas chegaram a ameaçar Veneza, falecendo no mesmo momento, aos cinquenta e dois anos, por ter sido «um glutão desmesurado»³³. Mehmet foi tomado por inchaços nas pernas, por tumores variados que os cirurgiões não puderam corrigir e de perturbações inesperadas, «doenças que lhe apareceram cedo»³⁴. Commynes não tem dúvidas: a morte foi ajudada «pela grande gulodice»³⁵, talvez ainda por algum «castigo de Deus»³⁶. Proposta sem surpresa para o leitor de hoje, mesmo sem interesse, se não revelasse, fora dos textos médicos tradicionais, uma das primeiras aproximações entre o excesso de comida e a morte. As censuras de Commynes impõem uma evocação «concreta» do perigo das comezainas, uma ilustração de volumes físicos inquietantes e a reprovação explícita de formas corporais perigosas.

É preciso medir a distância entre estas descrições de Commynes, no final do século XV, e as de Froissart, um século mais cedo. Froissart descreve com entusiasmo as grandes carnes de Gaston de Foix, cuja autoridade e porte imponente ele admira na sua estadia em Orthez. Gaston come «muitas aves»³⁷, e fica sempre à mesa mais de duas horas acumulando bebidas e acepipes. Quando ele morre, também de apoplexia, em 1388, Froissart não sugere qualquer possível relação com o seu «regime». Os criados tentam reanimar o moribundo metendo-lhe na boca pão e especiarias, tudo coisas consideradas «fortalecedoras»³⁸. Eles recorrem ao prestígio dos alimentos prolíficos, das excitações e dos acumulados.

A nova sensibilidade de Commynes prende-se com a condenação física do excesso. O propósito detém-se nos perigos visíveis e nas ameaças de morte. O olhar recai sobre as formas para nelas evidenciar podridões e impurezas. Dito de outro modo, a valorização da corpulência massiva parece ter recuado no final do século XV. O que explica, sem dúvida, a troça dos companheiros do jovem Loys de La Trémoille, por volta de 1490, denegrindo o seu perfil e acusando-o de «se ter tornado tão gordo como o senhor de Cran, seu tio paterno»³⁹. Loys defende-se, aventurando-se num jejum preservante, para melhor «ultrapassar a natureza»⁴⁰.

³² P. de Commynes, *Mémoires (1464-1498), Historiens et Chroniqueurs du Moyen Âge*, op. cit., p. 1289.

³³ *Ibidem*, p. 1292.

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ *Idem.*

³⁷ Froissart, op. cit., p. 531.

³⁸ *Ibidem*, p. 833.

³⁹ J. Bouchet, *Le Panegyrique du chevalier de La Trémoille* (início do século XVI), Paris, 1820, p. 44.

⁴⁰ *Idem.*

Não que a «magreza» triunfe. Trata-se antes de um momento na lenta história que opõe formas, o de um primeiro desafio face aos volumes considerados demasiado corpulentos: o receio das ameaças físicas reforçado por sugestões estéticas. No máximo um índice de um primeiro recuo do peso, enquanto que os critérios do excesso e as suas referências escapam ainda a toda a precisão.

A valorização «mínima» do alimento

Seria preciso que a fome exercesse menos pressão trágica para que os «pesos» e as «repleções» pudessem em parte perder para os abastados o prestígio que tinham anteriormente? Seria preciso que a valorização dos alimentos se atenuasse para que nascesse esta tendência para denunciar os corpos «pesados e gordos»⁴¹? É difícil aqui sublinhar as causalidades directas; é difícil indicar o possível recuo da fome, no século xv, como condição directa de novas apreciações de formas e de densidades do corpo. É forçoso apenas constatar convergências: é no século xv que começam a ser evocados, fora dos textos médicos e dos rituais religiosos, medidas concretas de restrição higiénica e abstinências claramente dietéticas, enquanto que a própria fome parece abrandar a sua opressão.

A segunda metade do século xv é, a este respeito, um momento charneira. A região de Nante, entre 1465 e 1527, regista apenas uma colheita deficitária; igualmente no Cambrasis, entre 1439 e 1523, uma única quebra frumentácea; nenhuma escassez séria durante o mesmo período na Provença ou no Bassin parisiense, enquanto que a crise de aprovisionamento de 1315 se continuara a fazer sentir durante várias décadas⁴². Não que tenha surgido qualquer inovação técnica no mundo rural. O simples aumento das terras cultivadas explica aqui a mudança: o recuo das epidemias desde 1440 e o final da Guerra dos Cem Anos trazem uma lenta ascensão demográfica. Esta «conservação e copiosidade do popular»⁴³ de que fala Claude de Seyssel, visitando os campos do final do século xv, permite, por sua vez, novas possibilidades de arroteamento. Causalidades circulares que geram uma vitalidade nova e transformam a relação com a terra. Revelam-nos alguns números, apesar da sua raridade: o aumento progressivo do rendimento por grão, com a valorização das novas terras, a passagem de 3,8 a 4,3 grãos recolhidos por um grão de cevada semeado, de 2,42 a 4,3 para um grão de aveia, entre 1350 e 1450, em Westminster⁴⁴; ou o aumento do gado, o de Maillane, por exemplo, na Provença, que passa de uma quarentena de animais de tiro, em 1430, a duzentos em 1471⁴⁵, e também o dos «lanígeros» ingleses, cuja produção aumentou um terço entre 1450 e 1480⁴⁶.

⁴¹ *Idem*.

⁴² H. Neveux, «Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire 1330-1560», *Histoire de la France rurale*, sob a direcção de G. Duby e A. Wallon, Paris, Éd. du Seuil, 1975, t. II, pp. 99-100.

⁴³ C. de Seyssel, *Grande Monarchie de France*, Paris, 1557 (1.ª ed., 1519), p. 44.

⁴⁴ G. Duby, *Économie et Vie des campagnes de l'Occident médiéval*, Paris, Aubier, 1962, t. II, p. 614.

⁴⁵ *Ibidem*, t. II, p. 615.

⁴⁶ G. Fourquin, *Histoire économique de l'Occident médiéval*, Paris, Colin, 1979, p. 278.

Evidentemente com inevitáveis consequências sobre os regimes alimentares. É nitidamente perceptível um aumento do consumo de carne e de peixe no arcebispado de Arles, entre 1429 e 1468; a sua presença nas despensas alimentares passa de 39% a 46%⁴⁷. O pão domina menos, em proveito de alimentos mais diversificados e mais ricos: 32,1% de pão no *Studium* papal de Trets, em 1365, contra 26% no arcebispado de Arles, em 1468⁴⁸. Tudo isto são sinais indirectos, mas notórios, de uma possível recessão da fome e de uma menor crispação sobre a alimentação e os géneros alimentares.

Isto não indica, evidentemente, o desaparecimento das fomes. Até ao século XVIII impõem-se alguns episódios graves. Um exemplo entre tantos outros: a fome intensa de 1531, na região de Nantes, «tão grande que os pobres morriam de fome nas ruas, pelos caminhos e nas suas casas»⁴⁹. Igualmente intensa é também a fome que atinge os contornos do Mediterrâneo entre 1521 e 1524. A morte pela fome continua a ser uma realidade do século XVI. O romance picaresco de Mateo Alemán, no final do século, *La Vie de Gúzmán de Alfarache*⁵⁰, dá testemunhos para além de Espanha. Os seus pobres, a quem a alimentação ocupa os sonhos e os pensamentos, não são só os da Galiza ou da Andaluzia; são, ainda, os da Aquitânia ou de Poitou.

Aumento de homens e aumento de géneros tiveram, contudo, no século XVI, consequências sobre a própria visão da conservação do corpo.

3. MODERAÇÃO E AMOR PELA VIDA

A presença da vida ganhou, sobretudo, terreno no século XVI. A França, cuja população baixou para metade, entre 1348 e 1450, passa de 12 a 20 milhões de habitantes, entre 1530 a 1594, Castela de 3 a 6 milhões, enquanto que a população inglesa mais do que duplica durante o mesmo período⁵¹. De uma região a outra, os números indicam um crescimento mínimo de 50% ao longo do século. É a imagem da vida que pode mudar; sobretudo a visão do tempo. Desde o fim do século XV que se afirma um sentido inédito da duração, uma atenção mais marcada sobre a densidade da existência, as suas fases sucessivas e a sua riqueza. A pergunta sobre qual o país onde a vida seria mais longa torna-se um tema habitual nos tratados de saúde: a Índia domina nestas comparações laboriosas; não permitiram o seu «ar subtil e puro», os seus «frutos excelentes» e as suas «flores e frutos selvagens», que alguns anciãos se aproximassem dos trezentos anos⁵²?

O próprio lamento sobre os mortos precoces torna-se mais insistente e mais pressionante: em todo o caso, uma declaração mais explícita de atenção aos vivos.

⁴⁷ L. Stouff, *op. cit.*, p. 227.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 226.

⁴⁹ A. M. Nantes, GG 705, citado por A. Croix, *op. cit.*, t. I, p. 366.

⁵⁰ M. Aleman, *Guzman de Alfarache (1599). Romans picaresques espagnols*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1968.

⁵¹ M. Vovelle, *La Mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard, 1983, p. 182.

⁵² G. Pictorius, *Les Sept Dialogues*, Paris, 1557, p. 16.

A inquietação e o efémero

Os sinais desta afirmação carnal multiplicam-se. A jovem rapariga colhida pela morte, a beleza reservada para o cadáver, figura nova dos livros de horas e dos quadros do fim do século xv, acentua, com Durer ou Baldung ⁵³, alguns decénios mais tarde, ocasião de perturbação e de exaltação: a adolescente do século xv, geralmente vestida, ameaçada por um esqueleto inclinado sobre ela, torna-se agora um corpo nu, ele próprio mais gracioso, celebrando a beleza e as alegrias da vida; a imagem de uma frescura e de um brilho, cuja brevidade faz precisamente o preço. Figura transposta com Titien na de uma velha mulher descarnada, de olhar trágico, a mão apontando para si própria, desta mão cai um papel onde Titien revela o sentido do quadro: *Col Tempo* («com o tempo») ⁵⁴, rosto alterado pela fuga dos dias. O que sugere ainda a seu modo, a nostalgia de Ronsard, transposta em meditação sobre o tempo; sublinhando o desaparecimento dos instantes, a sua abolição, mas também a sua força e a sua densidade:

*Porque não me prendo ao que sois
Mas à doce recordação das belezas que vive* ⁵⁵.

Ou *Les Regrets* que a melancolia de Du Bellay traduz numa longa deploração sobre o tempo:

*Ai de mim! E nós, entretanto, consumimos a nossa idade
Sobre a margem desconhecida de uma estranha ribeira,
Onde a infelicidade nos faz cantar estes tristes versos* ⁵⁶.

A Plêiade soube transmitir esta inquietação: um novo sentido do efémero, uma atenção ansiosa às durações e ao seu desvanecimento; ela soube sobejamente encontrar alguma tónica hedonista, uma inclinação inédita para a evocação do presente:

Vivei, se credes em mim, não espereis pelo amanhã ⁵⁷.

Thomas Moore tem o sentimento de uma descoberta, quando instiga os seus utópicos, no princípio do século xvi, a considerar a saúde como uma volúpia, fazendo dela uma sensação de maturidade, de acuidade, uma força particular, até então escondida na banalidade dos instantes. É uma insistência radicalmente nova sobre uma plenitude possível: «É preciso ser de pedra ou vencido pela letargia, para não se comprazer com uma saúde perfeita, para nela não encon-

⁵³ A. Dürer, *La Jeune Fille et la Mort*.

⁵⁴ Le Titien, «La vecchia», 1505, Veneza, Galleria dell'Accademia.

⁵⁵ P. de Ronsard, «L'an se rajeunissait», *Second Livre de mélanges* (1559), *Poésies choisies*, Paris, Garnier, 1969, p. 111.

⁵⁶ J. Du Bellay, «Cependant que Magny...», *Les Regrets* (1558), *Poètes du xvi^e siècle*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1953, p. 452.

⁵⁷ P. de Ronsard, «Quand vous serez bien vieille...», *Les Amours* (1552), Paris, Garnier, 1963, p. 431.

trar encanto. Ora este encanto, este prazer, que outra coisa é senão a volúpia?» ⁵⁸ O que conduz a algumas divisões abstractas entre uma «saúde perfeita» e uma «saúde imperfeita», complicadas transitoriamente pela proposição de Monteuix, estabelecendo ainda um terceiro estado «entre as duas» ⁵⁹. Distinções absolutamente relativas e ocasionais sobre estas diferentes «espécies de saúde» ⁶⁰, aliás pouco descritas ou precisas, mas que mostram como o estado de «bem-estar» é ele próprio mais mencionado, observado e avaliado do que anteriormente.

Os textos cristãos repercutem, a seu modo, as novas preocupações. As «artes de morrer», subtilmente analisadas por Philippe Ariès, estes preceitos que supostamente preparam o moribundo, largamente difundidos depois da Idade Média, revelam uma mudança notável no século xvi ⁶¹. Durante muito tempo concentrados sobre o próprio momento da morte, sobre os gestos e formas de devoção que ela exige, sobre o quarto do moribundo, com o seu espaço e os seus objectos, sugerem no século xvi uma piedade mais quotidiana, uma vigilância que se alarga a todos os momentos da vida. Não corre o risco de ser o último, cada um destes instantes? O sentimento mais agudizado do instável e a ligação mais viva ao presente transformam lentamente a própria imagem da morte: diluída na diversidade dos momentos, em intensidade da última hora tende a perder a força. As advertências alargam-se insensivelmente ao «bem-viver», às prudências e aos cuidados implícitos. A temperança domina esta percepção do tempo. Uma palavra, sobretudo, ganha uma notoriedade que até aí não tinha: a palavra sobriedade. A conduta é a de poupar, a intensidade do tempo leva a economizar: a «arte de morrer», com uma tonalidade inédita, insiste sobre a «conservação do corpo». A sensibilidade modificou-se.

Uma temperança profana

O humanismo da Plêiade e a austeridade cristã confirmam, por vias diferentes, a nova percepção do tempo. Os regimes encontram aí a oportunidade de prospecções inéditas. Esta sensibilidade é ilustrada pelo longo testemunho de Cornaro, que morreu em Pádua em 1566 com noventa e nove anos, após uma dieta cuja descrição se mantém clássica durante várias décadas. Senhor veneziano de costumes dissipados, Cornaro decide, aos quarenta anos, restringir a sua alimentação a 12 onças de alimento por dia (cerca de 500 gramas) e a 14 onças de vinho ⁶². A sua resolução, tomada para além de qualquer prescrição médica, encontra-se explicitamente ligada à vontade de prolongar a vida: manter o corpo «alegre» e «vigoroso», evitar «sufocar os espíritos» com a quantidade de «carnes» absorvida. Uma restrição que se acentua ainda mais com a velhice: Cornaro tenta, depois dos oitenta anos, diminuir certas quantidades, consumindo com mais frequência, mas menor porção de cada vez.

⁵⁸ T. More, *L'Utopie* (1518), *Voyages aux pays de nulle part*, Paris, Laffont, coll. «Bouquins», 1990, p. 172.

⁵⁹ H. de Monteuix, *op. cit.*, p. 5.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ P. Ariès, *L'Homme devant la mort*, Paris, Éd. du Seuil, 1977, pp. 304-305.

⁶² L. Cornaro, *op. cit.*, p. 52.

Os preceitos sobre a qualidade dos géneros mantêm-se, pelo contrário, tradicional para este veneziano cujo tratado é difundido em toda a Europa: escolhidos para respeitar o «calor» ou o «frio» dos temperamentos, eles devem, sem assombro, ser «simples» e ligeiros, adaptados ao estômago de cada um. Tudo concorre para a sobriedade, medida tão importante que Cornaro parodia o seu nome em figura divina, dirigindo-lhe poemas e discursos: «Ó divina sobriedade que és tão útil e proveitosa aos homens... fazendo-os viver uma tão grande idade que a razão se torna inteiramente sua mestra.»⁶³ Figura tão imponente, enfim, que parece atenuar o próprio medo da morte. A sobriedade permitia afastar o corpo de toda a doença, prometendo um fim sem sofrimento: «Não, o pensamento da morte não tem domínio sobre mim.»⁶⁴ O macabro perde parte da sua negritude e a morte parte da sua força ameaçadora. A «vida regrada» torna-se um auxílio contra a angústia derradeira: «Tu os libertos também do terrível pensamento da morte.»⁶⁵ Cornaro serve-se da *ars moriendi*, mas ultrapassa o seu objecto que faz transpor em diligências profanas. Ele adopta a sua construção e a sua finalidade, mas transforma o seu conteúdo: com o «regime», a vigilância quotidiana sobre o excesso liberta o corpo de toda a impureza; com a «arte de morrer», a vigilância quotidiana sobre o pecado liberta a alma de toda a mácula. Nos dois casos mudaria o peso da morte, tornada menos medonha e menos ameaçadora; nos dois casos impor-se-ia uma preparação mais assídua, mas menos inquietante; uma consciência mais agudizada do tempo, uma forma de lhe apreciar largamente a intensidade domesticando-a: o desenvolvimento de uma estratégia explícita de duração. A sobriedade torna-se, para Cornaro, um processo de conjuração da infelicidade, uma forma profana de reger uma questão posta, ainda implicitamente, nos limites da religião.

O conjunto do discurso de Cornaro é marcado pelo cunho religioso. Mantém-se o estilo demonstrativo da exortação, mais próximo, por vezes, da homilia ou do sermão, do que da demonstração sábia: «Meditai nisso, eu vos conjuro, em nome de Deus, pois estou certo [que o excesso de alimento] é um vício abominável.»⁶⁶ O preceito moral, a sugestão de uma «outra vida» tornam-se imperceptivelmente sermão de uma promessa, anúncio de uma «esperança». A nova existência, incentivada pela dieta, é ela mesma qualificada como renúncia. As palavras influenciam-se pela proximidade de sentido, substituem-se pela vizinhança de matéria; o tom da convicção escorrega para o da conversão, a «vida regida» torna-se «vida santa», o acesso à felicidade prometido pela sobriedade transforma-se em graça, sobre o que Cornaro deve declarar com insistência que ela não é sobrenatural: «Digo-lhes que a graça que usufruo não é uma graça especial, mas antes acessível a todo o indivíduo.»⁶⁷ O próprio Cornaro apresenta a sua nova vida como uma devoção, uma suavidade, a adesão intacta a qualquer potência eminente. A adopção de uma prática de restrição alimentar, com as vigilâncias que implica, é irresistivelmente comparada à prática religio-

sa de restrição, com as vigilâncias paralelas que impõe: «Muita gente abraça a vida de recolhimento e de oração; oh! Se abraçassem tão plenamente a vida regrada e sóbria!»⁶⁸ Até a felicidade alcançada pela saúde assim obtida parece tornar-se uma réplica do Paraíso: os prazeres sensíveis mais castos, as paisagens vicejantes e pacificadas, a família rodeando o santo ancião para melhor o venerar. O paralelo é tão presente quanto o explicitado: «Pode-se, como eu, possuir o paraíso na terra.»⁶⁹ Cornaro utiliza as referências sagradas, deslocando-as como utensílios feitos para reforçar melhor a convicção profana.

O acesso mais livre a alguma fruição da vida, a maior força concedida aos prazeres quotidianos, emprestam aqui um estilo demonstrativo, uma retórica, um manusear da moral que continuam a ser os mesmos de uma tradição mais antiga. As fórmulas do discurso, as suas imagens, pertencem ao estilo da predicação sagrada, enquanto que o seu conteúdo dela se desliga. A mudança, por mais paradoxal que seja, conduz a esta promoção do sensível e a esta vigilância mais exigente da vida.

Presença do regime alimentar

A prática do regime torna-se de repente mais presente, no século XVI, mais comentada e precisa. Já se viu que Cornaro pesa os seus alimentos antes de cada refeição como Pontormo, o pintor florentino de meados do século XVI. Pontormo chega a anotar escrupulosamente no seu *Diário* a quantidade e a qualidade dos géneros consumidos. Anota as onças de peixe e de carne, o modo como são cozinhados, fervidos, fritos ou assados. Ele jejua após uma doença: na sexta-feira, 29 de Março de 1555, em que sofre de dores nos rins, «foi na sexta-feira e à noite não jantei, e descansei até à noite de sábado, quando comi então dez onças de pão, dois ovos e uma salada de flores de borragem»⁷⁰. A conservação do corpo, mais do que no passado, suscita o cálculo diário. Da mesma forma, Héroard, médico do futuro Luís XIII, anota escrupulosamente no início do século XVII, o peso dos alimentos consumidos pelo delfim: a 2 de Maio de 1606, «Sopa de 6 [onças] — espargos 8 — capão cozido, uma asa; parte de uma asa — ... manteiga fresca no pão, 6...»⁷¹; ou na terça-feira, 16 de Maio, «salada de flores de buglossa, 8 e 12 de pão — sopa na travessa e no prato com metade de um capão picado e fervido, 16...»⁷². A conservação do corpo parece estar tanto mais assegurada quanto sejam controlados os pesos dos géneros consumidos.

Mantêm-se as qualidades tradicionais, como mostra Cardan quando se interroga sobre os seus gostos: «Tenho prazer em comer caranguejos porque a minha mãe comeu-os avidamente enquanto me transportava no seu ventre.»⁷³

⁶⁸ *Ibidem*, p. 97.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 102.

⁷⁰ Citado por R. e M. Wittkower, *Les Enfants de Saturne, psychologie et comportement des artistes, de l'Antiquité à la Révolution française*, Paris, Macula, 1985 (1.^a ed. americana, 1958), p. 93.

⁷¹ *Journal de Jean Hérouard* (1601-1627), Paris, Fayard, 1989, t. I, p. 935.

⁷² *Ibidem*, t. I, p. 953.

⁷³ G. Cardan, *Ma vie*, Paris, Belin, 1992 (1.^a ed., 1575-1576), p. 51.

⁶³ *Ibidem*, p. 85.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 95.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 85-86.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 41.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 105.

Ou Rabelais quando evoca o regime de Gargântua, comendo, nos dias de chuva «mais sobriamente do que nos outros dias e carnes mais dessecantes e reduzidas, para que a intempérie do ar, comunicada ao corpo pela necessária confidência, fosse por este meio corrigida»⁷⁴. Este corpo é ainda um conjunto «penetrado» pelos poros. É impregnado pelo ar, atingido pela atmosfera fria, quente, seca ou húmida. Isto orienta, voltamos a afirmar, a escolha alimentar. Enquanto que são o lugar da alimentação e o cuidado com a vida que mudam.

O regime, no século XVI, está evidentemente longe de ser a preocupação de todos. A sua ignorância ou a sua negligência mantém-se largamente sensíveis, mesmo para os mais precavidos. Numa carta a Villeroy, em 1579, Henrique III, embora atingido pela gota atribuída aos excessos alimentares, insiste na recusa de toda a restrição: «Fui tomado de uma doença no pé esquerdo que não me deixa dormir. É uma doença ridícula, mas de resto, passo bem. Além disso, como que nem um lobo.»⁷⁵ Gilles de Gouberville, cujo testemunho sobre a pequena nobreza rústica é tão precioso, não hesita em enviar a 28 de Abril de 1559 a uma irmã «muito atacada de pleurisia» várias «garrafas de cidra» e numerosos «borrachos»⁷⁶. Dallington, enfim, viajante, sensível aos gestos quotidianos, ao percorrer a França em 1598, repara na «maneira desordenada de comer» dos franceses. Ele lamenta a sua aparente ausência de dieta, «coisa em mais uso entre as mulheres que entre os homens que podemos ver sentados ao ar livre, à porta de casa, comendo e bebendo com fartura»⁷⁷.

A sobriedade torna-se, contudo, uma prática mais «legítima», uma busca mais comentada e mais estimada. É o seu valor como modelo que interessa. Tal é a novidade: o regime tem mais presença, mesmo se o seu uso está longe de ser globalmente partilhado. Quando Montaigne o contesta, considerando demasiado rigorosas algumas das suas restrições ao ponto de as julgar «castradoras»⁷⁸, sublinha o interesse que o regime suscita. Trata-o como matéria familiar. Por vezes, recorre ao regime, aliás, confessando comer frequentemente com gula ao ponto de morder a língua e os dedos. Justifica de passagem as suas dietas ocasionais pela necessidade de «conservar o seu vigor ao serviço de alguma actividade do corpo e do espírito»⁷⁹. Em maior escala, os reparos de Montaigne ligam o gosto alimentar às sensações de cada corpo, e a sua insistência sobre a necessidade de não mudar os alimentos habituais («muito tempo acostumados»), o apego à sua «experiência» pessoal e às adaptações que esta criava, denotam uma vigilância mais constante. Presença discreta, enfim, em *La Cité du Soleil* de Campanella, mas notória. É com a alternância de ementas que os *Solários* pretendem governar o estômago: «A composição da refeição muda todos os dias. Um dia há carne, no seguinte peixe e no terceiro dia legumes. No quar-

⁷⁴ F. Rabelais, *La Vie très horricque du Grand Gargantua* (1532), *Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1955, p. 99.

⁷⁵ Citado por P. Chevallier, *Henri III*, Paris, Fayard, 1985, p. 370.

⁷⁶ *Un sire de Gouberville gentilhomme campagnard de 1553 à 1562*, publicado por A. Tollemer, Paris, Mouton, 1972 (1.ª ed., 1870), p. 244.

⁷⁷ R. Dallington, *The View of France, un aperçu de la France telle qu'elle était vers l'an 1598*, Versailles, 1892 (1.ª ed. inglesa, 1604), pp. 174-175.

⁷⁸ M. de Montaigne, *Essais* (1580), Paris, Gallimard, La Pléiade, 1958, p. 1218.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 1241.

to dia retoma-se a carne e assim sucessivamente, afim de não fatigar o estômago... Os *Solários* vivem ordinariamente até aos cem anos.»⁸⁰ O regime já não é uma prática de excepção.

A medicina de si mesmo

A insistência de Cornaro ou de Montaigne sobre os alimentos que convém a cada um, as anotações regulares de Pontormo sobre as medidas dietéticas e todas as indicações sobre uma defesa pelo alimento, revelam a presença de uma certeza crescente: a possibilidade de uma medicina de si mesmo.

A evocação desta medicina não é nova. Tibério já tinha legado uma das orientações do cuidar de si: «Todo o homem que já tenha passado dos trinta anos deve ser o seu próprio médico»⁸¹, este homem deve reconhecer os géneros que lhe convém e os hábitos que o favorecem. A certeza de Montaigne: «Baseias-te nas contas dos médicos. Observa antes os efeitos e a experiência.»⁸² Projecto pouco desenvolvido nos tratados de saúde medievais, a proposição adquire aqui uma profundidade inédita.

Cornaro é quem no século XVI dá mais precisão à ideia. A «medicina de si mesmo» torna-se com ele um tema de preocupação específica, um trabalho de atenção e também uma experiência sobre a duração: «É preciso muito tempo para estas observações íntimas... quem acreditaria que o vinho velho de um ano me prejudica o estômago ao passo que o vinho novo lhe é favorável.»⁸³ O ancião veneziano insiste sobre a particularidade destas atenções inacessíveis ao olhar exterior. Dá exemplos e cita observações: a inconveniência dos alimentos frios para o seu estômago, ele próprio frio, daí o seu abandono do melão, do peixe, das empadas e das carnes de porco; a grande diferença que ele experimenta entre o vinho bebido em Julho e o vinho bebido em Outubro, a sua impossibilidade de o consumir no Verão e a quebra de forças que disso resulta; ou a grande virtude de aquecimento dos seus órgãos atribuída ao cinamomo, essa canela do Oriente.

É explorado um universo de sinais sensíveis que não tem hoje as mesmas designações, nem, sem dúvida nenhuma, o mesmo conteúdo. As *nuanças* citadas (frieza do peixe ou do porco, o calor da canela) já não têm, igualmente, sentido. A física do quente e do frio, do seco e do húmido, fica totalmente distanciada da nossa. Mas ao utilizá-la para adaptar os alimentos ao seu temperamento, Cornaro insiste sobre uma nova particularidade: o bom gosto, o bom sabor, já não são penhor suficiente. O efeito benéfico supõe uma experiência, uma escolha, para as quais o «bom cheiro» não seria suficiente. Cornaro pretende consumir apenas géneros e vinhos «em conformidade com o seu temperamento» e não necessariamente em conformidade com o seu gosto. Está consumada a distância em relação aos tratados medievais.

⁸⁰ T. Campanella, *La Cité du Soleil* (1613), *Voyage aux pays de nulle part*, op. cit., p. 261.

⁸¹ Citado por C. Suétone, *Vies des douze Césars* (século I), Paris, Les Belles-Lettres, 1932, t. II, p. 54.

⁸² M. de Montaigne, op. cit., p. 107. Ver também F. Batisse, *Montaigne et la médecine*, Paris, Les Belles-Lettres, 1962, p. 67.

⁸³ L. Cornaro, op. cit., p. 55.

Mantém-se uma certeza: o regime parece preservador como o eram o licor de ouro ou a jóia protectora; é definitivamente certo. Mas uma originalidade se afirma: só o sujeito dispõe de informações pertinentes, só ele, em definitivo, acede ao interior do seu corpo. A consequência é importante: esta medicina que recusa o médico já não é só uma opção possível, uma escolha, mas uma necessidade, um recurso obrigatório. O observador exterior é parcialmente atingido de enfermidade: «O homem não seria o médico perfeito senão dele próprio.»⁸⁴ Proposição de que é preciso medir o alcance cultural, muito maior, é claro, do que o modesto alcance científico. Esta esfera privada investida e considerada fora de alcance inaugura, à sua maneira, o indivíduo moderno.

A originalidade prende-se com uma confiança confusa: a convicção ainda elementar, mas nitidamente enunciada, de um corpo em que o sujeito é o único a poder avaliar as disposições. Este controlo de si que Cronaro sugere sobre as práticas de saúde e de conservação corporal parece concordante com o controlo sugerido na mesma altura por Baltassare Castiglione ou Erasmo sobre as práticas de delicadeza e etiqueta⁸⁵: a urbanidade do século XVI, a sociedade cortês, conduzem a uma autodisciplina mais marcada e a uma definição mais precisa das fronteiras de si próprio. Os textos contemporâneos sobre as regras de civilidade ou sobre a etiqueta da corte mostram o quanto, de uma vez, se pode aumentar o número de comportamentos destinados à intimidade e o número das experiências consideradas incomunicáveis. Baltasar Gracian teoriza ainda melhor, algumas décadas mais tarde, mostrando como a corte, com a multiplicidade de relações a que obriga, o seu entrecruzamento e os seus jogos, leva a «tornar-se impenetrável», e a fazer com que nada «transpareça para fora»⁸⁶. O modelo difunde-se, dando mais prestígio a uma vigilância particular das reacções e dos afectos. Reserva e autovigilância mais nitidamente regulamentadas na cortesia medieval, criam novos espaços «interiores», bem como novas maneiras de expor o corpo. A atitude vigiada de Cornaro, o aprofundamento do volume corporal que ela provoca são consequências destas novas preocupações no século XVI.

A particular originalidade do veneziano consiste em confrontar-se directamente com as sensações privadas, aquelas cuja existência só é possível após o trabalho de autocontrolo. Cornaro aplica tão fielmente o projecto que redige os seus conselhos na primeira pessoa, pondo em cena o seu próprio exemplo, evocando a sua vida em Pádua, os seus alimentos quotidianos, a organização da sua casa e as reacções aos incidentes familiares. Daí o tom particular dos seus «conselhos para viver muito tempo», um recurso à récita que constitui em simultâneo a sedução do texto e a sua lógica, uma relação muito individualizada que provoca o saber dos conceitos e lhes dá um sentido próprio. De passagem, Cornaro inventa um género: o dos testemunhos personalizados sobre as práticas de saúde, a associação da experiência individual e do saber reunido, um género bem vivo ainda nos séculos XVII e XVIII.

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ Érasme, *Le Civilité puérile* (1530), Paris, Ramsay, 1976, Baltassare Castiglione, *Le Courtisan* (1528), Paris, 1537.

⁸⁶ B. Gracian, *Le Héros* (1647), Paris, Champ libre, 1973, pp. 26 e 15; ver J. Revel, «Les usages de la civilité», *Histoire de la vie privée*, sob a direcção de P. Ariès e G. Duby, Paris, Ed. du Seuil, 1986, t. III.

Só mais tarde, quando fossem melhor avaliados e objectivados os sinais de saúde, é que seriam negligenciados estes recitativos que combinam a observação interna com ambição de sabedoria, mas ao calcular a sobriedade até ao número, Cornaro dá ao regime uma precisão que não existia.

4. UM REGIME DOS POBRES?

Praticado ou negligenciado, o regime ganha em valorização entre os privilegiados. É conhecido e comentado. Em compensação, as diferenças são maiores entre os abastados e os outros. Cultura de elite e cultura popular acusam uma divergência crescente, até à ironia de Alemán, em 1599: «Com medo de fazer mal aos ricos, faz-se-lhes mal, fazendo-lhes comer onças e beber escrupulos, viver por dracmas e morrer de fome antes que de doença. Dos pobres, porque são pobres, todos têm piedade... Dá-se-lhes sem escolha nem medida... Enchem-se tanto que sufocam sob as carnes e morrem tão cheios a ponto de rebentar.»⁸⁷

A imagem do pobre

A valorização das quantidades e do acumular continua a dominar a cultura popular. As fórmulas dos provérbios recenseados no século XVI dizem-no sem rodeios: «Quem bem come, casa e dorme, não tem medo da morte.»⁸⁸ Algumas destas fórmulas sugerem mesmo directamente a sensação física da abundância, sublinhando a segurança corporal que ela inspira: «Quem não tem a barriga cheia não pode dormir seguro.»⁸⁹ A profusão alimentar continua a ser garantia de preservação.

A divergência aumenta ainda entre as marcas dos abastados e a dos outros, porque muda a imagem social dos mais humildes. A privação pode tornar-se objecto de sarcasmo, no século XVI, de crítica mordaz, provocando afastamentos e rejeições. Imperceptivelmente a pobreza perde o valor sagrado que tinha na Idade Média. Aproximar de uma mentalidade moderna, sem dúvida, que valoriza o trabalho. A Reforma, como o catolicismo do fim do século XVI, torna o pobre largamente responsável pelo seu estado. A idealização franciscana do mendigo enfraquece em proveito de uma exaltação do labor. As condições demográficas tornaram também mais alarmante o peso dos pobres, agravando a dissonância entre uma população «crescente como ratos numa granja»⁹⁰ e uma produção cujo desenvolvimento não é equivalente. Fomes e pestes que sobrevêm em 1527-1529 em redor de uma Veneza florescente são disto exemplo, com as suas ruas, em Fevereiro de 1528, invadidas por esfomeados: «A cidade está em festa, organizaram-se numerosas mascaradas, mas ao mesmo tempo,

⁸⁷ M. Aleman, *op. cit.*, p. 87.

⁸⁸ L. Joubert, *Erreurs populaires touchant la médecine et le régime de santé*, Paris, 1578, t. II, p. 145.

⁸⁹ *Ibidem*, t. II, p. 115.

⁹⁰ H. Neveux e J. Céard, «Un monde qui se dérègle», *Les Malheurs du temps*, *op. cit.*, p. 262.

dia e noite, vêm-se imensas multidões de miseráveis.»⁹¹ Desenha-se, em vários centros europeus, uma nova política face à pobreza, ilustrada pelos éditos de Carlos V, em 1530: a autorização para mendigar limitada aos doentes e enfermos, a vontade de fazer com que os filhos dos mendigos tivessem alguma aprendizagem, para os afastar do «mal». Thomas Platter revela também a mudança de mentalidade quando narra as suas deambulações em meados do século XVI, a sua mendicidade de estudante sem recursos, espantando-se com as injúrias e as hostilidades que suscita. «Os pregadores repetem frequentemente na sua cátedra: “Ganharás o pão com o suor do teu rosto”, esforçando-se por mostrar quanto o trabalho manual é abençoado por Deus e acham mau que se fizessem de todos os estudantes eclesiásticos. O próprio mestre Ulrich dizia que era preciso empurrar os jovens para o trabalho para prevenir um tão grande número de eclesiásticos. Assim, muitos renunciavam aos estudos.»⁹² Crítica de «ociosidade» que Platter retomará mais tarde por sua conta, narrando o seu sucesso de médico estimado, evocando o seu conforto material, as suas casas e a sua prosperidade adquirida «com muito trabalho»⁹³, sublinhando por sua vez a importância do mérito e do labor.

Alimentos sórdidos

Esta distância acrescida face ao pobre, no século XVI, traduz-se por um desprezo estritamente físico; denúncia de comportamento, mas também de alimentos, do «regime»; géneros considerados grosseiros, indigestos, por vezes mesmo portadores da peste e de epidemias pelas decomposições que geram. Diz-se da alimentação dos mais despojados criar um «putredo» interno susceptível só por si, de contaminar a atmosfera. A desconfiança contra os corpos «sórdidos e fétidos» dos mais desfavorecidos multiplicam-se. Aumenta a ironia sobre os seus casebres, comparados «a cavernas infectas»⁹⁴, difundida por alguns tratados de saúde do século XVI.

Transposta para um registo de escárnio, é ainda a consequência dos «cinco conjuntos de belas viseiras de alhos», este alimento do povo oferecido pelos Amorautes a Pantagruel: «Um hálito malcheiroso saiu-lhe do estômago por ter comido tanta alhada.»⁹⁵ A exalação alastra uma peste que invade Rouen e Nantes, enfraquecendo uma população impotente e inumerável. Dito de outra forma, a alimentação grosseira não atinge só os que a absorvem, podendo atingir também os que se avizinham. Em *Le Page disgracié*, um século mais tarde,

⁹¹ M. Senudo, *I diari* (século XVI), citado por B. Geremek, *La Potence ou la Pitié, l'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Gallimard, 1986 (1.^a ed. polaca, 1978), p. 175.

⁹² T. Platter, *La Vie de Thomas Platter* (século XVI), Genebra, 1862, p. 61.

⁹³ *Ibidem*, p. 140.

⁹⁴ R. Gropetii Atrebatii, *Regimen sanitatis*, Paris, 1539, fo. 35; ver J. Dupèbe, «La diététique et l'alimentation des pauvres selon Sylvius», in *Pratiques et Discours alimentaires à la Renaissance, Actes du colloque de Tours 1979*, sob a direcção de J.-C. Margolin e R. Sauzet, Paris, Maisonneuve et Larose, 1982.

⁹⁵ F. Rabelais, *Pantagruel, roi des Dipsodes* (1532), *Oeuvres*, op. cit., p. 326.

L'Hermite evoca ainda «graves» doenças epidémicas causadas pelas intemperanças de soldados «enchendo-se de maus alimentos», até provocarem uma inextinguível «putrefacção do ar»⁹⁶.

As dietas são então explicitamente pensadas para os pobres. Em 1542, Sylvius é o primeiro a propor um acordo dietético dos alimentos casuais. Nele explica como tornar comestíveis caracóis, vermes da terra e cobras, regularmente consumidos pelos mais desfavorecidos: é preciso que sejam «bem esvaçados e esfolados depois de ter cortado e extraído cerca de quatro medidas da cabeça e também, se quiserdes, da cauda, bem lavadas e limpas em barrela»⁹⁷. O alimento deve, simplesmente, ser «expurgado». É um trabalho sobre as podridões, por isso os géneros «bichados» não devem ser aproveitados. Do mesmo modo as morcelas, os couratos, as cartilagens, os ossos tenros, as cabeças, os pés, a pele, o toucinho e a tripalhada» devem-se moer ou picar, antes de serem impregnados de vinagre e misturados com pó aromático: é o peso dos géneros que se pretende, neste caso, evitar ao reforçar a sua virtude aromática. O que conduz ao recenseamento das «especiarias» mais facilmente disponíveis: «Rosmaninho, salva, hissopo, segurelha, tomilho, manjerona, louro e cabeça de cardo cabeçudo.»⁹⁸ Nestas condições, mesmo os tendões, os nervos ou os ossos, podem fornecer «grande e longo alimento às gentes de trabalho»⁹⁹. São assim ajustados «pequenos e jovens cães, gatos, ratos, patos, jumentos, texugos, furões e outros animais costumeiros»¹⁰⁰. O vinho, inacessível, por ser «muito caro para os pobres» obriga ainda a vigiar as suas bebidas. Daí os substitutos purificados e suavizados: «Pode-se ferver água com um pouco de mel ou açúcar, uvas ou alcaçuz com um pouco de vinho azedo.»¹⁰¹ A alimentação do pobre deve ser «educada».

O projecto mantém-se utópico senão irrisório; vagamente contraditório também: não chama o trabalho rude alimentos rudes, «bons para os que trabalham muito e que podem digerir carnes mais duras»?¹⁰². Esta dieta dos pobres mostra apenas como se agudizou, no século XVI, a consciência de consumos socialmente diferentes e quanto o desapareço que inspira a alimentação dos mais humildes pode tomar a forma de inquietações de ordem sanitária. Uma maneira de marcar algumas novas fronteiras a partir de uma cultura de elite.

5. AS VIAS DE UMA LIBERTAÇÃO

As «crendices», enfim, constituem outro pólo de diferenciação no século XVI. Também por elas se acentuam as distâncias sociais: uma maneira de denunciar as purezas obtidas por simples contacto. Pela primeira vez, o afastamento das referências medievais é afirmado e sublinhado. Os licores de ouro e os elixires

⁹⁶ T. L'Hermite, *Le Page disgracié*, Paris, 1642, p. 300.

⁹⁷ J. Sylvius, *Régime de santé pour les pauvres*, Paris, 1542, ff. 44-45.

⁹⁸ *Ibidem*, fo. 41.

⁹⁹ *Ibidem*, fo. 42.

¹⁰⁰ *Ibidem*, fo. 43.

¹⁰¹ *Ibidem*, fo. 48.

¹⁰² *Ibidem*, fo. 41.

de alquimistas são denunciados como poções extraviadas, artifícios de charlatões, crenças aceitáveis apenas para as «gentes pequenas».

A denúncia das jóias protectoras

Um gesto de Ambroise Paré indica o sentido das renovações. Chamado pelo rei num dia de 1570, a testemunhar sobre o valor protector de uma pedra rara, Ambroise propõe uma prova: dar veneno a um condenado à morte antes de fazer «agir» a pedra e de lhe constatar os efeitos. A «experiência» aceite teve lugar no mesmo instante: um cozinheiro do rei, ladrão de algumas travessas de prata, absorve o veneno e o antídoto (a pedra reduzida a pó) contra uma promessa de vida salva. O resultado é antes de mais edificante: o homem morre acometido de dores insuportáveis, «andando como uma besta, os olhos e a face flamejantes, deitando sangue pelas orelhas, pelo nariz, pela boca, pelo ânus e pelo pénis»¹⁰³. O cirurgião do rei triunfa. O seu gesto torna-se atestado: a prova de que «a ilusão» traz o sofrimento e a morte. Lição sangrante dada pela medicina, que na segunda metade do século XVI, reúne uma dinâmica cultural mais larga: as primeiras afirmações de uma ciência «moderna», as primeiras recusas do boato, a crítica dos «erros populares» também, aos quais Laurent Joubert consagra um livro inaugural, em 1572. Um texto peremptório, entre outros, sobre o recurso aos minerais: «Parece supersticioso e enganador que haja uma virtude inacreditável e secreta nas pedras preciosas quer se usem sobre si quer se utilize o pó das mesmas.»¹⁰⁴ Mais numerosos ainda são os médicos que procuram um «teste de prova» a estes objectos, antes de os julgarem totalmente inoperantes: «Nenhum efeito louvável»¹⁰⁵, indica Christophe Landré, depois de algumas laboriosas tentativas em tempo de peste, quando leva os seus pacientes a usarem objectos puros para melhor observar a sua «acção».

O tema extravasa a literatura médica. Straparole, o imitador veneziano de Boccace, cerca de 1550, leva Maistre Zéphire, o boticário dos seus diálogos, a dizer que prefere as pedras às ervas medicinais muito simplesmente porque uma vez lançadas sobre os charlatões elas atingiam-os «de forma mais cruel»¹⁰⁶. É o escárnio, neste caso, que leva à lenta rotura com as forças obscuras e com os efeitos por simpatia. Do mesmo como Rabelais troça da «corrente de ouro pesando vinte e cinco mil e sessenta e três marcos de ouro» que faz usar a Gargântua para seguir a velha prescrição dos «médicos gregos»¹⁰⁷ e se proteger dos males. Nada mais do que uma denúncia acrescida dos «charlatões» e dos «mágicos», em meados do século XVI, esses «insolentes pantomineiros de futilidades, embusteiros e ladrões»¹⁰⁸, que evoca Ambroise Paré.

¹⁰³ A. Paré, *Oeuvres...*, op. cit., t. III, p. 341.

¹⁰⁴ Citado por A. Paré, *Discours de la licorne* (1580), in *Des monstres, des prodiges, des voyages*, Paris, Livre club du libraire, 1964, p. 166.

¹⁰⁵ C. Landré, *De l'oecoiatrie*, Paris, 1573, p. 800.

¹⁰⁶ G. F. Straparole, *Les Facétieuses Nuits*, Paris, 1857 (1.^a ed., 1550-1551), t. II, p. 58.

¹⁰⁷ F. Rabelais, *Gargantua*, op. cit., pp. 51-52.

¹⁰⁸ A. Paré, *Discours de la licorne*, op. cit., p. 167.

O ouro potável, os licores de pedra e os pós de marfim são misturados na denúncia. Bernard Palissy pretende limitar-se às provas: não seria suficiente pesar as peças de ouro fervidas em qualquer poção de saúde para verificar que «são tão pesadas como dantes»?¹⁰⁹. A «limalha de ouro» não revela assim mais superioridade do que uns grãos de areia, assegura Bernard, sobre o «ouro potável» em 1580: objecto inerte não mantém relação com o que se digere e se consome. Não tem nem suco nem fermento, nem ar nem cheiro, acrescenta ele, diferenciando-o das ervas e das plantas. Afirmção precoce, pouco explicitada, mas conduzindo-o a distinções alimentares: entre o orgânico e o inorgânico, entre o que pode e o que não pode tornar-se carne; esforço balbuciente para especificar a vida.

A crítica é ainda pouco difundida em meados do século XVI. Ela divide os próprios «sábios». Chappelains, médico de Carlos IX, em 1565, mantém o uso de um corno de licorne mergulhado na taça do rei para evitar os efeitos do veneno ou de qualquer outra infecção¹¹⁰. Ele perpetua a tradição das «linguetas» de pedras preciosas que os reis medievais mergulhavam no seu vinho. O próprio Paré, apesar das suas reservas sobre a virtude dos objectos protectores, não hesita em recomendar o uso do ouro para purificar uma água corrompida: «Se se teme que a água esteja viciada em tempo de peste, corrigir-se-á, fazendo-a ferver um pouco ou ferrando-a com aço, ouro ou prata quentes.»¹¹¹ A imagem da eficácia dos contactos puros continua a ser dominante nesta segunda metade do século XVI. Ao corno de licorne que preserva as bebidas do rei responde o corno de licorne que preserva as bebidas dos viandantes anónimos; este corno que «uma honesta senhora mercadora» explora, no Pont-au-Change: «Um assaz grande bocado preso a uma corrente de prata que mergulha normalmente num gomil cheio de água, que ela oferece de boa vontade a todos os que lhe peçam.»¹¹² Durante muito tempo as pedras preciosas e os licores de ouro fazem parte das farmacopeias. Os cirurgiões embarcados nas galeras reais dispõem, nas suas caixas de campanha, no final do século XVII, de «fragmentos de esmeralda, de rubis, de safira, de sardónia e de topázio»¹¹³. Objectos que a maior parte de entre eles se apressava, aliás, a vender nos portos de passagem por inconfessáveis lucros, mas que revelam a persistência de uma representação. Da mesma forma, Labat, missionário naturalista do final do século XVII, troca ainda com os índios Caraíbas «duas pedras verdes e duas bolsas de couro»¹¹⁴; para se proteger de males diversos. O viajante dominicano de livre curso a toda a força da crença. Ele confessa uma precaução particular: estas pedras não devem ter tocado nenhum cadáver, nenhuma carne em putrefacção. Também se informa com insistência acerca da sua proveniência. Só um objecto preservado se mantém em condições de actuar.

¹⁰⁹ B. Palissy, *Discours admirables de la nature des eaux et des fontaines tant naturelles qu'artificielles*, Paris, 1580, p. 225.

¹¹⁰ A. Paré, *Discours de la licorne*, op. cit., p. 162.

¹¹¹ A. Paré, *De la peste*, op. cit., t. III, p. 368.

¹¹² A. Paré, *Discours de la licorne*, op. cit., p. 159.

¹¹³ A. Zysberg, *Les Galériens, vies et destins de 60.000 forçats sur les galères de France, 1680-1748*, Paris, Éd. du Seuil, coll. «L'Univers historique», 1987, p. 214.

¹¹⁴ J.-B. Labat, *Voyage aux îles françaises de l'Amérique (1693-1705)*, Paris, Seghers, 1979, p. 138.

Uma ruptura, no entanto, é incentivada no século XVI. As panóplas de objectos preciosos perdem legitimidade. A força atribuída ao simples contacto dos materiais desliza, insensivelmente, para a superstição.

O próprio poder das relíquias não é mais o mesmo: a sua garantia preservadora e a sua emanção quase física perdem evidência. A Reforma denuncia uma divinização de «carcaças», um recurso idólatra, a instauração de intermediários inúteis entre a alma do cristão e Deus. Calvino consagra às relíquias a totalidade de um livro que recenseia fraudes e logros: «Não se poderia adorar um anel de Nossa Senhora, um pente ou um cinto seus, sem correr o perigo de adorar os anéis de qualquer indigente.»¹¹⁵ Mas para além da possível impostura, é sobretudo a sacralização dos despojos físicos o que a Reforma denuncia, a atribuição de forças «ilegítimas», esta forma de «se rir de Deus», mais do que de «instruir os homens»¹¹⁶. Agrippa d'Aubigné, evocando as suas primeiras viagens no Loire, relata com distanciamento, os gestos do seu servidor Eschalart, que se protege da peste de Orléans em 1562 com «um salmo na boca»¹¹⁷.

A própria Igreja, no século XVI, tenta limitar o uso das relíquias regulamentando-o. Os concílios de Trento, de Milão e de Aix, depois de 1550, condenam as manipulações muito frequentes destes objectos e as suas explorações venais. Proíbe-se que as relíquias sejam distribuídas ou levadas à cabeceira dos doentes¹¹⁸. Propostas muito genéricas, na verdade, mas o princípio crítico é importante: a denúncia da superstição, a sua discussão e o recenseamento dos excessos, enquanto que o recurso às relíquias se mantém, evidentemente, dominante. Não pede, ainda em 1638, Ana de Áustria, grávida, uma relíquia de São Leonardo à cidade de Saint-Leonard-de-Noblat, para que o patrono dos prisioneiros lhe assegure um parto feliz?¹¹⁹ Não aceita em 1657, um bispo do Algarve que as cabeças de dois camponeses que curam sejam, após a sua morte, colocados «num nicho da capela-mor, ao lado do Evangelho» para perpetuar os poderes de prevenção e de cura?¹²⁰. Exemplo notável de uma canonização popular, com as suas promessas «médicas», bem particulares, imposta à autoridade episcopal.

Uma libertação do cosmos

A crítica que nasce no século XVI, em compensação, revela uma atenção maior aos princípios mecânicos, e mesmo racionais, e ao encadeamento de causas e efeitos. É o lugar do corpo, a sua inscrição no universo, a sua vizinhança com as forças naturais, que tende a mudar lentamente: menor dependência de potências invisíveis.

¹¹⁵ J. Calvin, *Traité des reliques*, Genebra, 1599, p. 74.

¹¹⁶ P. de Moulin, *Bouclier de la Foy ou défense de la confession de foi des Eglises Réformées du Royaume de France*, Charenton, s.d. (século XVII), p. 481.

¹¹⁷ T. Agrippa d'Aubigné, *Sa vie à ses enfants (1552-1630)*, Oeuvres, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1969, p. 388.

¹¹⁸ S. Boiron, *La Controverse née de la querelle des reliques à l'époque du concile de Trente (1500-1640)*, Paris, PUF, 1989, pp. 76-77.

¹¹⁹ P. Boussel, *Des reliques et de leur bon usage*, Paris, Balland, 1971, p. 216.

¹²⁰ J. Delumeau, *Rassurer...*, op. cit., pp. 232-233.

A explicação astrológica torna-se, neste ponto, outro exemplo de renovação. Não que se apague, no século XVI, a importância do papel atribuído aos astros: os papas Júlio II, Leão X e Paulo III julgam sempre necessário conhecer a colocação dos planetas e dos signos antes de fixarem a data da sua coroação, a da sua entrada numa cidade ou da ocorrência de um consistório¹²¹. A aprendizagem da astrologia mantém-se sempre como condição da aprendizagem médica. Mas no mesmo momento, esta astrologia perde em transparência, mudando imperceptivelmente de sentido. Já Rabelais lhe dá uma versão ridícula publicando falsas profecias. As infelicidades anunciadas na *Pantagrueline Prognostication*, em 1533, não são mais do que engodo e escárnio: «Este ano, os cegos pouco verão, os surdos ouvirão muito mal, os mudos não falarão muito e os ricos portar-se-ão um pouco melhor do que os pobres.»¹²² A astrologia aqui não é mais do que facécia: «No Inverno, segundo o meu fraco entendimento, não serão sábios os que vendam as suas peles e peliças para comprar lenha.»¹²³

Cornaro é mais suave e, ao mesmo tempo, mais realista. Ele mostra a força da convicção que a astrologia mantém no século XVI para melhor a negar. Ele lembra nas suas fórmulas de regime e de dieta, em 1558, a inevitável «força» dos astros, a sua presença manifesta, mas sugere também a necessidade e a possibilidade de os afastar. A conduta de saúde torna-se, de vez, afirmação de libertação. O regime serve para escapar às influências cósmicas. É feito para as contrariar: «A opinião é a de que os astros predispoem mas nada forçam.»¹²⁴ Cornaro assimila a manutenção da saúde a um acto de «resistência», uma forma de lutar contra as forças invisíveis do mundo, uma forma de lhes limitar os efeitos, e já não só de as conjugar ou de as «acompanhar»: «O homem saberá pela sua habilidade pessoal vencer a oposição dos céus e [triumfar] sobre uma constituição débil graças à vida sóbria.»¹²⁵ Cornaro reencontra à tônica de Maquiavel, sugerindo as vias para ultrapassar as casualidades e o poder dos signos: «A Sorte é mulher, ela não cede senão pela violência e pela audácia.»¹²⁶ O Príncipe é aquele «que tem cabeça», ele resiste e decide; é mesmo com «ferocidade» que deve comandar a Sorte. Linguagem abrupta ainda, no século XVI, rara, sem dúvida nenhuma, mas importante. Confirma a forma como no caso da manutenção de si, o interesse é dirigido para outros princípios que não as meras pressões ocultas. Pode dirigir-se para os mecanismos, por exemplo, para o funcionamento concreto do corpo, para as técnicas, também, mais do que para a opressão do «céu».

¹²¹ J. Delumeau, *La civilisation de la Renaissance*, Paris, Arthaud, 1967, p. 490.

¹²² F. Rabelais, *Pantagrueline Prognostication, certaine, véritable et infaillible pour l'an perpétuel* (1533), Oeuvres..., op. cit., p. 921.

¹²³ *Ibidem*, p. 927.

¹²⁴ L. Cornaro, op. cit., p. 78.

¹²⁵ *Idem*.

¹²⁶ N. Machiavel, *Le Prince* (1513), Oeuvres complètes, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1958, p. 367.

6. ANALOGIAS MECÂNICAS

A «máquina», mais do que outrora, serve aqui de ilustração. O corpo, no século XVI, assemelha-se largamente aos objectos fabricados. Impõe-se uma imagem que oferece uma representação já global da disposição corporal e da sua autonomia possível: o modelo do alambique, a cucurbita e as tubuladuras, que purificam as essências.

O uso do alambique está dominado desde a Idade Média, mas mantém-se durante muito tempo misterioso e secreto; prática confinada aos laboratórios dos alquimistas ou de boticários isolados. A difusão da destilação no século XVI facilita, sem dúvida nenhuma, o recurso a este modelo.

O alambique e a destilação

A analogia orienta aqui o sentido dos fluxos, sugere a ascensão dos humores no corpo e a sua expulsão para o alto, um movimento que atravessa o conjunto dos membros. Como na gravura de Gerard Dorn, em meados do século XVI¹²⁷: um homem inscrito num alambique, cujas sobreposições anatómicas representam sucessivamente o forno, a cucurbita, a tubuladura e o bico vertedor. A «purificação» reúne-se claramente ao mecanismo técnico: deixando a cabeça escapar os humores previamente trabalhados.

Os conselhos de saúde dados no século XVI seguem simplesmente a imagem como o faz Straparole numa das suas novelas: «Primeiro, que mantenhais a cabeça seca de todo o humor; segundo, que tenhais os pés quentes.»¹²⁸ O corpo não «destila» bem se o sentido dos humores não for sustido, «favorecido», orientado como um percurso. Caso contrário surgiriam doenças e decomposições das matérias; como o intenso «fluxo do ventre» de que se diz vítima Felix Platter num dia de 1522: desordem causada, segundo ele, por caminhar descalço sobre um solo gelado, perturbação da elevação dos humores provocada pelo frio¹²⁹.

Montaigne retoma a imagem, insistindo sobre este «calor que se toma de início nos pés», para ser transformado em «vapor que vai subindo e exalando-se»¹³⁰. Monteux também retoma a imagem, recomendando o aquecimento dos pés e a secagem da cabeça, sublinhando o perigo de toda a evaporação contrariada. O turbante dos Persas seria disso prova: não têm os Orientais de turbante os dentes apodrecidos por qualquer excesso de humor estagnado? O turbante sufoca o fogo e contraria o fluxo¹³¹. A imagem banaliza-se no final do século XVI: Bassompierre pretende reconhecer os cadáveres dos turcos nos combates húngaros de 1603, «pelos dentes todos estragados que eles tinham por causa do seu turbante»¹³². O risco consiste deixar os humores tornarem-se espessos na cabeça,

¹²⁷ G. Dorn, *L'anatomia delli corpi vivi* (século XVI), pl.

¹²⁸ G. F. Straparole, *op. cit.*, t. II, p. 390.

¹²⁹ F. et T. Platter à Montpellier, 1552-1559, 1595-1599, *notes de voyage de deux étudiants bâlois*, Montpellier, 1892, p. 13.

¹³⁰ M. de Montaigne, *op. cit.*, p. 380.

¹³¹ H. de Monteux, *op. cit.*, p. 30.

¹³² F. de Bassompierre, *Journal de ma vie, Mémoires*, Paris, 1870 (1.^a ed., 1665), t. I, p. 118.

quando se devem purificar e também aliviar. Daí a necessidade de serem conduzidos secando-se. O alambique ilustra uma figura canónica de purificação.

O consumo de «água ardente», de «água de fogo», prolonga ainda a imagem. O espírito do vinho conserva as energias adquiridas no alambique. Penetra os órgãos como um «éter», separando as matérias, rejeitando «o que não está puro», preservando as carnes de todo o apodrecimento até à «enorme virtude de dissolver o sangue coagulado mantido no corpo»¹³³. A água-de-vida é a mais activa das quintas-essências, realizando a adequação entre o seu nome e a sua acção: ela é a água que pode prolongar os dias. O seu poder torna-se tanto mais comentado quanto o licor começa a difundir-se para além dos segredos dos alquimistas. As suas virtudes estão menos cunhadas de mistério. As suas qualidades contrárias, associando o frio da água e o calor do fogo, o húmido e o seco, são menos inquietantes¹³⁴. Joubert propõe mesmo fortalecer os velhos, citando o caso de mortes adiadas pelo recurso às «águas imperiais», confecções de «alquermes ou outras coisas cordiais»¹³⁵. Ambroise Paré julga igualmente estas substâncias indispensáveis à saúde; multiplicando sem fim a sua diversidade; descrevendo minuciosamente como dispor «por pequenas camadas de alambique de vidro» as carnes de «vitelos, carneiros, cabras, capões, frangos, galinhas gordas, perdizes e faisões... miudamente picados»¹³⁶, para lhes extrair as essências mais activas. O alambique acentua todas as purificações.

Foi a conservação que constituiu a qualidade primeira da água-de-vida e o seu sucesso para os marinheiros holandeses, os primeiros agentes da sua difusão no século XVI: líquido melhor protegido do que o vinho nas longas travessias¹³⁷; líquido mais «potente», também, dado regularmente aos marinheiros para as situações de força a partir do final do século XVI: «Por forma de aumento e para bordagem de vela no mau tempo.»¹³⁸ O mercado alarga-se suficientemente em França para que regiões como Aunis ou Charente exportem, desde o século XVI, para a Holanda e para a Inglaterra. São, enfim, a conservação e a purificação que constituem a sedução da imagem do alambique, primeira máquina analógica do corpo, antes das montagens mecânicas mais geometrizadas que o século XVII inventará.

A «república» do corpo

O modelo, no entanto, junta-se ainda a outros, durante o século XVI. O importante aqui é mesmo o brusco aumento de evocações analógicas, a sua diversificação e a sua multiplicidade. Trata-se menos de alusões mecânicas, aliás, que de analogias jogando com a hierarquização e o comando: a orquestração

¹³³ A. Paré, *Discours de la licorne*, *op. cit.*, p. 129.

¹³⁴ Ver aqui p. 34.

¹³⁵ L. Joubert, *op. cit.*, t. I, p. 11.

¹³⁶ A. Paré, *Des distillations* (1575), in *Oeuvre complètes*, *op. cit.*, t. III, p. 621.

¹³⁷ M. Lachiver, *Vins, Vignes et Vignerons. Histoire du vignoble français*, Paris, Fayard, 1988, p. 261.

¹³⁸ R. Challes, *Journal d'un voyage aux Indes* (1690), Paris, Mercure de France, 1979, pp. 82, 188, 192.

polifónica, por exemplo, ou a república, o Estado, no qual cada acção deve convergir para lhe preservar a unidade. Uma maneira de sugerir a totalização dos órgãos, a sua «unificação», de lhe sublinhar também o funcionamento conveniente, longe das referências cósmicas. É em torno da ordem que Cornaro desenvolve as comparações, a ordem do exército, a da cidade, a que «dá a vitória», a que «dá a estabilidade»: em cada caso, a analogia do comando único sobre um conjunto hierarquizado ¹³⁹. Brantôme dá alguns exemplos, ainda mais precisos, nas *Dames galantes*: «Aprendi com um grande médico que os corpos humanos não conseguem estar bem se todos os seus membros e partes, desde os maiores aos mais pequenos, não fizerem em conjunto os seus exercícios e as funções que a sábia natureza lhes ordenou para a sua saúde, e não façam um acordo comum, como um concerto de música, não havendo razão para que algumas das ditas partes ou membros trabalhem e as outras repousem; assim como numa república fazem todos os oficiais, artesãos operários e outros, o necessário, unanimemente, sem se darem descanso nem se colocarem uns sobre os outros, se se quer que tudo esteja bem e que o seu corpo se mantenha são e íntegro.» ¹⁴⁰

A música do século XVI com instrumentos mais numerosos, mais emancipados e os seus «concertos» que se aventuram imperceptivelmente para a sinfonia, vem ajudar a analogia. As primeiras análises de Bodin sobre o Estado moderno, em 1550, sugerem também novas referências: a representação de uma república torna-se pessoa moral, conjugando organização e diversidade, a imagem de uma coordenação centralizada, erigindo a colectividade em entidade ¹⁴¹. O corpo descrito como uma cidade, ou como um exército, por Cornaro, obedece ao mesmo princípio: o da ordem, uma unidade física hierarquizada, comandada do centro para a periferia. Daí esta associação frequente, no século XVI, entre a manutenção da saúde e o «governo», entre a conduta preservadora e o «comando», a coordenação de princípios sucessivos e subordinados. Como no título de um tratado de La Framboisière, médico ordinário do rei, em 1600, *Le gouvernement nécessaire à chacun pour vivre longuement*. A imagem não subverte necessariamente as práticas ¹⁴². Ela mostra somente que o corpo adquire aqui uma pretensão «organizadora». A sua apropriação torna-se mais específica, em todo o caso menos misturada com as meras qualidades do universo.

SEGUNDA PARTE

EVACUAR OS HUMORES

SÉCULO XVII

¹³⁹ L. Cornaro, *op. cit.*, p. 54.

¹⁴⁰ P. de Bourdeilles, conhecido como Brantôme, *Vies des dames galantes* (finais do século XVI), Paris, Gallimard, coll. «Folio», 1981, p. 204.

¹⁴¹ J. Bodin, *Les Dix Livres de la République*, Paris, 1576.

¹⁴² Sieur de La Framboisière, *Le gouvernement nécessaire à chacun pour vivre longuement*, Paris, 1600.

CAPÍTULO I

MECÂNICA CORPORAL E EVACUAÇÃO

As silhuetas de Giovanni Bracelli, dedicadas ao duque Pierre de Médicis, em 1624¹, representações filiformes que ilustram o corpo em movimento, retomam, algumas delas, a analogia com o alambique: o modelo do século XVI não está esquecido. Mas a série de Bracelli mostra também que o aparelho do destilador já não é a única referência maquinista do corpo no século XVII. A maior parte destas gravuras renovam e multiplicam os exemplos de mecanismos mais diversos, sugerindo figuras geométricas e articulações metálicas: ligações por parafusos e cavilhas, cavidades ligadas por tubuladuras e movimentos accionados por energias. As animações de Giovanni Bracelli não são mais do que jogos fictícios aos quais o próprio gravador recusa qualquer valor realista. O Florentino não é nem anatomista nem mecânico, e Tristan Tzara que lhe consagra um texto longo em 1963², vê nele antes um precursor dos surrealistas, um visionário que manuseia o imaginário com audácia e destreza. Esta inspiração do gravador italiano merece, no entanto, uma atenção: nele a referência mecânica possui um sentido decisivo que revela uma transformação da percepção do corpo no século XVII.

Outros índices confirmam a mudança. O corpo é mais instrumentalizado, mais mecanizado nos tratados de saúde do século XVII do que nos tratados anteriores. É feito largamente de circuitos, de fluxos, como os do coração com a sua mecânica circulatória, descoberta em 1628. Este corpo parece menos submetido do que na Idade Média às meras influências cósmicas. Ganha em autonomia possível, dispondo, mais do que anteriormente, de articulações e compostos. Torna-se mais facilmente objecto de manipulações, de direccionamentos e de intervenções espontâneas. Não que a eficácia preventiva se tenha perturbado ou que as curas sejam mais numerosas. Uma certeza se afirma: a de se agir sobre uma mecânica tangível, a que melhor previne os malogros.

¹ Ver G. B. Bracelli, *Biarrie di varie figure*, Florença, 1624.

² T. Tzara, «A propos de G. B. Bracelli» (1963), in M. Préaud, *Bracelli, gravures*, Paris, Ed. du Chêne, 1975.

1. A REGULAÇÃO MECÂNICA

A atenção às qualidades sanitárias dos alimentos é já mais presente no século XVII. É esta atenção que Marie Mancini, a sobrinha de Mazarin, invoca para justificar o seu refúgio temporário num convento, à sua chegada a França: «As poucas regras que eu tinha na minha maneira de viver, comendo sem distinção do que pudesse fazer bem ou mal, reduziram-me a um tão lastimável estado que o cardeal, meu tio, resolveu pôr-me num convento para ver se eu me recompunha.»³ É ainda um mau regime que é suposto alterar a saúde de Madame d'Aubigné, cerca de 1690; baseado em erros tão «graves», segundo o médico do rei, que lhe ameaçaria a vida, proibindo-lhe toda a esperança de ter um filho: «Monsieur Fagon está persuadido que Madame d'Aubigné come vilanias e que ela não terá jamais saúde nem criança se, através de uma longa sucessão de bons alimentos, não restabelecer o seu estômago e não purificar o seu sangue.»⁴ Não há dúvida que o regime alimentar tem um lugar relevante no século XVII, e a sua importância é comentada e analisada.

O regime alimentar ou a evacuação?

Hooke, conhecido aliás por sábias observações microscópicas, investiga as consequências de certos pratos sobre o seu sono. Por volta de 1670 acumula notas cursivas e precisas, revelando uma curiosidade inédita: «Mal dormido, depois de ter comido pudim de arroz [...]. Mal dormido depois do queijo.»⁵ As trocas de correspondência entre Saint-Évremond e o conde d'Olonne formulam igualmente apreciações sobre os efeitos dos seus consumos: ocasião para Saint-Évremond transpor a cultura libertina para a atenção particular aos sabores, a de celebrar o vinho d'Ay, «o mais saudável, o mais puro de todas as qualidades da terra»⁶, a de condenar os acepipes que as misturas de ingredientes transformariam em venenos. Os alimentos tomados às próprias raízes da vida são largamente comentados, como os que possuem o fermento dos crescimentos, o leite, os ovos, as carnes de animais recentemente desmamados. Madame de Sévigné insiste sobre estas carnes de animais ainda «crias», o seu sangue rosado, a sua cor quase branca: «Para mim, governo-me com a vitela, o cordeiro e pequenos frangos e sinto-me tão perfeitamente que mais não vos poderia desejar.»⁷ Os regimes de Saint-Cyr e das Ursulinas inclui regularmente «manteiga fresca batida e ovos frescos no prato»⁸, por vezes «aves e cordeiros»⁹. Muitas das pes-

³ M. e H. Mancini, *Mémoires*, Paris, Mercure de France, 1965 (1.ª ed., 1676), p. 101.

⁴ Mme de Maintenon, *Lettres*, Paris, 1752, t. II, p. 42.

⁵ Citado por G. Rattray Taylor, *Histoire illustrée de la biologie*, Paris, Hachette, 1965, 1.ª ed. inglesa, 1963), p. 50.

⁶ C. de Saint-Evremond, Carta de 1676, *Oeuvres mêlées*, t. III, *Correspondance*, Paris, 1866, p. 17.

⁷ Mme de Sévigné, Carta de 2 de Abril de 1690, *Correspondance*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1974, t. III, p. 856.

⁸ Mme de Maintenon, *op. cit.*, t. IV, p. 159.

⁹ P. Constant, *Un monde à l'usage des demoiselles*, Paris, Gallimard, 1987, p. 150.

soas mais refinadas da corte combinam até à obsessão, carnes tenras e laticínios: os acompanhantes da corte, em França, por volta de 1690, procedem simplesmente à engorda de vitelos com a ajuda de leite e de ovos «com a sua casca»¹⁰. O extremo das carnes nascentes. Não que estes consumos mais vigiados obedeçam sempre aos preceitos médicos, como no caso das saladas ou dos frutos mais vulgares, que são julgados factores de decomposição pela Faculdade¹¹.

Descartes apura, na Suécia, uma dieta que ele crê infalível. Os seus visitantes apresentam-na como um sucesso, uma esperança para «viver vários séculos»: o abade Pécot «ficou tão contente que no seu regresso a França renunciou seriamente à grande carne... e quis reduzir-se ao instituído por Monsieur Des Cartes, acreditando que seria o único meio de fazer triunfar o segredo que pretendia ter sido encontrado pelo nosso filósofo para fazer viver os homens quatro ou cinco séculos»¹². Muito «clássica», no entanto, se mantém a conduta de Descartes: «A melhor maneira de prolongar a vida e o método a seguir para manter um bom regime é viver como os animais e, entre outras coisas, comer o que nos apetece.»¹³ Descartes avalia, como Cornaro um século antes, os efeitos do que come, observando as suas impressões, retendo o que lhe agrada, persuadido de que Deus não pode enganar se as sensações são «clara e distintamente» designadas. Vigilância tanto maior que o filósofo diz, em 1645, ter feito «da conservação da saúde o principal fim dos seus estudos»¹⁴.

A dieta é assim admitida e comentada no século XVII. Ela só é escarnecida quando parece «extrema», como no caso de Madame de Gondran que Tallement ridiculariza suspirando da sua loucura: «Ela meteu na cabeça que devia emagrecer. Para isso, esteve vinte e quatro horas sem comer, bebeu vinagre, comeu limões e outras vilanias. Ela fingiu-se passar por hidrópica; ela emagreceu, mas já quase não tem saúde. Ela está um pouco tola.»¹⁵ Ou no caso do padre de Saint-Vincent du Mans, em 1702, cujas refeições, tomadas de oito em oito dias, teriam conduzido a uma «inanição mortal»¹⁶.

Se os índices de uma maior vigilância sobre a alimentação no século XVII são reais, muito mais importante é a transformação das práticas de evacuação que renova sangrias, transpirações e purgas. Muito mais reveladora também de uma deslocação da cultura. A mudança é marcante. O conflito entre os médicos e os cozinheiros do rei constitui um sinal: os cozinheiros ainda prevalecem sobre o

¹⁰ L. de Saint-Simon, *Mémoires*, Boislisle éd., Paris, 1879-1928, t. XI, p. 21.

¹¹ O abade de Choisy insiste muito, por exemplo, nos seus «frutos de Inverno» dos quais possui «uma grande provisão» (*Mémoires de l'abbé de Choisy habillé en femme*, meados do século XVII, Paris, Mercure de France, 1966, p. 351), enquanto que os frutos «acusados pelos médicos de provocar «ventosidades e dores no ventre» (B. Pisanelli, *Traité de la nature des viandes*, Paris, 1620, p. 5).

¹² A. Baillet, *Vie de Monsieur Descartes*, Paris, 1691, t. II, p. 452; ver também M. Grmek, *La Première Révolution biologique*, Paris, Payot, 1990, p. 141.

¹³ R. Descartes, *Entretien avec Burman*, 16 de Abril de 1648, *Oeuvres et Lettres*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1953, p. 1402.

¹⁴ R. Descartes, Carta ao marquês de Newcastle, Outubro de 1645, *Oeuvres...*, *op. cit.*, p. 329.

¹⁵ G. Tallemant des Réaux (1619-1692), *Historiettes*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1960, t. II, p. 437.

¹⁶ *Le Mercure galant*, Novembro de 1702, p. 216.

regime. Saint-Simon mostra os médicos de Luís XIV inquietos com o número de guisados e de molhos que o rei consome. Evoca o seu receio de ver o sangue real «transformar-se em gangrena»¹⁷, sugerindo um regime mais seco, mais «espiritoso» para limitar os excessos de líquido. A própria princesa Palatina, embora engolindo *choucroutes* e salsichas, se espanta com o intenso apetite do rei: uma orgia de carnes cozidas que o mau estado dos seus dentes não lhe permite mastigar¹⁸. Mas os cozinheiros, alertados, respondem que «cabe-lhes a eles dar de comer ao rei, e aos médicos purgá-lo»¹⁹: As refeições do soberano não mudam. A evacuação continua a ser mais importante do que a ingestão. Como mostra ainda a atitude de M. de Bulion, conselheiro no Parlamento de Paris, muito citado por Tellement: o velho parlamentar faz-se «dar lavagens»²⁰ para comer melhor e sofrer menos.

O gesto da sangria é mais importante ainda. Tornou-se tão legítimo, tão banal na França clássica, que os próximos do Senhor, o irmão do rei, grande comedor de cara «congestionada», o incita, em 1701, a mudar de cirurgião para ser mais frequentemente e melhor sangrado²¹. Nenhum reparo sobre a qualidade ou o excesso de alimentos, neste caso, mas antes a insistência na aposta da evacuação: a afirmação de uma prioridade nas condutas de manutenção.

A força e a sangria

Madame de Sévigné sublinha a intensificação desta prática quando em 1675 o pequeno marquês de Grignan é sangrado devido à febre, aos três anos, uma idade em que a incisão parecia até então impossível. A marquesa admira-se: «No meu tempo não se sabia o que era sangrar um menino de três anos.»²² No entanto, Gui Patin assimila estas sangrias precoces a uma garantia de força. É ao tratar uma bronquite do seu filho, também com três anos, ao «descarregar pelas veias» os catarrros com que a criança «pensava sufocar»²³, que o médico parisiense adquire uma convicção: a sangria precoce faz os seres fortes; ela desempenha um papel preventivo. Várias sangrias provocadas deram ao filho de Gui um vigor que este não tinha, uns pulmões mais fortes e uma maior resistência: «Ele é hoje o mais forte dos meus três rapazes.»²⁴

A frequência da incisão aumenta, na elite do século XVII: várias vezes por mês para o cardeal de Richelieu no grau supremo do poder, segundo o testemunho de Angelo Correr, o embaixador veneziano em 1639²⁵. Várias vezes por

mês também para Luís XIII que Bouvard, seu cirurgião, corta até quarenta e sete vezes num ano²⁶. Frequência idêntica ainda para Madame des Porcellets, uns trinta anos mais tarde, que prefere estabelecer um contrato com o seu cirurgião para não ter de lhe pagar no acto: «Estabeleci uma convenção com Monsieur Darles, meu cirurgião, para me servir [a pedido], facilitando-lhe duas cargas de trigo ou dez escudos de prata, à minha escolha.»²⁷ É então que todas as semanas Madame des Porcellets o recebe para uma sangria. A mesma intensidade enfim para Ménage, o amigo de Guez de Balzac e de Madame de La Fayette, que, por volta de 1670, ajusta com o cirurgião uma média de 13 centimos por sangria²⁸.

A prática torna-se tão comum que nenhum perigo parece daí resultar. Pelo contrário, alguns atribuem-lhe apenas um risco: o de um «excesso de saúde», ou de uma abundância de humores compensadores, um acréscimo de secreções que vêm substituir a fuga de sangue assim provocada. Profusão sobre a qual a *Bibliothèque des sciences* se perde em conjecturas: «Uma mulher sangrada mais de sessenta vezes num ano, por afecções morais, adquire uma gordura tal que o peso do seu corpo aumenta mais de cento e cinquenta libras.»²⁹

O exemplo real é o mais frequentemente citado, senão o mais imitado: o *Journal de Santé* de Luís XIV menciona regularmente várias sangrias por mês; a isto se acrescenta um «remédio» mensal (clister ou purga), escrupulosamente relatados por Saint-Simon; ou a combinação dos dois, evocada pela princesa Palatina, em 1701, quando julga que a saúde do rei enfraquecera: «Sua Majestade já não goza de boa saúde, temo-o, porque se droga continuamente. Há oito dias que lhe foram tiradas, como medida de precaução, cinco medidas de sangue (quatro onças); há três dias tomou um remédio forte; de três em três semanas o rei toma remédios.»³⁰ A purga preventiva alcança aqui uma complexidade sem precedentes. Ela precede qualquer iniciativa importante, qualquer previsão de fadiga, toda a partida em campanha, «purificando» o corpo para melhor o ajudar a defender-se. Mais ainda, a tomada de purgante é ela própria precedida de uma preparação purificadora, um clister que lhe completa e lhe aumenta os efeitos: «A 14 do mês de Setembro [1672] prepara-se, à hora de deitar, para um clister e no dia seguinte, toma a sua mezinha purgante.»³¹ O fim deste redobrar da acção é também o de tornar mais «suave», mais disciplinada a operação laxativa. Um acréscimo das precauções sem que tenham ainda mudado as explicações ou as referências tradicionais.

Os gestos de intervenção sobre o corpo, mais numerosos e mais diversificados no século XVII, substituem lentamente as forças obscuras e os efeitos da

¹⁷ L. de Saint-Simon, *op. cit.*, t. XXVII, p. 188.

¹⁸ J. Grand Carteret, *L'Histoire littéraire, les Mœurs, la Curiosité, 1450-1900*, Paris, Librairie de la curiosité, 1927, t. III, p. 83.

¹⁹ L. de Saint-Simon, *op. cit.*, t. XXVII, p. 187.

²⁰ G. Tallemant des Réaux, *op. cit.*, t. I, p. 301.

²¹ L. de Saint-Simon, *op. cit.*, t. VIII, p. 313.

²² Mme de Sévigné, Carta de 26 de Junho de 1675. *op. cit.*, t. I, p. 743.

²³ G. Patin, Carta de 18 de Janeiro de 1644, *Lettres*, Paris, 1846, t. I, p. 314.

²⁴ *Idem*.

²⁵ Ver G. Comisso, *Les Ambassadeurs vénitiens*, Paris, Le Promeneur Quai Voltaire, 1989, «Extrait de la relation d'Angelo Correr», p. 234.

²⁶ J. Hérítier, *La Sève de l'homme, de l'âge d'or de la saignée aux débuts de l'hématologie*, Paris, Denoël, 1987, p. 21.

²⁷ C. de Ribbe, *Une grande dame dans son ménage au temps de Louis XIV*, Paris, 1889, p. 359.

²⁸ G. Tallemant des Réaux, *op. cit.*, t. II, p. 329.

²⁹ Bibliothèque des sciences, Paris, Bureau d'adresses, 1668, t. VI, p. 170.

³⁰ *Lettres de la princesse Palatine (1672-1722)*, Paris, Mercure de France, 1981, p. 201.

³¹ A. Vallot, A. d'Aquin, G. C. Fagon, *Journal de santé du roi Louis XIV de l'année 1647 à l'année 1711*, Paris, 1862, p. 113; ver também M. Caroly, *Le Corps du Roi-Soleil*, Paris, Imago, 1990, em particular «Le corps purgé», pp. 59 e ss.

simpatia: uma pureza «trabalhada» e já não «por contacto» apenas. Há uma busca de objectivação neste aliviar dos humores, mesmo que seja irregular: aguardar «físicamente» a doença até a mostrar. As repetidas alusões às novas máquinas do século XVII confirmam-no ainda mais: o corpo que se torna «bomba», «fonte», ou mesmo «relógio», com a difusão das referências cartesianas, é um corpo prioritariamente submetido a evacuações mecânicas. Ele manifesta uma imperceptível libertação a respeito dos movimentos do mundo. Sinal discreto, quase invisível, da ascensão do indivíduo moderno.

A descoberta de uma circulação linfática quase ao mesmo tempo da descoberta da circulação sanguínea, a sua representação em estrela ou em rede (os «vasos lácteos» de Gaspard Aselli)³², reforçam ainda a convicção de um funcionamento mecânico do corpo. Os riscos são os tubos demasiado frágeis. Representação ligada às técnicas hidráulicas da época, mas que privilegia os gestos de purificação ligados à tradição: «Como acontece nas fontes às condutas da água entupirem... acontece também muito frequentemente às condutas do sangue entupirem e rebentarem, quando o licor que contém é mais espesso do que devia ou é em demasia.»³³ A imagem mais banal das chaminés, sobre a qual Duncan insiste, corrobora a mesma analogia dos circuitos obstruídos de escórias: «Porque os vapores do sangue não saem apenas pela boca e pelas narinas, eles devem sair também pelos poros de todo o corpo, que em conjunto fazem uma chaminé maior.»³⁴ Mesmo quando Malebranche considera a «máquina do corpo» tão complexa, «tão admirável», que o homem deveria «encontrar com mais certeza nele próprio o que lhe é necessário para a sua conservação do que pela ciência»³⁵, mesmo quando o douto académico hesita em confiar nos médicos, recorre à referência mecânica: fluxos e circuitos justificam para ele o uso regular da purga e da sangria, permitindo «limpar o sangue e os humores e tirar-lhes o amargo»³⁶.

Máquina e regulação

É claro que a mecânica tem os seus riscos, os seus resultados por vezes desastrosos e os seus dramas. São patentes vários reveses. A atenção à circulação mecânica do sangue desencadeia a tentativa de transfusões com o intuito de prolongar a existência. Richard Lower, em 1665, inventor das sábias válvulas de prata, introduz sangue estranho nas artérias do corpo. Ele pretende prevenir as doenças: trocar o sangue «de animais velhos pelo de animais jovens, de animais doentes pelo de animais saudáveis»³⁷, dar uma força nova aos seres abatidos. Richard descreve algumas tentativas: a transfusão entre dois cães e depois a do

³² G. Aselli, *De lactibus sive lacteils venis*, Lyon, 1627.

³³ C. de Marais, *Le Médecin de soi-même*, Leyde, 1682, p. 57.

³⁴ D. Duncan, *Avis salutaire à tout le monde sur l'abus des choses chaudes, particulièrement du café, du chocolat et du thé*, Roterdão, 1705, p. 177.

³⁵ N. de Malebranche, *De la recherche de la vérité* (1674-1675), in *Oeuvres complètes*, Paris, Vrin, 1962, t. I, p. 491.

³⁶ *Ibidem*, t. III, p. 197.

³⁷ Citado por G. R. Taylor, *op. cit.*, p. 68.

sangue de carneiro para um «pobre homem pervertido»³⁸; mas as suas manipulações perdem-se no insucesso e no esquecimento. Jean Denis, obscuro cirurgião parisiense, procura igualmente, em 1667, alguma celebridade nestas operações audaciosas, elogiadas por «fazerem regressar as forças e rejuvenescerem os velhos»³⁹. Ele descreve as reacções de um bravo e «robusto» talhante de quarenta e cinco anos que ele diz ter transfundido com sangue de carneiro: o homem alega logo sentir um vigor excepcional, engolindo num simples gesto o carneiro da experiência antes de enfrentar «um trabalho de todo o seu corpo, tão rude que os próprios cavalos dificilmente teriam resistido»⁴⁰. É preciso dizer que o sangue de carneiro é incompatível com o sangue humano. Várias mortes vieram interromper estas «experiências» e surge a condenação pelo lugar-tenente criminal de Châtelet, em Abril de 1668⁴¹. A mecânica corporal tem as suas surpresas, mesmo que as suas referências se tenham imposto.

Máquina acima de tudo estranha, que parece não ter orientação interna, nem mesmo resistência conveniente: a perspectiva mecanicista faz negligenciar parcialmente a possível existência de obscuras energias interiores, de uma vitalidade íntima. A máquina aqui é entregue apenas às leis das forças motoras. Os conselhos de Madame de Sévigné dados a sua filha não revelam nenhuma sabedoria vinda do corpo; nenhum equilíbrio, por exemplo, entre aquecimento e arrefecimento, nenhum equilíbrio entre dessecamento e humificação. Toda a experiência exterior se pode tornar ilimitada. Inumeráveis são as circunstâncias de risco de aquecimento do sangue «até criarem estragos cruéis»⁴²: o sol da Provença que transforma «em forno»⁴³ o quarto de Madame de Grignan, o jogo de xadrez que «faz mal enquanto diverte»⁴⁴, as bebidas quentes, a insuficiência de alimentos, a postura inclinada ao escrever que «mata o peito»⁴⁵, o ar de Avignon que «inflama a garganta»⁴⁶, e a banal «agitação dos dias»⁴⁷. Inumeráveis são, também, as circunstâncias que criam incoercíveis de secamentos: o vento de Grignan que «suprime o sono»⁴⁸, o excesso de evacuações que estanca o corpo e o esquecimento do leite e dos alimentos tenros, que emagrece as carnes.

Nada de mais sensível, todavia, que este corpo mecânico, nada de mais perturbável também. A máquina sofre passivamente as acções vindas do exterior: o aquecimento suscitado sobre as costas por uma posição de dormir pode cau-

³⁸ *Idem*.

³⁹ P. La Martinière, *Médée ressuscitée affirmant l'utilité de la transfusion du sang*, Paris, 1668, p. 5.

⁴⁰ J. Denis, *Lettre à Monsieur Montmor conseiller du Roy en ses conseils, Premier Maître de Requestes touchant une nouvelle manière de guérir plusieurs maladies par la transfusion du sang*, Paris, 1667, p. 14.

⁴¹ P. La Martinière *op. cit.*, p. 11.

⁴² Mme de Sévigné, Carta de 25 de Janeiro de 1690, *op. cit.*, t. III, p. 819.

⁴³ *Ibidem*, t. II, Carta de 18 de Junho de 1677, p. 470.

⁴⁴ *Ibidem*, t. III, Carta de 23 de Abril de 1690, p. 869.

⁴⁵ *Ibidem*, t. III, Carta de 5 de Novembro de 1684, p. 152.

⁴⁶ *Ibidem*, t. III, Carta de 13 de Julho de 1689, p. 640.

⁴⁷ *Ibidem*, t. III, Carta de 30 de Outubro de 1689, p. 740.

⁴⁸ *Ibidem*, t. III, Carta de 19 de Abril de 1689, p. 580.

sar cálculos renais ⁴⁹; a respiração de um ar quente pode conduzir à raiva ⁵⁰; a penetração do «ar encanado» pode conduzir à morte ⁵¹. O perigo é constante: a referência a uma mecânica corporal parece mesmo ter tornado indispensável e permanente a vigilância que lhe afina o curso. O acréscimo de «ciência» aumenta neste caso a incerteza. Pela primeira vez, a experiência da saúde revela a infinidade do risco: os objectos ameaçadores multiplicaram-se. Só Deus, aliás, poderia ser instância reguladora. É a confissão de Malebranche que insiste no inescotável do detalhe mecânico e na incapacidade de abranger o conjunto: «É impossível que os homens conheçam suficientemente todas as figuras e todos os movimentos das pequenas partes do seu corpo e do seu sangue para saberem que se comerem [este fruto] serão curados.» ⁵²

2. FLUXOS MAIS DIVERSOS, FLUXOS MAIS SUBTIS

A verdadeira mudança das práticas de saúde na França do século XVII prende-se com o alargamento das práticas evacuantes. Madame de Nouveau mostra-o quando arranja em 1656 uma «intendente de saúde que lhe prescreve o que é necessário que ela faça para se manter em forma» ⁵³. A sua prática preventiva diversifica-se em acções multiplicadas: já não apenas a purga ou a sangria, mas também a transpiração, a expectoração e o vômito. Os objectos tidos em conta são menos visíveis e as evacuações provocadas mais subtis. Um refinamento do sensível, característico da França clássica.

Enquanto não são aumentadas nem as curas nem a duração de vida; enquanto não avançam nem a compreensão das epidemias nem a das desordens internas, é próprio objecto do gesto de manutenção que se desloca no século XVII. Exemplo notável de uma exigência preventiva acrescida, não seguida de eficácia.

A diversificação dos fluxos

Os fluidos vigiados são mais numerosos e mais trabalhados. O antimónio, por exemplo, impressiona os espíritos: mineral cuja mistura com o vinho «purga de alto a baixo todos os humores que encontra» ⁵⁴, o antimónio é, por vezes, proposto como panaceia. Malebranche não passa sem ele quando julga o seu estômago frágil e sente necessidade de «o limpar», usando «vinho emético em pequena quantidade» ⁵⁵. Madame de Sévigné vê nele ocasião de uma renovação completa dos humores: «Depois disso, prometem-me uma saúde eterna. Deus

⁴⁹ N. A. de la Framboisière, *op. cit.*, p. 134.

⁵⁰ C. Macherot, *Journal de ce qui s'est passé à Langres et dans les environs (1628-1658)*, Paris, 1880, t. I, p. 374.

⁵¹ N. Goulas, *Mémoires (1627-1643)*, Paris, 1879, p. 37.

⁵² N. de Malebranche, *op. cit.*, t. I, p. 491.

⁵³ G. Tallemant des Réaux, *op. cit.*, t. II, p. 451.

⁵⁴ M. Charas, *Pharmacopée royale*, Paris, 1718 (1.^a ed., 1676), p. 815.

⁵⁵ A. Robinet, *Malebranche vivant: biographie, bibliographie*, Paris, Vrin, 1967, p. 17.

queira!» ⁵⁶ Eusèbe Renaudot decreta mesmo «o antimónio triunfante» ⁵⁷ em 1653. Mas a droga é de uso complexo, apesar de todos os suavizantes e dos atenuantes que lhe misturam. A sua acção pode ser violenta, semelhante à do arsénico. A *Pharmacopée royale* de Moyse Charas sugere discretamente os seus perigos: «Só se deve dá-la a pessoas bem robustas e que, tendo o peito largo, possam vomitar facilmente.» ⁵⁸ O antimónio é mais um medicamento do que uma poção preventiva: mais um remédio utilizado para as febres do que uma droga de precaução. O recurso a este vinho tão especial é limitado pelo Parlamento de Paris, a 16 de Abril de 1666, que «faz inibição e proíbe a todas as pessoas de dele se servirem sem a ordem dos médicos da Faculdade» ⁵⁹.

Evidente é, pelo contrário, no século XVII a tentativa de aumentar e diversificar os fluxos protectores, com uma multiplicidade de propostas evocadas como descobertas. As de Domergue, por exemplo, sugerindo muito seriamente, em 1687, o uso de uma pena de ganso «nova e inteira cuja ponta seja suave», empurrada para o fundo da garganta para melhor «atrair as águas e as fleumas que se formam na cabeça e escorrem para o peito» ⁶⁰. Domergue propõe ainda «puxar o ar ou os ventos que se formam no estômago» ⁶¹ com frequentes pressões exercidas sobre o ventre; sugere a adopção de uma posição particular ao dormir para aumentar as transpirações: «Esticar-se, inchar e intumescer o ventre e sustentar a respiração tanto quanto se consiga, retomá-la e encher o ventre continuamente, manter-se nesta postura deitado com os lençóis sobre as costas, a cabeça baixa sem camisa... achar-se-á então todo coberto de água até às extremidades.» ⁶² Ele próprio estima com alguns dos seus gestos regularmente repetidos, ter-se guardado «das doenças causadas pelas águas e pelos ventos que se formam no corpo» ⁶³. O «acto venéreo», claro, é tido em conta: evacuação necessária, útil ao equilíbrio dos humores, é evocado como qualquer mecânica vital. O médico da França clássica, imitando os seus antecessores, mostra-se pouco encarniçado para com os jovens esposos: «Há perigo em reter este excremento... porque sendo retido apodrece e torna-se tão pernicioso como o veneno.» ⁶⁴ As jovens viúvas são vítimas de «sufocos de matrizes», de «pálidas cores», de pletoras dolorosas e de «palpitações e síncope» ⁶⁵. As suas doenças justificam um segundo casamento num prazo razoável; estas doenças explicam também a ironia de Bussy-Rabutin perante a longa viuvez da sua prima, a marquesa de Sévigné: «Não creio que vós tivésseis mais dificuldade em tomar um amante do que um vinho emético.» ⁶⁶

⁵⁶ J.-C. Dausset, *Histoire des médicaments des origines à nos jours*, Paris, Payot, 1985, p. 170.

⁵⁷ E. Renaudot, *L'Antimoine justifié et l'Antimoine triomphant*, Paris, 1653.

⁵⁸ M. Charas, *op. cit.*, p. 812.

⁵⁹ Ver F. Millepierre, *La Vie quotidienne des médecins au temps de Molière*, Paris, Hachette, 1983 (1.^a ed., 1967), p. 125.

⁶⁰ Domergue, *Moyens faciles et assurés pour conserver la santé*, Paris, 1687, p. 93.

⁶¹ *Ibidem*, p. 98.

⁶² *Ibidem*, pp. 104-105.

⁶³ *Ibidem*, p. 107.

⁶⁴ G. Patin, *Traité de la conservation de la santé*, Paris, 1632, p. 109.

⁶⁵ P. Jacquelot, *L'Art de vivre longuement*, Lyon, 1630, p. 175.

⁶⁶ Carta de R. de Bussy-Rabutin de 16 de Agosto de 1674, Mme de Sévigné, *Correspondance*, *op. cit.*, t. I, p. 697.

A saúde, mais do que outrora, conquista-se através de uma multiplicação dos fluxos. É o que confirmam ainda os testemunhos deixados por de Lorme, nos seus *Moyens faciles et éprouvés... pour vivre près de cent ans*⁶⁷, velho médico normando falecido aos noventa e oito anos: o seu leito de tijolo, por exemplo, sob o qual se pode queimar um fogo suave que mantém o calor dos anciãos, facilitando as evaporações dos humores; ou as suas calças e botas de pele, usadas de noite, para favorecerem o aquecimento e a transpiração; ou a pele de cisne colocada sobre o estômago para ajudar a cocção dos alimentos. Os gestos de De Lorme associam o aumento dos fluxos ao reforço do fogo vital. Eles sustentam o calor do coração e o das vísceras, sempre diminuído na terceira idade, uma máquina orgânica definitivamente forno ou alambique. A cabeça, enfim, é evocada mais do que nunca: precisa de emplastros durante o dia, dissimulados sobre o chapéu, mas tomando a forma do crânio para o proteger melhor, precisa de barretes de dormir durante a noite, para facilitar a absorção e aquecimento dos humores: o melhor meio de evitar «as fluxões sobre os dentes, sobre o peito e outras incomodidades»⁶⁸. O barrete é mesmo, por vezes, considerado uma «ampla e grande ventosa» puxando «os humores pituitosos» que poderiam, sem ele, causar «grandes danos nos pulmões»⁶⁹.

As evacuações invisíveis

A este interesse pela diversidade de fluxos acrescenta-se um outro interesse no século XVII: o orientação para o ínfimo; a vigilância dos fluidos menos visíveis e de sinais próximos do insensível. É sobre estas sensações que se efectua o lento trabalho de afinação.

Sanctorius, austero médico de Pádua, fascinado por pesagens e contagens, revela, no início do século XVII, esta mudança dos objectos da atenção. Ele sugere um cálculo aparentemente trivial: comparar o peso das matérias ingeridas com o das matérias rejeitadas. Insiste numa constatação: o peso dos excrementos é inferior, depois de cada refeição, ao dos alimentos absorvidos; urina e defecação não alcançam, longe disso, o volume dos alimentos ingeridos. Outras rejeições devem ser tidas em conta para explicar a estabilidade do peso do corpo, outras fontes de evacuação; matérias sem dúvida menos referenciáveis. Sanctorius multiplica, cerca de 1625, contagens e observações e lança-se numa aventura imóvel: instala-se, uma grande parte do dia, numa balança transformada em poltrona cujo mecanismo dissimula no tecto para tornar as medições mais discretas; e, é claro, verifica aquilo de que já suspeitava: o seu corpo torna-se imperceptivelmente mais leve ao correr das horas. Sanctorius descobre um fenómeno até então negligenciado: o da «transpiração insensível», este suor que se escapa dos poros em vapor imperceptível. Ele afirma a «descoberta», revelando, de passagem, a vagarosa emergência da ciência moderna, a da observação e do cálculo.

⁶⁷ M. de Saint-Martin, *Moyens faciles et éprouvés dont Monsieur de Lorme s'est servi pour vivre près de cent ans*, Caen, 1682.

⁶⁸ L. Dalicourt, *Le Bonheur de la vie ou le Secret de la santé*, Paris, 1666, p. 85.

⁶⁹ J. de Renou, *Institutions pharmaceutiques*, Paris, 1626, p. 186.

O processo permite afinar a imagem da evacuação: sugerir os mecanismos morosamente patenteáveis, aligeirar a forma ou o volume dos objectos observados, trabalhar sobre a sua «discrição» possível, sem que mude ainda o quadro explicativo da saúde ou da doença. A curiosidade de Sanctorius ilustra a lenta mudança das práticas de manutenção na Europa antiga: um esmiuçar progressivo dos gestos, a sua orientação para objectos mais escondidos, enquanto que o dejecto fica no centro das inquietações. Uma acentuação das vigilâncias para um enquadramento teórico inalterado.

Outra novidade é que Sanctorius avalia o seu estado físico pelas flutuações da balança: «Quando se reconhece pelo exame da balança que a transpiração é impedida, prevê-se para os dias seguintes uma transpiração mais abundante ou alguma grande evacuação sensível, talvez um começo de caquexia ou de febre.»⁷⁰ A constatação calculada guia o comportamento preventivo. A saúde parece «medida». Acrescenta-se a atenção a um sentimento muito particular, o de alguma ligeireza interior e de alguma leveza impalpável: «A marca de uma saúde perfeita consiste em dois pontos: um, de se sentir mais leve do que de costume, o outro de não ter com efeito diminuído de peso.»⁷¹ Daí, enfim o conselho de manter e vigiar esta imperceptível evaporação e de lhe favorecer a manutenção e a regularidade.

Sanctorius não pôde provocar uma «vulgarização» das observações pela balança. O engenho permanece muito raro nos interiores do século XVII. Os inventários *post-mortem*, mesmo os dos médicos, quase não o citam. As sugestões do médico de Pádua, em compensação, mostram o sentido de um progresso possível: a vigilância de manifestações sempre mais discretas das matérias evacuadas.

Este processo recente, em 1625, confirma que a prática purificadora tem ela própria uma história: da Idade Média ao mundo clássico, a sua aplicação evolui nas suas formas, nos seus dispositivos, apesar da unidade do seu princípio imaginário. Os conselhos tornam-se precisos, até à busca de razões julgadas hoje irrisórias ou esquecidas: a posição durante o sono, por exemplo, imaginada no século XVII para não impedir a evaporação dos humores. A posição de quem dorme não deve ser obstáculo às fugas invisíveis que purificam o corpo. É preciso dormir com a cabeça sobreelevada, o corpo pouco inclinado: «Os vapores têm melhor saída quando o corpo e a cabeça estão direitos do que quando estão deitados.»⁷² Tornou-se mais precisa uma atenção particular às «brumas» e aos «vapores húmidos» do corpo; o interesse pelos dejectos evaporados.

As diferenças são directamente sensíveis de um século a outro: as purgas de Madame de Sévigné são, no século XVII, mais frequentes do que as do senhor de Gouberville, um século antes, revelando novas exigências. O gentil-homem normando purga-se de longe em longe, por volta de 1550, com uma farmácia de efeitos sempre bruscos, a ponto de o deixarem, por vezes, doente e enfraquecido; como na noite de Setembro de 1553, em que tem de recorrer a dois criados para o velarem depois das insuportáveis devidas à beberagem purgan-

⁷⁰ S. de Sanctori, *La Médecine statique*, 1722 (1.^a ed. latina, 1614), p. 6.

⁷¹ *Ibidem*, p. 14.

⁷² Domergue, *op. cit.*, p. 24.

te tomada, afirma ele, somente «por precaução»⁷³. O poder do produto, a sua força evacuante são, para Gouberville, o objecto dominante. A marquesa, por volta de 1680, purga-se, pelo contrário, com o seu «maná de capuchinha»⁷⁴, uma «água de pervinca bem verde»⁷⁵ com efeitos deliberadamente benignos. Procura nela uma acção mais constante, promovendo a preocupação com a preservação a gesto quase quotidiano. A marquesa bebe a sua preciosa água «como uma limonada... para não pensar mais nisso»⁷⁶. Ela evoca-a como um hábito completamente diferente das grandes purgas importunas e episódicas. O argumento é o mesmo, aliás, quando *Le Mercure Galant*, em 1693, faz o elogio de uma água purgativa descoberta por um obscuro mercador de Bordéus: a água de Rousselle. O *Mercur*e aconselha que se beba pouco mas frequentemente. A beberegação, de gosto mineral, agiria com constância e discrição: «Já não se fica retido na cama e no quarto, é-se livre de sair e de agir como os outros, ainda que se tenha dado uma evacuação considerável no corpo.»⁷⁷ Do século XVI ao século XVII, a vigilância intensificou-se: maior pressão sobre o gesto quotidiano para um imaginário dos humores quase inalterado.

Do elixir à roupa interior

A atenção às evacuações subtis tem também efeito sobre os elixires. O *Mercur*e *Galant* multiplica, na segunda metade do século XVII, os exemplos de novas poções que visam as transpirações insensíveis: o «remédio» sugerido por algum boticário anónimo em 1681 é, neste caso, um líquido aplicado na própria pele, agindo «por uma insensível transpiração ao abrir os poros e extraindo os humores malignos que causam as doenças»⁷⁸; da mesma forma a farmacopeia inventada por Audibert, em 1687, obscuro padre de Ivry-en-Brie: um espírito de vinho preservante «purificando-lhe o sangue pela transpiração»⁷⁹. Ou mais ainda a beberegação consumida por Galdo, o veneziano que alguns crédulos, em 1687, acreditam ter quatrocentos anos. O *Mercur*e *Galant*, claro, duvida da antiguidade real do misterioso ancião, mas atribui a sua longevidade à imperceptível transpiração que o elixir teria mantido⁸⁰.

A aproximação ao «ouro potável», que a todo custo alguns criadores destas novas poções tentam manter, já não é senão alusão formal, astúcia retórica, mesmo se o procedimento confirma a ligação ostensiva à pureza. A evocação do ouro pode prender-se com a cor ou a consistência do produto proposto: uma «tintura aurífica», por exemplo, para o «espírito de vinho»⁸¹ comercializado por Cormier, em 1693, mas em que o efeito de evacuação se torna o principal. Nada

mais que um «remédio universal... operando por insensível transpiração»⁸². O metal raro não é mais do que o emblema e não uma indicação de conteúdo.

O elixir conserva, no entanto, um papel particular. Ele faz ter esperança, como anteriormente o ouro potável, numa garantia global, definitiva e numa protecção constante. Chomel conserva tónicas medievais no seu *Dictionnaire d'oeconomie domestique*, em 1670, para louvar o «elixir de limpeza»⁸³, beberegação saída do alambique, combinando aguardente de vinho, água destilada de melissa, açafraão subtilmente moído⁸⁴. A acção desta água queimante seria comparável ao do «bálsamo natural», garante Chomel, matéria habitada de virtudes ocultas, substância quase mágica «necessária à conservação do corpo»⁸⁵. Mas a operação já não é a das jóias protectoras. O seu êxito prende-se com a sua influência completamente instrumental sobre os crepúsculos do sangue que expulsa ao aquecer. Não há nenhuma dúvida: o elixir mantém a esperança de uma protecção permanente, mas o procedimento usado visa a mecânica do corpo.

Os conselhos sobre as práticas de saúde da elite, os preceitos sobre o alimento, o exercício ou mesmo o vestuário, mudam ainda largamente quando a atenção se dirige para as emanções subtis. Madame de Maintenon sugere a seu irmão que «coma pouco mas frequentemente» e, sobretudo, «que se passeie a cavalo, de carruagem ou de barco e que caminhe um pouco»⁸⁶. O movimento moderado favorece a transpiração imperceptível. Os embates provocados pelos solavancos da carruagem agem sobre os humores mais subtis. Madame de Sévigné insiste na necessidade das suas próprias deambulações a Vitry, a Guitry e aos Rochers, fustigando a sua filha considerada demasiado sedentária em Grignan: «Passeai-vos, fazei exercício, respirai o ar puro, mas não vos detenhais sempre nesse palácio escuro ou no covil do vosso quarto.»⁸⁷ Claro que não se trata de uma prática intensa: pelo contrário, o exercício «forçado» é sempre entendido como algo violento e perigoso, que aquece o sangue e o enfraquece; a turbulência e a agitação que provoca são acusados de «apodrecer os humores e acender a febre»⁸⁸, de ameaçar qualquer equilíbrio ainda mal definido; tanto mais que o esforço abre os poros em excesso, fragilizando o corpo ao expô-lo aos riscos do «mau» ar.

A actividade do rei, ainda neste caso, ilustra a norma: as suas caçadas marciais e calmas com a caça repartida num cerrado «contribuem muito para a saúde e para a conservação do vigor»⁸⁹; enquanto que uma caçada demasiado intensa é considerada perigosa. Mostram-no os exemplos: o *Journal de santé du roi* nota, num dia de Verão de 1668, uma agitação «rápida e turbulenta por ter estado sobre um escorrega que tinha mandado fazer expressamente no seu parque»⁹⁰. Imediatamente o séquito inquieta-se e os médicos

⁷³ *Un sire de Gouberville, op. cit.*, p. 260.

⁷⁴ Mme de Sévigné, Carta de 6 de Maio de 1689, *op. cit.*, t. III, p. 601.

⁷⁵ *Ibidem*, t. III, Carta de 5 de Novembro de 1684, p. 152.

⁷⁶ *Ibidem*, t. III, Carta de 29 de Junho de 1689, p. 631.

⁷⁷ *Le Mercure galant*, Abril de 1693, pp. 33-34.

⁷⁸ *Ibidem*, Janeiro de 1681, p. 300.

⁷⁹ *Ibidem*, Outubro de 1689, p. 212.

⁸⁰ *Ibidem*, Julho de 1687, p. 132.

⁸¹ *Ibidem*, Janeiro de 1693, p. 194.

⁸² *Idem*.

⁸³ N. Chomel, *Dictionnaire d'oeconomie domestique contenant divers moyens d'augmenter son bien et de conserver sa santé*, Paris, 1718 (1.ª ed., 1708), t. I, p. 960.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Ibidem*, t. I, p. 961.

⁸⁶ Mme de Maintenon, *op. cit.*, t. II, p. 247.

⁸⁷ Mme de Sévigné, Carta de 14 de Fevereiro de 1689, *op. cit.*, t. III, pp. 502-503.

⁸⁸ A. Porchon, *Les Règles de la santé et le Régime de vivre*, Paris, 1684, p. 43.

⁸⁹ *Le Mercure galant*, Novembro de 1682, p. 336.

⁹⁰ A. Vallot, A. d'Aquin, G. C. Fagon, *op. cit.*, p. 88.

alarmam-se: o rei não devia sonhar com um divertimento tão brusco. O exercício deve ser simples e quotidiano: uma caminhada, qualquer trajecto... daí a sua aplicação sempre possível e a sua versão banalmente acessível: o exercício não precisa de tempo nem de espaço particulares: Brienne, cerca de 1680, descreve o diplomata Chanut, fazendo o seu exercício ao «cultivar a sua horta com as suas próprias mãos»⁹¹, o que espanta as visitas, sendo a prática considerada demasiado vil, mas que permite o cuidar das emanações invisíveis. Não sendo o exercício senão a agitação de humores, o seu universo é o do espaço quotidiano.

A inquietação com estes humores etéreos reúne-se transitoriamente às condutas de distinção, com o uso mais exigente da roupa interior e a atenção dirigida para a sua renovação e a sua brancura, na segunda metade do século XVII. Práticas de saúde e práticas de etiqueta seguem, neste ponto, uma evolução paralela: uma e outra testemunham uma atenção às manifestações do corpo consideradas mais discretas. É a afirmação dos tratados de saúde da França clássica: «Se a roupa branca tem a virtude de limpar e atrair a sujidade e a gordura do corpo, é certo que quanto mais as puxarmos mais cedo seremos purificados.»⁹² Renovar a roupa interior é renovar a transpiração insensível, agir sobre os humores purificados. Dito de outra maneira, favorecer o suor para melhor o absorver: «A roupa branca lavada pode embeber-se mais facilmente.»⁹³ O branco atrai o humor conservando o corpo. As observações crescentes nas cartas, nas memórias ou nas récitas do século XVII, confirmam estas vigilâncias que até então estavam largamente ausentes.

Deslocou-se um limiar de sensibilidade: o uso de uma mesma camisa durante vários dias é menos aceite pela elite da França clássica. A troca de roupa interior impõe-se mais do que anteriormente, como uma exigência íntima, um gesto de manutenção física e de limpeza. Mademoiselle de Montpensier, que foge do Louvre quando da Fronda parlamentar em 1649, mostra-o à sua maneira: refugiada no castelo de Saint-Germain de como não pode levar as suas malas, tem de esperar dez dias que uma equipagem que prudentemente se aventura a partir de Paris lhe restitua as suas «comodidades». Ela tenta, entretanto, preservar os seus hábitos comprometidos, mas sofre com isso e considera o episódio suficientemente doloroso para ser escrupulosamente anotado: «Eu não tinha nenhuma muda de roupa interior, e lavava a minha camisa de noite durante o dia, e a minha camisa de dia durante a noite.»⁹⁴ A mudança de roupa interior é largamente sugerida também depois dos passeios, dos exercícios, ou mesmo de simples deslocações, enquanto que anteriormente quase nunca o era. Madame de Sévigné considera útil nele se deter, depois de um percurso de carruagem na sua província de *rennaise*: «Vim a casa de meu filho mudar de camisa e refrescar-me.»⁹⁵ Ou ainda Lister, viajante inglês do fim do século XVII, que faz da mudança de camisa tanto um sinal de etiqueta como um gesto de manutenção:

⁹¹ L. H. Loménie de Brienne, *Mémoires (1643-1682)*, Paris, 1916, p. 181.

⁹² P. Bailly, *Questions naturelles et curieuses*, Paris, 1628, p. 377

⁹³ *Ibidem*, p. 378.

⁹⁴ Mlle de Montpensier, *Mémoires, 1735* (1.^a ed., 1728), t. I, p. 157.

⁹⁵ Mme de Sévigné, Carta de 11 de Maio de 1689, *op. cit.*, t. III, p. 594.

«Uma boa camisa de tecido mudada todos os dias vale, a meu ver, o banho quotidiano dos romanos.»⁹⁶

Comportamento mais importante porque a ablução não é evocada. O recurso à água é no século XVII um costume receado. Não se supõe sempre que os poros se abrem na presença do líquido? Não ficam eles mais «escancrados» ainda, depois da emersão no banho quente? Os medos nascidos com as pestes apresentam-se aqui inalterados: a água infiltra o corpo entregando-o às ameaças de um ar maligno, deixa-o aberto aos quatro ventos. O banho só é então possível rodeado de precauções redobradas: longa protecção após a emersão, repouso, espera de um a dois dias antes de sair para o ar livre. O marquês d'Effiat que se banhava de longe em longe em Chaillot, cerca de 1635, só reaparecia na corte vários dias depois de cada um dos seus banhos, querendo evitar todo o perigo de enfraquecimento⁹⁷. *La Grand Mademoiselle* faz preceder os seus escassos banhos, exclusivamente sazonais, de purgas e sangrias⁹⁸. A emersão é uma prática rara, senão insólita. Só o uso mais frequente da roupa interior, protegendo e absorvendo ao mesmo tempo, manifesta as novas exigências.

3. A GRADUAÇÃO DAS DOENÇAS

Estas vigilâncias dos fluídos invisíveis, estas insistências sobre os apodrecimentos ínfimos mudam insensivelmente a designação das doenças. São novas maleitas que podem ser tidas em conta, perturbações até aí pouco evocadas ou simplesmente não manifestas. Os corrimentos insignificantes ultrapassam as fronteiras da saúde, transformando em desordem o que até aí não o era. Não que estas doenças sejam definidas por uma indicação verificada ou mesmo objectiva. Elas testemunham apenas um aprofundamento do sensível, um trabalho de cultura.

Epidemia e representação «imóvel»

A peste mantém-se como referência exemplar no século XVII, aquela que orchestra o conjunto das percepções da doença. É preciso evocá-la para perceber como se recombina os gestos preventivos e as doenças, sejam elas mais ou menos ameaçadoras.

A consciência dos perigos do ar, para começar, mantém-se no centro das defesas. A peste já não é enviada por qualquer potência obscura, ela «visita» os lugares, ela passa, propagada pelos soldados, pelos vagabundos e pelos grupos errantes; uma ameaça que circula como uma coisa e se infiltra como um veneno. É o substituto dos regulamentos regularmente actualizados pelo retorno do fla-

⁹⁶ M. Lister, *Voyage à Paris en 1698*, Paris, 1873, p. 44.

⁹⁷ A. Cabanes, *Les Mœurs intimes du passé (deuxième série), la vie aux bains*, Paris, 1902, p. 243.

⁹⁸ Mlle de Montpensier, *op. cit.*, t. II, p. 311.

gelo: «Anúncios publicados quando da última visita de 1603 e retomados hoje.»⁹⁹ Visão erudita, ainda, reservada aos que lançam um novo olhar sobre a natureza no século XVII e reduzem o mundo aos «movimentos ordinários»¹⁰⁰. Esta visão favorece uma aproximação mais realista, sugerindo quarentenas mais restritas e verificações mais cerradas. A inquirição conduzida em Florença, pedida pelas autoridades da cidade em 1621 a Filippo Lusagnini, «mestre mação e ministro das ruas», que diz ter encontrado 109 caves cheias de águas usadas, 20 caves fechadas rodeadas de fossas de latrina, 49 fossas transbordantes e 8 poços de água não potável, saturados de um líquido negro, vindo de dejeções variadas¹⁰¹. Entradas e saídas das cidades, circulações diversas, sobretudo, são mais vigiadas. É no século XVII que os portos de Adour aplicam a patente de saúde ao conjunto dos barcos chegados. É no século XVII que são instalados guardas costeiros em cada duas léguas, ao longo do litoral aquitânico, interditando o acesso aos navios desprovidos de patentes¹⁰². Correspondências sanitárias mais numerosas, enfim, em que os almotacéis de Chambéry escrevem em 11 de Abril de 1616 aos de Grenoble para lhes anunciar a presença da peste em Genebra, os quais escrevem logo aos de Gap para lhes transmitir a novidade¹⁰³. Tantas medidas que, ao se multiplicarem, sem dúvida afastaram a peste nos últimos decénios do século, apesar dos seus retornos tanto mais mortíferos porque atingiam uma população que se tornara pouco imunizada.

Mas este afastamento não poderia corresponder a um vasto desaparecimento das epidemias e menos ainda a uma melhor compreensão da doença. Bem pelo contrário. Sobre o terreno lentamente abandonado pela peste várias doenças despoletadas vêm, no século XVII, captar os candidatos às epidemias. Menos violentas, menos espectaculares, estas doenças são mais constantes, endémicas, aprofundando, por vezes largamente, a sangria demográfica; como as febres das regiões dos pântanos, como a malária, como as desinterias, todas estas afectações mal catalogadas, no século XVII, de que Tourton constata os danos no seu livro de razão: «As febres malignas de 1686 e de 1694 despovoaram de tal maneira a cidade de Annonay que não se contavam, em Maio de 1694, mais do que 2800 pessoas»¹⁰⁴; como as desinterias, igualmente pouco identificadas, infecções dos subnutridos, mantidas pelas águas incontroladas e pelas misérias microbianas; como as bexigas (varíola), cuja intensidade redobra no século XVII, a ponto de Pepys em 1668, em Londres, a evocar como uma das

⁹⁹ F. Herring, *Certain Rules, Directions of Advertisements for This Time of Pestilence and Contagion... First Published in the Last Visitation of 1603, and Now Reprinted*, Londres, 1625.

¹⁰⁰ T. Renaudot, *Recueil général des questions traitées à conférences du bureau d'adresses (1655-1656)*, citado por H. Neveux e J. Céard, «Permanence des fléaux», *Les Malheurs du temps*, op. cit., p. 312.

¹⁰¹ C. M. Cipola, *Contre un ennemi invisible, épidémies et structures sanitaires en Italie de la Renaissance au XVII^e siècle*, Paris, Balland, 1992 (1.^a ed. italiana, 1985), p. 70.

¹⁰² J.-N. Biraben, *Les Hommes et la Peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, Paris, Mouton, 1976, t. II, p. 87.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 86.

¹⁰⁴ Citado por E. Le Roy Ladurie, *Les Paysans du Languedoc*, Paris, SEDES, 1966, t. I, p. 551, nota.

substituintes possíveis da peste de 1666: «Nunca se tinha visto tantas bexigas como desde estes dois últimos meses.»¹⁰⁵ Tudo doenças que se implantam mais solidamente ainda no lugar da epidemia de peste quase desaparecida depois do episódio londrino.

Raros são, aliás, no século XVII, os saneamentos urbanos obtidos por uma modificação dos espaços, como este «muito belo» renque de árvores disposto pelo intendente de Amiens às portas da cidade, para agir melhor sobre a saúde colectiva: «Os meus motivos foram para isso, impedir o contágio que de tempos a tempos têm afligido esta cidade, para que as gentes que ficam toda a semana fechadas no seu trabalho e durante o Inverno no fedor do fogo de turfa, se vão purificar, por assim dizer, folgando e passeando ao ar livre.»¹⁰⁶ Ou o calcetamento de La Rochelle alargado em 1690 com uma perspectiva quase demográfica: «Estes melhoramentos aumentarão o número de habitantes ao sanear a cidade.»¹⁰⁷ Estes projectos depressa encontram os seus limites no século XVII. Eles debatem-se contra o impossível domínio dos despejos que os magistrados florentinos recomendam ainda que sejam vertidos exclusivamente no Arno: «Quanto ao odor libertado por esta matéria tenra e líquida quando é deitada ao Arno, é de toda a maneira inevitável que empeste quando a removem; por isso parece justo escolher o momento em que o sino toca, pois a essa hora a população está abrigada nas suas casas com as janelas fechadas, particularmente no Inverno.»¹⁰⁸ Os projectos de saneamento debatem-se também com a sujeição ao poder monárquico em França: a encenação da sua força, por exemplo. As novas praças construídas em Caen, Lyon, Rennes ou Montpellier favorecem assim algum arejamento, mas obedecem em primeiro lugar ao gesto de «mostrar» e menos ao de sanear¹⁰⁹. Quando o intendente de Dijon propõe uma reconstrução dos acessos do palácio bourguinhão que ele considera «obstruídos», ele examina exclusivamente a majestade do lugar. Enobrecer as linhas, ampliar os espaços: a obra de Dijon é «necessária para a beleza e ornamento desta cidade e mais ainda do alojamento do rei, o qual foi um dos mais majestosos do reino»¹¹⁰. O Grande Rei apela ao monumental e menos ao projecto sanitário. Blondel fornece a regra austera nos seus cursos de arquitectura em 1680: «A decoração das fachadas e o estudo dos ornamentos é a parte mais nobre e a mais considerável da arquitectura.»¹¹¹

A prevenção, em compensação, consiste em evitar os lugares «perigosos», em respirar pomos de âmbar ou «esponjas embebidas em salva e genebra»¹¹², não se aproximar do quarto dos doentes, afastar-se prudentemente das suas ca-

¹⁰⁵ S. Pepys, *Journal (1660-1669)*, Paris, Mercure de France, 1985 (1.^a ed. inglesa, 1825), p. 341.

¹⁰⁶ «Correspondance des Intendants», AN G7-84, 1690.

¹⁰⁷ *Idem*.

¹⁰⁸ «Recommandations de 1621», citadas por C. M. Cipola, op. cit., p. 72.

¹⁰⁹ P. Bourdelais, «Le paysage humain», *Histoire de la France*, sob a direcção de J. Revel e A. Burguière, t. I, *L'Espace français*, Paris, Ed. du Seuil, 1989, p. 223.

¹¹⁰ *Ibidem*, 1691.

¹¹¹ F. Blondel, *Cours professé à l'Académie d'architecture*, Paris, 1680, p. 1.

¹¹² *Avis donné aux bourgeois de Paris pour la conservation de leur personne et de leur famille*, Paris, 1649, p. 4.

sas e das suas cercanias, como o terror da peste o soube impor: o Palácio Real é abandonado pelos «jovens que se pretendiam belos»¹¹³, aquando das bexigas do jovem rei, em 1647. O quarto de Madame de Fiesque, no castelo de Saint-Fargeau, é «ventilado» durante vários dias, o colchão e a roupa interior são queimados, depois que a sua amiga Mademoiselle de Montpensier aí morreu em 1660, de uma febre desconhecida¹¹⁴. A doença é insidiosa, invisível, bem pouco retida por estas medidas individuais sobre os ventos e os lugares. A sua intensidade contribui para a demografia caótica do século XVII; uma demografia que tende para a regressão: a que alcança os baldios e as bacias de Lodevois, por exemplo, cerca de 1630, com a sua lenta queda de efectivos humanos, a que alcança também o vale de Anjou, brumosa, insalubre, gravemente infiltrada de paludismo, cerca de 1650, ou uma Sologne devastada pela malária¹¹⁵.

Face a estas doenças não denominadas, o recurso de uma lógica das impurezas internas do corpo é, no entanto, aprofundada.

O formigueiro do ar

O ar, em primeiro lugar, ao agir sobre as entradas e saídas do corpo, encarrega-se dos mais numerosos efeitos. Os poros estão no centro das preocupações quando o «doente imaginário» de Molière persiste em «guardar-se do relento»¹¹⁶, esse ar penetrante e húmido que, ao saturar a pele, interrompe a transpiração. Idêntica referência quando Madame de Sévigné diz recluir o nevoeiro denso, aquele cujo peso pode obstruir as mais finas aberturas do corpo. É impossível encarar um passeio ao ar livre demasiado nublado: «Apercebi-me de que o Sol se esconde numa nuvem furiosa a 24 de Dezembro (estranha coisa) e que o nevoeiro estava muito denso. Isso avisa-nos, minhas irmãs, que não se deve passear nesta estação.»¹¹⁷ O clima ameaça de tal forma a transpiração insensível que pode «obstipar subitamente os poros»¹¹⁸. O modelo das pestes, com o seu ar que penetra o corpo para o destruir, obtém assim *nuances* e graus. Um conjunto de perturbações físicas, moderadas ou anódinas, causadas pelas qualidades do ar, toma existência.

Ampliam-se as vigilâncias para Madame de Maintenon, por exemplo: o ar de Fontainebleau dá-lhe «pouca saúde», provocando «doenças que ela não conhecia»¹¹⁹, até sucumbir às enxaquecas, enquanto que o ar de Versalhes as vem apaziguar «pela metade»¹²⁰ e o ar de Chambord lhe permite «sentir-se muito

¹¹³ F. de Motteville, *Mémoires pour servir à l'histoire d'Anne d'Autriche épouse de Louis XIII roi de France*, Paris, 1851 (1.ª ed., 1676), t. I, p. 179.

¹¹⁴ Mlle de Montpensier, *op. cit.*, t. I, p. 301.

¹¹⁵ F. Lebrun, *op. cit.*, p. 267.

¹¹⁶ J.-B. Poquelin, conhecido por Molière, *Le Malade imaginaire* (1673), *Théâtre complet*, Paris, Garnier, s.d., p. 1659.

¹¹⁷ Mme de Sévigné, Carta de 25 de Janeiro de 1690, *op. cit.*, t. III, p. 820.

¹¹⁸ B. Ramazzini, *Essai sur les maladies des artisans*, Paris, 1777 (1.ª ed. latina, 1700), p. 42.

¹¹⁹ Mme de Maintenon, *op. cit.*, t. I, p. 309.

¹²⁰ *Ibidem*, t. II, p. 250.

melhor»¹²¹. O ar de Blois provoca maleitas a Mademoiselle de Montpensier, o que não acontece com o de Orléans: «Fui para Blois, onde a estadia me desagradou muito, onde o ar me é absolutamente contrário, nunca tinha tido tantas dores de cabeça e tanto catarro como nesses quinze dias.»¹²² Cada lugar tem o seu «ar» com os sintomas que provoca, cada cidade dispensa as suas influências particulares. É o que confirmam os viajantes de longo curso: Challe, por exemplo, escrevem do rei embarcado no *Écueil*, em 1690, que descreve o ar das ilhas abordadas. *Nuances* tão numerosas que acabam por deteriorar a saúde deste escrivo perdido entre os navegadores: «A febre começa a dominar-me... Atribuo o facto à mudança de climas que desarranja a máquina.»¹²³ É ainda a explicação atribuída às doenças do duque de Mortmart, no final do século XVII, viajante de «inumeráveis» expedições: «Esta doença não deve, de modo nenhum, surpreender. É o resultado da mudança que se encontra nos diferentes climas, cujo ar ele respirou em poucos anos.»¹²⁴

Não que as apreciações sejam todas convergentes. Coulanges afirma, em 1694, que «não há actualmente ar mais detestável do que o de Paris»¹²⁵. Alguns anos antes, Duret atrai a curiosidade ao fechar o seu filho numa jaula de vidro para o proteger melhor dos miasmas ambientais¹²⁶; enquanto que Madame de Maintenon garante que este ar parisiense pode curar o seu irmão das mais variadas incomodidades¹²⁷, e Lister julga-o «incomparável» para sustentar a saúde dos seus amigos ingleses vindos a França: «Os que tossiam e expectoravam logo foram curados.»¹²⁸

Pouco importa, na verdade, a veracidade da impressão, pouco importa a qualidade do julgamento. É efectivamente esta vigilância sobre as doenças pouco conhecidas que é de longe a mais marcante. A incomodidade e já não a doença brutal, em indisposição e já não a enfermidade, com os seus alardes também eles mais discretos.

O «estado» dos vapores

Uma nova doença permite objectivar, no século XVII, esta categoria original de incómodos; uma doença de que o próprio nome sugere o resultado directamente físico: os vapores.

A palavra já existia. Tem uma história que designa a perturbação histérica: a força dos humores genitais femininos contrariados, vindos do «hipocôndrio» para perturbar o cérebro. Nesta versão tradicional, os vapores explicam certos «desvarios» das mulheres sobre os quais Ambroise Paré dá, em 1573, a inter-

¹²¹ *Ibidem*, t. II, p. 256.

¹²² Mlle de Montpensier, *op. cit.*, t. I, p. 342.

¹²³ R. Challe, *op. cit.*, p. 455.

¹²⁴ *Le Mercure galant*, Setembro de 1684, p. 217.

¹²⁵ L. de Coulanges, Carta de 1 de Setembro de 1694, Mme de Sévigné, *op. cit.*, t. III, p. 1057.

¹²⁶ G. Tallemant des Réaux, *op. cit.*, t. I, pp. 173-174.

¹²⁷ Mme de Maintenon, *op. cit.*, t. I, p. 300.

¹²⁸ M. Lister, *op. cit.*, p. 205.

pretação física; aquela que já os textos antigos sugerem: «O útero enche-se e incha porque alguma substância apodrecida e nele corrompida se dissolve em vapores e ventosidades dos mênstruos, ou da corrupção da semente... de onde se engendram os muito cruéis acidentes algumas vezes próximos dos acidentes dos que são mortos por cães enraivecidos.»¹²⁹ A mulher histérica é aquela que se agita até à críspação revulsiva sob a acção destes vapores condensados. A evocação é convencional: comparação entre os efeitos destes fluxos «ácidos» e dos que provocam o veneno das serpentes ou as fúrias rábicas; descrição quase morfológica de paralisia muscular e de sobressaltos incontrolados: a imagem sem idade da histeria.

A palavra vapores, todavia, alarga o seu sentido no século XVII. Os ares e as respirações do corpo adquirem uma existência mais difusa e mais variada. Os vapores designam também «os fumos que se elevam do estômago ou do baixo ventre para o cérebro»¹³⁰. Eles provêm de digestões incompletas, de alimentos em excesso e de embarços peitorais. Eles provocam sufocações, obstruções e vertigens. Os vapores de Luís XV e a longa crónica das ingestões que os provocam, ocupam uma parte notável do *Journal de Santé du Roi*. Eles «abatem-no», obrigando-o a «segurar-se e a encostar-se por um momento para deixar dissipar este vapor que era levado à sua vista e enfraquecia os jarretes»¹³¹. Eles obrigam-no a ir à cama antes de se ter fortemente purgado. Quanto aos vapores de origem tísica que atormentam o abade Testu, o amigo de Madame de La Fayette, eles são tão violentos que nem o próprio os consegue fazer ceder¹³².

Outras intensidades são possíveis. As brumas vindas de fermentações internas têm também as suas versões mais anódinas. A própria palavra designa o impalpável. Ela aumenta o número de estados intermediários entre saúde e doença até os sintomas permanecerem quase secretos: «Segundo o médico, estou muito bem, quanto a mim estou muito mal»¹³³, confessa Madame de Maintenon evocando episódios de fraqueza e de abatimento. Nada mudou no mecanismo: os vapores são as brumas saídas das fermentações e dos apodrecimentos. Tudo muda, em compensação, nas dimensões tomadas em conta: os corpúsculos são imperceptíveis. Mas mudam definitivamente também as maneiras de evocar a doença e as maneiras de a preservar.

Uma prática social nova favorece o uso da palavra: os vapores alimentam uma arte do comércio social, das trocas concentradas em «pequenas coisas», de «pequenos assuntos»¹³⁴, de acções quotidianas ou fúteis que as elites urbanas do século XVII inventam. A palavra indica uma mutação de sociabilidade. A implantação de gentis-homens na cidade, ao longo do século, a dos proprietários rurais, dos recebedores e juizes senhoriais, também a dos oficiais do rei, criam uma inevitável renovação da cultura urbana. Uma instalação de cenáculos, uma

dinâmica de preciosidade, onde lojas de livreiros, bibliotecas privadas e salões renovam os seus locais de encontro¹³⁵. A ascensão de notáveis letrados que se afastam dos divertimentos do século XVI, reprovando os seus risos, os seus banquetes e os seus exemplos rablesianos, impõe um código de urbanidade, uma «arte de agradar na conversação»¹³⁶, uma maneira mais elaborada de falar de si como uma maneira mais sofisticada de preservar o corpo.

A extensão das cidades termais, no século XVII, a criação de Bourbon-l'Archambault, de Forges-les-Eaux, de Vichy, a evocação regular dos seus visitantes pelo *Mercure galant*, prolongam esta nova sociabilidade. Estadias de uma elite ainda restrita, como mostram as visitas de Madame de Montespan a Bourbon-l'Archambault, em 1676, conduzida numa caleche de seis cavalos seguida de vários furgões, «seis animais, dez ou doze cavaleiros, uma marcha de 45 pessoas»¹³⁷. Estas idas a termas já não se explicam no final do século XVII só pela razão médica. Huet, bispo de Avranches, hospeda-se em Bourbon-l'Archambault para apagar «fraquezas e abatimentos»¹³⁸. Fléchier detém-se em Vichy tanto «para mudar de ar» como para «fortalecer o corpo»¹³⁹. Ali, a água é apresentada pelo *Mercure* de 1676 como «excelente para os vapores»¹⁴⁰. Razões preventivas, além das curativas começam a mobilizar alguns banhistas. Do evitar das pestes ao evitar dos vapores, é o conjunto de um espectro defensivo que se desenvolve largamente.

4. A PURIFICAÇÃO DOS HUMILDES

As defesas dos humildes mantêm-se, é claro, mais tradicionais no século XVII, ancoradas mais do que nunca na crença, nas solidariedades cósmicas. Trata-se de distinguir, mais uma vez, uma dupla cultura, a da elite e a dos outros, enquanto que o tema das evacuações parece generalizar-se imperceptivelmente.

Os almanaques dos vendedores ambulantes do século XVII prognosticam acontecimentos raros, intempéries ou infelicidades, nos *livres bleus* difundidos pela primeira vez entre os pequenos leitores das cidades e dos campos que mostram bem como lhes interessam os ritmos sazonais ou climáticos. Estes textos não romperam com as referências medievais. Leituras de rurais, curiosidades das «gentes pequenas», mesmo se outros públicos mais urbanos lhes concernem, os almanaques populares prolongam no século XVII a atenção tradicional aos indicadores do céu. Ferramentas de homens que vivem mais próximo da natureza, eles perpetuam a observância dos períodos «maus» ou «favoráveis» para os gestos de manutenção, a vontade de um recurso aos signos «bons para

¹²⁹ A. Paré, *De la génération de l'honime* (1573), *Oeuvres complètes*, op. cit., t. II, p. 751.

¹³⁰ *Dictionnaire de l'Académie française*, Paris, 1694, t. II, p. 613.

¹³¹ A. Vallot, A. d'Aquin, G. C. Fagon, op. cit., p. 95.

¹³² Mme de Sévigné, Carta de 28 de Janeiro de 1689, op. cit., t. III: «L'opium ne le fait plus dormir... Cela fait grand'pitié», p. 488.

¹³³ Mme de Maintenon, op. cit., t. I, p. 200.

¹³⁴ J. de La Bruyère, *Caractères*, Paris, Garnier, 1954 (1.ª ed. 1688), p. 135; ver o capítulo: «De la société et de la conversation».

¹³⁵ R. Chartier e H. Neveux, «La ville dominante et soumise», *Histoire de la France urbaine*, sob a direcção de G. Duby, Paris, Éd. du Seuil, 1981, t. II, p. 183.

¹³⁶ R. Bary, *L'Art de plaire dans la conversation*, Paris, 1701.

¹³⁷ Mme de Sévigné, Carta de 16 de Maio de 1676, op. cit., t. II, p. 292.

¹³⁸ D. Huet, *Mémoires*, Paris, 1853 (1.ª ed. latina, 1690), p. 226.

¹³⁹ E. Fléchier, *Mémoires sur les Grands-Jours d'Auvergne, 1665*, Paris, Mercure de France, 1984 (1.ª ed., 1845), p. 90.

¹⁴⁰ *Le Mercure galant*, Maio de 1678, p. 108.

tomar remédios» ou «bons para tratar»¹⁴¹. A «Lua em Gémeos», por exemplo, interdita sempre a sangria, comprometida pelos calores do Verão, enquanto que a «Lua em Capricórnio», com as suas abundâncias primaveris «é boa para tratar os sanguíneos»¹⁴². Até para o acto de cortar o cabelo que devia observar o ciclo lunar.

A saúde dos almanaques

As referências são também «antigas», quando o regime alimentar é evocado. Triunfa aí apenas *l'école de Salerne*, com os seus preceitos do século XI, uma sobriedade transposta em versos solenes e pomposos:

A breve mesa...
Eis para começar
o que faz viver com saúde¹⁴³.

Raros são, neste quadro popular, os pormenores sobre a qualidade dos alimentos; enquanto que a insistência na retenção dos alimentos e o controlo das quantidades são completamente novos. Nisso consiste a originalidade desta literatura feita para o povo: a instauração mais marcada de um controlo; o afastamento explícito de sensibilidades longamente seduzidas pelos alimentos massivos e pelas ingestões protectoras. A literatura do vendedor ambulante é inovadora, no que toca os gestos dos mais humildes. Nela são abundantes as fórmulas de poções «purificantes». «Xaropes de Vida», «Tisanas de Saúde», «Âmbares de Vida» ou «Perfumes do Pobre», multiplicam-se nos tratados de «doenças dos pobres» ou dos livros do «médico caritativo» do século XVII: a «Água Celeste» com genebra e sabugueiro, por exemplo, de que um combinado particular ajudaria os habitantes de algumas tribos longínquas a viver quase 140 anos ao permitir «a restituição do uso da palavra aos agonizantes»¹⁴⁴; ou a tisana de M. Sainte-Catherine que «purga sem que nos apercebamos»¹⁴⁵ por ter resultados constantes e medidos. No final, nada mais do que um arsenal de elixires que combinam as plantas conhecidas pelos desfavorecidos: arruda, grama, chicória brava ou mesmo urtiga e taráxaco.

No século XVII, as subsistências dos campos continuam a ser frágeis. A sua precariedade é mantida por crises cíclicas, elas próprias acentuadas pelo episódio de frio extremo, cerca de 1650, e também pela gravidade das guerras do século, as que devastam as fronteiras de Leste até à Champagne e à Borgonha, ou as terras «heréticas» de Cévennes e de Savoie. O engodo da prosperidade urbana aumenta ainda o despojamento dos campos: a transferência das elites para

¹⁴¹ *Almanach* (1641), citado por G. Bollème, *La Bibliothèque bleue*, Paris, Julliard, coll. «Archives», 1971, p. 12.

¹⁴² *Almanach de Milan* (1679), citado por J. Grand Carteret, *Les Almanachs français*, 1600-1895, Paris, 1896, p. XXIII.

¹⁴³ *Almanach* (1641), *op. cit.*, citado por G. Bollème, *op. cit.*, p. 30.

¹⁴⁴ N. Chomel, *op. cit.*, t. I, p. 915.

¹⁴⁵ *La Médecine et la Chirurgie des pauvres*, Paris, 1714, p. 313.

as cidades do século XVII leva consigo as rendas e os lucros do mundo rural. Um desequilíbrio que, sobretudo em caso de crise, joga contra o campo.

As gravuras de Callot emaciando os corpos para sublinhar melhor as suas «misérias»¹⁴⁶, a emoção de La Bruyère «analizando» os camponeses para melhor sugerir a sua privação¹⁴⁷, desenham um século XVII trágico. São numerosas as cenas de subnutrição transformadas em corrupção orgânica: «A maior parte dos pobres, para prolongar um pouco a sua vida e apaziguarem a fome, comem coisas imundas e corrompidas, como o sangue que corre no regato, tripas, intestinos e outras coisas semelhantes... E tudo isso produz corrupções no corpo humano.»¹⁴⁸ Os recenseamento de Vauban no fim do século são alarmantes. O engenheiro do rei desconta escrupulosamente as baixas de porcos, de animais de tiro e animais de subsistência no círculo de Vézelay. Ele acusa «má nutrição» de tornar «moles e preguiçosos» os homens dessa região, condenados aos «maus frutos, bravos na maior parte e a algumas hortaliças das suas hortas, cozidas em água com um pouco de azeite»¹⁴⁹. A memória dos comissários do rei «sobre a miséria dos povos» toma a mesma tonalidade em 1687: «Vê-se em todas as ordens e em todos os estados uma diminuição sensível e uma queda quase universal.»¹⁵⁰ A privação do vinho é, aliás, apresentada, de forma mais imaginária claro, como causa de morte para os rudes camponeses da Flandres, na campanha de 1709: «Viu-se claramente que os que tinham garrações de bom vinho de Borgonha, e o resto em profusão, desses, nenhum morreu.»¹⁵¹ Recenseamento lúgubre, enfim, em Limousin no final do século, onde o intendente de Bouville tenta mostrar o aumento dos pobres, contando «com toda a exactidão imaginável, setenta mil pessoas de todas as idades e de ambos os sexos, que se encontram a mendigar o seu pão»¹⁵².

A literatura azul tem pouco em conta esta miséria. Ela combina antes um grupo de indicações tradicionais sobre a astrologia e outras mais recentes sobre as dietas, os elixires, os xaropes, sugerindo, também ela, um domínio mais apertado das purificações.

É difícil medir o impacto destas propostas no mundo rural do Grande Rei. O aumento da sua difusão só por si, é um índice de sucesso: o número de vendedores ambulantes autorizado a vender estes livros triplica durante o século, passando de quarenta e cinco em 1611 a cento e vinte em 1712¹⁵³; ao que se acres-

¹⁴⁶ J. Callot, *Les Grandes Misères de la guerre* (18 águas-fortes editadas em 1633); ver G. Sadoul, *J. Callot miroir de son temps*, Paris, Gallimard, 1969, p. 271.

¹⁴⁷ J. de La Bruyère, *op. cit.*, p. 295: «Ils vivent de pain noir, d'eau et de racines.»

¹⁴⁸ Journal de Le Caron, secretário do bispado de Beauvais. Citado por P. Goubert, *Beauvais...*, *op. cit.*, t. I, p. 303, nota.

¹⁴⁹ A. J. Le Prestre de Vauban, «Description de l'élection de Vézelay», in A. M. de Boislisle, *Mémoires de la généralité de Paris*, Paris, 1881, p. 740.

¹⁵⁰ «Mémoire des commissaires du roi sur la misère des peuples et les moyens d'y remédier», A. M. de Boislisle, *op. cit.*, p. 783.

¹⁵¹ H. Pratelle, *Journal d'un curé de campagne au XVII^e siècle (1686-1739)*, Paris, 1965, p. 156.

¹⁵² De Bouville, intendente de Limoges, Carta ao controlador geral, de 12 de Janeiro de 1692, A. M. de Boislisle, *Correspondance des contrôleurs généraux des finances avec les intendants*, Paris, 1897, t. I, p. 274.

¹⁵³ G. Bollème, *La Bible bleue*, Paris, Flammarion, 1971, p. 22.

centa um lentíssimo aumento das práticas evacuativas nos campos: L'Hermine, em 1674, descreve o uso regular das sangrias quando percorre a Alsácia, espantando-se com o instrumento utilizado para fazer a incisão nas carnes. Uma ponta («balestilha») semelhante às lancetas que os marechais aplicam nos cavalos, lâmina pesada cujo efeito os aldeãos sofrem sem vacilar: «eles encaram esta operação como um remédio e um preservativo excelente para a saúde, e não fazem caso de sofrer, no mínimo, quatro vezes por ano «os inumeráveis cortes de navalha com que lhes retalham os ombros»¹⁵⁴. Grande, claro, é a diferença entre a faca que corta as carnes aldeãs e a agulha manuseada pelos cirurgiões parisienses. Grande é também a diferença entre lineares de dor, que variam segundo os graus de classe e de fortuna. Nos dois casos, todavia, o imaginário da evacuação parece reforçado.

Várias medias sublinham ainda o crescimento das práticas purificadoras dos camponeses do Grande Rei. É o sal aquilo que os intendentos do Delfinado da Champagne ou da generalidade de Paris solicitam durante as grandes fomes dos primeiros anos do século XVIII. O salgado deveria atrasar as decomposições dos humores. D'Angervilliers, o intendente do Delfim, insiste em 1709 nesta visão das resistências orgânicas: «É garantido que se eles tivessem um pouco de sal, que não podem comprar, corrigiriam com isso a crueza desta alimentação: o que evitaria as doenças.»¹⁵⁵ Daguesseau, procurador-geral no Parlamento de Paris, sublinha mais ainda a preocupação preventiva: afastar com o recurso ao sal «as doenças contagiosas de que já se vêem os tristes prelúdios»¹⁵⁶. Projecto de uma monarquia centralizadora, progressivamente sensível às quantidades populacionais, tentando laboriosamente manter-lhes o número: a assistência torna-se dever do Estado e já não, unicamente, dever da Igreja. Recurso tradicional a géneros purificantes, mas muito recente o gesto de os difundir.

Um modelo de pensamento

O tema das purificações impõe-se com uma tal evidência no século XVII que se torna modelo de pensamento, analogia tão convincente que inspira outros comportamentos.

São Francisco de Sales explora a palavra purgação como um símbolo quando descreve as etapas sucessivas de uma edificação da «vida devota», no início do século XVII: rejeição das «taras e dejectos» de que o devoto se deve desembaraçar; rejeição dos «excrementos» interiores. O mal moral, podridão a eliminar, sendo ele próprio assimilado às matérias malignas que ameaçam o corpo: «Tendo assim preparado e recolhido os humores viciosos da vossa consciência, detestai-os e rejeitai-os pela contrição e desgosto tão grandes quanto o vosso coração possa suportar.»¹⁵⁷

¹⁵⁴ «Les Mémoires de voyage de sieur de L'Hermine» (1674-1676 e 1680), in M. Magdelaine, *Guerre et Paix en Alsace au XVII^e siècle*, Toulouse, Privat, 1981, p. 187.

¹⁵⁵ D'Angervilliers, intendente do Delfinado, Carta ao controlador geral, de 16 de Abril de 1709, A. M. de Boislisle, *Correspondance...*, op. cit., t. III, p. 127.

¹⁵⁶ Daguesseau, procurador-geral no Parlamento de Paris, carta ao controlador-geral, de 22 de Janeiro de 1710, *ibidem*, t. III, p. 264.

¹⁵⁷ Saint François de Sales, *Introduction à la vie dévote, Oeuvres*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1969 (1.^a ed., 1609), p. 42.

É o imaginário social, sobretudo, que fica quase saturado por tal metáfora no século XVII. Uma forma de pensar os componentes da comunidade dissociando-os, de gerar a ordem excluindo: prática de segregação e de retrocesso. A defesa contra a peste, como era a da lepra, é baseada na exclusão: o doente deve ser internado num hospital para onde é conduzido à força, quando recusa ou quando dissimula a sua doença, por um preboste de saúde, ele próprio encarregue de «ocupar-se incessantemente da investigação e pesquisa das casas que serão infectadas com a doença contagiosa, advertindo a cada dia os comissários dos bairros»¹⁵⁸. Mas em maior escala, o racionamento e a prática de evacuação tocam os que pertencem às margens da sociedade. O intendente de Béarn revela-o em algumas palavras quando entra em Pau em 1676. O equilíbrio social pressupõe, como o do corpo, exclusões e rejeições: «O rei enviou-me à província para a purgar de todos os mandriões e gentes de má vida, e na opinião de Hipócrates, o que forma os humores viciosos é a ociosidade.»¹⁵⁹ As penas aplicadas a algumas «raparigas de má vida» durante os Grandes Dias de Auvergne, em 1665, confirmam-no concretamente: «marcada com a flor de Lis, açoitada pela cidade e exilada»¹⁶⁰.

A metáfora de uma «purga» de todo o refugio social percorre, implícita e explicitamente, as ordenações do Grande Século sobre os pobres, sobre os vagabundos, e as gentes sem eira nem beira: gerir seria à partida retirar o que «obstrui» e pesa sobre a comunidade como o «humor viciado» pesa sobre o corpo. Pobres internados nos hospitais gerais; soldados estropiados, excluídos das cidades e arredores para serem reunidos nos lugares fronteiros¹⁶¹; prostitutas mutiladas, «nariz e orelhas cortados»¹⁶², antes de serem afastadas de Versalhes ou de certos acampamentos militares; operários dos Gobelins, marcados com a flor de Lis, se vierem a largar a manufatura¹⁶³; a única via parece ser a da ordem através do refugio. No horizonte desta divisão encontra-se tudo o que ameaça a forma moral dada à razão: a ociosidade, o desenraizamento e a blasfémia, como o mostrou Michel Foucault. População castigada pela sua miséria, a sua errância e a sua impiedade: «Esta canalha que se atropela nas cidades, perturbando a ordem pública, assediando as carruagens, pedindo esmola aos gritos às portas das igrejas e das casas particulares.»¹⁶⁴ Os adivinhos e os astrólogos também «devendo esvaziar incessantemente o reino»¹⁶⁵. Estas imagens tornam mais difíceis os gestos de assistência, atrasando-os ou, por vezes, anulando-os, confirmando o valor simbólico dos gestos votados às decomposições do corpo.

¹⁵⁸ «Ordonnance du lieutenant civil du 31 mai 1631», citado por J.-P. Baud, «Les maladies exotiques», in *Sida et Libertés, la régulation d'une épidémie dans un État de droit*, Arles, Actes Sud, 1991, p. 24.

¹⁵⁹ N. J. Foucault, *Mémoires* (século XVII), Paris, 1885, p. 25.

¹⁶⁰ E. Fléchier, op. cit., p. 104.

¹⁶¹ Ordenação real de 7 de Maio de 1657.

¹⁶² Ordenação real de 18 de Março de 1687.

¹⁶³ Decreto do Conselho de Estado de 18 de Março de 1713.

¹⁶⁴ M. Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Gallimard, 1972, p. 78.

¹⁶⁵ Édito de 1682, citado por M. Foucault, op. cit., p. 109.

O peso da vida

É em práticas muito mais discretas, quase invisíveis, que se manifesta, em compensação, uma preservação totalmente nova entre os desfavorecidos no século XVII: a tentativa do alívio das sobrecargas pelo adiamento da idade de casamento. Lenta elevação da idade dos jovens casados, instigada no século XVI em Inglaterra, para se alargar, um século mais tarde, à Europa do Centro e do Norte. Uma deslocação cronológica de consequências notórias: age sobre os condicionantes materiais ao restringir o número de filhos. O recuo de alguns anos para a primeira união pode diminuir sensivelmente a fecundidade de um casal. O que mostram as médias calculadas por Pierre Goubert, para o Beauvaisis e por Pierre Dayon para o Amiénois¹⁶⁶. A consequência é tão importante que se torna «a chave do sistema demográfico antigo»¹⁶⁷. Muito mais importante, mesmo que esta elevação da idade média de casamento seja muito sensível no século, passando de menos de 20 anos a mais de 24 anos, para as raparigas do Bassin parisiense¹⁶⁸; de 19,1 anos a 23,4 entre os períodos de 1578-1599 e 1655-1670 para as raparigas de Athis¹⁶⁹; de 18,9 a 22,3 anos, entre os períodos de 1560-1569 e 1610-1619 para as raparigas de Bourg-en-Bresse; a proporção de raparigas casadas antes dos 20 anos cai, neste caso, de 69% para 31% neste curto período¹⁷⁰. As cidades, enfim, revelam uma idade média de casamento mais tardia do que nos campos: é depois dos 27 anos que se casam as raparigas de Saint-Malo ou de Lyon, cerca de 1700¹⁷¹. O recuo desta idade pode então aproximar-se, segundo os locais, mais de oito anos no século.

Prática modesta, aparentemente menor ou mesmo irrisória, no que respeita às condutas de saúde, este abrandamento dos nascimentos substitui, no entanto, o peso dos labores. Modifica as fadigas e os deveres. Com esta primeira «arma contraceptiva»¹⁷², a mais humilde de todas é talvez um incentivo de um lento progresso material que se afirma sob o Antigo Regime. Nenhuma vitória sobre a doença e menos ainda sobre a morte, nesta nova disposição sobre o casamento: em compensação uma atenuação, ainda que fosse ínfima, das provações e das incomodidades, e no fim de contas, um comportamento preventivo de um género inédito. De certo que a depressão demográfica, frequentemente notada no século XVII, é igualmente subentendida por este acto de vontade obscura que diminui o número de crianças. Uma tentativa ainda balbuciante, mas notável, de defesa.

¹⁶⁶ P. Goubert, *op. cit.*, p. 40; P. Deyon, *Amiens capitale provinciale, étude comparée sur la société urbaine du XVII^e siècle*, Paris, Arthaud, 1967, p. 36.

¹⁶⁷ F. Lebrun, «Le mariage et la famille», *Histoire de la population française, op. cit.*, t. II, *De la Renaissance à 1789*, Paris, PUF, 1988, p. 305.

¹⁶⁸ *Idem*.

¹⁶⁹ J.-M. Mauriceau, *La Population du sud de Paris aux XVI^e et XVII^e siècles*, Universidade de Paris-I, 1978.

¹⁷⁰ D. Turrel, *Bourg-en-Bresse au XVI^e siècle*, Société de démographie historique, 1986, p. 203.

¹⁷¹ F. Lebrun, *op. cit.*, p. 305.

¹⁷² P. Chaunu, *La Civilisation de l'Europe classique*, Paris, Arthaud, 1966, p. 33.

CAPÍTULO II

PLANTAS PURIFICADORAS E CONSUMOS APRAZÍVEIS

Quando o embaixador de Portugal relata a lenta agonia do rei Guilherme III, em Março de 1702, insiste sobre os benefícios do chocolate absorvido pelo moribundo: o líquido teria permitido, durante vários dias, prolongar a vida do monarca¹. Episódio insignificante se não confirmasse a importância crescente, no século XVII, de substâncias novas: café, tabaco, chá e chocolate, tudo produtos vindos da América ou do Oriente, para transformar as protecções quotidianas.

O seu destino assemelha-se àquele que suportaram alguns séculos mais cedo as especiarias medievais. Nada comparável, no entanto, à aspereza destas especiarias. Nada comparável aos recursos espirituosos do vinho ou da água-de-vida. A maior parte destas plantas aliam-se ao açúcar, jogam com os amargores e os perfumes «ligeiros». Elas promovem os aromas atenuados, por uma acção ela própria mais variada. As suas influências aliviam os flatulentos, dão forças aos fracos e atenção aos sonolentos. Mudanças tanto mais marcantes porque confirmam a defesa contra as doenças inéditas do século XVII: multiplicidade de dores de cabeça, flátuos e perturbações do ar. Os produtos respondem às novas preocupações preventivas.

O lento recuo das especiarias impõe-se em primeiro lugar. É o que se torna necessário primeiramente descrever e explicar.

1. A «SUAVIZAÇÃO» DOS AROMAS

Fez-se menor consumo de pimenta, de gengibre e de canela sem particular relevo, nem crítica precisa, antes mesmo do início do século XVII. Os doces de fruta, para começar, tomam o lugar das especiarias após as refeições ou durante as ceias, na segunda metade do século XVI. Eles são a virtualha dos amantes nas novelas de Straparole, em 1555: o jovem conduz Philéne «pela mão» antes do seu encontro amoroso, diante de «um pequeno caramanchão perto dali, onde ele tinha uma mesa guarnecida com excelentes doces de fruta e vinhos generosos»². Outras cenas do *Heptaméron* de Marguerite de Navarre confirmam a mudança.

¹ L. de Saint-Simon, *op. cit.*, t. X, pp. 131-132.

² G. F. Straparole, *op. cit.*, t. I, p. 111.

O apaixonado faz aí muitas vezes chegar os seus doces de fruta através de alguma intermediária complacente: «E todas as tardes, esta velha senhora levava doces de fruta a essa princesa para a sua merenda.»³ É a única diferença em relação aos encontros amorosos descritos na Idade Média: a pimenta partilhada pelos amantes medievais torna-se menos presente nos rituais de excitação⁴. Flandrin salientou esta lenta conquista do açúcar: a versão impressa do *Vivandier* de Taillevent, no final do século xv, utiliza já o açúcar em 18% das suas receitas e o *Livre fort excellent de cuisine*, no século xvi, em 31 %⁵. O «excitante» já não é o mesmo, o sabor açucarado apaga-o imperceptivelmente. A violência dos temperos dos elixires antigos recuou diante de composições mais rebuscadas: misturas refinadas e temperadas, incorporando menos picante, mas com mais água-de-rosas e vinho doce. Uma brutalidade menos viva para uma maior diversidade.

Compotas e xaropes

O aumento brusco da disponibilidade do açúcar no século xvi explica parcialmente esta substituição. Raro ainda na Idade Média, laboriosamente produzido em algumas ilhas mediterrânicas, como a ilha de Chipre ou a ilha de Candie, o açúcar torna-se um género claramente mais acessível no século xvi e, sobretudo, no século xvii: ele é difundido pelo mercado atlântico, desmultiplicado pela cultura da cana americana e alimentado pela escravatura. As planícies do subcontinente impuseram-se, agitando a produção e absorvendo perto de metade dos escravos negros enviados para as Américas, entre 1600 e 1700⁶. O crescimento americano explodiu em alguns decénios: as 1000 toneladas exportadas no princípio do século xvi passam a ser 200 000 no início do século xviii⁷. Vários índices confirmam estes aumentos: no Hospital de Rennes, as reservas de frutos e doces de fruta são de 7 libras e 3 cêntimos, em 1608, enquanto que em 1667 são de 67 libras e 18 cêntimos; no Hospital de Saint-Malo, a quantidade de açúcar comprado em 1619 limita-se a uma libra, enquanto que atinge as trinta libras em 1666 e nos anos seguintes⁸.

É um conjunto de gestos modestos, por vezes solenes, que podem então mudar, mesmo que o açúcar se mantenha um produto semiluxuoso no século xvii: os presentes de gosto, por exemplo, os que adulam a sensibilidade do destinatário gratificando «a delicadeza de boca». As ofertas de géneros mais apreciadas por Dürer, na sua viagem aos antigos Países Baixos em 1520, são os açúcares que lhe propõem os mercadores portugueses: «Um barril pequeno de

³ M. de Navarre, *L'Heptaméron* (1559), *Conteurs français du XVI^e siècle*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1956, p. 728.

⁴ Nesta obra p. 35.

⁵ *Le Cuisinier français*, textos apresentador por J.-L. Flandrin, P. e M. Hyman, Paris, Montalba, 1983, p. 16-17.

⁶ J. Meyer, *Histoire du sucre*, Paris, Desjonquères, 1989, p. 95.

⁷ *Ibidem*, p. 124-125.

⁸ A. Croix, *La Bretagne aux XVI^e et XVII^e siècles, la vie, la mort, la foi*, Paris, Maloine, 1981, t. II, p. 834.

doces de açúcar de todas as maneiras, mais uma caixa de açúcar cristalizado»⁹, oferecidos por Rodrigo Fernandez d'Almada, ou a «grande quantidade de doces de açúcar»¹⁰, oferecidos pelo mesmo quando Dürer foi atingido de febres e de dores de cabeça durante os grandes frios do Inverno. O açúcar americano, transitando por Lisboa até ao grande mercador de Anvers, tomou o lugar do produto do Levante: impõem-se os restos cristalizados de cana ou de açúcar mascavado mesmo que subsistam os consumos de *hypocras* ou de pratos temperados com especiarias. É o açúcar ainda que acompanha o chá, o café e o chocolate, reforçando o seu consumo, como o sugere o tratado das drogas de Pomet, no final do século xvii: «O café tomado de manhã com um pouco de açúcar é muito útil à saúde.»¹¹

O açúcar é de toda a utilidade nas compotas e nos xaropes. Ele permite a acumulação destes preparados pelos mais ricos. Torna a sua diversidade tão grande, garante Moyse Charas, na sua *Pharmacopée royale*, em 1670 «que se quisermos sujeitarmo-nos a tê-los todos já preparados, as lojas não seriam suficientemente grandes para os arrumar»¹²: xarope de gambôa «para fortalecer o estômago», xarope de alteia «para aliviar os rins», xarope de ruibarbo, de artemísia e de manjerona «para vazar alguns humores malignos», o doce é feito também para rectificar e purificar o sangue. Compoteiras, sertãs, campânulas e recipientes onde se cozem os frutos, ocupam como nunca os inventários *post-mortem* do século xvii. As trocas, enfim, os pagamentos podem por vezes ser modificados: o proprietário de uma pequena casa de campo, em 1630, reclama anualmente «3 cestos de cerejas de 10 libras cada e uma meia centena de maçãs»¹³, para fazer as suas cozeduras. Açúcares, compotas e xaropes mantêm, até nos modos de financiamento, um lugar deixado pelas especiarias medievais.

É impossível, no entanto, explicar apenas pelo crescimento dos produtos açucarados, o recuo das especiarias no século xvii. Os historiadores da cozinha já demonstraram quanto trabalho completamente particular sobre o gosto se acrescentava: no século xvii o prestígio social já não se reveste de especiarias, pois elas próprias se tornam mais comuns com a renovação dos mercados e das rotas, mas antes com o refinamento e a diversidade dos «sabores» e o aumento da sua variedade. Como a «sopa da saúde», longamente evocada por Nicolas de Bonnefons nas suas *Délices de la Campagne*, em 1654: «que uma sopa de saúde seja uma boa sopa de Burgueses, bem constituída de boas carnes bem escolhidas, e reduzida em pouca fervura, sem picado, Cogumelos, Especiarias, nem outros ingredientes, mas que seja simples, pois tem nome de saúde; que a de Couves cheire inteiramente a Couve; que a de Alho-porro cheire a Alho-porro; que a de Nabos cheire a Nabo, e outros assim... E vereis que os vossos Amos passarão melhor, terão sempre bom apetite e que vós e os cozinheiros recebe-

⁹ A. Dürer, *Journal de voyage dans les anciens Pays-Bas* (1520-1521), Bruxelas, La Connaissance, 1970, p. 63.

¹⁰ *Ibidem*, p. 93.

¹¹ P. Pomet, *Histoire générale des drogues*, 1695, p. 7.

¹² M. Charas, *op. cit.*, p. 115.

¹³ Ver A. Pardailhé-Galabrun, *La Naissance de l'intime, 3.000 foyers parisiens aux XVII^e-XVIII^e siècles*, Paris, PUF, 1988, p. 297.

reis louvores»¹⁴. A distinção social prende-se com a diversificação dos recursos gastronómicos e com o alargamento do espectro das sensações gustativas: a especiaria pode contribuir para isso; ela pode também constituir obstáculo ao disfarçar o aroma de cada produto. Daí a possível queda do seu interesse.

Diversidade de perfumes

Nem todos os aromatizantes são aprovados, antes pelo contrário. O perfume, pelo menos, continua a ter uma função activa, mesmo quando o efeito de comoção e de abalo provocado pelas especiarias é menos privilegiado. No século XVII aumentou o valor protector das essências fragrantas, com os seus eflúvios considerados mais doces, mais numerosos e com mais *nuances*. Os odores multiplicaram-se perdendo a sua brutalidade. A cultura tornou-os mais ricos, mais subtils, enquanto mantêm o seu possível destino preventivo. As luvas encomendadas por Mazarin aos seus perfumistas italianos¹⁵ tornaram-se preservadoras pelas suas impregnações aromáticas, como os «epitemas» saturados de essências e aplicados sobre o coração para melhor o sustentar, ou os «rosários perfumados», os «leques aromáticos», os «óleos de flores para as perucas», todos eles tidos como capazes de «servir contra o mau ar e de terem virtudes medicinais»¹⁶. O «bom gosto» supõe sempre uma protecção pelos ácidos de *toilette*, as águas de anjo, de mil flores, de *néroli* e de bergamota; supõe o recurso às «tocas de algodão *piqué*» descritas pela *Pharmacopée royale* de Moyse Charas, em 1670¹⁷: estas coifas cujas dobras retêm, acumuladas no forro, raízes de íris, flores de lavanda, pétalas de rosas vermelhas, as «extremidades da manjerona», também o musgo e o âmbar cinzento, para melhor «fortalecer o cérebro» e defender melhor o corpo do contágio.

As caixas de pó-de-arroz estão encarregues de difundir o eflúvio protector. O séquito de Grimmelshausen confirma-o quando o jovem alemão, em 1638, atacado de um mal-estar incoercível, espalha bruscamente os seus excrementos em público e faz temer uma propagação da doença através do cheiro: «Levaram-se então perfumes e pivetes para queimar e os convidados exibiram as suas caixas de cheiro e de bálsamo.»¹⁸ A boa companhia, presente na recepção onde Grimmelshausen se encontrava, mostra assim a sua familiaridade com o uso de aromas protectores. Claro que não se produz nenhum efeito sobre o mal, mas avivou-se a certeza. Trocam-se os defumadores, comentam-se e tornam-se tema de conversa e de debate como os que Guez de Balzac envia a *Ménage* em 1660: «Lembraivos que é preciso queimá-los sobre o copo para que o odor seja mais puro.»¹⁹

¹⁴ N. de Bonnefons, *Les Délices de la campagne*, Paris, 1654, p. 313.

¹⁵ Y. Deslandes e J. Pinset, *Histoire des soins de beauté*, Paris, PUF, col. «Que sais-je?», 1960, pp. 56-57.

¹⁶ N. de Blégny, *Secrets concernant la beauté et la santé*, Paris, 1689, t. I, p. 683; ver também A. Le Guerrer, *Les Pouvoirs de l'odeur*, Paris, F. Bourin, 1988.

¹⁷ M. Charas, *op. cit.*, p. 427.

¹⁸ Grimmelshausen, *Les Aventures de Simplex Simplicissimus*, Paris, Aubier, 1983 (1.ª ed., 1668), p. 211.

¹⁹ G. de Balzac, *Lettres*, Paris, 1626, p. 52.

O perfumista afirma em maior escala a sua presença contra a peste, como Étienne Cormus, em 1668, em Bruxelas, que recebe 24 florins por mês para «fumigar, perfumar, purificar e limpar»²⁰ transeuntes e casas. O perfume afasta a doença. Madame de Maintenon também o diz claramente, recorrendo aos odores para proteger das bexigas a sua instituição de Saint-Cyr. Ela faz mesmo acompanhar várias essências diferentes, em 1695, de ornamentos, preceitos e comentários: «Eis alguns citrinos que, com alguns cravos-da-índia espetados preservam do mau ar. Eis os aromas que se crê serem bons. Esfregai, todas as manhãs, os narizes dos nossos pequenos pensionistas com a água da Rainha da Hungria.»²¹ Lémery, em 1709²², hierarquiza um «perfume real», um «perfume para a burguesia» e um «perfume para os pobres». Quinta-essência do perfume real a «mirra mesclada de âmbar cinzento» é, evidentemente, reservada apenas a alguns... Em compensação, todos devem esperar uma protecção pelo o aroma.

2. AS PLANTAS ESPIRITUAIS

O gosto já não é o único guia quando Nicolas Tulp prescreve o chá aos seus doentes londrinos desde 1642. O impacto orgânico tem a sua importância: «Os que usam chás estão só por isso isentos de todas as doenças e chegam a uma velhice extrema.»²³ Sem dúvida um efeito obscuro, ilusório pela certa, mas totalmente independente do simples sabor, diferente do impacto físico esperado da especiaria. O valor gustativo apagou-se perante o valor estimulante, mesmo que a qualidade do aroma não tenha sido negligenciada. O chá, o café e o tabaco constituem os exemplos.

A fava do Levante

O verdadeiro consumo do café desencadeou-se em Paris, em 1669, pelas recepções faustosas oferecidas por Suliman Aga, misticador de génio, que chega a fazer-se passar pelo embaixador pessoal do Grão-Turco²⁴. O personagem é hábil e teatral: ele multiplica as solenidades, recebe a corte, faz-se notado, até a carta da sua embaixada deixar claro tratar-se de um falsário. Suliman é, então, rejeitado, caindo na insignificância, mas a sua passagem deslumbrante deixou uma moda, o uso de uma bebida que o papa Clemente VIII declarara já «diabólica e deliciosa»²⁵, o café que o falso embaixador ofereceu nas suas chávenas de porcelana e cafeteiras de prata.

O líquido impõe-se para além da corte. O efeito de excitação que provoca parece destinado para prevenir ou para tratar a flatulência. Não é suposto o café

²⁰ Citado por J. Charlier, *La Peste à Bruxelles de 1667 à 1669*, Bruxelas, 1969, p. 15.

²¹ Mme de Maintenon, *op. cit.*, t. II, p. 284.

²² N. Lémery, «Préservatif contre les maladies contagieuses», *Recueilles plus beaux secrets de médecine*, Amesterdão, 1709, pp. 360-361.

²³ Citado por P. Butel, *Histoire du thé*, Paris, Jonquières, 1989, p. 48.

²⁴ Ver P. Beaussant, *Versailles, Opéra*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 92-93.

²⁵ L. Chabouis, *Le Livre du café*, Paris, Bordas, 1988, p. 24.

dissipar as brumas, as dores de cabeça e os pesos? É o que afirma Blégnny, polígrafo ávido de novidades, comentando o efeito do produto, descrevendo os utensílios que o acompanham, com a indicação do endereço de alguns mercadores parisienses: «O café dissipa com a mesma prontidão os vapores que causam insonias, as letargias e as inquietações.»²⁶ Madame des Ursins não diz outra coisa à Madame de Maintenon nas cartas da sua longínqua estada em Espanha: «Estou persuadida de que quase todas as doenças vêm das más digestões e sei por experiência própria que não há melhor remédio do que o café para bem digerir.»²⁷ Cada um vê nele apenas a explicação conveniente: a purificação do sangue e a acção dos evacuantes. Esta «fava negra tem um sal adequado para rarefazer os humores e para soltar os que são gordos e viscosos. Ela ajuda o sangue a circular»²⁸. O líquido do Levante é inicialmente bebida de manutenção.

Uma sensação nova se acrescenta, no entanto: a de uma excitação mais intelectual. Dissipador de fadigas, o café seria também dissipador de «nuvens», de obscuridades quase mentais. O que exprime até ao ridículo a jovem vaporosa de uma peça de Dufresny, no final do século xvii, que propõe esperar pela digestão do café antes de ir a algum encontro. Daí a necessidade de fazer regularmente esperar os seus interlocutores: «É preciso uma hora para digerir o café.»²⁹ Daí ainda a dificuldade, para ela, em ter qualquer vida social. Dufresny escolheu a caricatura, mas salienta de passagem a nova referência: o projecto de aumentar uma mobilização física e intelectual e o recurso às drogas de vigília.

Estas certezas são suficientemente inéditas para que Michelet defina a missão histórica do café³⁰: a de agitar o regime dos excitantes, a de abalar a omnipotência do vinho; o aparecimento de uma bebida julgada especificamente «intelectual» de que os negociantes europeus de Aden mostraram o uso: «Quando os nossos mercadores franceses têm muitas cartas para escrever e querem trabalhar toda a noite, tomam uma ou duas chávenas de café.»³¹ O que os puritanos ingleses perceberam melhor do que ninguém desde 1660, insistindo na oposição possível entre o café e o vinho, como sobre a recomposição dos estimulantes que ela possa arrastar:

*Enquanto que o doce veneno da uva traiçoeira
Tinha alegrado a terra inteira...
Eis que chega o café, solene licor e são
Que protege o estômago e torna o génio mais vivo
e reanima o espírito sem ser uma agressão*³².

²⁶ N. de Blégnny, *Le Bon Usage du thé, du café et du chocolat pour la préservation et la guérison des maladies*, Paris, 1687, p. 181.

²⁷ Citada por A. Franklin, *La Vie privée d'autrefois*, t. xiii, *Le Café, le Thé, le Chocolat*, Paris, 1893, pp. 79-80.

²⁸ *Le Mercure galant*, Maio de 1696, pp. 28-29.

²⁹ C. Dufresny, *La Malade sans maladie* (1699), *Oeuvres*, Paris, 1731, t. ii, p. 19.

³⁰ W. Schivelbusch, *Histoire des stimulants*, Paris, Le Promeneur, 1991 (1.ª ed. alemã, 1980), p. 28.

³¹ M. Thévenot, *Voyages en Europe, Asie et Afrique*, Paris, 1727 (1.ª ed., 1689), t. i, p. 103.

³² Poema anónimo de 1674 citado por W. Schivelbusch, *op. cit.*, p. 28.

Trata-se da oposição evocada por Michelet: «vigilância» contra «ebriedade», licor negro contra licor vermelho. É também o signo de um deslizar cultural mais profundo onde os valores da ordem e da razão tomam um lugar que antes não tinham, sugerindo objectos específicos de estímulo.

O que não poderia tornar caduco o uso tradicional do vinho; tanto mais que o líquido fermentado sofre as suas próprias transformações no século xvii: melhoramento das cepas e da vinificação a que é atribuído o efeito de tornar o vinho mais «medicinal». O vinho de Champagne, por exemplo, com as suas uvas «brancas como cristal»³³, cuja fórmula espumante é descoberta em meados do século, parece levar ao máximo a delicadeza e a pureza. Vinho dourado arejado até ao símbolo, a sua acção sobre os espíritos vitais é considerada sem igual. As taças que o contêm parecem mesmo feitas para revelar estas qualidades: finas e longas, tornam bem visíveis «as pérolas que sobem»³⁴. Saint-Simon atribui a longevidade de Duchesne, o médico dos filhos do rei, ao facto de que ele jantava todas as tardes uma salada e não bebia nada além de vinho de Champagne»³⁵. O rei, cerca de 1680, não consome senão champanhe, o que confirma uma hierarquia das bebidas de manutenção.

Trata-se de uma nova querela entre as províncias e um combate entre os médicos que é desencadeado quando, cerca de 1700, o rei aceita converter-se ao *bourgeois* considerado menos seco e mais aveludado³⁶. A desafecção real provoca libelos, teses de escola e discursos eruditos: a faculdade está directamente envolvida, no século xvii, no reconhecimento de um vinho. Ela deve garantir a sua força, senão provar a sua «ajuda à digestão dos alimentos de que é o veículo»³⁷.

O café, neste caso, não faz mais do que instaurar uma querela suplementar, tanto mais que a excitação evocada é mais cerebral, diferenciada de todo o estímulo à embriaguez. O chá, por fim, redobra o exemplo. Thomas Garraway, o primeiro a explorar a sua venda em Inglaterra, sob Cromwell, utiliza em 1657 os termos retidos alguns anos mais pelos bebedores de café: «A bebida é reconhecidamente das mais salubres, ela preserva em perfeita saúde... purifica os humores... activa o cérebro.»³⁸ O rigoroso Bontekoe, médico holandês, sensível ao comércio do Oriente, propõe, em 1668, fazer do chá uma bebida «educativa», susceptível de favorecer o estudo e de despertar o espírito. Ajuda a produzir um suco nervoso muito subtil, uma substância favorável à reflexão: «Fizemos esta prova em muitos sujeitos e, principalmente, em crianças com pouca disposição para aprender, que, depois de terem bebido o chá segundo o nosso conselho, passaram a ser outras, com o entendimento bastante vivo, a memória muito feliz e tão susceptíveis à instrução a que antes eram incapazes.»³⁹

³³ M. Lachiver, *op. cit.*, p. 276.

³⁴ R. Lovelace, *Lucasta*, Londres, 1649, p. 99.

³⁵ L. de Saint-Simon, *op. cit.*, t. xxvii, p. 183.

³⁶ A. Vallot, A. d'Aquin, G. C. Fagon, *op. cit.*, p. 211, nota.

³⁷ *Question agitée le cinquième mai de l'année 1700 aux écoles de médecine de Reims, si le vin de Reims est plus agréable et plus sain que le vin de Bourgogne*, Reims, 1700.

³⁸ Citado por P. Butel, *op. cit.*, p. 50.

³⁹ C. Bontekoe, *Suite des nouveaux éléments de médecine*, Paris, 1698 (1.ª ed., 1685), p. 186.

Bentekoe é tão entusiasta que avalia em seis a oito chávénas por dia o mínimo necessário para conservar a saúde, mas considera perfeitamente razoável beber 150 ou 200! Projecto ainda cheio de metáforas de Huet, bispo de Avranches, que pretende fazer das folhas do chá a «vassoura da inteligência»⁴⁰, a bebida que ordena o espírito.

A «pitada» e o fumo

O tabaco sofre uma evolução mais complexa entre o século XVI e o século XVII, antes de se tornar igualmente um «adjuvante da razão»⁴¹. A planta reforça em primeiro lugar a panóplia dos medicamentos. Ela reduz os derramamentos líquidos, drena e estanca; qualidade primordial para uma medicina que assimila a doença aos humores malignos. Nicot, que envia para França a primeira planta do tabaco desde a sua embaixada portuguesa, em 1560⁴², facilitou as curas de Catarina de Médicis: redução das suas enxaquecas graças às folhas da planta enroladas em compressas. Daí o nome duradouro de «erva da rainha» e também o de «nicociana».

Na mesma altura, o fumo suscita mais reservas. Prática inclassificável, faz do tabaco um produto tão purificador quanto suspeito: a «erva do diabo»⁴³, segundo a elite colonizadora do Novo Mundo, evocando as magias índias e os seus rituais obscuros. A embriaguez é frequentemente associada ao tabaco fumado nos «salões de fumo» do começo do século XVII, tabernas que oferecem cachimbos e copos a alguns consumidores sem dinheiro, «vagabundos, soldados... aqueles que se apelidam de trapaceiros»⁴⁴, segundo os termos do édito de 1624 que impõe o encerramento destes lugares desprezados. O fumo, no entanto, tem o seu efeito preservador: as autoridades do colégio de Eton, durante a peste de Londres em 1665, obrigam os alunos a fumar cachimbo para os preservar melhor da infecção⁴⁵. Elas atribuem a isso importância bastante para ameaçar com chibatadas todo o colegial recalcitrante. As gravuras dos tempos de peste, em meados do século, assinalam sempre em grande número, os cachimbos dos «coveiros» com os seus longos penachos de fumo protector. As gravuras de Saint-Igny acampam mosqueteiros comentando em versos detestáveis a protecção que o fumo traz:

*Contra o ar pestilento de um vapor grosseiro
fumamos o tabaco como verdadeiro medicamento*⁴⁶.

⁴⁰ D. Huet, *op. cit.*, p. 189.

⁴¹ J. Royer de Prade, *Histoire du tabac où il est traité particulièrement dit tabac en poudre*, Paris, 1677, p. 20: com o uso do tabaco, «a cabeça é mais saudável e mais ordenada».

⁴² J. Baudry, *Jean Nicot à l'origine du tabac en France*, Lyon, La Manufacture, 1988, p. 88.

⁴³ F. Ortiz, *Cuban Couterpoint, Tabacco and Sugar*, Nova Iorque, Vintage Books, 1970 (1.^a ed., 1940), p. 119.

⁴⁴ Arrêt du Parlement de Paris, 1624, Dom M. Félibien, *Histoire de la ville de Paris*, Paris, 1707, t. III, p. 736.

⁴⁵ A. Benedicenti, *Malati, medici et farmacisti*, Milan, 1947, p. 659.

⁴⁶ *Les Fumeurs*, gravura de Saint-Igny, Paris, BN, Cabinet des Estampes.

Enquanto que já são mais intelectuais as sensações que os fumadores de Abraham Bosse evocam, cerca de 1650, puxando os seus cachimbos finamente trabalhados: «Quando nos enchemos de humores melancólicos, o vapor do tabaco aviva os nossos espíritos.»⁴⁷ Em compensação, o acto de fumar mantém-se, nesta altura do século XVII, uma prática limitada, mal conhecida, um gesto suficientemente embaraçoso para parecer vulgar.

Tudo muda com a «pitada» e os seus resquícios de folhas «aspiradas pelo nariz», «sorvidas», segundo um conjunto de movimentos que associam largamente ao perfume. A rápida difusão desta prática, na segunda metade do século XVII, apoia-se numa tradição: a da aspiração de sais e de aromatizantes. Ela promove uma excitação particular. Vigneul-Marville salienta com precisão a associação possível entre gestos antigos e gestos novos, no final do século XVII: «Parece que nestes últimos anos toda a gente foi ameaçada de apoplexia. Cada um levava consigo a sua garrafa de Água-de-Rainha da Hungria; tomavam-na a toda a hora para prevenir a doença de que não se sentia a mínima aproximação. Mas depois de tudo, a moda passou: é preciso ceder ao tabaco. Não se sonha com outra coisa que não seja purgar o cérebro.»⁴⁸ Testemunho tanto mais marcante quanto associa o papel preventivo ao gesto de prazer.

O tabaco revela ainda virtudes cartesianas: «Torna o espírito susceptível das mais altas meditações no estudo das ciências mais difíceis e ilumina o entendimento.»⁴⁹ Como o café e o chá torna «a razão iluminada»⁵⁰. É isto que a imagem trocista de Sganarelle, no monólogo do *Dom Juan* de Molière, salienta, na abertura da peça: «Não só [o tabaco] diverte e purga o cérebro, mas ainda ensina a virtude às almas.»⁵¹ Ou a ironia de Dufresny, pretendendo, num longo poema, perder «saúde, razão e vivacidade»⁵², muito simplesmente por se esquecer da sua tabaqueira numa mesa!

Ao tabaco que favorece o consumo de vinho, ao fumo corolário da embriaguez, começa a opor-se o tabaco que agudiza a atenção. Da mesma forma que ao tabaco dos «salões de fumo» do início do século XVII, se começa a opor, cerca de 1670, o tabaco dos fumadores distintos. As palavras atribuídas por Gondolffe aos camponeses da Picardia: «O tabaco descontraí-nos e distraí-nos, é a sobremesa após as nossas refeições frugais.»⁵³ São a este respeito diferentes das afirmações do poeta La Garenne: «Ele fortifica o cérebro.»⁵⁴ Também o tabaco dos soldados, como descreve De Prade, por exemplo, em 1677, «sustentando as fadigas da guerra, sem comer nem beber, e sem tomar outra coisa além de meia onça de tabaco em vinte e quatro horas»⁵⁵, é diferente do pó que o mesmo De

⁴⁷ *Les Fumeurs*, gravura de Abraham Bosse, Paris, BN, Cabinet des Estampes.

⁴⁸ N. de Vigneul-Marville, *Mélanges d'histoire et de littérature*, Paris, 1725, t. II, pp. 32-33.

⁴⁹ C. Bontekoe, *Suite...*, *op. cit.*, p. 112.

⁵⁰ J. Brunet, *Le Bon Usage du tabac en poudre...*, Paris, 1700, p. 35.

⁵¹ J.-B. Poquelin, conhecido como Molière, *Dom Juan ou le Festin de pierre*, 1665, *Théâtre complet*, *op. cit.*, p. 715.

⁵² Citado por S. Blondel, *Le Tabac, le livre des fumeurs et des priseurs*, Paris, 1891, p. 197.

⁵³ E. Gondolffe, *Le Tabac dans le Nord de la France. Historique 1587-1814*, Vesoul, 1910, p. 102.

⁵⁴ H. de La Garenne, *Les Bacchanales ou les Lois de Bacchus*, Paris, 1667, p. 58.

⁵⁵ J. Royer de Prade, *op. cit.*, p. 127.

Prade utiliza para aumentar «a imaginação e a memória»⁵⁶. A evocação das distâncias sociais acrescenta-se neste caso à nova imagem do excitante. Constituiu-se claramente uma estimulação completamente inédita.

Há, obviamente, resistências. Alguns médicos pretendem ter descoberto uma obstrução do cérebro feita de «cera negra», ao dissecarem um «consumidor de pitadas de tabaco»⁵⁷. Outros mostram as matérias que sujam lentamente os cachimbos para as comparar aos «amontoados de excrementos»⁵⁸ que o tabaco faz acumular nas cavidades dos órgãos. A morte de Boutet, fulminado bruscamente no jogo da péla em 1665, é explicada pela «prodigiosa quantidade de tabaco que ele tomava a todo o momento»⁵⁹. A purificação ou a oclusão, a distribuição ou a obstrução, continuam a ser, no século XVII, as imagens do saudável e do doentio: o tabaco podia escorregar de um pólo ao outro.

A última experiência, por fim, provada pelos fumadores da França clássica: eles descobrem uma «dependência» que não compreendem: «chama-se-lhe erva encantada, porque aquele que a começa a usar já não pode passar sem ela»⁶⁰. Labat cita o caso, em 1697, de alguns parentes que se levantam de noite para a tomar⁶¹. Préfontaine espanta-se com os seus próprios expedientes, confessando cortar, por vezes, o fundo dos bolsos, com o seu ínfimo resto de tabaco, para ter a pitada que lhe falta⁶². A experiência é a do excitante moderno.

Apesar destas surpresas o tabaco mantém-se como um instrumento preventivo no século XVII: «O que é notável nesta planta é que se usa mais por precaução do que na urgência das doenças.»⁶³

O resultado sobrepe-se ao gosto

Outros produtos igualmente vindos de fora são arriscados em panaceias, no fim do século XVII; os géneros confirmam esta nova expectativa da verificação do efeito. A quina é uma dessas plantas. A casca do Peru demonstrou claramente desde os anos de 1670 o seu poder sobre as febres. A sua acção é soberana contra os acessos intermitentes, o paludismo, que se torna frequente nos pântanos da antiga França. O remédio, cuja fórmula foi comprada pelo rei, em 1679, por 2000 luíses de ouro, curou Colbert, Bossuet e o delfim, de febres até então rebeldes⁶⁴. A casca é o primeiríssimo exemplo de sucesso face às doenças tradicionais. Daí as tentativas de a usar como prevenção.

Os modelos iniciais desta utilização preventiva vêm das próprias pessoas que se curaram. Bossuet, restabelecido dos seus acessos febris em 1679, «reu-

tiliza a quina todas as vezes que sente a mais ligeira indisposição»⁶⁵. O Delfim também ele prontamente restabelecido em 1679, confessa o seu entusiasmo a Racine. Ele pretende fazer da quina uma bebida de salvaguarda, uma poção de saúde combinada com o açúcar e o vinho: «No outro dia, em Marly, Monseigneur, depois de um grande almoço com a princesa de Conti e outras senhoras, mandou requisitar duas garrafas aos boticários do Rei e bebeu um grande copo, no que foi seguido por todas as acompanhantes que três horas depois jantaram melhor.»⁶⁶ O rei convence-se com o uso regular depois de 1690, misturando a quina às infusões de vinho⁶⁷. O duque de Chevreuse também a usa intensamente, chegando a esconder-se para a tomar, tanto o seu consumo lhe parece excessivo⁶⁸. Racine, enfim, pode anunciar o sucesso da nova beberagem, cerca de 1680: «A coisa torna-se moda.»⁶⁹

O líquido, no entanto, não se banaliza no século XVIII. Sem dúvida demasiadamente caro: o preço da libra de casca (489 gr.) aumenta para nove libras em 1687 em Bordéus, o equivalente a mais de vinte e cinco dias de trabalho para um operário talhador. O produto, difundido com parcimónia, continua a ser mais um remédio para as febres do que um remédio de precaução ou de prevenção. Este uso limitado da quina mostra apenas a nova atenção sobre os efeitos «reais», e a tentativa de os transpor e de os explorar para melhor prevenir as doenças. Ele mostra a lenta distância tomada face a uma valorização durante muito tempo dominante, conseguida às impressões do paladar e do aroma: o gosto não desempenhou nenhum papel neste primeiro interesse sobre a quina.

Também os preços desempenharam o seu papel no sucesso do café, do chá e do tabaco. O café, vendido em Paris por 40 centimos a libra, em 1687⁷⁰, torna-se acessível a um público distinto. O tabaco está ainda mais disponível: o pó francês, vendido por 25 centimos por libra em 1681⁷¹, uns quatro dias de salário de um operário alcança um público já variado. O sucesso das novas plantas está também ligado ao seu efeito, ao seu gosto e ao seu preço. O seu uso frequente torna-se possível combinado com a saúde e com o prazer. Estes produtos podem prolongar, no século XVII, o projecto mais antigo, mesmo arcaico, de combinar a protecção do corpo com os consumos quotidianos: fazer das poções de preservação poções apazíveis.

3. DO REMÉDIO AO AGRADO

A troca mundana que inventa a sociedade do século XVII encontra outra vantagem nestas plantas excitantes. Elas servem os jogos de «conversação». A pitada «purifica o cérebro» e ajuda o diálogo, admite Bontekoe: «A planta tem esta virtude de ligar a sociedade de todo o tipo de pessoas e de as unir pela con-

⁵⁶ *Ibidem*, p. 105.

⁵⁷ Citado por J. Néander, *Traité du tabac*, Lyon, 1626, p. 55.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 53-54.

⁵⁹ R. d'Argenson, *Rapports inédits (1697-1715)*, Paris, 1891, p. 134.

⁶⁰ Carta de 5 de Agosto de 1713, in *Mélanges historiques, anecdotes et critiques sur la fin du règne de Louis XIV*, Paris, 1807, p. 324.

⁶¹ J.-B. Labat, *op. cit.*, p. 256.

⁶² O. de Préfontaine, *Le Poète extravagant, avec l'assemblée des filous et des filles de joie*, Paris, 1670, citado por E. Gondolffé, *op. cit.*, p. 26.

⁶³ L. Ferrant, *Traité du tabac en sternutatoire*, Bourges, 1655, p. 23.

⁶⁴ «Lettre sur le remède anglais», *Le Mercure galant*, Outubro de 1680, pp. 262 e ss.

⁶⁵ L. F. de Bausset, *Histoire de J.-B. Bossuet*, Versalhes, 1814, t. III, p. 336.

⁶⁶ J. Racine, Carta de 24 de Agosto de 1682, *Lettres*, Paris, 1747, t. I, p. 138.

⁶⁷ A. Vallot, A. d'Aquin, G. C. Fagon, *op. cit.*, p. 211.

⁶⁸ L. de Saint-Simon, *op. cit.*, t. XXIII, p. 197.

⁶⁹ J. Racine, *Lettre*, *op. cit.*, t. I, p. 138.

⁷⁰ N. de Blégné, *Le Bon Usage...*, *op. cit.*, p. 143.

⁷¹ G. d'Avenel, *op. cit.*, t. V, p. 83.

versação.»⁷³ Café e tabaco são então as ferramentas culturais de uma sociedade que acede ao prazer de dizer, a que transforma a conversação numa arte do quotidiano. Ambos têm o papel muito especial de prevenir as doenças e sanear os flútuos, enquanto permitem falar melhor sobre eles. Brunet insiste doutamente em 1701 nesta dupla perspectiva médica e social: «O uso do tabaco em pó e o do café» são indispensáveis contra a fadiga e as «más exalações», e são igualmente «admiráveis invenções para preencher o vazio das conversas»⁷³.

Consumos instituídos

As plantas «espirituais» instalam novas práticas sociais. A sua adopção pela elite do fim do século XVII recompõe a organização das refeições, renovando hábitos e dispositivos materiais. Saint-Simon evoca minuciosamente os serviços de café nos aposentos de Madame de Maintenon, descrevendo os grupos detidos, após o jantar, em torno dos *cabarets*, essas mesas leves que suportam as bandejas concebidas para as novas bebidas: «Estávamos perto de vários *cabarets* de chá e de café, servindo-nos como quiséssemos.»⁷⁴ O café dá mesmo ao seu nome a este final de refeição, tornando-se referência cronológica e código temporal; aquele que Saint-Simon utiliza para escandir as suas anedotas e descrições: «O barão, que já não sabia onde estava, sentia-se muito bem, e ao café, reza o Padre Nosso....»⁷⁵ História sem importância que revela em compensação, como o nome de um género se torna o nome do momento escolhido para o seu consumo. A bebida «digestiva» tomou definitivamente o lugar das antigas especiarias, combinando, também ela, a protecção do corpo com os gestos mais familiares. As *Mémoires* do abade de Choisy salientam o quanto a presença das novas bebidas é julgada sugerir a qualidade de um acolhimento, por vezes mesmo de uma refeição: «Eu dava de cear muitas vezes aos meus vizinhos e, por vezes, ao senhor padre e a Granier e, sem me irritar por fazer muita carne, fazia-a suficientemente boa... Encontrava-se em minha casa café, chá e chocolate.»⁷⁶

As cafeteiras, as peças de porcelana expostas sobre as mesas e as chaminés para o serviço do chá e do café começam a penetrar os interiores do século XVII: o inventário *post-mortem* do padre de Charenton, Antoine Sèvre, realça em 1707 «cinco objectos de faiança em guarnição sobre uma mesa»⁷⁷, até aos inventários de alojamentos modestos que podem mencionar «bandejas e consolas guarnecidas de chávenas e pires»⁷⁸ no final do século XVII e no começo do século XVIII.

A difusão do tabaco é mais rápida e mais alargada. O consumo é tal, no final do século XVII, que Colbert decide a sua exploração fiscal: a cedência da to-

talidade do mercado a um arrematante que aceita, em contrapartida, pagar uma renda ao Tesouro Real. A decisão de Colbert não mereceria atenção se não revelasse, quase oficialmente, a espantosa importância da planta: um consumo suficientemente marcante para ser objecto de um imposto distinto e autónomo. A extensão da prática o confirma. O montante da renda sofre uma progressão constante. Duplica e triplica em alguns anos: 500 000 libras em 1674, pagas por J. Breton, o primeiro arrematante; 1,5 milhões de libras, vinte anos mais tarde; cifra que atinge perto de oito milhões de libras em 1730⁷⁹. O tabaco está em vias de banalização.

O excitante e a sociabilidade

Os novos produtos estão suficientemente presentes, enfim, para originar locais de consumo igualmente inéditos. Pascal, um arménio habituado aos usos das bebidas turcas, é o primeiro a abrir uma «casa de café», em 1672, oferecendo o «novo aroma» por 2,5 cêntimos⁸⁰, o que exclui a frequência popular, mas possibilita um público de mercadores e burgueses. Procope abre uma outra em 1684, na Rua dos Fossés-Saint-Germain, recolhendo a clientela dos comediantes do rei. Trezentos destes estabelecimentos que privilegiam o café, estão instalados em Paris, em 1710, e já mais de três mil em Londres na mesma altura. Locais públicos de um novo género, com as decorações pintadas, os seus espelhos, os seus consumos açucarados, por vezes mesmo os seus veludos e as suas mesas, os cafés opõem-se às tabernas e aos *cabarets* onde se consomem exclusivamente vinhos e aguardentes. Locais de conversação e de encontros mundanos concretizam a nova sociabilidade urbana do final do século XVII; aquela que Mailly encena em 1702 nos seus *Entretiens des cafés de Paris et les différends qui y surviennent*: «Os cafés são locais muito agradáveis onde se encontra todo o tipo de pessoas e de caracteres diferentes. Neles se vêem jovens cavaleiros que se divertem agradavelmente. Aí se vêem pessoas sábias que neles vêm descontrair o espírito do trabalho de gabinete. Vêm-se outros cuja importância e nutrição detêm lugar de mérito. Os que num tom elevado impõem frequentemente silêncio aos mais hábeis e se esforçam por louvar o que é digno de censura e censurar o que é digno de louvor...» As cenas de Mailly não têm mordacidade nem relevo literário, mas concretizam exemplos. Elas sublinham as ocasiões de encontro, de reencontros de amigos e de amantes, as discussões depois do teatro, as longa-lengas literárias, enfim, a banalidade das trocas quotidianas. As suas personagens animam-se regularmente quando se comparam as virtudes do vinho com as do café ou as do tabaco, revelando a importância desta interrogação repetida sobre o valor respectivo dos géneros estimulantes no final do século XVII.

O fenómeno social é ainda mais marcante em Londres onde o *Lloyd's Coffeehouse*, aberto em 1687, se torna um lugar de encontro para negociantes, armadores e agentes de seguros. Um lugar onde se discutem os fretes, os investimentos marítimos, as rotas e os ganhos; informações e ecos numerosos, sempre

⁷² C. Bontekoe, *Suite...*, op. cit., p. 111.

⁷³ J. Brunet, op. cit., p. 3.

⁷⁴ L. de Saint-Simon, op. cit., t. xv, p. 242.

⁷⁵ *Ibidem*, t. vi, pp. 41-42.

⁷⁶ Abbé de Choisy, op. cit., p. 297.

⁷⁷ Citado por A. Pardailhé-Galabrun, op. cit., p. 394.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ *Mémoires sur les fermes au XVIII^e siècle*, BN, ms. francês 7728.

⁸⁰ L. Chabouis, op. cit., p. 31.

reactualizados, tão aguardados que a casa julga útil publicá-los regularmente sob a forma de boletim, o *Lloyd's News*. É então a nova actividade do café que se transforma: o *Lloyd's* já não é uma loja de bebidas no século XVIII, mas sim a companhia de seguros com o mesmo nome ⁸¹.

Os cafés têm atractivos suficientes para que Nemeitz, no início do século XVIII, recomende a sua visita a todos os estrangeiros: «Acho bem que um jovem viajante vá, por vezes, a estes cafés, após o jantar ou pelo serão, para escutar os discursos dos novelistas.» ⁸² Nasce aí uma tradição da troca, com um acento político que Montesquieu já pode comentar em 1721: «Se eu fosse o soberano deste país, encerraria os cafés, porque os que frequentam esses lugares ficam de cabeça quente...» ⁸³ É preciso reter ainda os alcances mais modestos, mas também muito importantes para a sensibilidade quotidiana: a tentativa de ligar os consumos aprazíveis a uma preocupação de manutenção do corpo, aproximar gestos de prazer e gestos de saúde. As especiarias medievais encontraram, efectivamente, o seu substituto.

TERCEIRA PARTE
RESISTIR E ENDURECER
SÉCULOS XVIII

⁸¹ W. Schivelbush, *op. cit.*, p. 36-37.

⁸² J. C. Neimeitz. *Séjour à Paris*, Leyde, 1727, p. 111.

⁸³ Citado por L. Chabouis, *op. cit.*, p. 33.

CAPÍTULO I

A FORÇA DAS FIBRAS

No início do século XVIII, a audácia de Lady Mary Wortley Montagu caracteriza, com o máximo de clareza, uma mutação possível das práticas de preservação. Mulher do embaixador inglês no Império Otomano, esta viajante do Levante confessa em 1717 uma constatação espantosa: a quase inexistência de varíola nas margens do Bósforo, nas cidades do mar Negro ou nas do arquipélago grego que visitou várias vezes. Muito poucas mortes, segundo ela, devido a essa febre eruptiva cujos efeitos em Londres e em Paris são catastróficos. Ela vê a razão para isso numa prática estranha ainda aos europeus: a inoculação voluntária da doença durante os primeiros tempos de vida, a incisão da pele, a inserção na ferida de matérias purulentas tiradas das bexigas de um varioloso. O processo mostra-se simples e a comunicação da doença, neste caso preciso, insignificante. Um breve episódio de febre sobrevém alguns dias mais tarde, seguido de uma erupção ela própria breve e ligeira, antes que o inoculado fique definitivamente preservado: a doença nunca se apanha duas vezes, observação geralmente reconhecida no século XVIII, aqui evocada para basear a inserção. A protecção adquire-se assim sem dano: «Uma semana é suficiente para retomar o seu estado habitual.»¹

As cartas de Mary à sua amiga Sara Chiswell salientam o empirismo do procedimento, evocando mesmo o seu carácter por vezes supersticioso: não procuram os gregos efectuar quatro picadas que inoculam a doença «uma sobre a testa, uma em cada braço e uma sobre o peito»² para melhor evocar a forma da cruz? Mas impõe-se a constatação de uma preservação bem sucedida. Ao ponto de a 19 de Maio de 1718, em Belgrado, Mary levar o seu filho de seis anos para fazer uma incisão, a uma velha grega que pratica «esta técnica desde há numerosos anos»³. O resultado é convincente. Mary faz inocular o seu segundo filho e confessa um proselitismo totalmente inédito nestes primeiros anos do

¹ M. Wortley Montagu, Carta de 1 de Abril 1717, citada por J.-F. de Raymond, *Querelle de l'inoculation ou Préhistoire de la vaccination*, Paris, Vrin, 1982, p. 43.

² *Idem*.

³ C. Maitland, *Account of Inoculating the Small Pox, London*, 1722, citado por J.-F. de Raymond, *op. cit.*, p. 44. Maitland é o cirurgião de Mary Montagu.

século XVIII: «Tenho patriotismo bastante para tentar introduzir em Inglaterra esta feliz descoberta.»⁴ Ela chega mesmo a persuadir vários membros da corte, entre os quais a princesa de Gales, a mandar inocular os seus filhos em 1721 e 1722.

A incisão assim praticada é «ilógica» para o olhar do tempo. Ela é contrária a uma longa tradição, o que torna a sua aceitação laboriosa e agitada. Mas ela é historicamente decisiva, simbolizando só por si a transformação das práticas de preservação do século XVIII. O seu lento sucesso, mais ainda, acompanha uma mudança na imagem do corpo: a inoculação pressupõe uma força particular dos órgãos, uma resistência própria, uma defesa escondida, até ali não mencionadas. Não há aqui nenhum elixir, mas antes o apelo a uma reacção orgânica ainda inexplicável. É sobre esta deslocação da sensibilidade e da representação do corpo, sobre este incentivo da nova potência, que os avatares da inoculação são particularmente reveladores.

1. A «CORAGEM» DE INOCULAR

A acção de Lady Montagu é tanto mais marcante quanto a varíola adquire uma vertente trágica no século XVIII: «O flagelo da Europa»⁵, afirma Buchan em 1770, que se instala no lugar da peste definitivamente apagada. Endémica, a doença tem, além disso, um aspecto epidémico, propagando-se segundo vagas consideradas sempre mais próximas. Também mais incontornáveis, com uma mortalidade que alcança por vezes, como em Boston em 1723, perto de 20% das pessoas infectadas⁶. Voltaire cita o número de 23 000 mortos em Paris, em 1723⁷; Mathieu Marais certifica a «morte de 3200 crianças ou mais»⁸, apenas nos meses de Agosto e Setembro do mesmo ano. A endemia está em progressão, atestada pelos números ingleses calculados com os métodos de hoje: a mortalidade variólica em Inglaterra teria passado de 1,6% no período de 1574-1598 para 5,8% de 1650-1689 e 8% de 1720-1739⁹.

Mas o mais importante é a avaliação dos contemporâneos, ainda que fosse pouco objectiva: o perigo das bexigas negras representa o medo do século XVIII. Os diários de Mathieu Marais ou de Buvat confirmam-no, desde a regência, evocando regularmente os prejuízos da doença com uma insistência crescente: «Todos os dias as bexigas levam alguém.»¹⁰ Buvat nota as «devastações» feitas pela doença no exército expedido para as fronteiras de Espanha, em Julho de 1719, para se opor às reivindicações de Alberoni. Acrescenta no mesmo dia, os núme-

⁴ M. Wortley Montagu, Carta..., *op. cit.*, p. 45.

⁵ G. Buchan, *Médecine domestique ou Traité complet des moyens de se conserver en santé et de prévenir les maladies par le régime et les simples remèdes*, Paris, 1792 (1.ª ed. inglesa, 1772), t. II, p. 198.

⁶ J.-F. de Raymond, *op. cit.*, p. 35.

⁷ F. M. Arouet, conhecido como Voltaire, *Lettres philosophiques* (1734), *Oeuvres complètes*, Paris, 1879, t. XXII, p. 115.

⁸ M. Mathieu, *Journal et Mémoires* (1715-1737), Paris, 1863, t. III, p. 1.

⁹ P. Darmon, *La Longue Traque de la variole, les pionniers de la médecine préventive*, Paris, Librairie académique Perrin, 1986, p. 60.

¹⁰ M. Marais, *op. cit.*, t. III, p. 38.

ros alarmantes de uma epidemia italiana: «garantem que em Turim, em Piémont, a mesma doença levou mais de 4000 pessoas em muito pouco tempo»¹¹. Uma verificação cerrada dos números atesta uma mortalidade variólica de 18,5% em Dublin entre 1715 e 1746, e de 14% em Besançon cerca do mesmo período¹². Tantas indicações confirmam a existência de uma nova angústia depois da angústia da peste. Tantos receios tornam mais notável ainda a audácia da inoculação.

Uma imagem da doença

Os textos do século XVIII abundam em descrições implacáveis, sobretudo das bexigas confluentes, cuja erupção irradia, para além da pele, pelas vias respiratórias e pelas mucosas: «O corpo mergulhado em azeite fervente; as dores excessivas. Com a supuração o rosto monstruosamente inchado e desfigurado; os olhos fechados; a garganta inflamada e fechada, não conseguindo engolir a água que o seu estertor pede sem parar.»¹³ A morte atinge a décima parte dos doentes; uma parte quase igual fica fortemente mutilada.

O trágico da doença prende-se com os traços deixados sobre o rosto de uma parte dos que lhe conseguem escapar: a desfiguração pelas gretas e pelas manchas vermelhas devido às pústulas, a «picada», que criva de sinais e de forma. Neste ponto, o trato familiar atravessa os séculos XVII e XVIII: a doença consegue, em alguns dias, arruinar para sempre a aparência e a beleza, como na descrição de Grimmshausen aterrorizado pela ruína definitiva do seu aspecto físico, depois de um acesso de varíola numa aldeia alsaciana, durante a Guerra dos Trinta Anos: «A minha cara estava crivada de pequenos furos que lhe davam o aspecto de uma eira de granja onde tivesse malhado ervilhas... Os meus olhos estavam vermelhos e remelosos como os do octogenário cacóquimo.»¹⁴ O dano é tão profundo que Grimmshausen não é reconhecido quando entra na sua aldeia da Baviera, provocando uma sequência de dramas e de quiproquós. Mais cruel ainda é a palavra de Madame de Sévigné acerca de Pélisson, desfigurado pela doença e tido por «abusar da permissão que todos os homens têm de ser horrendos»¹⁵. Ou o julgamento do cardeal de Bernis acerca de Tournemine, um dos seus antigos mestres do colégio: «o mais disforme do seu século»¹⁶. A presença intangível do contágio reforça a inquietação. Nem os acantonamentos nem os afastamentos sustentam a difusão, apesar das tentativas repetidas no final do século XVIII: a resistência bem real do vírus torna-o comunicável pelo vento, pela chuva, pela água, pelo comércio dos homens e dos objectos. O seu modo de propagação é manifesto. O contágio, ao contrário da peste ou da lepra é partilhado por todos os grupos sociais: o que acentua a imagem incontornável. O Delfim de França morre em 1711, o imperador José I em 1714 e Luís XV

¹¹ J. Buvat, *Journal de la Régence (1715-1723)*, Paris, 1865, p. 431.

¹² P. Darmon, *op. cit.*, p. 58.

¹³ Dr. Faust, *Communication au congrès de Rastadt sur l'extirpation de la petite vérole*, 1798, citado por P. Darmon, *op. cit.*, p. 39.

¹⁴ Grimmshausen, *op. cit.*, p. 665.

¹⁵ Mme de Sévigné, Carta de 5 de Janeiro de 1674, *Correspondance...*, *op. cit.*, t. I, p. 658.

¹⁶ F. J. de Pierre, cardeal de Bernis, *Mémoires et Lettres, 1715-1758*, Paris, 1878, t. I, p. 180.

em 1774. As representações que a inoculação voluntária desperta são assim muito mais perturbadoras. Os riscos parecem desmesurados. Esta introdução deliberada do pus fere directamente a concepção tradicional das gangrenas e dos seus efeitos. Ela assemelha-se a um contra-senso. Como poderia ela corresponder «ao génio do nosso povo e ao seu modo de pensamento»¹⁷? A dúvida acentua-se em Abril de 1722, após a morte em Inglaterra do jovem William Spencer e o criado do Lorde Bathurst, no dia seguinte às suas inoculações: um duplo drama adensa as oposições.

A confrontação, acentuada como nunca, permite então delinear melhor o panorama cultural e a sua evolução.

A querela da inoculação e o proselitismo

É em Inglaterra que o confronto se aviva. Aí precede largamente o que terá lugar noutros países, sem dúvida acentuado pela propaganda de Lady Montagu, mas também por uma primeira modernidade das instituições sociais e eruditas britânicas. Textos médicos, cartas públicas, artigos, folhas volantes ou mesmo sermões da cátedra multiplicam-se para denunciar os métodos «praticados apenas por algumas mulheres ignorantes entre um povo iletrado»¹⁸. Os médicos são os mais estridentes a rejeitar as obscuras endireitas de Circassie «inaptas» para qualquer competência médica. Afirmam defender a ciência, rejeitar a ilusão e o empirismo. Afirmam combater os remédios das boas mulheres, as práticas de charlatões e as crenças. O que torna o debate mais complexo ainda: estes médicos reticentes sabiam preconizar o imobilismo em nome das Luzes, as práticas conservadoras em nome da razão. É contra esta argumentação «erudita» que deve lutar a nova medida. É contra um saber organizado, diferente já do saber popular, que ela se deve impor.

As resistências que esta medida encontra fazem compreender melhor, é preciso dizê-lo, a representação tradicional da epidemia. É que os adversários da inoculação evocam a visão sem idade das gangrenas que atingem os órgãos. Segundo eles, só uma decomposição pode explicar a varíola, só a purificação e o não contacto poderiam evitar o seu desenvolvimento. A inserção voluntária não passa então de um gesto louco, acréscimo de um mal a outro mal, comparável ao derrame de um «barril de pólvora de canhão para apagar um grande fogo»¹⁹. A argumentação negativa sublinha os casos «assustadores»: os 13 soldados franceses inoculados em Cremona, cerca de 1720, dos quais 4 teriam morrido após a operação, enquanto que outros 6 teriam conservado doenças durante muito tempo invencíveis²⁰; ou as mulheres grávidas, inoculadas em Nova Inglaterra, cedo obrigadas a abortar²¹; ou as crianças cuja inoculação desencadeia um flo-

¹⁷ J. Allen, *Synopsiae medicinae*, Londres, 1733, p. 81.

¹⁸ G. Wagstaffe, *Lettre au docteur Freind montrant les dangers et l'incertitude d'insérer la petite vérole*, Paris, 1722, p. 74.

¹⁹ P. V. Dubois, *Observations et réflexions sur la petite vérole et sur un remède préventif contre cette maladie*, Paris, 1725, p. 74.

²⁰ G. Wagstaffe, *op. cit.*, p. 17.

²¹ *Ibidem*, p. 25.

rescimento de doenças dissonantes: «raqutismo, escrófolas, tumores cancerosos»²². Tudo exemplos que confirmam o quanto a visão tradicional da doença é necessariamente polimorfa: nela a infecção perde as suas fronteiras, tornando-se objecto de metamorfoses, de insidiosas deslocações e errâncias: «Não há nenhuma razão para que a inserção das bexigas não possa produzir uma erupção de outro tipo diferente.»²³ Os próprios médicos seriam vítimas de «dartros no rosto e nas mãos»²⁴ ao curar a varíola ou ao inoculá-la. Dito de outro modo, apesar de todas as categorias que supostamente lhe distinguem os grupos diferentes, a doença mantém-se aqui um ser multiforme, manifestação móvel, cujo núcleo se reduz ao episódio obscuro e inesgotável da decomposição.

A resposta dos inoculadores não é directamente teórica. Buchan afirma-o na sua *Médecine domestique*: «O sentimento que exponho aqui não é o resultado da teoria, mas unicamente da observação.»²⁵ O recenseamento estatístico serve mesmo, pela primeira vez, de referência, tendo como única constatação os sucessos e as derrotas. Jurin inaugura este cálculo muito particular em 1725. Um inquérito aprofundado aos inoculadores, associado ao recenseamento das «certidões de óbito ao longo de 42 anos» conduzem-no à primeira avaliação estatística da prevenção médica e ao seu uso «militante»: «A décima quarta parte do género humano morre de bexigas», enquanto que, segundo os testemunhos mais pessimistas, «por inoculação não morrem mais do que um em cinquenta»²⁶. A conclusão parece transparente: a inserção da doença na pele aumenta «objectivamente» a vida. Os números recenseados são precisos e a análise concisa. O livro de Jurin fez história incontestavelmente. Ele revoluciona o argumento preventivo. Ele enuncia, pela primeira vez em termos de percentagens as probabilidades e os riscos de vida.

Os acidentes ingleses de 1722, acentuam, no entanto, as desconfianças. Eles chegam a fazer esquecer a indicação estatística como Pierre Darmon efectivamente demonstrou²⁷. Daí o quase desaparecimento da prática durante vários anos, e o julgamento pessimista de Montesquieu: «Um homem em falta [quando da inserção] fará mais impressão do que cem. É preciso saber calcular.»²⁸

Um gesto simbólico

O brusco aumento epidémico de 1738 renova, no entanto, o interesse e faz renascer a exploração estatística. A inoculação ganha terreno, primeiro em Inglaterra, conduzindo a recenseamentos de sucesso mais credíveis do que antes.

²² P. V. Dubois, *op. cit.*, p. 76.

²³ G. Wagstaffe, *op. cit.*, p. 10.

²⁴ P. V. Dubois, *op. cit.*, p. 18.

²⁵ G. Buchan, *op. cit.*, t. II, p. 230.

²⁶ J. Jurin, *Relation du succès de l'inoculation de la petite vérole dans la Grande-Bretagne*, Paris, 1725 (1.^a ed. inglesa, 1724), p. 14.

²⁷ «Em 1727, os chefes de família optaram. As inoculações pararam», P. Darmon, *op. cit.*, p. 86.

²⁸ C. de Montesquieu, *Mes pensées. Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1956, t. I, p. 1200.

A prática, aliás, refinou-se: na escolha dos botões incertos e na finura da incisão praticada. Não há nenhum acidente, por exemplo, nas 1000 inoculações reivindicadas em 1752 por Ramby²⁹. Nenhum acidente nos 20 000 reivindicados em 1767 por Daniel Sutton, cujo sucesso é tão grande que tem de mobilizar granjas e alpendres, nas suas duas casas do Essex, para receber os inoculados³⁰. Inovação determinante, enfim, no lento nascimento de um serviço sanitário público: acomodações nos hospitais de Northampton em 1746 de inoculações gratuitas para os mais desfavorecidos. Já não a rejeição, mas o acolhimento ainda limitado e o tratamento preventivo para conter a extensão epidémica³¹.

Muito lentamente, a inoculação instala-se em França na segunda metade do século XVIII, revelando o atraso em relação à Inglaterra, mas suscitando algumas tentativas exemplares. A de Chastelux em 1754, que escolhe o ar de Bercy, considerado mais puro, para favorecer a operação³². Também a que é praticada nos filhos do duque de Orléans, a 12 de Março de 1756. O duque manifesta, de passagem, o seu modernismo na família real, recorrendo a Tronchin, o amigo de Voltaire e de Diderot para efectuar a incisão. A polémica renasce, claro, com violência até à decisão do rei de se submeter à inoculação em 1774, o ano da sua sagração, alguns meses após a morte de Luís XV, também ele levado pelas bexigas. A incisão ultrapassou a tradição. O empenhamento real marca um ponto de não retorno. Ideia e prática impõem-se, mesmo se a sua aplicação em 1774 se mantém ainda limitada.

A inoculação tem o valor de um símbolo. Ela inaugura uma estatística da preservação, aplicando a lei dos grandes números à manutenção da vida. Ela é também o primeiro passo da «imunização» dos grupos humanos, o primeiro ensaio de uma modificação orgânica deliberada, «definitiva», feita para defender grupos e sujeitos.

É na audácia deste passo que é preciso determo-nos em primeiro lugar, nesta ousadia que dá uma resistência completamente particular aos órgãos. Neste caso a inoculação não é idêntica a nenhuma prática passada. Ela não explora a luta do mal contra o mal como sugeria o uso tradicional do veneno de víbora ou de escorpião. Ela não opõe dois venenos para que se anulem. Pelo contrário, a inoculação provoca uma doença real, uma desordem. Ela constitui sempre um dano. A sua originalidade está mesmo em ser uma perturbação «dirigida», um prejuízo voluntário e, ao mesmo tempo, um mal ultrapassado. Ela concede uma energia imediata ao corpo e uma resistência invisível.

Esta crença na força orgânica é obscura. Ela não se apoia nem sobre um mecanismo claramente descrito nem sobre uma explicação física nitidamente definida. Ela revela apenas uma confiança até então desconhecida: a certeza de que existe uma força interna do corpo, um princípio invisível mas activo. A consequência é uma reorientação da imagem: paralelamente ao corpo abrigado e

²⁹ C. de La Condamine, *Mémoires sur l'inoculation de la petite vérole*, Paris, 1754, p. 28.

³⁰ F. Dezoteux e L. Valentin, *Traité historique et pratique de l'inoculation*, Paris, 1800, pp. 55-57.

³¹ J.-F. de Raymond, *op. cit.*, pp. 76-77.

³² *Ibidem*, p. 76.

fechado, das preservações tradicionais, repleto de fechaduras e invólucros encarregues de obstruir o veneno, começa a desenhar-se um corpo protegido por operações internas, solicitado nas suas forças e energias, «estimulado» nas suas resistências e no seu trabalho. As silhuetas dos tempos de peste, cobertas com as suas roupas de couro ou de tecidos apertados começam a ser substituídas por silhuetas tanto mais defensivas quanto as suas protecções sejam internas. As grandes barreiras construídas em torno do corpo cedem em parte perante as protecções mais orgânicas. Claro que a rotura não é massiva, nem o pode ser totalmente (continuam a ser numerosos os contágios de que é preciso defender-se pelo isolamento), mas ela é já acentuada, e em todo o caso suficiente para subverter o universo das práticas. É esta transformação que se pretende agora descrever e explicar.

2. UM CORPO FEITO DE FIBRAS

Quando, a 26 de Dezembro de 1747, Jallabert efectua a electrização em Nogues³³, um mestre serralheiro paralítico, para lhe devolver os movimentos perdidos, joga com a descoberta muito recente da corrente eléctrica e da sua produção. Ele entrega nervos e músculos a uma física que reinventa as suas referências. Apoiase igualmente na importância inédita dada às partes sólidas do corpo, às fibras e aos tecidos. O empreendimento parece ser bem sucedido: um mês mais tarde, a 26 de Janeiro de 1748, Nogues surpreende com os seus progressos, levantando uma garrafa de duas libras e pondo o seu chapéu. A corrente eléctrica torna-se um modelo de potência corporal: os humores não poderiam explicar tudo. Trata-se de um dos primeiros exemplos de atenção às forças internas, uma das primeiras tentativas para representar o seu mecanismo e lhe sugerir analogias. Não há nenhuma relação imediata com a inoculação e, no entanto, ainda aqui, uma confiança surda e difusa nas energias orgânicas específicas. As defesas corporais podiam ser repensadas.

A fibra e o humor

Da patologia à manutenção do corpo, as operações de electrização prendem médicos e curiosos, na segunda metade do século XVIII. As «observações» multiplicam-se cerca de 1750: Bernouilli electriza galinhas e rãs, depois de as ter sufocado e pretende que elas regressam à vida. Nicolas, em 1755, demonstrador de química na Universidade de Nancy, reanima com a corrente coelhos asfixiados pelos vapores de carvão. Abildgaard, médico dinamarquês, reanima pássaros e quadrúpedes previamente mortos à pancada³⁴. Daí esta conclusão repetida: a electrização podia reforçar a saúde. Bertholon certifica-o sugerindo o fortalecimento do pulso, da respiração e da digestão sob o choque o eléctrico:

³³ Citado pelo abade Nollet, «Expériences de l'électricité appliquée à des paralytiques», *Histoire de l'Académie des sciences*, 1749, p. 28.

³⁴ J. Torlais, *L'abbé Nollet, un physicien au siècle des Lumières*, Paris, Sipuco, 1954, p. 180.

«Nada é certamente mais adequado para prevenir as diferentes doenças às quais o corpo humano está sujeito.»³⁵ Os seres frágeis poderiam ser beneficiados, bem como as vítimas de «fraqueza nervosa» e de difusa falta de força: «Muitos fariam bem em deixar-se electrizar, de tempos a tempos, durante toda a vida.»³⁶

Os limites do fenómeno são, no entanto, rapidamente apreendidos: os paráliticos não andam sob o efeito da corrente eléctrica, os seus músculos raramente ganham em vigor e os seus órgãos em equilíbrio. O peso da aparelhagem contribui para a dificuldade de aplicação: a corrente eléctrica continua a ter um uso excepcional na manutenção da saúde no século XVIII. Mobilizado para ultrapassar algumas doenças, ele é na realidade mais escassamente explorado para as prevenir: a cura mais do que a preservação, o choque corrector mais do que o choque protector.

Pouco importam, na verdade, as desventuras do projecto eléctrico. O importante é que ele confirma a existência de novas representações e a referência a uma nova arquitectura íntima do corpo: o lugar crescente da fibra, por exemplo, a que se atribui a comunicação da corrente. Construção filamentosa, longo lineamento sugerido pelas lentes dos primeiros microscópios, a fibra torna-se, no século XVIII, a unidade anatómica mínima, o primeiro fragmento de que se compõem as partes do corpo. Ela tem, além disso, as suas impulsões e as suas próprias energias: «O vigor da fibra não é mais do que o seu estado habitual.»³⁷ É que ela é também a primeira unidade de movimento e o primeiro princípio de força: «Em fisiologia a fibra é o mesmo que a linha em matemática»³⁸, garante Diderot em 1765, promovendo-a a estrutura orgânica central e multiplicando as evocações reticulares: os «sonhos» do filósofo emaranham no espaço interno do corpo uma infinidade de «feixes e de fios»³⁹ todos eles sensíveis e activos. As tábuas anatómicas da *Encyclopédie* de Diderot são elas próprias fibrilosas. Nelas se impõe uma poesia figurativa: veias, vénulas, filamentos e canais ocupam como uma imensa cabeleira nervosa os espaços desses corpos adormecidos, dissecados e abertos⁴⁰. Muitas são as imagens que se afastam das representações mais tradicionais onde dominam bolsas e cavidades feitas para reter os humores. Das tábuas de Dionis, o final do século XVII, onde o corpo se dispõe em níveis que sobrepõem sucessivamente sacos e anfractuosidades⁴¹, às de Diderot, em meados do século XVIII, onde o corpo se estende numa sucessão de texturas e filamentos, é o universo orgânico que oscila.

³⁵ P. Bertholon, *De l'électricité du corps humain dans l'état de santé et de maladie*, Paris, 1779, p. 100.

³⁶ G. Desbois de Rochefort, *Matière médicale*, Paris, t. I, p. 24.

³⁷ D. Diderot, *Éléments de physiologie* (manuscrito de 1780), Paris, Didier, 1964, p. 311.

³⁸ *Ibidem*, p. 63; ver também sobre este tema R. Rey, «Hygiène et souci de soi dans la pensée médicale des Lumières», *Communication, Le Gouvernement du corps*, 1993, n.º 56.

³⁹ D. Diderot, *Le Rêve de D'Alembert* (1769), in *Oeuvres philosophiques*, Paris, Pauvert, 1964, p. 198.

⁴⁰ «Para o homem da *Encyclopédie* é preciso dizer fibroso, como os antigos gregos diziam húmido ou quente ou redondo: uma certa essência da matéria é aqui afirmada.» (R. Barthes, «Image, raison, déraison», *L'Univers de l'Encyclopédie*, Paris, Les Libraires associés, 1964, p. 14).

⁴¹ P. Dionis, *Démonstrations anatomiques faites au Jardin du Roy*, Paris, 1703, p. 388, pl. XIV.

Era difícil, é claro, em 1750 e alguns decénios depois, designar estas forças escondidas nas carnes: nem as ferramentas mentais nem a análise da matéria permitem interpretar claramente, no século XVIII, estes impulsos físicos. Mas a recusa de nelas ver uma emanção dos humores, nem que fosse a das suas partes mais voláteis, é cada vez mais frequente: as qualidades motoras já não residem prioritariamente no estado dos líquidos. Uma observação feita desde há muito tempo toma bruscamente um novo sentido: os movimentos orgânicos preservados apesar da morte, as oscilações mantidas apesar da fuga dos humores e do sangue. Bruwerus examina atentamente o coração de cães de caça devidamente estrangulados, cujos «ventrículos» se contraem durante algumas horas ainda sob o efeito do escalpelo e do ácido. A sua conclusão é reveladora: «Devemos confessar que as fibras dos corpos vivos têm um movimento próprio sensível, pois este movimento subsiste depois da sua separação do corpo de que faziam parte.»⁴² Só uma força muito particular das fibras poderia explicar estas estranhas energias. Fibras como as que evoca Alembert numa homenagem ponderada ao rei da Prússia para insistir na potência física e no ardor impetuoso de Frederico, e não nos humores: «A natureza fez-me nascer fraco enquanto que a Vossa Majestade deu fibras proporcionais ao vigor e à grandeza do seu génio.»⁴³

Pela primeira vez, as velhas categorias de Hipócrates e de Galeno são contestadas. As qualidades humorais que a tradição sempre retomou perdem em pertinência, na segunda metade do século XVIII. A impregnação líquida dos corpos, a oposição entre biliosos, fleumáticos, sanguíneos e melancólicos, distinguidos segundo a sua fluidez, acidez e calor dos seus humores, todos estes traços manuseados desde há muito pelos mais doutos tornam-se menos evidentes. Pressavin, Roussel, Préville e ainda alguns outros, tentam agarrar-se às qualidades presumidas dos tecidos⁴⁴. As novas distinções opõem os corpos de fibras delicadas aos de fibras consistentes, ou os corpos de fibras distendidas aos corpos de fibras tensas. Holbach é mesmo o mais lapidar ainda, fazendo da «matéria eléctrica uma das principais causas da diversidade dos homens e das suas faculdades»⁴⁵, não sendo o corpo mais do que «um grande nervo»⁴⁶. Distinção laboriosa, quase impossível mesmo, mas que confirma o quanto as referências se deslocaram, a ponto de desmentir os textos canónicos de Hipócrates e de Galeno.

Nestas categorias precoces, muda a imagem da saúde e da doença depois de 1750: uma nova forma de descrever a desordem levada pelas doenças. A doença adviria de uma fraqueza particular. A certeza de Bordeu, por exemplo, em 1775: «Adoecemos quando as nossas funções são perturbadas, ou quando a energia das nossas partes, o seu tónus, é destruído.»⁴⁷ Ou mais ainda, a tentati-

⁴² Citado por C. Malouin, *Traité des corps solides et des fluides*, Paris, 1718, p. 78.

⁴³ J. d'Alembert, Carta de 3 de Novembro de 1780, *Oeuvres complètes*, Paris, 1832, t. V, p. 434.

⁴⁴ L. de Préville, *Méthode aisée pour conserver sa santé*, Paris, 1762; L-B. Pressavin, *L'art de prolonger la vie et de conserver sa santé*, Paris, 1884; P. Roussel, *Système physique et moral de la femme*, Paris, 1788.

⁴⁵ P. H. d'Holbach, *Le Système de la Nature*, Amesterdão, 1770, p. 255, nota.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 214.

⁴⁷ T. de Bordeu, *Recherches sur les maladies chroniques* (1775), *Oeuvres*, Paris, 1818, t. II, p. 832.

va de dar aos nervos, aos seus espasmos e às suas convulsões, um papel determinante: «Todas as doenças não são, propriamente falando, mais do que doenças nervosas, pois elas são a maior parte das vezes ocasionadas e sempre acompanhadas por alguma degradação nas funções do sistema dos nervos.»⁴⁸ La Roche faz mesmo depender prioritariamente do tónus e da tensão das artérias a pureza do sangue e os riscos da sua decomposição.⁴⁹ A origem das doenças deslocou-se. A força, em primeiro lugar, já não tem definitivamente, as mesmas causas nem o mesmo conteúdo.

As formas nervosas da inquietação

Com os nervos, a tonalidade dada às doenças quotidianas muda ainda mais: evitar as perturbações anódinas é em primeiro lugar vigiar as efervescências consideradas estéreis e as tensões «fúteis». Melhor que outros, Madame d'Épinay pode descrever estes enfraquecimentos crispados: extenuada depois de uma viagem a La Conge, em Dezembro de 1757, em que o postilhão esteve a ponto de virar a berlinda numa ribeira, ela diz-se tomada «de movimentos convulsivos em todos os membros de palpitações violentas»⁵⁰. Os seus nervos cedem, mas devido ao excesso de tensão e de tremor. O seu abatimento é, em primeiro lugar, contracção.

A renovação da imagem permite exprimir melhor a figura inédita da inquietação que frequenta os meios esclarecidos da segunda metade do século XVIII: para eles, as desordens tornam-se doenças espasmódicas e mobilizações impotentes. A representação dos vapores é aí, de vez, largamente transformada. O seu mecanismo mudou: enquanto que Madame de Sévigné, Madame de Maintenon, Fagon e os médicos do Grande Rei, assimilavam esses vapores aos «fumos fervilhantes do cérebro»⁵¹, a «fermentações» vindas do baixo ventre ou do estômago, Madame d'Épinay, Julie de Lespinasse, Roussel e os médicos de Luís XVI vêem neles, um século mais tarde, «agitações de nervos»⁵², convulsões repetidas e febrilidades: «O pretense fumo não é mais do que a irritação das fibras.»⁵³ Daí as associações insistentes com algum «tumulto interior», a «intemperança das ideias»⁵⁴, ou o desgosto.

O lugar dado aos nervos, à sua irritação e ao seu «heretismo»⁵⁵ recompôs os objectos da inquietação. A sensibilidade «nervosa» dirige a atenção. O que é mostrado por Hufeland quando retoma os temas da «medicina de si próprio», no final do século XVIII: os órgãos mais vulneráveis de cada um seriam aqueles

⁴⁸ D. de La Roche, *Analyse des fonctions du système nerveux*, Genebra, 1778, t. I, p. 13.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 19.

⁵⁰ Mme d'Épinay, *Les Contre-confessions, histoire de Madame de Montbrillant*, Paris, Mercure de France, 1989, p. 1253. Sobre a história deste texto e do valor do seu testemunho cultural, ver o prefácio de Elisabeth Badinter, p. IX.

⁵¹ *Dictionnaire de l'Académie...*, 1694, *op. cit.*, t. II, p. 613.

⁵² Mme d'Épinay, *op. cit.*, p. 1074.

⁵³ Art. «Vapeurs», J. d'Alembert e D. Diderot, *Encyclopédie*, *op. cit.*, t. XVI, p. 836.

⁵⁴ P. Roussel, *op. cit.*, edição de 1813, p. 56.

⁵⁵ P. Pomme, *Essai sur les affections vaporeuses des deux sexes*, Paris, 1760, p. 184.

que a emoção e a sensibilidade atingiam mais vivamente. A observação detém-se nos efeitos dos nervos: «O essencial para cada homem é portanto conhecer a sua parte fraca e quem não for médico pode facilmente aí chegar. Com efeito, só tem que observar qual o órgão que se ressentir sobretudo das emoções e das paixões vivas; essa é, certamente, a parte fraca.»⁵⁶ Trata-se então de avaliar a forma como os pulmões, o estômago, os intestinos ou o coração, de forma diferente para cada um, «concentram todas as impressões»⁵⁷. Trata-se de avaliar a forma como a fadiga, a irritação ou os choques se reflectem mais facilmente sobre uma dessas partes, consoante os indivíduos e as suas características próprias. A fragilidade nervosa denota o aparecimento dessas doenças inicialmente modestas.

O espasmo, sobretudo, retém as imagens negativas das quais o onanismo se torna uma das imagens privilegiadas na segunda metade do século XVIII; o excesso de tensão sexual e nervosa. O texto inaugural de Samuel Auguste Tissot, em 1775, *L'Onanisme*, multiplica os casos de enfraquecimentos nervosos sobrevindos após a reprovada prática: não se torna o relojoeiro de dezassete anos, paciente de Tissot, objecto de acessos espasmódicos incoercíveis e funestos⁵⁸? Tal como outro ainda, um jovem quase menino, não é ele vítima de agitações ardentes, dores excessivas e inflamações que lhe atingem todo o corpo no «estado mais horrível e mais indefinível»⁵⁹? Não morre, enfim, um outro, de convulsões de epilepsia, levado aos quinze anos pelas febres e pela asfixia⁶⁰? Tissot observa prioritariamente os nervos aos quais, aliás, consagrou um livro: *Traité des nerfs et de leurs maladies*⁶¹. É, efectivamente, uma nova maneira de interrogar a consciência sensível, de imaginar as suas turbulências, o seu funcionamento corporal, que aumenta aqui o campo dos perigos possíveis. Uma imagem de tensões: nervosismo e febrilidade conduzem a medicina a avizinhar-se da moral, estigmatizando qualquer «veneno infame, particular à espécie humana»⁶². O tema dos nervos subverteu as considerações sobre a saúde.

A condenação dos licores «espirituosos» encontra igualmente uma força que antes não tinha. As aguardentes, por exemplo, correm o risco de «destruir o poder dos nervos»⁶³. Elas provocam tremuras e convulsões. A importância, neste caso, já não é a ligeireza ou o peso das essências semelhantes aos espíritos vitais, contidos nestas águas fortes e embriagantes, mas antes a sua acção «irritante», a sua força corrosiva: já não a pureza ou o excesso dos seus elementos voláteis, mas antes a nocividade dos seus elementos ardentes. Os licores ardentes atacam o género nervoso: eles consomem o corpo. São eles que teriam aniquilado os selvagens do Canadá, transportando a nocividade das civilizações

⁵⁶ C. F. Hufeland, *La Macrobiothe ou l'Art de prolonger la vie de l'homme*, Paris, 1838 (1.^a ed. alemã, 1795), p. 407.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ S.-A. Tissot, *L'Onanisme. Dissertation sur les maladies produites par la masturbation*, Paris, La Différence, 1991 (1.^a ed., 1775), pp. 44-45.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 50.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 39.

⁶¹ S.-A. Tissot, *Traité des nerfs et de leurs maladies*, Paris, 1782, 4 vols.

⁶² G. Daignan, *Tableau des variétés de la vie humaine*, Paris, 1786, p. VIII.

⁶³ G. Buchan, *op. cit.*, t. I, p. 266.

«enervantes» para o mundo e a natureza: «Esta bebida é o presente mais funesto que o Velho Mundo fez ao Novo.»⁶⁴ São eles que tornam mortais as bebedeiras, como a do operário de Edimburgo, citado por Buchan convencido de se livrar de uma febre, bebendo uma «garrafa inteira de aguardente», mas imediatamente arrastado por uma morte brutal por «aterrorizantes» sobressaltos⁶⁵.

A crítica inglesa denuncia já as aguardentes de miséria, a «moleza» de Edimburgo, sumariamente destilada com mau vinho nos cerca de dois mil alambiques com que a cidade conta em 1770. Buchan detém-se nas imagens de moços de fretes e de operários «cambaleando nas ruas», nas de mães «que vendem as roupas dos filhos, que vendem os alimentos que deviam comer, que vendem em seguida os próprios filhos para comprar um mísero copo de licor»⁶⁶. Já Hogarth, cerca de 1750, tinha ilustrado uma bebedeira da desgraça, feita de violências, acidentes e mortes, com a sua *Ruelle du gin*, onde se acumulavam suicídios, homicídios, enterros, derrocada de casas e de vidas⁶⁷. Até que Wesley, por fim, metodista rigoroso, pede em 1780 ao Parlamento londrino a supressão legal da destilação, acusada de aumentar perigosamente a descristianização⁶⁸. A bebedeira, neste fim de século inglês, torna-se o «vício mais abominável», «fonte da maior parte de outros vícios»⁶⁹.

A crítica francesa, no final do século, ainda não tem esta intensidade: quando Rétif narra o seu encontro com o «homem bêbado», no gelado passeio parisiense, é para se deter na ajuda que lhe dá ao conduzi-lo até ao hospital⁷⁰. O consumo de licores que se condena é antes um consumo dos abastados. Aqueles cujas essências demasiado subtis amolecem. Aqueles que Roussel fustiga no seu *Tableau de l'Homme et de la Femme*, conotando-as com o arrebatamento apaixonado pelas «carnes de alto gosto e os licores espirituosos e aromáticos». A denúncia incide sobre um «excesso» de sensibilidade, uma fraqueza íntima, deficiência de privilegiados que a civilização teria fragilizado.

⁶⁴ G. T. Raynal, *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, Genebra, 1780 (1.ª ed.), t. IV, p. 68.

⁶⁵ G. Buchan, *op. cit.*, t. IV, pp. 472-473.

⁶⁶ *Ibidem*, t. I, p. 269.

⁶⁷ W. Hogarth, *The Gin Lane* (1750-1751), BN, Cabinet des Estampes.

⁶⁸ J.-C. Sournia, *Histoire de l'alcoolisme*, Paris, Flammarion, 1986, p. 40.

⁶⁹ G. Buchan, *op. cit.*, t. IV p. 269.

⁷⁰ N. Rétif de La Bretonne, *Les Nuits de Paris*, Paris, Laffont, col. «Bouquins», 1990 (1.ª ed., 1788), p. 643.

CAPÍTULO II

ENDURECER

O estado das fibras orienta as acções preventivas. Impõe-se um imperativo depois de 1750: o «fortalecimento».

Uma anedota várias vezes evocada pelos tratados de saúde confirma-o até à caricatura. Uma mulher que leva uma vida «lânguida» em Paris é tirada da sua letargia pela brutal aquisição de uma herança na província. Lá ela ganha ardor e vivacidade: a mudança é brusca e massiva; a saúde desabrocha; o corpo transforma-se. História banal cujo interesse, todavia, reside na explicação. É que a mutação não está aqui ligada à fortuna adquirida, ao luxo ou aos divertimentos que ela permite. Está ligada, sublinha com seriedade Pressavin¹, às provações da viagem, à mobilização da estrada, ao enfrentar dos trilhos e dos solavancos dos caminhos: uma travessia de 40 lugares, efectuada na má carruagem de um almocreve. Sacudidas e vibrações avivaram as fibras da viajante. O «exercício» fortaleceu-a. A estrada rejuvenesceu-a. O efeito é menos o da transpiração e do aquecimento do que o dos choques e mesmo das pancadas: uma dureza que afecta os «sólidos», um enteiramento que promove a saúde. É a imagem da fibra que orienta uma nova visão da saúde; o endurecimento sobre a sua forma mais intuitivamente física.

O tema das rudezas comanda ao mesmo tempo a escolha dos regimes frugais, a nova importância dada ao frio e a insistência na «educação natural». E preciso ainda medir o quanto esta imagem de consolidação converge com uma agitação mais profunda, uma sensibilidade orientada, mais do que anteriormente, para o confronto e o aperfeiçoamento de si.

1. A CONSOLIDAÇÃO E O PROGRESSO

O conflito entre moleza e endurecimento está no centro destes enteiramentos. A arte de «aperfeiçoar a espécie humana»² anuncia-se como um pro-

¹ J.-B. Pressavin, *op. cit.*, p. 154; daí o conselho insistente: «Não é necessário procurar carros com molas bem firmes» (*idem*).

² J. Faignet de Villeneuve, *L'Économie politique, projet pour enrichir et perfectionner l'espèce humaine*, Paris, 1763; C. A. Vandermonde, *Essai sur la manière de perfectionner l'espèce humaine*, Paris, 1766; J. A. Millot, *L'art d'améliorer et de perfectionner les hommes*, Paris, 1801.

jecto tanto político como médico, nesta segunda metade do século XVIII. O cálculo desloca-se para melhoramentos progressivos, exercícios graduais e uma «perfectibilidade indefinida»³. O futuro desempenha um papel que não tinha: «Um libertino que altere a sua saúde é mais culpável face à sua posteridade do que o pródigo que dissipa os seus bens e os de outrem.»⁴

A evacuação e o enfraquecimento

Em nome da consolidação, a atitude preventiva do passado é recusada, sobretudo depois de 1750. A sangria é acusada de amolecer mais do que reafirmar: «Ela relaxa e enfraquece os músculos.»⁵ Considerada perigosa, ela é gradualmente abandonada, na segunda metade do século XVIII: «Renunciaram enfim ao costume de sangrar um pobre homem 25 vezes, como faziam ainda há trinta anos.»⁶ A incisão poderia mesmo desencadear sintomas e doenças: «tremores habituais, convulsões habituais»⁷ assinaladas por Tronchin a propósito de um jovem que tinha sofrido 833 flebotomias em poucos anos. O gesto, no entanto, sobrevive em certos hábitos populares, fiéis por algum tempo ainda à imagem exclusiva da evacuação. Afirma Mercier em 1782: «Sangra-se muito menos, apenas os velhos cirurgiões submetem o bom povo a esta perigosa evacuação.»⁸ Algumas febres, enfim, algumas prisões de ventre excessivas, chamam ainda a incisão reparadora. Mas a sangria de precaução, aquela a que se atribui a preservação do corpo pela purificação, já não é uma «fantasia nociva»⁹. Ela desaparece, denunciada como recurso ilusório e perigoso.

A purga também é denunciada. Tronchin protesta perante o regime de que lhe fala Dufort de Cheverny: «Ordenam-vos purgações, mas cansam-vos os nervos.»¹⁰ O risco é idêntico ao da sangria: um relaxamento da fibra, uma fraqueza não dominada. Dufort conta como uma purga aparentemente anódina o abate brusca-mente a ponto de lhe tirar durante vários dias «a força para sair da cama»¹¹.

Não que seja abandonada toda a purificação. A imagem mantém-se incontornável: as fibras comandam também os escoamentos e os fluxos. O choque eléctrico seduz porque contrai glândulas e vasos, favorecendo as suas secreções. Nollet vê nele a possibilidade de aumentar as transpirações e a de «desobstruir» os órgãos¹². Bianci pretende, em 1755, ter purgado várias pessoas

³ «La perfectibilité de l'homme est réellement indéfinie», J. A. N. de Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, Paris, Editions sociales, 1971 (1.ª ed., 1794), p. 77.

⁴ G. Buchan, *op. cit.*, t. I, p. 21.

⁵ D. de La Roche, *op. cit.*, p. 246.

⁶ L. S. Mercier, *Le Tableau de Paris, 1782-1788*, t. x, p. 150.

⁷ T. Tronchin, Carta de 1762, H. Tronchin, *Un médecin du XVIII^e siècle, Théodore Tronchin*, Paris, 1906, p. 45.

⁸ L. S. Mercier, *op. cit.*, t. IX, p. 90.

⁹ G. Buchan, *op. cit.*, t. IV, p. 312.

¹⁰ J. N. Dufort de Cheverny, *Mémoires (1731-1774)*, Paris, Perrin, 1990 (1.ª ed., 1886), p. 377.

¹¹ *Ibidem*, p. 222.

¹² J. Torlais, *op. cit.*, p. 88.

graças a farmacopeias colocadas nas suas mãos enquanto as electrizava. Ele propõe mesmo promover este choque pouco comum a prática de manutenção corporal: a saúde por electrização evacuatoria¹³. Rétif qualifica como «benfeitor da humanidade» em 1778, o inventor de uma «água preventiva», purgação que ele considera muito vantajosa porque de um uso «fácil e contínuo»¹⁴. Igualmente Diderot, aconselha a sua filha Angélique em 1773, a evitar depois do parto, que o seu leite «corrompa toda a massa dos humores». A jovem mulher deveria transpirar e manter-se quente: «Enquanto se exalar do vosso corpo o mínimo odor leitoso, mantende-vos no quarto.»¹⁵ O receio de um apodrecimento dos humores não desaparece. Ele torna-se apenas mais variado, combinando-se com o novo tema do endurecimento.

A natureza e o frio

Este tema da dureza ultrapassa, aliás, o das polaridades preventivas. O recurso ao frio, entre outros, transforma as práticas. A frieza que enteiriza as fibras é completamente contrária ao calor tradicionalmente preconizado pelos tratados de saúde. Os conselhos de Benjamin Franklin, cerca de 1775, que sugerem camas «simples» e recobertas de tecido, opõem-se aos conselhos de De Lorme que sugerira, um século antes, camas cobertas de peles, aquecidas como fornos pelas caixas de tijolos. Os gestos de Franklin são inversos aos da tradição: o seu método para garantir a presença do sono, levantar-se de noite, «sacudir bem os lençóis, umas vinte vezes, depois abrir a cama e deixá-la refrescar enquanto se passeia pelo quarto sem se vestir»¹⁶, é completamente contrário aos conselhos de Domergue, que procurara em 1686 aumentar o calor do sono através das posições do corpo adoptadas em camas calafetadas¹⁷. A frescura reforçadora é mesmo tão importante que Montesquieu se lança em laboriosas observações para medir a contracção das fibras examinadas ao microscópio, de uma língua de vaca previamente gelada¹⁸.

As práticas inglesas são mais reveladoras ainda, propagando verdadeiros modelos de comportamento: banho frio, caminhada ao longo da praia e regime austero são os primeiros princípios dos frequentadores de termas britânicos que se orientam para o Norte, em meados do século, por aí encontrarem mais rudeza. A praia torna-se lugar de afrontamento, torna-se uma prova contra a inquietação dos langores, o que Corbin notavelmente mostrou¹⁹. Trata-se de uma sucessão de mergulhos no mar quase gelado de Southampton, por exemplo, entre

¹³ *Ibidem*, p. 97.

¹⁴ N. Rétif de La Bretonne, *Les Nuits...*, *op. cit.*, p. 1106.

¹⁵ D. Diderot, Carta de 25 de Outubro de 1773, *Oeuvres complètes*, Paris, Le Club français du livre, 1971, t. x, p. 1090.

¹⁶ B. Franklin, *L'art d'avoir des songes agréables* (1798), *Mélanges de morale, d'économie et de politique*, Paris, 1824, t. I, p. 174.

¹⁷ Ver acima, p. 100.

¹⁸ C. de Montesquieu, *De l'esprit des lois* (1748), in *Oeuvres complètes*, *op. cit.*, p. 476.

¹⁹ A. Corbin, *Le Territoire du vide, l'Occident et le Désir du rivage, 1750-1840*, Paris, Aubier, 1988.

17 de Novembro de 1747 e 12 de Fevereiro de 1748, que teriam restituído vigor e vivacidade a um jovem paciente de Richard Frewin²⁰. A acção visa as fibras: a simples emersão na vaga oceânica provoca o efeito de reforço; não a natação mas o encontro com o frio; não o movimento do corpo mas o contacto com a água. Frewin faz da sua experiência glacial um renascimento. Esta primeira cura empenha uma larga série de experiências onde o mar serve estes estranhos enteiriçamentos. Durante vários decénios, o confronto com as vagas, a precipitação nas ondas, estão no centro destas práticas marinhas: o choque no frio do rochedo. Nada mais do que a busca de uma força reactiva do corpo, uma tensão interna e imediata.

Mas, para além do debate sobre a fibra, trata-se de um debate sobre a rusticidade que percorre textos e práticas de saúde depois de 1750, em que a preocupação é explicitamente cultural. O receio de um amolecimento das fibras é também receio de alguma indolência secreta. O tema da melancolia tocou as classes dominantes no século XVIII. A agitação das Luzes faz-se acompanhar de uma hesitação face à robustez: o perigo passa a ser o das delicadezas, dos refinamentos, sintomas atribuídos a uma sociedade urbana, considerada pela primeira vez em França, portadora de doença e de debilidade. É que a cidade, bruscamente desenvolvida no século XVIII, sobretudo na sua segunda metade, suscita sedução e condenação, atracção obscura e crítica moral, de que *Le Paysan parvenu* de Marivaux ou *La Paysanne pervertie* de Rétif de La Bretonne são as mais reveladoras imagens a alguns decénios de distância: perda de força, degradação difusa e aviltamento²¹. O êxodo dos campos, o aumento do urbano, durante o qual Léon passa de 97 000 a mais de 150 000 habitantes entre 1700 e 1800. Bordéus de 45 000 a mais de 110 000, Berlim de 50 000 a 140 000, desencadeiam sem dúvida estes receios difusos. A justificação moral domina os enteiriçamentos.

Degeneração e progresso

As próprias deficiências são dramatizadas. Roda nestas alegações de fraqueza, o espectro do definhamento da espécie humana. Os animais descritos por Buffon, cerca de 1750, são outros tantos exemplos evocados. As suas constituições podem inexoravelmente degradar-se: não perdem eles vivacidade e firmeza uma vez submetidos à domesticação? Não se afastou a «insignificante ovelha» da robustez do «argali de que, no entanto, é descendente»²²? Buffon é um dos primeiros a pensar nas mudanças possíveis de uma espécie, avaliando-as de geração em geração segundo as suas formas e a sua vitalidade. Esqueletos e formas de vida transformam-se com o tempo e com os lugares. Da mesma forma o homem poderia perder em recursos naturais com a civilização. O abade Galiani dá um bom exemplo destas inquietações ao postular, numa carta endere-

²⁰ *Ibidem*, p. 80.

²¹ P. C. de Marivaux, *Le Paysan parvenu*, Paris, 1734; N. Rétif de La Bretonne, *Le Paysan et la Paysanne pervertis*, Paris, 1787.

²² G. L. de Buffon, *Oeuvres*, Paris, PUF, 1954 (1.ª ed., 1749-1767), p. 396.

çada a Diderot, um desvanecimento das viagens e das aventuras, das iniciativas e das forças: «Vede o quanto estamos enervados, amolecidos e degradados. Todos os progressos das ciências não puderam compensar o recuo do vigor e do verdadeiro valor.»²³

As silhuetas tornam-se um outro indicador, descritas pela primeira vez, segundo critérios morfológicos expressos: formas frágeis, contornos fracos. A presença das debilidades físicas mais tradicionais, as mutilações observadas desde sempre nas ruas e nas praças das cidades, o espectáculo das deformações, das claudicações, das insuficiências de estatura, tornam-se menos bem aceites cerca de 1750-1760. Daí o apelo à reacção e ao reforço: «Como é que as gentes que detêm as rédeas do governo não se impressionam por encontrar em cada passo, em Paris, anões, corcundas, coxos, manetas e homens de pernas estropiadas?»²⁴

As *Mémoires* de Dufort de Cheverny, cerca de 1760, multiplicam as notas cifradas sobre a estatura dos amigos do conde, revelando inquietação e vigilância e inquietação ao mesmo tempo. Dufort comenta regularmente as grandes estaturas: Marnier, por exemplo, «homem de cinco pés e onze polegadas [1,95 m], da mais bela figura que se pode ver»²⁵, ou Boernier-Delorme, apresentando-se valentemente com uma estatura avantajada, «homem de cinco pés e nove polegadas [1,88 m] de uma bela figura, com uma soberba voz de barítono»²⁶. Buffon confirma largamente ainda esta sensibilidade ao lançar-se em observações até então desconhecidas: ele verifica durante dezassete anos, de seis em seis meses, com a craveira e o esquadro, a estatura de um jovem da «mais bela proveniência»²⁷, nascido em 1752. Ele tenta identificar os ritmos de crescimento, compara o crescimento do Inverno com o crescimento do Verão, avalia a eventual perda de altura após um tempo de fadiga e o seu ganho em tempo de repouso. Modestos resultados, na verdade, senão largamente ilusórios, mas que sublinham no mínimo a decisão de observar mais objectivamente a estatura de cada um. Gesto tanto mais revelador já que se acompanha de uma outra busca de precisão: a indicação da correspondência desejável entre a estatura e o peso do corpo. Buffon é o primeiro a sugerir as medidas precisas: o peso de um homem de cinco pés e seis polegadas (1,81 m) deve ser de 160 a 180 libras (80 a 90 kg). Já é «gordo» se pesar 200 libras (100 kg), «demasiado gordo» se pesar 230 libras (115 kg), e «muitíssimo mais espesso, enfim, se pesar 250 libras (125 kg) ou mais»²⁸. Nenhuma explicação vem justificar estes números. O seu papel é deparar os limites de uma boa ou de uma má constituição, de precisar os limiares, de evocar as quantidades que marcam maior ou menor afastamento da silhueta considerada normal.

²³ Abbé Galiani, Carta de 5 de Setembro de 1772, publicada in D. Diderot, *Oeuvres...*, op. cit., t. X, p. 951.

²⁴ C. de Peyssonnel, *Les Numéros*, Amesterdão, 1783, t. II, p. 12. Ver também: «Dégradation de l'espèce par l'usage du corps à baleine», *Journal oeconomique*, 1771, p. 541.

²⁵ J. N. Dufort de Cheverny, op. cit., p. 186.

²⁶ *Ibidem*, p. 349.

²⁷ G. L. de Buffon, *De l'homme*, *Oeuvres complètes*, Paris, 1836 (11.ª ed., 1749-1767), t. IV, pp. 70-71.

²⁸ *Ibidem*, t. IV, p. 102.

É no próprio momento que se inventa a própria ideia de progresso que cresce esta inquietação difusa. O tempo tornava-se o objecto de possível recessão. Daí a ambição de «planificar» os endurecimentos. A vontade de um aperfeiçoamento é evocada mais do que nunca. É que ao definhamento sempre temido, opõem-se como num espelho a esperança de uma progressão. Os projectos de «aperfeiçoamento da espécie humana» multiplicam-se na segunda metade do século XVIII, com a garantia de que os corpos são aperfeiçoáveis como foram certas «raças de cavalos e de cães»²⁹. Faignet de Villeneuve não hesita em se aproximar da energia, quando propõe a constituição de vários regimentos de corcundas e de zarolhos encarregues de tarefas subalternas para aligeirar os exércitos, libertando assim os robustos soldados, para garantir casamentos fecundos e promover uma sólida descendência³⁰. Mais seriamente, Vandermonde insiste na necessidade de um ganho de força, «a primeira energia do homem»³¹, que quer submeter a um aperfeiçoamento regular e contínuo pelo exercício e pela higiene. É o equivalente do trabalho apreendido no mesmo momento pela *Encyclopédie* para o progresso do espírito: a afirmação de uma ascensão possível da espécie humana e do seu desenvolvimento indefinido.

Uma mudança da sociedade conduz estas mobilizações. Os valores higiénicos do corpo opõem-se aqui ao velho ideal aristocrático: o investimento na descendência contra o prestígio das linhagens. A burguesia, cujos valores dominam no século XVIII, afirma-se cada vez mais por esta busca de forças físicas: aqueles imediatos da saúde e aqueles mais demorados de um reforço das gerações futuras. Os novos valores sanitários confrontam-se com os valores tradicionais do sangue: a certeza da posteridade contra a certeza da ascendência. A oposição é simplificadora, é certo, as transformações da segunda metade do século XVIII são demasiado profundas para serem limitadas a um grupo «burguês». François Furet, Roger Chartier ou Daniel Roche³² mostraram o lugar que a nobreza detém nesta elite esclarecida. Uma sociedade de «progresso» instala-se, seja de que maneira for, promovendo uma vigilância sobre o porvir físico de uma comunidade.

O exercício e a fibra

Tronchin é dos que combinam melhor o projecto de um reforço das fibras com o do endurecimento moral. A fraqueza orgânica torna-se fraqueza de civilização: «Enquanto os Romanos, ao sair do Champ de Mars, iam mergulhar no Tibre, dominam o mundo; mas os banhos [quentes] de Agripa e de Néron fizeram-nos a pouco e pouco escravos.»³³ A água fria deve tocar o corpo como toca o aço. A referência filamentosa converge de vez com o projecto cultural: a imagem física da fibra, a sua vertente directamente concreta, contribuem para a

²⁹ «L'Ami des pauvres», *Journal oeconomique*, 1766, p. 464.

³⁰ J. Faignet de Villeneuve, *op. cit.*, p. 113.

³¹ C. A. Vandermonde, *op. cit.*, t. I, p. 48.

³² F. Furet, *Penser la Révolution française*, Paris, Gallimard, 1978; R. Chartier, *Les Origines culturelles de la Révolution française*, Paris, Éd. du Seuil, 1991; P. Goubert e D. Roche, *Les Français et l'Ancien Régime*, Paris, Colin, 1984, 2 vols.

³³ T. Tronchin, Carta de 3 de Setembro de 1759, H. Tronchin, *op. cit.*, p. 59.

convicção. Grande iniciador dos regimes frugais, dos exercícios e dos banhos frios, Tronchin detém-se nas mais modestas práticas de endurecimento: suprimir os barretes de dormir, não usar chapéu «nem a cavalo», aligeirar a espessura das roupas e evitar as transpirações fortes. Ele recebe em Genebra o público iluminado da Europa. Madame de Épinay faz-lhe uma longa visita, descrevendo detalhadamente a sua alimentação à base de lacticínios e de frutos, os seus passeios e o frio vivo «que a fortalecem»³⁴. Voltaire qualifica de «grande homem»³⁵ este médico que condena sangrias e purgações, este inventor de práticas aparentemente banais, naturais, mas cujo sucesso provoca a adopção de modas novas, «tronchines», vestidos encurtados e despojados de panos, feitos para facilitar a caminhada.

É preciso dizer que o «passeio de saúde» se torna mais familiar, no meio cultivado. Condorcet comenta com Julie de Lespinasse as suas próprias caminhadas hebdomadárias, aquelas que o conduzem da Rua Antin à sua casa de Nogent, pretendendo que elas o «fortaleceram de uma maneira notória»³⁶. Buffon percorria a sua casa contando os passos para avaliar melhor o seu exercício quando não pode sair: «Passeio-me várias vezes no meu apartamento, onde faço cada dia mil e oitocentos a dois mil passos.»³⁷ Rousseau, mais ainda, faz da caminhada um tema de cultura, uma maneira de aprofundar a consciência tanto quanto a saúde, um empenhamento pré-romântico nos vales e nos bosques, a ocasião, sem dúvida pela primeira vez, de nela projectar uma aventura interior³⁸. Os passeios «nobres» adquirem o mesmo fim físico: os do bosque de Bologne ou do bosque de Verrière, por exemplo, que o príncipe de Ligne evoca, cerca de 1760, e que, «independentemente das caçadas, eram demasiado bonitos para que não se evocassem»³⁹. Ou os trajectos efectuados por Casanova, em 1755, em Milão, em carro descoberto e ao ar livre para «restaurar as suas forças»⁴⁰.

Não há aqui nenhuma ginástica nem qualquer indicação de movimentos complexos. Nem a respiração nem o trabalho dos músculos são ainda tidos em conta. Mas o projecto já não é o mesmo do passado. A eficácia prende-se com uma propagação de ondas e de oscilações. Montesquieu confirma-o como nunca, contando escrupulosamente os impulsos recebidos sobre a cela de um cavalo, antes de os promover em prática privilegiada de manutenção: «Não há melhor marcha para a saúde do que andar a cavalo. A cada passo há uma pulsação no diafragma e numa légua há cerca de quatro mil pulsações além daquelas que se teria.»⁴¹ Influência tanto mais feliz, enfim, porque os anatomistas da sensi-

³⁴ Mme d'Épinay, *op. cit.*, p. 1282.

³⁵ F. M. Arouet, conhecido como Voltaire, Carta de 3 de Dezembro de 1757, *Oeuvres Complètes*, Paris, 1827, t. III, p. 1340-1341.

³⁶ J. de Lespinasse, Carta de 1776, *Lettres*, Paris, 1876, p. 305.

³⁷ G. L. de Buffon, Carta de 2 de Abril de 1771, *Correspondance générale*, Paris, 1885, t. I, p. 197.

³⁸ «Ombrages frais, ruisseaux, bosquets, verdure, venez purifier mon imagination», J.-J. Rousseau, *Rêveries du promeneur solitaire*, Paris, Garnier, 1931 (1.ª ed., 1779), p. 272.

³⁹ C. J. de Ligne, *Mémoires, Lettres et Pensées*, Paris, F. Bourin, 1989 (1.ª ed., 1928), p. 104.

⁴⁰ G. G. Casanova de Seingalt, *Mémoires*, Bruxelas, 1860 (1.ª reed., 1797), t. V, p. 205.

⁴¹ C. de Montesquieu, *Mes pensées*, *op. cit.*, t. I, p. 1195.

bilidade instalam neste centro «*sphrénique*», um lugar muito especial de afectação e de reforço do corpo: zona onde vinham convergir as mais ricas redes de nervos⁴².

É preciso aparecer a máquina de Rabiqueau, enfim, em 1775, para que o papel dado à oscilação seja especificado até à caricatura: um «manejo mecânico»⁴³ onde são colocadas crianças frágeis ou um pouco deformadas. A máquina sacode em todas as direcções os corpos nelas presos e dá-lhes «choques eléctricos» com a ajuda de braços articulados. Ela «estimula-os». O manejo de Rabiqueau seria apenas ridículo se não fosse confirmar a nova visão das tensões físicas.

Muito mais literárias são as referências de Diderot observando a educação dos cadetes de Catarina II em Sampetersburgo. As suas conclusões são as mesmas que as dos efeitos do exercício e do frio. Os cadetes com isso teriam ganho «uma saúde à prova do clima e de todas as intempéries»⁴⁴.

2. O ALIMENTO RÚSTICO

Também a rusticidade comanda a escolha dos regimes alimentares nesta segunda metade do século XVIII: as refeições de Julie, por exemplo, em *La Nouvelle Héloïse*, «sem carne, nem refogados nem sal»⁴⁵, e ainda as de Cagliostro feitas de queijo ou de macarrão, tomadas uma única vez por dia⁴⁷. A oposição aos regimes tradicionais, compostos até ali por caldos de galinha e de outras aves de capoeira, de carnes leves mas apaladadas, de sucos limitados mas saborosos; a crítica destas qualidades elaboradas, não traduz apenas a procura da solidez das carnes através de qualquer alimentação primitiva, ela traduz também a denúncia das delicadezas provocadas por algum excesso de artifício ou de afectação.

Frugívoros e carnívoros

Este tema dos endurecimentos dá uma nova forma ao tema do vegetarianismo, neste final do século XVIII: os géneros da terra seriam mais nutritivos do que os géneros de origem animal e os alimentos rústicos mais vivificantes do que os alimentos refinados. É a ocasião de privilegiar os consumos do campo em detrimento dos consumos urbanos: «os habitantes das cidades que fazem da carne o seu principal alimento passam a sua vida miseravelmente expostas a todo

o tipo de doenças»⁴⁸. Buchan, em 1778, fornece alguns pormenores acerca das infelicidades dos cidadãos ingleses considerados «demasiado» carnívoros, «geralmente atacados de escorbuto e das numerosas sequelas desta doença; tais como as indigestões, a melancolia e a afecção hipocondríaca»⁴⁹. Rousseau salienta a força terrena da seiva para melhor insistir nas sórdidas equivalências das carnes vermelhas: «Os grandes celerados endurecem-se no homicídio bebendo sangue.»⁵⁰

Existem, no entanto, alguns cambiantes: os lacticínios de um clima seco, de montanha, parecem ser vivificantes, enquanto que os de uma Holanda opulenta e gorda não o seriam. Peyssonnel, visitante de Amesterdão em 1780, diz-se chocado com o abatimento e a «rudeza» dos holandeses gordos devido à sua alimentação familiar: «A população holandesa passa por ser gorda. A horrível humidade do país que afrouxa as fibras, o queijo, os lacticínios que espessam os humores e multiplicam as viscosidades e o uso da cerveja, que ataca os nervos, constituem as causas físicas.»⁵¹ O estado das fibras comanda o estado das formas e, é claro, também o conteúdo dos regimes propostos: «As pessoas fracas que têm as fibras frouxas abster-se-ão de toda a espécie de alimentos viscosos.»⁵²

O modelo confirma, sobretudo, o novo lugar atribuído à natureza no século XVIII. Cocchi retoma a cena canónica de Pitágoras, calcorreando as praias, contemplando o mar, pedindo que a este seja devolvido os peixes e as conchas trazidos pelos pescadores: não devem ser «os mínimos corpos animais», restituídos à vida? Só o regime vegetariano, neste caso, seria legítimo. Cocchi insiste, com uma tónica nitidamente inédita, aliás como Rousseau, no respeito devido às «obras da natureza mais úteis e mais dignas da nossa curiosidade»⁵³. O que é confirmado ainda pelas primeiras críticas à caça, no final do século XVIII; as denúncias das armadilhas, dos halalis; as acusações de Francis Mundy contra os monteiros de lebres ou os atiradores aos pássaros: nestes casos é impossível aprovar «o grande prazer encontrado em perseguir uma pobre lebre indefesa, com uma uivante e vilã matilha de caça... [tão] desumana e bárbara como a perseguição aos touros»⁵⁴.

O valor nutritivo atribuído aos vegetais é acentuado no século XVIII por uma constatação: a da sua eficácia na prevenção do escorbuto. Em 1765 Cook observa, nas suas viagens pelo oceano Pacífico que um nítido aumento dos alimentos vegetais e uma diminuição das carnes salgadas preservam a tripulação de uma doença até ali não dominada: a doença inexorável que, do sangramento das gengivas às úlceras generalizadas, condena por vezes os marinheiros de longo curso. Cook arrisca algumas comparações. Ele garante que o seu regime de cereais e de açúcar, as suas reservas de *choucroute* e de couves salgadas, de

⁴⁸ J.-B. Pressavin, *op. cit.*, p. 77.

⁴⁹ G. Buchan, *op. cit.*, t. I, p. 165.

⁵⁰ Citado por M. Onfray, *Le Ventre des philosophes, critique de la raison diététique*, Paris, Grasset, 1989, p. 56.

⁵¹ C. de Peyssonnel, *op. cit.*, t. I, pp. 83-84.

⁵² G. Buchan, *op. cit.*, t. I, p. 196.

⁵³ A. C. Cocchi, *Régime de Pythagore*, Paris, 1762, p. 40.

⁵⁴ Citado por K. Thomas, *Dans le jardin de la nature, la mutation des sensibilités en Angleterre à l'époque moderne*, Paris, Gallimard, 1985 (1.ª ed. inglesa, 1983), p. 215.

⁴² «Le diaphragme joue un des premiers rôles dans l'histoire de l'irritabilité», P. V. de Sèze, *Recherches physiologiques sur la sensibilité*, Paris, 1786, p. 94.

⁴³ C. Rabiqueau, *Nouveau Manège mécanique*, Paris, 1778.

⁴⁴ D. Diderot, *Les Plans et les Statuts des différents établissements ordonnés par Sa Majesté impériale* (1775), in *Oeuvres...*, *op. cit.*, t. XI, p. 118.

⁴⁵ J.-J. Rousseau, *Julie ou la Nouvelle Héloïse*, Paris, Garnier, 1960 (1.ª ed., 1760), p. 435.

⁴⁶ G. L. de Buffon, *Correspondance générale*, *op. cit.*, t. II, p. 431, nota.

⁴⁷ *Gazette de santé*, 1781, p. 73.

mostarda e de sumo de mosto de cerveja, permitiram sem nenhuma dúvida, limitar a um único morto as perdas da sua tripulação durante a sua segunda viagem, a de 1772 ⁵⁵. É a primeira sanção erudita da acção vegetal.

Numerosas são, no entanto, as contradições das práticas vegetarianas. Rétif de la Bretonne mostra-o involuntariamente: recomendando várias vezes o uso exclusivo de géneros vegetais, pormenoriza incidentalmente as suas vistas aos restaurantes parisienses, os seus alimentos vulgares constituídos por «asas de galinha» de «assados excelentes» e de carnes que alegadamente preenchem tudo o que «a sua sensualidade pode desejar» ⁵⁶. Bougainville faz o mesmo: citando como exemplo o regime sem carne dos seus taitianos observados nas suas viagens ao Pacífico, parece esquecê-lo quando os descreve em vários episódios, criando galinhas, pombos e porcos ⁵⁷. Pouco importam, aliás, as contradições. O vegetarianismo contém um valor de índice cultural, no final do século XVIII: símbolo de uma mudança mais vasta e mais profunda, ele é a confirmação de uma representação nova da natureza: a esperança de nela encontrar alguma alternativa possível às pressões urbanas e também um princípio de força.

Dá-se um debate revelador: será o homem frugívoro ou carnívoro? Interrogam-se os sábios de 1780. Ocasão, para alguns, de recordar a rusticidade original do recurso ao vegetal; ocasião também para interrogar, pela primeira vez, as adaptações morfológicas: a forma da boca, os dentes, as unhas, os intestinos, o que confirma de passagem, o novo interesse pela «arquitetura» do corpo. Vários higienistas do final do século agarram-se a uma convicção: o homem seria frugívoro, «não notamos na espécie humana nenhum dos caracteres distintivos da espécie carnívora» ⁵⁸. Se a qualidade de «omnívoro» prevalece em definitivo nos textos eruditos, isso acontece apesar de resistências várias e à custa de grandes desenvolvimentos sobre as morfologias físicas: «O tubo intestinal do homem está perfeitamente disposto para que o homem seja um animal omnívoro. Ele assemelha-se ao dos carnívoros pela estrutura do ventrículo e pela brevidade do ceco. Aproxima-se do intestino dos herbívoros pelo grande comprimento do intestino delgado.» ⁵⁹

O vegetal seduz os novos partidários do endurecimento, da mesma forma que mobiliza as buscas de um alimento «completo» para o pobre.

Os feculentos do pobre

A descoberta de um vegetal susceptível de substituir os grãos de cereal é objecto de uma expectativa tradicional no mundo rural: substituir ao trigo, por vezes escasso, outros géneros mais acessíveis. Um costume do século XVIII pre-

⁵⁵ J. Cook, *Voyages autour du monde* (1772), J.-F. de La Harpe, *Histoire abrégée des voyages*, Paris, 1780, t. XX, p. 212.

⁵⁶ N. Rétif de La Bretonne, *Les Nuits...*, op. cit., pp. 942-943.

⁵⁷ L. A. de Bougainville, *Voyage autour du monde par la frégate du roi la Boudeuse...* (1772), J.-F. de La Harpe, op. cit., t. XIX, pp. 180-181.

⁵⁸ J.-B. Pressavin, op. cit., p. 69.

⁵⁹ J. F. Blumembach, *De l'unité du genre humain et de ses variétés*, Paris, 1804 (1.^a ed. latina, 1795), p. 80.

tende, por exemplo, que as favas e as ervilhas acalmam a fome ao «incharem no estômago» ⁶⁰. É, portanto, necessário cultivá-las. Mas as tentativas de explorar estes vegetais são caóticas e dispersas e não atenuam suficientemente as fomes que ainda culminam de vinte em vinte anos durante o século XVIII.

Mais importantes são algumas iniciativas locais. Broussonnet faz experiências com os nabos e o abade de Pomerel com as beterrabas ⁶¹. Duhamel du Monceau recorre ao arroz, em 1759, género pouco conhecido mas considerado «completo», na sua terra bretã. Ele descreve a sua cozedura em lume brando e o seu crescimento progressivo sob o efeito da água. Narra também as suas misturas: o sal e o louro para preparar sopas colectivas, durante «certos anos de penúria» ⁶². O milho também aparece progressivamente como alimento «completo» ao norte do Mediterrâneo na segunda metade do século XVIII: a *polenta* do Norte de Itália, a *millasse* aquitânia e a *mamaliga* romena.

A batata transforma bruscamente as práticas ao reforçar o prestígio dos vegetais depois de 1770. O padre de Saint-Roché é o primeiro a utilizá-la na sopa económica, no Inverno de 1769 ⁶³: distribui a alguns paroquianos um caldo composto por este legume até ali depreciado, acusado de ser uma simples raiz, parente distante das plantas venenosas pela sua classificação na família das Solanáceas. Varenne de Béost dá a receita do caldo para a sua cozinha dos pobres, explicitamente conseguida para «remediar os acidentes imprevisíveis da escassez dos cereais» ⁶⁴, da mesma forma que desenha máquinas para transformar as batatas cozidas em «pasta para pão» ⁶⁵. Impõe-se a convicção de Parmentier, mesmo sendo inicialmente teórica, longamente desenvolvida no seu «Estudo das substâncias alimentares que poderiam atenuar as calamidades de uma escassez» ⁶⁶, com o qual ganha o concurso que a Academia de Besançon lançou sobre o tema em 1772. Parmentier elogia a diversidade dos preparados possíveis do feculento, evoca culturas e quantidades e descreve o legume protegido pelo solo, prosperando ao abrigo do gelo e das intempéries. Ele convence Sébastien Mercier a plantar o tubérculo na planície de Sablons, vasto espaço onde os exércitos de Luís XV treinavam. Sébastien sonha então com o desaparecimento das fomes: «A batata que não receia nem os gelos, nem as trovoadas nem os ventos, nem a chuva, dá-se igualmente em todos os terrenos para se converter em pão saboroso e nutritivo.» ⁶⁷ A originalidade de Parmentier prende-se com o seu raciocínio estritamente económico: «Um arpeute (50 a 51 ares) destas raízes alimenta duas vezes mais do que a mesma extensão de terra convertida em trigo.» ⁶⁸ A cozedu-

⁶⁰ H. L. Duhamel du Monceau, *Moyens de conserver la santé des équipages des vaisseaux avec la manière de purifier les salles d'hôpitaux*, Paris, 1759, p. 151.

⁶¹ L. S. Mercier, op. cit., t. XII, p. 150.

⁶² H. L. Duhamel de Monceau, op. cit., p. 153.

⁶³ M. Toussaint Samat, *Histoire naturelle et morale de la nourriture*, Paris, Bordas, 1987, p. 524.

⁶⁴ Varenne de Béost, *Cuisine du pauvre*, Dijon, 1772, p. 12.

⁶⁵ «Machine pour réduire en pâte des pommes de terre cuites pour en faire du pain», *ibidem*, p. 23.

⁶⁶ A. A. Parmentier, *Examen chimique de la pomme de terre*, Paris, 1773.

⁶⁷ L. S. Mercier, op. cit., t. XII, p. 151.

⁶⁸ A. A. Parmentier, *Rapport au ministre de l'Intérieur sur les soupes de légumes dites à la Rumford* (ano VIII), A. A. Parmentier, Decandolle, Delessert, Money, *Recueil de rapports, de mémoires et d'expérience sur les soupes économiques*, Paris, 1801, p. 66.

ra destes tubérculos exige ainda duas vezes menos energia do que a necessária para cozer igual quantidade de pão. Depois de 1780 proliferam projectos e as suas realizações: o «amido da saúde»⁶⁹, a «farinha da saúde»⁷⁰, vendidos por trinta cêntimos cada libra, pouco mais do que dois nacos de pão vendidos por vinte e cinco cêntimos, os «biscoitos da saúde» também, todos confeccionados com a fécula assim explorada. A batata explode no final do século: existem 40 espécies em 1789. O reconhecimento extremo: a Comuna de Paris ordena que se transforme o jardim das Tulherias em batatal por deliberação de 21 do Ventoso do Ano III⁷¹.

A batata, evidentemente, não faz desaparecer a miséria: para isso será necessário reorganizar o tráfico de cereais e a sua distribuição. O édito de Julho de 1764 que autoriza a livre circulação de trigo no reino, e a criação de sistemas de armazenagem, desempenharam, a este respeito, um papel determinante⁷². As fomes desaparecem com os velhos sistemas de controlo que limitam o comércio de província a província. Mas o prestígio do novo legume mostra como o alimento completo é ainda largamente procurado nos vegetais. E também o preço elevado da carne como mostram em 1764, as contas de Antoine-Alexandre Barbier, notário de Besançon, que regista as compras episódicas de carne, frequentemente limitadas às festas e às ocasiões solenes⁷³. O prestígio dos vegetais prende-se tanto ao novo prestígio do rústico como às prosaicas exigências da economia.

3. UMA PEDAGOGIA REACTIVA

As práticas educativas, enfim, resumem as expectativas de endurecimento no século XVIII. Elas dão-lhes mesmo todo o seu sentido: o investimento no aperfeiçoamento e no futuro. Não são as fraquezas estimuladas na primeira idade? É o que afirma Buchan, cuja extensa reflexão sobre «as causas gerais das doenças» começa com um capítulo consagrado à infância: «Para dar uma descrição exacta das doenças a partir das suas causas originárias, é preciso começar por lançar um olhar sobre a maneira vulgar de conduzir os homens na infância.»⁷⁴

O reforço gradual

Com esta perspectiva de reforço aparece um espaço totalmente novo de preocupação: a activação precoce das fibras, a luta desde a infância contra as carnes moles e a fraqueza dos nervos. À alimentação tomada, até ali, no calor

⁶⁹ *Affiches, Annonces et Avis divers*, 1775, p. 187.

⁷⁰ *Gazette de santé*, 1785, p. 104.

⁷¹ M. Toussaint Samat, *op. cit.*, p. 525.

⁷² F. Lebran, «La circulation des blés», in J. Delumeau e Y. Lequin, *op. cit.*, p. 349.

⁷³ M. Gresset, *Gens de justice à Besançon, 1674-1789*, Paris, Bibliothèque nationale, 1978, t. I, p. 312.

⁷⁴ G. Buchan, *op. cit.*, t. I, p. 1.

do berço e na segurança das faixas apertadas, opõem-se a alimentação «liberada» desde os cociros. Rousseau evoca Émile que é livremente deixado a «andar de rojo pelo quarto»⁷⁵ e já não constrangido por ligaduras apertadas sobre o seu corpo. Madame de Genlis, preceptora apaixonada dos filhos do duque de Orléans, nos anos de 1780, pede-lhes que caminhem continuamente na sala durante as lições para melhor se fortalecerem⁷⁶. É a acção física que comanda o princípio das forças. Ela deve tornar «mais flexível a textura das fibras»⁷⁷. Não que, ainda neste caso, tenha sido inventada alguma ginástica ou algum método particular de execução: o choque e a vibração das fibras é mais importante do que a escolha dos movimentos.

Em compensação, é nitidamente sugerida uma progressão na acção. Rousseau deseja uma habituação gradual ao frio: «É apenas gradualmente que se pode levá-los ao vigor primitivo.»⁷⁸ Madame de Genlis inventa um aumento na intensidade dos gestos. A prática completamente banal da jardinagem, por exemplo, torna-se ocasião de um progresso de energia: «Os seus vasos têm um fundo duplo no qual se podem introduzir lâminas de chumbo à medida que as suas forças aumentam.»⁷⁹ Da mesma forma que se torna gradualmente mais pesada a roldana que Madame de Genlis manda instalar no quarto dos meninos de Orléans, proporcional aos vigores crescentes. Uma forma modesta, mas bem real, de programas e progressos: projectar a saúde no futuro.

É com a infância, mais do que com quaisquer outros, que se impõe a novidade destas práticas do século XVIII. A protecção do corpo está aqui directamente ligada ao desencadear de uma potência e à sua aplicação. A saúde torna-se tema de exercício. O corpo deve agir sobre si próprio: «A arte da educação é de alguma forma a arte de substituir um corpo por outro.»⁸⁰

Fourcroy, conselheiro no magistrado de Clermont, di-lo com mais nitidez ainda, quando decide, em 1770, aplicar novas medidas à alimentação do seu filho: água fria «mesmo durante os Invernos rigorosos», alimentos naturais, gestos livres e exposição às condições atmosféricas. O resultado é uma «saúde inalterável»⁸¹. Fourcroy confia numa defesa vinda do corpo, numa resistência quase autónoma. Sonha com órgãos suficientemente sólidos para assegurar a sua própria protecção: «Com esta operação diária, revestiu de uma couraça contra o ar mais penetrante que, ao fim de pouco tempo, já não tem efeito sobre ele.»⁸² Daí a inversão das referências antigas: os apoios exteriores (faixas e espartilhos) e as purificações passivas são substituídos pela mobilizações activas, as contracções e o trabalho. Já não a sangria que segundo Gui Patin, um século antes, fazia as crianças robustas através da evacuação dos humores⁸³, mas o

⁷⁵ J.-J. Rousseau, *L'Émile*, Paris, Garnier, 1951 (1.^a ed., 1762), p. 39.

⁷⁶ Mme de Genlis, *Leçon d'une gouvernante à ses élèves*, Paris, 1791, t. II, p. 18.

⁷⁷ J.-J. Rousseau, *L'Émile*, *op. cit.*, p. 38.

⁷⁸ *Idem*.

⁷⁹ Mme de Genlis, *op. cit.*, t. II, p. 18.

⁸⁰ J. Verdier, *Cours d'éducation à l'usage des élèves destinés aux premières professions et aux grands emplois de l'État*, Paris, 1772, p. 3.

⁸¹ J.-L. de Fourcroy de Guillerville, *Les Enfants élevés dans l'ordre de la nature*, Paris, 1774, p. 81.

⁸² *Ibidem*, p. 108.

⁸³ Ver aqui, p. 80.

próprio endurecimento voluntário das fibras e dos nervos. O conjunto das forças desloca-se: «É preciso que tudo venha do interior»⁸⁴, afirma Andry de Boisregard quando propõe em 1741 alguns exercícios e gestos elementares para dar consistência ao caminhar das crianças. É preciso «agir do interior», diz ainda Hufeland, nos seus conselhos às mães, várias vezes editados: «Não conheço nada mais pernicioso, nada que encerre tão perfeitamente a ideia de fraqueza e de infinidade do que a característica da natureza humana generalizada nos nossos dias, de agir do exterior para o interior.»⁸⁵ Enquanto que, pelo contrário, é necessário solicitar uma defesa «interna».

Idades e vida

A medição da vitória sobre a morte é decisiva para compreender este relacionamento com a infância. Os números revelados pelos demógrafos são formais: a partir dos anos de 1750 impôs-se uma baixa de mortalidade sem que nenhuma descoberta médica o explique directamente. A mortalidade dos rapazes com menos de cinco anos declina de 34% a 20%, entre o século XVII e o século XVIII, nas famílias dirigentes estudadas por Peller, e a das raparigas de 29% a 16%⁸⁶. A morte recua igualmente nas províncias deserdadas, em Anjou, por exemplo, durante muito tempo dizimada pelas endemias: 36% de mortalidade para as crianças com menos de cinco anos em 1670, e 26% em 1789, em La Chappelle-d'Alize, paróquia todavia miserável, perdida no meio dos bosques entre o Sarthe e o Loir⁸⁷.

Um lento crescimento das subsistências explica, sem dúvida, estes números. Ainda mais a transformação das precauções e das atitudes familiares: a higiene mais bem cuidada, as atenções, os isolamentos face à epidemia, enquanto a inoculação continua ainda pouco difundida. Na elite há uma diferença total entre as atitudes de Madame de Maraise em 1780 e as de Madame de Sévigné um século antes. A correspondência de Madame de Maraise com os seus familiares e amigos desde os primeiros dias de um parto é do mais revelador: insistência sobre uma vigilância constante, fornecimento de detalhes sobre o ar, o sono, a alimentação, focalização no aleitamento materno e crítica incessante da ignorância e dos preconceitos. Madame de Maraise multiplica as opiniões. Escreve sobre as suas crianças, sobre o seu filhinho nascido em 1779, cuja fragilidade a preocupa muitas vezes durante «metade da noite»⁸⁸, e sobre Alphonse Oberkampf, o inventor dos tecidos de Jouy. Ela confessa a sua paixão pela infância o que é uma das originalidades destes conselhos que se tornam habituais no século XVIII: «Alargo-me neste assunto porque me interessa, mais do que por ne-

cessidade.»⁸⁹ Muito menos frequentes, pelo contrário, eram os preceitos de Madame de Sévigné, um século mais cedo, e menos precoces também, centrados no espartilho que o seu neto devia usar⁹⁰, em algumas sangrias sofridas aos três anos⁹¹, e sobre o corte de cabelo acusado de dar entrada em demasia ao ar frio⁹². A vigilância dos riscos da pequena infância deslocou-se num século: os familiares prodigalizam os seus conselhos desde o nascimento; fazem-no em relação aos objectos mais quotidianos: do conteúdo dos caldos à amplitude das vestes. É preciso voltar a dizer que, à excepção da inoculação, não há nenhuma descoberta médica, mas antes um investimento diferente na alimentação e nos objectos.

A obstetrícia desempenha ainda o seu papel num insensível recuo da morte de recém-nascidos. Intensifica-se a reprovação da inexperiência de algumas matronas: «Quantas crianças mutiladas! E outras vistas como mortas e que cuidados bem aplicados teriam feito regressar à vida!... Tal é o esboço do quadro assustador, mas verdadeiro, que a ignorância das comadres todos os dias oferece.»⁹³ Surgem as iniciativas que visam a revisão de competências. Madame de Coudray é nomeada pelo rei em 1767 «para ensinar a arte do parto em toda a extensão do reino». Ela traduz a prática em fórmulas pedagógicas, com exemplos, figuras e manequins articulados e manipuláveis que favorecem a aprendizagem. Dá cursos em Caen (1775), Rennes (1775-1776), Rouen (1776-1777), Le Mans (1777-1778) e Angers (1778). Entrega certificados reconhecidos pelos intendententes e estimula novas transmissões de conhecimentos, como François Lebrun analisou, no caso de Angers: 109 mulheres diplomadas após algumas semanas de curso seguidas no salão dos Paços do Concelho; em seguida um ensinamento de quinze dias dirigido a nove cirurgiões da província que se tornam, por sua vez, «cirurgiões demonstradores», e se encarregam de um curso todos os anos nas cidades sob a sua alçada⁹⁴. A rede é frágil e frequentemente abandonada antes do fim dos anos de 1780: os encargos com a subsistência dos alunos não podem ser honrados pelos senhores e pelos padres por eles responsáveis. Mas as iniciativas continuam a ser em grande número, tomadas directamente pelos intendententes «para convidar esta famosa parteira a vir dar lições sobre esta importante matéria às mulheres do campo que lhe serão enviadas»⁹⁵.

Multiplicam-se os sinais destas atenções aos nascimentos e à primeira idade, até às referências mais formais, como a maneira de distribuir as posologias

⁸⁹ Carta de 13 de Janeiro de 1786, *ibidem*, p. 130.

⁹⁰ Mme de Sévigné, Carta de 6 de Maio de 1676, *Correspondance*, op. cit., t. II, p. 284.

⁹¹ Carta de 26 de Junho de 1675, *ibidem*, t. I, p. 743.

⁹² «Tende o cuidado de mandar barbear o pequeno marquês», *ibidem*, p. 741.

⁹³ M. Chevreul, *Le Précis de l'art des accouchements, en faveur des sages-femmes et des élèves en cet art*, Angers, 1782, p. VII; ver também J.-J. Baudelocque, *Principes sur l'art des accouchements par demandes et réponses en faveur des sages femmes de la campagne...*, Paris, 1775.

⁹⁴ F. Lebrun, *La Mort en Anjou*, op. cit., pp. 213-214.

⁹⁵ Citado por M. El Kordi, *Bayeux aux XVII^e et XVIII^e siècles*, Paris, Mouton, 1970, p. 113, n.º 56; ver também J.-C. Perrot, *Genèse d'une ville moderne, Caen au XVIII^e siècle*, Paris, Mouton, 1975, t. II, p. 896.

⁸⁴ N. Andry de Boisregard, *L'Orthopédie ou Art de prévenir et de corriger dans les enfants les difformités du corps*, Paris, 1741, t. I, p. 100.

⁸⁵ C. G. Hufeland, *Avis aux mères sur tous les points les plus importants de l'éducation physique des enfants*, Paris, 1801 (1.ª ed. alemã, 1793), pp. 18-19.

⁸⁶ Citado por P. Chaunu, op. cit., p. 157.

⁸⁷ F. Lebrun, *La Mort en Anjou*, op. cit., p. 182.

⁸⁸ Mme de Maraise, Carta de 20 de Dezembro de 1779, S. Chassagne, *Une femme d'affaires au XVIII^e siècle*, Toulouse, Privat, 1981, p. 102.

medicamentosas aos diversos períodos da vida. As escalas infantis proliferam como nunca nos esmigalhar das doses para remédios e poções, no final do século: quatro posologias diferentes entre a idade de «alguns meses» e a de «dezoito anos» para o conjunto de doses propostas por Tissot ⁹⁶; quatro posologias ainda, entre os dois e os dezassete anos, para o pó contra as febres da senhora Renault de Caen ⁹⁷. Os números desta senhora Renault são, aliás, tanto mais marcantes porque multiplicam as categorias da terceira idade:

1 grão	2-4 anos	
2 grãos	5-8 anos	e 76-80 anos
3 grãos	9-12 anos	e 71-75 anos
4 grãos	13-17 anos	e 61-70 anos
5 grãos	18-21 anos	e 56-60 anos
6 grãos	22-25 anos	e 51-55 anos
7 grãos	26-30 anos	e 41-50 anos
8 grãos	31-40 anos	

Como se compreende, é uma nova esperança de vida o que revela a insistência sobre a diversidade das idades: uma nova maneira de encarar as progressões e o alargamento das fases da existência. A prática, pela primeira vez evidente no século XVIII, de uma limitação voluntária dos nascimentos, dá ainda mais sentido a esta esperança. O número médio de crianças por família de camponeses passa de 6,25 entre 1730-1749 a 4,38 entre 1770-1779 nas nove aldeias do Oeste de Paris estudadas por Lachiver ⁹⁸; o mesmo número passa de 6,15 a 2,00, no mesmo período nas famílias dos pares de França ⁹⁹. A queda é brutal e pronunciada. O investimento na infância explica esta limitação voluntária: uma maior atenção à instrução e ao tempo reservados à filha ou ao filho. Mas a vontade de um aumento de independência, a procura mais acentuada do aligeiramento das cargas familiares exercem igualmente a sua influência sobre a natalidade. Uma escolha inédita, depois do recuo da idade do casamento no enfrentar do peso da vida.

De facto, a grande originalidade demográfica do século XVIII é o prolongamento da vida: um ganho de perto de dez anos num século para a França. A esperança de vida à nascença passa de 30 para 40 anos; mais marcante ainda para as mulheres das quais metade deixa de morrer antes dos 30 anos, como no século XVII e passa a morrer antes dos 45 anos ¹⁰⁰. Devem ser tidas em conta transformações mais profundas, como a do espaço e do enquadramento da vida, para compreender melhor esta mudança. São essas transformações que se trata de explorar.

⁹⁶ S. A. Tissot, *Avis au peuple sur sa santé*, Paris, 1782 (1.ª ed., 1762), t. II, p. 330.

⁹⁷ Citado por J.-C. Perrot, *op. cit.*, t. II, p. 828.

⁹⁸ M. Lachiver, *Vin, Vigne et Vigneron en région parisienne du XVII^e au XIX^e siècle*, Paris, Société historique de Pontoise, 1982, p. 612.

⁹⁹ A. Bideau, J.-P. Bardet e J. Houdaille, «La fécondité», *Histoire des populations françaises*, *op. cit.*, t. II, p. 391.

¹⁰⁰ P. Chaunu, *Histoire science sociale, la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*, Paris, SEDES, 1974, p. 379.

CAPÍTULO III AS ENERGIAS DO AR

Com o século XVIII não é só a mecânica do corpo que autoriza novos gestos preventivos, é também a maneira de tratar os elementos físicos, a de habitar os lugares e a de neles conduzir os fluxos.

Um acidente trágico em 1694 desenha já os contornos das novas questões sobre o ar e o espaço que no século XVIII terão cada vez mais importância. Trata-se do episódio do subúrbio de Sainte-Savine em Troyes, evocado pelo *Mercur*: três pessoas que prudentemente descem a um poço para procurar uma peruca perdida por uma criança, aí morrem sucessivamente, todas elas por um «eflúvio metífico». A explicação é nova: a morte sobreviria pela respiração; «um vapor untuoso» teria enchido «os brônquios» destes homens, consumando uma irremediável sufocação ¹. Um comentário confuso mas importante. Ele inaugura uma tentativa repetida de avaliar o acto respiratório e de apreciar a sua relação com o espaço: recensear os confinamentos e os impedimentos da respiração.

1. A RENOVAÇÃO DO AR

Conhecimentos totalmente teóricos, num primeiro tempo. As «experiências» que provocam a morte de animais por asfixia num ar confinado tornam-se correntes na primeira metade do século XVIII. Arbuthnot, Hales, Boissier de Sauvages contabilizam mesmo a duração das agonias segundo o volume do corpo do animal e da campânula na qual ele é encerrado ². Coelho, galinhas e pássaros diversos morrem segundo diferentes tempos na sua prisão de vidro. Hales, em 1745, pretende que um «pintarroxo metido num vaso com capacidade de cerca de duas pintas [um pouco menos de dois litros], morre ao fim de três

¹ *Le Mercure galant*, Março de 1694, p. 33.

² S. Hales, *La Statique des végétaux et l'Analyse de l'air*, Paris, 1735 (1.ª ed. inglesa, 1727); J. Arbuthnot, *Essai sur les effets de l'air sur le corps humain*, Paris, 1742 (1.ª ed. inglesa, 1733); A. Boissier de Sauvages, *Dissertation où l'on recherche comment l'air suivant ses différentes qualités agit sur le corps humain*, Paris, 1754.

horas se o ar do vaso não tiver nenhuma comunicação com o ar do exterior»³. Estas explicações de Hales, como as de Arbuthnot ou de Boissier de Sauvages, são para nós de uma outra época. Eles ignoram, em 1740-1750, o papel do oxigénio⁴. Consideram apenas a respiração indispensável ao movimento do coração e à refrigeração do sangue. As suas preocupações e os seus cálculos, contudo, são inéditos.

As «comodidades»

Além das considerações eruditas, é mesmo a transformação das próprias práticas que é mais marcante no século XVIII, com resultados muito concretos: a intervenção sobre os aparelhos de arejamento. As chaminés nas casas mais abastadas são, pela primeira vez, concebidas para activar o ar. A invenção de um isolamento do fogo e dos seus anteparos, deixando um espaço livre entre as placas quentes e a parede do suporte, põe em movimento o ar em torno da lareira. Gauger tenta uma construção deste género em 1713: «Dispor a parte detrás da chaminé de tal forma que o ar vindo do exterior possa passar por aí, aquecer e encaminhar-se em seguida para a sala.»⁵ Geugier salienta a acção possível destas chaminés sobre «o fôlego deteriorado dos doentes»⁶, as transpirações abafadas e as exalações fétidas. Ele calcula a duração da renovação do ar segundo o volume do compartimento, a quantidade de aberturas e a potência do fogo.

A instrumentação às «comodidades», aquelas de que o arquitecto Blondel, em 1752, pretende «ter-se tornado idólatra», enquanto que os seus «antecessores as ignoravam um pouco em demasia»⁷. Elas transformaram o espaço privado da elite: salas com dimensões mais restritas que retêm o calor, mais numerosas, mobiliário mais diversificado, posto ao serviço de uma instrumentação do íntimo, cem vezes descritas, com as suas essências raras, o seu formato estreito, as suas invenções mecânicas, secretárias de abas, alçados, secretárias de gavetas, tocadores, cómodas e pequenos escritórios. Estas comodidades que os arquitectos e os marceneiros descrevem com insistência, também transformaram a relação entre o espaço interno e o espaço externo da habitação. Uma verdadeira máquina, com bocas de arejamento e canalizações calculadas, mantém as trocas entre os dois espaços, reforçando o bem estar. A própria casa vem a «respirar». A montagem é referenciável nas transformações dos grandes hotéis parisienses sofridas cerca de 1730 a 1740. No hotel de Maison, por exemplo, modificado por Mouret aquando da aquisição por M. De Saucourt em 1745. Algumas chaminés muito próximas das portas (como a da sala comum, por exemplo) são deslocadas para serem dispostas em frente às janelas e assegurar assim um melhor circuito do ar⁸. A casa de M. Sonning, na Rua Richelieu, é

⁴ Lavoisier descobre o papel deste gás em 1777, ver a p. 190.

⁵ N. Gauger, *La Mécanique du feu ou l'Art d'en augmenter les effets et d'en diminuer la dépense*, Paris, 1713, p. 29.

⁶ *Ibidem*, p. 55.

⁷ J. F. Blondel, *L'Architecture française ou Recueil de plans*, Paris, 1752-1756, t. I, p. 239.

⁸ *Ibidem*, t. I, p. 259. Ver o estado anterior de alguns destes hotéis em P. J. Mariette, *Architecture française*, Paris, 1727, 2 vols.

objecto de modificações semelhantes em 1740: as chaminés dos quartos são igualmente deslocadas para fazerem face às janelas⁹.

O ventilador constitui a verdadeira descoberta instrumental no início do século XVIII. Désaguliers é o primeiro a encarar, em 1735, o mecanismo utilizável num quarto: uma grande ventoinha fechada numa caixa com um canudo de tecido que aspira e reflui, movida por uma manivela de ferro¹⁰. O espaço dos doentes deveria, segundo Désaguliers, estar assim munido devido ao «mau ar» que aí impera. Alguns dos modelos descritos são uns quantos móveis preciosos vistos em apartamentos luxuosos: «Os que vimos estavam fechados em caixas de pau-rosa da maior elegância.»¹¹ São os aparelhos mais simples, no entanto, os que se difundem, distribuídos inicialmente pela Inglaterra: ventoinhas inseridas em vitrinas, movidas por correntes de ar. Pingeron diz constatar a presença do mecanismo em «todos os quartos ingleses» por volta de 1770: «Rosetas móveis inscritas em caixas de folha-de-flandres»¹² que ocupam a parte de cima das vidraças das janelas.

Não que a instrumentação se generalize, é claro, mas ela revela uma crítica ao arejamento «antigo», aquele que privilegia a difusão de perfume, e que purifica pela mera operação sobre o odor e a sua transformação: o ar, agora, deve circular. Tissot, nos seus «Conselhos ao povo sobre a saúde», várias vezes reeditados depois de 1670, impõe entre as causas de mortalidade do povo o facto de não «abrirem diariamente as janelas»¹³.

O sopro das multidões

A respiração dos grupos de homens em locais confinados orienta igualmente a nova atenção. Não correm, as multidões e as suas exalações, o risco de aumentar o perigo das cidades? A acumulação humana, o peijamento dos lugares dá um novo objecto a uma inquietação do urbano, ela própria acentuada no século XVIII. À falta de elasticidade do ar restituído por pulmões contíguos e demasiado numerosos acrescentar-se-ia o excesso de calor, de humidade com os odores que provocam. Boissier de Sauvages propõe, em 1754, a avaliação da intangível coluna de ar viciado que se supõe pesar na cabeça de cada homem quando o vapor que ele produz não pode escapar-se: «O homem come cerca de 5 libras por dia, essas 5 libras transformam-se todas as 24 horas em excrementos fétidos e voláteis que, reduzidos em vapores tais como a transpiração que constitui metade dos mesmos, deveriam formar sobre uma superfície de 15 pés, como a da pele, uma coluna com o peso de 5 libras, quer dizer, 1000 vezes mais alta do que um sólido de água que tivesse esta base.»¹⁴ Depois de uma laboriosa enumeração efectuada sobre o volume de ar inspirado e expirado, Arbuthnot avalia, quanto a ele, em 20 minutos o tempo resultante para a morte de 500 ho-

⁹ *Ibidem*, t. III, p. 87.

¹⁰ «Soufflets pour appartements», *Journal économique*, 1770, p. 325.

¹¹ J. C. Pingeron, *Manuel des gens de mer*, Paris, 1789, t. II, p. 460.

¹² *Ibidem*, t. II, p. 357.

¹³ S. A. Tissot, *Avis au peuple...*, op. cit., t. II, p. 60.

¹⁴ A. Boissier de Sauvages, op. cit., p. 56.

mens hermeticamente «fechados numa câmara com a capacidade de quinhentos tonéis»¹⁵. O hálito tornou-se mesmo um perigo: a respiração e o seu «mefitismo» particular são entendidos como decomposição; o sopro é entendido como excremento. É também o ar, a impregnação miasmática das paredes que arrasta as gangrenas dos hospitais, provocando por vezes a morte dos simples visitantes dos doentes¹⁶. Daí, sem dúvida, os primeiros ensaios, cerca de 1745-1755, sobre a circulação do ar nos espaços colectivos.

É para os navios, as prisões e os hospitais, que Hales concebe ventiladores monumentais, alguns deles movidos pela força do vento. Em 1745, sugere a instalação de um moinho de vento sobre o tecto da prisão de Newgate afim de impulsionar melhor o ar para uma vasta tubagem interna¹⁷: a acção da máquina deve prevenir uma «febre pútrida» que dizima os prisioneiros amontoados em cárceres húmidos e nauseabundos. O resultado, é claro, é medíocre: Hales evoca apenas o «mau ar» quando o que existe é uma infecção bacteriana invisível para as ferramentas mentais do século XVIII.

As tentativas nos barcos negreiros provocam resultados mais concretos: a colocação de ventiladores que animam o ar dos porões e das entrecobertas (pesadas caixas de abeto munidas de válvulas e obturadores movidos à força de braços) é vista como causa de grande redução da mortalidade entre os escravos amontoados, que o Almirantado adopta por volta de 1750¹⁸, nas embarcações militares e mercantis. O navio, com a sua promiscuidade, ambiente fechado que aproxima hálitos e cheiros, que mantém estagnações e humidades, abafando a atmosfera ao ritmo da viagem e das suas etapas, é entendido, no século XVIII, Corbin mostra-o claramente, como o exemplo canónico dos confinamentos¹⁹. Várias máquinas são testadas para a refrigeração dos porões durante a segunda metade do século: das primeiras válvulas de Hales às fórmulas mais «cómodas», como as tomadas de ar na ponte, captando o fluido para o difundir por «condutas internas até ao fundo dos porões»²⁰.

Uma muito lenta instrumentação alcança os locais colectivos: colocação do ventilador de Désaguliers em 1740 na Câmara dos Comuns em Londres e no Hospital de Winchester²¹, disposição de cúpulas de arejamento no Hospital Saint-Louis e nas Escola Real Militar²², e colocação de «ventosas» ainda na sala Lancry do Hospital parisiense em 1748²³. Duhamel du Monceau, inspirador dos arranjos na sala Lancry, mostra a forma como um fogão colocado no celeiro é posto em comunicação com as tubagens de arejamento provocando, neste caso, aspiração e circulação do ar, uma chaminé muito especial encarregue de fazer desaparecer o ar das gangrenas e das febres.

¹⁵ J. Arbuthnot, *op. cit.*, p. 137.

¹⁶ *Gazette de santé*, 1773, p. 201. Ver também A. Corbiri, *Le Miasme et la Jonquille*, Paris, Aubier, 1982, pp. 29-30.

¹⁷ Citado por G. Rattray Taylor, *op. cit.*, p. 87.

¹⁸ «La ventilation des vaisseaux», *Gazette de santé*, 1773, p. 222.

¹⁹ A. Corbin, *Le Miasme et la Jonquille*, *op. cit.*, p. 56.

²⁰ «La ventilation...», *Gazette de santé*, *op. cit.*, p. 221.

²¹ J. C. Pingeron, *op. cit.*, t. II, p. 367.

²² N. Jacquin, *De la santé, ouvrage utile à tout le monde*, Paris, 1762, p. 79.

²³ H. L. Duhamel du Monceau, *op. cit.*, p. 80.

A extensão desta aparelhagem colectiva, voltamos a dizê-lo, não é imediata na segunda metade do século XVIII. Sébastien Mercier queixa-se em 1782 da promessa não cumprida a respeito do ventilador esperado na nova sala parisiense da Ópera. Ele denuncia este ar «imóvel», cada vez menos suportável, evocando a atmosfera deletéria dos pequenos camarotes e das varandas: «A polícia, que zela por banir das salas as más palavras, deveria ocupar-se em expulsar das salas de espectáculo o ar respirado que já não é respirável.»²⁴

2. PREVENIR A TUBERCULOSE

A angústia da tísica acompanha este interesse pela respiração. A Sociedade de Medicina de Paris julga combater uma doença em crescimento quando oferece um prémio ao melhor ensaio escrito sobre a tísica pulmonar. O texto de Baumes, conservado pela obtenção do prémio em 1783, confirma desde as primeiras linhas este juízo alarmado: «A tísica pulmonar é um dos grandes flagelos da humanidade, pela sua natureza e pelos seus resultados.»²⁵ Faltam os números que indiquem a extensão real do contágio. Vários índices, no entanto, sugerem o avanço do bacilo tuberculoso nos terrenos gradualmente abandonados pela varíola no final do século: evocação crescente da lesão pulmonar nos *Affiches*, *Annonces et Avis divers* e na *Gazette Santé*, propostas de remédios cada vez mais específicos para a combater e prevenir, insistência sobre os testemunhos que comparam o seu estado presente ao seu estado passado. A afirmação de Duplenil, por exemplo, o tradutor de Buchan em 1870: «Ainda que esta doença seja menos conhecida em França [do que em Inglaterra], apesar disso não há ninguém que não se aperceba que ela é aí mais frequente do que outrora.»²⁶

A morfologia inquietante

Não é a importância do ar o que, em primeiro lugar é salientado, no século XVIII, para denunciar a tísica. Bender insiste em 1759, na alimentação. Ele descreve a forma como o recurso regular a um copo de vinagre para diminuir «uma gordura que lhe desagradava» levou-o à doença pulmonar de uma jovem mulher «que gozava, no entanto, de uma saúde perfeita»²⁷. Buchan acusa também a alimentação, os alimentos de «alto gosto», os licores e as carnes animais²⁸: estes géneros multiplicam as febrilidades desencadeando os escarros de sangue que trazem a doença. Um perigo ao qual o senhor Fauvel, confeitiro parisiense, pretende responder em 1778 com a invenção de uma pasta suficientemente doce para acalmar ou mesmo prevenir a tosse dos «tuberculosos»: trata-se de uma «feliz combinação do amido da batata e da polpa da maçã reineta, própria

²⁴ L. S. Mercier, *op. cit.*, t. VIII, p. 310.

²⁵ J. B. Baumes, *De la phthisie pulmonaire*, Montpellier, 1783, t. I, p. 1.

²⁶ J. D. Duplanil, nota ao texto de G. Buchan, *op. cit.*, t. II, p. 113.

²⁷ B. Bender, *Essai théorique et pratique sur la phthisie*, Paris, 1759, p. 34.

²⁸ G. Buchan, *op. cit.*, t. II, p. 113.

para todos os sujeitos magros, biliosos, secos e exaustos, aos que têm o sangue azedo e que precisam de um alimento capaz de nutrir e ao mesmo tempo suavizar, a grande massa dos humores»²⁹.

Os princípios de força física mobilizam ainda as preocupações com o cuidado e com a prevenção: reafirmamento corporal e restituição do tónus às fibras e aos nervos. Carlo Gozzi, literato prolífico e buliçoso, explica em 1770 como «uma forma de vida regular e montar a cavalo três horas todos os dias»³⁰ puseram fim à expectoração de sangue que contudo, se agravara nele desde algum tempo. Tissot multiplica os exemplos de passeios a cavalo considerados benéficos, fazendo mesmo da equitação «o verdadeiro remédio eficaz para esta doença»³¹.

O que se reconhece cada vez mais na doença pulmonar é sobretudo o facto de ser constituída por etapas sucessivas, referenciáveis fases lentas, as primeiras das quais parecem sempre insignificantes: uma tosse áspera acompanhada de «expectoração mais ou menos abundante», alguma opressão no peito e um gosto amargo na boca, «sem nenhuma irritação sensível»³² no seu conjunto. Tal seria a primeira etapa: sintomas benignos que, no entanto, iniciam no doente a propensão para uma quebra gradual. Contrariamente à peste ou às bexigas, estas primeiras manifestações da tísica são sempre discretas, por vezes menos insignificantes. Trata-se de uma nova categoria de doenças: as da lenta deterioração e do definhamento gradual cujos primeiros sinais são, de início, imperceptíveis. A doença mortal abandona aqui o terreno das violências antigas. A enfermidade torna-se mais secreta, senão mais íntima³³.

Daí, a dúvida dirigida mais do que anteriormente para as opressões, as toses repetidas e os episódios febris: a inquietação do cavaleiro de Faublas, por exemplo, no romance de Louvet, em 1786, ao reconhecer a febre mínima, mas persistente, instalada numa sua amiga: «E se o perigo se tornar ainda maior! Se a marquesa, na flor da idade, perecer consumida pela lenta doença!»³⁴ Daí a atenção reservada, mais do que antes, aos sinais anunciadores, aos emagrecimentos persistentes e às morfologias frágeis: «Os que têm o peito estreito e chato, os ombros elevados como asas de morcego são ordinariamente vítimas desta doença»³⁵; os que têm «o pescoço muito comprido»³⁶ e o fôlego muito breve também. A atenção à respiração impõe-se de forma incontornável. A observação atravessa o olhar já dirigido, ao mesmo tempo, para as silhuetas do enfraquecimento e para as posturas forçadas.

²⁹ *La Gazette de santé*, 1778, p. 87.

³⁰ C. Gozzi, *Mémoires inutiles, chroniques indiscretes de Vénise au XVIII^e siècle*, Paris, Phébus, 1987 (1.^a ed. italiana, 1797), p. 212.

³¹ S. A. Tissot, *Avis au peuple...*, op. cit., t. I, p. 95.

³² Art. «Phtisie», *Dictionnaire portatif de santé*, Paris, 1761, t. II, p. 282.

³³ O livro de C. Herzlich e de J. Pierret, *Malades d'hier et Malades d'aujourd'hui* (Paris, Payot, 1984), marcou efectivamente estas diferenças e oposições.

³⁴ J.-B. Louvet de Couvray, *Amours du chevalier de Faublas* (1786), *Romanciers du XVIII^e siècle*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1965, t. II, p. 594.

³⁵ *Dictionnaire portatif de santé*, op. cit., t. II, pp. 283-284.

³⁶ B. Bender, op. cit., p. 5.

O ar preventivo da tísica

É a mudança do ar, em definitivo, que parece poder aligeirar a opressão dos tuberculosos depois de 1760-1770. É a passagem de um «ar denso a outro menos espesso»³⁷. É a vizinhança das colinas e das ribeiras e a estadia nos éteres livre e leves. Gilchrist recenseia em 1770 os casos de curas obtidas depois de longas travessias de barco³⁸. Baumes afirma ter ele próprio vencido a expectoração de sangue, aos dezoito anos, por montar todos os dias a cavalo, mas também por percorrer regularmente de barco um grande lago atravessado pela brisa³⁹. Lepecq de La Clôture apresenta os pescadores de Polet perto de Havre como os bem salvaguardados da tísica, graças ao ar sempre agitado que respiram⁴⁰.

Contrariamente à tradição, as qualidades do ar já não se limitam ao seu perfume. É o que afirma Julie de Lespinasse, meses antes da sua morte, em 1775, quando, vencida pela tosse e pela consumição, o jardim das Tulherias lhe surge como um bálsamo, depois de abandonado pela multidão. O ar estagnado da cidade aí reencontraria a vibração e a liberdade: «Prefiro respirar o ar suave e puro das Tulherias à hora em que aí se está praticamente só.»⁴¹ A circulação do ar é indispensável. Na sua falta os *Annonces de Paris* sugerem em 1766 uma «máquina pneumática» que agite o ar junto do rosto dos doentes pulmonares⁴².

A evocação das causas da tísica conduz, aliás, a um novo recenseamento dos ares perigosos na segunda metade do século XVIII. As atmosferas abafadas parecem ser as mais alarmantes: as oficinas que obrigam à «inspiração de moléculas vegetais», como as dos moleiros e dos peneireiros de grãos; as oficinas que obrigam à «inspiração de moléculas animais», como as dos correeiros e dos sapateiros, ou as «moléculas minerais» ainda como as dos ceramistas e dos escultores, suscitam insistentes inquietações⁴³.

A sensação respiratória, enfim, para além do próprio odor, é evocada como índice de alerta. Meister diz concretamente provar o ar desencadeador da tísica quando visita a Inglaterra em 1795; um ar «reconhecido» pelas dores de garganta e pelos incómodos sofridos. Ele denuncia a «fuligem» e os «corrosivos» que saturam o céu inglês, e que provocam sensações identificáveis: todos estes «vapores se agarram às membranas mais susceptíveis como vos apercebeis com muita facilidade ao acordar pela manhã»⁴⁴. Já não as brumas e as nuvens da atmosfera apenas, mas as percepções internas que desencadeiam.

³⁷ *Dictionnaire portatif de santé*, op. cit., t. II, p. 295.

³⁸ E. Gilchrist, *Utilité des voyages sur mer pour la cure des différentes maladies et notamment pour la consumption*, Londres, 1770.

³⁹ J. B. Baumes, op. cit., p. 213.

⁴⁰ L. Lepecq de La Clôture, *Collection d'observations sur les maladies et constitutions épidémiques*, Rouen, 1778, p. 172.

⁴¹ J. de Lespinasse, Carta de 28 de Fevereiro de 1775, *Lettres*, op. cit., p. 183.

⁴² *Affiches, Annonces et Avis divers*, 1766, p. 123.

⁴³ J. B. Baumes, op. cit., pp. 221-222.

⁴⁴ H. Meister, *Souvenirs de mes voyages en Angleterre*, Paris, 1795, p. 32.

3. O TRIUNFO DO ESPAÇO E DO AR

A investigação que a Academia de Medicina lança em 1776 para isolar a origem das epidemias traduz a importância atribuída aos efeitos do ar. No entanto, a ambição é mais ampla. Trata-se da primeira investigação sanitária organizada por uma instituição médica. Índice de mudança de cultura, a media mostra o quanto a medicina é contagiada pela preocupação com a medição, seduzida pelo cuidado de informar e sobretudo, de agir sobre o meio. Vicq d'Azir, nomeado «Comissário Geral das Epidemias»⁴⁵, apresenta o seu questionário a inumeráveis correspondentes locais. Centenas de médicos recensearam deste modo as doenças sazonais das suas cidade e aldeias, assinalaram o horário das marés, a força dos ventos e a quantidade das chuvas. A sua informação estendeu-se ao estado das ruas e das habitações, aos «alimentos diários» e ao desenvolvimento dos trabalhos e dos dias. O conjunto destas informações criou um género, o das «topografias médicas», sínteses que incentivam os primeiros balanços sanitários efectuados sobre uma comunidade.

Trata-se da perspectiva de um «Estado higienista» o que aqui se desenha, o Estado que procura mudar o homem «através de uma acção bem calculada sobre o meio do indivíduo»⁴⁶. É o projecto que retomam os revolucionários e o Estado do século XIX: «É preciso que a higiene aspire ao aperfeiçoamento da natureza humana em geral.»⁴⁷

A diferença dos lugares

Há, em primeiro lugar, muito de tradicional nestas topografias provincianas. Elas igualam o homem à sua terra: ele cresce como crescem as árvores, vegeta como o húmus. Os habitantes das zonas costeiras são magros no «seu solo seco e árido», na província de Nice, enquanto que no solo vizinho, mas já dispendioso e regado dos campos de Menton, são «gordos, rotundos e de uma maior estatura»⁴⁸, e no vale húmido de Montmorency são «sombrios e pesados»⁴⁹. É o último grau do interesse desde há muito votado às atmosferas e aos climas: as «saúdes», os modos de andar e as energias físicas variam segundo o horizonte das terras e dos idiomas próprios de cada província. A investigação quase não dá nenhuma síntese, e as indicações sobre as geadas quase não dão esclarecimentos sobre as epidemias.

⁴⁵ J. Meyer, «L'enquête de l'Académie de médecine sur les épidémies, 1774-1789», *Médecins, Climat et Épidémies à la fin du XVIII^e siècle*, Paris, Mouton, 1972, p. 9.

⁴⁶ P. Rosanvallon, *L'Etat en France de 1789 à nos jours*, Paris, Éd. du Seuil, col. «Points Essais», 1993 (1.^a ed., 1990), p. 121.

⁴⁷ G. Cabanis, *Rapport du physique et du moral de l'homme* (1802), *Oeuvres philosophiques de Cabanis*, Paris, PUF, col. «Corpus des philosophes français», 1956, t. I, pp. 356-357.

⁴⁸ F. E. Fodéré, *Traité de médecine légale et d'hygiène publique*, Paris, 1813 (1.^a ed., 1802), t. I, p. 48.

⁴⁹ Le R. P. Cotte, «Topographie médicale de Montmorency», *Histoire et Mémoires de la Société royale de médecine*, 1779, p. 83.

Uma leitura mais atenta mostra, no entanto, verdadeiras mudanças nestes recenseamentos médicos. A linguagem fibrilar, por exemplo, impõe-se com maior firmeza na descrição do corpo: os habitantes da Haute-Auvergne, habituados aos ares frios e vivazes, apesar do «céu frequentemente enevoadado», possuem «fibras fortes, massivas e pouco irritáveis»⁵⁰. Os pescadores de Marselha, habituados aos ventos secos e às atmosferas vaporosas, possuem uma «disposição vibrátil»⁵¹ que lhes dá calor e firmeza. Os correspondentes médicos confirmam a mínima importância dada aos humores.

A mudança mais importante é a remodelação dos espaços que inúmeros médicos projectam: uma acção directa sobre o meio. Raymond procura os «meios para corrigir o clima da cidade» quando efectua a topografia médica de Marselha em 1777: ele lamenta a orientação das ruas, o desnudamento da colina e a «subversão» do Mistral; propõe a «plantação de árvores como mais de cento e vinte anos»⁵², o levantamento de muros, o aumento do número de fontes e a suavização do ar avivado pelo sol e pelo vento. Hallé indica igualmente os saneamentos possíveis quando visita as margens do Bièvre por ordem expressa da Sociedade Real de Medicina em 1789: afastamento dos moinhos que lhe diminuem o curso, atulhamento dos canais laterais que lhe retêm os miasmas, criação de um declive mais uniforme para lhe acelerar a corrente. Hallé está consciente de um papel em gestação, ou de uma colaboração entre o médico e o político. Ele coloca-se como «interlocutor» do poder, sugerindo o «aconselhamento dos artistas»⁵³ que estariam encarregues dos trabalhos. Isto multiplica também os projectos utópicos: os dos grandes ventiladores colocados às esquinas das ruas, por exemplo, animados pela força de moinhos hidráulicos, ou as bombas do abade Mandres concebidas para agitar as águas estagnadas, ou os grandes véus de gaze movidos por meio de cordas, feitos para renovar o ar dos edifícios públicos⁵⁴.

De facto, a cidade muda, na segunda metade do século XVIII. O ar é aí repensado. Os conjuntos arquitecturais são largamente modelados pelo preceito médico. Os projectos de Ledoux pretendem banir as ruas estreitas acusadas de manter «a parede oposta tão perto que comprime os pulmões, restringe as faculdades e repercute os bafos contagiosos que encerra»⁵⁵. A existência de ossários e de tumbas mantidas no coração das cidades é igualmente menos suportada. A morte de várias pessoas em Janeiro de 1774 é atribuída à mera frequência da igreja de Nantes: o corpo de um senhor «morto de febre pútrida», em Dezembro de 1773, enterrado sob as lajes teria «envenenado» o ar do lugar santo⁵⁶. É desta forma que, sob o controlo da Sociedade Real de Medicina, é encerrado e em

⁵⁰ M. de Brieude, «Topographie médicale de la Haute-Auvergne», *ibidem*, 1782-1783, p. 299.

⁵¹ Raymond, «Topographie médicale de la ville de Marseille», *ibidem*, 1777, p. 105.

⁵² *Ibidem*, p. 130.

⁵³ N. Hallé, «Visite le long de la Bièvre», *ibidem*, 1789, p. LXXXVIII.

⁵⁴ J. B. Banau e A. F. Turben, *Mémoire sur les épidémies du Languedoc*, Paris, 1786, pp. 29, 53, 84.

⁵⁵ C. N. Ledoux, *L'Architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, Paris, 1804, t. I, p. 70.

⁵⁶ *Gazette de santé*, 1777, p. 136.

seguida exumado e deslocado o cemitério dos Saints-Innocents em 1786. Mercier dá-nos uma descrição alucinada: «Sob os archotes acesos apresentam-se fossas imensas abertas pela primeira vez, restos de ossadas, fogos dispersos. Tratava-se de formar um leito de várias polegadas de cal e com ele encher trincheiras profundas.»⁵⁷ A transferência dos corpos, amontoados em carruagens cobertas de panos negros, tem lugar a partir de 7 de Abril de 1786, desde os Saints-Innocents até às catacumbas, de noite, sob a direcção do clero. A teoria do ar metífico impõe, pela primeira vez, o afastamento dos mortos para fora da cidade. Impõe também a derrocada de pontes no último decénio do século: sendo a demolição das casas julgada necessária para a circulação do ar.⁵⁸

É efectivamente o ar o que se mantém no centro das preocupações dos médicos do final do século XVIII, mesmo quando debatem as quantidades de água necessárias à cidade. Menuret de Chambaut não tem outro objectivo quando se felicita com a presença de um «depósito de água» na Rua Vivienne, em 1785. O líquido deste grande reservatório, que fugia pelos seus intervalos, corria pelo pavimento multiplicando os fluxos e os canais antes de arrastar a poeira e o lodo: «O que seria muito mais precioso durante o calor, quando os maus odores têm mais vigor e são mais perigosos.»⁵⁹ O papel da água limita-se ao apagar dos odores. A sua substância não inquieta directamente, desde que ela esteja sempre em movimento. Banau e Turben pretendem, aliás, que a água tirada do Sena, trezentas toesas abaixo do esgoto do hospital, pode ser bebida sem perigo.⁶⁰ A agitação sofrida à superfície do leito do rio é o suficiente para a purificar.

Os médicos da prevenção

A originalidade muito particular desta investigação sobre o ar, voltamos a dizê-lo, é a de confirmar o novo lugar dado ao médico. O seu estatuto já não é o mesmo no final do século, como já não é o mesmo o seu papel preventivo: homem das Luzes, ele reivindica uma influência que não tinha.

O aumento do número de praticantes, no século XVIII, favorece, sem dúvida, esta afirmação. Os números que Catherine Maillé-Viole calcula para Paris são reveladores: menos de 100 no início do século, os médicos parisienses são 150 em 1780 e sobretudo 172 em 1789.⁶¹ Progressão mais nítida ainda no caso dos cirurgiões: 235 em 1715, 466 em 1789. Números semelhantes para Caen onde Jean-Claud Perrot constata um aumento de 38,7% do pessoal médico entre 1750 e 1792, enquanto que o conjunto da população aumenta no mesmo período.

⁵⁷ L. S. Mercier, *op. cit.*, t. IX, p. 192.

⁵⁸ Mouillefarine, *Mémoire présenté à l'Assemblée nationale le 9 avril 1790*, AN, N III Seine 87; ver também R. Etlin, «L'air dans l'urbanisme des Lumières», *Dix-huitième siècle*, 1977, n.º 9, p. 128.

⁵⁹ J. J. Menuret de Chambaut, *Essai sur l'histoire médico-topographique de Paris*, Paris, 1786, p. 87.

⁶⁰ J. B. Banau e A. F. Turben, *op. cit.*, p. 50.

⁶¹ C. Maillé-Viole, «La naissance d'un personnage, le médecin parisien à la fin de l'Ancien Régime», *La Médicalisation de la société française, 1770-1890*, Waterloo, 1982, p. 154.

do, 9,3%⁶². O personagem adquire um prestígio inédito. Dufort de Cheverny é tocado, em 1752, pela forma como o médico Dumoulin, vindo de Paris a Versailles com «sapatos de camponês e uma espessa veste cor de café que nunca largava»⁶³, ordena «como um déspota» o regime que o delfim deve seguir para as suas bexigas. Dumoulin atemoriza um séquito que lhe obedece. Este aumento de prestígio é, aliás, confirmado pelas trajectórias da vida dos médicos do século XVIII. Louis Bagot, nascido em 1728 de uma família sem fortuna, é o exemplo mais característico. Cirurgião da marinha mercante, trata os escravos dos barcos negreiros por volta de 1750. Regressado aos estudos, é recebido como médico na Faculdade de Reims, em 1762, antes de se instalar em Saint-Brieuc e de aí se tornar um notável apreciado. O nível da sua vida cresce regularmente: nenhum criado em 1762, uma criada em 1764, duas em 1768. A sua influência aumenta também: faz-se inocular publicamente em 1763 com a mulher e os filhos, para servir de exemplo e superar melhor as reticências populares. A sua eleição como presidente do Município de Saint-Brieuc em 1794, enfim, sanciona o crédito pacientemente acumulado: o antigo cirurgião de escravos fez o seu percurso de honras.⁶⁴ Outras figuras confirmam estas ascensões: Thouret, médico em Caen, director da Escola de Saúde em Paris, em 1794, depois tribuno e membro do Corpo Legislativo⁶⁵; ou Hallé, acolhido pela Sociedade Real de Medicina, antes mesmo de ser médico, ocupando de seguida a primeira cadeira de higiene, em 1794, para se tornar membro da Academia das Ciências no final do século.⁶⁶

É impossível compreender estas novas figuras sem as associar a uma vontade, completamente nova, de difundir o conhecimento médico. A *Gazette de Santé*, criada em 1773 para chegar «às gentes do campo» por intermédio «dos padres, dos senhores e das senhoras caridosas»⁶⁷ é o exemplo característico destas expansões das Luzes. A *Gazette* quer-se educativa. Ela enumera os acidentes de saúde, as mortes por asfixia, as doenças dos artesãos, o mefitismo dos cemitérios e a insalubridade dos pântanos. Ela aponta as receitas preservadoras, a do banho de ar ou do banho frio, como a da farinha de amido e a do vinho de quina, publica lista de centenários, descreve as experiências sobre o ar das montanhas e a gangrena dos hospitais. Ela insiste sobretudo na necessidade de uma maior presença médica.

A condenação da «medicina de si próprio», argumento regularmente repetido depois de 1770, confirma esta insistência: as dietas sem controlo e os regimes sem aconselhamento seriam os mais perigosos. Só o médico deveria apreciar e propor: «Não há pior médico do que o de si próprio e corre-se o risco de matar-se quando não se tem as primeiras noções da nossa arte.»⁶⁸ A *Gazette*

⁶² J. C. Perrot, *op. cit.*, t. II, p. 882.

⁶³ J. N. Dufort de Cheverny, *op. cit.*, p. 153.

⁶⁴ J. Meyer, «Le personnel médical en Bretagne à la fin du XVIII^e siècle», *Médecins, Climat et Épidémies...*, *op. cit.*, pp. 196-201.

⁶⁵ J.-C. Perrot, *op. cit.*, t. II, p. 888.

⁶⁶ F. Huguier, *Les Professeurs de la faculté de médecine de Paris, dictionnaire biographique, 1794-1935*, Paris, INRP, CNRS, 1991, p. 223.

⁶⁷ *Gazette de santé*, 1773, p. 1.

⁶⁸ *Ibidem*, 1776, p. 212.

de Santé de 1777 vê aí mesmo uma das razões do «enfraquecimento da espécie»: os «dicionários de saúde», essas obras de onde cada leitor extrai o sentimento de poder prevenir as suas doenças, multiplicariam as suas enfermidades, tornando-as mais incontrolladas. Uma «medicina posta nas mãos de toda a gente» assemelhar-se-ia antes a «uma espada posta nas mãos de um louco»⁶⁹. A prevenção das doenças, tal como a sua cura depende apenas do médico.

Os médicos do social

É, aliás, num vasto controlo dos comportamentos populares que se empenham os médicos do final do século, recenseando, pela primeira vez, os corpos enfraquecidos pelas profissões. Cada prática provoca as suas desordens. Cada profissão engendra as suas doenças: os carregadores podem romper as fibras dos pulmões por transportarem peso em demasia; os lavradores podem ficar com as pernas inchadas por estarem muito tempo de pé; os alfaiates podem ter contorções nas costas por ficarem sentados durante muito tempo⁷⁰. Não que estes reparos sejam efectivamente verificados. A evocação dos nervos e das fibras sugere, neste caso, mais certeza do que observação. Um atrito de tecidos, uma rotura de filamentos, desenvolvem uma infinidade de inclinações e de fricções. Winslow demonstra-o com uma das suas doentes, uma jovem mulher de grande estatura, que tento executado numerosos trabalhos com a cabeça inclinada, sem vigiar a posição do seu busto, se torna encurvada até à paralisia «deformada a ponto de ter perdido cerca da quarta parte da sua altura»⁷¹.

A insistência é posta ainda nas doenças do cansaço: os esgotamento dos jornaleiros, a sobrecarga dos carregadores. É de esforços excessivos que sofre a vida dos moços de fretes, de inflamações repetidas e de dessecamentos mortais. Diderot faz disso um elemento do horizonte enciclopédico, pondo em filigrana a primeira versão de uma miséria operária: «Há muitos estados na sociedade que excedem de fadiga, que esgotam rapidamente as forças e que abreviam a vida.»⁷² Daí os conselhos de regimes diluentes concebidos para trabalhadores de esforço, as bebidas refrescantes, o soro e a manteiga tidos como opostos aos efeitos das fricções sofridas pelos órgãos. Daí ainda a sugestão de limitar toda a acção penosa, de lhe repartir a intensidade no tempo, de lhe prever a divisão em porções. Preceito erudito, é claro, preocupação de enciclopedista e, mais raramente, conduta dos operários confrontados com as tarefas das oficinas e com a sua miséria, mas que confirma até que ponto a competência do médico penetra largamente os comportamentos.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ «Les travaux du corps», in É. Tourtelle, *Éléments d'hygiène ou de l'influence des choses physiques et morales sur l'homme, et des moyens de conserver la santé*, Estrasburgo, 1797, t. II, p. 221.

⁷¹ J. B. Winslow, «Mémoire sur les mauvais effets de l'usage des corps à baleines», *Mémoires de l'Académie des sciences*, Paris, 1741, p. 239. A tradução em França do livro de B. Rarriazzini, *Les Maladies des artisans* (Paris 1772, 1.^a ed., 1700), mantido durante muito tempo sem equivalente, desempenhou, sem dúvida nenhuma, um papel nestas análises.

⁷² D. Diderot, *Réfutation d'Helvétius, Oeuvres...*, op. cit., t. XI, p. 458.

Esta competência é feita também de intervenções mais numerosas nas práticas privadas. Os correspondentes de Vicq d'Azir salientam as suas próprias tentativas para influenciar concretamente os gestos populares. Robin de Kériaval, médico em Josselin, afirma em 1776 ter insistido junto das autoridades policiais no sentido de evitar as longas e «perigosas» estadias dos mortos nas casas antes do seu enterro⁷³. Sellier, na sua topografia médica de Amiens, reclama o direito dado ao médico e ao cirurgião de «mandar abrir buracos nos tabiques das paredes dos quartos demasiado estreitos» onde permanecem os doentes para melhor «evacuar o mau ar»; os buracos seriam em seguida «vedados à noite com panos»⁷⁴ para evitar o frio em demasia.

O asseio do corpo torna-se também numa aposta mais notória. Uma limpeza limitada, é claro, aos odores e à sua percepção. A lavagem dos pés para os homens do campo e mesmo a troca de meias tidas como limitadoras das epidemias do Languedoc para Banau e Turban em 1785⁷⁵. Da mesma forma, a troca de roupa interior, o arejamento da roupa de cama são reputados como limitadores das febres para os camponeses da Bretanha que «dormem com os doentes nas mesmas camas, não mudam a palha dos seus colchões com a mesma frequência com que se estraga, e ocupam as camas dos que morrem de doença»⁷⁶. A pele começa a tornar-se objecto de atenção para estes investigadores do final do século, imaginando em torno dela as primeiras defesas contra a doença. Um asseio no contacto, melhor especificado, quando os médicos censuram as parteiras do fim do século por negligenciarem a lavagem das mãos, denunciando as suas unhas negras e os seus dedos manchados. Mais do que até aí, a barreira defensiva começa na atenção à pele e à sua manutenção, fossem elas pelo menos para o povo limitadas à mudança de roupa e à ablução das mãos⁷⁷.

O ar que «prolonga a vida»

Uma descoberta, o isolamento do oxigénio por Lavoisier, em 1777, acaba por reforçar a imagem do médico melhor instruído, da mesma forma que acaba por salientar a nova importância do ar. A constatação de Lavoisier transforma o sentido da respiração: já não é um simples mecanismo da refrigeração do sangue, já não um simples princípio de fôlego que assiste o coração, a respiração torna-se fonte directa de energia e de força. O oxigénio alimenta a química do músculo. Dá-lhe o seu fogo, transformando o acto respiratório em acto motor. A necessidade de oxigénio varia, aliás, segundo as circunstâncias: um esforço físico maior tem como consequência, um consumo maior deste ar muito particular. Lavoisier verifica-o através do número: o oxigénio necessário durante um

⁷³ J.-P. Goubert, *Malades et Médecins en Bretagne, 1770-1790*, Paris, Klincksieck, p. 193.

⁷⁴ Sellier, «Topographie médicale d'Amiens», *Le Journal encyclopédique*, 1981, t. II, p. 503.

⁷⁵ J. B. Banau e A. F. Turben, op. cit., p. 20.

⁷⁶ Citado por J.-P. Goubert, op. cit., p. 161.

⁷⁷ J. Gélis, *L'Arbre et le Fruit, la naissance dans l'Occident moderne (XVI^e-XIX^e siècles)*, Paris, Fayard, 1984, p. 217.

exercício de elevação de pesos aumenta «na razão directa da soma dos pesos elevados até uma altura determinada»⁷⁸. Impõem-se em absoluto as diferenças de consumo «em função da idade, da saúde e do vigor»⁷⁹. Também uma atenção muito especial ao oxigénio, ao seu uso, às suas quantidades poderia favorecer a preservação de si mesmo.

Este ar laboriosamente isolado torna-se para Priestley um prodigioso elixir de vida. O pastor inglês, químico de génio nos seus tempos livres, acumula o precioso líquido num sifão de vidro, respira-o abundantemente e dele tira alguma força desconhecida: «Parece-me que o meu peito se encontra singularmente libertado e cómodo durante algum tempo.»⁸⁰ Priestley pensa dispor de uma nova arte de prolongar a vida: «Quem pode garantir que em seguida este ar puro não se venha a tornar um objecto de luxo muito divulgado?»⁸¹

Várias tentativas foram feitas com os físicos por volta de 1780. Caillens projecta-lhes sobre o rosto o fluido «purificado»: «Vi, como por encanto, o doente restabelecer-se pouco a pouco.»⁸² A *Gazette de Santé* repercute com insistência práticas do género, arriscando a descrição de bombas complexas propostas por alguns médicos industriais. Uma inalação «purificada» pela química pode salvar: «Viram-se doentes perto de sufocarem, com pouca respiração, restabelecerem como por encanto, respirando de tempos a tempos o ar sem logístico, curando-se totalmente em muito poucos dias.»⁸³ Mas o ar «eminentemente respirável» não pode ser simplesmente manipulado e bem raros são os que o utilizam regularmente por volta de 1780.

4. GARANTIAS E PREVISÕES

Para lá da renovação do ar, para lá da transformação dos espaços de vida, opera-se no século XVIII um trabalho gradual contra as doenças, do qual nem os próprios actores têm sempre consciência: este trabalho incide sobre a previsão. A precaução está directamente centrada no risco: a eventualidade do insucesso. Está também centrada nos sinais, aqueles que revelam o perigo antes mesmo que ele apareça. Nenhuma ciência «epidemiológica» vem federar estes gestos dispersos. Nenhuma categoria específica do saber os representa nos tratados de saúde da Europa das Luzes apesar de serem, no entanto, largamente inovadores. O raciocínio que assinalam acrescentam uma perspectiva suplementar aos temas tão esmiuçados da saúde: a perspectiva de prevenção. O investimento no futuro favoreceu, sem nenhuma dúvida, este raciocínio.

⁷⁸ A. L. Lavoisier, *Mémoire sur la respiration*, Paris, 1790, p. 142.

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ J. Priestley, *Expériences et Observations sur différentes espèces d'air*, Paris, 1777-1780 (1.^a ed. inglesa, 1774-1777), t. I, p. 126.

⁸¹ *Idem.*

⁸² *Gazette de santé*, 1783, p. 38.

⁸³ *Ibidem*, 1788, p. 67.

Calcular o risco

Tentar ligar os riscos de física à forma das silhuetas, como o fazem Baumes ou Bender⁸⁴, é definir as populações mais susceptíveis do que outras de serem atingidas; tentar ligar o aparecimento de doenças precisas ao exercício de profissões também elas precisas, como fazem Ramazzini, Tourtelle ou Winslow⁸⁵, é, igualmente, focalizar as probabilidades de ataque, orientar toda a atenção para o «possível». Nos dois casos, a previsão é melhorada. O aprofundamento da diligência preventiva é feita de uma exigência quase impalpável: a da perspectiva temporal, a da revelar a doença antes mesmo que ela seja declarada. Já não a simples defesa contra ela, mas repelir ao máximo a sua possível aparição, jogar com o tempo para lhe prevenir melhor a presença. O uso de objectos protectores na Idade Média correspondia já a este esforço de indicar os riscos. As quarentenas e os isolamentos são outras maneiras de «preceder» os perigos epidémicos. A previsão existe, é claro, desde há muito tempo. Mas o século XVIII revela, a este respeito, uma originalidade que se torna necessário precisar mesmo que os autores da época nem sempre consigam explicitar: esta originalidade prende-se com a estratégia temporal.

A inoculação, em primeiro lugar, constitui o próprio exemplo da tentativa de anular uma doença a surgir: proteger o corpo contra toda a ocorrência, transformando-o a partir do interior. Ela é acompanhada pelo primeiro cálculo sobre o risco da varíola numa dada população e, ainda, pelo primeiro cálculo sobre o risco de insucesso do próprio gesto inoculador. É em percentagem que se enuncia, neste caso, o possível e o provável da doença. O reparo de Jurin, em 1725, já evocado, ao afirmar que a décima quarta parte do género humano morre de varíola, enquanto que apenas um em cada cinquenta morre da inoculação, resume toda a originalidade do raciocínio⁸⁶. Da mesma forma, a investigação da Academia Real, em 1776, ao estabelecer tabelas de concordância entre a aparição das doenças e os episódios do ambiente, ensaia-se no cálculo do risco. Os seus resultados são aleatórios, tão caóticos e limitados são os episódios retidos: direcção dos ventos, seca ou humidade dos solos, duração das chuvas, dos nevoeiros, frequência das trovoadas e das tempestades, mas a tentativa de prever busca efectivamente os seus números e as suas leis⁸⁷.

Até à descrição dos sintomas, que é renovada na segunda metade do século XVIII. Não pretende Buchan descrever na sua *Médecine domestique*, os «sintomas precursores e anunciadores das doenças graves»⁸⁸ para antecipar melhor o seu perigo? Intenção completamente teórica neste caso: o conhecimento, em 1780, dos primeiros sinais da «incontinência da urina», da «desinteria» ou da «cardialgia», pouco melhora ainda a sua prevenção. O raciocínio antecipador, em compensação, sistematizou-se. O passo da previsão torna-se mesmo tão legítimo que, uma outra atitude, completamente inovadora também, pode nascer cerca de 1770: a da garantia contra a doença.

⁸⁴ Ver p. 151.

⁸⁵ Ver p. 158.

⁸⁶ J. Jurin, *op. cit.*, p. 14.

⁸⁷ Ver p. 154.

⁸⁸ G. Buchan, *op. cit.*, t. II, p. II.

A segurança e o operário

A previsão, neste caso, não é feita para evitar directamente a doença, mas antes para lhe atenuar os efeitos: preservar uma saúde «mínima» apesar dos ataques ou, melhor ainda, preservar as energias da vida apesar da presença da doença. É em torno do trabalho e dos seus perigos que nascem estas «garantias» modernas.

A companhia de Saint-Gobain aplica um sistema de assistência médica para os operários antes de meados do século XVIII. Mas os mestres alfaiates de Londres e de Westminster são os primeiros, em 1770, a propor uma prática salarial que incluía explicitamente a preocupação com a saúde. Os companheiros pressionaram-os, lamentando-se das fadigas e das mortes precoces, pretendendo mesmo recusar o pagamento de patente se não fossem largamente protegidos. Os mestres hesitaram, resistiram, mas cederam, empenhando-se em confortar os operários em caso de enfermidade, de sustentar os operários envelhecidos e enfraquecidos. O plano precisado e calculado: 6 *shillings* e 6 *pence* pagos semanalmente durante os primeiros seis meses de doença, 5,3 durante os meses seguintes, 3,6 para os que ficarem inválidos⁸⁹. Os alfaiates londrinos inventam o primeiro seguro de trabalho. São eles que pela primeira vez tomam em conta a vida privada dos operários, associando-a ao trabalho. É que há um dever estritamente pessoal, que é exigido a estes companheiros alfaiates, pagos pelos seus mestres: eles empenham-se, pelo seu lado, em garantir ao máximo a integridade do seu próprio corpo. Não seriam «segurados» aqueles que «pelo desregramento de costumes e mau género de vida viessem a arruinar a sua saúde, e se encontrassem assim, por sua culpa, na situação de não poderem trabalhar»⁹⁰. Criado o plano de novos auxílios, são também criados novos controlos. No fundo, ele inaugura uma prática inédita de «autocontrolo». Os operários alfaiates têm de respeitar um regime de vida. Têm que «moderar-se». O regulamento inglês tem poucos equivalentes ainda, no final do século XVIII, mas indica o quanto o seguro sobre a doença está ainda ligado à moral. Oberkampf diz a mesma coisa quando reorganiza a sua manufactura de tecidos estampados em Jouy, em 1790: «Aqueles cuja conduta terá sido irrepreensível, se adoecerem, serão pagos como em estado de saúde.»⁹¹

Pela primeira vez, o auxílio salarial é conjugado com a exigência de uma auto-vigilância física. Definição «negativa», em suma, onde o dever é, acima de tudo, o de evitar o deboche. Mas a atenção às «doenças dos artesãos» determina, melhor do que nunca a prevenção da saúde tanto nos gestos do operário como nos do mestre. Gradualmente o operário torna-se responsável pelo seu corpo, vigiado pelo mestre, para melhor garantir o trabalho.

⁸⁹ «Établissement charitable des maîtres tailleurs de Londres», *Journal économique*, 1770, p. 369.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ C. P. Oberkampf, «Proclamation du 17 mars 1792», citada por S. Chassagne, *Oberkampf, un entrepreneur capitaliste au siècle des Lumières*, Paris, Aubier, p. 254.

QUARTA PARTE

A FORÇA DE SI E A FORÇA DOS OUTROS

SÉCULOS XIX

CAPÍTULO I

ESPAÇO ÍNTIMO E ESPAÇO PÚBLICO

As epidemias mudam de leis, no início do século XIX, mesmo que as suas causas sejam, como anteriormente, atribuídas às mutações do ar. A condessa de Dash mostra-o, ao explicar o seu terror durante a cólera de 1832. Ele diz temer os eflúvios e os miasmas. Compra pós, usa almofadinhas perfumadas e inunda de cânfora os seus móveis e os seus soalhos. Mas atribui sobretudo às bebedeiras, aos bailes de estacada, às turbulências e às negligências operárias as mortes que ela considera sempre mais numerosas às segundas e terças-feiras, depois dos «excessos» dominicais¹. São os seres deserdados das fábricas, das oficinas atravancadas que geram os novos focos de inquietação, ameaças vindas das zonas obscuras da cidade e já não apenas das águas estagnadas, dos ventos, das ruas estreitas ou dos lugares confinados. Os perigos do espaço económico prevalecem sobre os perigos do espaço urbano ou geográfico.

O perigo de os pobres ameaçarem os outros agudizou-se bruscamente. Tanto a assistência, como a disciplina social, adquirem assim outro relevo. É ao proteger a saúde de alguns, e também ao obsequiar sobretudo os deserdados, que o investimento nacional conseguirá proteger melhor a saúde de todos. O estado industrial confere deveres a si próprio, combinando auxílios protectores e vigilância autoritária. Está em vias de constituição uma higiene pública.

1. O ESTADO «INDUSTRIAL» E A INICIATIVA PÚBLICA

A implacável degradação física dos mais desfavorecidos é expressamente evocada para explicar os desastres da cólera de 1832: «Foram os homens vestidos de túnicas e de andrajos que abriram esta horrível marcha de Paris para a morte.»² Uma partilha cada vez mais agudizada mostra a cólera tomando o espaço dos mais pobres, as ruas populares, o «caminho das revoltas e das insurreições»³. Era o que Pontard previa em 1809, quando queria explicar a origem

¹ Comtesse de Dash, *Mémoires des autres*, Paris, s.d., t. I, p. 256.

² L. Blanc, *Histoire de dix ans, 1830-1840*, Lausanne, 1850, p. 177, t. III.

³ F. Delaporte, *Le Savoir de la maladie*, Paris, PUF, 1990, p. 46.

do tifo de Périquex e a sua influência em diversos lugares da cidade: «Os sítios por onde tinham passado os prisioneiros espanhóis, sujos, fétidos, cheios de vermes, cobertos de andrajos, as ruas que eles mais frequentaram, os bairros onde habitaram e os indivíduos que se relacionaram com eles ou com os doentes, foram os únicos infectados.»⁴ Os pobres desempenham, na cólera de 1832, o papel desempenhado pelos espanhóis no tifo de 1809. Mais do que nunca, as epidemias parecem surgir deste «império do mal, estabelecido sob os nossos olhos»⁵. Em 1832 a massa industrial torna-se uma ameaça sanitária. É para melhor a gerir que o Estado parece ter-se instituído em «Estado Higienista»⁶.

Decisões de governo

A preocupação estatística indica claramente as novas partilhas. A centralização de dados numéricos sobre as cidades e os campos existe, é claro, desde Vauban, no século XVII⁷. Mas a curiosidade dos prefeitos, desde os primeiros decénios do século XIX, assinala mais do que nunca as consequências sanitárias das diferenças sociais, das profissões e dos gestos económicos. As explorações sobre a mortalidade nos distritos ou nos bairros das cidades, os primeiros números sobre os ataques da tísica diferenciados segundo as profissões, indicam os efeitos expressamente sanitários de um «maior bem-estar, de uma sociedade mais civilizada, de uma indústria mais avançada»⁸. As investigações de Villermé ou de Frégier sobre as condições dos operários, as de Parent-Duchâtelet sobre as condições das prostitutas, em 1834, a de Benoiston de Châteauneuf sobre as diferenças entre «a duração de vida para os ricos e para os pobres»⁹, em 1832, renovaram largamente as investigações sobre o ar, a terra, os climas ou mesmo as cidades, conduzidas no século XVIII. Os novos projectos dão uma nova forma ao território da higiene pública: trabalhar sobre os refugos da sociedade para melhor lhes dominar os perigos, «refugos físicos (imundícies, esgotos, depósitos de esquiteamento), mas também refugos morais (estivadores, trabalhadores dos esgotos, trapeiros, prostitutas)»¹⁰. A higiene constrói-se sobre a avaliação dos «flagelos sociais»; tudo doenças atribuídas a qualquer zona inquietante onde a miséria propagaria a infecção enfraquecendo-lhes os corpos.

Vigilância também de alguns estabelecimentos. O Estado possui desde o Império diversos concelhos distritais de salubridade, encarregues de prospectar as

⁴ Citado por F. E. Fodéré, *op. cit.*, t. V, p. 457.

⁵ M. Poujalat, *Religion, Histoire, Poésie*, Tours, 1843, p. 300.

⁶ P. Rosanvallon, *op. cit.*, p. 121.

⁷ Ver p. 99.

⁸ P. Buchez e U. Trélat, *Précis élémentaire d'hygiène*, Paris, 1825, p. 33.

⁹ L.-F. Benoiston de Châteauneuf, *Recherche sur la consommation de tout genre de la ville de Paris en 1817 comparée à ce qu'elle était en 1789*, Paris, 1820; A.-J.-B. Parent-Duchâtelet, *De la prostitution dans la ville de Paris*, Paris, 1836, 2 vols.; H.-A. Frégier, *Des classes dangereuses de la population dans les villes et des moyens de les rendre meilleures*, Paris, 1840, 2 vols.; L.-R. Villermé, *Enquête sur le travail et la condition des enfants dans les mines de Grande-Bretagne*, Batignolles, 1843.

¹⁰ B. P. Lecuyer, «L'hygiène en France avant Pasteur, 1750-1850», in C. Salomon-Bayet, *Pasteur et la révolution pastorienne*, Paris, Payot, 1986, pp. 125-126.

febres, os cheiros e as infecções provenientes das fábricas, e o perigo dos géneros falsificados. Paris dispõe mesmo, pela primeira vez em 1802, de um conselho de 4 membros, médicos ou administradores assalariados, cujo número se eleva a 18 em 1828¹¹. Um decreto de 1810 permite hierarquizar os estabelecimentos perigosos: os de primeira classe, os mais insalubres, devem ser repelidos para fora das cidades, os de segunda classe deveriam observar as regras sobre os odores, os fumos e a maceração das águas, os de terceira classe, por fim, são simplesmente submetidos a autorização¹². O conselho combina, neste caso, polícia e saúde, vigilância e sanções. A higiene pública, aquela que os dicionários do século XIX dizem englobar «as modificações imprimidas ao homem pelo estado social»¹³, possui, pela primeira vez, os seus órgãos de avaliação, senão mesmo de decisão. As estatísticas obtidas de pois da cólera de 1832 são o resultado de novos instrumentos com que o Estado se dotou e dão testemunho do novo olhar sobre a pobreza: «Verificou-se que nos bairros da praça Vendôme, das Tulherias e das Chaussée d'Antan, a mortalidade tinha sido de 8 por mil ao passo que nos bairros do Hôtel de Ville e da Cité, que são os da miséria, tinha sido de 52 a 53 por mil.»¹⁴

Os efeitos directos do empenhamento público são, no entanto, limitados neste início do século XIX. A importância atribuída às imundícies e aos odores faz sempre obstáculo a uma real compreensão das transmissões infecciosas. O conselho de salubridade declara inofensivas as «doenças» engendradas pelas fábricas de produtos químicos de Charenton, em 1825, baseando-se apenas nos índices aparentes, aqueles que são fisicamente provados pelos investigadores: os eflúvios manifestos e considerados suportáveis, a variedade das plantas ou a cor dos legumes que crescem à beira dos edifícios¹⁵. Da mesma forma, as medidas tomadas com o anúncio da cólera de 1832 permanecem unicamente centradas nas exalações fétidas: «As ruelas mais estreitas, as mais infectas, foram empedradas e encerradas; trabalhos rápidos limpavam as imundícies da ilha Louviers.»¹⁶ A impressão sensível, o efeito sobre o olfacto influenciam ainda o juízo. A cólera é, aliás, declarada não contagiosa pelos investigadores de 1834, e associada prioritariamente à miséria e às condições de vida¹⁷.

Mais vastamente é o investimento estatal que impõe os seus limites: como poderia ele garantir de repente o aumento dos projectos de saneamento? O financiamento é insuficiente e os intermediários administrativos também. Falta criar uma organização, além da necessidade de aumentar as convicções, o que torna inaplicáveis grande parte das proposições do conselho de salubridade: a evacuação por meio da chalupas dos lodos parisienses para campos de infiltração, considerada demasiado cara por volta de 1820; a drenagem por esgotos das

¹¹ Conseil de salubrité de la Seine, année 1825, Archives de la préfecture de Police de Paris.

¹² B. P. Lecuyer, *op. cit.*, p. 84.

¹³ Art. «Hygiène», *Dictionnaire abrégé de médecine*, *op. cit.*, t. IX, p. 357.

¹⁴ *Ibidem*, p. 180.

¹⁵ Rapport au Conseil de salubrité, 1825, *op. cit.*

¹⁶ L. Blanc, *op. cit.*, p. 176.

¹⁷ L. F. Benoiston de Châteauneuf, *Rapport sur la marche et les effets du choléra morbus dans Paris*, Paris, 1834, p. 119.

comunas dos arredores de Paris, considerada também demasiado cara e não passando de projecto, por volta de 1840. Em compensação, é adoptada em 1839, uma central fechada de esarteamento, recomendada pelo conselho para reunir e isolar os matadouros parisienses ¹⁸.

A higiene pública renovou os seus cálculos e as suas vigilâncias no início do século XIX, mas ainda não renovou os seus conhecimentos nem instalou todas as redes de uma administração.

A vacina e a rede

A instituição da vacina é o exemplo mais revelador do novo empenhamento estatal, e também o dos seus limites. É que a defesa contra a varíola pode ser subvertida desde o fim do século XVIII. Tudo se prende a uma constatação já antiga: os sujeitos que haviam sido vítimas da *cow-pox*, as bexigas das vacas, ficam refractários ao vírus variólico ¹⁹. Eles estão preservados como os que já sofreram a infecção. As pústulas localizadas nas tetas das vacas comunicaram-lhes as úlceras às mãos, acompanhadas de uma febre passageira: eles contraíram a *cow-pox*, doença insignificante, mas tornaram-se insensíveis à varíola, doença trágica. Jenner é o primeiro a transpor a constatação em experiência: a *cow-pox* inoculada, em Maio de 1796, em James Phipp, uma criança de oito anos, coloca-o ao abrigo do contágio do vírus da varíola dois meses mais tarde. As vantagens da operação impõem-se: benignidade da inoculação e eficácia do seu efeito. Nasce a primeira vacina. Daí o «sonho» de preservar populações inteiras e o desejo de vacinar colectivamente.

A febre e a borbulha da vacina não apresentam perigo. As sequelas da inoculação não exigem particular vigilância. Os números ingleses servem de confirmação, sempre continuados, insistentes e acumulados em poucos meses: os 48 habitantes da aldeia de Lowther, vacinados numa assembleia em 1800, ficam preservados quando a varíola lhes é comunicada algumas semanas mais tarde ²⁰; os guardas do rei de Inglaterra, os marinheiros da frota, são vacinados sem prejuízo em 1800 ²¹; os soldados do campo de Alexandria são vacinados em 1801 «sem interromperem o serviço» ²². Não há acidentes nestas vacinas em série. Duas palavras marcam doravante toda a diferença: a «variolação», antiga prática que insere directamente a ampola variolosa, e a «vacina», a nova, que insere a ampola de uma doença diferente e atenuada.

Duas razões, sobretudo, tornam a vacina mais segura: o vírus só se comunica pelo sangue e não é perigoso. Enquanto que a inoculação comportava riscos. Ela comunicava uma varíola efectivamente real e podia sustentar a epidemia. Os acidentes do século XVIII são recordados com insistência: «É deste modo que, quando Marie-Thérèse, em Viena, manda inocular várias crianças do seu

palácio, as bexigas propagam-se a uma aldeia vizinha, apesar das precauções que tinham sido tomadas» ²³. A diferença é capital: a variolação obriga o médico a transportar a doença que pretende combater. A vacina, pelo contrário, permite não «tocar» o vírus.

«A extinção das bexigas» torna-se uma ambição, baseada, pela primeira vez, numa técnica controlada. O projecto de «enfraquecer o flagelo» ²⁴ torna-se objecto das declarações oficiais e dos manifestos eruditos. A erradicação da doença desenha-se como uma conquista possível.

É para a vacinação obrigatória que tendem os preceitos médicos. Valentin que se corresponde com Jenner e multiplica as intervenções em Nancy cerca de 1810, salienta a influência das vacinações pontuais, ainda que fossem numerosas. Ele aponta todo o foco como uma ameaça que só a «universalização» da vacina poderia afastar: «Apesar de tudo o que pude fazer nesta província pela vacina, ainda aqui temos bexigas. Acabo de tratar uma menina de 32 anos, naturalmente varíolada pelo seu jardineiro, cujos setes filhos estavam atacados por esta peste.» ²⁵ Fodéré salienta em 1813 as consequências possíveis das vacinações desigualmente partilhadas pelas comunidades: «Vi, nos Alpes marítimos, a pequena aldeia de Pégliou, onde todas as crianças tinham sido vacinadas, ficar intacta entre duas outras grandes aldeias vizinhas, Pégliou e Contes, que foram destruídas por uma epidemia terrível e que não tinham querido submeter-se à vacinação.» ²⁶

Esta obrigação seria a primeira do género: pressionar todo o indivíduo a sofrer a um ataque físico para evitar a doença, mas também para a evitar aos outros; afectar a carne de cada um no interesse de todos. As propostas multiplicam-se em França, desde o início do século: seria esta universalização muito dispendiosa? «Os pais ricos deveriam pagar as operações para as crianças pobres.» ²⁷ Seria a convicção do público insuficiente? «É preciso olhar para as crianças raquíticas cuja saúde foi melhorada pela vacina.» ²⁸ Existe assim, pela primeira vez, uma vontade estatal a favor de uma generalização da vacina. A circular de Chaptal, em 1804, revela este desejo de universalização: «Vacinar os filhos da pátria e enviá-los para os campos para servirem de vacíniferos; de uma maneira geral, vacinar gratuitamente os pobres.» ²⁹ A ideia de uma obrigação muito particular nasce neste início do século XIX, aquela que exige uma vigilância física pessoal em nome da própria comunidade: «É curioso que não se ouse forçar os homens a sentirem-se bem, quando se os obriga a se deixarem matar.» ³⁰

²³ F. E. Fodéré, *op. cit.*, t. V, p. 459.

²⁴ C. E. A. Grassi, *Manuel des vaccinateurs*, Paris, 1817, p. 39.

²⁵ Citado por F. E. Fodéré, *op. cit.*, t. I, p. 466, nota.

²⁶ *Ibidem*, t. V, p. 460.

²⁷ «Rapport à la Société médicale d'Indre-et-Loire» (1801), citado por C. Beauchamp, *Délivrez-nous du mal, épidémies, endémies, médecine et hygiène au XIX^e siècle...*, Maulévrier, Hérault-Éditions, 1990, p. 236.

²⁸ J. Ségaud, *Précis historique de la vaccination pratiquée à Marseille*, Marselha, 1812, pp. 17-18.

²⁹ Citado por C. Beauchamp, *op. cit.*, p. 237.

³⁰ Art. «Vaccine», *Dictionnaire abrégé de médecine*, *op. cit.*, p. 379.

¹⁸ B. P. Lecuyer, *op. cit.*, pp. 91-92.

¹⁹ Art. «Vaccine», *Dictionnaire abrégé de médecine*, *op. cit.*, t. XV, p. 377.

²⁰ J. Thorritor, *Preuves de l'efficacité de la vaccine*, Paris, 1807, p. 51.

²¹ P. Darmon, *La Longue Traque...*, *op. cit.*, p. 159.

²² J. Thorutur, *op. cit.*, p. 41.

Novas e numerosas são as disposições que se encaminham para a universalização: no início do século XIX, a instalação de um «comité central de vacina» do qual dependem os comités distritais e mesmo os concelhios. Primeira organização médica hierarquizada, segundo a nova grelha política do século XIX, o comité promove digressões de vacinadores. Várias decisões administrativas confirmam a vontade propagandista: o autarca de Blessonville (Haute-Marne) é suspenso das suas funções por ter recusado a vacina aos pais que lhe reclamavam durante a epidemia de 1816³¹; regulamentos e decretos impõem desde 1812 «nos estabelecimentos públicos, nas escolas, nos colégios, nos exércitos... que se faça prova de ter tido bexigas ou que se tenha tomado a vacina»³². A difusão administrativa da vacina concretiza uma agitação nos costumes efectivamente salientada por Darmon: «Pela primeira vez na nossa história o Estado afirma a sua determinação em supervisionar um conjunto de operações sanitárias.»³³ Uma instância central de prevenção dissemina os seus agentes locais de um lado ao outro das malhas e dos estratos do espaço nacional. Os médicos já não são simples informadores e peritos, como nas primeiras investigações epidémicas do século XVIII, são agentes de uma intervenção nacional impulsionada.

O obstáculo mais importante é, em compensação, o do financiamento e o da administração. É no acto gratuito dos médicos que Chaptal, ministro do Interior em 1810, funda toda a esperança. Chaptal consagra o vacinador a um trabalho «militante». Certificados honoríficos, cartas oficiais de felicitações, medalhas, títulos de «Primeiro vacinador», vêm recompensar o operador consciencioso: «Confiai este emprego àquelas cuja actividade e devoção sejam bem conhecidas. Fazei-os encarar a possibilidade de obter os lugares de médico ou de cirurgião que vierem a vagar no seu concelho, dai-lhes consideração, e excitai a sua emulação...»³⁴, recomenda Chaptal em 1810. Mas estas homenagens formais não fazem mais do que acrescentar à exortação moral feita aos vacinados uma exortação moral feita aos vacinadores. A administração não pode, neste caso, suportar os encargos de um serviço público: durante muito tempo é aos conselhos gerais, às comunas e aos responsáveis locais que cabem as iniciativas para subvencionar a digressão dos vacinadores. As ajudas financeiras não chegam à vacina ao passo que existe, e é considerável, uma tomada de consciência estatal.

2. A FORÇA VITAL E O TRABALHO

As agitações culturais nos primeiros decénios do século XIX são mais importantes ainda do que estas tentativas administrativas: trata-se de critérios inéditos de saúde que o Estado, ainda neste caso, não consegue tomar totalmente a cargo, mas que desenham mudanças de práticas. É preciso retomar os novos co-

³¹ P. Darmon, *La Longue Traque...*, op. cit., p. 229.

³² F. E. Fodéré, op. cit., t. V, p. 462.

³³ P. Darmon, *La Longue Traque...*, op. cit., p. 207.

³⁴ Carta do ministro do Interior de 13 de Novembro de 1810, citada por C. Beauchamp, op. cit., p. 240.

nhcimentos, as investigações conduzidas sob a Restauração ou a Monarquia de Juillet. A figura do «homem médio» emerge lentamente da associação numérica. Homem fictício, «média em torno da qual oscilam os diversos elementos sociais»³⁵, ele renova a imagem da saúde colectiva.

Só a tentativa de comparar a força muscular entre os homens revela já um programa e uma visão do mundo. O instrumento de medida parece neste caso insignificante: o dinamómetro inventado por Régner em 1805, pequena mola de lâminas cuja agulha registadora indica a intensidade das forças exercidas sobre ela. O aparelho é um objecto de diversão. Penetra as feiras provinciais, os jogos dos campos, aventura-se nos circos itinerantes erguidos no coração das cidades. Daumier representa-o em *Les Français peints par eux-mêmes*³⁶ enquanto que La Bédollière comenta o seu uso entre os saltimbancos da Monarquia de Juillet: «Carregai nesse tampão em linhas verticais ou horizontais, encostai a coluna vertebral contra esta almofada, podereis mesmo ver surgir do dinamómetro um Hércules em madeira pintada com o qual ser-vos-á legítimo comparar-vos.»³⁷ Mas o instrumento pode ser também usado por mãos mais peritas e levar a conclusões sanitárias: comparar a força entre populações, por exemplo, calcular robustezas, interpretar fragilidades. O «homem médio» do início do século XIX reserva, por conseguinte, surpresas. Indica numericamente as diferenças sociais com as quais os observadores não contavam.

A força dos cidadãos

O dinamómetro de Régner, franqueando fronteiras e continentes, é utilizado para comparações entre culturas. Os quadros de Péron, realizados durante a sua volta ao mundo em 1806, parecem então formais: os homens do oceano austral mostram-se inferiores em vigor aos homens vindos da Europa. Os selvagens pouco mais atingem do que os 50 quilos de pressão de mãos no dinamómetro enquanto que os marinheiros franceses e ingleses atingem e ultrapassam os 70 quilos. Maurouard, um dos oficiais franceses, «vence várias vezes na luta com uma grande facilidade»³⁸ o mais robusto dos homens do Diémen. As observações repetidas de ilha em ilha confirmam: os «nativos» a quem Cook e Bougainville tinham elogiado a força, cerca de 1760, revelam-se débeis e desfalecidos. A maior parte deles não consegue disfarçar o seu défice físico apesar dos «ombros largos e dos rins bem desenhados»³⁹.

A imagem do selvagem bem como a do civilizado mudam com esta vontade efectivamente aplicada de comparar forças: o homem do Diémen, o de Timor ou o da Nova Holanda sofrem a sua miséria até no seu vigor. Péron choca-se com a sua antiga valorização pelos enciclopedistas do século XVIII. Ele rele-

³⁵ A. J. C. Quetelet, *Sur l'homme et le développement de ses facultés ou Essai de physique sociale*, Bruxelas, 1835, p. 21.

³⁶ H. Daumier, «Les banquistes», *Les Français peints par eux-mêmes, les provinces*, Paris, 1841, t. I, p. 130.

³⁷ E. Gigault de la Bédollière, «Les banquistes», *ibidem*, p. 133.

³⁸ F. Péron, *Voyage de découverte aux terres australes*, Paris, 1807, p. 449.

³⁹ *Ibidem*, p. 448.

ga-os para o fundo de uma escala humana que a certeza do progresso bruscamente reforçou, instalando as civilizações numa hierarquia implacável. A «superioridade irrecusável»⁴⁰ do europeu sobre o selvagem traduz-se por um aumento de saúde, neste caso observado a partir da força. A monumental *Histoire naturelle du genre humain* de Virey acumula, em 1824, afirmações categóricas, contabilizando os selvagens da América do Norte para apontar o seu envelhecimento sempre prematuro, o seu número sempre limitado, a sua sempre desolada solidão⁴¹. O laço entre a precariedade material e a precariedade sanitária apertou-se.

Um raciocínio idêntico é aplicado a outros «selvagens» mais próximos, aqueles que frequentam as oficinas e as ruas populares das cidades: os operários. A comparação da sua estatura, a medida da sua constituição mostram uma mudança na imagem do pobre, uma forma inédita de apreciar e explicar as suas fragilidades.

A preocupação de distinguir os graus de civilização orienta as constatações. Os primeiros conselhos de revisão, por exemplo, sugerem após o Império, um conjunto de comparações numéricas: a estatura média do homem revela-se maior em Paris do que nas comunas limítrofes, maior nos distritos ricos do que nos distritos pobres, maior nos «distritos onde a população urbana é mais numerosa»⁴². Daí esta nova insistência em invalidar a crença dos higienistas do fim do século XVIII: não é nos campos, longe disso, que a saúde estaria mais assegurada, mas sim, muito simplesmente nas cidades. Nesta a estatura média seria maior, as doenças em menor número e maior a duração de vida; uma diferença que a riqueza de cada bairro urbano podia ainda acentuar, como pretende mostrar o prefeito do Sena em 1821: os habitantes que atingem uma «idade avançada», de 80 a 90 anos, são proporcionalmente mais numerosos no bairro opulento dos Inválidos e de Saint-Germain, o décimo bairro de Paris, do que no bairro mais pobre de Les Halles e de Saint-Eustache, o sexto bairro. Aqui a diferença é de mais do dobro. Os homens e as mulheres de 80 a 90 anos que no décimo bairro constituem 58 por mil, não são mais do que 25 por mil no sexto bairro⁴³. Idêntica constatação nos distritos. Os do Centro, Haute-Vienne, Corrèze, Charente, Dordogne e Lot acumulam neste aspecto, as falhas: estatura pouco elevada, doenças numerosas, pobreza difusa. Pela primeira vez, as causas evocadas são claramente sociais: não só a riqueza, mas também a cultura, o saber, os comportamentos e os hábitos de vida: «É notável que estes cinco distritos façam parte daqueles em que a instrução primária está menos alargada; é também entre estas populações que se encontra, em geral, o maior número de reformas, devidas à tina e às escrófulas, índices de uma grande falta de limpeza.»⁴⁴ A fraqueza física é explicitamente ligada a uma fraqueza do saber: o défice sanitário do operário e do camponês prende-se com a ignorância. Tema

⁴⁰ J.-J. Virey, *Histoire naturelle du genre humain*, Paris, 1824, t. I, p. xxvi.

⁴¹ *Ibidem*, t. I, p. xxv.

⁴² A. d'Angeville, *Essai sur la statistique de la population française considérée sous quelques-uns des ses aspects physiques et moraux*, Paris, 1836, p. 49.

⁴³ *Recherches statistiques sur la ville de Paris c. le département de la Seine*, Paris, 1821, quadro II.

⁴⁴ A. d'Angeville, *op. cit.*, p. 49.

novo, pouco desenvolvido ainda no início do século XIX, embora desenhe uma das grandes operações de cultura conduzidas nas décadas seguintes: as populações trabalhadoras têm de ser educadas, elas devem seguir uma instrução. Desta empresa dependem tanto o seu trabalho como a sua saúde. O Estado, que rompeu com as legitimidades religiosas e hierárquicas do Antigo Regime, deve ser não só higienista, mas também pedagógico.

A «força» orgânica

Para além desta instrução a que a Escola desenha os contornos, existe um programa de reforço físico nos anos de 1820. Clías e Amoros exemplificam-no. Os exercícios que inventam nos seus ginásios de Berna e de Paris são simples, variados, totalmente novos e também abstractos (tracção, flexão, extensão, rotação...); os seus movimentos seguem linhas geométricas (oblíqua, horizontal, vertical e curva...); os seus grupos compõem séries numeradas e ordenadas do simples ao complexo, com progressões de dificuldade e variações de duração nas sessões. Estes movimentos podem ser directamente exercidos sobre o dinamómetro que regista a sua potência. A avaliação dos resultados é inédita, como mostra Clías quando descreve o «renascimento» operado em 1815 sobre um débil jovem de dezassete anos: extensão de rins, tracção de braços, pressão de mãos, todas estas forças teriam duplicado em alguns meses⁴⁵. As formas do dinamómetro modificam-se, aliás, para registar melhor os diferentes movimentos exercidos⁴⁶. O cálculo não tem relação com o do século XVIII em que o exercício não passava do endurecimento das fibras, de simples tensão e de convergência de oscilações estimulantes. A novidade consiste na geometrização dos gestos e na sua conjugação; ela consiste no registo de forças e no seu desenvolvimento.

O mesmo é dizer que esta atenção às eficiências implica mudanças mais vastas. Ela pressupõe uma lenta transformação da cultura do corpo que só o contexto social e económico permite compreender. Não muda a imagem do trabalho entre o fim do século XVIII e o início do século seguinte, promovendo uma maior vontade de calcular as capacidades e de as comparar? Uma visão já industrial, uma economia de gestos e de custos: a incansável repetição de movimentos especializados e precisos para realizar os objectos «fabricados» de que fala o barão Dupin, em 1826, na sua «mecânica das artes e ofícios»⁴⁷. Trabalhos reduzidos mais do que antes «a um pequeno número de movimentos»⁴⁸. As gravuras dos enciclopedistas e a sua reconstituição a algumas décadas de distância, ilustram estas renovações. As mãos dos operários ou dos artesãos, largamente presentes nas gravuras da *Encyclopédie* de Diderot, em meados do

⁴⁵ P. H. Clías, *Gymnastique élémentaire, ou cours gradué d'exercices physiques propres à développer et à fortifier l'organisme humain*, Berne, 1819, citado por P. Buechez e U. Trélat, *op. cit.*, p. 306.

⁴⁶ F. Amoros, *Manuel de gymnastique*, Paris, 1830, atlas, prancha 17.

⁴⁷ C. Dupin, *Géométrie et mécanique des arts et métiers et des beaux-arts*, Paris, 1826, t. III, p. 125.

⁴⁸ Art. «Manufacture», E. M. Courtin, *Encyclopédie moderne*, Paris, 1823, t. XXIII, p. 28.

século XVIII, os seus dedos ágeis que preenchem uma parte do quadro para salientar a habilidade dos gestos, desaparece na *Encyclopédie moderne* de Courtin, em 1823 ⁴⁹. O trabalho mecânico começa a impor-se sobre o trabalho hábil. A física sobrepõe-se à destreza; a medida sobrepõe-se ao tacto.

A ginástica inspirada em gestos geometrizados adquire um estatuto oficial no início do século XIX. O ginásio de Amoros, antigo coronel espanhol que adere ao Império, é inaugurado por um ministro, Latour Maubourg, em 1820 ⁵⁰. Balzac segue o seu percurso alguns anos mais tarde, descrevendo em *La Rabouilleuse* heróis de espantosa força, alguns jovens de Alençon «alertas como os alunos de Amoros» ⁵¹, desaparecendo em escaladas impossíveis e em inalcançáveis fugas nas ruas da cidade. Esta ginástica penetra os dicionários do início do século, as enciclopédias, os livros de higiene e triunfa nos textos lúdicos. Ela dá origem a ilustrações e comentários. Ela seduz. Em compensação a sua instalação concreta é mais difícil. Pressupõe a organização de espaços, o uso de aparelhos específicos e dispendiosos. Modelo inaugural, o ginásio de Amoros que recebe «os alunos de todas as escolas reais» ⁵² é objecto de uma difusão restrita apesar da sua réplica de Montpellier, em 1828, e da existência de alguns locais privados. Surge uma convicção sem que surja uma grande prática. O ginásio convence e impressiona, sem que se opere, nos primeiros decénios do século, uma verdadeira transformação dos hábitos e dos comportamentos. O projecto estatal de construir uma série de estabelecimentos gímnicos choca-se ainda com a dificuldade de lhes assegurar as despesas e de lhes constituir a administração.

3. AS PRIMÍCIAS DO CONFORTO

Os próprios números desenham outras prioridades para além da mera força muscular. É a influência muito particular do desafogo e das condições de vida que põem em evidência as «constatações» de Péron sobre os selvagens do fim do mundo e as estatísticas dos prefeitos sobre a mortalidade nas cidades e nos campos. Gradualmente, o tema da civilização passa a constituir um argumento sanitário: a disposição das casas, o seu conforto, a técnica de decoração, a dos espaços íntimos e os objectos quotidianos são sempre largamente citados como garantias de saúde.

Os primeiros objectos do «conforto»

A palavra conforto torna-se mais frequente na pena dos arquitectos cerca de 1830. Ela adquire entre eles um sentido preciso, claramente indicado num pro-

⁴⁹ *Ibidem*, tomos de pranchas.

⁵⁰ Sur Amoros, ver M. Spivak, «Francisco Amoros y Ondeano», *Le Corps en mouvement*, sob a direcção de P. Arnaud, Toulouse, Privat, 1981.

⁵¹ H. de Balzac, *La Rabouilleuse* (1841), *Oeuvres complètes*, Paris, 1867, t. 1, p. 25.

⁵² Archives nationales, F 17 2647.

jecto de Victor Considérant descrito em 1834 ⁵³: uma visão dos espaços habitados, ainda utópica, mas já suficientemente credível para estar no limiar da aplicação real. Os fluxos de ar e de luz, os de água quente e de calor, são inteiramente redistribuídos: o calor, por exemplo, é extraído de um calorífero central que serve para alimentar tanto as cozinhas, as estufas, os banhos como os aposentos. O projecto visa desmultiplicar os serviços. Ele é económico, pois estes tubos contêm outros, feitos para levarem a água corrente aquecida. É pragmático também, pois visa menos o luxo do que a eficácia. Uma rede de circuitos específicos, por fim, permite a evacuação de dejectos por condutas reagrupadas e enterradas.

A palavra conforto adquire, neste caso, um sentido que não tinha baseada nesta visão unitária do conjunto dos fluidos e na transformação das práticas que permite: «Concebe-se facilmente o quanto estes dispositivos de conjunto são favoráveis ao asseio geral, como fazem circular o conforto e como contribuem para privar o serviço doméstico do que ele tem de sujo e repugnante e muitas vezes hediondo, nas lides domésticas da civilização.» ⁵⁴ A rotura é radical em relação às «comodidades» do século precedente. O aposento já não é apenas atravessado por fluxos de ar, mas também por fluxos de calor e de água. Será preciso algum tempo, certamente, para que estes dispositivos sejam concretamente instalados, mas o princípio está presente. Ele incentiva a disposição de uma «maquinaria do conforto» ⁵⁵ cujo papel sanitário está expressamente associado às certezas da civilização.

Mais modestas são as realizações tangíveis no começo do século XIX. Objectos e arrumações são dispersos e heterogéneos, próximos mais das «fórmulas de arrumação» ⁵⁶ do que a empresa arquitectónica. Mas indicam claramente as primícias de uma tecnologia da higiene: paredes revestidas de folhas de chumbo vendidas pela companhia Hutchinson em 1823 para isolar do frio ⁵⁷, ou mesmo revestidas com placas de lava vulcânica propostas por alguns vendedores parisienses ⁵⁸; «sandálias higiénicas», «sapatos impermeáveis» para «proteger os pés da humidade» ⁵⁹; coletes de flanela guarnecidos de mangas para conservar melhor o calor ⁶⁰; «escalfetas saudáveis» arranjadas sob a forma de uma «elegante caixa metálica» que dispõe de um regulador e de uma lamparina de azeite ⁶¹; «escrivaninhas caloríferas» para o trabalho de escritório, que Schwickardi vende, um mecânico da Rua Castiglione em 1827 ⁶². Também as banheiras surgem timidamente nos alojamentos dos privilegiados, mas sobretudo aquelas que uma dezena de sociedades parisienses de «banhos ao domicílio»

⁵³ V. Considérant, *Les Conditions sociales de l'architecture*, Paris, 1834.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 44.

⁵⁵ F. Béguin, «Les machineries anglaises du confort», *Recherches*, n.º 29, Dezembro de 1977; ver também *Du luxe au confort*, sob a direcção de J.-P. Goubert, Paris, Belin, 1988.

⁵⁶ A. Dubourg dá bom exemplos no seu *Dictionnaire des ménages*, Paris, 1836.

⁵⁷ *Hygie*, 7 de Outubro de 1827, s.p.

⁵⁸ *Le Journal des connaissances utiles*, 1835, p. 312.

⁵⁹ *Ibidem*, 1833, p. 16.

⁶⁰ *Gazette hebdomadaire de santé*, 1823, pp. 60-61.

⁶¹ *Hygie*, 1 de Fevereiro de 1827, s.p.

⁶² *Idem*.

alugam transportando cuba, água quente e baldes ⁶³; o que permite, segundo o cálculo de Abel Hugo em 1835, uma média de 3 banhos por parisiense por ano ⁶⁴. O importante não é tanto a dispersão destes objectos, a sua heterogeneidade, mas mais o cuidado técnico que revelam. Algumas realizações tiveram efeitos muito reais sem que os seus autores deles tivessem consciência: as vidraças, por exemplo, progressivamente instaladas nas casas rurais durante o primeiro terço do século XIX. Um dispositivo que pela primeira vez faz obstáculo aos mosquitos numa Sologne durante muito tempo dizimada pela malária, enquanto que o papel infeccioso do insecto continua a ser ignorado. Também o tijolo colocado em vez do barro amassado com palha cortada, no primeiro terço do século XIX, tem um efeito semelhante ao impedir a nidificação de mosquitos ⁶⁵.

É efectivamente uma tecnologia preventiva que brota sobre estes instrumentos díspares no início do século XIX, mesmo que não seja consciente de si própria: um processo que gera aparelhos específicos, favorecendo a sua concepção e a sua difusão.

Civilização e «força» alimentar

A hierarquia entre as técnicas sanitárias concerne também os regimes alimentares. A constatação de uma inferioridade dos campos renova o juízo sobre os alimentos: legumes, cereais e farináceos já não constituem regimes satisfatórios. É a falta de carne aquilo que causaria a debilidade dos distritos do Centro: regiões cujo aprovisionamento muito particular constituía «a parte da França onde se consomem mais castanhas: pois dos 2 700 000 hectolitros que se consomem em França, estes cinco distritos consomem 1 436 000» ⁶⁶. Os camponeses que comem amido não poderiam ter o vigor dos cidadãos que comem carne; tanto mais que, para ser mais intensificada, a força deve estar concentrada. O que o volume fibroso e incómodo dos vegetais não permite. Daí a indigência física atribuída aos camponeses «que vivem apenas de legumes e de mucilaginosos, que têm os órgãos fracos, laços, um sangue pouco espesso e estão predispostos para as doenças atónicas, mucosas e caquéticas» ⁶⁷. Enquanto que o oposto é originado pelo regime carnívoro: «Quem não vê que a dieta animal fortifica todos os órgãos e vivifica todas as funções...?» ⁶⁸.

Esta insistência na carne confirma um lento enriquecimento social, mas também a ascendência decisiva dos valores citadinos. O lugarejo de Balzac, em *Le Médecin de campagne*, o lugar selvagem e isolado tomado a cargo como uma missão de um novo tipo pelo doutor Bénassis, só prospera quando fortemente

⁶³ P. de Kock, «Les bains à domicile», *La Grande Ville, nouveau tableau de Paris*, Paris, 1842, t. I, p. 170.

⁶⁴ A. Hugo, *La France pittoresque*, Paris, 1835, t. II, p. 122.

⁶⁵ «C'est dans le premier tiers du XIX^e siècle que commence à se répandre l'usage de carreaux aux fenêtres et éventuellement aux portes, protection non négligeable contre l'invasion des moustiques», C. Beauchamp, *op. cit.*, p. 225.

⁶⁶ A. d'Angeville, *op. cit.*, p. 49.

⁶⁷ J. B. G. Barbier, *Traité d'hygiène appliquée à la thérapeutique*, Paris, 1811, t. II, p. 24.

⁶⁸ L. Rostan, *Cours élémentaire d'hygiène*, Paris, 1828 (1.^a ed. 1820), t. I, p. 197.

ligado à cidade: reúne-se-lhe sob a acção obstinada do médico, através de uma rede de estradas alargadas, de um fluxo de mercadorias multiplicadas, e de uma troca fortemente acrescida de homens e de ideias. Modifica-se, então, lentamente o regime alimentar destes camponeses romanceados por Balzac, durante muito tempo votados «às batatas e aos lacticínios» ⁶⁹. A sua alimentação torna-se mais carnívora e mais diversificada: «Colhe-se aí mais trigo sarraceno para alimentar a capoeira do que o que se semeava antigamente para alimentar os homens.» ⁷⁰ Atenuam-se as enfermidades, esbatidas pelo recurso às carnes brancas e vermelhas, cuja acção Bénassis considera determinante: «Curei os camponeses das suas doenças tão fáceis de curar: trata-se apenas, com efeito, de lhes devolver as forças através de uma alimentação substancial.» ⁷¹ O médico de Balzac impõe a carne como um símbolo, elevando o talho a índice principal de prosperidade: «Um talho revela numa região tanto de inteligência como de riqueza.» ⁷²

Esta insistência na carne aviva também as questões mais eruditas: o poder das substâncias carnis torna-se mais do que nunca uma preocupação da química, um tema de experiência e de manipulação. Thenard pretende identificar o princípio activo das carnes comestíveis num suco que isola em 1816: a «osmazoma», concentrado líquido obtido ao submeter à reacção do álcool o suco da carne previamente limpo de gordura ⁷³. Procedimento aproximativo, evidentemente, casual mesmo, mas que durante muito tempo dá um prestígio particular ao extracto de carne e aos seus derivados: «De todos os constituintes das matérias animais, a osmazoma é a mais reparadora.» ⁷⁴ Daí estas novas tentativas para concentrar o suco em produtos ditos de saúde: tabletes de osmazoma inventadas por Cadet em 1820 para empregar em sopas e em caldos ⁷⁵; chocolate de osmazoma, de «efeitos tónicos e extraordinariamente nutritivos» ⁷⁶, aprovado em 1825 pela Academia de Medicina; pó de osmazoma, substância nutritiva para viagens ou situações de esforço, recomendada pelo *Dictionnaire abrégé de médecine* em 1825 ⁷⁷. Longe dos velhos elixires, a «força» é gradualmente propagada através de alimentos mais eruditos, objectos de uma colaboração entre o químico e o fabricante.

A saúde romântica

A insistência destas substâncias tanto mais activas quanto sejam pouco volumosas encobre uma outra mudança de sensibilidade no início do século XIX: a divisão mais acentuada entre magros e gordos. A crítica dos alimentos exclu-

⁶⁹ H. de Balzac, *Le Médecin de campagne* (1833), *Oeuvres complètes, op. cit.*, t. II, p. 7.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 10.

⁷¹ *Ibidem*, p. 12.

⁷² *Ibidem*, p. 9.

⁷³ Art. «Osmazone», *Dictionnaire abrégé de sciences médicales, op. cit.*, t. XII, p. 138.

⁷⁴ P. Buchez e U. Trélat, *op. cit.*, p. 128.

⁷⁵ Art. «Osmazone», *Dictionnaire..., op. cit.*, p. 139.

⁷⁶ *Hygie*, 4 de Fevereiro de 1826, s.p.

⁷⁷ Art. «Osmazone», *Dictionnaire..., op. cit.*, p. 139.

sivamente vegetais é também a do excesso de gordura que estes poderiam originar. Aqueles que comiam amido e feculentos não seriam apenas débeis, mas também «corpulentos»: «Os indivíduos que se alimentam de farináceos são em geral pesados, indolentes, providos de muito sangue, sobretudo gordo.»⁷⁸

A estética não está ausente destas preocupações com a corpulência no início do século XIX. O conselho dado por Brillat-Savarin sobre o uso de uma cinta «antiobesidade», feita para «apertar à medida que a obesidade diminui»⁷⁹, salienta o novo arranjo do vestuário masculino: o ajuste do tamanho da cintura. O acessório colocado nas dobras do vestuário estrangula o ventre, salienta as ancas e altera o seu contorno. Os prussianos que invadem a França em 1815, exemplificam-no pela primeira vez com os seus uniformes nitidamente cingidos: «Os homens estavam cobertos com pequenas capas azuis, aderentes ao corpo, abauladas no estômago e ajustadas na cintura por meio de cintos.»⁸⁰

O porte do *dandy*, cerca de 1820, é o exemplo extremo destas novas formas: o contorno do «cavaleiro florentino de Ingres, pintado em 1823, exhibe uma cintura contida e um colete saliente e colorido»⁸¹. O efeito do colete acentuado pelos ombros, lembra a lenta tomada de consciência do novo papel atribuído à respiração. O peito alimenta a vida, modificando a riqueza do sangue. As descrições fazem dele um sinal mais marcado de força e de saúde. É sobre ele que se detém Edgar Poe ao aventurar-se na ficção de um homem-máquina, mecanismo cego e vazio que a civilização do ferro permitira criar: «O seu peito era incontestavelmente o mais belo que me fora dado ver.»⁸² O peito destaca-se de uma silhueta durante muito tempo dominada pelo ventre, ele próprio muito tempo acentuado pelas linhas do antigo gibão. É toda a diferença que existe entre as gravuras de Moreau, o *Jovem*, cerca de 1770, com os seus drapeados abertos sobre o ventre⁸³, e as gravuras das *Modes Françaises*, em 1820, com as suas vestes cintadas⁸⁴.

É claro que o *dandy* tem uma dietética. Byron viaja para Itália na companhia de um médico que lhe prescreve os exercícios e as refeições. Perde 24 quilos em 1807, depois de ter multiplicado transpirações e restrições alimentares. As cartas de Byron definem o «bom estado» do corpo com o emagrecimento: «Pedi-me novas da minha saúde. Tenho uma magreza tolerável, que obtenho com o exercício e com a abstinência.»⁸⁵ Byron recorre à tradição dos vegetais, dos legumes verdes e das bolachas, à água com gás, ao chá, distanciado da nova im-

⁷⁸ A. Gautier, *Traité des aliments*, Paris, 1828, p. 25.

⁷⁹ A. Brillat-Savarin, *Physiologie du goût*, Paris, Hermann, 1975 (1.ª ed., 1826), p. 130.

⁸⁰ A. Dumas, *Mes Mémoires*, Paris, Laffont, col. «Bouquins», 1989 (1.ª ed., 1853), t. I, 1802-1830, p. 229.

⁸¹ J. A. D. Ingres, *Le Cavalier florentin*, 1823, Cortesia do Fogg Art Museum, Harvard University.

⁸² E. Poe, *L'homme qui était refait* (1839), *Contes, Essais, Poèmes*, Paris, Laffont, 1989, p. 398.

⁸³ Ver J. M. Moreau le Jeune, *Rendez-vous pour Marly*, cerca de 1770, BN, Cabinet des Estampes.

⁸⁴ Ver «Jeune homme en habit et pantalon clair», *Modes françaises*, 1823, BN, Cabinet des Estampes.

⁸⁵ G. N. Byron, Carta de 15 de Junho de 1811, citada por G. Matzneff, *La Diététique de Lord Byron*, Paris, La Table ronde, 1984, p. 24.

portância dada à dieta animal, mas ele sonha, efectivamente, em emagrecer: «Nada lhe dava mais prazer do que ouvir dizer que tinha emagrecido.»⁸⁶ Pela primeira vez, a dietética separa muito explicitamente o projecto de manutenção e o projecto da aparência. O *dandy* substitui o valor do corpo inteiramente físico e pessoal aos valores de classe e condição promovidos pela aristocracia tradicional. A luta contra a decadência, a inquietação com a mistura das ordens sociais, no início do século XIX, o culto de si que daí resulta, são transferidos para um investimento no porte e na saúde, ambos estreitamente combinados. O *dandismo* prende-se com o gesto para nós contemporâneo que entrega o indivíduo apenas às exigências da sua afirmação pessoal: as qualidades da aparência e do corpo.

Um prestígio das formas massivas existe, no entanto, nestes primeiros decénios do século. O ventre não perdeu toda a sua dignidade entre a elite burguesa, antes pelo contrário: Balzac constata com insistência que o «notário alto e seco é uma excepção»⁸⁷, aquele que ele descreve é sempre envolto em gordura untuosa; Briffault define a silhueta emproada do deputado eleito para a Câmara, em 1831, como uma garantia de dignidade⁸⁸; o próprio Vigny consegue sentir a sua «magra estatura»⁸⁹ como um obstáculo ao seu sucesso literário. Uma magreza «demasiado» visível continua a ser um índice de pobreza e de indigência. Os miseráveis de Daumier ou de Henri Monnier reconhecem-se pelo seu contorno famélico e a encenação de Monsieur Prudhomme em 1828, burguês «imponente, com passado, um pouco pretensioso»⁹⁰, confirma a força visível da rotundidade. É, aliás, ao observar políticos e homens de letras que Théophile Gautier sustenta uma simples constatação: «O homem de génio deve ser gordo.»⁹¹

Mas as intermináveis comparações entre os resultados das dietas animais e vegetais, nos primeiros decénios do século XIX, a ligação do *dandy* a uma transformação da pessoa física, a renovação dos contornos na moda, enfim, demonstram o quanto, para uma parte da elite, os valores de saúde estão já mesclados com um refinamento da silhueta, o quanto a imagem valorizada da manutenção do corpo se prende com a imagem de um trabalho conduzido de si para si.

As turbulências íntimas do início do século XIX acrescentam uma tensão psicológica às preocupações sobre o corpo. As viagens de Byron, impulsadas por alguma instabilidade interior são disso exemplo. «Peregrino da eternidade»⁹² como diz Shelley, seu companheiro de exílio, Byron nunca se fixou, possuído por uma ferida não confessada. A imagem é quase habitual entre os jovens dos

⁸⁶ Lady Blesington, citada por G. Matzneff, *ibidem*, p. 29.

⁸⁷ H. de Balzac, «Le notaire», *Les Français peints par eux-mêmes*, op. cit., t. II, p. 105.

⁸⁸ E. Briffault, «Le député», *ibidem*, t. I, p. 185.

⁸⁹ A. de Vigny, *Journal* (ano de 1831), *Oeuvres complètes*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1960, t. II, p. 937.

⁹⁰ H. Monnier, *Les Mœurs administratives* (1828), citado por R. Searle, C. Roy, B. Borneman, *La Caricature, Art et Manifeste du XVI^e siècle à nos jours*, Genebra, Skira, 1974, p. 145.

⁹¹ Citado por J. Léonard, *Archives du corps, la santé au XIX^e siècle*, Rennes, Ouest-France, 1986, p. 206.

⁹² Citado por H. Peyre, «Romantisme», *Encyclopaedia Universalis*, Paris, 1968, t. XIV, p. 369.

primeiros anos do século dilacerados por algum sonho inacessível. O romantismo deu o seu nome a este mal particular: esta esperança impossível de satisfazer. Um nome genérico e delicado, mas que sugere novas expectativas: o despedaçar de um mundo onde se desmorona as antigas ordens, onde o jogo social parece mais aberto como parecem mais numerosas as ilusões. Há uma insatisfação com o presente, manifestada pelos homens que vivem depois do grande golpe da Revolução, aqueles que aspiram sobretudo a uma ascensão social e medem gradualmente os seus limites. Daí o seu abandono das esperanças, a sua exasperação, a sua busca de evasão. Daí, sobretudo, esta insistência nova nas tensões interiores, nos seus efeitos físicos, o perigo mortal da propensão para a tristeza: «O que era já não é; o que será ainda não é. Não procurem noutro lado o segredo das nossas doenças.»⁹³ Musset vê uma pressão asfixiante, uma ameaça quase vital, nestas intensidades dolorosas, do mesmo modo que vê nelas uma necessidade. O que explica, quanto a ele, a morte de companheiros mais novos: «O limiar do nosso século está pavimentado de tumbas.»⁹⁴

Esta sensibilidade revela uma dupla tensão, por volta de 1830: o risco vital dos desejos excessivos, mas também o fascínio que eles exercem. *La Peau de chagrin* é, a este respeito, um livro simbólico. É ao querer demasiadamente e ao poder demasiado que se expõe Raphaël. É isso que o mata: «Dois verbos exprimem todas as formas que tomam estas duas causas da morte: querer e poder.»⁹⁵ O texto diz friamente o quanto a duração de vida é ameaçada pelo investimento psicológico, pela ardor e pelo desejo. Mas o texto afirma também a presença incontornável deste ardor. Tanto mais que há «muito do verdadeiro Balzac neste Raphaël»⁹⁶ de *La peau de chagrin*, que dissipa fortuna, trabalho, emoções e projectos. Um Balzac sensível ao aumento da liberdade, ao anúncio vertiginoso da promessa que o seu tempo faz furtivamente entrever.

A saúde romântica acrescentou uma vertente psicológica muito particular à higiene: o regime de vida é desde aí mais secreta e concretamente confrontado com a vida pessoal. Os diários íntimos do início do século XIX, como mostram os de Maine de Biran ou de Benjamin Constant, redigidos não para serem publicados, mas ajudarem os seus autores a encontrar algum equilíbrio interior⁹⁷. As práticas de saúde são renovadas com o início do século XIX, das exigências colectivas às exigências íntimas.

⁹³ A. de Musset, *La Confession d'un enfant du siècle* (1836), *Oeuvres*, Genebra, Fagot, 1973, p. 596.

⁹⁴ A. de Musset, *A la Malibran, stances* (1836), (*Oeuvres complètes*, Paris, t. II, 1887, p. 149.

⁹⁵ H. de Balzac, *La Peau de chagrin*, Paris, Gallimard, col. «Folio», (1.ª ed., 1831), p. 62.

⁹⁶ A. Maurois, *Prométhée ou la Vie de Balzac*, Paris, Hachette, 1965, p. 181.

⁹⁷ A inquietação de Mme de Biran: «Eu não estou bem em parte nenhuma porque eu transporto comigo ou na minha organização uma fonte de aflição, de perturbação ou de um mal-estar permanentes», M. F. P. Gontier (apelidado Maine) de Biran, *Journal intime* (ano de 1818), Paris, 1927, t. II, p. 109. Ver também P. Pachet, *Les Baromètres de l'âme, naissance du Journal intime*, Paris, Hatier, 1990.

CAPÍTULO II

A INVENÇÃO DA ENERGIA

O empenhamento do Estado, todavia, torna-se no acontecimento que domina as práticas de saúde em meados do século. A higiene pública dá ocasião a investimentos mais numerosos, mais diversificados, como mostram, depois de 1850, os grandes trabalhos que atravessam o coração das cidades para nele enterrar as redes de água. O conteúdo dos argumentos preventivos muda, acima de tudo, nos decénios centrais do século XIX para melhor mobilizar a colectividade. Esperanças e incertezas são reformuladas. Trava-se um debate que quase chega ao drama, antes mesmo da descoberta de Pasteur: a degenerescência, a decadência progressiva da espécie são bruscamente apreendidas como ameaças. Danos físicos da primeira industrialização, sem dúvida, com a sua massa crescente de operários estiolados, mas também prospecção de doenças mais ocultas, diminuição de nascimentos, consumo de álcool, receio de desordens, de enfraquecimentos íntimos e, acima de tudo, apelo quase moral ao envolvimento de todos. A insistência numa degenerescência possível é uma forma de agitar um perigo massivo, de mobilizar as consciências, de inventar solidariedades: aumentar a força das grandes mensagens colectivas numa sociedade em que se apaga cada vez mais o argumento religioso. Daí a reformulação do projecto higiénico desde 1850, a certeza de novas apostas, a atenção às fraquezas morais, por exemplo, susceptíveis de inverter o progresso, aquelas que a derrota de 1870 parecem confirmar.

A estratégia mobilizadora é evidentemente mais importante do que os resultados concretos, mas mostra a higiene cada vez mais alistada na vasta pastoral nacional. O Estado higienista e regenerador impõe-se a cada um a partir do exterior, encontrando na saúde colectiva ocasião para um objectivo comum.

I. O ESPECTRO DE UMA DEGENERESCÊNCIA

Os argumentos de Starck, médico de Estugarda, ao explicar em 1871 a vitória alemã com uma «degenerescência» da nação francesa, são, é claro, demasiado caricaturais para serem aceites ou mesmo retomadas sob essa forma em França. Starck acusa os Franceses de terem um cérebro inferior em peso ao dos

Alemães, e censurou-os por serem vítimas de monomania das grandezas e por frequentarem os asilos de alienados em número incomparavelmente mais sólido do que os seus vizinhos saxões ou bávaros. A *Année scientifique* ri-se deste «caro doutor» a quem acusa de delírio, e cujo propósito explica por um ódio surdo e mal controlado¹. Mas o redactor de *L'Année scientifique* leva a sério o termo degenerescência. Consagra-lhe vários artigos nos anos de 1860, antes mesmo do texto estridente de Starck².

Os números reunidos no século XIX, sobretudo depois de 1850, desencadeiam regularmente uma interpretação pessimista: o número de recrutas dispensados por estatura insuficiente e por enfermidades, o número de alienados internados nos hospitais, o número de crianças ilegítimas ou mortas no berço, são apresentados como outros tantos sinais alarmantes. Impõe-se a convicção de um risco de deficiência quase biológica. A 3 de Maio, de 1863, o jornal *Le Siècle*, recorda que esta convicção não se limita apenas aos médicos: «Sabe-se que o Ministério da Guerra pensou dever baixar em alguns centímetros a altura exigida pelos antigos regulamentos. Seríamos nós, dentro em breve, forçados a baixá-la mais? Teremos uma perspectiva de raça liliputiana?» O jornalista considera os números «lamentáveis». O futuro seria de decrescimento.

Os cenários da grande indústria alimentam certamente esta imagem, por volta de 1850. Os inquéritos ao mundo operário convergem: neles os operários leoneses da indústria da seda são «homenzinhos simples e mirrados com as pernas cambadas»³; os operários de Lille são «indivíduos pálidos, de carne mole e flácida, estropiados de todas as formas»⁴; as próprias crianças, as dos pátios de Lille, por exemplo, são pequenos «velhos enrugados, moles, flácidos e desdentados, de barriga proeminente e dura, e o peito como a quilha de um barco»⁵. Gastos, deformados e envelhecidos, são os termos que dominam estes inquéritos quando designam os operários das fábricas e das oficinas. Jules Simon denuncia ainda «um lamentável abastardamento da raça»⁶ ao visitar os bairros operários do norte, depois de 1870. A diminuição da fecundidade por casal, que passa de 4,24 em 1800 para 3,16 em 1860⁷, somada a esta visão pessimista, a migração urbana mais masculina do que feminina descrita nos recenseamentos, deixam entrever um enfraquecimento dos nascimentos: «Esta predominância do sexo masculino em relação ao sexo feminino nos centros urbanos dá origem à dissolução dos costumes e ao desenvolvimento da prostituição, muito prejudicial ao aumento da população.»⁸

¹ L. Figuier, «La race prussienne», *L'Année scientifique*, 1871, p. 199.

² «Le recensement de la population française», *ibidem*, 1867, p. 377, e «Décroissance de la population française», *ibidem*, 1869, p. 412.

³ G. Duveau, *La Vie ouvrière en France sous le Second Empire*, Paris, Gallimard, 1946, p. 275.

⁴ J. P. Thouvenin, *Hygiène populaire*, Paris, 1842, p. 18.

⁵ T. Bécour, *Des dangers de l'écémage du lait*, Lille, 1879, p. 26.

⁶ J. Simon, *L'Ouvrière*, Paris, 1861, p. 138.

⁷ P. Broca, *Sur la prétendue dégénérescence de la population française*, Paris, 1867, p. 28.

⁸ G. Lagneau, *Situation de la population en France*, Paris, 1873, p. 8.

As hereditariedades insanas

Expressado desta forma, o tema da degenerescência é novo e variado, centrado no enfraquecimento de alguma força «genital». A sua representação ajuda a compreender melhor as saúdes estioladas, mas também os crimes e a miséria: «Em 1830 havia 10 000 alienados em França, hoje 80 000, e este número aumenta cada dia que passa ao mesmo tempo que o movimento progressivo da população abranda.»⁹ O receio reside efectivamente na fraqueza aumentada pela hereditariedade, numa desordem que atinge as gerações como uma epidemia. Em maior escala, a retórica degenerativa permite compreender a doença, numa «civilização todavia poderosa que alcançou o primeiro lugar nas ciências, nas artes e na indústria»¹⁰.

As novas teorias económicas facilitam, evidentemente, as explicações eruditas. A demonstração de Lamarck efectuada alguns anos antes é aproveitada para aproximações consideradas lógicas: a constatação de filiações hereditárias no seio de uma mesma espécie pela transmissão de caracteres adquiridos. Os órgãos adormecidos durante a vida de alguns animais ir-se-iam atrofiando nos seus descendentes. Este transformismo poderia explicar a degenerescência: deteriorações sucessivas, acusadas de geração em geração até à decadência. Daí a brusca abertura à interpretação das hereditariedades infelizes. Morel, em 1854, é o primeiro a sugerir este mecanismo de enfermidades crescentes ao publicar o seu *Traité de la dégénérescence*¹¹: a hereditariedade alcoólica, do cretinismo e da loucura, a da tuberculose e a da sífilis, doenças bem determinadas ou fraquezas difusas, todas elas susceptíveis de uma série sem fim de transmissões mórbidas. O estado de um sujeito, o seu passado, a atenção que dá a si próprio, comprometem então mais do que nunca o estado de uma decadência. A vigilância de si mesmo é uma condição para a vigilância de todos.

Inquietação tanto mais característica quanto se trata, sem dúvida pela primeira vez, de com ela evocar a raça e o sangue. Como no lamento de Michelet: «a decadência sanguínea há muito preparada» e que se revela «um facto desta época»¹². Ou, melhor ainda, como no fresco construído por Zola, ilustrando as hereditariedades insanas: o determinismo corporal implacável que cerca os Rougon-Macquart. Gervaise, a heroína de *L'Assomoir* morta na miséria e na bebedeira em 1869, foi concebida por Antoine Macquart em estado de embriaguez em 1828. Os seus quatro filhos são todos vítimas da nevrose e da loucura: a morte na forca do pintor Claude Lantier, a fúria assassina do mecânico Étienne Lantier, sugerem o elo suplementar de uma degradação que se completa com a morte de Jacques Louis Lantier, em 1869, falecido aos nove anos devido à hidrocefalia¹³.

⁹ G. Le Bon, *La Vie, physiologie humaine appliquée à l'hygiène et à la médecine*, Paris, 1874, p. 113.

¹⁰ P. Buchez, «Le traité des dégénérescences de B. A. Morel», in *Annales médico-psychologiques*, 1857, p. 456.

¹¹ B. A. Morel, *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales*, Paris, 1857, 2 vols.

¹² E. Michelet, *L'Amour*, Paris, 1858, t. II, p. 124.

¹³ «Arbre généalogique des Rougon-Macquart», E. Zola, *Histoire naturelle et sociale d'une famille sous le Second Empire*, Paris, Laffont, col. «Bouquins», 1991 (1.^a ed., 1893), t. I.

A linhagem dos Rougon-Macquart multiplica as ramificações degenerativas onde o álcool e a loucura se vêm entrecruzar.

Inquietação cultural, evidentemente, que realça os factos e desloca o olhar, a ponto de Broca não ser compreendido quando mostra, em 1867, o lento aumento da estatura física e fala da «pretensa degenerescência»: o Ministério da Guerra tinha baixado a estatura do recruta em 1835 para aumentar o recrutamento, mas as isenções por «falta de altura» diminuem de 831 em 10 000, em 1835, para 531 em 10 000, em 1865¹⁴. Outros números salientam um lento recuo da morte, também eles indicados por Broca: a mortalidade dos recém-nascidos cai de 24% em 1820 para 17% em 1860, e a duração de vida passa de 27 anos em 1786 para 42 anos em 1856¹⁵. Os números retomados nos nossos dias e prolongados para o final do século XIX confirmam a análise de Broca: a mortalidade masculina passa de 23 por 1000 em 1861 para 19 por 1000 em 1911 e a mortalidade feminina passa de 22,8 por 1000 em 1861 para 17 por 1000 em 1911¹⁶. Em contrapartida, as disparidades sociais continuam a ser notórias: Armengaud salienta um número de óbitos duas vezes superior, no ano de 1863, de indivíduos com menos de 15 anos entre a classe operária de Lille, em relação aos indivíduos da mesma idade nas outras classes sociais¹⁷. Uma disparidade que favoreceu, sem dúvida, o argumento degenerativo.

A inquietação é tanto mais forte quanto ela visa a nação. É esta que se crê «caminhar para a decadência»¹⁸. É em seu nome que os riscos são evocados. Riscos focalizados sobretudo no proletariado industrial, descrito por Morel como classe degenerada por excelência, massa instável, crescente, aculturada. O espectro de uma degenerescência «digna de captar a atenção pública»¹⁹ constitui então um horizonte de pensamento, uma surda certeza sobre a qual se apoia um intenso compromisso do Estado em sanear, fixar uma população instável, facilitar as comunicações e reforçar a administração pública. O tema degenerativo é a base da argumentação que acompanha a mutação da higiene pública na segunda metade do século XIX. Ela impõe o recurso a uma força que domina os indivíduos, aquela que lhes dita do exterior as normas e os deveres.

A sensibilidade aos flagelos, em particular, é modificada: a sua brutalidade já não é a das velhas epidemias. O tema degenerativo seleccionou novas doenças atribuindo-lhes novas prevenções. Alcoolismo, prostituição e hereditariedades difusas, dirigem-se mais à culpabilidade e ao dinamismo pessoal de cada um. Daí uma conversão das práticas de manutenção do corpo, um cuidado preventivo, visando mais a decisão do sujeito, a sua força interior. É ao orientar-se cada vez mais para a moral que se aprofunda neste universo pré-pasteuriano a

¹⁴ P. Broca, *op. cit.*, p. 28.

¹⁵ *Ibidem*, p. 3.

¹⁶ M. Garden, «La mortalité», *Histoire des Français, XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Armand Colin, 1984, t. 1, *Le Peuple et son pays*, p. 300.

¹⁷ A. Armengaud, «Industrialisation et démographie dans la France du XIX^e siècle», *L'industrialisation en Europe au XIX^e siècle, Colloque international du CNRS*, Lyon, 7-10 1970, Paris, 1972, p. 196.

¹⁸ P. Jolly, *Le Tabac et l'Absynthe, leur influence sur la santé publique et l'ordre moral et social*, Paris, 1887, p. 186.

¹⁹ *Les Mondes, revue hebdomadaire des sciences*, 1869, t. XXI, p. 149.

prevenção do século XIX. O próprio conteúdo do insano é deslocado, jogando com o porvir da espécie, ponderando os valores tornados mais preciosos: o crescimento e o progresso.

Flagelos degenerativos e moral preventiva

De todas as doenças, o alcoolismo é aquela que se associa mais claramente à preocupação com a degenerescência e ao recurso ao sobressalto moral. Lanceraux visa directamente uma acuidade totalmente interior quando estuda em 1874, as etapas da «degradação» alcoólica sofrida por jovens operários provincianos em Paris: a hereditariedade, sem dúvida, mas também a fraqueza gradual que se torna hábito, uma falta de atenção e de decisão, os entraves da consciência²⁰. Daí o apelo a uma vigilância pessoal para pôr fim a um perigo colectivo: «É um facto que é a preguiça e sobretudo a falta de energia dos homens que os leva a entregarem-se ao alcoolismo.»²¹

Esta degradação é considerada tanto mais preocupante quanto a palavra alcoolismo é nova, depois de 1850. Ela define uma doença que soma à bebedeira secular um conjunto de sintomas bem circunscritos: danos no fígado, danos nos vasos sanguíneos, catarro crónico, tremuras e perturbações nervosas, *delirium tremens*... Seria necessário, sem dúvida, um aumento de duração de vida e de impregnação do vinho para que os efeitos das bebidas fossem melhor delimitados e identificados. Magnus Huss é o primeiro, em 1849²², a descrever no espaço anatómico do bebedor um grupo de desordens idênticas de um indivíduo a outro: perturbações sempre reconhecidas na sua sucessão, na sua regularidade e na sua gravidade. A bebida em excesso torna-se, no século XIX, um perigo, por assim dizer, medido.

O consumo de álcool, na verdade, cresceu nitidamente durante o século, associado ao lento aumento do nível de vida, ao fabrico de essências industriais e à multiplicidade das comunicações: a produção de álcool puro em França passou de 200 000 hectolitros no início do século para 891 000 em 1850 e para 2 360 000 hectolitros em 1900²³. Só o consumo de aguardente duplica entre 1850 e 1875 passando de 585 000 para 1 010 000 hectolitros²⁴. Crescimento também ele acelerado dos estabelecimentos de venda: 60 000 lojas suplementares entre 1855 e 1865²⁵. É, aliás, ao ir à deriva, de café em café ao longo do dia, associando vinho branco, absinto e vermute que o Rigimbert de L'Éducation sentimental dá uma cor realista ao cenário de Flaubert²⁶. A progressão al-

²⁰ E. Lanceraux, *De l'alcoolisme et de ses conséquences au point de vue physique, intellectuel et moral des populations*, Paris, 1878, p. 27.

²¹ Citado por M.-C. Delahaye, *L'Absynthe, histoire de la fée verte*, Paris, Berger-Levrault, 1983, p. 144.

²² L. J. Renaudin, «De l'alcoolisme chronique», *Annales médico-psychologiques*, 1853, p. 60. O primeiro artigo sobre Magnus Huss escrito em França.

²³ D. Nourrisson, *Le Buveur du XX^e siècle*, Paris, Albin-Michel, 1990, p. 87.

²⁴ L. Lunier, *De la production et de la consommation des boissons alcooliques et de leur influence sur la santé physique et morale des populations*, Paris, 1877, p. 170.

²⁵ L. Jacquet, *L'Alcool, étude économique générale*, Paris, 1912, p. 755.

²⁶ G. Flaubert, *L'Éducation sentimentale, histoire d'un jeune homme* (1869), Paris, Gallimard, La Pléiade, 1952, t. II, p. 70.

coólica é indesmentível, durante a segunda metade do século: «água do sol», «água dos bravos», «cheirinho», «pirolito», «unha para limpar», «glória» e «champoreau» alimentam o vocabulário da maior parte dos bebedores. A doença ameaçaria submergir as forças vivas da nação²⁷, atacar a vontade e desenhar a «degradação da raça e a sua esterilidade»²⁸. É como a imagem de *L'Assommoir*: o risco de uma invasão sem limites dos licores fermentados. O alambique como instrumento diabólico, aquele que «sem qualquer chama, sem qualquer alegria, nos reflexos acesos dos seus cobres, persistia, deixava escorrer o seu suor de álcool, semelhante a uma fonte lenta e obstinada, que dali por algum tempo deveria invadir a sala, espalhar-se pelos *boulevards* exteriores e inundar o buraco imenso de Paris»²⁹.

O tema degenerativo reactualiza o imaginário das doenças que proliferam, aquelas que se multiplicam ao transitar de um estado para outro como uma germinação sem fim. Este álcool bebido por fraqueza seria ainda fornecedor de tuberculose, um dos outros flagelos do século: não são as fragilidades nervosas e as perturbações digestivas que o álcool provoca «acompanhadas de uma magreza progressiva que acaba quase invariavelmente na tuberculose?»³⁰. Hayem afirma-o com uma palavra mais trivial, deixando calcular um passado de negritude na vida ou na ascendência do tuberculoso: «A tuberculose apanha-se com o zinco.»³¹ O alcoolismo causaria «o pejamento dos hospitais»³². Era preciso preveni-lo por meio de um esforço de consciência e de vontade.

A defesa contra a sífilis constituiu uma outra vertente desta prevenção investida de moral: a doença venérea corrói a «raça nas próprias fontes da vida»³³, atacando a hereditariedade através do que parece ser mais incontável, o prazer e o desejo. Os números neste caso ainda dariam outras tantas provas de um crescimento da doença: as admissões anuais de venéreos nos hospitais de Paris, evocados por Michel Lévy em 1845: 2112 em 1804, 5059 em 1842³⁴; a infecção das prostitutas «proporcionalmente mais importante de 1824 a 1832 do que de 1812 a 1824»³⁵; os 50 000 homens das tropas anualmente infectados por contágio, evocados por Gerin em 1870³⁶. Tudo isto são números interpretados como sinais degenerativos que anunciam «uma raça enferma, abastardada, o povo de abortos que aguarda a ortopedia»³⁷.

É clara a distorção entre o perigo real da sífilis e a angústia que provoca. A infecção causa menos de 3% de óbitos no final do século e a tuberculose 20%,

²⁷ A. Becquerel, *Traité élémentaire d'hygiène privée et publique*, Paris, 1877 (1.^a ed., 1851), p. 697.

²⁸ J. Arnould, *Nouveaux Éléments d'hygiène*, Paris, 1895 (1.^a ed., 1881), p. 625.

²⁹ E. Zola, *L'Assommoir*, Paris, Le Livre de poche, 1978 (1.^a ed., 1878), p. 50.

³⁰ E. Lancereaux, *op. cit.*, p. 35.

³¹ Citado por M. C. Delahaye, *op. cit.*, p. 131.

³² J. Arnould, *op. cit.*, p. 625.

³³ J. Garin, *De la police sanitaire et de l'assistance publique, dans leur rapport avec l'extinction des maladies vénériennes*, Paris, 1866, p. vi.

³⁴ M. Lévy, *Traité d'hygiène publique et privée*, Paris, 1857 (1.^a ed., 1845), t. II, p. 747.

³⁵ *Ibidem*, t. II, p. 748.

³⁶ J. Garin, *op. cit.*, p. v.

³⁷ A. M. Barthélemy, *Syphilis*, Paris, 1840, p. 18.

mas a sífilis aparece como o flagelo maior, aquele que causaria «mais males que todas as doenças juntas»³⁸. O presidente da Sociedade de Medicina Pública e de Higiene, Bouchardat, deseja fazer nascer um verdadeiro «terror» a este respeito para melhor «conservar e preservar a espécie humana»³⁹; o presidente da Academia e da Sociedade de Medicina de Vanclose, Yvaren, vê aí a primeira causa da degenerescência: «A sociedade inteira deveria reunir os seus esforços para esmagar esta grande destruidora, esta morte crónica da raça humana, para extirpar esta lepra imunda que aplica os seus golpes na sombra.»⁴⁰ Convertida em doença simbólica, nos últimos decénios do século, a sífilis «infectou todo o imaginário social»⁴¹. É a sua imagem que preenche os produtos literários da decadência e do declínio. É a partir de flores inocentemente cortadas que o *Des Esseintes* de Huysmans, em 1884, é perseguido pela imagem hedionda de podridões sifilíticas. As flores transformam-se em filamentos monstruosos, impondo uma conclusão obsessiva: «Tudo não passa de sífilis.» Invasido pela certeza das degradações, projectando os seus pesadelos em alucinações cósmicas, *Des Esseintes* torna-se testemunho de uma espécie humana ameaçada: «Ele teve a brusca visão de uma humanidade sempre deformada pelo vírus das épocas antigas. Desde o começo do mundo, de pai a filho, todas as criaturas fazem transmitir a sólida herança, a eterna doença que danificou os ancestrais do homem e que escavou os velhos fósseis até aos agora exumados ossos.»⁴²

Protecção de si, protecção do Estado

Nunca as derivas individuais tinham antes parecido ameaçar a tal ponto a protecção comunitária. O apelo à reacção da «sociedade inteira»⁴³, ao «governo»⁴⁴, às «nações civilizadas»⁴⁵ para combater estes flagelos que se arriscam «a parar a marcha ascendente da humanidade»⁴⁶, reaparece regularmente, tanto nos textos eruditos como nos periódicos de vocação popular. Tentativa de vestir de dever uma moral. Símbolo do crescente papel emprestado ao Estado, mais do que até aí árbitro dos comportamentos de cada um. A iniciativa estatal é solicitada, é espreitada e explicada: «O nosso código» não pode «deixar impune a prostituição que mata e envenena a sociedade»⁴⁷. A tentativa de opor a lei aos comportamentos considerados degenerativos torna-se então inseparável do empreendimento de protecção colectiva. O Estado, nos últimos decénios do

³⁸ M. Lévy, *op. cit.*, t. II, p. 750.

³⁹ A. Bouchardat, *Traité d'hygiène publique et privée*, Paris, 1883 (1.^a ed., 1880), p. 938.

⁴⁰ P. Yvaren, *Des métamorphoses de la syphilis*, Paris, 1854, p. 16.

⁴¹ J.-P. Rioux, *Chronique d'une fin de siècle, France, 1889-1900*, Paris, Éd. du Seuil, 1991, p. 212.

⁴² J.-K. Huysmans, *A rebours*, Paris, Gallimard, col. «Folio», 1991 (1.^a ed., 1884), p. 193.

⁴³ P. Yvaren, *op. cit.*, p. 16.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁵ A. Bouchardat, *op. cit.*, p. 901.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 308.

⁴⁷ J. P. Troncin, *Préservation de la syphilis*, Paris, 1851, p. 144.

século, legisla acerca destas atitudes de prazer e de excesso. Mas a intervenção da lei nos comportamentos mais pessoais não é simples. É a dificuldade de reger a sensibilidade, de intervir nos prazeres privados, ao mesmo tempo que se reivindica a liberdade prometida desde o fim do século XVIII, aquilo que revelam as leis propostas no século XIX. A vigilância autoritária continua a ser, na verdade, dominante.

É o que demonstra a regulamentação sobre a sífilis, que escolhe um público alvo: as prostitutas. Solução mais «simples» do que uma vigilância alargada a cada possível portador da doença. O isolamento das prostitutas em casas públicas ou, pelo menos, o seu registo, reclamados desde o Consulado, são objecto de crescentes exigências durante o século. Daí a perseguição das raparigas rebeldes, suspeitas de comunicar a doença mais frequentemente porque menos vigiadas. As estatísticas de 1860 confirmariam o perigo destas raparigas demasiado livres: «26,4 casos de doenças em 100 para as insubmissas; 1,58 casos de doença em 100 para as raparigas das casas de passe.»⁴⁸ A vigilância deve basear-se na inspecção obrigatória: a visita médica imposta para melhor despistar o possível aparecimento de infecção. Parent-Duchâtelet teoriza esta obrigação num livro monumental em 1836: «Alegar-se-á em favor das prostitutas a liberdade que cada um tem de fazer o que quiser? Noutros termos pode-se e deve-se privar as prostitutas da liberdade individual?»⁴⁹ A consulta torna-se obrigatória em meados do século, bem como a hospitalização, se a infecção se manifestar.

A crítica destas vias «regulamentares», a consciência da sua eficácia relativa, são compreendidas no final do século. Lutaud ironiza sobre o logro que uma vigilância autoritária tornada irrealizável pela própria vastidão dos meios que exige: não se tornaria necessário «transformar as 85 000 prostitutas de Paris em funcionários aquartelados» e mandar examinar «todo o candidato em erecção» por um inspector médico?⁵⁰ São tentadas outras políticas, na Noruega, a partir de 1860, adoptadas pouco depois pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Elas visam todos os cidadãos e não só as prostitutas. Elas perseguem o doente, o indivíduo, e não apenas um grupo previamente designado: cabe ao médico a obrigação de declarar qualquer novo doente, cabe a este a obrigação de assinar uma informação segundo a qual aquele que infectar ou expuser à infecção uma outra pessoa incorre na pena de três anos de prisão. Atitudes igualmente difíceis, mas mais modernas, onde a lei interpela a responsabilidade de cada um. O receio do perigo venéreo, a vontade de atribuir a culpa a um dado meio continuam, sem dúvida, a vigorar em França: a existência de casas públicas e a regulamentação das visitas são mantidas até ao final do século XIX.

Os obstáculos encontrados na legislação sobre a sífilis no final do século XIX estão, aliás, próximos dos que se encontram na legislação sobre o alcoolismo: dificuldade de legislar a sensibilidade, dificuldade de penetrar os comportamentos privados, em nome, todavia, de uma defesa de todos. A lei de 1873 so-

bre a embriaguez confirma-o. Ela condena em primeiro lugar bebedeira manifestada na via pública e as suas recidivas. Ela sanciona os actos visíveis, por assim dizer públicos, do excesso. O que não permite prever o alcoolismo, nem os seus consumos eventualmente dispersos mas repetidos, aqueles que Huss tinha sido o primeiro a denunciar vinte e cinco anos antes. Difícil, é claro, é levar a regulamentação ao próprio coração dos comportamentos mais privados.

Uma outra dificuldade contraria a legislação sobre o alcoolismo, bem como a legislação sobre a sífilis nesta segunda metade do século XIX: a resistência daqueles que daí tiram lucros mercantis. As ligas e as associações de hoteleiros e de hotéis mobilados resistem às veleidades de supressão das casas de passe, da mesma forma que diversas associações de taberneiros e de retalhistas resistem às veleidades de interdição dos licores e das aguardentes. Toda a denúncia alvoraçada do álcool desencadeia a oposição dos proprietários no final do século. É o caso do anúncio antialcoólico afixado em Paris, no virar do século: «O homem que bebe uma quantidade imoderada de vinho, de cidra ou de cerveja, torna-se certamente tão alcoólico como aquele que bebe aguardente.» Os autores do anúncio são postos perante o Tribunal Civil pelo Sindicato dos Comerciantes de Vinho e de Licores que obtém o ganho da causa ao denunciar «esta afirmação particularmente ousada em presença das contradições da ciência»⁵¹.

Mas este anúncio malogrado é ele próprio revelador. Ele sublinha o novo lugar atribuído à «instrução»: o proselitismo mais do que a lei. Esta tentativa de prevenir as doenças, em que a moral tem o seu papel, promove uma pastoral pedagógica de uma amplitude sem igual: uma iniciativa de persuasão à medida do alerta social e do medo provocados.

Da moralização das doenças à pedagogia

Quando Michel Lévy salienta, em 1845, que, em 4430 prostitutas recenseadas, 2332 não sabem assinar, é para melhor associar a sua depravação à sua falta de instrução⁵². Quando Henri Homo se dedica, em 1872, a um inquérito sobre as prostitutas de Château-Gontier, é para confirmar melhor o ínfimo número de anos escolares que elas frequentaram⁵³. As raparigas que se prostituem não o fariam, afirmam eles, se tivessem recebido alguma instrução. A conclusão torna-se peremptória: «Em todos os lugares onde a instrução penetra, os excessos diminuem.»⁵⁴ Daí estas inumeráveis iniciativas pedagógicas, características do século XIX, esta vontade de transformar os comportamentos pelas Luzes, esta insistência na moralização e no saber: «O único que resta neste caso é o de multiplicar as lições e os conselhos de higiene popular.»⁵⁵ A defesa contra as doen-

⁵¹ D. Nourrisson, *op. cit.*, p. 278.

⁵² M. Lévy, *op. cit.*, t. II, p. 757.

⁵³ H. Homo, *Étude sur la prostitution dans la ville de Château-Gontier*, Château-Gontier, 1872, p. 42.

⁵⁴ A. Riant, *L'Instruction et la Santé*, Paris, 1869, p. 38.

⁵⁵ L. Figuier, *L'Année scientifique*, Paris, 1861, p. 345.

⁴⁸ F. Carlier, *Études de pathologie sociale, les deux prostitutions*, Paris, 1887, p. 121.

⁴⁹ A. J. B. Parent-Duchâtelet, *De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration*, Paris, 1836, t. I.

⁵⁰ Citado por C. Quérel, *op. cit.*, p. 295.

ças degenerativas assenta mais do que antes numa convicção: o saber é uma arma privilegiada para as prevenir.

A luta antialcoólica é impulsionada por um grupo organizado: a Sociedade Francesa da Temperança, criada em 1873, que reúne alguns milhares de membros em torno de diversas autoridades morais, titulares do Instituto, professores ou deputados. A Sociedade reivindica uma finalidade sanitária: «Desenraizar o uso do álcool e sobretudo da aguardente pelo exemplo que dão os membros da Sociedade e as suas famílias, ao mesmo tempo que espalha entre a população ideias mais precisas sobre os efeitos desagradáveis do álcool.»⁵⁶ A Sociedade busca o efeito da opinião: influenciar a sensibilidade; federar as certezas de alguns para ponderar melhor as decisões de todos. A sua acção é feita de gestos simbólicos e de *slogans* encenados: prémios e medalhas recompensam as pessoas moderadas ou as obras edificadoras, edição de anúncios, difusão de mensagens, financiamento de investigações ou de conferências sobre os perigos do alcoolismo. A Sociedade oferece o primeiro exemplo de uma militância sanitária, uma empresa onde são discutidos e promovidos os dispositivos de saúde: cartazes afixados nas salas dos hospitais, conferências convocadas nas fábricas, exposições eruditas seguidas de acordos gratuitos. A interrogação sobre os meios pedagógicos ocupa as reuniões: as formas de propaganda, a escolha dos termos e das imagens, o recurso, por exemplo, em 1875, à «fotografia sobre vidro projectada na luz oxídrica para representar os diferentes estados em que são mergulhados os indivíduos intemperantes»⁵⁷. A Sociedade publica um livro *Dangers et Abus des boissons alcooliques*, de René Picard⁵⁸, que procura difundir junto do Ministério da Instrução Pública, dos conselhos gerais e das câmaras municipais. Ela multiplica os pareceres sobre a lei de 1873 e pretende vigiar a sua aplicação. A sua finalidade, como se vê, é dupla: transformar os costumes e ponderar as decisões sanitárias.

Não que o impacto desta Sociedade francesa seja massivo, nos anos de 1870: a revista que ela edita não ultrapassa os 10 000 exemplares⁵⁹, as leituras que propõe nos hospitais, feitas publicamente pelos próprios doentes, pouco se afasta das prédicas simplistas e repisadas⁶⁰. A novidade da Sociedade, todavia, consiste em dar existência a uma opinião colectiva e em trabalhar a sua influência. A manifestação de uma liberdade pública maior, de uma nova militância: atitude quase política que só um Estado em vias de democratização podia autorizar. O debate sobre a prevenção é aí gradualmente transformado: médicos e poderes públicos, como por exemplo arquitectos, já não são os únicos a forjar as decisões sanitárias: um novo interlocutor desempenha um papel — tem o perfil anónimo da opinião.

Exemplo efectivamente limitado, é preciso reafirmá-lo: muitos dos membros da Sociedade de Temperança são médicos, muitos dos seus dirigentes são

⁵⁶ Citado por A. Becquerel, *op. cit.*, p. 696.

⁵⁷ *La Tempérance*, 1875, p. 384.

⁵⁸ R. Picard, *Dangers et Abus des boissons alcooliques*, Paris, 1874. A obra tirou 9600 exemplares.

⁵⁹ Ver D. Nourrisson, *op. cit.*, p. 241.

⁶⁰ «Faire toucher du doigt tous les bénéfices résultant d'une vie régulière et calme», in *La Tempérance*, 1873, p. 362.

titulares da Academia de Medicina. O argumento propagado continua a ser o do terror a respeito do álcool enunciado pelos médicos. Mas a expressão de um pensamento sanitário colectivo vê a luz, a expressão de uma opinião discutida que mais tarde terá a sua importância. O exemplo é quase idêntico, no começo do século XX, desta vez para a sífilis: mais revelador mesmo, uma vez que nele se confrontam uma Federação Abolicionista das Casas Públicas e uma Sociedade de profilaxia Sanitária e Moral, favorável à sua manutenção. A solução está nos partidários da regulamentação das casas fortalecidas pelo terror do perigo venéreo. No entanto, exprimiram-se oposições, dando à saúde uma vertente política que ela não tinha.

Outros exemplos confirmam este trabalho de opinião: a União Francesa Antialcoólica que conta em breve com 40 000 membros, criada pelo doutor Legrain em 1891, a Sociedade Protectora Infantil, criada em 1865 por Marjolin e reconhecida de utilidade pública em 1869⁶¹, orientam o argumento «regenerador» para uma higiene infantil, que milita pelo recurso ao leite materno e organiza visitas a crianças entregues a amas de leite, o Comité de Defesa Contra a Tuberculose, criado por Léon Bourgeois, ou a Associação para o Aumento da População Francesa, criada em 1896 pelo doutor Bertillon, chefe dos trabalhos estatísticos da cidade de Paris. O seu objectivo: «Atrair a atenção de todos para os perigos que a diminuição da população faz correr à nação francesa, e criar medidas fiscais ou outras próprias para aumentar a natalidade.»⁶²

A escola, por fim, nos últimos decénios do século XIX está no centro da campanha dirigida contra as doenças degenerativas. O ensino de uma higiene protectora surge aí de uma forma determinante. O decreto de 21 de Junho de 1865 cria um ensino de higiene ministrado por um médico⁶³. A lei de 1882 sobre a escola pública é mais precisa, indicando nas matérias obrigatórias as «aplicações» das ciências «à agricultura e à higiene»⁶⁴. É sobre a cruzada antialcoólica que este higienismo escolar está, aliás, mais mobilizado. O Ministério da Instrução Pública autoriza em 1877 a difusão de 30 000 anúncios intitulados «Conselhos sobre os perigos das bebidas alcoólicas»⁶⁵, editados pela Sociedade Francesa da Temperança. Os manuais, sobretudo os de francês, multiplicam os episódios que põem a nu os malefícios do álcool. O convite a Simon pelos seus companheiros mineiros, em *Monsieur Prévôt*, livro de leitura corrente para o certificado de habilitações no final do século XIX, é ocasião de uma longa nota sobre a intemperança, classificada como «o maior flagelo da humanidade»⁶⁶. O conselho dado aos autores dos manuais é, aliás, o de oferecer «anedotas, histórias fáceis de compreender»⁶⁷, como a frase quotidianamente escrita no quadro negro: «A taberna é um matadouro de homens.»⁶⁸ Até às imagens obsessi-

⁶¹ J. Comby, «Physiologie et hygiène de l'enfance», *Traité des maladies de l'enfance*, direction collective, Paris, 1897, t. I, p. 71.

⁶² Citado por J.-P. Rioux, *op. cit.*, p. 168.

⁶³ A. Riant, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁴ P. Chevalier et B. Grosperin, *L'Enseignement français de la Révolution à nos jours*, Paris, Mouton, 1971, t. II, *Documents*, p. 274.

⁶⁵ Ver D. Nourrisson, *op. cit.*, p. 247.

⁶⁶ A. David-Sauvageot, *Monsieur Prévôt*, Paris, 1894, p. 141.

⁶⁷ *La Tempérance*, 1874, p. 292.

⁶⁸ Citado por J.-P. Rioux, *op. cit.*, p. 207.

vas da pedagogia alcoólica do final do século que entram nesta estratégia, esses fígados desenhados, nas paredes das salas de água, aqueles de que fala Marcel Pagnol na *La gloire de mon père*, vísceras «horríveis», representadas com «as suas intumescências verdes e as suas constrições violáceas que lhes dão a forma de tupinandos»⁶⁹.

2. A ENERGIA QUE PROTEGE

Aos flagelos degenerativos não se opõem apenas a convicção moral e a lei, depois de 1850-1860, mas ainda uma prática preventiva renovada; um conjunto de comportamentos transformados por novas representações do corpo. É que a máquina corporal já não é simples mecânica, como no século XVII com os seus movimentos aspirantes ou refluente; já não é simples entrelaçado de fibras, como no século XVIII, com os seus filamentos emaranhados como responsáveis pelas forças e pelas resistências, ou mesmo simples focalização de tensões musculares como no início do século XIX. É uma máquina produtora de energia, motor criador de rendimento: um equivalente dos engenhos a vapor que animam as fábricas industriais de meados do século XIX. O seu fôlego é comparado ao das «locomotivas cuja respiração poderosa nós ouvimos»⁷⁰, o seu calor ao dos «combustíveis que a indústria emprega»⁷¹. A sua acção ilustra as leis da termodinâmica teorizadas por Carnot, em 1824: uma conversão do calórico em possibilidades precisas de trabalho⁷². Daí a ligação nova entre a eficácia e os recursos de calor orgânico. A força das constituições é objecto de medições até aí desconhecidas: a da «capacidade respiratória vital», por exemplo, que Hutchinson avalia com um espirómetro em 1846, pequena campânula móvel cujo cursor permite calcular a quantidade de ar propulsão numa única respiração. «O resultado no espirómetro, que varia conforme a idade, o sexo e o peso do corpo»⁷³ e o vigor de cada um torna-se o sinal da «reserva de oxigénio vital», aquela que transforma o calor em trabalho.

O emprego do gasto «combustivo» e a sua vigilância podem então ajudar a conduta preventiva: uma maneira de combater a degenerescência, conjuntamente com a empresa de moralização. O conjunto das regras de vida diz-lhes respeito: a arte de se alimentar, que favorece a troca energética, a de respirar, que participa directamente nas combustões, mas ainda a limpeza, tida como facilitadora da respiração pela manutenção dos poros. A nova referência energética redefine uma coerência entre as práticas sanitárias mais diferenciadas, após 1850, todas elas centradas num apoderar do fogo orgânico. Uma energia inédita é explorada.

O alimento, o pulmão e a energia

O alimento, em primeiro lugar, é expressamente visto como elemento combustível. Bouchardat mostra-o de forma quase caricata em 1860 quando enumera os ataques sociais da tísica: 233 casos de tísica em 1000 óbitos de gente pobre, 68 casos de tísica «apenas» em 1000 óbitos de pessoas abastadas⁷⁴. A explicação é inédita, focalizada no mecanismo alimentar: os «tubérculos» nasceriam no pulmão do pobre porque falta nele uma calorificação suficiente. A indigência da alimentação provoca a indigência do fogo, com o seu saldo de matérias não calcinadas. Os tubérculos são como carvões mal queimados. Explicação ilusória, evidentemente, mas que faz do alimento o combustível do oxigénio pulmonar. Bouchardat confirma a sua versão calórica quando sugere uma ligação inesperada entre a diabetes e a tísica: o açúcar do diabético, escapado dos rins sem ter sido queimado, torna insuficiente de outra maneira a actividade dos pulmões. A sua perda limitaria o seu fogo, daí o possível nascimento de tubérculos. O diabético estaria, mais do que qualquer outro, exposto à doença pulmonar: «Assisti à autópsia de 19 [diabéticos], nos 19 casos foram observados tubérculos nos pulmões.»⁷⁵ Explicação ilusória, ainda neste caso, mas que salienta a insistente ligação entre o alimento e a actividade do pulmão.

Bouchardat sugere então a prevenção da tísica pelo alimento. Ele encoraja o recurso regular ao óleo de fígado de bacalhau, sobretudo do escuro, o dos bacalhaus da Terra Nova ou da Noruega, cuja densidade e poder calorífero seriam mais marcantes. Boillet recorre ao espirómetro para o provar. O instrumento que mede o volume pulmonar de cada um: o uso do óleo transformaria a capacidade respiratória⁷⁶, tornando em pouco tempo o fôlego mais amplo. Longe de se limitar a amolecer os membros tolhidos, como pensavam alguns velhos utilizadores do início do século XIX, o óleo de fígado de bacalhau desperta assim o pulmão. Bebido como uma poção, de manhã e à noite, o óleo converte os velhos elixires em princípio de energia. Prevenção útil também aos pobres, uma vez que concentra em pouca substância «intensas» energias. O seu sucesso é duradouro. Os procedimentos, quase industriais, da sua produção multiplicam-se, na segunda metade do século XIX, em Bergen, na Noruega, na Terra Nova, como em alguns armazéns ocidentais. São enumerados em 1877 uma trintena de importadores franceses⁷⁷. O óleo «com um desagradável gosto a peixe»⁷⁸, que o farmacêutico Meynet tenta apresentar em 1875 sob a forma de drageias açucaradas perfazendo «duas colheradas»⁷⁹, torna-se gradualmente um recurso familiar.

Para além do modesto produto, é o papel atribuído ao alimento o que é transformado. Liebig, em primeiro lugar, renova depois de 1840, as categorias nutritivas. A química alemã divide os alimentos em respiratórios e plásticos: os que activam o fogo e os que reconstituem os tecidos⁸⁰. A fórmula impõe-se du-

⁶⁹ M. Pagnol, *La Gloire de mon père*, Monte-Carlo, Pastorelly, p. 17.

⁷⁰ P. Bert, *La Machine humaine*, Bordéus, 1867, p. 6.

⁷¹ J. Marcy, *La Machine animale*, Paris, 1873, p. 12.

⁷² S. Carnot, *Réflexions sur la puissance motrice du feu et sur les machines propres à développer cette puissance*, Paris, 1824.

⁷³ M. Lévy, *op. cit.*, t. I, p. 240.

⁷⁴ A. Bouchardat, *op. cit.*, p. 648.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 651.

⁷⁶ C. Boillet, «L'huile de foie de morue», *Journal d'hygiène*, 1877, p. 140.

⁷⁷ C. Boillet, *op. cit.*, p. 140.

⁷⁸ A. Bouchardat, *op. cit.*, p. 89.

⁷⁹ Publicité «Dragées Meynet», *Journal d'hygiène*, 1 de Outubro de 1875.

⁸⁰ J. von Liebig, *Traité de chimie organique*, Paris, 1840-1843 (1.ª ed. alemã), 3 vols.

rante várias décadas, cultivando a analogia com o motor e orientando as escolhas nutritivas: «Os alimentos estão destinados a manter as combustões precisamente como o óleo mantém o calor da fornalha.»⁸¹ O objectivo de regime alimentar é completamente renovado, regulando o equilíbrio entre as substâncias respiratórias e as outras. Mudam também os cálculos, indicando em gramas os alimentos que queimam e os alimentos reconstituintes: «São perdidos diariamente 130 gramas de matérias azotadas e 310 gramas de carbono e é evidente que os alimentos deveriam conter exactamente a mesma soma de azoto e de carbono.»⁸² As dosagens são facilitadas pelas novas tabelas: as de Payen, as de Letheby ou de Jules Cyr permitem apreciar o valor em carbono e em azoto de cada género. Elas indicam que 100 unidades de carne de vaca contêm 11 unidades de carbono, enquanto que 100 unidades de chocolate contêm 58; as mesmas proporções que são de 16 para o fígado de vitela e 42 para as favas⁸³. O gesto do regime já não é o mesmo, sendo composto por números inéditos: aqueles que tornam equivalentes uma quantidade de pão e uma quantidade muito diferente de legumes ou de biscoitos; contando unicamente o seu valor nutritivo e a sua quantidade de energia.

Trabalho e carne de cavalo

Ao que se acrescentam, evidentemente, as diferenças entre as situações de trabalho e as de repouso. A intensidade do fogo varia com a intensidade do labor. O modelo energético engendra novas tabelas, aquelas que precisam qual a indispensável necessidade de carbono e de azoto originada pelo trabalho. Um primeiro cálculo, efectuado com os operários ingleses e franceses, empregados nos caminhos de ferro da Normandia entre 1840 e 1850, serve de modelo: ele atribui a superioridade inglesa aos 660 gramas de carne absorvida por homem diariamente, excedente de matéria azotada que substitui o músculo perdido. Os operários franceses submetidos ao mesmo regime de carne teriam brevemente alcançado a eficácia inglesa⁸⁴. O cálculo é repetido nas câmaras de Hirn: lugares herméticos e vedados, onde os homens que efectuam um trabalho são submetidos a rigorosas medições de todas as «entradas» e «saídas» do seu corpo. Hirn, em 1865, certifica-se desta constatação: os dejectos azotados destes trabalhadores experimentais são duas vezes mais consideráveis do que se eles tivessem em repouso⁸⁵. A carne e as proteínas impõem-se, sem contestação, como alimento de trabalho. Já não se trata simplesmente da «força do sangue» como Balzac deixa entender⁸⁶, mas antes do rendimento energético, um jogo de

⁸¹ L. Figuier, *L'Année scientifique*, 1865, p. 346.

⁸² G. Le Bon, *op. cit.*, p. 117.

⁸³ A. Payen, *Des substances alimentaires*, Paris, 1853, pp. 353-354; ver também J. Cyr, *Traité de l'alimentation*, Paris, 1869, p. 302, e H. Letheby, *Les Aliments*, Paris, 1869, p. 120.

⁸⁴ A. P. de Gasparin, *Cours d'agriculture*, 1846 (1.^a ed., 1843), t. v, p. 395, e J. Cyr, *op. cit.*, p. 254.

⁸⁵ G. A. Hirn, *Esquisse élémentaire de la théorie mécanique de la chaleur et ses conséquences philosophiques*, Paris, 1865.

⁸⁶ Ver p. 176.

exploração calórica e química das matérias consumidas. A ideia de rentabilidade orienta o cálculo: «Segundo as obras de mecânica, um servente que transporte carga às costas até ao alto de uma rampa ou de uma escada e regressa sem ela, produz um esforço médio de 65 quilos; a uma velocidade de 0,004 m por segundo, ele trabalha seis horas e produz um trabalho de 56 160 quilogrametros. Como uma caloria, na máquina humana, corresponde a 62 quilogrametros, daí se deduz que 56 160 quilogrametros exigem para se produzir 905 calorias.»⁸⁷

A falta de azoto, contido na carne, favorece, aliás, a degenerescência: «Vede a Irlanda. A Irlanda? Reinaria a Inglaterra pacificamente sobre este povo em apuros se não fosse praticamente a batata a ajudá-la a prolongar-lhes a sua lamentável agonia?»⁸⁸ A ausência de carne, obriga, enfim, ao uso de forças factícias que acentuam o risco degenerativo: «O homem submetido a um regime alimentar insuficiente encontra-se fatalmente levado a procurar nas bebidas alcoólicas, não a força que elas não lhe poderiam dar, mas a excitação impulsiva necessária para fornecer, sem muito sofrimento, a sua própria substância.»⁸⁹ É também por falta de recursos energéticos que os pobres recorrem às bebidas excitantes: rentabilidade dos alimentos e trabalho da respiração são então considerados convergentes. O empreendimento moral de regeneração encontra as suas correspondências físicas. A energização do corpo reúne-se durante a segunda metade do século XIX ao empreendimento da vontade.

A carne é, aliás, o primeiro e por assim dizer o único género sobre o qual se debruçam as reformas da alimentação escolar depois de 1850. Um decreto de Fortoul impõe, em 1853, 140 gramas de carne para os grandes, 120 gramas para os médios e 100 gramas para os pequenos, quantidades elevadas, respectivamente, para 200 gramas, 160 gramas e 120 gramas em 1889, depois do relatório de uma comissão médica⁹⁰. Os ajustamentos são ainda mais detalhados no exército: a ração de carne elevada de 250 gramas a 350 gramas em 1873, é subdividida, depois de 1890, em ração de aquartelamento e ração de campo. Neste último caso, os fornecimentos são eles próprios modelados segundo a intensidade «forte» ou «fraca» da manobra⁹¹. Hospitais e hospícios são igualmente objectos de novas regulamentações depois de uma circular de 27 de Abril de 1864 ao preconizar a «distribuição, duas vezes por dia, de carne a todos os doentes» e privilegia o assado considerado mais nutritivo, enquanto que a ração global poderia, em paralelo, ser diminuída⁹². É, enfim, em gramas de azoto que são calculadas as refeições operárias distribuídas em algumas «cooperativas» industriais criadas na segunda metade do século. A de Godin, em Guise, é característica: os 130 gramas de matérias azotadas «necessárias» são obtidas após rigorosos cálculos da quantidade de sopa e de legumes frescos, da porção de queijo, dos gramas de caldo de carne e de pão⁹³. Um cálculo frenético varre mesmo as situações dos mais variados trabalhos, cerca de 1860, para diferen-

⁸⁷ J. Cyr, *op. cit.*, p. 312.

⁸⁸ I. Geoffroy Saint-Hilaire, citado por C. Husson, *L'Alimentation animale*, Paris, 1881, p. 47.

⁸⁹ C. Husson, *op. cit.*, p. 47.

⁹⁰ J. Rochard, *Traité d'hygiène publique et privée*, Paris, 1897, p. 810.

⁹¹ *Ibidem*, p. 893.

⁹² H. J. Davenne, *Régime dans les hôpitaux et hospices*, Paris, 1865, t. I, p. 292.

⁹³ Ver M. Roland, «Détruons la misère», *Journal d'hygiène*, Paris, 1877, p. 423.

ciar, em cada caso, os regimes alimentares cifrados: «Tecelões que trabalham muito», «operários da marinha na Crimeia», ferreiros, pugilistas, engenheiros, soldados e marinheiros ⁹⁴, mas também situações de «repouso», de «exercício moderado», de «trabalho activo» ou de «trabalho duro» ⁹⁵.

Aumenta a certeza, em meados do século, de que é preciso alterar o mercado de carne, deslocar as preferências e os gostos. A carne de cavalo, até aí negligenciada ou desprezada está no centro de uma verdadeira campanha de sensibilidade. Em 1855, Renault, o director da Escola de Veterinária de Alfort, convencido do interesse económico do produto, lança-se num vasto trabalho de opinião. Ele dá a provar a carne de cavalo aos operários de Alfort. Organiza «banquetes hipofágicos» reunindo políticos, jornalistas, eruditos, homens de letras, com vista a fazer oscilar a sensibilidade colectiva. Um objectivo domina estas campanhas: pôr no mercado uma carne mais acessível e menos dispendiosa, procurar instalar-lhe o gosto. Figuier, frequentador destes banquetes hipofágicos, elogia o valor do salsichão de cavalo, o valor do bife e sobretudo o do caldo: suficientemente gordo para ser «ao mesmo tempo um alimento albuminóide e respiratório» ⁹⁶. A iniciativa tem eco: o prefeito do Sena autoriza a abertura de talhos cavallares a 9 de Agosto de 1867; são abatidos todos os anos, em Paris, 5000 animais, neste novo tipo de negócio; número estimado em 30 000, em França, em 1874, para uma carne que é duas vezes mais barata do que a de vaca ⁹⁷. Renault considera ter, enfim, tornado acessível «a milhões de homens um alimento reparador» ⁹⁸.

A originalidade da campanha é também a de recorrer a novos interlocutores: jornalistas, homens de ciência, académicos, «aqueles que têm a missão de esclarecer a opinião sobre todas as questões que se ligam à agricultura e à higiene» ⁹⁹. Os debates sobre a saúde, como se viu, já não se limitam, depois de 1850-1860 aos políticos e aos médicos: a opinião tem o seu papel mesmo que seja, como neste caso, mais orientada do que esclarecida. A campanha é, aliás, a réplica directa daquela da empresa contra os flagelos alcoólicos ou sífilíticos. Os temas correspondem-se, variando apenas do «negativo» ao «positivo»: passar da degenerescência à regeneração, inverter o enfraquecimento. No centro deste retorno: a visão nova de energia. É preciso dizer que o consumo de carne cresce regularmente no século XIX por razões mais vulgares, sinal do lento enriquecimento, evidentemente, aumentando de 67 quilos a 80 quilos por habitante e por ano em Paris entre 1866 e 1878, e de 52 quilos a 63 quilos por habitante e por ano em Marselha entre as mesmas datas ¹⁰⁰. É a atenção fascinada de Xavier-Édouard Lejeune, empregado modesto que acede a um consumo mais ou menos regular de carne, por volta de 1865: «A vitela deve estar mais branca do que sanguinolenta e ter uma cor límpida. A perna de carneiro de boa qualidade

reconhece-se em certos índices de proveniência. Os carneiros das pastagens do Berry e de outras regiões francesas são geralmente grandes, copiosos e de uma carne delicada. Os carneiros de importação alemã são mais pequenos e menos tenros.» ¹⁰¹

As metamorfoses da respiração

A perspectiva energética não pode, aliás, limitar-se apenas às substâncias alimentares. A elas se deve acrescentar a atenção ao fogo, o princípio que na máquina corresponde à fornalha e no organismo à respiração: o oxigénio que queima os géneros.

Esta evocação da fornalha é retomada inúmeras vezes em meados do século para sugerir a prevenção e a saúde. Rayer cita em 1840 as manadas de renas transportadas de norte para sul para aí serem domesticadas, mas regularmente dizimadas pela tuberculose: os pulmões tornados menos activos, as tarefas menos rudes, provocariam a doença ao restringir as trocas gasosas ¹⁰². Rufz quer provar na Martinica, que a tísica toca em primeiro lugar os menos activos, as crioulas brancas, sobretudo as que têm menor débito respiratório ¹⁰³. Lagneau explica as tísicas dos distritos industriais em 1877 pelos trabalhos sedentários exigidos pelas fábricas, tarefas fixas com as quais as pressões físicas limitam «o livre funcionamento dos órgãos respiratórios» ¹⁰⁴. O exercício, pelo contrário, inverte estas desordens ao tonificar a respiração: o seu fogo protege mais do que antes. Daí as numerosas propostas de acções preventivas: Jaccoud sugere as elevações no plano inclinado para preservar da tísica; ele exige o uso de um pau «interposto entre a região dorsal e os braços lançados para trás» ¹⁰⁵; ele utiliza igualmente um pulverizador de ar comprimido, concebido para penetrar melhor as anfractuosidades dos brônquios. A técnica visa o aumento do volume intratorácico. As estâncias termais recorrem, aliás, ao pulverizador, por volta de 1860, para lançar nos pulmões vapores e nuvens de água ¹⁰⁶.

A explicação dos efeitos globais do exercício muda, enfim, com esta importância dada à respiração. Bouchardat descreve em 1861 uma prática já designada como «treino» ¹⁰⁷: um balanço subtil entre o exercício e o regime. A preparação do pugilista Crible, por exemplo, com vista ao seu combate contra Molineau, alguns anos antes, que vigia o peso do seu corpo para passar, em três

¹⁰¹ X.-É. Lejeune, *Calicot* (1845-1912), Paris, Montalba, 1984, p. 124.

¹⁰² Citado por A. Bouchardat, *op. cit.*, p. 657.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 658.

¹⁰⁴ G. Lagneau, *Des mesures d'hygiène publique propres à diminuer la fréquence de la phthisie*, Paris, 1875, citado por L. Figuier, *L'Année scientifique*, 1877, p. 334.

¹⁰⁵ S. Jaccoud, *Curabilité et Traitement de la phthisie pulmonaire*, Paris, 1881, p. 119.

¹⁰⁶ Art. «Trompe», M. Durand-Faradel, E. Le Bret, J. Lefort, *Dictionnaire général des eaux minérales et d'hydrologie médicale*, Paris, 1860, t. II, p. 858.

¹⁰⁷ Depois de 1860, as teses de medicina sobre o tema são numerosas: F. J. de France, *De l'entraînement*, tese de Medicina, Paris, 1859; T. Amourel, *Essai sur l'entraînement et ses applications en médecine*, tese de Medicina, Montpellier, 1860; A. Dambax, *De l'entraînement*, tese de Medicina, Paris, 1866.

⁹⁴ H. Letheby, *op. cit.*, p. 118.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 110.

⁹⁶ L. Figuier, «Les nouvelles boucheries de cheval établies à Paris et l'alimentation au moyen de la viande de cheval», *L'Année scientifique*, Paris, 1867, p. 389.

⁹⁷ Ver *Le Journal des débats*, 1874, citado por L. Figuier, *L'Année scientifique*, 1874, p. 384.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 395.

¹⁰⁰ *Statistiques de la France, nouvelle série*, Paris, 1881, t. VIII, p. xxxiv.

meses, de 188 para 152 libras, após ensaios e corridas medidos e uma alimentação ajustada ¹⁰⁸. A ideia é de manter apenas o «calor útil», criando uma «vitalidade maior dos tecidos» ¹⁰⁹. É preciso ver que se trata de uma nova combinação entre a força e a purificação. O alimento já não é um simples acumular como na representação tradicional, e a evacuação também já não é a simples rejeição. A visão de uma combustão eficaz tudo mudou: é ao ser queimado que o alimento provoca, ao mesmo tempo, a eliminação e a energia. O organismo purifica-se e reforça-se tanto melhor quanto mais estiver activo. Ele ganha em rentabilidade.

A exploração pedagógica do exercício é mais insistente depois de 1850-1860. As escolas primárias do Segundo Império são expressamente «encorajadas» a criar um ginásio. Hillairet que as visita em nome do Imperador, em 1868, felicita-se com algumas iniciativas notáveis. Ela cita como um sucesso os «242 ginásios... organizados pelas escolas primárias do distrito de Aisne» em 18 meses, entre 1867 e 1868 ¹¹⁰. Pequenas salas, modestas, na verdade, quase limitadas aos pátios dos recreios, munidas de alguns pesos, barras e ferros, elas recebem uma nova aula. Os exercícios de ordem e a disciplina colectiva são uma parte importante destes projectos. A República apressa-se a tornar obrigatórios os exercícios bem cadenciados. O objectivo, pela certa, é moral, até na escolha dos cânticos que acompanham os movimentos dos alunos. Mas uma insistência muito particular está regularmente presente, aquela que faz do «desenvolvimento da caixa torácica» ¹¹¹ um exercício obrigatório. O trabalho do pulmão pertence ao trabalho escolar, nesta segunda metade do século XIX: ele desenvolve a saúde e torna menos suportável «a atmosfera maléfica do grémio ou da taberna» ¹¹².

Mais vastamente, é a sensibilidade cultural face à ginástica que mudou: Paris tinha 3 ginásios em 1850, tem 14 em 1860 e 32 em 1880. A prática torna-se visível, mesmo que seja modesta, segundo os critérios dos nossos dias. Ela especializa-se também: neste grupo de estabelecimentos, 4 declaram ter finalidades higiénicas em 1860, enquanto que são já 14 em 1880 ¹¹³. O estabelecimento de Paz é um dos mais característicos: uma determinada publicidade denomina-o «Grande Ginásio Médico» em 1867, atribuindo-lhe uma frequência anual de 600 alunos ¹¹⁴, salientando os cuidados anexos de massagem e de hidroterapia que tem para oferecer. *Le Petit Journal* consagra-lhe a totalidade

¹⁰⁸ A. Bouchardat, *op. cit.*, p. 512.

¹⁰⁹ A. Proust, *Traité d'hygiène publique et privée*, Paris, 1877, pp. 499-500, e J. Rochard, *Traité d'hygiène publique et privée*, Paris, 1897, pp. 829-830.

¹¹⁰ J.-B. Hillairet, *Rapport à Son Excellence le Ministre de l'Instruction publique sur l'enseignement de la gymnastique dans les lycées, collèges, écoles normales et écoles primaires*, Paris, 1869, p. 29.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 47.

¹¹² E. Paz, *La Gymnastique raisonnée, moyen infaillible de prévenir les maladies et de prolonger l'existence*, Paris, 1872, p. 45.

¹¹³ *Annuaire du commerce*, Paris, 1860 e 1880; ver também J. Defrance, *L'Excellence corporelle, la formation des activités physiques et sportives modernes*, 1770-1914, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1987, pp. 106-107.

¹¹⁴ «Le grand gymnase dirigé par Eugène Paz», *Almanach formulaire du contribuable*, Paris, 1867, página de rosto.

da sua primeira página de 22 de Janeiro de 1875: «Não é verdade que a ginástica médica e racional faz parte da nova higiene?» ¹¹⁵ Paz é, aliás, o primeiro a apresentar a sua ginástica como um modelo global de luta contra as doenças: «Um meio infalível de prevenir as doenças e de prolongar a existência.» ¹¹⁶ Flaubert descreve a mesma expectativa preventiva em Bouvard e Pécuchet quando, nas suas buscas heteróclitas e apaixonadas, os mostra a recorrer à ginástica depois de terem experimentado massivamente regimes, religiões, receitas de médicos, leia-se de charlatões ¹¹⁷.

A instalação de ginásios quase exclusiva na zona oeste de Paris, durante a segunda metade do século XIX, revela a extensão limitada desta prática ¹¹⁸. Ela sugere também a diferença entre uma ginástica concebida para a escola, com os seus movimentos colectivos e cadenciados, e uma ginástica escolhida pela elite, mais individual, que dispõe de aparelhos caros, feitos com correias, extensores e de tabuleiros móveis, para desenvolver melhor o desenho das silhuetas. É necessário ver, no entanto, que não reside aí a verdadeira transformação. Ela prende-se com a imagem de saúde. Os sinais de robustez mudaram. A certeza de Michel Lévy: «calcular a capacidade respiratória vital é servir-se de preciosas indicações para medir a força dos indivíduos e a profilaxia da sua forma de iminência mórbida» ¹¹⁹. O índice que combina a elevação de estatura com o perímetro torácico, utilizado pelo exército francês do final do século para reformar os «maus» recrutas, é disto exemplo concreto. Ele permite obter um «coeficiente de robustez» ¹²⁰ desdobrado, neste caso, em cinco graus possíveis. A apreciação das constituições torna-se mais subtil, já não é imediatamente seduzida pela força aparente.

Um princípio «total»

É impossível, enfim, compreender, a importância do princípio energético após meados do século, sem lhe medir a sua cada vez maior extensão. Ele transforma todos os conselhos higiénicos, depois de 1860. Gallard, por exemplo, a ele recorre para explicar os efeitos da limpeza: a manutenção da pele permitiria um afluxo de oxigénio que atravessaria os poros. Garantia afirmadas nos programas oficiais dados aos professores primários durante a Exposição Universal de 1867: «A pele, bem limpa, é mais macia, funcionando e respirando melhor; uma vez que a pele respira como os pulmões e o sono, nestas condições, produz um repouso infinitamente mais reparador, que dá a todo o organismo um novo vigor e uma nova energia.» ¹²¹ A manutenção das superfícies corporais melhora a combustão orgânica. A certeza é idêntica para Yvaren, médico de Avi-

¹¹⁵ T. Grimm, «La gymnastique médicale», *Le Petit Journal*, Paris, 25 de Janeiro de 1875, p. 1.

¹¹⁶ É o subtítulo do trabalho de E. Paz, *op. cit.*

¹¹⁷ G. Flaubert, *Bouvard et Pécuchet, Oeuvres*, *op. cit.*, t. II, p. 880.

¹¹⁸ J. Defrance, *op. cit.*, ver «La gymnastique dans l'espace parisien», pp. 106-107.

¹¹⁹ M. Lévy, *op. cit.*; t. II, pp. 238-239.

¹²⁰ Este coeficiente de Pignet é largamente evocado por L. Mayet, *La Fiche médicale des enfants envoyés dans les colonies de vacances et la Valeur de robusticité*, Lyon, 1906.

¹²¹ T. Gallard, *Notions d'hygiène à l'usage des instituteurs primaires*, Paris, 1868, p. 28.

gnon que redige autênticas memórias profissionais em 1882, após vários decénios de prática: «A pele absorve da mesma forma que respira»¹²²; ou para Beauprand, que corrige a sexta edição de *Traité d'hygiène* de Becquerel em 1877 e se congratula com uma multiplicação por dez dos banhos públicos parisienses entre 1816 e 1876: «São dados por ano 1 815 500 banhos; o que, para uma população aglomerada de 950 000 habitantes perfaz 2,3 banhos por ano e por habitante.»¹²³

O tema termodinâmico de controlo das perdas e do cálculo das rentabilidades concerne, na verdade, ao conjunto dos comportamentos. A actividade sexual, por exemplo, até aí confinada a um lugar mais discreto nos conselhos higiénicos, alcança aqui uma aposta mais notória. A ansiedade do número e a preocupação com um défice precioso dominam preceitos e recomendações. Uma verdadeira «bíblia higiénica» para jovens casais vem acrescentar-se aos velhos princípios morais. Debay, por exemplo, num livro editado várias dezenas de vezes entre 1850 e 1870, contabiliza o número de actos hebdomadários «suportáveis» consoante a idade e o temperamento: «Dos vinte aos trinta anos, o homem casado pode exercer os seus direitos de duas a quatro vezes por semana. Dos trinta aos quarenta anos o homem deve restringir-se a duas vezes por semana. Dos quarenta aos cinquenta anos uma vez. Dos cinquenta aos sessenta anos uma vez de quinze em quinze dias e menos ainda se não se sentir necessidade»¹²⁴; a «segunda velhice» sendo condenada a uma continência indispensável à sua sobrevivência. O raciocínio parece ser rigorosamente económico: gerir a substância para manter o calor e favorecer as forças orgânicas. O líquido precioso faz parte das reservas, das despensas, das eficácias, das quais as práticas de higiene extraem o sentido depois de 1860. O desejo feminino, julgado mais ávido, mais agitado, pelo homem do século XIX, não teria que se identificar com as prescrições masculinas: «Ainda que a mulher possa sem inconveniente repetir o acto amoroso mais frequentemente do que o homem, ela terá, apesar disso, razão para ser sóbria, pois é reconhecido que as mulheres que dele abusam estão sujeitas a infelizes infecções dos ovários, no útero, e a essa doença terrível que se designa por cancro.»¹²⁵

O modelo energético orienta ainda as lógicas sanitárias, das quais limpeza ou sexualidade não passam de exemplos entre tantos outros.

3. A ENERGIA, A CIDADE. O TRABALHO

Este cálculo das despesas e das rentabilidades não transformou apenas a visão das defesas corporais por volta de 1860. Ele transformou a visão das despesas colectivas. Demonstra-o o uso da água, indissociável na mesma altura das reflexões sobre o urbano. Já não se trata da água que refrescava o ar, como

no século XVIII, líquido que corria pelo pavimento para afastar o odor; mas sim a água que «trabalha», aquela que alimenta «as necessidades da indústria»¹²⁶ e que assegura «o desenvolvimento e a prosperidade das cidades»¹²⁷. Foi imposto um novo princípio: «Quanto mais a água é abundante mais a indústria se desenvolve.»¹²⁸

A cidade drenada

A nova concepção, já inúmeras vezes descrita, é a da drenagem: rede invisível que transporta alimentos e dejectos como a rede sanguínea. «As galerias subterrâneas, órgãos da grande cidade, funcionam como as do corpo humano, sem se exporem à luz do dia.»¹²⁹ Da captação de águas limpas à perda de águas usadas, a totalidade da cadeia hidráulica é repensada por Haussmann. As canalizações são enterradas, comunicantes, e concebidas para alcançar cada casa num movimento de fluxo e refluxo. As fontes longínquas, mais «puras», constituem o incentivo, e já não o rio. As águas de Vanne e as de Dhuys, captadas nas planícies de Champagne, conduzidas por canalização fechada em 1865 para os altos de Paris, opõem-se aos dos velhos reservatórios saídos do Sena onde Bouchut, num relatório à Academia de Medicina em 1860, descrevia, flutuando «em suspensão, uma inumerável quantidade de seres vivos que se apanham com uma colher como numa sopa»¹³⁰. O reservatório de Ménilmontant ilustra o novo dispositivo com as suas duas salas abobadadas e sobrepostas: uma que retém a água da fonte destinada ao uso doméstico, a outra que retém a água do rio destinada ao uso industrial. O rio é já expressamente suspeito. Em 1860, multiplicam-se as anedotas sobre homens mortos por «terem provado um gole»¹³¹ de água do Sena. Só a captação das fontes pode evitar a doença.

A ideia do esgoto colector de ramificações invisíveis e radiantes conclui a representação mecânica e orgânica da alimentação urbana, a do trabalho «interior» garantida pelos fluxos: «As secreções aí se executariam misteriosamente e manteriam a saúde pública sem perturbar a boa ordenação da cidade e sem ferir a sua beleza exterior.»¹³² É em 1860 que começam os primeiros trabalhos dos esgotos de dejectos domésticos parisienses. Os números confirmam a extensão do dispositivo entre 1860 e 1880: os contratos de água passam de 8770, em 1875, para 40 596, em 1875; o comprimento dos esgotos passa de 120 quilómetros em 1850 para 530 quilómetros em 1875 e para 650 quilómetros em 1880¹³³.

¹²⁶ G. E. Haussmann, *Mémoire sur les eaux de Paris*, Paris, t. I, p. 75.

¹²⁷ L. Figuiet, *Les Merveilles de l'industrie*, Paris, (cerca de 1875), t. III, p. 335.

¹²⁸ C. Grimaud de Caux, *Des eaux publiques et de leur application aux besoins des grandes villes, des communes et des habitations rurales*, Paris, 1863, p. 297.

¹²⁹ G. E. Haussmann, *op. cit.*, t. I, p. 53.

¹³⁰ Bouchut, «Mémoire sur les eaux de Paris», comunicado à Academia de Medicina, de 17 de Junho de 1860, citado por L. Figuiet, *Les Merveilles... op. cit.*, t. III, p. 320.

¹³¹ *Les Mondes, revue hebdomadaire des sciences*, 1875, n.º 38, p. 639.

¹³² A. Meyer, «La canalisation souterraine de Paris», *Paris Guide*, Paris, 1868, t. II, p. 1614.

¹³³ P. Cébron de Lisle, «Les eaux et les égouts à Paris, évolutions techniques», *Paris et ses réseaux, naissance d'un mode de vie urbain, XIX^e-XX^e siècle*, Paris, Bibliothèque historique de la Ville de Paris, 1980, p. 116.

¹²² P. Yvaren, *Entretiens d'un vieux médecin sur l'hygiène et la morale*, Paris, 1882, p. 56.

¹²³ A. Becquerel, *op. cit.*, p. 539. Os números, sem dúvida menos precisos, de Abel Hugo, davam uma média de três banhos anuais por parisiense em 1835. Ver p. 175.

¹²⁴ A. Debay, *Hygiène et Physiologie du mariage*, Paris, 1873 (1.^a ed., 1853), p. 94.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 73.

O último avatar da energia nesta rede urbana com intuito sanitário: a ideia de tornar produtivas as águas sujas para as tornar mais inofensivas; fazer trabalhar os dejectos. Haussman formula a proposta em 1858. Élie Jolilerc concretiza-a alguns anos mais tarde. Concessionário da Cidade de Paris para as águas de esgoto em 1867, ele tenta realizar um duplo objectivo: evitar que a água dos colectores seja deitada no Sena e explorar as matérias assim derivadas. Jolilerc utiliza as águas do colector de Asnières que desaguam no rio abaixo de Paris e ameaçam Versalhes; ele capta o fluxo, dirige-o para a planície de Gennevilliers por meio de uma bomba a vapor de 4 cavalos antes de a fazer aproveitar para as culturas ¹³⁴.

A originalidade não está, evidentemente, na simples aplicação do estrume. Ela está na ligação entre a energia e o desaparecimento do perigo; o recurso à força do dejecto para anular a sua ameaça: «A purificação pela combustão das matérias orgânicas no solo é o único procedimento conhecido que dá resultados satisfatórios.» ¹³⁵ É necessário este retorno à terra, este «círculo que se fecha» ¹³⁶ onde toda a energia seria despejada para que o dejecto fosse, ele próprio, «purificado»: «Combustão lenta, natural pelo mero resultado da passagem das águas através das moléculas do solo.» ¹³⁷ O princípio é adoptado para Paris, em 1877, e a exploração estende-se às planícies de Chatou, de Saint-Germain e de Argenteuil. Londres, enfim, prolonga os seus esgotos até à beira-mar para tornar, muito simplesmente, «férteis as areias sem valor» ¹³⁸. Uma rentabilidade promovida a princípio de purificação.

Este modelo de drenagem das cidades não se impôs de repente. Perduram outros modelos na segunda metade do século XIX. As águas de Marselha continuam a ser captadas na Durance e estagiam durante muito tempo em reservatórios fechados para perderem as suas impurezas. As águas de Lyon continuam a ser captadas no Rhône e são filtradas em bancos de areia ¹³⁹. Do mesmo modo a difusão dificilmente alcança as habitações, no final do século XIX. Os números revelados por Jean-Pierre Goubert confirmam resistências e arcaísmos: «Em 1892, só 290 vilas, em 691, distribuem água sob pressão, fazendo-a chegar àqueles que a contratam. Estas 290 vilas reúnem 4 512 941 habitantes, mas não contam com mais do que 127 318 utentes.» ¹⁴⁰ Mais desventurada ainda permanece a rede de águas usadas. O inquérito de Bechman, em 1892, revela que 90 vilas, em 691, «dispõem de esgotos aos quais não estão ligados mais do que 156 054 utentes» ¹⁴¹. A instrumentação é dispendiosa e complexa, o que explica os vagares da sua instalação. O modelo generaliza com tal força o domínio dos fluxos que pode parecer irrealizável para muitos.

¹³⁴ L. Figuier, *L'Année scientifique*, 1874, p. 293, e *Les Mondes, revue hebdomadaire des sciences*, 1875, p. 47.

¹³⁵ *Les Mondes, revue hebdomadaire des sciences*, 1877, n.º 42, p. 410.

¹³⁶ G. Tissandier, *L'Eau*, Paris, 1869, p. 329.

¹³⁷ *Note du directeur des travaux de Paris sur la situation du service des eaux d'égouts*, Paris, 1879, p. 68.

¹³⁸ L. Figuier, *L'Année scientifique*, 1868, p. 370.

¹³⁹ L. Figuier, *Les Merveilles...*, op. cit., t. III, pp. 386 e 370.

¹⁴⁰ J.-P. Goubert, *La Conquête de l'eau*, Paris, Laffont, 1986, p. 198.

¹⁴¹ Citado por J.-P. Goubert, *ibidem*, p. 199.

O apelo à energia, todavia, com as suas drenagens e as suas rentabilidades, funda o princípio dos saneamentos citadinos.

Do trabalho regenerado ao trabalho «protegido»

Este apelo à energia acompanha, enfim, uma nova relação com o trabalho: o projecto regenerador reclama uma participação de todos. Já não existe a reclusão ou o afastamento dos menos aptos, como na França clássica ¹⁴², mas a sua correcção e a sua fusão na máquina industrial. A energia trazida pela primeira industrialização tolera mal a perda. Ela impõe a colaboração de cada um. É o sentido das cruzadas contra os perigos degenerativos. É o sentido de uma gestão das cidades mineiras, cerca de 1860-1870: «O Creusot não é simplesmente uma fábrica, é um verdadeiro mundo à parte, uma espécie de império do ferro, que poderia tomar como divisa: "Tudo pelo ferro"». 22 000 pessoas estão unicamente concentradas nesta ideia dominante: extrair o minério de ferro.» ¹⁴³ O saneamento energético concorre para esta totalização. Um ideal de ordem e de disposição do qual France-Ville, a cidade imaginada por Júlio Verne em *Le 500 millions de la Bégum*, continua a ser uma referência enaltecida. O reforço de uma polícia sanitária com o dever «de amortecer as predisposições mórbidas hereditárias» ¹⁴⁴ através de uma bateria de instruções colectivas. Como as que difundem ainda as instruções de 1850 depois da cólera de 1849: desobstruir, fazer circular a água, «trazer a enxada para os bairros pobres» ¹⁴⁵.

Do interior do próprio trabalho é que iria, no entanto, nascer lentamente um modo de pensar mais complexo. Foi preciso a confrontação com as tarefas industriais, a constatação repetida dos riscos, a explosão das máquinas, a obstrução das oficinas e os choques. Foram precisas as eventualidades de uma energia que se tornou ameaçadora para que a imagem do saneamento não mais se limitasse ao tema das limpezas. Reybaud coloca o problema ao visitar Le Creusot nos anos de 1870: «A actividade dos motores é uma ameaça constante para a integridade dos membros. Nada de distração nem mesmo de esquecimento sob pena de se ser levado por uma correia ou triturado por uma engrenagem.» ¹⁴⁶ A previsão do acidente deve tornar-se uma aposta no saneamento.

Muito hesitante foi, de início, a consciencialização. O tema do acidente origina, desde o início do século XIX, litígios confusos. É que as suas causas são frequentemente numerosas e obscuras, misturando intenções e determinismos físicos. Cada episódio trágico conduz à suspeita sobre o operário, aquele que regula ou dirige a máquina. O acidente continua a ser um drama, certamente, mas excluído de toda a reparação, relatado sem comentários, como indica *Le Prisme*, em 1841: «Madame Angel é mãe de quatro filhos. O seu marido morreu no

¹⁴² Ver p. 119.

¹⁴³ V. Turgan, *Les Grandes Usines*, Paris, t. VI, p. 1.

¹⁴⁴ J. Verne, *Le 500 millions de la Bégum*, Paris, Hachette, 1966 (1.ª ed., 1877), p. 158.

¹⁴⁵ M. Nadeau, *Mémoires de Léonard, ancien garçon maçon*, Paris, Hachette, 1976 (1.ª ed., 1895), p. 487.

¹⁴⁶ L. Reybaud, *Le Fer et la Houille*, Paris, 1874, p. 46.

ano passado, colhido pela engrenagem de uma máquina a vapor... Diz-se, na vizinhança, que morreu um operário e que deixava mulher e filhos; a emoção aí se deteve.»¹⁴⁷

É, no entanto, reclamada uma nova garantia mais fundamental, cerca de 1850-1860, estabelecida na responsabilidade do mestre. É o que mostra a decisão do tribunal de Dijon em 1878: um operário da fundição move um processo contra De Wendel por ter sido atingido por partículas de metal em ignição. Uma primeira sentença denega o operário, em nome da sua imprevidência. Mas o operário acusa De Wendel de não ter imposto aos fundidores as medidas de protecção exigidas aos outros operários da fábrica. O tribunal de Dijon considera a acusação fundamentada: o patrão ou «director da indústria» deve, «sob pena de culpa, prever as causas não só habituais, mas simplesmente possíveis de acidentes, e tomar todas as medidas que fossem de natureza a evitá-las»¹⁴⁸. Nasce definitivamente uma nova reflexão sobre as condições de segurança industrial, o ambiente das oficinas e o evitar de quedas e de choques.

Várias decisões da jurisprudência conduzem a novos regulamentos, como o decreto de 1 de Maio de 1880 que impõe a necessidade «de envolver numa caixa de madeira ou com uma grelha, as partes perigosas dos aparelhos com os quais os operários não estejam a trabalhar»¹⁴⁹, ou ao editar os testes aos quais devem ser submetidas as máquinas a vapor para estarem «em conformidade»: «Um selo colocado depois do teste indica em quilogramas por centímetro quadrado a pressão que o vapor não deve ultrapassar.»¹⁵⁰

Faltam ainda os inspectores para aplicar rigorosamente os textos, cerca dos anos 1880. Falta também a vontade de promover a imparcialidade, de um julgamento equitativo entre patrões e operários. As estatísticas, neste caso, são claras: mais de 80% dos acidentes dão-se por culpa dos operários, por volta de 1880, enquanto de 12% a 15% apenas são atribuídos aos patrões¹⁵¹. Faltam, enfim, alguns acordos entre as descobertas efectivamente reais dos perigos químicos e a disposição das oficinas. A vigilância das mós de metal, por exemplo, não é respeitada em 1880, quando algumas delas poderiam ser tomadas menos perigosas. O procedimento de Ancelin permite, desde meados do século, humedecer as molas e conter as poeiras metálicas que elas projectam. Um cálculo efectuado em Inglaterra revela uma esperança de vida superior em 20 anos nos operários que recorrem ao dispositivo húmido em relação aos que não o utilizam¹⁵².

Nasce, contudo, uma «higiene industrial»¹⁵³ nesta segunda metade do século que acrescenta aos acidentes mecânicos os mais variados riscos de intoxicação.

¹⁴⁷ Andréas, «La misère», *Le Prisme, Encyclopédie morale du XIX^e siècle*, Paris, 1841, p. 187.

¹⁴⁸ Arrêt de la Cour de cassation, 7 de Janeiro de 1878, citado por F. Ewald, *op. cit.*, p. 239.

¹⁴⁹ A. Proust, *op. cit.*, edição de 1902, p. 1219.

¹⁵⁰ *Idem*. Uma ordenação de 23 de Outubro de 1823 impunha sempre normas aos motores para garantir a «segurança pública», como indica M. E. de Chabrol-Chaméane no seu *Dictionnaire de législation usuelle*, Paris, 1835, t. II, p. 135. Exemplo ainda raro, enquanto que o decreto de 1880 incide sobre o espaço global da oficina.

¹⁵¹ F. Ewald, *op. cit.*, p. 248.

¹⁵² A. Proust, *op. cit.*, edição de 1877, p. 194.

¹⁵³ L. Poincaré, *Traité d'hygiène industrielle*, Paris, 1886.

A exigência de uma segurança física operária tomou uma forma que não tinha. O território da higiene pública adquire outros contornos. É uma dupla constatação que impõe a jurisprudência do dever patronal de 1850-1860: o Estado arbitra a salvaguarda física. Desenha-se um Estado protector nas regras de assistência «teoricamente» acordadas, para com os desfavorecidos. A segunda constatação incide sobre a própria imagem do operário. Neste caso as exigências deslocam-se. À visão que espera uma preocupação de decisão e de vontade por parte do operário para melhor combater a degenerescência, acrescenta-se uma outra visão, mais igualitária: as atitudes e os comportamentos dos operários seriam o resultado directo do meio físico. Muitos médicos e políticos, neste fim de século, começam a interpretar «o álcool do pobre» como uma consequência da miséria e não o inverso¹⁵⁴. Muitos começam a encarar a imprevidência como uma consequência possível da precariedade e das condições de trabalho: «A imprudência é forçosa, ela é inevitável, ela resulta do próprio trabalho; o operário em laboração está exposto a todo o instante a um perigo com que nem sonha, nem pode sonhar; se o imaginasse não o enfrentaria.»¹⁵⁵ Daí a necessidade de uma protecção precisa, capaz de prevenir até a falta de atenção do próprio operário. É sobretudo o gradual aparecimento de um direito, o da saúde, independente das intenções de cada um.

É efectivamente a partir da referência energética que nasce novas imagens do corpo e novas práticas de saúde. É também desta referência que nasce uma extensão do território sanitário à prevenção dos acidentes a cargo de medidas estatais.

Tomada de consciência muito lenta, voltamos a dizer, onde os custos financeiros da protecção são outras tantas ocasiões de resistências e de atrasos. O arcaísmo é, aliás, por vezes mais confuso, mais latente, nesta segunda metade do século XIX, no que se refere ao próprio modelo energético. Os antigos modelos do corpo continuam vivazes. Basta o exemplo das fórmulas publicitárias nos jornais dos anos de 1860-1880, para o confirmar.

4. O ARCAÍSMO DO ELIXIR

As formas de publicidade exploradas pela imprensa são novas, na segunda metade do século. Os seus cartazes ajudam a financiar os jornais, que se tornam mais numerosos. Estes cartazes dão espaço aos usos preventivos. Ele divulgam xaropes, pílulas, cordiais e tónicos, susceptíveis de proteger o corpo, revelando, de passagem, a cultura do tempo. Vários destes produtos correspondem, é claro, à nova expectativa energética.

Outros, pelo contrário, sugerem a existência de referências sanitárias antigas. A sedução do elixir tradicional, por exemplo, ainda muito presente nos jornais populares, ou a dos velhos purificadores dos humores. Coexistem representações arcaicas do corpo com as da modernidade do século.

¹⁵⁴ É a oposição total entre o juízo de A. Bouchardat em 1880: «A bebedeira tornou-se a maior causa de miséria» (*op. cit.*, p. 310) e o de G. Le Bon na mesma altura: «Lamentemos o bêbado, mas não o acusemos... a aguardente é o ópio da miséria» (*op. cit.*, p. 115).

¹⁵⁵ A. de Mun, Chambre des députés, *Journal officiel*, 17 de Maio de 1888, p. 1425.

As poções publicitárias

Quando o *Illustration* exalta a água de melissa dos Carmelitas em 1864, o jornal insiste na seriedade com a qual os austeros religiosos preparam o produto. Eles aplicaram um segredo muito remoto. Uma fórmula vinda «em linha directa, dos druidas, que a tinham eles próprios obtido dos herdeiros do profeta Elias»¹⁵⁶; tradição quase sacralizada por esta presença do velho profeta. O princípio é o mesmo quando o almanaque do *Musée des familles*, em 1867, exalta o chá do conde de Saint-Germain: bebida misteriosa que o «famoso conde da corte de Luís XV» teria utilizado para alcançar a sua «extraordinária longevidade»¹⁵⁷. A publicidade desta segunda metade do século XIX move crenças e convicções, e, ao mesmo tempo, o apelo à ciência nunca tinha estado tão presente. O tema da «panaceia», desde há muito esquecido pelo erudito, conserva, neste caso, uma credibilidade. A «Revalessière du Barry» impede tanto a gastrite como a tísica, os reumáticos, a insónia, as hemorróidas, os humores viscosos das mucosas, os atordoamentos¹⁵⁸...

Mais revelador é o apelo às representações «antigas» do funcionamento corporal. Um mecanismo orgânico idêntico encontra-se no centro das recomendações e é evocado por mais de dois terços destas formas publicitárias: a purga. O papel da água de melissa e do chá do conde Saint-Germain: ambos «purgam ligeiramente e sem provocar cólicas»¹⁵⁹. O corpo, para este público predominantemente popular mas também para os leitores mais abastados do *Temps* ou do *L'Univers*, mantém-se ainda em grande parte pela acção sobre os dejectos. A obstipação guarda um perigo surdo e reiterante. É contra ela que se acumulam as poções: o «Affecteur» Boyveau, a bolacha *Ollivier*, a água de *Pullna*, o carvão de *Belloc*, as pílulas «vegetais apetitosas» *Cauvin*, a «podófila» Coirre, o «Tamar indiano», a água *Laferrière*, a bolacha *Caroz*, as cápsulas *Laroze*, o «Apozema de saúde» *Lemaire*. Os próprios produtos não purgativos são mobilizados contra a retenção de dejectos: o carvão de *Belloc*, por exemplo, «remédio por excelência contra a obstipação» ao mesmo tempo que «não purga»¹⁶⁰. Algumas fórmulas lembram as antigas representações dos humores, a manutenção persistente do seu corrimento para aligeirar mais os órgãos: «Emprega-se ainda o chá de *Saint-Germain* para estabelecer uma derivação suave e prolongada para o intestino na sequência de congestões ou apoplexias do cérebro, nos catarrhos crónicos, etc.»¹⁶¹

O tempo, evidentemente, marcou estes velhos receios. Os produtos de meados do século são industrializados, promovidos, por vezes, sob a aparência da própria ciência: os seus efeitos secundários são sempre «medidos», calculados até ao insensível: a purga perfeita é aquela que não se sente. A abundância de pílulas ou de elixires purgativos confirma, no entanto, como sobrevivem as expectativas tradicionais apesar da renovação das representações.

¹⁵⁶ *Almanach de l'Illustration*, Paris, 1864, p. 65.

¹⁵⁷ *Almanach de France et du Musée des Familles*, Paris, 1867, p. 155.

¹⁵⁸ *Ibidem*, página de rosto.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 155.

¹⁶⁰ *Almanach de France*, 1868, *op. cit.*, p. 149.

¹⁶¹ *Ibidem*, 1867, *op. cit.*, p. 155.

A ambiguidade dos tónicos

As mensagens publicitárias dirigidas expressamente aos médicos não devem igualmente enganar, tanto evoquem descobertas novas como medicamentos já conhecidos: a quina, o óleo de fígado de bacalhau, «reconstituintes nutricionais»¹⁶², os extractos de «carne crua», como o elixir *Ducro*, premiado com medalha de prata na Exposição Universal de Paris em 1875¹⁶³. A sua modernidade é, evidentemente, adquirida. O ferro aparece, por vezes, nestes géneros compostos. A descoberta do ferro que mantém o oxigénio nas células do sangue promove o mineral a novo parceiro da respiração. Daí a multiplicidade de fórmulas publicitárias, cerca de 1870, de «águas ferruginosas», dos sais «arsénico-férricos naturais»¹⁶⁴, das drageias de «fosfato de ferro tribásico solúvel»¹⁶⁵.

A característica comum, todavia, de vários destes produtos eruditos é que eles são simplesmente misturados no vinho, valorizados pelo acompanhamento alcoolizado. Uma quinzena de vinhos diferentes serve de veículo à quina, ao ferro ou ao fosfato de cálcio, só no *Journal d'hygiène* para o ano de 1876. Alguns destes vinhos seriam, aliás, só por si, medicamentosos: o *São Rafael*, por exemplo, «prescrito exclusivamente como fortalecedor nos Hospitais de Paris»¹⁶⁶; ou o *Málaga*, «tónico e digestivo de primeira ordem»¹⁶⁷. A publicidade médica prolonga assim a força das velhas crenças. Ela bebe da tradição, lembrando também ela a atracção pelo elixir.

Uma nova acção é reconhecida ao álcool na segunda metade do século XIX: o vinho ajuda a queimar o oxigénio. O produto é energético e também alimento respiratório. O seu poder calórico é suficientemente salientado para parecer necessário tanto à ração do soldado como à do estudante¹⁶⁸. Mas a acumulação de fórmulas publicitárias destes álcoois médicos, a diversidade das suas apresentações e das suas aplicações, cerca de 1870-1880, revelam obscuras tolerâncias na própria linguagem médica. Rochard, severo ferrabrás do alcoolismo, inspector-geral do Serviço de Saúde da Marinha, em 1880, defende que «a embriaguez do vinho é inofensiva e dissipa-se com facilidade através de um sono prolongado»¹⁶⁹, enquanto que a embriaguez devida à aguardente, que se torna tóxica pela concentração de álcool, seria o verdadeiro perigo.

No cruzamento do modelo energético e da tradição tónica, o vinho mantém uma sedução perturbadora. A crença na sua força sobrevive mesmo entre aqueles que denunciam o alcoolismo. Imagens simultaneamente velhas e renovadas, a sua marca não é ainda abandonada. Os produtores de vinho e os vendedores do final do século chegam ainda, depois de vários processos, a disputar a venda de vinho de quina, exclusiva dos farmacêuticos. Um julgamento em Lyon,

¹⁶² *Journal d'hygiène*, Paris, 1875, anúncios, p. 3.

¹⁶³ *Ibidem*, 1876, p. 44.

¹⁶⁴ Publicidade às drageias *Dominique*, *ibidem*, 1875, p. 3.

¹⁶⁵ Publicidade ao ferro hemático L.-J. Michel, *idem*.

¹⁶⁶ Publicidade ao vinho de Saint-Raphaël, *Gazette hebdomadaire de médecine et de chirurgie*, Paris, 1876.

¹⁶⁷ Publicidade de Dusart, *ibidem*, 1876.

¹⁶⁸ J. Rochard, *op. cit.*, p. 897.

¹⁶⁹ J. Rochard, *Questions d'hygiène sociale*, Paris, 1891, p. 6.

em 1888, autoriza um retalhista de álcool a vender o vinho de quina, considerando que o produto «fortalecedor» não deve ser «considerado como um composto dependente da farmácia»¹⁷⁰.

Com a coca utilizada em certos vinhos, a manutenção dos arcaísmos é ainda mais notória. A ciência, neste caso, parece desencadear tudo. Ela permite concentrar a força da coca, velha pasta regeneradora dos Índios da América do Sul, pelo isolamento do seu alcalóide, em 1867: a cocaína. Várias firmas farmacêuticas difundem em França, nos anos de 1870, o vinho de coca. A publicidade do vinho de Bain, por exemplo, detém-se na presença de «folhas de coca perfeitamente autênticas e de primeira escolha, provenientes das plantações de M. Bolivian, ex-ministro plenipotenciário da Bolívia em Paris»¹⁷¹. O vinho *Mariani* é mais conhecido graças ao engenho do seu autor. Mariani multiplica o envio de ofertas do seu «vinho de coca do Peru»: expede cerca de cem caixas para o Papa, e quase o mesmo número ao Presidente da República e várias dezenas de caixas a diversas celebridades. Utiliza de seguida os agradecimentos para compor álbuns publicitários de um novo género: colecções de gravuras onde se justapõem os rostos e os textos de signatários notáveis. Homens de letras, sábios, políticos, elogiam então o efeito «mágico» da poção do «feiticeiro» Mariani, recorrendo com naturalidade à imagem do antigo elixir: velho néctar do Olimpo, cuja receita, perdida no tempo, teria sido encontrada nos arquivos dos Incas pré-históricos por um sábio que é também um poeta»¹⁷². A publicidade de Mariani prende-se à tradição: «O aroma subtil da coca peruana combina-se harmoniosamente com a generosidade do vinho velho da França.»¹⁷³ Gustave Toudouze, o autor de *Madame Lambelle* e de *La Séductrice*¹⁷⁴, exprime com mais força esta paixão inédita por este vinho, cujo efeito cocaínico permanece, para ele, um mistério: «Verdadeiro filtro mágico, elixir maravilhoso, [que torna] tudo flamejante de nova juventude, de paixão e de vida.»¹⁷⁵ O tóxico, ainda não entendido como tal, alimenta por várias décadas o prestígio deste vinho de efeitos pouco explicados em 1870-1880. Produto acessível, enfim, o seu preço de 5 francos por garrafa equivalente ao salário diário médio de um operário em 1880 (4 francos para um operário da panificação, 6,50 francos¹⁷⁶ para um operário de alfaiate) torna o seu consumo possível para além da simples burguesia.

O vinho *Mariani* é o testemunho do progresso da química em 1880 e da própria publicidade, e também testemunho de uma insistência surda na magia dos elixires.

¹⁷⁰ A. Périer, *Les Vins de quinquina*, Paris, 1890, p. 40.

¹⁷¹ Publicidade ao vinho de J. Bain, in *Journal d'hygiène*, 1879.

¹⁷² E. Gautie, jornalista do *Figaro* em 1903, citado por P. Eyguesier, *Quand Freud était drogman*, Paris, Navarin, 1963, pranchas.

¹⁷³ *Idem*.

¹⁷⁴ G. G. Toudouze, *Madame Lambelle*, Paris, 1880; *La Séductrice*, Paris, 1882.

¹⁷⁵ Citado por P. Eyguesier, *op. cit.*, p. 96.

¹⁷⁶ P. Sorlin, *La Société française*, t. 1, 1840-1914, Paris, Arthaud, p. 192.

CAPÍTULO III

DA HIGIENE DOS LUGARES À HIGIENE MENTAL

Ao descobrir os corpúsculos parasitas que prosperam nos ovos dos bichos-da-seda e que dizimam as culturas, Pasteur soluciona um drama económico para os camponeses do Sul: as criações de bichos-da-seda devastadas pela epidemia são salvas¹. Mas Pasteur faz também entrar a luta antiepidémica na sua fase contemporânea. Tyndal tem uma certeza em 1882: «toda a gente está agora de acordo neste ponto, em que certas doenças são o produto da vida parasitária... O mau cheiro que exalam os esgotos e as latrinas nem sempre é causa das doenças que se lhe atribuem»². Um acidente ocorrido nas águas do Vanne demonstra a eficácia da teoria, mesmo que esteja mal explorada ainda em 1890. Este acidente impõe o uso temporário da água do Sena entre 31 de Outubro e 5 de Novembro de 1890, quando o rio transporta o bacilo de Eberth, portador da febre tifóide descoberto poucos anos antes. Rochard prognostica a curto prazo um aumento de mortos com esta febre em Paris, em Dezembro de 1890. A constatação impõe-se sem novidade: o «percurso da febre tifóide»³ é ascendente, quinze dias depois, para aumentar ainda em Dezembro: o número médio de vítimas hebdomadárias, limitado a 11 na altura do acidente, eleva-se para 51 entre 7 e 14 de Dezembro, antes de se «normalizar» por meados de Janeiro. A previsão é «verificada». O novo prestígio da instrumentação erudita dá a esta constatação do aumento natural o «valor de uma experiência em laboratório»⁴. A descoberta de Pasteur consegue renovar o génio preventivo, mesmo que ele continue, neste caso, estranhamente debilitado. Mas ela prolonga também uma dinâmica cultural estimulada anteriormente: a atenção às forças cada vez mais escondidas da doença, a lavagem daquilo que não se vê, o defender-se contra o que não se sente. O trabalho sobre o micróbio completa o trabalho sobre o sensível. O tema do micróbio favorece, sobretudo, mais mobilizações colectivas: registo inesgotável de referências científicas, concisão de uma pedagogia da saúde, pastoral higiénica em que a nação pretende reforçar a sua coerência pelo empenho de cada um na defesa de todos.

¹ F. Dagognet, *Méthodes et Doctrine dans l'oeuvre de Pasteur*, Paris, PUF, 1967, p. 171.

² J. Tyndall, *Les Microbes*, Paris, 1882 (1.ª ed. inglesa, 1880), pp. 10 e 23.

³ J. Rochard, *Traité...*, *op. cit.*, p. 672.

⁴ *Idem*.

1. «DOENÇAS EVITÁVEIS»

Nos anos do final do século, os vestígios de fermentos transmissíveis são investigados como provas tangíveis. Cornet pormenoriza as investigações feitas no quarto do hotel onde morre de tuberculose, em 1890, uma actriz berlinense: recolha de partículas da madeira da cama onde repousava a cabeça, das molduras e dos quadros, das caixas e das estantes, insistindo no perigo de estas partículas transmitirem a tuberculose às cobaias inoculadas ⁵. O farmacêutico Dornet, em 1890, em Souillac, reconhece ao microscópio a presença do *penicillium glaucum* num petisco estragado de peru que o intoxicara alguns dias antes ⁶. Grancher descobre em 1889 o vibrião séptico nas partículas do solo ao qual confirma a virulência pela inoculação de cobaias ⁷. O laboratório transformou os conhecimentos. Os micróbios observam-se, o seu número é calculado e o seu efeito é previsto.

Os perigos invisíveis

Definitivamente, os perigos higiénicos já não são os mesmos no último terço do século. Uma multiplicidade de observâncias antigas torna-se inútil ou sem objecto: os alertas em relação à força dos ventos, a aridez do solo, a pobreza aparente ou o cheiro dos objectos, são, a maior parte das vezes, reduzidos à anedota. A verdade sanitária enuncia-se menos no recenseamento de qualquer acidente físico ou geográfico do que na identificação das colónias de bactérias localizadas e precisas. O perigo restringe-se: basta «simplificar as precauções a tomar» ⁸, diz muito justamente Bruno Latour, numa análise recente da descoberta do micróbio. A protecção das chagas já não obriga à prospecção sem fim dos miasmas envolventes, mas antes à assepsia da parte lesionada. Uma economia de prevenção substitui-se à sua profusão. Existe tanto de insuficiência como de inédita verdade na afirmação de Koch em 1888: «As doenças infecciosas, especialmente as epidemias militares, não são nunca produzidas pela sujidade, pela viciação do ar proveniente do amontoar de homens, pela fome, pela pobreza, pelas privações, nem soma destes factores. Só os seus germes específicos as podem produzir.» ⁹

Daí as diferenças mais agudizadas entre as doenças. Cada micróbio tem a sua própria transformação, o seu tempo de incubação e os seus princípios de acção. Cada germe é uma espécie. Reproduz-se também de forma distinta como o fazem os diferentes animais: «Se semeais a varíola, não obtendes febre escarlatina, mas sempre a varíola e mais nenhuma outra.» ¹⁰ Os contrastes mórbidos cruzam-se. O que permite ao Ministério da Instrução Pública, em 1889, regula-

⁵ L. Cornet, «Transmission de la tuberculose par la poussière», *Revue scientifique*, 1890, t. I, p. 222.

⁶ «Empoisonnement par un confit de dinde avarié», *Revue sanitaire de Bordeaux et de la province*, 1884, p. 23.

⁷ A. Grancher e J. Richard, «Action du sol sur les germes pathogènes», *Congrès d'hygiène*, Paris, 1889, p. 448.

⁸ B. Latour, *Les Microbes, guerre et paix*, Paris, A.-M. Métaillé, 1984, p. 56.

⁹ R. Koch, «Les maladies infectieuses et l'armée», *Revue scientifique*, 1888, p. 563.

¹⁰ J. Tyndall, *op. cit.*, p. 10.

mentar os tempos de contágio conforme cada doença eruptiva e impor diferentes tempos de ausência aos estudantes doentes: 40 dias depois do primeiro ataque de escarlatina, 20 dias depois do desaparecimento das tosse da coqueluche, 22 dias «a partir do início» da inflamação das parótidas ¹¹. O que simplifica ainda a observação das comunicações e dos contactos. São rigorosamente recensadas quatro formas de transmissão para a febre tifóide, por exemplo:

directa imediata... contacto com o doente,
directa mediata... estadia no quarto do doente,
indirecta imediata... contacto com os objectos doente,
indirecta mediata... contacto com as pessoas que se aproximaram do doente ¹².

Daí, enfim, a diferenciação das defesas: os objectos do doente são mais perigosos nos casos de febre tifóide e de cólera, os produtos da expectoração são mais perigosos nos casos de difteria. Os exemplos abundam com uma eficácia de um novo tipo. O uso de água fervida suprime, em 1878, os óbitos por desintéria no vapor *Aveyron* quando os mortos ultrapassavam os 20% nestes transportes de soldados doentes entre Saigão e Toulon ¹³. O recurso às soluções anti-sépticas a partir de 1880, em alguns hospitais parisienses, faz cair a mortalidade provocada pelas «úlceras das grandes articulações» ¹⁴ de 85% para 16%. O recurso às estufas de desinfecção em 1890 no *Béarn*, pacote francês proveniente do Rio de Janeiro, põe fim à epidemia de febre amarela que reinava a bordo ¹⁵. O recurso ao leite esterilizado faz cair bruscamente a mortalidade dos lactentes. Os procedimentos industriais de esterilização, como os de Winter-Vigier, de Monti ou de Gaertner, revolucionam definitivamente o «aleitamento artificial» ¹⁶: as mortes de tenra idade devidas às diarreias infecciosas passam, entre 1903 e 1912 de 1857 para 1203, para as crianças parisienses ¹⁷. O que transforma, é necessário insistir, as taxas de esperança de vida à nascença. Uma conclusão percorre os textos dos higienistas do final do século: objectos perigosos mais «visíveis», ameaças sanitárias mais circunscritas.

Uma certeza percorre também estes textos: a assimilação da maioria das doenças ao modelo infeccioso. O cancro, por exemplo, não se conseguiria explicar de outra forma em 1900: «O micróbio, ainda desconhecido, residiria no solo húmido, na humidade das casas, nos legumes, nas saladas e nos frutos crus.» ¹⁸ É ao garantir a limpeza que se previne o cancro: «Lavagem meticulosa das mãos depois de ter tocado um tumor, casa seca em solo seco, desinfec-

¹¹ «Circulaire du ministère de l'Instruction publique» (1889-1890), citada pela *Revue d'hygiène*, 1891, p. 274.

¹² A. Proust, *op. cit.*, edição de 1902, p. 193.

¹³ Ver L. Figuié, *L'Année scientifique*, Paris, 1878, p. 313.

¹⁴ P. Bouloumié, «Prophylaxie des maladies évitables», *Revue d'hygiène*, 1896, p. 897.

¹⁵ J. Arnould, *op. cit.*, p. 1161.

¹⁶ A. B. Marfan, *Traité de l'allaitement et de l'alimentation des enfants du premier âge*, Paris, 1902 (1.ª ed., 1898), p. 376.

¹⁷ P. Juillerat e A. Fillassier, «Dix années de mortalité infantile», *Revue philosophique*, Junho de 1914.

¹⁸ E. Galtier-Boissière, *Hygiène nouvelle*, Paris, 1909, p. 66.

ção do quarto do canceroso.»¹⁹ Mais ainda, estas desordens nascidas dos microrganismos são bruscamente consideradas «doenças evitáveis». A Academia de Medicina afirma-o no seu extenso relatório de 1896: «O micróbio, eis o inimigo.»²⁰ Uma crença totalmente positiva alcança alguns higienistas no final do século, promissora da possível «extinção»²¹ das epidemias.

O domínio da vacina aumenta, é claro, esta crença. É o trabalho sobre o bacilo que constitui toda a originalidade da descoberta de Pasteur: o isolamento do germe, a sua cultura, o seu tratamento como objecto «manuseável». Um trabalho particular ilustrado pela experiência da vacina do carbúnculo das galinhas em 1878: o fermento do carbúnculo é primeiro alterado, «preparado» antes de ser injectado; a sua violência é atenuada por um processo técnico que Duclaux define claramente em 1898: «O carbúnculo e a cólera das galinhas têm a grande vantagem da vacina e da incisão, que permite observar os seus micróbios, estudar as suas propriedades nos seus diversos estados de virulência e pôr em conflito os seus diferentes poderes, com as sensibilidades e as receptividades de animais vacinados de forma diferente.»²² A vacina transforma os fermentos em objectos «dominados»: encerrados numa cultura, limitados nos seus desenvolvimentos e de efeitos calculados. A ambição passa então a ser a de criar uma vacina que responda a cada micróbio para evitar qualquer infecção.

Uma invasão?

A luta contra o micróbio dá continuidade à luta empenhada contra a degenerescência. São as negligências e as rusticidades o que, neste caso, os conselhos de higiene perseguem. Não é verdade que se torna sempre necessário alertar em grande escala? E denunciar a imprudência dos três marceneiros de Dieppe, mortos em vinte e quatro horas em 1892, depois de terem comido no quarto de um colérico, tendo sido advertidos do perigo²³; a das famílias de Privas, que recusam as medidas de isolamento durante a epidemia de angina diftérica em 1895, quando a difteria se encontrava ainda localizada na Praça Foiral, no centro da cidade de Ardèche²⁴; a dos senhorios que omitem qualquer prática de desinfecção quando os seus alojamentos tinham sido ocupados por famílias tuberculosas²⁵; a das matronas rurais, enfim, que provocam mortes por febres puerperais ao assistirem aos partos com as mãos infectadas²⁶. O empenho contra o micróbio é também o empenho da elite e do saber.

A microbiologia consegue assim multiplicar os receios, ao mesmo tempo que tornara o perigo mais focalizado e mais isolável. Falta-lhe espantar e tocar

¹⁹ *Idem*.

²⁰ P. Bouloumié, *op. cit.*, p. 899.

²¹ S. Arloing, «L'extinction des épidémies et les désinfectants», *Revue d'hygiène*, 1891, p. 79.

²² É. Duclaux, *Traité de microbiologie*, Paris, 1898, t. I, p. 52.

²³ P. Bouloumié, *op. cit.*, p. 898.

²⁴ L. Martin, «Étude de prophylaxie pratique de la diphtérie», *Revue d'hygiène*, 1899, p. 119.

²⁵ P. Bouloumié, *op. cit.*, p. 898.

²⁶ «Désinfection des instruments et des mains», *Annales de micrographie*, 1888, pp. 275 e ss.

as consciências. Uma forma de reforçar a imagem da instituição sábia e do estatuto do higienista, mas também uma forma de convencer e alertar. Daí as injunções sobre bactérias que pululam nos mais pequenos volumes de ar e de água: unidades intangíveis «adormecidas», amontoadas. Duclaux, o director do Instituto Pasteur no final do século XIX, insiste nas 15 000 bactérias contadas por metro cúbico de ar na sala Michon da Pitié em Outubro de 1896, ou nas 6970 bactérias contadas, na mesma altura e nas mesmas condições, na Câmara de Paris²⁷. Ele insiste ainda nas 1840 bactérias contadas por centímetro cúbico de água, no Inverno de 1888, à saída parisiense das fontes do Vanne, ou nas 6565 bactérias contadas, no mesmo momento e nas mesmas condições, à saída das fontes de Dhuy²⁸. A *Revue d'hygiène* salienta, não sem alusões sociais, o universo de bactérias que aparecem por centímetro quadrado no chão das ruas de Berlim: 12 624 em 4.^a classe, 5481 em 3.^a, 4347 em 2.^a e 2583 em 1.^a²⁹. São efectuados cálculos para as moedas: 3500 bactérias para cada *luís* de ouro, mas algumas 11 000 no tostão de bronze, moeda que parece «conter a proporção mais elevada de micróbios»³⁰. São efectuados cálculos na pele: 20 espécies diferentes são enumeradas na superfície do corpo por correspondente da *Revue d'hygiène* em 1894³¹. São efectuados cálculos nos orifícios do corpo: Vignal afirma ter descoberto na boca do homem são micróbios até então desconhecidos, tanto mais temidos quanto ignorados³².

Daí a proposta de um conjunto de práticas para conter a invasão. Gestos novos cuja eficácia é mais presumida do que verificada: a lavagem da língua cuidadosamente limpa com sabão e «escovada com os dentes»³³ para melhor evitar o depósito dos germes nas papilas; evitar o banho em benefício do duche para impedir que os micróbios estagnem na pele³⁴; a preferência dada a uma respiração exclusivamente nasal, tida por fazer melhor obstáculo às partículas e aos micróbios do ar³⁵; a vigilância preocupada dos insectos e dos moluscos do solo, enfim, lesmas, vermes da terra ou larvas susceptíveis de trazer à superfície micróbios perigosos; Richard e Grancher dizem ter «inoculado o tétano em animais, inserindo-lhes sob a pele partículas de terra às batatas e a outros legumes»³⁶.

Os «delírios de contágio», anotados por Dauchez, em 1891, não passam da versão levada ao extremo destas precauções insistentes; como a vigilância de uma doente parisiense, Madame L., que «muda de vestuário e se lava com água com fenol, cada vez que entra ou sai de casa»³⁷; como o receio dos proprietá-

²⁷ É. Duclaux, *op. cit.*, p. 414.

²⁸ *Ibidem*, p. 455.

²⁹ «Wagons et maladies infectieuses à Berlin», *Revue d'hygiène*, Paris, 1894, p. 566.

³⁰ H. Vincent, «Microbes existant à la surface des pièces de monnaie», *ibidem*, 1895, p. 695.

³¹ «La peau et les microbes», *ibidem*, 1894, p. 717.

³² W. Vignal, «Recherche sur les micro-organismes de la bouche», *Archives de physiologie*, 1886.

³³ «Antisepsie de la bouche et du pharynx par le savon», *Revue d'hygiène*, Paris, 1894, p. 622.

³⁴ «La peau et les microbes», *op. cit.*, p. 717.

³⁵ A. Grancher e J. Richard, *op. cit.*, p. 464.

³⁶ H. Dauchez, «Délire de contagion», *Revue générale de clinique et de thérapeutique*, Paris, 1891, p. 606.

rios que recusam alugar consultórios ou exigem que os doentes tomem a escada de serviço ³⁸. O pó torna-se o novo objectivo das inquietações domésticas: aquela que assalta febrilmente «a ponto de se esquecer de preparar as refeições» ³⁹, a mulher do velho preceptor descrita por Jules Renard, no seu *Journal*, em 1892; aquela que varre, com uma bateria de espanadores Nadaud, o notário provincial de um romance de Boylesve em busca de alguma «ordem ideal» ⁴⁰; ainda aquela que Baudot teme em vários gabinetes públicos quando recomenda, em 1894, que nunca se varra a seco nem se desempoeire uma sala onde trabalhe um empregado tuberculoso, mas que se multipliquem antes, em todas as superfícies, limpezas e lavagens húmidas ⁴¹. A contrapartida da revelação de Pasteur, uma «microbiomania» ⁴² parece ter nascido.

O pó é o exemplo canónico de um aprofundamento da atenção higiénica, que vai do mais visível ao menos visível. Na grande ascensão da vigilância sanitária, a «promoção» do pó constitui uma das últimas etapas no caminho da sensibilidade dos nossos dias. O novo domínio sobre a doença faz surgir, como sempre neste caso, outras preocupações, mais numerosas, desconhecidas até então.

Os micróbios e os hábitos

A vontade de convencer, voltamos a dizer, pesou, sem dúvida, nos receios deste fim de século: é para melhor romper com os «erros» do passado que são assim acumulados os números «precisos» da presença microbiana. Ainda que continuem a ser numerosos, por volta de 1890, os obstáculos à compreensão das situações contagiosas. Marie Bashkirtseff demonstra-o de facto involuntariamente quando, atingida pela tuberculose, visita médicos que não ousam confessar-lhe a sua doença: «Enervam-me todos estes médicos! Mandei examinar a minha garganta: faringite e catarro, nada mais do que isso...» ⁴³ As precauções profiláticas nunca são evocadas na proximidade de Marie, ainda que a doença seja ao mesmo tempo pressionante e apagada, lancinante ou negada: «O médico pretende que a minha tosse é puramente nervosa. É possível, pois estou constipada.» ⁴⁴ Marie morre depois de várias estadias em estâncias termais, todas elas tidas como aptas para lhe tratar a tosse. São estas «ignorâncias», é claro, que movem os higienistas ⁴⁵, convencidos de as combaterem ao sugerirem a invasão microbiana.

³⁸ *Idem*.

³⁹ J. Renard, *Journal 1887-1910*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1960 (1.^a ed., 1925), p. 117.

⁴⁰ R. Boylesve, *L'Enfant à la balustrade*, Paris, «10/18», 1988 (1.^a ed., 1903), p. 65.

⁴¹ E. Baudot, «Rapport aux Chemins de fer de l'Est», *Revue d'hygiène*, 1900, p. 1106.

⁴² J. Jousseume, *Influence des microbes sur l'organisme humain*, Paris, 1890, p. 4.

⁴³ M. Bashkirtseff, *op. cit.*, t. II, p. 76.

⁴⁴ *Ibidem*, t. II, p. 167.

⁴⁵ Estas vacinas são ainda pouco numerosas ainda no final do século, limitadas na maior parte às da varíola, da raiva ou da difteria, daí também esta insistência nos gestos de precaução nos comportamentos quotidianos.

Além destas insistências totalmente pedagógicas, é um verdadeiro trabalho de cultura o que habita a argumentação microbiológica. A alusão aos perigos microbianos não fez mais do que avivar uma renovação já estimulada em meados do século, como a das práticas de asseio e a atenção balbuciante às zonas do corpo invisíveis e escondidas. O medo do micróbio prolongou, neste caso, a nova mentalidade, tornou mais uma sensibilidade já presente. O lento desenvolvimento dos banhos-lavadouros populares dos quais Liverpool dá o exemplo em 1842 ⁴⁶, as primeiras experiências de Dunal, em 1861, com a instalação dos duches dispostos em séries nas casernas marselhesas, as primeiras experiências de Merry Delabost, em 1873, com as cabinas de duche de água quente instalados na prisão de Rouen ⁴⁷, não devem nada, é claro, às descobertas de Pasteur. A sua origem está antes no desenvolvimento das redes de água, numa cultura mais íntima do corpo, na vontade de orientar as práticas populares. Os arranjos sanitários, a individualização das distribuições domésticas, as circulações subterrâneas, todos estes pesados trabalhos urbanos iniciados em meados do século, não se explicam pelo alerta microbiano. Eles são, pelo contrário, «ajudados» por ele, tornados mais legítimos e mais urgentes.

As metáforas e as imagens sobre os micróbios, suscitadas pelas tensões sociais e políticas do final do século, desempenham, aliás, um papel nesta convergência cultural. É uma «guerra» que Adrien Proust conduz, quando é enviado para a fronteira dos Pirenéus em 1892, para tomar medidas contra a cólera: «No ano passado, quando éramos ameaçados pelo lado da Espanha, M. Proust partiu sozinho para enfrentar o exército inimigo que já estava na fronteira e venceu-o.» ⁴⁸ Uma guerra que cada indivíduo e que cada corpo deveria retomar por sua conta. A representação de fronteiras corporais ameaçadas, de um poder orgânico fragilizado, de inimigos microscópicos mas ferozes, «bárbaros que só conhecem uma lei, a da multiplicação» ⁴⁹, remetem, consoante a ocasião, para as revoltas sociais da época ou para as intimidações prussianas.

Estas imagens, é claro, são orientadas pela concepção celular do corpo, as quais Virchow foi o primeiro a demonstrar a precisão e a complexidade em 1858: um corpo feito de corpúsculos inumeráveis, unidades microscópicas conjugadas para formar um «organismo» ⁵⁰. A visão é aguçada ainda pela descoberta de Metchnikoff em 1882 ⁵¹: a identificação dos fagócitos, as células encarregues de reconhecer e destruir os corpos estranhos aos órgãos. A luta contra o micróbio domina desde logo os seus agentes interiores, as suas partículas de vida cujo trabalho o higienista deve favorecer. São elas que focalizam o recurso às metáforas de guerra, transferindo a saúde para o terreno da confrontação e da missão, «verdadeiro império» ⁵² com os seus conflitos, os seus assaltos, a

⁴⁶ A. Proust, *op. cit.*, edição de 1877, p. 492.

⁴⁷ J. Arnould, *op. cit.*, p. 693.

⁴⁸ *Le Temps*, Paris, 1 de Novembro de 1893, p. 2.

⁴⁹ G. Dujardin-Beaumetz, *L'Hygiène prophylactique*, Paris, 1889, p. 4.

⁵⁰ R. Virchow, *La Pathologie cellulaire basée sur l'étude physiologique et pathologique des tissus*, Paris, 1861 (1.^a ed. alemã, 1858).

⁵¹ É. Metchnikoff, *L'Immunité dans les maladies infectieuses*, Paris, 1901.

⁵² G. Dujardin-Beaumetz, *op. cit.*, p. 2.

sua polícia e os seus exércitos. O deslizar de termos multiplica-se. Não torna Pasteur a ciência ao seu serviço, contra o perigo do «cancro prussiano», ele próprio «agravado como um tumor maligno?»⁵³. Daí os dispositivos sanitários apresentados como outros tantos combates: o indivíduo, mais do que antes, torna-se responsável pela degenerescência e pelo sobressalto colectivo. O ensinamento dos microbiologistas reúne-se ao dos políticos no final do século. É com um duplo sentido, a do corpo e a do país, que é necessário entender a mobilização individual preconizada por Jules Rochard em 1897: «A mais pequena solução de continuidade, a mais insignificante erosão, podem servir de porta de entrada ao micróbio.»⁵⁴

Este tema microbiano consegue, aliás, acompanhar o projecto colonial. Era na destruição dos contágios vindos de fora, das fontes longínquas de abjecções que se deviam aplicar os países do Ocidente. Poincaré preconiza em 1884 um bloqueio local em torno de toda a doença exótica⁵⁵. A convicção cresce com o finalizar do século: envio de delegações sanitárias nas estações do Levante, Constantinopla, Alexandria, Djeddah, Damas, Suez, Fao, Aden, para melhor vigiar os perigos que aí reinam e interditar aos doentes o ingresso nos barcos europeus⁵⁶. Daí a dispensa de quarentenas e a aceleração das trocas. A vontade de dominar o micróbio, convergindo, por vezes, com a de aumentar os territórios dominados.

2. O ESPAÇO «SANITÁRIO»

Locais e arranjos interiores são, evidentemente «tocados» pela revolução pasteuriana. É o que demonstra Tyndall, o Louis Pasteur britânico, quando inaugura o primeiro museu de higiene na Regent Street, no coração de Londres em 1883. Ela salienta a criação de um universo sanitário com os seus objectos especializados, os seus espaços, os seus fabricantes e o seu mercado⁵⁷. A exposição sobre a higiene no quartel Lobau de Paris em 1886 explora o mesmo princípio: diversos tubos de vidro oferecendo os fluxos ao olhar, fazem aí apreciar o mecanismo dos circuitos, a qualidade das ramificações, a força das alimentações e os seus débitos⁵⁸.

É impossível, ainda neste caso, atribuir a mudança apenas à descoberta microbiana. A instrumentalização da higiene nestes últimos anos do século é também o resultado de um trabalho gradual do espaço. A intimidade dos corpos, por exemplo, conquista aí um lugar que antes não tinha.

O «génio sanitário»

Não que a renovação dos instrumentos sanitários nada deva à ciência de Pasteur, evidentemente. A morte de dois parentes do príncipe de Gales em 1883 é explicada pela deficiência das canalizações interiores: o mau isolamento de um tubo de saída de esgoto de sua casa teria deixado refluir os odores e as bactérias, dando origem a febres e a contaminações⁵⁹. A descoberta de germes reforça a preocupação técnica, tornando mais preciosos a segurança dos mecanismos hidráulicos e o isolamento dos circuitos.

Materiais laváveis, tubagens, aparelhos distribuidores, constituem um novo registo técnico para os construtores, cerca de 1880. Aquilo que os arquitectos qualificam como «bombagem de água»⁶⁰; ou que alguns técnicos, com mais originalidade, qualificam como «génio sanitário»⁶¹. Substâncias mais estanques e mais lisas transformam a decoração: primeiro em Inglaterra e também em França, onde Jacob chega a envernizar e a esmaltar as argilas de Pouilly-sur-Saône em 1886, antes de uma dezena de fabricantes difundirem o produto em 1890⁶². Grés e cerâmica substituem-se lentamente ao ferro fundido e à madeira, nos móveis e receptáculos postos em contacto com a água.

Um dispositivo particular triunfa na nova instrumentalização: o sifão, cujo contorno encurvado em forma de cotovelo é colocado sob o fundo das tinas, das cubas e das pias de despejo, interrompendo qualquer comunicação com as matérias perigosas. O isolamento que origina é hermético: a água que retém interdita qualquer refluxo. Princípio regularmente assimilado às novas aparelhagens, o sifão é o símbolo das práticas hidráulicas do final do século. A sua silhueta está no centro das imagens publicitárias difundidas pelos fabricantes de objectos sanitários durante a Exposição Universal de 1889, a ponto de a casa Jeau-ménil e Rambervillers apresentar o desenho da sua marca, envolvendo-o totalmente com estes motivos de linhas contornadas⁶³. O sifão ilustra os dois objectivos dos arranjos interiores: o reforço dos débitos domésticos por um lado, o isolamento de cada ponto de água, por outro. Só uma forte alimentação líquida permitia evacuar os despejos através deste tubo em cotovelo; mas também só este processo mantém uma estanquicidade entre o interior e o exterior.

São necessárias as interrogações de alguns arquitectos da «velha rotina»⁶⁴ para medir a mudança. As dos construtores de uma fábrica têxtil, por exemplo, em 1887, afirmando terem sido obrigados a estabelecer «casas de banho em salas de tecelagem para facilitar a vigilância» e lamentando a «inevitável invasão de miasmas e odores. A resposta de *La Semaine des constructeurs* é formal: o

⁵⁹ S. S. Hellyer, *Traité pratique de la salubrité des maisons*, Paris, 1889, p. 36.

⁶⁰ Ver «Plomberie d'eau et sanitaire», E. Barberot, *Traité des constructions civiles*, Paris, 1895, p. 501.

⁶¹ L. A. Barré e P. Barré, *Le Génie sanitaire, la Maison salubre*, Paris, 1898.

⁶² F. Richard que cita a produção de Pouilly distingue o «grés cerâmico» para os ladrilhos do chão, o «grés envernizado» para os canos, o «grés esmaltado» para as pias, cubas e banheiras (*Précis d'hygiène appliquée*, Paris, 1891, pp. 16 e 140-141).

⁶³ Exposição Universal Internacional, Catálogo Geral Oficial, Paris, 1889, t. III, publicidade de Jeau-ménil e Rambervillers.

⁶⁴ *La Semaine des constructeurs*, Paris, 1886, p. 556.

⁵³ L. Pasteur, «Pourquoi la France n'a pas trouvé d'homme supérieur au moment du péris», *Revue scientifique*, Paris, Julho de 1871, p. 73.

⁵⁴ J. Rochard, *op. cit.*, p. 934.

⁵⁵ L. Poincaré, *Prophylaxie et Géographie médicale des principales maladies tributaires de l'hygiène*, Paris, 1884, p. 25.

⁵⁶ «La ligue contre le choléra», *Le Temps*, 13 de Abril de 1894, p. 1.

⁵⁷ «Le musée d'hygiène à Londres», *La Semaine des constructeurs*, 1883, p. 44.

⁵⁸ J. Arnould, *op. cit.*, p. 947.

uso do sifão teria evitado o desagrado e o perigo — ele permite colocar pela primeira vez «as casas de banho ao lado de um aposento normalmente habitado»⁶⁵. Toda a diferença em relação às certezas de meados do século que obrigavam ainda a «localização das latrinas longe dos quartos de dormir e do centro das casas»⁶⁶. O sifão tem de sobejo uma eficácia sanitária: ele preserva o corpo, isolando-o das matérias. É preciso ainda que a água chegue em quantidade suficiente aos andares. O sifão doméstico faz presumir os restos de cada habitação ou de cada aparelho. A sua difusão está ligada ao lento encaminhamento da água instalada no final do século, aquela que é descrita por Siegfried Giedon ou Jean-Pierre Goubert: «A água corrente faz a sua aparição inicialmente nas caves, depois nos andares e finalmente em cada apartamento. As palavras são estáticas. Só a projecção de um filme poderia dar conta do encaminhamento da água através dos próprios organismos da cidade, o seu salto para níveis mais elevados, a sua distribuição na cozinha e, para terminar, na casa de banho.»⁶⁷ É necessária a lei, enfim, para reforçar esta alimentação: o texto sobre higiene pública de 15 de Fevereiro de 1902, por exemplo, que consagra o seu primeiro artigo ao encaminhamento da água e obriga o presidente de cada comuna a «determinar as prescrições relativas à alimentação de água potável das casas»⁶⁸.

Mas é também a expectativa muito particular do «conforto» e não apenas a influência do microbiologista que comanda estes dispositivos. A exigência é precisa e claramente indicada em *La Semaine des Constructeurs* em 1888 quando esta revista insiste na «independência necessária de cada um dos compartimentos ou de cada um dos aposentos afectos a este ou àquele membro da família»⁶⁹. A qualidade dos novos locais de habitação prende-se com as suas possibilidades de isolamento tanto quanto com a sua liquidação à rede. É o que afirma a baronesa Staffe em 1892 quando pretende «transfigurar» o gabinete de *toilette*, fornecido com água corrente e melhor concebido para os cuidados íntimos: «A mulher fez do seu gabinete de *toilette* um santuário no qual ninguém nem mesmo o esposo amado, sobretudo o esposo amado, não transpõe o limiar.»⁷⁰

Cria-se uma nova intimidade, facilitada pela flexibilidade das condutas de água, a sua diversidade, a sua aproximação dos quartos. Combinam-se vários aparelhos, facilitando a supressão de trabalhos domésticos intermediários. Como o novo apartamento de Edmond Rostand, evocado por Jules Renard, em 1896: «Com *Les Romanesques*, ele ofereceu a si próprio um belo gabinete de *toilette*, banheiras, bidé e lavabo.»⁷¹ A imagem da casa de banho contemporânea toma forma com a sua água corrente, os seus instrumentos combinados, a sua clausura, os seus gestos limpos que não são, evidentemente, consequência apenas do medo

⁶⁵ F. Richard, *op. cit.*, p. 167.

⁶⁶ A. Becquerel, *op. cit.*, p. 425.

⁶⁷ S. Giedon, *La Mécanisation au pouvoir*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1980 (1.ª ed. em Nova Iorque, 1948), p. 556; ver também «Une diffusion de masse» in J.-P. Goubert, *La Conquête...*, *op. cit.*, p. 111.

⁶⁸ Lei de 15 de Fevereiro de 1902, art. 1.º, citada por E. Macé e E. Imbeaux, A. Bluzet, P. Adam, *Hygiène générale des villes et des agglomérations communales*, Paris, 1910, p. 221.

⁶⁹ *La Semaine des constructeurs*, 1888, p. 414.

⁷⁰ Baronne Staffe, *Le Cabinet de toilette*, Paris, 1892, p. 4.

⁷¹ J. Renard, *op. cit.*, p. 318.

microbiano. Espaço ainda raro, como salienta a nota acerca de Rostin no *Journal* de Jules Renard, ou como salienta o arranjo da prefeitura de Oran, em 1880, restringindo a casa de banho apenas ao apartamento do prefeito⁷², mas espaço novo e totalmente específico: ladrilhamento de grés, paredes ladrilhadas, bidé, bacia para os pés, banheira, suporte para toalhas e lavabo dispostos para que os instrumentos da água, bem fornecidos e alimentados, estejam ao alcance da mão e que nenhuma presença estranha venha perturbar a intimidade⁷³. Até ao mundo animal, enfim, cujos comportamentos são, por vezes, reinterpretados à luz das novas exigências. Victor Rendu, em 1880, faz do ninho da argironeta, minúscula aranha de água, o próprio exemplo de uma intimidade elaborada: «um domicílio muito especial», espaçoso e fechado, que preserva um habitáculo individual do «globo prateado» de uma gota de ar, «concha oval toda de seda», de onde irradiam, no entanto, graças a fios invisíveis, inumeráveis ligações com a superfície⁷⁴; o modelo de uma bolha tanto mais dominada quanto se alimenta de circuitos.

Habitação e iniciativas públicas

A privatização dos locais sanitários orienta ainda a campanha conduzida nos alojamentos dos operários, nos anos de 1880. A disposição interior da cooperativa de Guise, por exemplo, vasto conjunto de apartamentos fundados por Godin perto da sua fábrica de mobiliário à beira do Oise em 1860, considerada de início salubre, é, pelo contrário, considerada «deplorável em relação à higiene», em 1891⁷⁵. Está em causa a concepção da construção. O «palácio social», apesar da sua imensa fachada de 180 metros e das suas 1200 portas e janelas, é definitivamente condenado: os seus espaços sanitários estão demasiado afastados dos apartamentos, as suas tubagens muito pouco numerosas; «a promiscuidade das casas de banho, a sua localização sob as escadas, colocadas nos ângulos dos edifícios são as causas de insalubridade evidente»⁷⁶. Críticas mais corrosivas ainda às pensões parisienses visitadas por Du Mesnil e Martin Nadeau em 1883: «A escassez de canos e de casas de banho», a presença «de matérias fecais no rebordo das janelas e nos patamares»⁷⁷.

Em compensação, impõe-se um modelo para um novo alojamento operário, por volta de 1890: a experiência de Marselha no bairro dos Catalães ou a de Paris, na avenida Grenelle. Este modelo é inspirado nos exemplos ingleses: «Cada apartamento está isolado, tem a sua porta aberta para a escada, com um número indicador, tem a sua casa de banho aparte, condição capital tanto para a higiene como para os costumes.»⁷⁸ O isolamento, sobretudo o sanitário, permite

⁷² «La préfecture d'Oran», *La Semaine des constructeurs*, Paris, 1880, p. 480.

⁷³ S. Strasser, *Never Done, a History of American Housework*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1982 (1.ª ed., 1948), pp. 101-102.

⁷⁴ V. Rendu, *Moeurs pittoresques des insectes*, Paris, 1880, p. 288.

⁷⁵ J. Rochard, *op. cit.*, p. 348.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ O. Du Mesnil, *L'Hygiène à Paris, l'habitation du pauvre*, Paris, 1890, p. 55; ver também «Des logements insalubres», M. Nadeau, *op. cit.*, p. 485.

⁷⁸ J. Rochard, *op. cit.*, p. 346.

aliar duas ambições: «a do asseio e a da moral»⁷⁹. A transformação dos costumes, mais uma vez, fortalece a constatação do microbiologista.

É que a insistência no alojamento individualizado, o espaço «decente» reservado a cada um é uma empresa imperativa neste final de século; uma tentativa de regular os hábitos operários intervindo nas misturas e nas promiscuidades. A detenção do *habitat* é projectada em pedagogia de comportamento como nunca até aí tinha sido: «Sem alojamento não há família; sem família não há moral; sem moral não há homens; sem homens não há pátria.»⁸⁰ Espiral inevitável da pedagogia nacional.

Mas a originalidade da campanha dos alojamentos operários, no final do século XIX, prende-se ainda com uma interrogação inédita sobre a iniciativa do Estado. Será preciso ajudar estas famílias que o saneamento das cidades e a revolução dos bairros centrais empurraram para as periferias durante a segunda metade do século XIX? Será preciso financiar, ainda que parcialmente, a reconstrução de pardieiros sórdidos à volta de Paris, em Saint-Denis, em Aubervilliers, quando Colin aí vaticina, em 1883, o aumento de casos de cólera e de febre tifóide?⁸¹ A resposta é negativa para alguns liberais: as derrotas da miséria e os obstáculos da hereditariedade parecem não poder ser ultrapassáveis. Só a repressão e não a assistência lhes são adequadas: «Tudo o que a sociedade pode fazer, no seu próprio interesse é exercer uma vigilância severa sobre os seus pardieiros, saneá-los e desinfectá-los quando o caso o exija, sem consultar [as famílias], da mesma forma como se limpam os esgotos sem se preocupar com os ratos que aí elegeram o seu domicílio.»⁸² É inútil, neste caso, utilizar a finança.

Muitos, pelo contrário, no final do século, esperam uma intervenção do Estado. Eles aguardam o empenho de uma política social para melhor garantir a paz civil: visão moderna de um Estado mediador. Bouloumié propõe em 1899 a criação de um imposto sobre a higiene pública do qual uma parte poderia financiar a construção de alojamentos operários⁸³. Gradualmente, a função do Estado, que da «interdição» passa à «iniciativa», modifica-se. O seu papel, no final do século, já não é só o de controlar, mas ainda o de redistribuir, ainda que parcialmente, as riquezas. Transição lenta, é preciso repeti-lo. A ajuda do financiamento dos alojamentos não é visível nem directa, num primeiro tempo. A lei de 30 de Novembro de 1894 concede pela primeira vez «vantagens às sociedades que se constituam com o fim de construir casas higiénicas a bom preço»⁸⁴: empréstimos com taxas reduzidas e isenção de impostos. Nestes supor-tes ainda discretos desenha-se a imagem do Estado providência, a sua tomada a cargo de uma «ajuda à saúde», a transferência de uma protecção colectiva em política de governo. Com alguns resultados na duração de vida no final do século XIX: as comparações no Havre realizadas em 1890 indicam uma mortalidade de 27 por 1000 nas novas casinhas operárias construídas pela sociedade do Havre das cidades operárias e de 50 por 1000 nos bairros insalubres da

cidade⁸⁵. A lei de 1894 é o primeiro exemplo de uma ajuda pública ao alojamento e à higiene privados, o simples exemplo de uma resposta a uma «petição sanitária do Estado»⁸⁶.

Os números mostram a lentidão destas ajudas, no virar do século, elas próprias combatidas pelo interesse dos proprietários. É necessário o primeiro inquérito pedido em 1906 pelo «Conselho Superior das Habitações Económicas» para apreciar a miséria real: em Concarneau, 60% dos habitantes vivem em alojamento de um compartimento; em Bordéus, 743 alojamentos de um compartimento não têm janela; em Saint-Etienne, o número de habitações fornecidas com saída de esgoto não alcança os 8%; em Lille, esse mesmo número não alcança os 5%⁸⁷. A avaliação de Bertillon, efectuada entre 1906 e 1908 é, também, totalmente abrupta: em cada 1000 franceses, 260 habitam em alojamentos sobrelotados (mais de duas pessoas por compartimento, sendo a cozinha contada como compartimento); 360 habitam em alojamentos insuficientes; 168 habitam em alojamentos suficientes (uma pessoa por compartimento); 167 habitam em alojamentos grandes; 45 habitam em alojamentos muito grandes (uma pessoa para mais de dois compartimentos)⁸⁸.

O princípio de uma ajuda do Estado é decisivo em 1894. São necessários vários decénios, em compensação, para que os seus resultados se tornem visíveis e, sobretudo, para que se pensem melhor sob a forma de garantias sociais, por exemplo, a participação de cada um.

3. O «ENFEZADO» E O «ENCORPADO»

O cálculo sobre a quantidade de micróbios presentes consoante as alturas atmosféricas alcançadas, a avaliação regularmente efectuada pelos aeronautas do final do século XIX, mostra o quanto o conjunto do espaço está inscrito na nova visão sanitária: não só a cidade, não só o alojamento, mas também o meio, a atmosfera e a geografia. Christiani, cujo aeróstato sobrevoa Genebra em 1891, confirma a observação de Pasteur acerca das montanhas: o desaparecimento dos micróbios com o aumento da altitude. É efectivamente a partir dos 1700 metros que desaparecem as colónias de micróbios⁸⁹. Impõe-se uma certeza no final do século, a de uma assepsia garantida pelo ar livre. Daí a vantagem das vilegiaturas: o afastamento da doença pelo sol, pelo vento, pela luz, o reforço das defesas pelas estadias à beira-mar, na montanha, pelos exercícios naturais. O tema focaliza, em resumo, inúmeros comentários sobre a saúde: o ar livre que «mata» os agentes infecciosos, os exercícios que «trazem» resistência e energia, a viagem que «extermina» o esgotamento e o estiolamento. Este tema das vilegiatu-

⁷⁹ J. Rochard, *op. cit.*, p. 349.

⁸⁰ O tema é mais amplamente o de uma «procura social do Estado», de que fala, P. Rosanvallon em *La Crise de l'Etat-Providence*, Paris, Éd. du Seuil, col. «Points Politique», 1984 (1.ª ed., 1981), p. 113.

⁸¹ J. B. Duroselle, *La France et les Français, 1900-1914*, Paris, Richelieu, 1972, p. 65.

⁸² *Ibidem*, p. 66; ver também o livro fundamental sobre o tema: R. Guerrand, *Les Origines du logement social en France*, Paris, Éditions ouvrières, 1966.

⁸³ É. Duclaux, *op. cit.*, t. I, p. 423.

⁷⁹ A. Raffalovitch, *Le Logement de l'ouvrier*, Paris, 1887, p. 339.

⁸⁰ J. Simon citado por L. Murard e P. Zylberman, *op. cit.*, p. 59.

⁸¹ L. Colin, *Paris, étude hygiénique et médicale*, Paris, 1885, p. 151.

⁸² J. Rochard, *op. cit.*, p. 347.

⁸³ «Logements insalubres», *Revue d'hygiène*, 1900, p. 1102.

⁸⁴ Lei de 30 de Novembro de 1894, citada por L. A. Barré e P. Barré, *op. cit.*, p. 23.

ras é um tema federativo. Conjuga práticas higiénicas e novos lazeres. Faz convergir o aparecimento social das férias e a explicação erudita de defesas microbianas. Dirige mesmo um novo espaço nas doenças psicológicas. É uma atenção totalmente inédita sobre a fadiga e sobre o esgotamento físico e mental que origina, entre outras coisas, as estadias em contacto com o ar livre e uma maneira de «escutar» como nunca, as desordens íntimas. Até à assistência pública, enfim, que aí encontra novos investimentos: o envio dos mais «enfizados», por exemplo, para vilegiaturas adaptadas.

Elegâncias e desnudações

O número de residentes de Arcachon, 7910 durante o Inverno, duplica nos meses de Verão, quando, a partir de 1860, a linha do caminho de ferro é prolongada desde La Teste⁹⁰. As cidades do litoral da picardia, mais ingratas contudo, são igualmente transformadas em estâncias balneares, quando, a partir dos anos de 1870, o eixo Paris-Boulogne prolongou gradualmente o comprimento da costa até Le Tréport ou Cayeux⁹¹. Bilhetes especiais para os banhos de mar, distribuídos de 1 de Maio a 31 de Outubro, designação de «comboios aprazíveis» com horários e trajectos adaptados aos «turistas», facilitam mais ainda o acesso às estâncias durante o final do século XIX⁹². O guia publicado pelo *Le Petit Journal*, a partir de 1897, com as «pequenas casas baratas», confirma a existência de uma frequência balnear que não se limita à alta burguesia. Este texto do *Petit Journal*, o primeiro a ser concebido tanto para a economia como para a viagem, sublinha que em Luc-sur-Mer, por exemplo, uma família modesta pode viver por menos de 8 a 10 francos por dia quando o salário de um operário é de 6 francos por dia em 1897⁹³. Novas bolsas acedem assim aos banhos de mar, revelando uma mobilidade social associada à mobilidade das viagens. As «praias familiares, estimadas por comerciantes, gentes da bolsa e administradores cujas mulheres e crianças sorvem o ar marinho»⁹⁴, tornam-se gradualmente uma componente da paisagem balneária.

Uma aproximação mais sensual das paisagens e dos lugares inventa também novas defesas corporais. O banho por emersão na lama, o gesto do banhista profissional que precipita o frequentador das termas na espuma, cedem o lugar a práticas menos brutais e mais matizadas: as do banho de ar e do banho de sol, por exemplo. A luz que enfraquece os micróbios leva vantagem sobre os velhos enteiriçamentos impostos pelo frio. Os anúncios balneares de 1900⁹⁵ que sa-

⁹⁰ J. Brenot, *Cent cinquante ans de chemin de fer de Bordeaux à La Teste et à Arcachon*, Le Bouscat, «L'esprit du temps», 1991, p. 84.

⁹¹ É. Flament, «La naissance de l'activité touristique sur le littoral picard», *Oisiveté et Loisirs dans les sociétés occidentales au XIX^e siècle*, Colóquio pluridisciplinar, Amiens 19 e 20 de Novembro de 1982, Abbeville, Paillart, 1983, p. 211.

⁹² «Chemin de fer du Nord, saison balnéaire», anúncio de 1900, Paris, Musée de l'affiche.

⁹³ A. La Fare e M. Serpeille, *Les Petits Trous pas chers*, Paris, 1895, p. 116.

⁹⁴ C. A. d'Arnoux, dit Bertall, *Les Plages de France*, Paris, 1886, «Veules-en-Caux», p. 17.

⁹⁵ Ver em particular o cartaz de Gray para *Le Tréport-Mers*, citado por J. Durry, *Le Sport à l'affiche*, Paris, Hoëbeke, 1988, p. 134.

lientam os fatos de banho concebidos para a natação e para o banho de ar tornam caducas as gravuras de Bertall que ilustram, alguns anos antes, o banho de lama e os grupos de frequentadores termais, vestidos nas praias⁹⁶. As teorias da exposição ao sol transformam-se neste fim de século: Monteuiis não se contenta em lembrar a acção da luz sobre as bactérias quando arranja, no seio estabelecimento de Nice, uma área para os banhos de sol. Ele pretende explorar uma nova forma de energia: o sol permitiria a acumulação de forças, como o condensador permite acumular a electricidade. As técnicas da época impõem as suas analogias: «Vendo bem a luz é uma fonte de força muito mais natural e fácil de transformar em energia vital do que um bife.»⁹⁷ Multiplicam-se as experiências sobre os efeitos do sol: nelas os embriões expostos ganhavam em crescimento, a actividade respiratória em amplitude, o corpo humano em densidade⁹⁸. Os novos lazeres não nascem, evidentemente, apenas das convicções médicas. Explicam-se prioritariamente por um lento enriquecimento social. O argumento sanitário, em contrapartida, contribui para a sua justificação. Dá-lhes dignidade e legitimidade. Mar e montanha sugerem muito simplesmente energias ainda desconhecidas, desenhando inesgotáveis indicações de defesa e de protecção.

Todas estas mudanças explicam o brusco inflacionamento da aparência corporal e a sua manutenção. A «ligeireza» dos fatos de banho do final do século XIX, o desnudar das pernas e dos braços, os tecidos mais justos, acentuam a silhueta como nenhum traje tinha feito até então. Jules Renard sugere-o, ao descrever as banhistas do Verão de 1893 «que se batem entre as ondas em culotes»⁹⁹. Hugues Rebelle, mais ainda, nos seus romances ávidos de sensações físicas, jogando com a revelação e a nudez dos corpos. As banhistas de Biarritz, por exemplo, revelam o corpo que o Inverno escondia: «Mais do que as festas do Casino, o banho era o triunfo de belezas jovens e perfeitas. As mulheres que não estavam seguras dos seus encantos não ousavam arriscar-se nela. E aquelas que se tinham feito notar no Inverno anterior através de uma fisionomia expressiva, langorosa, travessa ou apaixonada; pela arte de bem vestir e usar com desafoço uma *toilette* sumptuosa, vêem-se com espanto, desdenhadas, deixadas no esquecimento a favor de criaturas de nome, figura e portes menos nobres, mas de uma sólida e harmoniosa constituição, de uma carne rica e clara que regozija o tacto e a vista»¹⁰⁰. *Le Charivari* indica mais simplesmente ainda o novo papel desenhado pela praia na apreciação das formas do corpo: «Já viram, à beira-mar, os homens calvos de pança exuberante? Estão ali a pavonear-se; ostentam ao sol as suas adiposidades reluzentes sem terem consciência da repugnância dos outros.»¹⁰¹ A carne «gorda» pende para os valores negativos.

⁹⁶ C. A. d'Amoux, conhecido como Bertall, *op. cit.*, «Le baigneur d'Étretat», p. 5.

⁹⁷ A. Monteuiis, *L'Usage chez soi des bains de lumière et de soleil*, Nice, 1911, p. 41.

⁹⁸ «Des expériences probantes démontrent que les radiations lumineuses déterminent un développement plus rapide des embryons et des différents organes», E. Onimus, *L'Hiver dans les Alpes-Maritimes*, Paris, 1891, pp. 300-301.

⁹⁹ J. Renard, *op. cit.*, p. 168.

¹⁰⁰ H. Rebelle, *Les Nuits chaudes du Cap français*, Paris, «10/18», 1985 (1.^a ed., 1901), p. 420.

¹⁰¹ *Le Charivari*, 20 de Julho de 1876.

A vigilância das anatomias individuais torna-se mais frequente no final do século, mas também a evocação dos regimes alimentares e dos alimentos concebidos para agir muito concretamente sobre as linhas do corpo. A «mulher inquieta» de Jules Bois tenta ordinariamente tirar a prova ao espelho, em 1899, abismando-se com a imagem das suas «pernas franzinas» e das suas ancas que se tornaram «menos acentuadas»¹⁰². Marie Bashkirtseff é mais precisa, ao estudar escrupulosamente a sua silhueta, suputando o perigo de toda a «gulodice exagerada»: «Aos treze anos eu era demasiado gorda, davam-me dezasseis anos. Hoje sou magra, completamente formada, aliás, notoriamente arqueada, talvez em demasia, comparo-me com todas as estátuas e não encontro nenhuma tão arqueada e tão larga de ancas como eu. Será defeito?»¹⁰³

Os «regimes de emagrecimento» são também em maior número e mais experimentados, suscitando conflitos de escola e opções individuais longamente discutidas pelos mesmos médicos que escrevem sobre os banhos de ar e de sol. Seja, por exemplo, beber pouco durante uma cura de emagrecimento para evitar a acumulação de humidades internas, seja beber muito, pelo contrário, para explorar o poder diluente da água. Os números preconizados por Orstel de 562 gramas de água em 24 horas são radicalmente diferentes daqueles que Hennebourg, Kurtz ou Sée preconizam de vários litros de água por dia¹⁰⁴. Pouco importa, evidentemente, o número retido. O importante é a presença mais regular do tema da obesidade ou da magreza, nos pequenos catecismos de higiene de fim de século; é a maneira de combinar as formas corporais com o regime, como faz Paul Bourget, em 1893, quando, para salientar o magnífico «sangue de loura vigorosa» da condessa Sténo, lembra a frugalidade dos seus almoços: ovo, carnes frias e chá¹⁰⁵.

Nada disto tem a ver ainda com as formas de hoje. Marie Bashkirtseff associa a vigilância da alimentação à manutenção de uma morfologia «cheia»: «Os ombros exigem uma linha mais redonda»¹⁰⁶, garante ela ao observar a sua silhueta. Um anúncio do *Petit Journal* do Verão de 1910 ao Sargol, um alimento energético, denuncia os «magrizelas» e os «insignificantes» que frequentam as praias. Nele se opõe um casal jovem esguio e desengraçado, a outro casal eloquente, confortavelmente sentado numa praia, do qual o corpo «volumoso» e a segurança tranquila mostram que não conhece a «humilhação e o embaraço que só as pessoas emaciadas têm de sofrer»¹⁰⁷. O receio reside tanto na magreza tuberculosa como na obesidade. Daí a insistente frase publicitária que hoje não faria sentido: «Deixem-se engordar.»¹⁰⁸, ou a proposta do doutor Monin, em 1910, de efectuar «injecções subcutâneas diárias de 10 a 50 gramas de azeite esterilizado»¹⁰⁹ para garantir melhor as redondezas corporais.

¹⁰² J. Bois, *La Femme inquiète*, Paris, 1897, p. 115.

¹⁰³ M. Bashkirtseff, *op. cit.*, t. I, p. 257.

¹⁰⁴ G. Sée defende vigorosamente o uso de bebidas abundantes nos «regimes de emagrecimento», veja-se o seu *Du régime alimentaire, traitement hygiénique des maladies*, Paris, 1887, p. 544.

¹⁰⁵ R. Bourget, *Cosmopolitis*, Paris, 1893, p. 152.

¹⁰⁶ M. Bashkirtseff, *op. cit.*, t. I, p. 257.

¹⁰⁷ *Le Petit Parisien*, 11 de Julho de 1910.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ É. Monin, *Le Trésor médical de la femme*, Paris, Maloine, 1910, p. 100.

O tema das anatomias individuais, da nudez e da intimidade das formas, torna-se apenas um objecto de vigilância mais edificada, mais confessada por grupos que renovam, no final do século, as práticas de mar e de sol.

Os «graus supremos de saúde extrema»¹¹⁰

É impossível, enfim, compreender estas renovações sem as associar ao desporto, prática de desafios mais livres, com os seus clubes e encontros, surgidas nas últimas décadas do século: impõe-se, ainda neste caso, uma busca de ar e de espaço, bem como uma descrição inédita das formas e dos comportamentos do corpo. É o fascínio de Proust perante os jovens que deambulam pelo dique de Balbec: «Seja graças ao enriquecimento e ao lazer, seja graças aos novos hábitos de desporto alargados até certos meios populares e de uma cultura física à qual ainda não se acrescentou a da inteligência, um meio social... produz com naturalidade e em abundância belos corpos com belas pernas, belas ancas, belos rostos são e repousados, com um ar de agilidade e de astúcia. E não eram nobres e serenos modelos de beleza a que eu via ali, diante do mar, como estátuas expostas ao sol nas margens da Grécia?»¹¹¹ O investimento na elegância é o mesmo das descrições, certamente mais banais e sumárias das primeiras revistas velocipédicas do final do século XIX. Gradualmente nasce um modelo em que a garantia de magreza, sobretudo para as mulheres, se torna uma garantia de elegância e de saúde: «Nunca esquecerei uma certa tarde de uma festa mundana no velódromo de Desgrange — o do Inverno — o pelotão de pequenas mulheres... Entre outras pequenas magrizelas havia-as de negro, de vermelho, de azul, umas altas como fusos, outras com veleidades de serem repletas — sem o conseguirem, de resto»¹¹².

Não que o desporto tenha desde logo obedecido a uma vontade sanitária. As primeiras corridas em que se aventuram alguns liceais de Condorcet, na sala de espera da gare de Saint-Lazare em 1882, não se baseia na busca de um benefício físico. Simples jogos, elas opõem-se sobretudo às ginásticas rígidas das escolas, aos exercícios colectivos, cadenciados e marcados, inventados pelos pedagogos do século XIX. As corridas das primeiras bicicletas, nos anos de 1890, oferecem, mais ainda, um sentimento de ruptura. É o aturdimento de que fala Audiot em 1897: «A embriaguez da liberdade no prazer, eis o que simboliza a bicicleta»¹¹³; é de vertigem que fala o historiador Isaac quando descobre estas corridas, no virar do século: «Vejo-me a pedalar voluptuosamente ao alvorecer, por caminhos florestais... Meu Deus, como era bom a plena natureza, a plena juventude e esta frescura de alvorada primaveril.»¹¹⁴ A recusa de toda a recriação

¹¹⁰ G. Prouteau, *Anthologie des textes sportifs de la littérature française*, Paris, 1948, p. 8.

¹¹¹ M. Proust, *A l'ombre des jeunes filles en fleurs* (1918), *A la recherche du temps perdu*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1962, t. I, p. 791.

¹¹² *La Bicyclette*, (1893-1895), citado por C. Pasteur, *Les Femmes à bicyclette à la Belle Époque*, Paris, France Empire, 1986, p. 196.

¹¹³ G. Audiot, *Lettres à ma cousine*, Paris, 1897, p. 75.

¹¹⁴ J. Isaac, *Expérience de ma vie*, Péguy, Paris, 1959, p. 126; ver também R. Charreton, *Les Fêtes du corps, histoire et tendances de la littérature à thème sportif en France, 1870-1970*, Saint-Étienne, CIEREC, Université de Saint-Étienne, 1985, p. 35.

confinada está, aliás, no centro da campanha conduzida para os novos jogos pelo jornal *Le Temps* em 1888: «Abramos a gaiola... ao ar livre, por vastas superfícies»¹¹⁵, insiste Georges Rozet numa série de crónicas desenvolvidas ao longo de vários meses.

A garantia é obscura, evidentemente, toda ela feita de convicção, mas traduz o sentimento novo de mobilidade, o de uma conquista do espaço e do tempo, afirmada pela elite do final do século: a *performance* calculada do desporto é brevemente interpretada como um aperfeiçoamento sanitário. Um modelo de desenvolvimento que *Le Temps* comenta no final de cada prova: «Não só os alunos nadam melhor, mais depressa e durante mais tempo do que nos anos precedentes, não só dão provas de uma resistência à fadiga que nunca lhes fora antes conhecida, como também a sua condição física é absolutamente diferente do que tinham há trinta meses.»¹¹⁶ Existência de um progresso possível, instalado no coração das defesas corporais. O desporto torna-se assim demonstrativo, um sinal de modernidade, uma garantia de progresso, a ponto de os promotores da Exposição Universal de 1900 o darem por prova de um renascimento físico. A exposição parisiense fez explodir o símbolo. Ela é a primeira destas manifestações universais a utilizar a encenação desportiva: testes exibidos como o são as máquinas a elas associadas, susceptíveis, como elas, de um aperfeiçoamento contínuo. Os concursos de corrida, de salto, de tiro, de ténis, dispersos em volta dos pavilhões expositores e nos bosques periféricos de Paris, são ocasião para comentar a saúde colectiva, o seu avanço e o seu declínio possíveis. A maratona, por exemplo, efectuada à volta das fortificações parisienses, torna-se um indicador, entre outros: «Decididamente, os pessimistas não têm razão, a raça humana não degenera coisa nenhuma, pois os nossos contemporâneos conseguem completar sem perigo a façanha que custou a vida ao soldado de Atenas.»¹¹⁷ As *performances* dos desportistas americanos, soberanos nas provas atléticas, causam mais certeza ainda, dando a admirar «a raça jovem e soberba que se formou no novo mundo»¹¹⁸.

A originalidade não está em passar da ausência de saúde à saúde, em imaginar o seu desenvolvimento indefinido. É o caso do «sanatório para o bem-estar»¹¹⁹, estabelecimento projectado por Pierre de Coubertin numa das suas ficções com valor de programa. A imagem é económica, orientada para a «mais-valia física»¹²⁰: regime, exercícios, levantar às 7 horas, deitar às 21 horas e treino continuado deveriam transfigurar a saúde até à deslocação das suas fronteiras. Nunca a normalidade sanitária tinha parecido tão modulável, tão perceptível, nunca se tinha assim mostrada tão inclinada para o futuro e progresso.

A certeza é mesmo a de mudança dos costumes. Georges Saint-Clair fala, em 1888, de um «movimento repentino, colossal... a favor de exercícios físicos»¹²¹.

¹¹⁵ P. Daryl, «Les jeux scolaires», *Le Temps*, 3 de Outubro de 1888.

¹¹⁶ *Le Temps*, 16 de Maio de 1891.

¹¹⁷ *La Vie au grand air*, 1900, p. 570.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 582.

¹¹⁹ P. de Coubertin, *Essais de psychologie sportive*, Grenoble, Millon, 1992 (1.ª ed., 1913), p. 44.

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ G. Saint-Clair, *Les Sports athlétiques*, Paris, 1889 (1.ª ed., 1887), p. vii.

Nenhuma acção desportiva de massas, no entanto. Os nadadores inscritos na Federação Francesa de Natação são menos de 1000 em 1920 e os atletas inscritos na Federação Francesa de Atletismo são menos de 15 000 nessa mesma data¹²². A prática é suficientemente recente, em contrapartida, para atingir as convicções. Uma garantia que Bergson traduz numa resposta no *Gaulois littéraire* em 1912: «O que aprecio acima de tudo no desporto é a confiança que em si ocasiona... Creio num renascimento da moral francesa.»¹²³

A assistência e o enfezado

Muito diferentes são os exercícios populares: os das sociedades de ginástica constituídos depois da guerra de 1870, com os seus rituais colectivos¹²⁴; e também os das escolas, com os seus movimentos codificados e constrangidos, aos quais o regulamento de 1892 acrescenta, pela primeira vez, a presença de jogos recreativos¹²⁵. As sociedades de opinião do final do século XIX, criadas para propagar o exercício como para lutar contra o alcoolismo e a tuberculose, acumulam, aqui, os argumentos peremptórios: «Ocupar-se exclusivamente de desenvolver nas mais diversas escolas a força e a destreza daqueles que um dia deverão o serviço militar ao país, a saúde e o vigor de que depende o equilíbrio intelectual e moral.»¹²⁶ O próprio Pasteur não indica outra perspectiva quando adere à Liga nacional de Educação Física, criada em 1888 para «servir de causa sagrada à reedificação nacional», reunindo-se a Georges Clemenceau, Alexandre Dumas, Júlio Verne e Émile Zola, explicando a razão da sua escolha: «Podeis ver-me como um mau exemplo. Mas podeis acrescentar que é isso precisamente o que faz de mim um dos aderentes mais compenetrados na utilidade da vossa liga.»¹²⁷ A ginástica, e não o desporto, por várias décadas ainda, continua a ser a prática destas escolas públicas, aquela que deve «preparar para o futuro gerações de homens robustos»¹²⁸. O *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires* de 1892 promove esta ginástica a uma evidência indiscutível: «Num país como o nosso, condenado por muito tempo, talvez, a uma continuação vigília de armas, ela [a ginástica] aparece como uma necessidade patriótica e sagrada.»¹²⁹

¹²² Ver G. Denis, *Encyclopédie générale des sports et sociétés sportives en France*, Paris, 1946, p. 33 e 548.

¹²³ *Le Gaulois littéraire*, 15 de Junho de 1912.

¹²⁴ Os estudos sobre este tema tornaram-se numerosos, ver, entre outros, P. Arnaud, *Le Militaire, l'Écolier, le Gyninaste, naissance de l'éducation physique en France (1869-1889)*, Lyon, Presses universitaires de Lyon, 1991, e A. Rauch, *Le Souci du corps, histoire de l'hygiène en éducation physique*, Paris, PUF, 1983.

¹²⁵ *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires*, Paris, Ministère de l'Instruction publique et des Beaux-Arts, 1892.

¹²⁶ *Le Temps*, 28 de Novembro de 1888.

¹²⁷ L. Pasteur, Carta à Liga Nacional de Educação Física, *Le Temps*, 10 de Novembro de 1888.

¹²⁸ A. Collineau, *La Gymnastique*, Paris, 1884, p. 1.

¹²⁹ «Manuel d'exercices physiques», *op. cit.*, p. 1.

Outras iniciativas são mais reveladoras de um empenhamento público. Cottinet, o director das escolas em 1883, escolhe uma medida original quando propõe «arrancar os alunos ao seu mórbido meio» para os enviar por algumas semanas para «colónias de férias»¹³⁰. Bion tentou já diversas experiências na Alemanha desde 1878. A protecção sanitária habita a totalidade do projecto de Cottinet: limitar o contágio da tuberculose, reforçar o peito pelo ar livre. Um programa defensivo inspirado pela montanha, pelo mar, pelas viagens dos novos lazeres: «A nossa ideia é puramente a da higiene preventiva. Nós devemos subtrair os estudantes estiolados ao mefitismo ambiente.»¹³¹ As colónias constituem a versão popular mas também escolarizada, quase disciplinar, dos lazeres do fim do século, com os seus exercícios respiratórios duas vezes por dia, comandados por apito, como no grupo da Associação Saint-Suplice em L'Hay-sur-Seine, em 1893, ou os seus cânticos obrigatórios «prolongados e cadenciados» para as «esquadras militares» da Obra para o Sol ou de l'Anguille lionesa na mesma data¹³². Lazer do povo, as colónias teriam as virtudes dos lazeres dos ricos: regenerador e protector. Em contrapartida elas impõem o regime muito vigiado da escola.

Considerado «produtivo ao nível nacional», o estabelecimento destes grupos sazonais acelera no final do século: 18 alunos parisienses são enviados por 3 semanas para Haute-Marne em 1883, 100 são enviados para os Vosges em 1884, perto de 5000 são dispersados por vários sítios em 1900. As subvenções aumentam: 45 000 francos, por exemplo, para a iniciativa tomada em 1883 e 220 000 em 1900¹³³. A assistência funda um projecto: apenas uma dezena de alunos parisienses paga a sua estadia, dos 4800 que partem em 1900. Trata-se mesmo de uma nova vertente de assistência: a tomada a cargo temporária, mas global, de grupos restritos. O serviço das colónias de férias ainda não se destina a todos. Ele é votado aos mais fracos. A colectividade tenta, com elas, alcançar a criança «predisposta para a tuberculose e que se trata de desarreigar»¹³⁴.

Esta restrição conduz a uma originalidade mais marcada ainda: não será necessário designar quais as crianças que podem beneficiar da estadia? Não será necessário seriar, através delas, os graus de fraquezas? Daí as novas tentativas de distinção dos «que não estão doentes, mas sim raquíticos»¹³⁵, daí esta insistência em hierarquizar os estados de saúde, seleccionando os enfezados. O que a municipalidade de Lyon concretiza no início do século, utilizando o «coeficiente de robustez» de Mayet: um cálculo que combina as medidas do peso, as da altura e a do perímetro torácico, como no caso dos recrutas. As tabelas de Mayet contêm 5 níveis numerados: só vão para as colónias as crianças que ocupam

¹³⁰ Citado por E. Plantet e A. Delpy, *Colonies de vacances et Oeuvres du grand air en France et à l'étranger*, Paris, 1910, p. 27.

¹³¹ *Ibidem*, p. 27. Sobre as colónias de férias, ver A. Rauch, *Vacances et Pratiques corporelles*, Paris, PUF, 1988.

¹³² E. Plantet e A. Delpy, *op. cit.*, pp. 78 e 129.

¹³³ «Colonies de vacances», *Revue d'hygiène*, 1901, p. 810; ver também E. Plantet e A. Delpy, *op. cit.*, p. 29.

¹³⁴ M. E. Cheysson, Prefácio do livro de L. Delpérier, *Les Colonies de vacances*, Paris, 1908, p. 2.

¹³⁵ L. Mayet, *La Fiche médicale*, *op. cit.*

os dois últimos, aquelas cujos resultados são fracos ou maus¹³⁶. A assistência pública é assim obrigada a fixar graus na não doença equivalentes a um certo número de graus de predisposição. A ideia de «terreno», a ideia de «menor resistência à sementeira microbiana»¹³⁷, facilitaram a precisão destes estados completamente distintos da doença e totalmente susceptíveis de a ela conduzir. O tema da predisposição tornou-se, aliás, suficientemente familiar no início do século XX para que Galtier-Boissière saliente, em 1909, 12 causas que dispõem à tuberculose, entre as quais o «casamento precoce», a «depressão moral», o «trabalho excessivo», o «prazer excessivo» e, sobretudo, os perímetros do tórax que, calculados «ao nível dos mamilos, fossem inferiores a metade da altura mais 2 centímetros»¹³⁸. O trabalho da previsão acentuou-se até determinar, na própria saúde, os sinais quase cifrados de uma má saúde a ocorrer.

4. CONCORRÊNCIA E SOLIDARIEDADE. PSICOLOGIA DO FINAL DO SÉCULO

Já não é o termo assistência, no entanto, que domina nas práticas sanitárias do virar do século. Uma outra palavra mobilizadora dos comentários impôs-se, a palavra solidariedade. O envio gratuito para colónias de férias, a criação de dispensários para melhor despistar a tuberculose¹³⁹, a acção preventiva sobre os sujeitos «sãos», nasceram de um novo «contrato social solidário»¹⁴⁰. Eles concretizam uma mudança de cultura: a passagem do tema ainda emocional de «fraternidade» sobre o qual os revolucionários de 1848 afirmam «assentar todos os deveres»¹⁴¹, a um tema mais directamente económico senão mesmo político. Um projecto idealizado pelos manuais escolares do início do século XX: «Deste modo todas as classes sociais são solidárias, uma vez que o rico, na sua bela casa, pode ser atingido pela tuberculose que se desenvolve nos pardieiros vizinhos.»¹⁴² A preocupação social pesa mais do que a preocupação meramente moral. O tema do micróbio intensificou esta visão das interdependências: defender-se participando na defesa dos outros; proteger-se pela protecção de todos: «Foi Pasteur quem nos fez compreender como cada um dos nossos órgãos individuais, através do invencível exército dos infinitamente pequenos que encobre, ergue-se, por assim dizer, no assalto de todos os organismos do mundo.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 9.

¹³⁷ P. Tissié, *La Fatigue et l'Entraînement physique*, Paris, 1897, pp. 163-164.

¹³⁸ E. Galtier-Boissière, *op. cit.*, p. 46.

¹³⁹ O dispensário antituberculoso é um centro de despistes imaginado por R. Philip em Londres em 1887. A instituição encarrega-se de «conduzir o inquérito médico-social no meio do doente, dar conselhos de higiene e de profilaxia» (P. Sédailhan e R. Sohier, *Précis d'hygiène et d'épidémiologie*, Paris, 1949, p. 447). O primeiro dispensário francês é criado por Calmette em Lille em 1901.

¹⁴⁰ N. Murard, «Genèses de la protection sociale: l'assurance maladie», *L'Homme et la Santé*, *op. cit.*, p. 71.

¹⁴¹ M. Ozouf, «Liberté, égalité, fraternité», *Les Lieux de mémoire*, sob a direcção de P. Nora, t. III, *La France*, 3, *De l'archive à l'emblème*, Paris, Gallimard, 1992, p. 609.

¹⁴² E. Caustier e Mme Moreau-Bérillon, *Hygiène à l'usage des élèves de quatrième et de cinquième année de l'enseignement secondaire de jeunes filles*, Paris, 1910, p. 168.

Foi ele que, conseqüentemente, nos compenetrar do nosso mútuo dever.»¹⁴³ O itinerário do micróbio recompõe as solidariedades.

O seguro de doença

O debate sobre as habitações operárias, por volta de 1890, é também ele percorrido pelo tema da solidariedade: «As classes abastadas, bem como as classes pobres, têm interesse em fazer desaparecer as habitações insalubres, e seria sábio e previdente da parte do rico impor a si próprio os sacrifícios necessários para atingir esse fim.»¹⁴⁴ O Estado, como se viu, é, pela primeira vez, o garante destes investimentos. A política do alojamento social, cerca de 1890, concretiza a nova exigência: não se poderia pensar a manutenção de si sem a manutenção de todos.

Mais ainda, é o termo «dever» o que utiliza o projecto solidarista. O seguro obrigatório é disso o último exemplo, o seguro que o Estado alemão, por exemplo, criava em 1883¹⁴⁵, quando institui como condição de contratação laboral o acto de se segurar na doença. Um seguro, cujos efeitos não se limitam a melhores cuidados na doença, mas também à melhor organização na prevenção. Daí o nascimento de vigilâncias sanitárias ligadas às economias seguradoras: prevenir o contágio para aligeirar as despesas. É o que os sanatórios populares alemães imaginados em 1885 esboçam: estabelecimentos tanto mais inéditos quando deviam receber «não os tuberculosos reconhecidos, já quase incuráveis, mas os candidatos à tuberculose»¹⁴⁶. A luta contra a doença infecciosa está no centro do projecto. A ideia dominante é mesmo o de fazer repertório prioritariamente aos enfreados, os magricelas, aqueles que são designados apenas pelos seus índices torácicos, mais do que os doentes, aqueles que são designados pela sua reconhecida infecção.

Trata-se «não apenas de um dever humanitário, mas também de um dever financeiro»¹⁴⁷, indica Duclaux, o director do Instituto Pasteur ao comentar a experiência alemã: criação recíproca de uma prática preventiva e de uma estratégia económica. Daí as visitas regulares impostas aos operários alemães pela sua companhia de seguros do final do século. O sanatório tornar-se-ia mesmo duplamente preventivo: fortalecer os mais fracos e dar uma nova disciplina de comportamento, introduzir, de vez, «na vida popular, costumes e precauções de natureza a prevenir o desenvolvimento de doenças»¹⁴⁸. Obra extrema, quase irrealizável por tanto exigir de controlo e de poder de vigilância e de acolhimento, por tanto exigir também de possibilidade de isolamento social. A prevenção «solidarista» mostra o quanto cresce a necessidade de penetrar nos comportamentos privados no interesse de todos: «Já não seria necessário deixar de

seguir o indivíduo.»¹⁴⁹ Daí a ambiguidade destes controlos que supervisionam atitudes e comportamentos em nome de uma defesa colectiva ao mesmo tempo que o projecto político se torna cada vez mais democrático.

Os 80 sanatórios populares alemães recebem, aliás, maioritariamente doentes, em 1900, e não os «candidatos à tuberculose» como mostram as estatísticas de tratamento, de restabelecimento ou de insucesso, regularmente publicadas¹⁵⁰. A realização não está à altura da implacável teoria: os que entraram já estão atingidos pelo bacilo. É também o caso, é claro, dos sanatórios franceses em número de 12, em 1914¹⁵¹.

Outros exemplos ilustram mais concretamente a perspectiva preventiva e económica dos seguros do final do século. O cerco à anemia dos mineiros do norte, entre outros, dos operários vítimas do ancilóstomo, parasita que prospera na humidade das galerias profundas. Uma doença da qual as companhias de seguro seguem os vestígios comparando nos livros de caixa as despesas que variam de um lugar a outro com as virulências epidémicas. As companhias bruscamente confessam os seus interesses no desaparecimento da doença. Elas negociam com os mineiros do carvão até à reivindicação da instalação de latrinas à entrada e no interior das minas: o único meio, segundo os peritos, de levantar uma barreira contra os efeitos do parasita propagado pelas dejeções espalhadas pelo solo das galerias. *Le Populaire* de Liège obtém remodelações na bacia da Meuse, no início do século XX, primeiro exemplo de uma influência preventiva dos seguros de doença no quotidiano dos mineiros¹⁵².

É preciso ainda medir a mudança na própria organização dos seguros, a dos seus princípios jurídicos e administrativos. Nenhuma relação, neste caso, com as primeiras caixas privadas inglesas, aquelas que seguravam os operários de alfaiate no final do século XVIII¹⁵³. O financiamento não está dependente de julgamentos morais exercidos sobre os doentes. Não há nenhuma referência a «bons» ou a «maus» operários, nas apólices de seguro do final do século XIX: o risco é partilhado por segurados igualmente reputados, confrontados com o mesmo tipo de riscos. Mudança por assim dizer, moral que a longa reflexão sobre a reparação dos acidentes de trabalho, sem dúvida nenhuma preparou. Foi o cálculo do risco, no final do século XIX, que veio alterar tudo, como mostrou Ewald¹⁵⁴; a necessidade de privilegiar a avaliação estatística da interminável investigação da responsabilidade; um cálculo que transforma o acidente, episódio individual, acontecimento sempre único, em objecto colectivo, acontecimento calculável do qual um seguro pode prever «o número provável para o próximo ano, e fixar assim a taxa de quotização necessária para lhe reparar o prejuízo»¹⁵⁵. De forma definitiva, a indemnização torna-se independente da responsabilidade. Está separada das intenções. Ela corresponde a uma montagem matemática garantida apenas pelo contrato. O seguro de doença que a lei de 29 de Junho de

¹⁴³ L. Bourgeois, *La Politique de la prévoyance*, Paris, 1914, t. I, p. 57.

¹⁴⁴ E. Caustier e Mme Moreau-Bérillon, *op. cit.*, p. 168.

¹⁴⁵ «Les assurances ouvrières», A. C. Tartarin, *Tuberculose et Sanatorium*, Paris, 1902, p. 10.

¹⁴⁶ P. Courmont e A. Rochaix, *Précis d'hygiène*, Paris, 1932 (1.^a ed., 1912), p. 870.

¹⁴⁷ E. Duclaux, *L'Hygiène sociale*, Paris, 1902, p. 144.

¹⁴⁸ H. Landouzy, *Cure de sanatorium simple et associée*, Paris, 1899, citado por A. C. Tartarin, *op. cit.*, p. 4.

¹⁴⁹ L. Bourgeois, *op. cit.*, t. I, p. 32.

¹⁵⁰ «Résultats obtenus dans les sanatoriums», *Le Bulletin médical*, 1900, t. I, p. 360 ss.

¹⁵¹ J. Courmont e A. Rochaix, *op. cit.*, p. 874.

¹⁵² E. Duclaux, *L'Hygiène sociale*, *op. cit.*, pp. 94 ss.

¹⁵³ Ver p. 162.

¹⁵⁴ F. Ewald, *op. cit.*, p. 336.

¹⁵⁵ N. Murard, *op. cit.*, p. 69.

1894 torna obrigatório em França, no princípio apenas para os mineiros¹⁵⁶, obedece ao mesmo princípio: a quotização acarreta a certeza de ser indemnizada. Há apenas uma exigência: a quota-parte, uma obrigação individual com valor prorrogativo e emissão de títulos.

A outra alteração em relação às caixas antigas é que a mediação já não é privada, mas sim pública. É o Estado que se torna segurador. Deslocação fundamental cujas consequências são sempre actuais: uma maneira também de desenharmos o Estado providência a partir das práticas de saúde: «Havia o Estado autoridade; haverá agora não só o Estado que reparte os seus lucros e as cargas sociais, o Estado garante de igualdade dos cidadãos perante os cargos públicos.»¹⁵⁷ Nestas primeiras leis do virar do século encontra-se o fundamento da Segurança Social elaborada durante as décadas seguintes, sobretudo daquela que depois de 1946 alarga os riscos tomados em conta e os públicos indemnizados.

O apertar da rede

É desde logo impossível fugir ao debate sobre a reorganização dos serviços de saúde no final do século XIX. A rede sanitárias, por exemplo, foi reforçada durante a segunda metade do século XIX. Um comité nacional consultivo de higiene pública possui, desde o decreto de 18 de Dezembro de 1848, os seus agentes locais espalhados pelos arredores: os conselhos de higiene pública. Cada um deles compreende de 7 a 15 membros, nomeados por 4 anos pelo prefeito. A sua competência compreende a propagação da vacina, a salubridade das oficinas, o saneamento das localidades, os grandes trabalhos de utilidade pública, «os meios de melhorar as condições sanitárias das populações industriais e agrícolas»¹⁵⁸. Mas o seu funcionamento mostra o atraso da prática administrativa em relação à evolução das ideias. Não é verdade que as decisões tomadas neste sector dependem do Ministério do Comércio? O que indica o quanto a preocupação administrativa se mantém concentrada na circulação de coisas e pessoas, na circulação de objectos portadores de germes e na de pessoas contaminadas. A polícia sanitária, em 1880, é ainda a polícia das trocas, da vigilância das fronteiras, do controlo de passagens e de trajectos.

É preciso o decreto de 5 de Janeiro de 1899 para que se opere a transparência para o Ministério do Interior. Operação de grande envergadura que centraliza a higiene pública numa unidade administrativa única: a da «assistência e higiene pública»¹⁵⁹. O que encerra directivas e conselhos que reforçam o seu impacto. Uma rede de médicos inspectores de escolas aumenta, desde 1886, as possibilidades de visitas e de prevenção: inspectores nomeados por concurso para cobrir comunas e departamentos¹⁶⁰. Uma lei de saúde pública, enfim, dá

¹⁵⁶ F. Netter, *La Sécurité sociale et ses principes*, Paris, Sirey, 1959, p. 17.

¹⁵⁷ F. Ewald, *op. cit.*, p. 344.

¹⁵⁸ Art. 6.º do decreto de 18 de Dezembro de 1848. citado por A. Palmberg, *Traité d'hygiène publique*, Paris, 1891, p. 292.

¹⁵⁹ A. Filassier, *Détermination des pouvoirs publics en matière d'hygiène*, Paris, 1899, p. 136.

¹⁶⁰ L. Dufestel, *Guide pratique du médecin-inspecteur des écoles*, Paris, 1910.

em 1902 algumas respostas a problemas jurídicos desde há muito debatidos: «Tomado a cargo pelo Estado»¹⁶¹ dos saneamentos locais em caso de epidemia ou de penúria comunal, vacinação e revacinação obrigatórias, declaração obrigatória de doenças infecciosas.

Mas esta afectação da higiene pública ao Ministério do Interior é ela própria reveladora, salientando o vigor sempre presente da visão «armada», a vontade de submeter a totalidade da saúde a um poder policial e de obrigação: esta colaboração sempre laboriosa entre a vigilância higiénica e a disciplina e a autoridade. Foi «só» em 1919 na Inglaterra e em 1920 em França, que se criou o Ministério da Saúde, completando a lenta elaboração de uma especificidade administrativa.

Este desenvolvimento da higiene pública revela uma dupla face, no virar do século, duas visões de saúde colectiva diferentes, quase opostas e todavia indissoluvelmente ligadas: a da mobilização autoritária, uma defesa tanto mais pesada quanto se refere ao absoluto da nação, ao seu porvir, ao seu «sangue», senão à sua sobrevivência. A higiene pública obedece, neste caso, garante Léon Bourgeois num discurso de 1889, «às necessidades do patriotismo, uma vez que ela tem por fim e por efeito conservar e aumentar este capital humano do qual não pode ser perdido a mínima parcela sem atentar contra a segurança nacional e contra a grandeza da pátria»¹⁶². Esta higiene pesa então como uma força exterior, pendendo sobre os indivíduos, perseguindo um sentido para além deles: o cumprimento de um destino colectivo onde dominam a nação e o sangue, o «crescimento da pátria, da raça e da humanidade»¹⁶³.

Uma outra visão em simultâneo com o saneamento é a ideia de uma participação muito particular no colectivo. Ela faz do Estado um enorme prestador de serviços, mediador prioritariamente encarregue de proteger melhor o indivíduo, de prolongar a sua vida e de prevenir as suas doenças. Uma forma de comprometer um interesse, por assim dizer egoísta na mutualidade ao cingir a perspectiva social ao mero desenvolvimento da vida. O objectivo deste Estado redistribuidor, repartidor de lucros e encargos, é então o de salvaguardar a manutenção dos seus membros, a perfeição da saúde pública que se torna no «fundamento onde assenta a felicidade do povo»¹⁶⁴; ambição já não transcendente mas imanente, aquela que legitima o social para a defesa de cada um, um sentido procedente dos indivíduos e já não de uma força pendente. A própria expressão «saúde pública» que gradualmente substitui a expressão «higiene pública», no início do século XX, salienta a mudança: a insistência no capital físico individual e colectivo¹⁶⁵. É efectivamente o destino das sociedades democráticas o que ilustram estes projectos de solidariedade, estas fórmulas so-

¹⁶¹ Art. 8.º da lei de 15 de Fevereiro de 1902 «relativa à protecção da saúde pública», citado por J. Courmont e A. Rochaix, *op. cit.*, p. 41.

¹⁶² L. Bourgeois, *Discours au comité consultatif d'hygiène publique de la France* (14 de Junho de 1889), citado por H. Monod, *La Santé publique, législation sanitaire de la France*, Paris, 1904, p. 9.

¹⁶³ L. Bourgeois, *op. cit.*, t. II, p. 178.

¹⁶⁴ H. Monod, *op. cit.*, p. 8.

¹⁶⁵ *La Santé publique*, o título do livro de H. Monod, *op. cit.*, exemplifica-o, da mesma forma que o título da lei de 1902 sobre a «saúde pública».

ciais onde certamente se pode ver «o desaparecimento constante e progressivo da noção de soberania»¹⁶⁶; a saúde e a protecção de cada um projectadas no centro de objectivos colectivos, em detrimento de ambições afirmadas aparte dos indivíduos. Seguros de doença, seguros contra acidentes, desenham, no final do século XIX, os dispositivos, por assim dizer, actuais, aqueles que renovam o projecto político ao renovar as expectativas de saúde.

Concorrência e prevenção psicológica

Uma doença espreira, todavia, esta certeza inédita no final do século; uma doença directamente ligada ao lugar conquistado pelos indivíduos, percorridos pelo sentimento de serem repentinamente «concorrentes», entregues a um mundo considerado também repentinamente mais técnico: solidariedade perfeitamente voluntária, sem dúvida, concorrências que se revelam cada vez mais pressionantes. Dúvidas, interrogações sobre as forças íntimas, receios de insucesso, a ponto de se desenharem, pela primeira vez, o território de uma sociedade psicológica.

Uma experiência de Fleury em 1898 indica a via destas inquietações. Fleury compara dois esforços: quando aperta com a mão o dinamómetro depois de ter fechado os olhos, efectua uma pressão de 55 quilos; quando aperta com a mão o mesmo dinamómetro depois de ter olhado para um «vermelho vivo» ou para um «verde brilhante», ele efectua uma pressão de 65 quilos. O alerta dos sentidos aumenta o poder e a mobilização. Mas este alerta, definitivamente, aumenta também a fadiga. Daí o esgotamento possível proveniente de excitações intensas e repetidas, um traço que Fleury diz ser contemporâneo. O enfraquecimento íntimo, segundo Fleury, o da força interior, teria aumentado neste final de século, causado por um meio material mais complexo, de trocas mais rápidas, um acumular de sinais e de apelos, uma brusca aceleração das competições sociais: «Numa cidade como Paris, cada dia, cada um de nós atravessa uma prodigiosa quantidade destas vibrações.»¹⁶⁷ A vontade dos cidadãos parece estar ameaçada pela fraqueza, pelo excesso de estimulação, de promiscuidades, de rivalidades. São forjadas novas palavras para designar as perturbações: excesso de trabalho, neurastenia, cansaço excessivo, esgotamento nervoso, neurose de esgotamento. O *Des Esseintes* de Huysmans ilustra esta terminologia em 1884, ao duvidar da sua própria força, atingido por obsessões que lhe «anulam os propósitos, destroem as suas vontades e dirigem um desfile de sonhos que ele suporta passivamente, sem mesmo a eles se tentar subtrair»¹⁶⁸. O neurasténico de Mirbeau cai, igualmente, no abismo de um «enfraquecimento mental»¹⁶⁹ que nenhuma viagem consegue dissipar.

Uma curiosidade inédita expõe os «excessos» do trabalho escolar, os obstáculos das aprendizagens esgotantes e do acumular de tarefas; a descrição canó-

nica de Sarcey que evoca o criado de quarto analfabeto entregue a inultrapassáveis esforços intelectuais para aprender a ler: «Ele escutava-me com uma prodigiosa intensidade de atenção, e eu via inchar-se-lhe sob o esforço, a veia das suas têmporas e o suor a reluzir-lhe na fronte... Oito dias depois teve uma febre cerebral»¹⁷⁰; ou as récitas de Mosso acerca de soldados «muito robustos... que empalidecem e caem de fraqueza depois de cada exame» criado para lhes avaliar o nível¹⁷¹; ou as de Guyau acerca das «cefaleias violentas», as lassidões e os abatimentos de que parecem ser vítimas os liceais esgotados¹⁷².

Mosso é um dos primeiros, em 1896 a tentar medir estas fadigas físicas. Ele calcula-as com o *ergografo*, o instrumento que regista a tensão do músculo flexor do dedo. Ele permite observar uma baixa de tensão ao cabo de um dia de trabalho intelectual. Mosso acompanha os graus de enfraquecimento atribuídos à intensidade do esforço mental. Ele compara os resultados de uma aprendizagem de versos rimados com os do estudo de um texto, da redacção de cartas, da direcção de uma conferência¹⁷³. Pouco importa, é claro, o valor das comparações e menos ainda o método de cálculo. A novidade consiste em designar esta fadiga psíquica, de lhe imaginar a medida e de propor a sua prevenção. Surge um objecto de higiene que não tinha sido levado em conta. «Higiene do neurasténico» afirma, à sua maneira, Antonin Proust num livro várias vezes reeditado depois de 1895¹⁷⁴.

Outras tantas explicações sobre a origem possível destas indisposições complicam-se no final do século. Torna-se necessário repetir o quanto o sentimento de um confronto generalizado, a certeza de uma *struggle for life* cuja expressão se banaliza em França, se repetem regularmente nestes textos de vocação psicológica: «Um grande número de indivíduos impõem ao seu cérebro um trabalho para além da sua força.»¹⁷⁵ Spencer legitima mesmo a necessidade de uma «cultura competitiva», por volta de 1880, para que se afirmem «todas as profissões e todos os negócios»¹⁷⁶. Convicção que é favorecida ainda pelo desenvolvimento das escolas hierárquicas e pelo crescimento do espectro social. A Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte constitui o melhor exemplo em 1900, desdobrando uma vasta gradação de postos intermediários, a maior parte dos quais são trepados anos após ano pelo empregado consciencioso: 28 escalões de qualificações e de tratamento nos «trabalhos e vias»; 43 nos «materiais e tracções»; 64 na exploração, o que diversifica como nunca os escalões e os graus, acentuando a esperança de sucesso e de promoção¹⁷⁷. São estas as tensões que as novas vilegiaturas têm em perspectiva, são também os esgotamentos físicos e mentais o que visam as excursões escolares, as partidas anuais por alguns dias para fora da cidade que se efectuem nos liceus abasta-

¹⁶⁶ L. Duguit, *Traité de droit constitutionnel*, Paris, 1924, t. III, p. 459.

¹⁶⁷ M. de Fleury, *Introduction à la médecine de l'esprit*, Paris, 1898, p. 210.

¹⁶⁸ J.-K. Huysmans, *op. cit.*, p. 169.

¹⁶⁹ O. Mirbeau, *Les Vingt et Un Jours du neurasthénisme*, Paris, 1901, p. 201.

¹⁷⁰ Citado por P. Tissié, *La Fatigue et l'Entraînement physique*, Paris, 1897, p. 121.

¹⁷¹ Ver *ibidem*, p. 122.

¹⁷² M. Guyau, *Éducation et Hérité*, Paris, 1889, p. 103.

¹⁷³ A. Mosso, *La Fatigue intellectuelle et physique*, Paris, 1896, pp. 185 ss.

¹⁷⁴ A. Proust et G. Ballet, *Hygiène du neurasthénisme*, Paris, 1895.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 10.

¹⁷⁶ Citado por M. Guyau, *op. cit.*, p. 95.

¹⁷⁷ Y. Lequin, «Les chances inégales d'une nouvelle société», in *Histoire des Français*, *op. cit.*, t. II, p. 329.

dos; aquele que a escola alsaciana institui, por exemplo, a partir de 1890: cinco dias em Julho nos Vosgues à volta do lago Gérardmer com marchas de 18 quilómetros por dia em 2 etapas ¹⁷⁸.

No desenvolvimento das doenças a temer e a prevenir, as indisposições psicológicas adquirem uma profundidade que não tinham antes. Elas são designadas, descritas, avaliadas até à tentativa de lhes sugerir a quantificação e a explicação. Pouco importa a precisão desta explicação. O resultado é uma extensão do território da higiene, a tomada em conta das desordens íntimas, o lugar maior dado às divagações do Eu.

QUINTA PARTE

BEM-ESTAR?

SÉCULO XX

¹⁷⁸ *Le Temps*, 26 de Julho de 1890.

CAPÍTULO I

BEM-ESTAR?

Luke, o personagem de uma novela de Edmund White, em 1988, entrega-se a uma experiência psicológica: ele «visualiza células sãs tragando células doentes»¹ para adiar o momento em que a sua seropositividade se transforma em sida. Ele espera do seu estado imaginário um efeito sobre o seu estado celular, manifestando uma espantosa confiança na sua força interior; sinal do crescente lugar dado ao registo psicológico e à sua suposta eficácia: «Chego a formar no meu espírito a imagem de glóbulos brancos, formando uma espécie de nuvem de salubridade.»²

Mais ainda, os personagens de White indicam uma nova relação com a doença: a atenção aos índices sanguíneos e às taxas globulares; uma busca que ritma os seus gestos quotidianos; a possibilidade de comentar interminavelmente os quadros numéricos indicadores do seu estado de resistência. É a maior iniciativa de actores que salientam estes textos, com esta fórmula repetida como um *leitmotiv*: «Deves tornar-te responsável.»³ A sida revela nestes casos as últimas deslocações dos pólos preventivos: responsabilização, individualismo, precisão de cálculo de risco, sofisticação de técnicas de despiste.

Mas a sida revela também novas zonas de sombra: a importância duradoura para discernir a originalidade da seropositividade descoberta em 1981, o papel pouco transparente da industrialização da saúde que permitiu sem dúvida a manutenção de sangue contaminado no mercado de transfusão ou que pode favorecer a negligência de testes por razões de custos. Único pelo mal que representa, combinando como nenhuma outra epidemia até aqui, o sangue, o sexo e a morte, a sida é-o também pelo que nos ensina sobre as nossas sociedades.

¹ E. White e A. Mars-Jones, *L'Écharde*, Paris, «10-18», 1988 (1.^a ed. americana, 1987), p. 335.

² *Ibidem*, p. 11.

³ *Ibidem*, pp. 321 e 335.

1. A SIDA, A PREVENÇÃO E A RESPONSABILIDADE

É preciso voltar às primeiras informações do flagelo dadas por volta de 1981-1983, particularmente as da Imprensa, as quais aproximaram a nova infecção das catástrofes antigas ⁴. O título do *Libération* de 13 de Novembro de 1981: «A Peste nos EUA»; o do *Nouvel Observateur* a 26 de Abril de 1985: «Sida, a nova peste»; os comentários do *Quotidien de Paris*, a 28 de Abril de 1983: «Face ao flagelo que seria o equivalente da peste e da lepra da Idade Média, as reacções tornam-se irracionais e irreflectidas.» A comparação peca, é claro, pela sua desproporção com a realidade. A mortalidade só por si é diferente daquela das velhas epidemias, mesmo se o universo de 20 250 casos de sida, declarados em França entre 1981 e 1992 ⁵ é considerável, bem como o de 100 000 mortos pela doença nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1991 ⁶ ou, mais ainda, o número do seu alcance em Paris: primeira causa de mortalidade desde 1992, entre os homens parisienses entre os 25 e os 44 anos ⁷.

O cenário do mais importante flagelo

Numerosas e inesperadas crenças e ilusões multiplicam-se durante muito tempo; como mostra, em 1992, o processo movido em França contra a venda de toalhetes muito particulares, reputados para apagarem o «vírus da sida» de um «aparelho telefónico, da pega de um carro de supermercado ou de uma sanita» ⁸; como mostra também o inquérito que Jean-Paul Moatti, em 1990, ao revelar que 34% dos franceses inquiridos consideraram possível a comunicação do vírus nas casas de banho públicas ⁹; ou como mostram ainda alguns comportamentos próximos das velhas desconfianças contra os «primeiros» micróbios: o despedimento de médicos que recebem pacientes atingidos pela sida pelos senhorios nova-iorquinos ¹⁰. O medo alimenta as divagações mesmo que, mais de dez anos após a descoberta da epidemia, algumas de entre elas estão hoje mais dominadas.

Mais característica ainda é uma outra manifestação de inquietação; aquela que projecta um possível desabamento social, a evocação de um risco de desaparecimento colectivo pela doença: a resposta de 30% dos inquiridos na popula-

ção francesa, confessando, em 1991, fazer da sida «a preocupação essencial» ¹¹; a súplica contida no relatório de 1987, por outro lado, é pertinente e precisa: «Continuemos nesta via e provaremos a nossa incapacidade de reagir perante uma urgência que põe em perigo a nossa sociedade» ¹²; a frase mais concisa inscrita na base de um cartaz de 1988 é a seguinte: «A França não quer morrer de Sida.» A imagem proposta, longínqua, confusa mas insistente, é a do «fim», a derrota de todos, a imagem da queda, global, implacável.

As gradações são, evidentemente, numerosas. Um consenso para conjurar um pânico colectivo teve lugar na grande imprensa, alguns anos depois da tomada de consciência da epidemia em 1981. Os títulos revelam-no; o do *Express*, de 26 de Julho de 1985 diz: «É preciso ter medo da Sida?»; o do *Point*, a 16 de Setembro de 1985: «Psicose ou realidade. sida: é necessário ter medo do sexo?» Um inquérito nacional em 1991 ao dar aos números uma precisão que não tinham, contribui, entre muitos outros trabalhos, para uma maior objectividade: 100 000 a 200 000 pessoas contaminadas em França no final de 1989, enquanto que previsões anteriores designavam, sem base científica real, 300 000 pessoas contaminadas e, por vezes, mesmo 500 000 ¹³. Daí, para muitos, a urgência de informar sem paixão: «A sida não é a peste, é simplesmente a sida e isso é suficiente.» ¹⁴

Ainda que menos evocado, o cenário do perigo mais importante, no entanto, não desaparece: um subtítulo do *Monde* recorda-o a 20 de Junho de 1990: «Devemo-nos considerar em estado de guerra»; um título do *Parisien Libéré* a 20 de Julho de 1992: «Previsões catastróficas»; ou algumas frases de celebridades que assimilam a epidemia à «doença mais devastadora e ao problema social mais importante da nossa época» ¹⁵. Estas fórmulas sugerem uma necessidade muito específica das sociedades contemporâneas: a alarmante encenação do declínio para melhor o conjurar. Uma forma de evitar o «impossível», seguindo-o de perto. Conduta característica de comunidades que se tornaram mais técnicas, mais democráticas, sobretudo, e *irreligiosas*, aquelas que, mais do que outras, devem fabricar os seus sentidos e alimentar a sua coesão. O cenário apocalíptico acelera programas e desafios. O horror da degenerescência reforçava, no século XIX, as ambições do tempo: a encenação do progresso e as afirmações nacionais. O cenário do cataclismo conserva hoje uma força federativa, mesmo se as práticas autoritárias já não têm a mesma legitimidade, nem a ideia de progresso a mesma transparência. A sida junta-se, por outro lado, a outros cenários de «final» como sugeriu Susan Sontag numa enumeração cumulativa e variegada, que mostra como o sentido do risco se alargou nas nossas sociedades mediáticas e sobreinformadas: «À morte dos oceanos, dos lagos e das florestas; ao incontável aumento das populações nos países pobres do mundo;

⁴ «On avait oublié l'existence de tels fléaux», M. Grmek, *Histoire du sida*, Paris, Payot, 1989, p. 82.

⁵ *Le Monde*, 4 e 5 de Outubro de 1992.

⁶ *Le Monde*, 26 de Janeiro de 1991.

⁷ *Le Quotidien du médecin*, 21 de Setembro de 1992. A mortalidade anual pela sida representa em 1991, em França, 1,1% de mortes entre os homens e de 0,2% entre as mulheres (*ibidem*). Mas as baixas entre mulheres aumenta, elevando-se em 1993 a um quarto dos casos de sida (*Libération*, 5 de Agosto de 1993).

⁸ *Le Monde*, 20 de Fevereiro de 1992.

⁹ *Évaluer la prévention du sida en France, un inventaire des données disponibles*, Paris, Agence nationale de recherche sur le sida, Novembro de 1990, p. 25.

¹⁰ C.-B. Blouin, É. Chimot, J. Launère, *Sida Story*, Paris, Éditions universitaires, 1986, p. 23.

¹¹ Inquérito do CREDOC, 1990, citado por M. Houvenaeghel, *Autrement*, n.º 130, *L'Homme contaminé*, Maio de 1992, p. 161.

¹² C. Got, *Rapport sur le sida*, Paris, Flammarion, 1989, p. 17.

¹³ J.-B. Brunet e J.-P. Lévy, «Les véritables chiffres du sida», *Le Monde*, 9 de Janeiro de 1991.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ N. Nixon, fotógrafo que registou mês após mês as transformações físicas de um doente atingido pela sida, citado em *SIDA, Libération collection*, n.º 3, Novembro de 1989, p. 32.

aos acidentes nucleares como o de Tchernobyl; ao enfraquecimento e aos buracos na camada de ozono; à velha ameaça da confrontação nuclear entre superpotências, ou de um ataque nuclear por um dos Estados rebeldes, que escapam ao controlo das superpotências — a todos estes perigos é preciso, de hoje em diante, acrescentar a sida.»¹⁶

Uma outra razão, mais sumária, pode explicar «a desmedida das reacções da opinião pública»¹⁷ perante a nova epidemia. É o hábito inteiramente contemporâneo de multiplicar as prevenções eficazes: a tuberculose, por exemplo, cuja mortalidade de 150 por 100 000 habitantes franceses, em 1935, passa a ser de menos 7 para 100 000 em 1970¹⁸; a sífilis, cujos 15 000 casos declarados, em 1945, passam a ser 3000 em 1970¹⁹; ou certos cancros, como os do estômago, cuja mortalidade de 20 para 100 000 em 1950, passa a ser de 5 para 100 000 em 1980²⁰. É, efectivamente, o sentimento de uma maior empresa sobre as patologias, sobretudo a de um estancamento das infecções, que torna, de repente, as doenças menos aceitáveis. Daí esta instalação de um dispositivo sem precedentes contra a sida: a criação, desde Fevereiro de 1982, de um grupo de trabalho em Paris com os representantes de diferentes especialidades médicas; a celebração de conferências mundiais anuais pesadamente mediatizadas, das quais a de Amsterdão, em 1992, que reúne mais de 11 000 participantes, perto de 1000 oradores para 5000 comunicações²¹; a criação, entre 1988 e 1989, em França, de vários organismos de responsabilidades complementares e determinadas: a Agência Nacional de Investigação da Sida, para seleccionar e coordenar as acções de investigação; a Agência de Luta contra a Sida, para coordenar as acções governamentais; o Conselho Nacional da Sida para propor recomendações éticas e sociais. Todos estes organismos de uma evidente utilidade, mas que mostram o tratamento «particular» que a doença beneficia, dando um peso completamente novo a certas comparações: «É preciso “sideisar” as outras patologias... Poderíamos imaginar uma saúde pública que seguisse todas as patologias com tanta atenção, tantos estudos económicos, epidemiológicos, sociológicos, fazendo o ponto, semestre após semestre, da evolução da situação.»²²

«Responsabilizar»

A sida tornou-se o «flagelo do século XX»²³, aquele que, num decénio, invadiu todas as consciências, mas também aquele que, pelas defesas propostas,

¹⁶ S. Sontag, *Le Sida et ses métaphores*, Paris, Bourgois, 1989 (1.ª ed. americana, 1988), p. 113.

¹⁷ C.-B. Blouin, É. Chimot, J. Launère, *op. cit.*, p. 167.

¹⁸ J. Boyer, *Précis de médecine préventive et d'hygiène*, Paris, Baillière, 1973, p. 586.

¹⁹ *Ibidem*, p. 619.

²⁰ B. Asselain, «Cancers», *Santé publique*, sob a direcção de G. Brucker e D. Fassin, Paris, Ellipse, 1989, p. 369.

²¹ *Libération*, 20 de Janeiro de 1992.

²² C. Got, *La Santé*, Paris, Flammarion, 1992, p. 159.

²³ Marc Houvenaeghel, «Le dernier des fléaux», *Autrement*, n.º 130, *L'Homme contaminé*, *op. cit.*

revela uma última deslocação de relação entre o indivíduo e a comunidade. Os gestos a respeito das pessoas infectadas, por exemplo, mostra como a doença pertence a um universo cultural diferente do das antigas epidemias. O comportamento preventivo marca o cumear de um longo trajecto histórico, que gradualmente inverte as defesas contra a doença: menor rejeição do portador de risco, por exemplo, e menor elaboração das defesas individuais, menor acção sobre o outro e mais acção sobre si próprio. A reversão opera-se tanto melhor com a sida quanto a epidemia concerne práticas eminentemente individuais, a sexualidade e a toxicomania.

Várias vozes, numa primeira fase, não hesitaram certamente a sugerir a colocação do doente em quarentena, assimilando a pessoa infectada ao perigo que é preciso afastar. Imagem inteiramente tradicional do assalto «exterior», a das invasões, com o seu cortejo de repressões e de rejeições. Existem exemplos de isolamento: instalação, em 1985, num edifício separado, dos 139 detidos portadores do vírus numa prisão modelo de Limestone, no Alabama²⁴; a insistência das autoridades de Besançon, em 1992, em achar «antinómico em relação à vocação climatérica da cidade»²⁵ a implantação de um centro reservado aos doentes de sida; ou mesmo a recente exclusão pelos orgulhosos membros de um clube holandês de bilhar de um dos sócios que apresenta a seropositividade²⁶.

Medidas não discriminatórias impuseram-se, no entanto, mesmo se os Estados Unidos da América continuam a recusar a permissão de estadia aos portadores do vírus, salientando assim a diferença entre um puritanismo americano e outros comportamentos mais liberais. Uma «única arma»²⁷, na verdade, é hoje considerada eficaz, pregada mais do que nunca pelas campanhas públicas: a mudança dos gestos íntimos e não o entrincheiramento das pessoas infectadas. O debate sobre a reabertura das casas encerradas mostrou-o em 1990. A proposta de isolar as prostitutas não teve eco: um acto considerado tão indigno como perigoso; medida que podia desencadear todas as estratégias transgressoras, o desejo das «excluídas» de fugir à vigilância, por exemplo, e, definitivamente, o de fugir tanto aos gestos preventivos como aos de cuidado. Também é demasiado arriscado o nascimento de um falso sentimento de segurança: a impressão de solucionar o problema, enterrando-o no segredo das casas encerradas, enquanto que o alerta deve incidir sobre cada comportamento individual²⁸. Está consumada uma mudança: o retrocesso inteiramente teórico da sífilis nos domínios da prostituição pertence ao século XIX.

A recusa em alargar a obrigação dos testes de despiste mostra também a nova insistência na responsabilização. Estes testes, cujo resultado pode reconhecer subitamente a existência de uma seropositividade, são obrigatórios em França, desde Junho de 1985, para os doadores de sangue; sendo, neste caso, o risco massivo. A Academia de Medicina quis alargar-lhe o princípio. Ela recomenda a 11 de Fevereiro de 1992 a sua aplicação obrigatória às grávidas, bem

²⁴ «En Alabama, le sida fait prison à part», *Libération*, 8 de Fevereiro de 1988.

²⁵ *Le Monde*, 19 de Outubro de 1992.

²⁶ *Ibidem*, 10 de Setembro de 1992.

²⁷ M. Pollak, *Les Homosexuels et le Sida, sociologie d'une épidémie*, Paris, A.-M. Métaillé, 1988, p. 178.

²⁸ «Le confort bourgeois des maisons closes», *Le Monde*, 13 de Junho de 1990.

como a sua presença obrigatória nos certificados pré-nupciais: uma forma de referenciar os doentes para os controlar melhor ²⁹. Mas, mal o voto foi conhecido, multiplicaram-se as opiniões indignadas. Em primeiro lugar, em relação ao efeito contraproducente de uma obrigação geral: «Todos aqueles que saibam da sua seropositividade sem terem feito o teste voluntariamente irão recusar durante algum tempo a tomada a cargo de precauções» ³⁰; em seguida, sobre o efeito psicológico muito particular desta obrigação, que dá a cada um uma falsa impressão de estar protegido pelo controlo dos outros: «Qualquer medida sistemática de despiste tem um efeito de desmobilização e de desresponsabilização, cada pessoa não infectada conta com as pessoas infectadas para garantir a segurança de todos.» ³¹ Um comunicado ministerial encerra o debate em Março de 1992: os testes de despiste permanecem não obrigatórios, com exclusão dos doadores de sangue ³². Atitude que confirma uma preocupação dominante: a defesa contra a sida prende-se com a atitude de cada um.

Educar

É então a educação que está na base das práticas defensivas. Daí a importância decisiva das campanhas e das mensagens públicas. Daí, sobretudo, o papel específico atribuído ao Estado: contribuir para a pedagogia mais do que para a repressão. Não que os resultados obedeçam automaticamente a esta perspectiva oficial. Os inquéritos revelam o quanto a compreensão da mensagem nem sempre implica a sua posta em prática. Numerosos são os inquiridos que afirmam, em 1990, que as campanhas melhoraram os seus conhecimentos sobre a prevenção da sida (66%), mais raros são os que afirmam que eles tenham modificado a sua conduta pessoal (12%) ³³, números dificilmente aumentados no inquérito de 1992 ³⁴. A afinação da mensagem é então a tarefa constante, interminável, da marcha preventiva.

Pelo menos o trabalho de hoje não tem relação com o do século XIX. As fórmulas empregues, o sentido das imagens, confirma o desaparecimento das velhas propagandas. A mensagem torna-se informação minimalista, e já não recomendação moral; como no caso da jovem, despida e cúmplice à qual um cartaz alemão atribui uma confiança precisa: «Estou, confiadamente, ao vosso dispor, mas com um preservativo» ³⁵; ou o casal dinamarquês, inclinando a imagem de um preservativo sublinhado com um breve conselho: «Tenha um pouco de bom senso nos seus encontros ocasionais.» ³⁶ Inteiramente realista é ainda

²⁹ *Libération*, 12 de Fevereiro de 1992.

³⁰ Entrevista de Catherine Breton, directora de um centro de despiste anónimo e gratuito, *Libération*, 1 de Abril de 1992.

³¹ Entrevista de Willy Rozenbaum, Unidade de doenças infecciosas, hospital de Rothschild, *Santé-Magazine*, Agosto de 1992, p. 47.

³² *Libération*, 1 de Abril de 1992.

³³ *Évaluer la prévention du sida en France... op. cit.*, 1991, p. 15.

³⁴ *Ibidem*, 1992, p. 42.

³⁵ Ver «Des images de troisième type», *SIDA, Libération collection, op. cit.*, p. 77.

³⁶ *Ibidem*, p. 76.

a fórmula francesa difundida em 1989, «a sida, cada um de nós pode encontrá-la» ³⁷. As sugestões são directas, despojadas, os comportamentos não são julgados nem comentados, para melhor levar o público o mais próximo possível do perigo «real». O prolongamento de uma dinâmica cultural iniciada desde há muito, a do individualismo baseado na racionalidade.

A vigilância económica é outra vertente desta política pedagógica: tornar os conselhos «concretizáveis» para os tornar mais credíveis, facilitar o acesso aos testes de despiste, por exemplo, ou aumentar a difusão de seringas e de preservativos. É claro que surgem obstáculos inesperados que salientam o quanto a saúde de hoje se tornou num mercado. Não são os testes desenvolvidos ao ritmo das tensões financeiras? A concorrência entre empresas francesas e americanas que exploram as patentes abrandou a sua aplicação em 1985 e 1986, enquanto que para os doadores de sangue são obrigatórios ³⁸. Do mesmo modo, a criação de «centros de despistes anónimos e gratuitos» preconizada pela Direcção-Geral de Saúde, em 1985, é ainda pouco alargada por meras razões de orçamento. Daí, a queixa da directora do Centro de Lariboisière, em 1992: «Temos, no mínimo, entre 5 a 10 consultantes por hora; por vezes podemos deparar com 30 pessoas à espera.» ³⁹

Muito mais grave ainda: as contaminações têm lugar em condições obscuras em que a vontade de preservar os interesses médicos e financeiros parece ter dominado.

Zonas de sombra

Diversos julgamentos na Justiça do negócio do «sangue contaminado» revelam um trágico paradoxo: o investimento excepcional na prevenção da doença não impediu «o esquecimento das regras de deontologia médica» ⁴⁰ no manuseamento do sangue. O que provocou a contaminação de 50% dos 4000 hemofílicos franceses. Uma «falha» tornada, contudo, possível por um avanço: a técnica de concentração do factor VIII coagulante que transformou a vida dos hemofílicos depois de 1970. O pó facilmente transportável, utilizável em poucos minutos em qualquer momento, revolucionou a independência física destes doentes; o uso de ampolas de 20 mililitros que lhes permite multiplicar as injeções e prevenir as micro-hemorragias internas. Contudo, em 1983, é revelado um risco: basta um único dador seropositivo para contaminar um lote inteiro; perigo tanto mais sério porque é necessário misturar de 4000 a 5000 doações individuais para fabricar industrialmente um lote. O exame clínico de 3 hemofílicos, no final de 1983, revela que estão contaminados. Os lotes postos em circulação são potencialmente perigosos.

Desde Maio de 1983, um processo de aquecimento no fabrico de concen-

³⁷ *Évaluer la prévention du sida en France... op. cit.*, 1991, p. 14.

³⁸ «Le gouvernement a freiné en 1985 et 1986 le dépistage du virus du sida», *Le Monde*, 19 de Outubro de 1991.

³⁹ «Sida: les effets pervers du dépistage obligatoire», *Libération*, 14 de Fevereiro de 1992.

⁴⁰ Este texto, que data de 1993, não foi modificado. Ver, por outro lado, a adenda à presente edição: «Procès, réformes, responsabilités, les interrogations d'aujourd'hui», p. 317.

trados permite desactivar o vírus da sida. Os produtos aquecidos são vendidos e difundidos pela firma americana Travenol-Hyland ⁴¹. Não são utilizados em França: hesitações e inércia parecem atingir as autoridades de transfusão sanguínea. É no início de 1985 que a prova é trazida: só são reconhecidos como protectores os produtos aquecidos; vários centros franceses estimulam o seu fabrico. O escândalo, contudo, está para vir: o Centro Nacional de Transfusão sanguínea considera «demasiado» dispendiosa, em Maio de 1985, a perda dos lotes não aquecidos. O raciocínio económico da rentabilidade de uma «verdadeira fábrica de sangue» ⁴² é mais importante do que o raciocínio epidemiológico. O que torna terrível a injunção do director do Centro, a 7 de Maio de 1985, quando o risco parece estabelecido: «Isto pressupõe naturalmente que o stock de produtos «contaminadores» seja distribuído na totalidade antes de oferecer os produtos aquecidos em substituição.» ⁴³ É conhecida a difusão infecciosa que daí resultou e a condenação penal de 23 de Outubro de 1992, confirmada na apelação de 13 de Julho de 1993 ⁴⁴.

O exemplo não se limita à França: são contaminados 44% dos hemofílicos na Grã-Bretanha; 60% a 90% nos Estados Unidos da América; 48% a 61% na Alemanha; 40% a 70% na Irlanda; 72,4% no Brasil ⁴⁵. O mais difícil, é compreender como puderam «ser aceites por outrem os riscos de morte» ⁴⁶, quando a doença estava qualificada como «peste do século XX» e os compromissos estatais se tinham largamente reforçado. Uma falha na saúde pública no momento em que as expectativas de segurança nunca tinham sido tão urgentes? O recuo de bata branca perante o cálculo do lojista? O negócio do sangue contaminado constitui, em primeiro lugar, esta impossibilidade de abandonar uma lógica industrial, a instalação de produtos tão eficazes e dispendiosos que os seus perigos potenciais conseguiram parecer «secundários». O episódio lembra ainda a quantidade de riscos que a sofisticação médica fez surgir, mesmo onde não eram nem pensados nem entendidos, impondo uma vigilância nova cuja evidência pode tardar a impor-se.

Mas o negócio do sangue contaminado constitui outro desconhecimento, mais obscuro e mais colectivo: a dificuldade em compreender rapidamente a originalidade muito particular de cada epidemia, a duradoura subestimação de transmissão de sida pelo sangue, entre outros, ou a duradoura incompreensão do sentido preciso da seropositividade. Muito reveladora é, neste caso, a reacção do casal Mailloc quando se apercebe, em Julho de 1984, da seropositividade

⁴¹ A.-M. Casteret, *L'Affaire du sang*, Paris, La Découverte, 1992, p. 73.

⁴² *Le Monde*, 23 de Junho de 1992. É necessário insistir no facto de que a técnica criou esta situação até aí desconhecida: o fabrico de derivados de sangue, portadores de vírus durante muito tempo não revelados. Uma nota intitulada «Morbidity virale transfusionnelle» emanada do Centro Nacional de Transfusão Sanguínea, a 11 de Agosto de 1989, cifra o número de contaminações pós-transfusão sobrevividas antes que alguns testes de despiste fossem instalados (o teste contra a hepatite, entre outros, em 1988) em várias centenas de milhares (*Le Monde*, 22 de Outubro de 1991).

⁴³ Citado por *Le Monde*, *idem*.

⁴⁴ Ver nota 40.

⁴⁵ *Libération*, 22 de Junho de 1992.

⁴⁶ Excerto do julgamento de 23 de Outubro de 1992, *Libération*, 24 e 25 de Outubro de 1992.

dos seus filhos hemofílicos: «Nós não sabíamos o que aquilo queria dizer. Dizia-se na altura que o facto de ter anticorpos protegia contra a sida, como na hepatite. Nós não nos preocupámos.» ⁴⁷ Uma reacção que confirma de que modo a intensidade do medo se adaptou aos conhecimentos truncados. A dificuldade em abandonar as velhas referências de microbiologia tradicional com as suas transmissões por contacto e as suas defesas por anticorpos. A epidemia assustou como nunca, mesmo quando «ninguém, até ao Verão de 1985, mediu verdadeiramente a sua gravidade» ⁴⁸ com clareza e rapidez. A condenação de alguns responsáveis poderia então disfarçar as falhas menos transparentes. Ele poderia, ao estigmatizar as falhas individuais, dispensar uma reflexão sobre as responsabilidades e sobre as crenças colectivas. É efectivamente o que transmite um dos episódios mais trágicos da infecção pelo vírus da sida: a tecnologia e a exigência de rentabilidade puderam ocultar a deontologia entre os que tinham conhecimento, mas também as velhas noções epidémicas, além do medo difuso, puderam manter inúmeras ilusões entre aqueles que deveriam ter tido conhecimento; incluindo os médicos que confessam hoje ter sido surpreendidos pela nova epidemia, reconhecendo «a formidável miopia do início dos anos 80» ⁴⁹ e a dificuldade em medir a importância da transmissão pelo sangue. Confissão de um anestesista, entrevistado pelo *Le Monde*, em Fevereiro de 1993: «Só temos uma maneira de nos livrarmos: a humildade.» ⁵⁰

Persistem, é claro, outras zonas de sombra: a diferença nos danos entre regiões e continentes, por exemplo. O medo ocidental conforma-se, neste caso, com uma ignorância relativa: os países do Terceiro Mundo reúnem actualmente mais de 80% de casos de sida, as mortes africanas representam só por si 75% das mortes devidas à epidemia ⁵¹. Diferença nos modos de transmissão em que a infecção por contacto heterossexual pode variar de 10% na América do Norte a 70% na África subsaariana ⁵². Diferenças nos modos de vida em que certas colectividades do Terceiro Mundo assimilam as campanhas para o uso do preservativo à invenção de colonizadores perigosos ⁵³. Diferenças no equipamento onde certos hospitais africanos, como o de Kinshasa não dispõem «nem de dinheiro nem de material» ⁵⁴. Diferença, enfim, nos investimentos, em que, de 1,5 biliões de dólares despendidos para a prevenção mundial, apenas 6% vão para os países em vias de desenvolvimento ⁵⁵. A epidemia é, efectivamente, múltipla, variando segundo os continentes.

⁴⁷ Citado por A.-M. Casteret, *op. cit.*, p. 100.

⁴⁸ *Le Monde*, 15 de Outubro de 1991.

⁴⁹ «Le silence des médecins», *Le Monde*, 16 de Fevereiro de 1993.

⁵⁰ *Idem*.

Ver ainda sobre esta «humildade» o *Rapport de la commission d'enquête sur l'état des connaissances scientifiques et des actions menées à l'égard de la transmission du sida* (Paris, UGE, coll. «10/18», 1993) e o livro de Michel Setbon, *Pouvoirs contre sida. De la transfusion sanguine au dépistage: décisions et pratiques en France, Grande-Bretagne et Suède* (Paris, Ed. du Seuil, 1993).

⁵¹ «L'Afrique seule face au sida», *Libération*, 12 e 13 de Dezembro de 1992.

⁵² *Idem*.

⁵³ «A Gisenyi, les morts en douce d'un sida sans nom», *Libération*, 6 de Janeiro de 1993.

⁵⁴ «La course folle des sidéens de Kinshasa», *Libération*, 7 de Fevereiro de 1991.

⁵⁵ *Libération*, 12 e 13 de Dezembro de 1992.

A cena sanitária é, mais do que nunca, discordante. A partilha entre os providos e os não providos alargada às relações entre países transformou a luta antiepidémica: o combate nas fronteiras, aquele que levava Adrien Proust em 1889 a deter a cólera nas cristas pirenaicas ⁵⁶ já não tem valor universal. Os fluxos contemporâneos de circulação como o desenvolvimento «galopante» ⁵⁷ da epidemia em África ou na Ásia deslocaram o problema. As trocas impõem o perigo, mesmo se na ocorrência a ameaça incide menos na sida do que nas infecções oportunistas que ela desenvolve: «É de recear que a existência de uma população de vários milhões de indivíduos com as defesas imunitárias enfraquecidas favoreça o ressurgir de doenças altamente contagiosas, que se acreditava já exterminadas no nosso mundo desenvolvido.» ⁵⁸ Nenhuma defesa dos países industrializados parece então estar segura sem a intervenção preventiva junto dos mais pobres. Daí, esta ambiguidade muito contemporânea: os doentes proliferam nas zonas deserdadas, relegados, como as guerras, para as periferias da indústria e do progresso ⁵⁹, dramas vagamente ignorados, perdidos nos textos televisivos, e o estímulo de novas solidariedades, mal entendidas ainda, impostas para além do simples humanismo para com estas regiões «afastadas».

As atitudes face à sida são um espelho das práticas de saúde de hoje, pela responsabilização de cada um que elas parecem favorecer, dando às decisões individuais um lugar que elas não tinham; também pela existência de zonas de sombra, que revelam novas resistências às medidas sanitárias e apelam, sem dúvida, à recomposição das solidariedades.

2. A SAÚDE «INDEFINIDA»

As práticas sanitárias quotidianas parecem favorecer uma nova responsabilização. A prevenção a respeito da sida revela-o. O modelo alarga-se a um conjunto de gestos de saúde: a vigilância contínua, para cada um, dos seus próprios indicadores físicos é um exemplo. O individualismo muitas vezes estudado nos anos 1980 ⁶⁰, com a sua retórica publicitária, as suas fórmulas de consumo e a sua intensificação das escolhas, dá um tom particular aos preceitos actuais de saúde, nos quais as zonas de sombra persistem também.

«Faça o seu autocontrolo» ⁶¹

Uma publicidade anódina numa publicação mensal francesa de 1992 revela a dupla revolução das práticas preventivas dos últimos anos. Um texto acom-

⁵⁶ Ver p. 215.

⁵⁷ L. Montagner, «Le sida dix ans apres», *Le Monde*, 24 e 25 de Janeiro de 1993.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ O. Mongin, *La Peur du vide*, Paris, Éd. du Seuil, 1991 (em particular «Violences d'ailleurs: l'obscénité», pp. 175 ss.).

⁶⁰ G. Lipovetsky, *L'Ère du vide, essai sur l'individualisme contemporain*, Paris, Gallimard, 1983; L. Ferry e A. Renaut, 68-86, *Itinéraires de l'individu*, Paris, Gallimard, 1987.

⁶¹ «Le cholestérol, c'est la vie», *Santé-Magazine*, Paris, Outubro de 1992, p. 37.

panhado de fotografias de homens e mulheres anónimos tiradas em diferentes idades da vida propõe a aquisição de uma minúscula caixa: o produto permite efectuar um teste muito preciso, «conhecer a sua taxa de colesterol... em três minutos, em casa, a qualquer momento, em jejum» ⁶²; avaliar a presença deste álcool esteróide cujo possível excesso se deposita lentamente nas artérias até as enfraquecer e romper. O número obtido designa o risco de acidente cardíaco. Daí, o objectivo do teste: orientar melhor os regimes e os modos de vida.

É preciso uma primeira revolução preventiva para tornar este cálculo possível: a extensão de doenças pouco ou nada evocadas pelos higienistas do início do século, doenças cardíacas, cancro, aquelas cuja importância surge no seguimento das doenças infecciosas do século XIX. Daí a aceleração de estudos para sinalizar a origem destas doenças «novas». Keys, um dos primeiros também, por volta de 1950, salienta a ligação estatística entre a cardiopatia coronária e a ingestão excessiva de ácidos gordos saturados produtores de colesterol ⁶³. A carreira sanitária do colesterol é então desencadeada: substância tabu que impõe o cálculo elaborado de taxas consideradas normais, 2 gramas por litro de sangue para as pessoas entre os 20 e os 30 anos, 2,4 para as de mais de 40 anos.

Mas é preciso uma segunda revolução preventiva para que o teste assim autoministrado se torne possível. É preciso que os instrumentos até então reservados aos profissionais de saúde sejam propagados pelo público, simplificados e comercializados. É preciso também uma pergunta para que estes autocontroles sejam considerados aceitáveis. Nestas condições surgem os minúsculos registadores cuja panóplia se alarga hoje. O teste de gravidez é um dos exemplos mais correntes. O recurso ao Urimbo é outro: pequeno instrumento que «se arruma facilmente no seu bolso» ⁶⁴ e permite conhecer a concentração de sais minerais pelo simples contacto de uma gota de urina. Acende-se um visor colorido (verde, amarelo ou vermelho) para «indicar o seu risco de cálculo renal» ⁶⁵. Consequência: uma avaliação imediata do regime alimentar adoptado. Outro exemplo, o «tensiómetro digital»: a possibilidade de efectuar «regularmente em sua casa um acto de prevenção elementar e indispensável» ⁶⁶ com um pequeno aparelho que regista a tensão arterial por índice.

O emprego destes testes salienta uma forte tendência das novas medidas preventivas: a tentativa de «pilotar» o seu próprio corpo com a ajuda de um aparelho individual, seguir a flutuação das suas taxas, prever as consequências das suas indicações. A imagem energética inventada no século XIX, sempre presente na investigação das energias calóricas, vem hoje associar-se a imagem de um corpo informatizado, mantido no equilíbrio pela observação contínua de sinais numéricos. É o que Atalli evoca ao projectar o uso de sondas colocadas na própria pele: «numerosos instrumentos de autodiagnóstico utilizarão em breve microprocessadores... Um dia todos usarão no pulso um aparelho que regista permanentemente o estado do seu coração, a sua tensão arterial, a sua taxa de

⁶² *Idem*.

⁶³ A. Keys et al., «Serum cholesterol to change in the diet», *Metabolism*, n.º 14, 1965.

⁶⁴ «Protégez-vous avec Urimbo», *Santérama*, Paris, n.º 6, 1992, p. 75.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ *Idem*.

colesterol, etc. Outros aparelhos portáteis ou implantados medirão deste modo outros parâmetros de saúde»⁶⁷. A visão é quase utópica, a era das sondas generalizadas permanece longínqua. Mas a tendência está presente, confirmada pelos actuais aparelhos de autodiagnóstico.

Dos factores de risco à individualização genética

A condução que cada um pode exercer sobre si próprio está facilitada pela revolução da epidemiologia: o privilégio dado aos factores de risco é, sobretudo, ao seu possível perfil individual. O recuo das doenças infecciosas depois de 1950 e o desenvolvimento da ferramenta estatística facilitaram a mudança. Mais ainda, foi a ignorância da causa exacta das «novas» perturbações, em meados do século, cancro, doenças cardíacas e respiratórias, que privilegiou a investigação de probabilidades, de coeficientes e de percentagens: as *chances* estatísticas que o indivíduo corre de ser atingido. O cálculo é pormenorizado, individualizado, incidindo no ambiente e nas atitudes de cada um: o tabaco, por exemplo, que multiplica por 2,7 para o fumador e por 4,1 para o grande fumador (o que fuma mais de 15 cigarros por dia inalando o fumo) o risco de uma doença coronária; ou o diabetes que duplica o risco coronário; ou a taxa de colesterol diferenciada conforme o «risco moderado» ou «elevado» que exerce⁶⁸. A probabilidade incide sobre os lugares, os públicos e os comportamentos. Os riscos de cancro, por exemplo, aumentam em 100 vezes nos «grandes fumadores» e nos «grandes bebedores»⁶⁹; ou o risco de uma pressão arterial excessiva aumenta 2 vezes no jovem cujo peso corporal ultrapassa em 20% a norma de referência, e de 2,5 vezes no jovem que obedece às mesmas condições⁷⁰; ou o risco de cancro na mama que aumenta 3 vezes com a existência de um antecedente familiar (mãe, tia, irmã)⁷¹.

É para o espiar destes factores de risco que se orienta o regime de vida: adaptar o comportamento às ameaças individuais e numéricas. Daí a nova formulação de conselhos de saúde: «Conforme os vossos factores de risco, certos exames concernem-vos particularmente»⁷²; cercar não só as causas directas, como os micróbios dissimulados no ambiente, mas as causas predisponentes, aquelas que mudam com o presente e o passado de cada um.

Mais individualizada ainda é a prevenção baseada na análise genética: a do gene DD, produtor de uma enzima vasoconstritora que favorece a obstrução das coronárias⁷³; ou a dos três genes do diabetes descobertos em 1991⁷⁴. Pela pri-

⁶⁷ J. Attali, *Lignes d'horizon*, Paris, Fayard, 1990, pp. 153-154.

⁶⁸ J. Fechner e L. Guillemin, «Maladies cardiovasculaires», *Santé publique*, op. cit.; ver também W. Dab, «Apport et limites de l'épidémiologie», *L'Homme et la Santé*, Paris, Ed. du Seuil et La Villette, 1992, p. 247.

⁶⁹ B. Asselain, op. cit., p. 375.

⁷⁰ J. Fechner e L. Guillemin, op. cit., p. 392.

⁷¹ B. Asselain, op. cit., p. 377.

⁷² «Les examens au masculin», *Réponse à tout santé*, Julho de 1992, p. 35.

⁷³ «La génétique sur les traces de l'infarctus», *Libération*, 15 de Outubro de 1992.

⁷⁴ H.-J. Garchon, P. Bedossa, L. Eloy, J.-F. Bach, «Les gènes du diabète», *Nature*, Setembro de 1991

meira vez, uma «medicina de predição» baseada no «despiste pré-natal e pré-clínico»⁷⁵ deveria designar o perfil sanitário de um indivíduo, os seus riscos, as suas doenças por vir. Daí as consequências preventivas possíveis: «Quando os nossos conhecimentos forem suficientemente avançados, este método poderá, de um modo mais geral, permitir organizar o «habitação ecológica de cada um em função do seu património genético»⁷⁶. Resultados ainda pouco afirmados, é claro, mas o projecto de «mapa genético» confirma efectivamente a expectativa de uma prevenção mais individualizada.

Tendência assinalável ainda na imprensa que divulga «informação médica, aquela que pretende não deixar o consumidor «desarmado na hora da escolha»⁷⁷.

Uma saúde «consumida»

Um número de revistas especializadas na prevenção com a sua difusão em grande escala e a sua exploração publicitária, multiplicou-se desde há vinte anos: há hoje mais de 15 títulos em França (*Top Santé*, *Réponse à tout Santé*, *Santé-Magazine*, *Santérama*, *Santé plus*, *Prévention Santé*, *Que choisir santé...*), enquanto que nos anos 1970 só havia um ou dois apenas. Aumento de leitores também: *Santé-Magazine* tornou-se, em 1991, o segundo em número de leitores (4 285 000) entre as 120 publicações mensais francesas mais divulgadas; *Top Santé*, o décimo segundo (2 674 000)⁷⁸. Progressão acentuada em 1992, 4 550 000 leitores para *Santé-Magazine* e 3 640 000 para o *Top Santé* que, definitivamente, se torna a sexta publicação mensal⁷⁹. O conjunto responde a uma expectativa. Consumidores solicitados nas suas preocupações individuais e orientados nos seus índices médicos: «Decifre a sua análise de sangue»⁸⁰, «Os bons números da tensão arterial»⁸¹, «Para entender as suas análises biológicas»⁸², «O guia dos exames ginecológicos»⁸³, «Os exames no masculino»⁸⁴. O projecto está explicitado: tornar o código acessível, ajudar nas opções de cada um.

As revistas revelam ainda uma extensão inesgotável das doenças levadas em conta: conselhos para fortalecer as unhas, para evitar o peso nas pernas, para limitar os zumbidos no ouvido, para lutar contra os «sentimentos de tristeza», a falta de sono, o *stress*, mas também para prevenir os cancros ou identificar perturbações cardíacas. Uma série de recomendações prolongadas número após

⁷⁵ M.-J. Imbault-Huart, «L'approche scientifique de la maladie et de la santé: constitution du champ moderne de la pathologie», *L'Homme et la Santé*, op. cit., p. 107.

⁷⁶ J. Ruffié, «Vers une médecine prédictive», *Le Monde*, 1 de Fevereiro de 1989.

⁷⁷ Publicidade para a revista *Que choisir*, *Que choisir santé*, Paris, Setembro de 1992, p. 53.

⁷⁸ *L'Audience de la presse magazine, résultats du cumul, 5 vagues, mai 1991-avril 1992*, Paris, Centre d'études des supports de publicité, 2 de Julho de 1992.

⁷⁹ *Ibidem*, 11 de Fevereiro de 1993 (*cumul de cinq vagues*, de Janeiro de 1992 e de Dezembro de 1992).

⁸⁰ *Santé-Magazine*, Paris, Outubro de 1992, p. 46.

⁸¹ *Prévention santé*, Paris, Agosto de 1992, p. 84.

⁸² *Santé-Magazine*, Paris, Setembro de 1992.

⁸³ *Réponse à tout santé*, Paris, Agosto de 1992, p. 8.

⁸⁴ *Réponse à tout santé*, Paris, Julho de 1992, p. 34.

número, indefinidamente renovadas, que se prendem tanto ao agudizamento da sensibilidade quanto às descobertas médicas. O processo civilizacional desloca desde há muito as fronteiras entre o suportável e o não suportável, ao aprofundar o sensível, tornando menos tolerável o «mal-estar» anteriormente aceite. A exigência não é nova. Ela foi, seguramente, intensificada.

Os inquéritos confirmam este progressivo ganho de consciência a ponto de salientar a sua recente aceleração. O número de doenças declaradas pelas pessoas inquiridas aumentou mais de três quartos entre 1970 e 1980, como mostram dois questionários idênticos propostos, com dez anos de intervalo, a uma amostra ela própria idêntica de população: 37 637 doenças declaradas pelos inquiridos em 1970, 60 058 em 1980. A progressão é notória. Ela traduz 1,62 doenças declaradas por pessoa em 1970 e 2,28 em 1980⁸⁵. Número sem grandes relações com as afecções reais. A França não está mais doente em 1980 do que estava em 1970. Muito pelo contrário, a esperança de vida passou de 76 para 79 anos para as mulheres, entre 1970 e 1980, e de 68 para 71 anos para os homens (hoje 82 e 74 anos respectivamente)⁸⁶. A vigilância sobre si, em contrapartida, aumentou, da mesma forma que se deslocou a fronteira entre saúde e doença, explicando em parte o sucesso destas revistas «cada vez mais úteis para a nossa saúde»⁸⁷.

As práticas de consumo explicam ainda melhor este sucesso recente. Uma saúde promovida a estilo de vida, vendida como o são hoje a maior parte dos actos quotidianos. «Shopping de saúde»⁸⁸, «Produtos de saúde do mês»⁸⁹, artigos «que nos estimam»⁹⁰, ocupam este novo género de revistas. O marketing orienta as solicitações: «amostras grátis»⁹¹ de produtos, «jogos de saúde»⁹² das marcas, concursos que oferecem estadias gratuitas em talassoterapia ou «escalas dorsais»⁹³, subsídios para os «health clubs»⁹⁴, os «clubes de boa forma», as «curas para aligeirar as pernas»⁹⁵, os «centros de cuidados marinhos»⁹⁶, os estúdios de «vitalidade plena»⁹⁷.

É em seduzir que estão deste modo empenhadas estas estadias «que estimulam as nossas defesas imunitárias»⁹⁸ onde estes géneros lutam contra o colesterol. É com o intuito de criar um efeito de clientela, de fidelizar um público. O mercado desta saúde consumida propõe «sempre mais», alargando o seu ter-

⁸⁵ P. Aïach, «Morbidity», *Santé publique*, op. cit., p. 360-361.

⁸⁶ «Tendances démographiques», *L'État de la France 1998*, Paris, *La Découverte*, 1992, p. 16.

⁸⁷ «Éditorial», *Santé-Magazine*, Agosto de 1992, p. 9.

⁸⁸ *Santé-Magazine*, Setembro de 1992, p. 59.

⁸⁹ *Ibidem*, Agosto de 1992, p. 113.

⁹⁰ *Santérama*, n.º 6, 1992, p. 78.

⁹¹ *Top santé*, Junho de 1992, p. 81.

⁹² «Divertissez-vous avec nos jeux santé», *Le Journal des Français, santé*, Setembro-Outubro de 1992, p. 25.

⁹³ «Gagnez des séjours dans des écoles du dos», *Santé-Magazine*, Agosto de 1992, p. 38.

⁹⁴ *Ibidem*, Agosto de 1992, p. 70.

⁹⁵ *Ibidem*, Setembro de 1992, p. 16.

⁹⁶ *Ibidem*, Fevereiro de 1992, p. 99.

⁹⁷ *Vrai santé*, n.º 3, 1992.

⁹⁸ *Ibidem*, Outubro de 1992, p. 48.

ritório, como o fizera o mercado dos bens domésticos. Uma expressão nova o impõe: «bem-estar». Ele compõe o título das revistas de saúde: «Saboreai o prazer do bem-estar»⁹⁹; ele compõe o título dos anúncios publicitários: «Para o bem-estar do corpo e da mente»¹⁰⁰; ele compõe o título dos livros de regime: «O bem-estar em 1000 questões»¹⁰¹. Fórmula sem brilho, aparentemente insignificante, esta expressão muda em profundidade os objectivos sanitários. Ela reúne a nova definição dada pela organização Mundial de Saúde que evoca «um estado completo de bem-estar físico, mental e social que não se caracteriza unicamente pela ausência de doença ou de enfermidade». A meta, neste caso, já não é simplesmente a de afastar a doença como sugeriam os textos tradicionais, nem mesmo o de aumentar as resistências orgânicas como sugeriam, desde o final do século XVIII, os temas de progresso, ela é, também, a de aprofundar um sentimento, uma forma de ressentir e de provar o corpo. Ao clássico trabalho que protege da doença acrescenta-se um interminável e obscuro trabalho que busca o bem-estar.

As exigências do «bem-estar»

A própria maneira como se concretizam as práticas de saúde pode então mudar. É o tema do prazer que se serve da retórica sanitária: «escolhei fazer-vos o bem»¹⁰², «este Verão, acordai os vossos sentidos»¹⁰³, «case o prazer e o bem-estar»¹⁰⁴. Há evidentemente uma vertente hedonista nesta insistência em «apostar no bem-estar»¹⁰⁵, em «tornar as suas sextas criativas»¹⁰⁶ ou em propor conselhos «adaptados às suas necessidades»¹⁰⁷. Os corpos lisos, magros e bronzados das revistas de saúde fogem às ordens rígidas das velhas ginásticas ou às prescrições minuciosas dos velhos regimes do professorado. Triunfo de um indivíduo mais independente, mais narcisista, sem dúvida, como salientaram os inumeráveis textos de 1980, a renovação do investimento do corpo impôs-se como uma verdade tanto mais tangível quanto são depositos os «além de» ou são apagadas as «grandes mensagens». A queda das transcendências políticas, morais, religiosas, reforça esta importância da consciência corporal¹⁰⁸: realizar-se melhor, aumentar o registo das sensibilidades, não envelhecer. Ela apresenta o instrumento físico como último recurso, de duração, de certeza, de empenho

⁹⁹ *Plante santé*, Julho-Agosto de 1992, p. 81.

¹⁰⁰ Cartaz para a revista *Réponse à tout santé*, Janeiro de 1993.

¹⁰¹ *Mieux être en 1000 questions*, sob a direcção de Josette Rousselet-Blanc, Paris, Flammarion, 1992.

¹⁰² *Que choisir santé*, n.º 22, 1992, p. 55.

¹⁰³ *Santé-Magazine*, Setembro de 1992, p. 46.

¹⁰⁴ *Vital*, Agosto de 1992, p. 50.

¹⁰⁵ *Santé-Magazine*, Julho de 1992, p. 10.

¹⁰⁶ *Réponse à tout santé*, Julho de 1992, p. 7.

¹⁰⁷ *Santé-Magazine*, Agosto de 1992, p. 31.

¹⁰⁸ «Nous sommes voués à vivre désormais à nu et dans l'angoisse ce qui nous fut plus ou moins épargné depuis le début de l'aventure humaine par la grâce des dieux», M. Gauchet, *Le Désenchantement du monde, une histoire politique de la religion*, Paris, Gallimard, 1985, p. 302.

muito personalizado, instalando um domínio de si totalmente percorrido pela atenção ao físico e às suas qualidades imediatas.

Como não ver, no entanto, a ambiguidade possível destas «evidências»? A começar pela vertente hedonista das novas práticas. O emagrecimento é o melhor exemplo. O tema ocupa todas as páginas das revistas de saúde, apresentado como um imperativo tanto mais obrigatório quanto parece ser definitivamente aceite, tanto mais «descontraído» quanto inevitável («optei por emagrecer feliz»¹⁰⁹ — a opção não é a de emagrecer mas antes de a fazer com «satisfação»). Daí a presença massiva do tema quando são evocadas as formas do corpo, mas também os alimentos, os exercícios, os cuidados nas férias ou muito simplesmente o sono («emagrecer dormindo») ¹¹⁰. A queda dos «além de» e o desaparecimento das grandes mensagens entregam, na verdade, o corpo a um maior rigor de normas, impondo uma deslocação de exigência, uma irradiação particular sobre este último objecto de valorização. O que faz do bem-estar uma nova «servidão» ¹¹¹. Que estas normas «consumistas» parecem mais sedutoras e mais livres, não nos restam dúvidas. Também não nos restam dúvidas de que as suas obrigações e as suas tensões permaneçam bem reais.

Tanto mais que as fórmulas mais insidiosas promovem um modelo de eficácia combativa. Trata-se, também, de «testar a sua eficácia» ¹¹², aumentar «o seu poder de negociação» ¹¹³, «ser o melhor» ¹¹⁴. Um projecto que o «livro escandaloso», de 1988, *300 médicaments pour se surpasser physiquement et intellectuellement* ¹¹⁵, ilustra com insistência. A obra, proibida por algum tempo por descrever o uso de substâncias consideradas perigosas, representa, melhor do que qualquer outra, a nova perspectiva: acentuar tanto as *performances* como a sensualidade de cada um. O que os autores deste livro sobre o «excedimento» explicam sem disfarce: «Vivemos num mundo impiedoso onde ser o mais forte, o mais desembaraçado, o mais astucioso, o mais rápido, mas também o mais resistente, tornou-se uma condição necessária, senão suficiente para existir, para ser bem sucedido ou muito simplesmente para dominar.» ¹¹⁶ Esta explicação continua a ser parcial, evidentemente: o *struggle for life* não é uma descoberta dos últimos decénios e o cinismo não é *a priori* dominante. Mas a pressão para a promoção de cada um aumenta. O vencedor tem mais legitimidade. As revistas que visam «uma atitude mental vitoriosa» ¹¹⁷ também se multiplicaram, com os *Challenge* para *Managers* e os *Défis* para *Dynasteurs*... Foi

¹⁰⁹ *Santé-Magazine*, Outubro de 1992, p. 22.

¹¹⁰ *Santé plus*, Julho de 1992, p. 19.

¹¹¹ J.-J. Courtine, «Les stakhanovistes du narcissisme», *Communication*, n.º 56, *Le Gouvernement du corps*, 1993, p. 241.

¹¹² *Réponse à tout santé*, Julho de 1992, p. 37.

¹¹³ *Dynasteurs*, Dezembro de 1991, p. 3.

¹¹⁴ *Manageurs Afrique*, Fevereiro-Março de 1993, p. 16.

¹¹⁵ *300 médicaments pour se surpasser physiquement et intellectuellement*, Paris, Balland, 1988; ver sobre este tema o livro de Alam Ehrenberg, *Le Culte de la performance*, Paris, Calmann-Lévy, 1991, em particular, «L'individu sous perfusion», p. 252.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 15.

¹¹⁷ B. Lucchini, «Le marché de la réussite», *Challenge*, Outubro de 1986, citado por A. Ehrenberg, *op. cit.*, p. 211.

a imagem do sucesso, é claro, que se democratizou, sugerindo a cada um realizar-se, nem que fosse ao tornar-se muito simplesmente ele próprio. Daí esta ideia de uma excelência acessível: o desempenho promovido a «auto-realização de massa» ¹¹⁸; a necessidade de se afirmar transformado em modelo banalizado e já não em modelo de excepção. Perspectiva acabada das nossas sociedades democráticas onde o «herói vulgar» guia «o seu sucesso» ¹¹⁹ e ocupa os ecrãs.

Uma dupla injunção contraditória pesa então sobre cada um: «Melhorar-se e manter-se fiel a si próprio» ¹²⁰, mas também descontrair-se e abandonar-se. A tensão para com o corpo ou os «reencontros com o corpo» ¹²¹; o sucesso ou a retirada. Contradição das sociedades publicitárias, com o seu consumo de massa, onde uma «filosofia de autodisciplina» ¹²² feita para fabricar os produtos está indissolivelmente ligada a uma «filosofia de busca do prazer» ¹²³ feita para os vender: racionalizar o tempo, explorá-lo, mas também, e contraditoriamente, gozá-lo. O que revela o aumento de produtos psicotrópicos de alvo divergente: o crescimento tanto dos estimulantes como dos tranquilizantes. Um terço da população francesa confessa consumir tranquilizantes, sendo 7% consumidores regulares ¹²⁴; enquanto que aumentam também os *cocktails* vitamínicos, psico-estimulantes, *Survector* e outras *amphétamine-like* para ter «rapidamente o gosto de agir e a vontade de empreender» ¹²⁵. Os consumos de saúde casam-se com as contradições da cultura.

Subsistem zonas de sombra, é claro, nestas práticas de consumo, em que o interesse financeiro pode ser, muito simplesmente, mais importante. O uso do *Duxil*, por exemplo ¹²⁶: medicamento concebido contra a insuficiência circulatória, comercializado como «oxigenador cerebral», doseado segundo um limiar de gravidade de 1 a 5, o *Duxil* rapidamente foi vendido como substância preventiva pela iniciativa de um director de *marketing* sem que esse efeito preventivo fosse claramente demonstrado. Uma prevenção não provada mas que consegue agitar os números de venda. A campanha publicitária, fortemente or-

¹¹⁸ A. Ehrenberg, *op. cit.*, p. 203. A. Ehrenberg insistiu justamente neste último aspecto do sucesso: «Ter por ambição tornar-se em si próprio, e identificar-se consigo e ser o melhor... é salientar também que os modelos de sucesso que se vos apresentam não estão longe» (*ibidem*, p. 200).

¹¹⁹ *Défis, entreprendre et réussir*, n.º 103, Fevereiro de 1993, p. 24.

¹²⁰ A. Ehrenberg, *op. cit.*, p. 200.

¹²¹ *Top santé*, Junho de 1992, p. 73.

¹²² D. Bell opõe justamente o hedonismo consumidor e «a racionalidade funcional» que o permite, ver *Les Contradictions culturelles du capitalisme*, Paris, PUF, 1979 (1.ª ed. americana, 1976), p. 94.

¹²³ «Autoportrait d'un hédoniste», publicitado por Honda, *Dynasteurs*, Dezembro de 1991, p. 23.

¹²⁴ «La France tranquillisée», *Le Monde*, 9 de Janeiro de 1991.

¹²⁵ J.-F. Solal, «Les médicaments psychotropes ou la dépendance confortable», *Individus sous influence, drogues, alcools, médicaments psychotropes*, sob a direcção de A. Ehrenberg, Paris, Editions Esprit, 1991, p. 212. No caso dos sedativos e do afastamento de solidificações tornadas opressivas, ver também a análise de O. Mongin, *op. cit.*, (em particular «La passion extrême, la grande glissade du toxico», p. 89).

¹²⁶ Citado por R. Issaad e M. Grémillon, *La Dictature d'Hippocrate*, Paris, Denoël, 1992, p. 105.

questrada, multiplicou, neste caso, produções de vídeo e «congressos» de sensibilização para informar os médicos e multiplicar os compradores. A aposta comercial excedeu definitivamente a oferta sanitária. Abundam casos deste género, de sucesso de produtos preventivos com efeitos não verificados: «o organómetro detector de energia»¹²⁷, as «cápsulas de alho gastro-resistentes»¹²⁸ ou o «dentífrico sem água nem escova de dentes»¹²⁹... A saúde consumida promove também as suas farmacologias incontroladas¹³⁰.

Uma combinação de modelos

Não há dúvida nenhuma: a lógica consumidora do «bem-estar» transformou as práticas preventivas, instaladas mais do que nunca num desenvolvimento indefinido. Alguns modelos impõem-se, neste caso, mais do que outros; algumas representações valorizadas do corpo, por exemplo. O «bem-estar» possui os seus eixos e as suas opções.

É preciso salientar o quanto permanecem fortes certas polaridades imaginárias. A evocação inteiramente crítica de um personagem de Vautrin, numa das suas novelas recentes, o Abel Truchant, notário provincial «amigo das artes e da comezaina» com as suas «artérias danificadas pela gordura» e o seu coração «bombeando em baixa»¹³¹, indicam bem o sentido de certas imagens: o perigo reside sempre nas obstruções. É o que indicam os inumeráveis conselhos formulados nas revistas de saúde para «purificar o fígado»¹³², «dissolver as gorduras»¹³³, escolher os óleos «que menos obstruam as artérias»¹³⁴. As velhas referências às purificações do corpo não desapareceram, antes pelo contrário. Elas são apenas mais trabalhadas, senão eufemizadas: ao deslocar as palavras e as imagens, ao evocar as gorduras e não os dejectos, denunciando os *stockages* e não os apodrecimentos. Depósitos diversos, circuitos impedidos, permanecem os indicadores intuitivos do corpo malsão. É a gordura que focaliza as novas aversões, matéria mais nobre do que os dejectos, mais insidiosa também, que se infiltra nos mínimos espaços e alcança cada membrana. Uma gordura que se torna objecto literário, aquele que o comissário Maigret vigia em algumas das suas curas provinciais¹³⁵, aquele que obceca Isabelle de Santis num romance de Catherine Rihoit¹³⁶, a ponto de cada dificuldade da sua vida parecer estar ligada a um inchaço excessivo: «Engordei» e «emagreci» ritmam os amores de Isabelle, os seus sucessos e os seus fracassos, misturando indissoluvelmente referências estéticas e referências sanitárias.

¹²⁷ *Plante santé*, Julho-Agosto, 1992, p. 15.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 13.

¹²⁹ *Plante santé*, Setembro-Outubro, 1992, p. 16.

¹³⁰ «Les médicaments», in C. Got, *La Santé*, op. cit., pp. 314 ss.

¹³¹ J. Vautrin, «Rosa, comment dire», *Nouvelles Nouvelles*, n.º 10, 1988, p. 90.

¹³² *Top santé*, Julho de 1992, p. 15.

¹³³ *Santé plus*, n.º 6, 1992, p. 15.

¹³⁴ *Réponse à tout santé*, Agosto de 1992, p. 84.

¹³⁵ G. Simenon, *Maigret à Vichy*, Paris, Gallimard, 1968.

¹³⁶ C. Rihoit, *Le Bal des débutantes*, Paris, Gallimard, 1978.

A leveza dos géneros penetra, aliás, os usos alimentares ao ponto de dois em cada três franceses considerarem o uso de produtos leves como «uma forma de ser racional»¹³⁷; também ao ponto de se impor uma verdadeira «lipofobia»¹³⁸ nas grandes superfícies, sem que sejam medidos os seus possíveis efeitos contraditórios: o aumento das quantidades ingeridas, entre outros, para compensar o enfraquecimento calórico do produto, o que pode, muito simplesmente, anular a leveza.

A energia é outro índice intuitivo do saudável e do insano, entendida ainda de forma muito diferente das expectativas passadas: a «baixa» energia alimentar é mais importante, associando um «alto» dispêndio energético pelo exercício e práticas tonificantes. A severidade dos regimes expressa-se, aliás, em números de baixas calorias: de 1600 a 1300 calorias, por exemplo, para passar de um «regime suave» a um «regime intenso»¹³⁹. Insistência nas «calorias nefastas à saúde», aquelas que, não sendo queimadas, «se acumulam sob forma de gordura»¹⁴⁰; o cálculo sempre renovado dos montantes necessários, dos que são queimados pela actividade quotidiana, enquanto sobejos inúteis perturbariam a «caldeira»¹⁴¹. As novas fórmulas afirmam a força do modelo: «Limitar o consumo de calorias, queimar as gorduras, purificar o organismo e eliminar a celulite»¹⁴². A energia deste modo controlada estaria na cruzada de antigas e novas imagens: a cruzada da moderação inteiramente tradicional, expressa neste caso pelo fornecimento e pela combustão; a cruzada de uma perspectiva mais vasta, alertada pelos ambientes não dominados e pelos dejectos industriais, sonhando com energias não poluentes e calculadas. A energia corporal deveria acrescentar a «suavidade» à «intensidade»: «coração sólido, artérias flexíveis, músculos dinâmicos e colesterol equilibrado»¹⁴³.

Um novo modelo, enfim, vem combinar-se com os precedentes e participar nos critérios subjectivos de saúde: o de um corpo expressamente alertado para as sensações, máquina informativa com circuitos dominados. A «escuta» dos sentidos: «tomar consciência do corpo com todas as suas articulações para que ele possa expressar-se livremente»¹⁴⁴. Já não apenas a força, mas o sensível, já não apenas a energia, mas as percepções: obter uma «imagem de todas as partes do seu corpo»¹⁴⁵, escrutinar tanto as cinestésias como os efeitos musculares, «solicitar o sistema nervoso, altamente receptivo, para gerir uma informação subtil»¹⁴⁶, concentrar-se «no seu movimento pessoal»¹⁴⁷. A imagem de um he-

¹³⁷ L. Bichon, «Les produits allégés», in H. Dupin et al., *Alimentation et Nutrition humaines*, Paris, E. S. F., 1992, p. 1117.

¹³⁸ C. Fishler, *L'Homnivore*, Paris, Odile Jacob, 1989, ver «La société lipophobe», p. 297.

¹³⁹ *Cuisinons, idées recettes*, n.º 11, 1992, p. 1.

¹⁴⁰ S. et J. de Rosnay, *La Malbouffe, comment se nourrir pour mieux vivre*, Paris, Ed. du Seuil, col. «Points Actuels», 1981, pp. 65-66.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 50.

¹⁴² *Top santé*, n.º 21, 1992, p. 98.

¹⁴³ J. Rousselet-Blanc, op. cit., p. 339.

¹⁴⁴ M.-J. Houareau, «Les techniques du corps», *L'Encyclopédie pour mieux vivre*, op. cit., p. 405.

¹⁴⁵ M. Feldenkrais, *La Conscience du corps*, Paris, Laffont, 1971 (1.ª ed. de Telavive, 1967), p. 57.

¹⁴⁶ J. Syer e C. Connolly, *La Préparation psychique du sportif, le mental pour gagner*, Paris, Laffont, 1988 (1.ª ed. inglesa, 1984), p. 62.

¹⁴⁷ *Vrai santé*, n.º 1, 1992, p. 18.

rói de Pirsig que atravessa de mota as planícies do Oeste americano escutando cada vibração da sua máquina até a experimentar totalmente em si: «Sensibilidade cinestésica profunda que permite apreciar a flexibilidade dos materiais.»¹⁴⁸ As novas expectativas incidem sobre técnicas de relaxe, sobre gestos controlados e «mentalizados»: todos estes exercícios promovem o ajustamento da percepção, «suavidade, domínio e viscosidade dos movimentos»¹⁴⁹, relachamento elaborado, «conhecimento íntimo de si próprio»¹⁵⁰, mas também jogos de pilotagem e de introdução de novos engenhos desportivos, *surfs*, *asa delta*, *skis* ou *windsurf*, em que o trabalho dos sentidos consegue ser mais importante do que o dos músculos.

Até aos dietéticos que confirmam a presença deste modelo «informativo» e inventam uma «dietética cerebral»¹⁵¹: notas inesgotáveis sobre a necessidade de magnésio, de selénio, de zinco e de cobre; indicações eruditas sobre vitaminas, o ácido fólico ou os aminoácidos, que revelam, aliás, mais expectativas do que resultados. É a tomada em conta do cérebro pela dietética que é, neste caso, mais original do que o seu conteúdo. É a ligação entre a preocupação com a saúde e o «desenvolvimento do sistema nervoso no melhor das suas possibilidades»¹⁵², mais do que a verificação dos efeitos. Tanto mais que não existiria expressamente um «alimento para o cérebro» e que esta dietética particular não parece afastar-se de uma dietética geral. As suas conclusões permanecem sem surpresas: «Adaptada, leve e variada, a alimentação permitirá que o organismo esteja alerta e que o seu cérebro seja eficaz.»¹⁵³

A dietética reúne, deste modo, o tema da informatização corporal ao tema da purificação e da energia.

3. O DÉFICE POLÍTICO

As novas normas têm também os seus detractores. O denegrir da sua omnipresença, por exemplo: «Eu fumo e quero que me deixem em paz. É claro e evidente, não?»¹⁵⁴, corta J.-J. Brochier num panfleto recente, reactivando o antagonismo entre as exigências sanitárias e a autonomia de cada um. Conflito perfeitamente actual entre duas liberdades: o que promove a referência erudita do «bem-estar» e o que promove uma manifestação mais imediata visando a afirmação de si; o fumador perturbado pelos danos do tabaco e que o rejeita e o fumador que decide sobre «a sua vida» e assume o tabaco. O antagonismo pode, aliás, encobrir um outro mais fundamental, mais doloroso para com os en-

¹⁴⁸ R. M. Pirsig, *Traité du zen et de l'entretien des motocyclettes*, Paris, Éd. du Seuil, 1978 (1.ª ed. americana, 1974), p. 273.

¹⁴⁹ K. Tokitsu, *Méthode des arts martiaux à mains nues*, Paris, Robert Laffont, 1987, p. 54.

¹⁵⁰ J.-M. Salètes, «Les techniques de relaxation», *L'Encyclopédie pour mieux vivre*, op. cit., p. 70.

¹⁵¹ J.-M. Bourre, *La Diététique du cerveau, de l'intelligence et du plaisir*, Paris, Odile Jacob, 1990.

¹⁵² *Ibidem*, texto de capa.

¹⁵³ «Interview du professeur Jean-Marie Bourre», *Top santé*, Junho de 1992, pp. 20-21.

¹⁵⁴ J.-J. Brochier, *Je fume et alors?*, Paris, Les Belles-Lettres, 1990, p. 84.

cargos colectivos, também, que transforma as apostas sanitárias em conflitos de solidariedade.

Um conflito de liberdades

O risco do tabaco tornou-se o exemplo mais banal destas oposições. A constatação dos custos humanos, em primeiro lugar, que fez do tabaco o responsável por cerca de 90% dos cancro do pulmão e de quase metade das mortes anuais por doença das coronárias¹⁵⁵. Um risco tão importante que é reconhecido como causa oficial de morte na Grã-Bretanha desde Setembro de 1992¹⁵⁶. Em seguida o dispositivo de interdição, novo em relação à tradição: não só a simples acção sobre os anúncios e a publicidade como no caso de certas bebidas alcoólicas, mas a intervenção directa sobre o fumador e a sua intimidade. A União Europeia impõe, desde 1989, a presença de uma menção sanitária em todos os maços de cigarros com o propósito de interpelar o próprio gesto: «Fumar provoca o cancro» ou «Fumar provoca doenças cardiovasculares»¹⁵⁷, o artigo 16 da lei Évin de 10 de Janeiro de 1991 suprime a possibilidade de fumar em todos os gabinetes de carácter público, ela própria já regulamentada pelo decreto de 12 de Setembro de 1977; a pressão sobre o fumador é, enfim, aumentada pelo artigo 7.º da mesma lei, que impõe a organização de uma manifestação anual intitulada «Dia sem tabaco» submetendo o fumo a uma vindicta implícita. A pressão é acentuada pelo debate sobre «o fumo dos outros»¹⁵⁸, o fumo desagradável e perigoso que sofre o vizinho do fumador, avaliado em certos casos a um equivalente de 5 a 25 cigarros por dia¹⁵⁹. O conflito instala-se então: «Os não fumadores revoltam-se.»¹⁶⁰ É a defesa mais agudizada do espaço íntimo que se impõe, tanto quanto a consciência das doenças até aí não entendidas.

Percebe-se melhor o quanto as medidas sobre o tabaco podem confrontar duas liberdades: a do fumador e a do não fumador. Daí a iniciativa da associação criada pelos produtores de tabaco reunidos em congresso nacional em Cahors, em Abril de 1989, para assegurar «o respeito pelo fumador e a defesa da sua liberdade»¹⁶¹. Trata-se de uma das actuais saídas das sociedades democráticas, tentadas a reforçar a sensibilidade individualista: «Cada um em si e cada um por si: tais são as palavras de ordem... Apoteose do espírito burguês: o espaço público onde cada um pode falar em igualdade desaparece, é o privado que se torna a medida de todas as coisas: cada um não adere senão a um partido — o partido de si próprio.»¹⁶² Também se percebe melhor como podem outros receios muito diferentes surgir para além deste «cada um por si»: a desconfian-

¹⁵⁵ M. Rosenheim, «Tabagisme», *Santé publique*, op. cit., pp. 568 e 570.

¹⁵⁶ *Le Monde*, 2 de Setembro de 1992.

¹⁵⁷ «Ordonnance européenne et cancer, sida et drogue», *Libération*, 14 de Novembro de 1989.

¹⁵⁸ A. K. Armitage et al., *La Fumée des autres*, Paris, Manya, 1991.

¹⁵⁹ J.-F. Lemaire, *Le Tabagisme*, Paris, PUF, col. «Que sais-je?», 1992 (1.ª ed., 1980), p. 58.

¹⁶⁰ Título do *Point*, 24 de Junho de 1985.

¹⁶¹ *Libération*, 8 de Abril de 1989.

¹⁶² P. Bruckner, *La Mélancolie démocratique*, Paris, Ed. du Seuil, «Points Roman», 1992, pp. 88-89.

ça contra uma intolerância praticada em nome da higiene, por exemplo, ou a desconfiança contra a renovação de alguma ordem moral que promova a higiene e a virtude cívica; a suspeita contra um rigorismo substitui os valores de defesa individual aos dos grandes modelos autoritários hoje desaparecidos. Existem sinais desta empresa não confessada, facilitados pelo agudizar de sensibilidade e pela extrema diversidade das indisposições possíveis: mostram-o as associações criadas nos Estados Unidos da América contra o uso de perfume em público ou contra a música dos rádios portáteis ¹⁶³, exigindo ao Estado uma implacável regulamentação dos odores e dos ruídos: projectos altaneiros até à caricatura pretendem preservar o espaço de cada um, multiplicando as obrigações. O que leva Alain Madelin a recear um novo «paternalismo de Estado» ¹⁶⁴ e leva Pierre Mauroy a uma interrogação tão perturbada quanto irónica: «Ir-se-á amanhã, uma vez que o colesterol é responsável pelas doenças cardiovasculares, proibir a boa carne?» ¹⁶⁵ A culpabilização seria rasteira. Um novo higienismo surgiria nas nossas sociedades, insinuante e proibitivo, depois do higienismo autoritário e peremptório do final do século XIX.

Raciocínio, evidentemente, levado ao extremo. É o confrontar de liberdades o que há a reter neste caso, e o crescimento dos objectos considerados ameaçadores, mais do que o triunfo de algum paternalismo dissimulado. A iniciativa do Estado poderia mesmo parecer prudente, sob um exame mais atento. Não são as medidas regulamentares «estranhamente» suspensas quando são desde há muito esperadas e aprovadas? Em particular aquelas que poderiam limitar fortemente a mortalidade devido ao consumo de álcool e tabaco, ou a mortalidade devido aos acidentes de viação. As estatísticas são impiedosas: são mais de 60 000 mortos por ano que podem, em França, ser atribuídos ao consumo do tabaco, 40 000 ao consumo do álcool e perto de 10 000 aos acidentes de viação. Números comparados a uma «catástrofe em migalhas» ¹⁶⁶, pouco visível porque dispersa. Esta relativa discrição estatal é referenciável: recusa de aumentar fortemente o preço do tabaco quando a medida tornaria o seu consumo mais largamente dissuasor: reticências na interdição de todas as publicidades ao álcool quando o seu orçamento duplicou entre 1981 e 1985 (460,7 milhões de francos 837,9 milhões) ¹⁶⁷; reticências em limitar fortemente a velocidade dos veículos quando essa velocidade se encontra entre as principais causas de acidente.

É preciso constatar a eficiência de alguns grupos de pressão: suficientemente poderosos para alimentar a existência de práticas consideradas perigosas, suficientemente persuasores para atrasar as «proibições» que estas práticas deveriam impor. O Estado, sem dúvida nenhuma, está condenado ao compromisso:

¹⁶³ «abac, cohabitation», *Libération*, 16 de Fevereiro de 1992.

¹⁶⁴ *Le Monde*, 5 de Julho de 1990.

¹⁶⁵ *Idem*; ver também P. Rayaud, «No smoking», *Le Débat*, Novembro-Dezembro de 1990, e G. Lipovetsky, *Le Crépuscule du devoir, l'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*, Paris, Gallimard, 1992 (em particular «La croisade antitabac», p. 106). Uma reflexão de conjunto é proposta na *Santé publique et Libertés individuelles*, sob a direcção de É. Malet, Paris, Passages, 1993.

¹⁶⁶ *Le Monde*, 15 de Novembro de 1989.

¹⁶⁷ R. Marteau, «Alcoolisme», *Santé publique, op. cit.*, p. 559.

arbitragem laboriosa entre liberdades encarnadas, neste caso, pelas leis do mercado. É difícil imaginar o aparecimento de um higienismo tentacular.

A renovação dos riscos e a responsabilidade

É preciso retomar, em contrapartida, o conflito das liberdades e a expectativa sempre crescente da segurança individual. O exemplo americano mostra até que ponto esta evolução pode gerar tensões. Não que este exemplo revele o porvir das nossas sociedades; pode pelo menos indicar-lhe as tendências. Tudo começa com uma série de acções empenhadas por um grupo de legisladores americanos nos anos de 1970. O seu projecto é explícito: designar os responsáveis nos acidentes ou nos danos físicos provocados por técnicas quotidianas, pelo meio, pela poluição; melhorar a prevenção, tomar em conta a progressão de exigência de seguro, patenteando a renovação dos riscos decorrentes do meio ambiente técnico e industrial ¹⁶⁸.

Esta tomada de consciência parece-se com a que teve lugar em 1860 sobre os acidentes de trabalho ¹⁶⁹. Ela visa a protecção do consumidor ou do utilizador exactamente como a jurisdição sobre os acidentes de trabalho visou a protecção dos operários: favorecer a saúde pública ao indemnizar e prevenir os danos; designar uma categoria de prejuízos pouco ou nada tidos em conta pelos seguros tradicionais: defeitos nos produtos, alterações do meio ambiente, imprevistos médicos. Prejuízos que a exigência seguradora tornou mais sensíveis e que a renovação das técnicas tornou mais variados e mais difundidos.

A iniciativa americana consagra o seu tempo combatendo a renovação das doenças. O resultado, no entanto, é enganador. Uma atitude sistemática de suspeita bem como a vontade extorquir a qualquer custo a indemnização, revelaram-se tão fortes que favoreceram a deriva do projecto. O sistema jurídico americano permitiu uma ilimitada consideração de falhas e de defeitos técnicos e sobretudo uma investigação inacabável de responsabilidades para obter a indemnização das vítimas. O que originou a condenação de médicos que não tinham cometido qualquer falta no acidente que, todavia, lhes era recriminado, ou a condenação de fabricantes que tinham tomado todas as medidas desejáveis para evitar a falha do produto, contudo incriminados. Multiplicaram-se as condutas processuais, as queixas de todo o género, o encarniçamento em designar um culpado, até às decisões caricaturais: «A concordância fortuita entre o mapa das pessoas atingidas pela leucemia e o mapa que desenha a implantação das indústrias químicas, por exemplo, foi o suficiente para convencer um júri da pertinência da relação assim estabelecida... quando se poderia obter um resultado similar, sobrepondo o mapa das leucemias aos dos parques nacionais.» ¹⁷⁰ Daí, a hesitação de certas firmas perante o receio de um processo jurídico e o aban-

¹⁶⁸ P. W. Hubert, *Liability, the Legal Revolution and its Consequences*, Nova Iorque, Basic Books Inc. Publishers, 1988.

¹⁶⁹ Ver p. 204.

¹⁷⁰ L. Engel, *Les Nouvelles Frontières de la responsabilité civile*, Paris, Nota da fundação de Saint-Simon, 1993. O texto de L. Engel é fundamental neste tema.

dono de investigações úteis à prevenção. Um resultado contrário ao fim procurado. O número de fabricantes de vacinas foi dividido por mais de 2 entre 1965 e 1985, o que fez perder às empresas americanas o ascendente que elas anunciavam neste sector ¹⁷¹. Os exames de diagnóstico (entre os quais alguns exames arteriais) desapareceram por receio de processo jurídico ¹⁷². Consequência temida pela coronografia, indispensável para conhecer o bom estado das artérias, mas que pode, de facto, provocar num caso em mil a morte do paciente.

A relativa falta de protecção social nos Estados Unidos da América favoreceu, sem dúvida, esta procura encarniçada de responsáveis e esta corrida à indemnização no qual vários advogados, muito simplesmente, se especializaram. Mas a simples obrigação de designar um «culpado» para obter reparação suscitou igualmente derivas jurídicas: um risco de confrontação crescente entre particulares sem que nem o direito nem a prevenção tenham lucrado com isso. Uma tendência idêntica surge gradualmente nos países europeus. O processo do sangue contaminado permitiu vislumbrá-la. Esta tendência consegue ocultar uma avaliação serena dos riscos.

Uma via de desenlace desenha-se talvez com a proposta de François Ewald ¹⁷³: fazer com que o prejuízo seja avaliado e reparado independentemente da culpabilidade do médico, do fabricante ou do técnico. É preciso que os riscos solucionáveis sejam então definidos e recenseados, o que é tremendo, mas deixa entrever uma saída. A lei de Março de 1993, inclui a transfusão de sangue nesta nova categoria de danos indemnizáveis para além de qualquer falta estabelecida ¹⁷⁴. Uma dupla lei sobre os riscos médicos ficará por elaborar: a que regula os indemnizados e a que regula as culpabilidades; a primeira «esclareceria sobre o papel, a responsabilidade, o lugar do médico e do paciente na relação médica», a segunda, «mais prosaica», definiria «a indemnização dos riscos terapêuticos ligados ao progresso médico» ¹⁷⁵.

Um conflito de solidariedades

Agudizou-se um último conflito que pode pesar, hoje, sobre as práticas preventivas. Está directamente ligado à expectativa indefinida do bem-estar, mostrando até que ponto os projectos seguradores promovidos no final do século XIX atingem o seu ponto de ruptura. A tensão é transparente: as despesas de saúde aumentam todos os anos, nos países europeus, mais rapidamente que o crescimento económico. A sua progressão média foi de mais de 16%, entre 1970 e 1985, em França, enquanto que o aumento do produto interno bruto não ultrapassou os 6% ¹⁷⁶. Os gastos de reembolso voam, «desfiando-se a uma velocidade

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 18.

¹⁷² «Les risques thérapeutiques restent sans loi», *Libération*, 17 de Março de 1993.

¹⁷³ F. Ewald, *Le Problème français des accidents thérapeutiques, enjeux et solutions*, relatório para M. Bernard Kouchner, ministro da Saúde e da Acção Humanitária, Paris, 1992.

¹⁷⁴ «Une société sur la défensive», *Le Monde*, 19 de Março de 1993.

¹⁷⁵ F. Ewald, citado por *Libération*, 17 de Março de 1993.

¹⁷⁶ *L'État de la France et de ses habitants*, Paris, La Découverte, 1987, p. 38.

de três vezes mais elevada do que a do sacrossanto crescimento» ¹⁷⁷, tendo as despesas de seguros com doenças passado de 356 mil milhões de francos, em 1988, para 473 mil milhões de francos em 1992 ¹⁷⁸.

Várias causas desta aceleração estão identificadas: o envelhecimento da população, a oferta médica mais técnica e especializada, que multiplica os actos farmacológicos e experimentais; a perspectiva do «bem-estar», enfim, com a sua irresistível ascensão das doenças vigiadas, esquadrihadas e comentadas. Daí a política de segurança social regularmente adaptada pelos governos recentes: «Diminuir a taxa de reembolso e aumentar as quotizações para compensar a explosão do consumo de cuidados e manter o défice dentro dos limites suportáveis.» ¹⁷⁹ Daí, ainda, a tentativa de obter um acordo com os parceiros sociais acerca dos «dispositivos de previsão da evolução das despesas de saúde» e da vigilância instalada em 1992 para sancionar os praticantes que multipliquem «indevidamente os actos e as prescrições» ¹⁸⁰. O aumento das despesas permanece, no entanto, ameaçador e não compensado pela limitação regular das taxas de reembolso ¹⁸¹.

Estas obrigações de despesa revelam os actuais impasses do Estado providência. Elas causam um conflito de solidariedades e que é necessário avaliar as formas: a necessidade de uma opção entre as doenças a prevenir, por exemplo, importa pelos obstáculos financeiros. É a questão, que dissimula o cinismo, colocada pelo *Le Monde*: «Pensa que 100 milhões de francos é uma soma demasiado grande para a prevenção de uma leucemia?» E a resposta completamente prosaica de Claude Got: «Sim, porque a mesma soma utilizada de forma diferente pode evitar um maior número de mortes. Ela representa igualmente uma ajuda económica quotidiana durante um ano por várias centenas de idosos isolados. A época da saúde sem preço foi revolucionada. É preciso utilizar da melhor maneira os nossos meios.» ¹⁸² A escolha do investimento, a escolha das doenças ou dos danos a prevenir em detrimento de outros considerados por vezes mais graves, tornam exemplos de escola em epidemiologia: um modelo quantificado que pode levar um médico escolar a investir nos seus meios na prevenção dos acidentes de motociclos e menos nas doenças sexualmente transmissíveis ¹⁸³. É o próprio princípio de uma protecção geral, e o seu orçamento, que obriga a seleccionar e a opor as solidariedades, mesmo quando as doenças são mais numerosas e melhor conhecidas. Daí o privilégio reservado a algumas destas doenças e a negligência voluntária em relação a outras; a «solidariedade» face a certas dores e a «não solidariedade» face a outras. Paradoxo que explica hoje os limites do Estado providência.

Um outro conflito de solidariedades surge da baixa das taxas de reembolso: elas penalizam os mais desfavorecidos, os que menos podem investir nas des-

¹⁷⁷ J. M. Normand, *Les Mains dans le cambouis pour réparer la Sécu*, Paris, Régine Desforges, 1992, p. 16.

¹⁷⁸ *Le Monde*, 16 de Outubro de 1992.

¹⁷⁹ M. Lépinay, *SECU, faillite sur ordonnance*, Paris, Calmann-Lévy, 1991, p. 233.

¹⁸⁰ *Le Monde*, 16 de Outubro de 1992.

¹⁸¹ Ver nota 40.

¹⁸² C. Got, entrevista, *Le Monde*, 17 de Junho de 1992.

¹⁸³ W. Dab, «Épidémiologie», *Santé publique*, op. cit., p. 30.

pesas de saúde. A disparidade aumenta, neste caso, mecanicamente, «incompatível com uma verdadeira solidariedade nacional»¹⁸⁴: as dificuldades dos mais pobres limitam as suas consultas em gabinete médico; o que provoca o recurso apenas aos cuidados pesados e dispendiosos do hospital, mas que é definitivamente contrário às economias colectivas. Duas medicinas, duas práticas de saúde são deste modo repartidas pelas fronteiras sociais: «Quanto maior for a formação e a posição na hierarquia profissional, quanto mais elevados são os rendimentos, mais cuidados são ministrados em consultório, e menos custa ao hospital.»¹⁸⁵ Inversamente, o encerramento «dos pobres no *ghetto* hospitalar» contribui para «arruinar as receitas públicas».¹⁸⁶ Daí as propostas cada vez mais numerosas de revolucionar as práticas preventivas até transformar o carácter das consultas médicas; baixar o seu custo e privilegiar um papel de aconselhamento senão de educação do paciente, visar as populações até aqui pouco interessadas: «Um médico que passe receitas ou baixas custa 4 ou 5 vezes mais à sociedade do que um médico que não as prescreva», insiste Lazar, projectando uma «renovação da medicina laboral»¹⁸⁷. O projecto conduziria a uma mutação dos estudos médicos, da imagem do médico como à do papel dado ao trabalho social. Ele obrigaria a orientar as solidariedades para um novo papel preventivo do médico. Um projecto tão brutal que permanece ainda prospectivo.

Como se compreende, depois da solidariedade do século XIX, atenta ao investimento nos lugares da infecção, depois da solidariedade da Segurança Social, atenta à repartição das despesas, uma nova solidariedade parece surgir, que aguarda uma prevenção suportada colectivamente. Mas poderia esta «prevenção solidária», só por si, criar obstáculos às despesas tornadas hoje insolúveis pelo fervor do «bem-estar»?

¹⁸⁴ I. Chapellière, *Où va la protection sociale?*, Paris, Syros Alternative, 1989, p. 126.

¹⁸⁵ *Ibidem* p. 73.

¹⁸⁶ S. Nora, «Sécurité sociale: de l'impasse à la réforme?», *Le Débat*, Setembro de 1983, p. 144.

¹⁸⁷ «Le rapport de P. Lazar», *Le Monde*, 16 de Novembro de 1990. Ver ainda a constatação de Alexandre Vatimbella: «Actualmente, apesar das declarações fracassadas, os poderes públicos consagram menos de 3% do total das despesas de saúde em favor da medicina preditiva e de prevenção» (*Santé et Économie*, Paris, Syros, col. «Alternative économique», 1993, p. 122).

CAPÍTULO II

PROCESSOS, REFORMAS, RESPONSABILIDADES

AS INTERROGAÇÕES DE HOJE ¹

Algumas das dinâmicas evocadas na última parte deste texto foram acentuadas: uma sucessão de processos, entre os quais o do sangue contaminado, confirmou a aparição de novas atitudes face aos acidentes sanitários e à vontade sistemática de lhes apontar os responsáveis, fossem eles políticos ou administrativos; o reconhecimento pelos textos do «princípio de precaução» oficializou a necessidade de precisar e de avaliar os riscos em todas as medidas de saúde; as decisões sobre o financiamento público das despesas confirmaram os limites do Estado providência e o agudizar dos conflitos de solidariedade. Sem dúvida, mais do que antes, o discurso preventivo impôs-se². Algumas destas dinâmicas, em contrapartida, desenvolveram-se tanto nos últimos anos que suscitam novos comentários em relação aos que foram propostos na última parte deste texto: a lei empenha-se em gerir de outra forma as práticas de saúde, enquanto que a forma repetitiva de «catástrofes» colectivas quase fez aparecer fenómenos sanitários de um novo género. Uma fonte de conflito é reavivada a ponto de opor regularmente a opinião sobre os responsáveis, dos utentes aos que decidem. É impossível ignorar esta novidade «das doenças da nossa modernidade»³, tornando próximos os processos das vacas loucas, do amianto, do sangue ou da hormona de crescimento contaminados: danos colectivos com consequências mal avaliadas, por vezes indefinidas, com esta distância cada vez mais dolorosamente sentida entre os indivíduos e os iniciadores de opções sanitárias, esta vontade obstinada de lhes sacar as consequências das estratégias preventivas e educativas, enquanto a própria saúde não constitui ainda um campo totalmente unificado.

¹ Texto acrescentado para a presente edição de 1999.

² Ver M. Tubiana, «D'une médecine de soins à une médecine de santé», *Les Chemins d'Esculape, histoire de la pensée médicale*, Paris, Flammarion, 1995, cap. VIII.

³ J.-F. Girard, com a colaboração de J.-M. Eymeri, *Quand la santé devient publique*, Paris, Hachette, 1998, p. 203.

1. PROCESSOS NOVOS, MODELOS VELHOS

O simples processo do sangue contaminado, por exemplo, já não pode ser evocado em 1999 como o era em 1993 nos parágrafos precedentes. Cada vez mais mediático, tornou-se também mais simbólico tanto quanto mais contrastado. Os processos sucederam-se, as tomadas de consciência foram recompostas. Não que esteja tudo por reconsiderar. Pelo menos uma conclusão parece imutável: «A epidemia aterroriza como nunca que “ninguém até ao Verão de 1985” pôde com rapidez e com clareza «avaliar verdadeiramente a sua gravidade.»⁴ Mas aquilo que estava no centro das preocupações jurídicas no início dos anos 90, a contaminação dos hemofílicos, já não ocupa o mesmo lugar em 1999. A constatação progressiva dos efeitos das disfunções decorrentes da transfusão, a sua multiplicidade, o avivar das peritagens e dos debates, transformaram a visão retrospectiva dos factos, originando essas «reconstruções permanentes» apontadas por Jean-Baptiste Brunet⁵.

As zonas de sombra alargaram-se, tornaram-se retrospectivamente mais sombrias em 1999 do que eram em 1993. Aquilino Morelle, por exemplo, foi um dos primeiros a mostrar o quanto a falta inicial de vigilância no risco de contaminação sanguínea se prende com a não selecção dos doadores: mais precisamente, a não eliminação clínica dos grupos de risco nos doadores de sangue, medida que teria de se impor antes da existência de testes de despistagem em 1985. A não consideração de uma circular da Secretaria de Estado da Saúde, de 20 de Junho de 1983, dirigida aos centros de transfusão sanguínea e exigindo a eliminação dos doadores de risco das colheitas de sangue, teve consequências hoje quase contabilizáveis: «Deste modo, no Reino Unido, contam-se apenas com 91 transfusões contaminadas pelo HIV a 31 de Março de 1995, ou seja 16,5 vezes do que o nosso país, que registava 1498 casos na mesma data. Ora, no outro lado da Mancha, a selecção clínica dos doadores foi sempre feita com cuidado.»⁶ A falha, dito de outro modo, não é apenas a do uso para os hemofílicos de 1985 de lotes contaminados, por não serem aquecidos, ela é também a falta de precaução no recurso aos próprios doadores, antes da existência dos testes de despiste e quando o risco foi apontado. O que aumentou o número de vítimas e o campo das responsabilidades. Apareceram ainda outras falhas: a falta de arrolamento dos lotes contaminados, uma vez generalizado o processo de aquecimento dos produtos anti-hemofílicos, por exemplo, o não arrolamento das transfusões, quando um relatório de 30 de Maio de 1985 preconizava que se «informasse os receptores de produtos sanguíneos»⁷ para melhor avaliar a sua eventual contaminação e prevenir a sua eventual contagiosidade.

⁴ Ver p. 247 e a nota 48.

⁵ *Le Procès du sang contaminé*, Le Monde, edição especial, Março de 1999, p. 8. Jean Baptiste Brunet, epidemiologista, responsável pela sida na Direcção da Saúde em 1985.

⁶ A. Morelle, *La Défaite de la santé publique*, Paris, Flammarion, 1996, p. 118. Ver também M. Setbon, *Pouvoir contre sida*, op. cit. que é o primeiro a evocar estas consequências, numa obra de 1993.

⁷ Ver «Les cinq grands dossiers de l'affaire», *Le Monde*, *Le procès op. cit.*, p. 15. Estes cinco casos, recordamos, incidem sobre: 1) a selecção entre os dadores de sangue, 2) o despiste das dádivas de sangue, 3) o aquecimento dos produtos anti-hemofílicos, 4) a revisão dos stocks [não activados ou não testados] depois da publicação dos decretos de Julho de 1985, 5) a revisão das transfusões.

Incumprimento das regras deontológicas por ausência de precaução no acto realizado, estes comportamentos testemunham «de maneira gravosa uma cegueira colectiva dos profissionais de saúde»⁸. Confirmam também a onipotência de uma lógica administrativa onde a confiança confusa nos dispositivos técnicos ou institucionais consegue alterar os mais clássicos cuidados de vigilância, originando «este bailado trágico em que os protagonistas são os pacientes, os médicos, os administradores, os jornalistas, os juizes e os dirigentes políticos»⁹.

O retorno a estas zonas de sombra é, contudo, tanto mais indispensável quanto revela até que ponto estas disfunções não são, *a priori*, unívocos. Foi, por exemplo, uma vontade «generosa» que, em França, no caso da não selecção dos doadores, levou à tragédia: a recusa em não discriminar para evitar estigmatizar os grupos de risco em particular. O sentimento claramente expresso por Willy Rozembaum em 1984: «Com a possibilidade de contágio da sida pelo sangue, roçámos a catástrofe. Os centros de transfusão sanguínea, com efeito, estabeleceram em Maio de 1983 formulários com o objectivo de afastar da doação de sangue as populações de risco, medida precoce e indelicada... (Ela) tende a introduzir a velha ideia racista do contágio dos homossexuais».¹⁰ Mais vastamente, é inteiramente a tradição da doação de sangue, em França, que reforçou a dificuldade em suspeitar do doador: a velha imagem virtuosa deste último, a imagem do seu acto anónimo e gratuito, anulando parcialmente a desconfiança, tornam o seu gesto alheio a qualquer ideia de impureza.

Mas regressar às zonas de sombra é ainda dimensioná-las no saber do início dos anos 80, lá mesmo onde a nossa visão retrospectiva não cessa de as interrogar, lá mesmo onde a nossa condenação precoce se poderia tornar cega. É preciso repetir então o quanto a epidemia horrorizou¹¹, longe da indiferença da qual muitos crêem que ela tenha sido objecto. É preciso dizer, sobretudo, o quanto os saberes sobre ela puderam permanecer enganosos e com lacunas. Situação exemplar precisamente onde a doença necessitava, para ser compreendida, de uma conversão de mentalidades. O que Jean Bernard evoca hoje ao datar esta lenta e difícil demolição: «Entre 1984 e 1986 passou-se progressivamente da noção de seropositividade que significa protecção e defesa à noção que significa que o portador do vírus não tem nenhuma protecção. É, repito, uma noção nova em medicina que põe em causa as concepções pasteurianas, uma vez que até ao aparecimento dessa doença a presença de anticorpos significava que se estava protegido»¹². A velha referência das doenças infecciosas desempenhou, efectivamente, um papel de obstáculo na compreensão da novidade. Daí essa lição muito importante nas primeiras divagações na defesa contra a sida: o peso dos modelos tradicionalmente eficazes, a dificuldade em revolucionar os enquadramentos clássicos de referência, a aposta das ignorâncias e falsos saberes durante muito tempo misturados às faltas indiscutidas.

⁸ J.-F. Girard, op. cit., p. 132.

⁹ B. Kriegel, *Le Sang, la Justice, la Politique*, Paris, Plon, 1999, p. 11.

¹⁰ W. Rozembaum et al., *Sida, réalités et fantasmes*, Paris, POL, 1984, pp. 126 e 127.

¹¹ Ver nesta obra «O cenário do mais importante flagelo», p. 288.

¹² J. Bernard, Audição perante a Comissão de Inquérito da Assembleia Nacional de 2 de Dezembro de 1992.

Mecanismos idênticos repetiram-se com a «doença das vacas loucas» e a sua equivalente clínica no homem, a doença de Creutzfeldt-Jakob: a duradoura crença, por exemplo, de uma impossível transmissão ao homem, esta convicção de uma identidade entre a encefalopatia espongiforme bovina e a *scrapie*, anomalia do sistema neurovegetativo dos carneiros, cuja existência, desde há duzentos anos, permanecia sem danos para as populações humanas. Foi necessário, em 1996, dez anos após a descoberta da epidemia animal e de uma longa série de casos perturbadores, como o dos dois agricultores britânicos que tinham passado a sua vida numa exploração de laticínios e que faleceram em 1993 com a doença de Creutzfeldt-Jakob, em particular, para que o ministro britânico da Saúde aponte pela primeira vez uma possível ligação entre a doença das vacas loucas e a de Creutzfeldt-Jakob¹³. Ao que se acrescentam as faltas e as negligências em série: uma detecção deficiente, por exemplo, em que apenas 60% das vacas doentes em 1992 e 40% em 1993 e 1994¹⁴ foram identificadas; uma recriminável frouxidão internacional também, quando as farinhas animais infectadas, suspeitas de estarem na origem da doença, puderam ser exportadas pelos britânicos ao mesmo tempo que eram proibidas na Grã-Bretanha¹⁵.

Mas a originalidade destes casos não se prende nem com a simples oposição entre o efeito real e o efeito suposto, durante muito tempo, de novos agentes patogénicos, nem com as meras falhas e negligências que esses efeitos permitiram revelar. A sua originalidade prende-se ainda com o seu modo de atingir o colectivo e às reacções sociais em cadeia que permitiram desencadear¹⁶. Uma dupla característica em particular especifica o seu desenvolvimento, da qual a mais notória é esta conexão com as novas obrigações dos sujeitos decisivos e das técnicas. Os indivíduos estão, neste caso, numa posição fortemente assimétrica em relação aos que decidem: disparidade cada vez mais aceite hoje, cada vez menos compreendida também, que origina numa comunidade este obscuro sentimento de constituir uma sociedade de vítimas. Não que esta assimetria seja inédita; ela tornou-se apenas mais opaca senão mais notória pela omnipresença do universo tecnológico, pelos seus riscos, pela sua complexidade, mais insuportável também pelas exigências individualistas ou pelo credo de uma opinião cada vez mais informada. É impossível ignorar esta certeza crescente que faria de cada um vítima das decisões tomadas pelos outros, esta contradição entre o aumento das autonomias e a manutenção das dependências impostas pelo emprego das redes técnicas e industriais. Daí esta explosão de queixas e de processos, esta constante vontade da revisão dos factos.

A segunda destas características prende-se com o desfasamento temporal entre a decisão e o drama causado: cancro desenvolvidos em murmúrio, germes lentamente incubados, desordens físicas durante muito tempo mal percebidas e, no entanto, irremediáveis. Daí estes aumentos dos efeitos pós-factual, a revolta cada vez mais exacerbada das vítimas ao descobrirem as negligências e os erros nas suas consequências distanciadas e a *posteriori*. Daí ainda esta re-

¹³ «Chronique d'une négligence d'État», *Le Monde*, 6 de Abril de 1996.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ Ver J.-F. Girard, *op. cit.*, p. 170.

¹⁶ Ver, entre outros, D. Fassin, *L'Espace politique de la santé. Essai de généalogie*, Paris, PUF, 1996, em particular «L'expansion de la santé publique», p. 256.

corrência interminável ao acontecimento desencadeador, estes inquéritos sempre recomeçados sobre as causas e os seus efeitos.

2. DAS «CATÁSTROFES» SANITÁRIAS AO IMBRÓGLIO JUDICIÁRIO

O caso do sangue contaminado ilustra esta dupla originalidade até ao simbólico. A investigação em cadeia das responsabilidades foi interminável, conduzindo do processo dos dirigentes da transfusão sanguínea ao processo dos ministros. O aprofundamento da inculpação foi contínuo, conduzindo, a despeito da autoridade da coisa julgada, da «fraude das qualidades substanciais de um produto» à de envenenamento ou de cumplicidade de envenenamento¹⁷. Os factos foram requalificados e os inculpadados multiplicaram-se¹⁸. A acusação cresceu com a tomada de consciência das zonas de sombra. Nada de chocante à evidência no empenhamento de perseguições sucessivas; nada de chocante na obrigação feita às autoridades administrativas e políticas de explicarem as suas decisões sanitárias. O resultado, sem dúvida nenhuma, foi ter-se dado crédito à acusação. Em contrapartida, demasiadas paixões foram conduzidas no processo, e também se combinaram demasiados géneros jurídicos para melhor responder às vítimas até aí negligenciadas.

O envio para tribunal de juízes, a 20 de Maio de 1999, de alguns responsáveis de transfusão sanguínea sob a acusação de crime de envenenamento ou de cumplicidade de envenenamento, é perturbador. Ele decorre, em parte, da coisa julgada¹⁹, o que não devia ser evidente em direito. Por outro lado, opõe-se à declaração do Tribunal de Recurso a 2 de Julho de 1998: «O simples conhecimento do poder mortal da substância administrada não é suficiente para caracterizar a intenção homicida.»²⁰ Subsistem as discordâncias dos juristas quanto ao próprio objecto de inculpação, particularmente quanto à maneira de qualificar a intencionalidade; e mantêm-se também no que respeita à interpretação dos factos: em primeiro lugar a intencionalidade onde, no caso do escoamento de lotes contaminados, a falta corresponde para uns a um homicídio por imprudência, enquanto para outros corresponde a uma decisão deliberada de matar²¹; em seguida a interpretação dos factos em que no caso do atraso ocorrido com os testes de despiste de sangue, a contaminação consequente corresponde, para uns, à inevitável necessidade de garantir a validade destes testes, enquanto que para outros, corresponde à vontade deliberada de proteger o teste francês até à altura em concorrência com o teste americano e mais tardiamente terminado do

¹⁷ «Un arrêt de la Cour de cassation modifie le cours de l'affaire du sang contaminé», *Le Monde*, 4 de Julho de 1998.

¹⁸ Ver O. Beaud, *Le Sang contaminé*, Paris, PUF, 1999, entre outros, o cap. «Du drame au procès des ministres».

¹⁹ Ver os julgamentos de 1992 e 1993 citados nesta obra, p. 246.

²⁰ *Bull. de la cour de cassation*, 2 de Julho de 1998.

²¹ «O facto de aceitar à partida estas mortes inelutáveis em função do grande de compradores destes produtos caracteriza a intenção homicida», afirma o juiz M.-O. Bertella-Geffroy na sua ordenação de reenvio de 20 de Maio de 1999, *Le Monde*, 22 de Maio de 1999.

que este ²². Confrontam-se, como nunca, neste ponto, «procuradores» e «advogados» ²³, confirmando a complexidade dos factos. Mas também se impõe, como nunca um «empolgação» judicial em que a procura de agravação e de culpabilização a todo o custo se pretendeu mais à altura do número de mortos do que à altura de uma fria avaliação dos factos. Uma espiral sem fim parece ter trazido uma vontade de encontrar, custasse o que custasse, uma intenção homicida, quando o caso do sangue permanece, em aparência, estranho à intencionalidade de matar ²⁴. A incapacidade do direito administrativo em qualificar neste caso a culpa e os culpados está, sem dúvida, na origem deste interminável processo penal. Mas a abordagem sempre recomeçada e sempre rectificadora do processo não teria sido possível sem o duradouro sentimento das vítimas de não terem sido ouvidas. Ele não teria sido sobretudo possível sem esta nova atitude colectiva em recusar cada vez menos a fatalidade e em procurar cada vez mais a responsabilidade, ainda que fosse a custo de algum acomodamento com a verdade. É, efectivamente, «neste contexto onde a lógica da vitimização pode romper todas as barreiras dos princípios do direito democrático» que se torna necessário compreender «o activismo judiciário» ²⁵ do qual estes casos sanitários são hoje objecto.

A imagem dada pelo processo dos ministros deixou entender uma deriva idêntica na procura de culpados a todo o preço, tentativa algo exasperada de derrubar a assimetria na qual as vítimas se encontraram ²⁶. Não faltaram as confusões nesta vontade de ir às fontes aparentemente últimas das decisões, revelando o quanto estes dramas sanitários não têm ainda resposta jurídica adequada. Dois tipos de julgamento, em particular, foram amalgamados: o que incide sobre a responsabilidade penal e o que incide sobre a responsabilidade política e administrativa. O primeiro concerne a «culpa cometida individualmente e previamente codificada pelo direito penal» ²⁷, o segundo concerne a culpa cometida num dispositivo de dependências complexas, feitas de solidariedades e de decisões colectivas. Todas estas diferenças foram apontadas de uma forma clara por Robert Badinter num comentário ao processo: «A incriminação pertence ao direito comum, mas os factos reprovados procedem dos actos do governo.» ²⁸ A via penal satisfaz seguramente as vítimas com a sua vertente espectacular, mas em compensação não lhe faltam riscos nem anomalias, podendo, muito simplesmente, levar «o juiz a substituir-se ao eleitor para apreciar o exercício do poder normativo» ²⁹. Falta ainda encontrar um procedimento que permita julgar mais serenamente estas duas responsabilidades.

²² «Acção de lobbying em desprezo dos interesses da saúde pública», diz ainda a mesma ordenação, *idem*.

²³ Ver O. Beaud, *op. cit.*, p. 66.

²⁴ Ver P. Mazeaud, «Le sens des mots», *Le Monde*, 8 de Outubro de 1993.

²⁵ I. Théry, «Sida: l'emballage», *Esprit*, Agosto-Setembro de 1995, p. 218.

²⁶ «O caso do sangue contaminado tornava-se o terreno ideal para a eclosão de um movimento de diabolização», A. Morelle, *op. cit.*, p. 167.

²⁷ B. Kriegel, *op. cit.*, p. 112.

²⁸ R. Badinter, *Les Ministres d'avant la justice*, Association française pour l'histoire de la justice, Paris, Actes Sud, 1997, Préface, p. 15.

²⁹ Procurador-Geral Burgelin, *Réquisitoire*, Tribunal de Justiça da República, 11 de Março de 1997, p. 79.

Evidentemente que não se trata de afastar as responsabilidades individuais: negligências ou imperativos personalizados em decisões todavia colectivas. Mas estas culpas parecem ser sancionadas com demasiada dureza pela justiça penal, em compensação ignoradas com demasiada facilidade pela arbitragem administrativa. Como sancionar claramente o que depende de uma falha pessoal na condução de uma política sanitária concertada? O objectivo seria, efectivamente, o de «atingir a pessoa e a sua capacidade de causar dano ligado ao seu título de intervenção no espaço público» ³⁰. Estaria por inventar uma «responsabilidade cívica» ³¹, como propõe Antoine Garapon, responsabilidade pública efectivamente particular da qual os casos de sangue revelam toda a importância, responsabilidade pública cujo peso se reconhece por vezes desastroso aquando de decisões tecnológicas de efeitos incontrollados.

Estes casos, no entanto, desencadeiam um estímulo de uma democracia tecnológica. São instaladas ou reforçadas instituições encarregues de o prevenir: Agência Francesa de Sangue ³², Estabelecimento Francês dos Implantes ³³, Alto Comité da Saúde Pública ³⁴, Agência do medicamento ³⁵, Rede nacional de Saúde Pública ³⁶, etc. Uma incriminação pela colocação em perigo de outrem foi criada pelo código penal de 1996, permitindo estigmatizar melhor os delitos de imprudência. Uma lei «relativa ao reforço da vigília sanitária dos produtos destinados ao homem» foi promulgada em 1998 ³⁷, exclusivamente orientada para o risco epidemiológico. Os limites, em compensação, permanecem. Falta encontrar uma convergência, em particular, entre o conhecimento de novos riscos, a informação a seu respeito e a sua aceitabilidade colectiva. A recusa que os industriais da agro-alimentação actualmente opõem ao desenvolvimento dos seus testes sobre os organismos geneticamente modificados (OGM) lembra o longo caminho a percorrer na via de uma total claridade ³⁸.

3. AS DESPESAS DE SAÚDE, REFORMA IMPOSSÍVEL?

As reformas empenhadas nas despesas de saúde desde 1996 conduziram igualmente à renovação em 1999 das constatações sugeridas em 1993 nos parágrafos precedentes. A lei de 22 de Fevereiro de 1996 criou uma ruptura, fazendo do Parlamento o árbitro das despesas, reportando o seu montante ao mero crescimento da riqueza nacional, ao instaurar um contrato público «no termo do qual o período de aumento incontrollado das despesas de saúde seria encerrado» ³⁹.

³⁰ A. Garapon, «Pour une responsabilité civique», *Esprit*, Março-Abril de 1999, p. 245.

³¹ *Idem*.

³² Ver *Code de la santé publique*, Paris, Dalloz, 1997, p. 446.

³³ Ver *ibidem*, p. 461.

³⁴ Ver *ibidem*, p. 1121.

³⁵ Ver *ibidem*, p. 329.

³⁶ Ver «Sang contaminé et responsabilité politique», *Le Monde*, 28 de Julho de 1998.

³⁷ Lei n.º 98-535, *Journal officiel*, 2 de Julho de 1998.

³⁸ «Après la vache folle les légume mutants?», *Courrier International*, n.º 439, Abril de 1999.

³⁹ F. Stasse, «Comment maîtriser les dépenses de santé?», *Etat providence, arguments pour une réforme*, ouv. col., Paris, Gallimard, col. «Le Débat», 1996, p. 281.

Dispositivo completamente novo, ele detém as despesas por um voto que age directamente sobre a oferta, constringendo os cuidados hospitalares, os honorários médicos e as prescrições medicamentosas. O procedimento é tanto mais marcante quanto os dispositivos precedentes agiram sobre a procura, limitando as taxas de reembolso, aprofundando deste modo a desigualdade perante os cuidados sem nunca conseguir estrangular o crescimento das despesas. Sem dúvida nenhuma, as garantias de fiscalização multiplicaram-se, inteiramente centradas numa limitação de oferta: recomendações de boas práticas, referências médicas oponíveis, formação médica contínua, substituição dos cartões de segurança social por cartões com circuito integrado onde podem ser seguidos a totalidade dos actos médicos, panóplia de medicamentos «genéricos» equivalentes e menos dispendiosos, desenvolvimento de avaliação e do crédito de saúde, etc.⁴⁰

Reforma profunda e, no entanto, os seus efeitos não estão à altura dos resultados previstos. As despesas, durante algum tempo contidas, já não o são, na verdade, hoje: as despesas urbanas, por exemplo, ultrapassaram os 9 mil milhões em 1998, o objectivo que lhes estava fixado, apesar das medidas urgentes tomadas pelo governo⁴¹; a totalidade dos índices confirma em 1999 a existência de um «défice importante» em lugar «do espaço de equilíbrio prometido»⁴². É forçoso constatar a não aplicação de vários dispositivos contido previstos: o uso do boletim de saúde, por exemplo, ou a mudança profunda do acto de prescrever e do recurso ao medicamento⁴³, todos eles opostos com demasiado peso, sem dúvida, à actual cultura sanitária. É, sobretudo, forçoso constatar a ausência, no conjunto legislativo de 1996, aquilo que poderia conter mais eficazmente a procura: não só o limite imposto à oferta, mas a sua reestruturação; a reconversão dos médicos, por exemplo, sobretudo o dos especialistas que se tornaram demasiado numerosos, se, como pretende a lei, as novas redes de cuidado fazem do generalista um ponto obrigatório de passagem, uma garantia de controlo e de aconselhamento; e também a renovação qualitativa das medidas sanitárias, afim de tornar mais credível o constrangimento exercido sobre a oferta, acentuando a sua qualidade. Foi o que Gilles Johanet revelou com o máximo de clareza: «Nesta situação de fiscalização imposta, que é obrigatoriamente revolucionária, é indispensável um discurso não apenas económico mas humano, ético, numa palavra, político, sobre a fiscalização. Este discurso não existe.»⁴⁴

Ao que se acrescenta a inevitável necessidade de transformar a procura, agindo sobre a sua própria estrutura, princípio de responsabilização dos utentes por exemplo, do qual vários exemplos confirmam um efeito preventivo muito previsível: «Na Alemanha, a comparticipação de uma coroa dentária é de 40%, mas se o paciente seguiu, durante os dois anos precedentes, os cuidados de con-

servação, ele é de 75%.»⁴⁵ Uma forma de ajustar a procura, favorecendo a prevenção.

É, aliás, a este reforço obrigatório de prevenção que conduzem a maior parte das comparações internacionais: «O sistema francês é caro, eficaz para a medicina curativa e moroso, e ainda frequentemente falível, no caso da prevenção. Estas conclusões militam por novas formas de remuneração específica, incitando ao desenvolvimento simultaneamente de oferta e a procura de prevenção (subsídio no generalista ou no dentista, capitação, prémios nos resultados...)»⁴⁶. É também uma acção muito particular na cultura sanitária que deveria conduzir a necessidade inteiramente pedagógica de «revelar a amplitude das despesas inúteis, os desperdícios realizados pretensamente em nome do bem-estar»⁴⁷, favorecer as tomadas de consciência, habituar às «precauções», cortar mais eficientemente a maior parte das despesas supérfluas.

4. UMA CULTURA COM A DOENÇA DA DESUNIÃO

Reorientar os pólos desta cultura sanitária seria, sem dúvida nenhuma, a melhor forma de assegurar a economia e a racionalidade. As possibilidades, neste caso, mostram-se o mais abertas possível uma vez consideradas as despesas actualmente aprovadas: 10 francos por ano e por habitante na educação para a saúde, em França, 250 francos na medicina preventiva, 11 000 francos nos cuidados de saúde⁴⁸. As margens de um desenvolvimento de um ensino de saúde parecem evidentes, como parecem as novas definições do seu conteúdo: «A "saúde" manifestada liga-se à qualidade de vida.»⁴⁹ Nunca as apostas na educação para a saúde pareceram tão alargadas, nunca a conta de definir a saúde «como um todo»⁵⁰ foi tão marcada. Os projectos sanitários avançam até ao «modo de vida», até ao *healthy-style*⁵¹, aos grupos coordenados de métodos, de hábitos e de saberes. Os indicadores vão dos critérios individuais mais íntimos aos critérios ambientais mais englobantes. Tudo sugere o quanto esta «aproximação global das atitudes e dos comportamentos de saúde»⁵² deveria impor um campo de práticas e de referências largamente unificadas.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁶ B. Majnoni d'Intignano, «La performance qualitative du système de santé français», Relatório de M. Mougeot, *Régulation du système de santé*, Paris, La Documentation française, 1999, p. 112.

⁴⁷ F. Stasse, «Assurance maladie: l'état d'urgence», *État providence, arguments...*, op. cit., p. 363.

⁴⁸ Ver J.F. Girard, op. cit., p. 224.

⁴⁹ B. Roussille, «Introduction», *Éducation pour la santé pour mieux vivre. Baromètre santé adultes, 95-96*, sob a direcção de F. Baudier e J. Arènes, Vanves, éd. CFES, 1997, p. 9.

⁵⁰ B. Kouchner, «La santé est un tout», Prefácio, *La Santé en France, 1994-1998*, Paris, La Documentation française, 1998, p. 4.

⁵¹ F. Stevens et al., «Health life-styles, health concern and social position in Germany and The Netherlands», *European Journal of Public Health*, 1995, n.º 5, p. 28.

⁵² J. Arènes, P. Guibert, M.-P. Janvrin, «Approche globale des attitudes et comportements de santé», *Éducation pour la santé pour mieux vivre*, op. cit., p. 32.

⁴⁰ J.-F. Girard, op. cit., p. 223.

⁴¹ Ver «Réformer enfin l'assurance-maladie», *Le Monde des Débats*, Maio de 1999.

⁴² *Les Échos*, 14 e 15 de Maio de 1999.

⁴³ Ver, entre outros, J.N. Kapferer, «Comportements du consommateur-médecin», *La Revue française de marketing*, 1998, n.º 165.

⁴⁴ G. Johanet, «Sécurité sociale: une réforme sous condition», *Esprit*, Fevereiro de 1997, p. 18.

Permanece uma dificuldade, no entanto, na difusão da cultura sanitária e da educação para a saúde. Esta dificuldade, na verdade inteiramente conceptual e frequentemente dissimulada, baseia na identidade concreta do tema, na sua unidade interna, na sua homogeneidade tangível para lá das primeiras aparências e dos discursos convenientes. Como tornar convergentes objectos tão diferentes como os do tabagismo, do consumo alimentar e da violência? Como unificar actos que tudo concorreria para separar? O risco sanitário nem sempre vai para além da imagem do esmiuçamento. Tanto mais que, a expectativa cultural do «bem-estar» é ela própria múltipla, unindo as suas exigências às das formas de consumo, à sua dispersão, aos seus exclusivos individualistas, à sua propensão para o «cada vez mais». E como enumerar ainda as práticas «sãs» sem abordar os preceitos simplistas ou *naïfs*? Alguns capítulos de uma nova cultura sanitária desenham-se, em contrapartida, na evidenciação de comportamentos dos riscos ⁵³, ou na evidenciação de atitudes de civismo e de cidadania ⁵⁴. Poderiam ser sugeridas algumas categorias de medidas concretas, correlacionando diversos comportamentos de saúde ⁵⁵. Mas falta ainda um programa que faça da saúde pública um saber totalizado, reflectido, que se possa difundir, quando as velhas coordenadas da higiene escolar já não têm validade, uma vez que são limitadas pelas simples referências microbianas ou pelos meros gestos de interdição.

Os temas de acção recenseados ao longo de um ano nos estabelecimentos escolares de um distrito francês ilustram esta dificuldade, justapondo os comportamentos mais diversos e os objectos mais variados: «A saúde em geral», «corpo, puberdade e adolescência, vida amorosa, gravidez e contracepção», «alimentação», «os ritmos da criança», «os maus tratos e os direitos da criança», «prevenção oral», «o cancro», «as vacinas», «a asma e as alergias», «a hepatite B», «desporto, actividade cardíaca e músculos», «os gestos de urgência», «a luta contra os piolhos» ⁵⁶. Ilustração idêntica com os capítulos de uma investigação recente, conjuntamente em onze países, sobre a educação para a saúde: «Consumo de tabaco e de outras drogas, exercício e actividades de lazer, nutrição, regime alimentar e cuidados dentários, problemas físicos dos medicamentos, integração social.» ⁵⁷ Daí o consenso difuso em fazer deste novo espaço uma nebulosa um pouco híbrida e indeterminada: um conjunto de referências massivas no curso universitário de saúde pública, sem dúvida, mas dificilmente unificadas num ensino escolar onde permanecem sobejamente marginais e pouco desenvolvidas ⁵⁸. A cultura sanitária, tornada cada vez mais central num mundo

⁵³ Ver sobre o tema os comportamentos de risco dos jovens e dos adolescentes em particular, Haut Comité de la santé publique, *Santé des enfants, santé des jeunes*, Paris, HCSP, 1997.

⁵⁴ Ver «De la nécessité d'une démarche éthique», D. Castiel, *Economie et Santé, quel avenir?*, Paris, éd. Management, 1999, p. 92.

⁵⁵ Ver «Étude globale des interrelations entre les comportements et les attitudes de santé», J. Arènes, P. Guibert, M.-P. Janvrin, «Approche globale...», *op. cit.*, p. 51.

⁵⁶ Serviço de promoção da saúde em apoio aos alunos do Val-de-Marne, Créteil, *Rapport annuel, année 1993-1994*, Créteil, 1994, p. 67-68.

⁵⁷ *Nos jeunes et leur santé, opinions, comportements des 11, 13 et 15 ans au Canada et dans 10 autres pays*, Ministério da Saúde e do Bem Estar Social, Ottawa, 1992.

⁵⁸ Ver G. Vigarello, «L'éducation pour la santé, une nouvelle attente scolaire», *Esprit*, Fevereiro de 1997.

desencantado, está ainda pouco presente nas medidas claramente educativas; largamente explorada nas revistas de grande difusão ⁵⁹, ela ainda é pouco explorada nas pedagogias elaboradas e concertadas.

Se o mito de uma «saúde perfeita» ⁶⁰ invade os imaginários, a sua extensão, em contrapartida, a sua diversidade, a sua infinidade mesmo, fazem dele uma totalidade necessariamente pouco ou mal dominada.

⁵⁹ Ver p. 301-302.

⁶⁰ L. Sfez, *La Santé parfaite*, Paris, Seuil, 1995.

CONCLUSÃO

O gesto defensivo muda ao longo do tempo como mudam as referências da eficácia orgânica. A história do saudável e do insano, como havíamos pressentido, encena a história das representações do corpo, misturando as suas coordenadas eruditas com as suas coordenadas do imaginário. A referência aos humores, por exemplo, dominou durante muito tempo a prática preventiva. Matérias que impregnam os órgãos, elas indicam as qualidades do corpo e sugerem os actos de manutenção. A purificação e a evacuação dominaram então as respostas de defesa, desde os gestos supersticiosos até aos gestos mais instruídos. É necessária a imagem de uma primeira resistência orgânica no século XVIII, a certeza de que o corpo possui uma potência própria, para reorganizar as esperanças de saúde. Esta imagem sugere o uso de forças interiores, o recurso a princípios reactivos até aí desconhecidos ou negligenciados. Ela autoriza a inoculação da varíola; ela legitima o recurso ao frio, transforma o tema do exercício, relança o prestígio de uma rusticidade alimentar concedendo uma confiança obscura a invisíveis energias corporais. Tudo muda ainda com a referência mais erudita às calorias durante o século XIX. As primeiras imagens de energia e de rentabilidade orgânica canalizam o olhar para a potência «combustível», deslocando o valor do alimento, agitando a importância dada à respiração. Enquanto que as imagens centradas hoje no controlo nervoso e na sensibilidade interna dão um novo lugar ao trabalho de consciência, acentuando a aposta da sensibilidade corporal e da escuta de si mesmo, aguçando sempre mais a vertente psicológica da saúde. Esta sucessão de representações mostra, aliás, a progressiva ascendência de autonomia corporal, a lentíssima independência em relação aos movimentos cósmicos, o recurso a energias inteiramente individuais, até ao gesto completamente actual de recorrer ao capital genético para individualizar a saúde.

Os dispositivos colectivos desempenham também um papel determinante nas acções de manutenção corporal, como tínhamos esboçado no início deste trabalho. Eles definem limiares de eficácia, o do trabalho, o das forças populacionais. Eles orquestram gradualmente as defesas epidémicas ou designam as ameaças que pairam sobre todos. A história da manutenção do corpo revela então os momentos importantes destas estratégias colectivas, salientando as suas

ligações com as mudanças do poder público: as cidades antigas, por exemplo, acentuam as suas vigilâncias sobre os itinerários da doença epidémica, focadas no isolamento dos doentes, o levantamento dos lugares que cheiravam muito mal, sem nunca os corrigir verdadeiramente; o Estado «higiénico» do final do século XVIII e do início do século XIX que reivindica uma atenção nova sobre as quantidades de populações, que nas reorganizações dos espaços, na deslocação dos cemitérios, no transporte de água, na circulação de ar, que elaboram caoticamente uma rede administrativa encarregada da saúde, para impor finalidades sanitárias a cidadãos que se queriam «vigorosos»: o Estado «solidário» do final do século XIX que joga com a metáfora microbiana para lembrar como uma fórmula de encantamento repetido que a saúde de cada um deve garantir a de todos, inventando as fórmulas quase contemporâneas de seguro de doença e de segurança social e que propõe o investimento de cada um numa autovigilância com valor colectivo.

A história mostra, neste caso, já não o deslocar da individualização, mas o da responsabilização comunitária. Investimento durante muito tempo balbuciante, limitado às medidas de regulamentação dos tempos de epidemia, antes de se tornar mais regular, sustido por uma administração, aquela que se revela minuciosamente no século XVIII com os primeiros inquéritos sanitários nacionais. Investimentos também, durante muito tempo autoritário, que projecta a assistência como uma disciplina indiscutida antes de instaurar solidariedades mais contratuais das quais os seguros do final do século XIX são os primeiros exemplos.

Mas, para além das influências exercidas pelo imaginário corporal ou das que são exercidas pelos dispositivos colectivos, esta história da manutenção do corpo faz existir um objecto cuja importância cresceu no decurso da nossa investigação: o da fronteira entre o são e o insano. Uma fronteira suficientemente móvel e suficientemente esclarecedora para se tornar um tema central do percurso histórico. Os limiares daquilo que é fisicamente tolerado, o aparecimento do doentio ou do perigoso, deslocam-se com a civilização. Os pomos de âmbar usados no século XVII para tornar mais são o ar respirado tornam-se ridículos no século XVIII; o perigo que se impõe apesar do perfume e o saudável que já não se limita ao bom odor. O território do mórbido, a avaliação do risco, a avaliação da segurança e os seus respectivos limites transformaram-se. A consciência do corpo transforma-se tanto quanto se aprofunda. Ela pode inflectir para sinais doentios, sensações durante muito tempo negligenciadas ou mesmo não provadas. A tísica, sempre descrita no século XVII no seu estado avançado, com emagrecimento agudo, opressões intensas, «escarros purulentos», é muito mais descrita, no século XVIII, nos seus sucessivos estados; as primeiras fases tornam-se tanto mais anunciadoras quanto anódinas, incómodos imperceptíveis, tosses ligeiras e espaçadas, fadigas discretas ou negligenciadas. A estratégia preventiva acha de vez novos objectos de investimento. No século XVIII, ela liga-se aos sinais precoces das tísicas ao ponto de considerar as morfologias predisponentes. Um universo de precauções ganha consistência, ainda que estas fossem objectivamente ineficazes. Os indicadores da doença conquistam-se ao que até então não despertava nenhuma inquietação. As práticas de previsão e de manutenção encontram então o seu objecto nesta recomposição constante da fronteira entre o são e o insano.

Estas deslocações vão também contra as opiniões históricas vigentes: o tema dominante não é o de um domínio progressivo da doença. É o território do risco que, na verdade, se alarga, ao mesmo tempo que aumenta o saber. Ciência e técnica levam ao domínio dos perigos e, ao mesmo tempo, à sua renovação. Elas ultrapassam as ameaças antigas, mas desvelam novas ameaças. Daí esta certeza de se enfrentar desordens cada vez mais difusas e variadas. É necessário salientar, por exemplo, a empresa da descoberta microbiana depois de 1870: controlo mais garantido do corpo, simplificação da medida preventiva, reforço notável da sua eficácia. Mas é necessário também salientar as incapacidades que ela designa: micróbios perturbadores, em todo o lado suspeitos e em todo o lado perseguidos, perigos infiltrados nas matérias mais secretas, obrigando a um trabalho contínuo sobre o que não é visível nem sensível. Não são apenas as fronteiras entre o que está e o que não está controlado que se deslocam, é ainda a visão cada vez mais renovada do que constitui risco e infelicidade. Por vezes de uma forma obsessiva, como no caso das senhoras caridosas que bruscamente se recusam a visitar os doentes, no final do século XIX, por recearem a presença de micróbios desconhecidos. De uma forma extrema, também, como a expectativa de segurança nos nossos dias, que nunca foi tão certa, ao mesmo tempo que suspeita como nunca, de esmiuçadas, variadas e não esperadas doenças.

Mais profundamente, enfim, as mudanças incidem sobre o próprio sentido dado ao projecto de manutenção. A visão tradicional de saúde dá a este projecto uma perspectiva estável, senão transparente: conservar um bem que a doença ameaça. Trata-se de «manter a sua saúde». Mas uma visão mais moderna já não se satisfaz com este tema estático. É necessário, pelo contrário, «melhorar», aperfeiçoar um bem cujos limites se revelam mais abertos. Daí, os investimentos totalmente inovadores desde o final do século XVIII nas promessas sanitárias: um futuro susceptível de mudar os corpos. A expectativa do «bem-estar», hoje reforçada pelas práticas de consumo e pelas preocupações com a segurança, prolonga esta imagem de uma saúde indefinidamente perfectível. Ela instala, sem que a sua consciência seja sempre efectivamente clara, a ideia de um corpo susceptível de transformações sem fim. É o «aprofundamento» de saúde que se torna um dever e já não apenas a luta contra a doença. Empresa da qual o próprio custo está indefinido, que leva, entre outros, a uma actual crise das políticas de saúde.

ÍNDICE REMISSIVO

- Abadia, 20, 21, 23, 32.
 Absinto, 39, 185.
 Acidentes, 23, 64, 124, 130, 157, 203-205, 261, 265.
 de viação, 260, 263.
 de trabalho, 231, 261.
 Acto sexual, 19, 35, 50, 51, 85, 200.
 Açúcar, 26, 30, 31, 37, 67, 113.
 Água, 31, 32, 46, 69, 90, 121, 136, 143, 156, 200, 201, 203, 213, 218.
 de *toilette*, 104, 106, 107, 111.
 destilada, 89.
 mineral, 96, 207.
 purgativa, 88, 206.
 Aguardente (água-de-vida), 31, 32, 72, 73, 88, 89, 115, 128, 129.
 Alambique, 31, 72-73, 77, 86, 89, 130, 186.
 Álcool, 177, 181, 183-186, 190-192, 205, 207, 259, 260.
 Alcoolismo, 185-186, 205-206, 227.
 Aleitamento, 145.
 Alergia, 274.
 Alho, 26, 30, 33, 34, 66, 256.
 Alimento, sécs. XIII-XVI, 31, 33, 37, 40-42, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 67;
 séc. XVII, 78, 79, 86, 98, 103, 109;
 séc. XVIII, 130-142, 151;
 séc. XIX, 193, 218.
 Almanaque, 39, 41, 71, 98, 99.
 Alquimia, 24, 31, 68, 72, 73.
 Aluno, 19, 20, 145.
 Amianto, 265.
 Amido, 151, 157.
 Antimônio, 84.
 Ar, sécs. XIII-XVI, 7, 41, 45, 48, 53, 54, 57, 62;
 séc. XVII, 84, 85, 89, 91, 95, 103;
 séc. XVIII, 124, 137, 147, 149, 151-158;
 séc. XIX, 165, 166, 175, 213, 221.
 Arquitetura, 93, 148, 155.
 Asfixia, 129, 147, 157.
 Asma, 274.
 Assepsia, 210, 221.
 Astrologia, 37-40, 43, 45, 71, 99, 101.
 Autocontrolo, 36, 64, 162, 248.
 Autodiagnóstico, 248, 249.
 Ave, 37, 41, 42, 43, 55, 78.
 Bacilo, 151, 209, 212, 231.
 Bactéria, 213.
 Bálsamo, 24, 25, 28, 89, 106, 153.
 Banho, 46, 47, 90, 91, 136, 175, 213.
 de ar, 157.
 de mar, 222, 223.
 de sol, 222, 223.
 frio, 133, 163, 157;
 público, 47, 200.
 Barco, 33, 34, 44, 89, 150, 153.
 Batata, 213.
 Bexigas (ver também varíola), 92, 119, 120, 121, 151, 152, 161, 168.
 Burguês, 30, 33, 105, 115, 136.

Cabelo, 36, 98, 145.
 Caça, 48, 89, 137, 139.
 Cadáver, 15, 17, 18, 45-46, 69.
 Café, 103, 105, 108-113, 111, 114-116.
 Caldo (ou fervuras), 37, 61-62, 81, 99, 105, 138, 141, 196.
 Calor, 32, 39, 40, 47, 60, 65, 72, 73, 98, 133, 134, 148, 149, 154-155 192.
 Caloria, 257.
 Camponês, 33, 34, 40, 99, 100.
 Campo, 64, 89, 91, 97-100, 102.
 Canalização, 148-149, 174-175, 201.
 Cardiologia, 161.
 Carne, 26, 29, 34, 37, 38, 43, 44, 46, 52, 53, 60, 61, 62, 63, 67, 79, 80, 138-140, 142, 151, 177, 194, 196, 224.
 Carnívoro, 138-140.
 Catarro, 17, 18, 80, 185.
 Cavalo, 89, 100, 137, 152, 153, 194.
 Cérebro, 95, 106, 109, 111, 128, 206, 224.
 Chá, 103, 105, 107, 110, 113-115, 206, 224.
 Chaminé, 82, 148, 149, 150.
 Charlatão, 50, 68, 122.
 Charope, 99.
 Chocolate, 103, 105, 114.
 Choques eléctricos (ou electrização), 125, 126, 132, 138.
 Cidade, 44, 45, 51, 92-94, 95, 99, 101, 200-203.
 Cirurgião, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 100, 132, 145, 152, 157, 159.
 Citrino, 79, 107.
 Clérigo (ou padre), 36, 40, 43, 66, 145.
 Clima, (ou condições atmosféricas), 38, 40, 94, 95, 97, 138, 139, 143, 145, 166.
 Cemitério, 44, 156, 15.
 Cocaína, 208.
 Colégio (escola), 19, 110.
 Colesterol, 249, 250.
 Cólera, 166, 215, 220.
 Confeito (ou doce), 27, 103, 104.
 Consciência Corporal, 62-65, 87.
 Contágio, 49, 50, 51, 52, 53, 106, 121, 125, 151, 155, 211, 247-249.
 Contaminação, 49, 50, 51, 52, 53.
 Contracepção, 102, 146.
 Conversação, 97, 106, 113, 115.
 Convulsão, 128-129, 132.
 Coração, 21, 47, 53, 77, 86, 127, 129, 148, 159.
 Cosmo, 35, 37, 38-40, 43, 70-71, 77.
 Criança, 78, 120, 122, 124, 129, 130, 138, 142-147.
 Deboche, 47, 50, 162.
 Dejecto, 37, 46, 86, 87, 201-202, 256.
 Desinteria, 92, 161, 211.
 Desporto, 226-227, 274.
 Despovoamento, 94, 102, 158.
 Destilação, 25, 31, 48, 72-73, 77.130.
 Devastação, 40, 65-66, 100, 141, 142.
 Diabetes, 193, 250.
 Dieta, 42, 62, 67, 71, 79, 99, 157.
 Dietética, 56, 63, 64.
 Diftria, 212, 214.
 Digestão, 20, 26, 27, 37, 108, 109, 114, 125.
 Dinamómetro, 171, 173.
 Duração de vida, 43, 54, 146, 172, 185.
 Educação, 36, 110, 138, 143.
 Endemia, 92, 120, 144.
 Energia, 143, 159-160.
 Enfermidade, 51, 101.
 Enterro, 16, 44, 110, 159.
 Elite, sécs. XIII-XVI, 35, 36, 65, 67, 70; séc. XVII, 79, 87, 89, 99, 111, 114; séc. XVIII, 128, 136, 144, 146, 148, 156-158; séc. XIX, 212.
 Elixir, 7, 24, 67, 88, 89, 98, 99, 104, 120, 193, 205-206.
 Embriaguês, 16, 36, 225.
 Epidemia, sécs. XIII-XVI, 46, 48, 56, 66; Séc. XVII, 84, 91, 92; Séc. XVIII, 120, 121, 122, 144, 153-154, 158-159; Séc. XIX, 210, 211. Séc. XX, 239-240, 243, 247, 249.
 Equitação, 137, 152, 154.
 Esgoto, 156, 166, 167, 201, 217.
 Espaço, 29, 90, 158, 159-160.
 Especiarias, 25-34, 43, 45, 55, 67, 103-107, 114, 116.

Espíritos vitais, 27, 36, 59-60, 109-110, 129.
 Estação, 19, 37-39, 63, 90, 93, 98.
 Estado, 74, 100.
 higienista, 154, 181.
 providência, 220, 232, 265.
 Estimulante, 30, 34.
 Estômago, 31, 36, 60, 62, 63, 66, 78, 85-86, 109, 128, 129, 141.
 Estufas, 47-48.
 Etiqueta, 36, 64.
 Exercício, sécs. XIII-XVI, 35, 36, 47; séc. XVII, 89-90; séc. XVIII, 131, 132, 136-138, 142, 143, 160, 173-174. séc. XIX, 198-199, 226, 227-228. séc. XX, 254.
 Exército, 120.
 Expectorção (escarro), 23, 95, 151, 152.
 Fadiga, 19, 29, 32, 47, 62, 81, 102.
 Farinha, 141.
 Febre, sécs. XIII-XVI, 48; séc. XVII, 81, 85, 87, 92, 94, 95;
 Fecundidade, 102.
 Fígado, 185, 256.
 Flor, 58, 61.
 Fome, 40, 54-57, 99.
 Fossas de latrina, 92.
 Frio, 32, 38, 39, 48, 61, 64, 72, 73, 99.
 Fruta, 31, 58, 68, 79, 84, 99, 211.
 Fumador, 250.
 Gangrena, 17, 24, 50, 80.
 Ginástica, 227, 173, 198-199, 228.
 Goludice, 41, 55.
 Gordura, 81, 115, 151, 256, 257.
 Gosto, 25, 26, 28, 43, 62, 64.
 Grão, 33, 48.
 Gravidez (parto), 30, 37, 144, 145, 158, 212, 249, 274.
 Hálito, 50, 66, 85.
 Hemofilia, 246, 266.
 Hemorróidas, 19, 206.
 Hepatite, 246, 247, 274.
 Higiene pública, 16, 216, 218, 220, 233.

Homem, 51, 52, 62.
 Hospital, 18, 34, 42, 51, 52, 54.
 Humidade, 32, 37, 47, 62, 63, 72.
 Humor, sécs. XIII-XVI, 18, 19, 26, 27, 35, 38, 39, 43, 45, 48, 50, 53, 55, 71, 72, 73. séc. XVII, 80, 82, 85, 86, 87-90, 95, 99-101; séc. XIX, 206.
 Hypocras, 31, 32.
 Idade, 37-40, 144, 159.
 avançada, 101, 200.
 de casamento, 101, 146.
 primeira, 142, 143, 144, 145, 146.
 Igreja, 40, 41, 70, 100, 155.
 Indigestão, 96.
 Infância, 142-144, 145-146.
 Intestino, 36, 37, 99, 129.
 Intimidade, 243.
 Imundícies, 46.
 Isolamento, 16, 53, 165, 212, 219.
 Lavar, 90, 175, 211, 213.
 Legume, 62, 211, 213.
 Leite, 30, 35, 211.
 Lepre, 15, 17, 43, 49, 101, 121.
 Leucemia, 261, 263.
 Licor, 128-130.
 de ouro, 23-35, 64, 67, 68, 69.
 Limpeza, 47, 90, 199-200.
 Longevidade, 29, 43, 81, 206.
 Magreza, 56, 79, 224.
 Malária, 92, 94, 176.
 Manteiga, 61, 78, 90, 158.
 Máquina corporal, 72, 73, 74, 77, 81-84, 86, 95.
 Mar, 222, 223.
 Marinheiro, 34, 73.
 Matadouro, 45, 168.
 Médico de si mesmo, 63-65, 248-249.
 Médico, sécs. XIII-XVI, 34, 40, 42-44, 50, 63, 64, 66, 68, 73, 74, 78, 79; séc. XVII, 78, 79; séc. XVIII, 128; séc. XX, 247, 256, 264.
 Mendigo, 47, 65, 66, 99.

- Miasma, 95, 210, 217.
 Micróbios, 92, 209, 210, 212, 214-216, 229, 250.
 Miséria, 65, 99.
 Moral, 15, 21, 129.
 Mortalidade, sécs. XIII-XVI, 44, 54; séc. XVII, 92; séc. XIX, 184, 211. séc. XX, 240.
 Mulher, 50, 58, 62, 96, 102, 249.
 Natalidade, 56, 101.
 Nervos, 27, 67, 125, 128-130, 132, 138, 139, 142, 144, 152, 158.
 Nevoeiro, 37, 94, 161.
 Nobreza, 33, 35, 38, 40-41, 62, 113, 136.
 Nudez, 244.
 Obesidade, 55, 224.
 Objecto protector, 20, 23, 35, 64, 68, 89.
 Ociosidade, 66, 101.
 Oculto, 22, 25, 71, 72, 81, 89, 90.
 Odor (ou cheiro), 19, 21, 25, 28-29, 45, 53, 64, 67, 93, 94, 149, 150, 153, 159, 217.
 Oficina, 153, 158, 165.
 Operário, 90, 159.
 Óleo, 23, 27, 28, 41.
 Ouro, 21, 23-25, 27, 67, 68, 69.
 Ovo, 61, 79, 224.
 Oxigénio, 159, 160.
 Paludismo, 94.
 Pântano, 54, 92.
 Pão, 43, 55, 57, 61, 66, 141, 142.
 Paraíso terrestre, 28, 60, 61.
 Paralisia, 96.
 Parasita, 49, 50.
 Pele, 10, 46-48, 86, 94, 199-200, 213.
 Peito, 83, 85, 86, 96.
 Peixe, 26, 30, 31, 42, 43, 57, 61-63.
 Perfume, 21, 23, 25, 28, 29, 44, 53, 103, 106-107, 111.
 Peso do corpo, 80, 87, 88, 228, 250.
 Peste, 43-48, 53-54, 65, 66, 68, 70, 90-94, 97, 101, 121, 152.
 Pimenta, 24, 28-30, 43.
 Pó, 214.
 Pobre, sécs. XIII-XVI, 34, 57, 64, 65-67; séc. XVII, 98, 99, 101. séc. XIX, 193, 205, 230. séc. XX, 248, 264.
 Podridão, 15, 18, 21, 38, 45, 46, 49, 50, 56, 67, 72, 73, 97, 99, 100, 187.
 Polícia sanitária, 51, 54, 55, 92.
 Poro, 45, 61, 82, 89, 90, 91, 94.
 Povo, 65, 66, 93, 98.
 Previsão, 19.
 Progresso, 102.
 Prostituição, 51-52, 101, 243.
 Protecção social, 262.
 Prisão, 101.
 Psicologia, 229-230.
 Pulmão, 80, 81, 86, 129, 193, 197-199.
 Purga, 26, 27, 36, 45, 79, 81, 84, 87, 88, 91, 96, 97, 101, 206.
 Purificação, sécs. XIII-XVI, 19, 20, 25, 27, 28, 38, 40-44, 72-74; séc. XVII, 79, 81, 82, 87, 97, 99, 100, 110-112; séc. XVIII, 122-123, 132, 133; séc. XIX, 198. séc. XX, 256.
 Quarentena, 54, 92.
 Raiva, 96, 214.
 Regime, sécs. XIII-XVI, 18, 35-43, 54-57, 61-64, 66, 67, 71; séc. XVII, 78-80, 98-100; séc. XX, 274.
 Rejuvenescimento, 28, 31, 82-84.
 Relíquia, 20, 26, 27, 69, 70.
 Repouso, 48, 91.
 Rio, 28, 45, 46, 93, 201.
 Risco, 18, 80-82, 84.
 Roupa, 88, 90-91.
 Rua, 44, 46, 57, 65, 92.
 Sabor, 25, 28-32, 38, 78.
 Sangria, 15, 19, 20, 38, 39, 45, 80-82, 84, 91, 97, 100.
 Sangue, sécs. XIII-XVI, 15, 39, 40, 55, 68. séc. XVII, 78-84, 88, 97, 99.

- séc. XX, 239, 243, 245, 246, 265, 266, 269.
 Sal, 26, 41, 100.
 Saúde pública, 223, 242.
 Seca, 39.
 Segurança (ou seguros), 115, 162; Acidente, 204, 224. Doença, 162, 230-232.
 Segurança Social, 232, 271.
 Seropositividade, 243.
 Sida, 239, 240-244.
 Sífilis, 49, 51-54, 182, 186-187, 188, 191, 242.
 Silhueta, 56, 77, 224.
 Sobriedade, 35-37, 39, 59-61, 62, 64, 70, 98, 200.
 Soldado, 41, 50, 67, 91, 101.
 Sol, 83, 222, 223.
 Sono, 36, 78, 83, 87-88, 199, 254.
 Superstição, 69, 87, 88.
 Tabaco, 103, 107, 110-115, 250, 258, 259, 260, 274.
 Talho, 46, 177, 196.
 Temperatura, 19, 38, 39, 40, 60, 64.
 Tensão arterial, 249, 250.
 Teste de despistagem, 243, 245, 266.
 Teriaga, 32, 33.
 Termalismo, 97, 222.
 Tifóide, 121, 209, 220.
 Tísica, 96, 151-154, 160, 193, 197, 206.
 Trabalho, 200-205.
 Transfusão sanguínea, 82, 83, 25, 245, 246, 266, 269.
 Transpiração, 47, 48, 79, 84-86, 87, 88-90, 94; Insensível, 87, 90, 94.
 Trigo, 33, 140, 141.
 Tuberculose (ver tísica).
 Tumor, 186, 210, 227, 228, 229, 230, 242.
 Urina, 19, 30, 86.
 Útero, 96.
 Vacas loucas (doença das), 265, 268.
 Vacina, 168-170, 212, 274.
 Vagabundo, 53, 91, 101.
 Vapor, 52, 53, 86, 87, 95-97, 197.
 Varíola (ver bexigas), 92, 119, 120, 121, 151, 152, 161, 168.
 Varíola (ver também bexigas), 91-94, 121-125, 152, 210, 214.
 Velhice, 24, 39, 83.
 Vendedor, 97, 98, 100.
 Veneno, 19, 21, 29, 32, 44, 45, 50, 53, 85, 91, 96, 129.
 Veneno, 69, 70.
 Vento, 96.
 Ventre, 17, 85, 96, 128.
 Verme, 17, 213.
 Vestuário, 52-53, 85-86, 89-92.
 Viagem, 93.
 Vinagre, 67, 79, 151.
 Vinho, 24, 27, 30-32, 36, 39, 41, 59, 63, 67, 73, 78, 84-86, 88, 89, 99, 109, 113.
 Vírus, 121, 169, 207, 243.
 Vômito, 37, 84, 85.

ÍNDICE

Prefácio.....	7
Introdução.....	9
1. ^a PARTE — OBEDECER AO COSMOS — Séculos XIII a XVI	
Capítulo I — A força dos contactos	15
1. Uma doença exemplar.....	15
Do mal assinalável ao mal obscuro	16
Analogia do cadáver.....	17
Os humores formam o corpo	18
2. As jóias da saúde	20
O contacto protector.....	21
Pó de pérola e licor de ouro	24
3. Especiarias e aromatizantes	25
As especiarias e a purificação.....	25
Uma ressonância mítica	27
A força do gosto	29
A bebida «extrema»	30
Uma valorização social	33
Capítulo II — A ordem do Mundo	35
1. O Regime e os astros	35
«Moderação» e escolha alimentar	36
As referências cósmicas	37
A virtude das patuscadas.....	40
Os dois pólos de defesa: densidade e apuramento	42
2. Flagelos e corpos abertos	44
O veneno do ar	44
Os corpos porosos	46

Capítulo III — O regime contra o cosmos	49
1. O ar ou o contágio?.....	49
O primeiro princípio contagioso.....	50
A escolha do ar.....	53
2. A fome abrandá?.....	54
O peso considerado excessivo.....	54
A valorização «mínima» do alimento.....	56
3. Moderação e amor pela vida.....	57
A inquietação e o efêmero.....	58
Uma temperança profana.....	59
Presença do regime alimentar.....	61
A medicina de si mesmo.....	63
4. Um regime dos pobres?.....	65
A imagem do pobre.....	65
Alimentos sórdidos.....	66
5. As vias de uma libertação.....	67
A denúncia das jóias protectoras.....	68
Uma libertação do cosmos.....	70
6. Analogias «Mecânicas».....	72
O alambique e a destilação.....	72
A «república» do corpo.....	73

2.^a PARTE — EVACUAR OS HUMORES — Século XVII

Capítulo I — Mecânica corporal e evacuação	77
1. A regulação mecânica.....	78
O regime alimentar ou a evacuação?.....	78
A força e a sangria.....	80
Máquina e regulação.....	82
2. Fluxos mais diversos, fluxos mais subtis.....	84
A diversificação dos fluxos.....	84
As evacuações invisíveis.....	86
Do elixir à roupa interior.....	88
3. A graduação das doenças.....	91
Epidemia e representação «imóvel».....	91
O formigueiro do ar.....	94
O «estado» dos vapores.....	95
4. A purificação dos humildes.....	97
A saúde dos almanaques.....	98
Um modelo de pensamento.....	100
O peso da vida.....	102

Capítulo II — Plantas purificadoras e consumos aprazíveis	103
1. A «suavização» dos aromas.....	103
Compotas e xaropes.....	104
Diversidade de perfumes.....	106
2. As plantas espirituais.....	107
A fava do Levante.....	107
A «pitada» e o fumo.....	110
O resultado sobrepõe-se ao gosto.....	112
3. Do remédio ao agrado.....	113
Consumos instituídos.....	114
O excitante e a sociabilidade.....	115

3.^a PARTE — RESISTIR E ENDURECER — Século XVIII

Capítulo I — A força das fibras	119
1. A «coragem» de inocular.....	120
Uma imagem da doença.....	121
A querela da inoculação e o proselitismo.....	122
Um gesto simbólico.....	123
2. Um corpo feito de fibras.....	125
A fibra e o humor.....	125
As formas nervosas da inquietação.....	128
Capítulo II — Endurecer	131
1. A consolidação e o progresso.....	131
A evacuação e o enfraquecimento.....	132
A natureza e o frio.....	133
Degeneração e progresso.....	134
O exercício e a fibra.....	136
2. A alimento rústico.....	138
Frugívoros e carnívoros.....	138
Os feculentos do pobre.....	140
3. Uma pedagogia reactiva.....	142
O reforço gradual.....	142
Idades e vida.....	144
Capítulo III — As energias do ar	147
1. Renovação do ar.....	147
As «comodidades».....	148
O sopro das multidões.....	149

2. Prevenir a tuberculose	151
A morfologia inquietante	151
O ar preventivo da tísica	153
3. O triunfo do espaço e do ar	154
A diferença dos lugares	154
Os médicos da prevenção	156
Os médicos do social	158
O ar que «prolonga a vida»	159
4. Garantias e previsões	160
Calcular o risco	161
A segurança e o operário	162
 4. ^a PARTE — A FORÇA DE SI E A FORÇA DOS OUTROS — Século XIX	
Capítulo I — Espaço íntimo e espaço público	165
1. O Estado «industrial» e a iniciativa pública	165
Decisões de governo	166
A vacina e a rede	168
2. A força vital e o trabalho	170
A força dos cidadãos	171
A «força» orgânica	173
3. As primícias do conforto	174
Os primeiros objectos do «conforto»	174
Civilização e «força» alimentar	176
A saúde romântica	177
Capítulo II — A invenção da energia	181
1. O espectro de uma degenerescência	181
As hereditariedades insanas	183
Flagelos degenerativos e moral preventiva	185
Protecção de si, protecção do Estado	187
Da moralização das doenças à pedagogia	189
2. A energia que protege	192
O alimento, o pulmão e a energia	193
Trabalho e carne de cavalo	194
As metamorfoses da respiração	197
Um princípio «total»	199
3. A energia, a cidade, o trabalho	200
A cidade drenada	201
Do trabalho regenerado ao trabalho «protegido»	203

4. O arcaísmo do elixir	205
As poções publicitárias	206
A ambiguidade dos tónicos	207
 Capítulo III — Da higiene dos lugares à higiene mental	209
1. «Doenças evitáveis»	210
Os perigos invisíveis	210
Uma invasão?	212
Os micróbios e os hábitos	214
2. O espaço «sanitário»	216
O «génio sanitário»	217
Habitação e iniciativas públicas	219
3. O «enfestado» e o «encorpado»	221
Elegâncias e desnudações	222
Os «graus supremos de saúde extrema»	225
A assistência e o enfestado	227
4. Concorrência e solidariedade, psicologia do final do século	229
O seguro de doença	230
O apertar da rede	232
Concorrência e prevenção psicológica	234

5.^a PARTE — BEM-ESTAR? — Século XX

Capítulo I — Bem-estar?	239
1. A sida, a prevenção e a responsabilidade	240
O cenário do mais importante flagelo	240
«Responsabilizar»	242
Educar	244
Zonas de sombra	245
2. A saúde «indefinida»	248
«Faça o seu autocontrolo»	248
Dos factores de risco à individualização genética	250
Uma saúde «consumida»	251
As exigências do bem-estar	253
Uma combinação de modelos	256
3. O défice político	258
Um conflito de liberdades	259
A renovação dos riscos e a responsabilidade	261
Um conflito de solidariedades	262

Capítulo II — Processos, reformas, responsabilidades

As interrogações de hoje	265
1. Processos novos, modelos velhos	266
2. Das «catástrofes» sanitárias ao imbróglio judiciário.....	269
3. As despesas de saúde, reforma impossível?	271
4. Uma cultura com a doença da desunião	273
 CONCLUSÃO.....	 277
 ÍNDICE REMISSIVO.....	 281

Elíxires, poções, dietas alimentares — a arte de prolongar a vida tem as suas raízes mais fundas na tradição. Tratar de si é um labor constante em todas as épocas, mesmo se a higiene contemporânea lhe revolucionou os princípios. Este livro aborda as formas dessa vigilância do corpo, a sua presença, enfim, a sua articulação com a defesa das cidades e a lenta concretização das medidas públicas de saúde.

Georges Vigarello, professor da Universidade Paris-V e director de cursos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, é autor de diversos trabalhos sobre as representações do corpo, nomeadamente *O Limpo e o Sujo* (1988) e *História da Violação* (1998). Neste estudo, ele mostra como a fronteira entre o são e o doente se desloca ao longo dos tempos.

saude

Historia

praticas



Idade Média

deputa

ISBN 972-46-1171-X



9 789724 611716